A LITERACIA EM PORTUGAL

RESULTADOS DE UMA PESQUISA EXTENSIVA E MONOGRÁFICA

Estudo realizado pelo
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
com base num protocolo com o
Conselho Nacional de Educação e a Fundação Calouste Gulbenkian

Autores: Ana Benavente (coordenadora)
Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Reservados todos os direitos de harmonia com a lei
Edição
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN | CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Av. de Berna | Lisboa
1996

ISBN-972-31-0713-9

PLANO DA OBRA

Apresentação

Parte A: INTRODUÇÃO

Capítulo 1. **O Estudo Nacional de Literacia: enquadramento teórico-metodológico**

Parte B: ANÁLISE EXTENSIVA

Capítulo 2. **A população, as práticas e as auto-avaliações de literacia**
Capítulo 3. **Construção dos níveis de literacia**
Capítulo 4. **Níveis de literacia da população adulta**
Capítulo 5. **Análise relacional da literacia: níveis, práticas e auto-avaliação**

Parte C: ANÁLISES MONOGRÁFICAS

Capítulo 6. **Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal** *(por Fernando Luís Machado)*
Capítulo 7. **Relações dos jovens com a literacia: contextos de socialização em meio operário** *(por João Sebastião)*
Capítulo 8. **A literacia na vida quotidiana dos idosos: duas freguesias do centro histórico de Lisboa** (*por Leonor Teixeira e Miguel Fontes*)
Capítulo 9. **Literacia numa vila do interior: trabalhadores fabris e do pequeno comércio** (*por Leonor Teixeira e Miguel Fontes*)
Capítulo 10. **Agricultores e literacia: relação com a informação institucional e vida quotidiana no Centro Litoral** (*por Helena Caninhas Dias*)

Parte D: CONCLUSÃO

Capítulo 11. **Implicações sociais da literacia**

Bibliografia
Índice geral
Índice de quadros
Índice de gráficos

PREÂMBULO

O Estudo que agora se publica, na sua versão final, sob o título de ***A Literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica****, decorre de uma iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Educação e da Fundação Calouste Gulbenkian, que asseguraram o seu financiamento, cabendo a respectiva elaboração ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, de acordo com um protocolo celebrado entre as três instituições. Acresce que outras entidades e personalidades, nacionais e estrangeiras, deram o seu valioso contributo a esta iniciativa, assim se evidenciando que a problemática educativa e cultural não é da exclusiva responsabilidade do Governo, mas antes exige o envolvimento e a participação da sociedade civil.*

Se por literacia se entendem as capacidades de processamento da informação escrita na vida quotidiana, então o conhecimento rigoroso da distribuição das competências de leitura, escrita e cálculo por parte da população, e mais especificamente, a adulta, afigura-se necessário ao delineamento de políticas educativas, culturais e socioeconómicas, sérias e consequentes, no quadro de um processo de desenvolvimento integrado e sustentável. Na verdade, a promoção da literacia implica mudanças na educação pré-escolar, escolar, e de adultos, na sua articulação e interacção à luz de um modelo de educação permanente, no sistema de formação profissional, mas também nos planos de desenvolvimento cultural, da produção e circulação das mensagens escritas, das estruturas produtivas e inserção socioprofissional dos recursos humanos.

Concluímos com um voto: o de que os vários protagonistas do processo social e educativo, que desempenharam um papel tão relevante na concretização deste Estudo, e na primeira apreciação de um relatório preliminar, se empenhem agora, e de forma ainda mais alargada e profunda, na reflexão e debate sobre os resultados finais, e bem assim sobre as medidas de políticas que possam conduzir a uma elevação significativa dos níveis de literacia na nossa sociedade, tendo como horizonte último o desenvolvimento do País e a defesa e promoção da língua e cultura portuguesas.

ANTÓNIO DE ARRUDA FERRER CORREIA
EDUARDO MARÇAL GRILO

APRESENTAÇÃO

O Estudo Nacional de Literacia é o primeiro estudo realizado em Portugal que utiliza uma metodologia de avaliação directa das competências de leitura, escrita e cálculo da população adulta (dos 15 aos 64 anos).

Inspirado nos trabalhos pioneiros realizados nos Estados Unidos da América e no Canadá, o Estudo Nacional de Literacia desenvolveu os seus próprios instrumentos de pesquisa: testes, questionários, guiões de entrevista e de observação.

O estudo articulou métodos de natureza extensiva e intensiva. Assim, a recolha de informação baseou-se num teste de avaliação directa de competências de literacia, acompanhado por um inquérito de caracterização sociográfica, de levantamento das práticas correntes de leitura, escrita e cálculo e, ainda, de auto-avaliação de capacidades de uso de materiais escritos. Paralelamente, procedeu-se à realização de um conjunto de monografias junto de grupos específicos, analisando os seus modos de relação quotidiana com a informação escrita, e a um estudo complementar relativo às representações simbólicas de agentes sociais institucionais sobre a problemática da literacia.

O Estudo Nacional de Literacia foi realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com base num protocolo com o Conselho Nacional de Educação e com a Fundação Calouste Gulbenkian, que asseguraram o financiamento. O Instituto Nacional de Estatística executou o trabalho de campo da sua componente central – a análise extensiva – e o Instituto de Inovação Educacional apoiou a realização gráfica dos testes e do questionário e financiou parcialmente os estudos de casos monográficos.

A preparação dos instrumentos de observação foi realizada no primeiro semestre de 1994 e o trabalho de campo da parte extensiva foi levada a cabo no último trimestre desse ano. A análise de dados e as componentes qualitativas da pesquisa decorreram no ano de 1995.

Em Outubro de 1995 foi apresentado um relatório preliminar ao Conselho Nacional de Educação. Os resultados despertaram desde logo grande interesse público, tendo sido objecto de tratamento alargado na comunicação social e de um conjunto de conferências e debates promovidos por diversas entidades.

Participaram no Estudo Nacional de Literacia, a diferentes títulos, os especialistas que seguidamente se referem:

Equipa de Investigação:

- Ana Benavente (coordenadora)
  Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- Alexandre Rosa
  Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- António Firmino da Costa
  Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- Patrícia Ávila
  Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Consultores Científicos:

- Paulo Abrantes
  Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Irwin S. Kirsch
  Educational Testing Service (U.S.A.);
- Raquel Delgado Martins
  Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Glória Ramalho
  Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Colaboradores (estudo sobre representações sociais da literacia e monografias):

- José Resende
  Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Fernando Luís Machado
  Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- João Sebastião
  Escola Superior de Educação de Santarém;
- Leonor Teixeira
  licenciada em Sociologia (ISCTE);
- Miguel Fontes
  licenciado em Sociologia (ISCTE);

- Helena Caninhas Dias
  licenciada em Sociologia (ISCTE).

Conselho Consultivo do Instituto de Ciências Sociais:

- António Barreto, Manuel Braga da Cruz, Eduarda Cruzeiro, João Ferrão e Jorge Vala.

Comissão de Acompanhamento:

- Eduardo Marçal Grilo
  Presidente do Conselho Nacional de Educação;
- José V. Pina Martins
  Fundação Calouste Gulbenkian;
- Manuel Villaverde Cabral
  Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais;
- Albert Tuijnman
  OCDE/CERI;
- Paul Bélanger
  UNESCO/UIE;
- Alberto Melo
  Universidade do Algarve, Projecto Radial.

Colaboraram ainda, com documentos preparatórios e participação em reuniões de trabalho, Lisete de Matos e Lucília Salgado. Além disso, contou-se com a participação de um grupo de alunos de sociologia da Universidade Nova de Lisboa no estudo coordenado por José Resende.

No Instituto Nacional de Estatística, a direcção, os responsáveis e técnicos dos diversos serviços envolvidos, bem como as equipas de entrevistadores, são credores do nosso reconhecimento pela inestimável contribuição que deram à operação extremamente exigente que foi a aplicação do inquérito por questionário e do teste de avaliação directa. Claro está que não se poderia deixar de referir igualmente a disponibilidade dos milhares de cidadãos portugueses que forneceram o fundamental: as suas respostas às inúmeras questões que o estudo lhes colocou.

Por último, é de toda a justiça mencionar o contributo de Cristina Araújo, que secretariou o projecto.

Parte A

INTRODUÇÃO

Capítulo 1

ESTUDO NACIONAL DE LITERACIA: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1. Alfabetização e literacia. Novos tempos, novos conceitos

O conhecimento das *competências reais de leitura, escrita e cálculo da população adulta* tem vindo a constituir-se como uma das preocupações, não só de um número cada vez maior de países como também de organizações internacionais como a UNESCO, a OCDE e a UE.

Com efeito, a complexificação das sociedades modernas e o progresso tecnológico vieram, apesar da generalização do acesso dos jovens a uma educação cada vez mais prolongada, colocar novos problemas e novos desafios.

A crença segundo a qual uma escolarização cada vez mais massificada conduziria à erradicação progressiva do analfabetismo esteve na origem, um pouco por todo o mundo, de um conjunto de políticas tendentes a garantir a escolaridade básica obrigatória a um cada vez maior número de pessoas, quer através de medidas orientadas para garantir a escola básica para todos, quer através do desenvolvimento de planos de alfabetização e de educação recorrente, visando uma escolarização de segunda oportunidade para aqueles que à mesma não tinham antes acedido.

Assim, com os significativos aumentos de escolarização verificados nas chamadas sociedades modernas ou industrializadas, difundiu-se a ideia de que os problemas do analfabetismo tinham passado a ser problemas do chamado terceiro mundo ou que, no interior dos países desenvolvidos, não afectariam senão pequenas bolsas de população, com especial incidência nos grupos etários mais envelhecidos ou no seio das minorias étnicas.

Por isso, não foi sem surpresa que países como a França, os Estados Unidos e o Canadá verificaram a existência de percentagens significativas da sua população com dificuldades na utilização de material escrito, apesar de escolaridades obrigatórias relativamente longas.

O primeiro estudo neste campo ficou conhecido nos Estados Unidos pelas reacções que provocou, levando a declarações de "Uma Nação em Risco"[1].

Começou-se assim a falar de um novo tipo de analfabetismo afectando a população que, apesar do aumento das taxas e dos anos de escolarização, evidencia incapacidades de domínio da leitura, da escrita e do cálculo, vendo, por isso, diminuída a sua capacidade de participação na vida social. Este "novo analfabetismo", dito funcional, teria a ver com aprendizagens insuficientes, mal sedimentadas e pouco utilizadas na vida.

Se o conceito de *alfabetização* traduz o acto de ensinar e de aprender (a leitura, a escrita e o cálculo), um novo conceito – a *literacia* – traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo. Tal *capacidade de uso* escapa, assim, a categorizações dicotómicas, como sejam "analfabeto" e "alfabetizado". Pretende-se, com aquele novo conceito, dar conta da posição de cada pessoa num *continuum* de competências que tem a ver, também, com as exigências sociais, profissionais e pessoais com que cada um se confronta na sua vida corrente.

Define-se então *literacia* como: *as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana*[2]. Trata-se das capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de *uso* corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal).

Este conceito não se opõe ao de "alfabetização funcional" que equaciona precisamente as competências necessárias à execução de novas tarefas, de modo a que cada pessoa assegure o seu próprio desenvolvimento e o da sua comunidade; no entanto, o conceito de *literacia* centra-se no *uso* de competências e não na sua obtenção, pelo que se torna mais clara a distinção entre *níveis de literacia* e *níveis de instrução formal* que as pessoas obtêm (e que podem traduzir-se ou não em competências reais).

Neste sentido, falar de literacia implica que se tenha presente que: a) o perfil de literacia de uma população não é algo que possa ser considerado constante, ou seja, que possa ser extrapolado a partir de uma medida temporalmente localizada; b) o perfil de literacia de uma população não é algo que possa ser deduzido a partir, simplesmente, dos níveis de escolaridade formal atingidos; c) a literacia não pode ser encarada como algo que se obtém num determinado momento e que é válido para todo o sempre; e d) os níveis de literacia têm de ser vistos no quadro dos níveis de exigência das sociedades num determinado momento e, nessa medida, avaliadas as capacidades de uso para o desempenho de funções sociais diversificadas.

[1] *A Nation at Risk*, The National Commissiom on Excellence in Education, USA, Cambridge (Mass.), 1984.

[2] Gilles Montigny, Karen Kelly e Stan Jones, *Adult Literacy in Canada: Results of a National Study*, Ottawa, Statistics Canada, 1991.

O reconhecimento de que não existe uma correspondência linear entre os graus de escolarização formal de uma população e o seu perfil de literacia (traduzido em níveis diversos) não significa que o aumento de escolarização não tenda, também, a aumentar as competências de uso dos saberes. Verifica-se, efectivamente, que quanto mais elevados forem os níveis de instrução de uma população tantas mais são as hipóteses de que o seu perfil de literacia melhore.

No entanto, é preciso ter em conta os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, é difícil estabelecer qual o nível de escolaridade que comporta as competências mínimas que permitem, em diferentes contextos, garantir a funcionalidade da vida adulta. Em segundo lugar, considerar o nível de escolaridade que, como indicador do nível de literacia, pressupõe, por um lado, a aceitação da ideia de que só a escola fornece competências de leitura, escrita e cálculo, desprezando-se, por isso, as aprendizagens efectuadas noutros espaços. Por outro lado, pressupõe que tais competências garantem os desempenhos de leitura, escrita e cálculo que, na vida adulta, permitem a satisfação das necessidades dos indivíduos. Presssupõe ainda que tais competências, uma vez adquiridas, não regridem nem progridem. Pressupõe, finalmente, que as exigências sociais de literacia se mantêm constantes, o que não acontece nas sociedades actuais.

1.2. Metodologias de avaliação. Novos conceitos, novas exigências

O reconhecimento da não existência de correspondência linear entre os graus de escolarização de uma população e o seu perfil de literacia teve consequências metodológicas, sublinhando os limites das metodologias de avaliação indirecta e levando à elaboração da metodologia de avaliação *directa*.

Com efeito, a avaliação indirecta foi, até aos anos 70, a única metodologia adoptada, recorrendo à utilização de variáveis (a auto-avaliação e os

níveis formais de escolaridade) normalmente utilizadas nos censos da população. Se bem que os estudos internacionais, já realizados com recurso a metodologias de avaliação directa, tenham encontrado alguma relação entre estas duas variáveis e os níveis de literacia, também evidenciaram que essa relação não é nem directa nem linear. As metodologias de avaliação indirecta têm, em geral, dificuldade em ultrapassar a dicotomia "alfabeto/analfabeto", não questionando a forma como os diferentes níveis de literacia se distribuem pela população, para além de não avaliarem as competências em uso.

Quanto à metodologia de *avaliação directa*, embora desenvolvida com base em modelos diversos, assenta, basicamente, num procedimento que implica a demonstração das capacidades através da resolução de tarefas específicas.

O método que foi testado em estudos, quer nos Estados Unidos da América, quer no Canadá, e que foi, igualmente, utilizado no "IALS - International Adult Literacy Survey"[3], é designado por Irwin Kirsch, seu principal autor, como método de determinação de *perfis de literacia* (*the profile approach*)[4].

Partindo de uma definição de literacia como o "uso de informação impressa e escrita que permita funcionar em sociedade, atingir objectivos pessoais, bem como desenvolver e potenciar os conhecimentos próprios"[5] rejeitam-se *standards* arbitrários como os da capacidade de assinar o nome, os do nível da escolaridade atingido, ou os da classificação num determinado nível de escalas de medida da capacidade de leitura escolarmente concebida. Ao fazê-lo, assume-se a não aceitação de distinções baseadas em noções simplistas segundo as quais alfabetizados e analfabetos possam ser nitidamente classificados tendo por base um simples ponto numa escala unidimensional.

Como resultado, esta definição de literacia vai para além da mera compreensão e descodificação de textos, para incluir um conjunto de capacidades de processamento de informação que os adultos usam na resolução de tarefas associadas com o trabalho, a vida pessoal e os contextos sociais.

[3] Albert Tuijnman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.

[4] Irwin S. Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults*, Princeton (N.J.), The National Assessment of Educational Progress, 1986.

[5] Irwin S. Kirsch, Ann Jungeblut, Lynn Jenkins e Andrew Kolstad, *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey*, Washington, D.C., National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education, 1993.

Sustenta-se, ainda, que a literacia adulta deve ser encarada numa perspectiva multidimensional, abarcando três dimensões fundamentais – a *literacia em prosa*, a *literacia documental* e a *literacia quantitativa*. E isto porque, como é sublinhado nos estudos referidos, a literacia não pode ser considerada "nem uma capacidade única, adequada a todos os tipos de texto, nem um número infinito de capacidades, cada uma das quais associada a um dado tipo de texto ou de documento"[6].

Para aquele efeito, a avaliação de competências de literacia requer a adopção de instrumentos com diferentes tipos de tarefas, tais como:

- leitura e interpretação de textos em prosa, designadamente artigos de jornais, revistas e livros;
- identificação e uso de informação localizada em documentos, tais como impressos, quadros, gráficos e índices;
- aplicação de operações numéricas a informação contida em material impresso, tal como um horário, um livro de cheques ou um anúncio.

A partir dos estudos de avaliação directa foi ainda possível verificar que as competências de literacia aparecem associadas a um conjunto de diferentes variáveis, até aqui não consideradas, permitindo, por isso, encarar o fenómeno da literacia sob perspectivas diferentes e mais ajustadas à sua compreensão global.

É reconhecido, porém, que os estudos de avaliação directa, por implicarem a mobilização de um conjunto de recursos humanos, técnicos e financeiros de grande dimensão, não são exequíveis com a periodicidade necessária para uma regular avaliação da evolução do fenómeno.

Neste sentido, e tendo em vista a criação de condições que permitam, simultaneamente, superar as insuficiências dos modelos tradicionais de avaliação indirecta e os constrangimentos associados aos modelos de avaliação directa, desenha-se, actualmente (tendo por base os resultados dos estudos realizados nos Estados Unidos e no Canadá), *uma nova metodologia de avaliação indirecta*. É uma metodologia que recorre à utilização de variáveis de mediação ou de substituição (*proxy variables*) para a análise do fenómeno da literacia.

[6] Irwin S. Kirsch, Ann Jungeblut, Lynn Jenkins e Andrew Kolstad, *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey, op. cit.*

Trata-se, efectivamente, de uma *metodologia de avaliação indirecta de segunda geração.* Isto é, prevê-se a adopção de um conjunto de variáveis cuja correlação com os níveis de literacia tenha sido considerada suficientemente forte através dos estudos de avaliação directa.

Esta nova metodologia, não dispensando a realização periódica de estudos nacionais de avaliação directa, permite (através da inclusão, em operações estatísticas regulares – como seja, por exemplo, o inquérito ao emprego – de uma bateria de indicadores com potencialidade explicativa testada) fornecer informações capazes de estimar a evolução do fenómeno.

A eficácia desta nova metodologia está, porém, dependente da realização prévia de estudos de avaliação directa que permitam identificar as variáveis de substituição adequadas à situação específica dos diferentes países.

Esta é uma das razões por que, para além da atenção dispensada à construção dos instrumentos de avaliação dos níveis de literacia dos entrevistados, os estudos de avaliação directa, actualmente em curso, atribuem uma não menor importância à elaboração de questionários de caracterização sociológica e de conhecimento de práticas de leitura, escrita e cálculo da população.

1.3. Estudos internacionais: uma breve revisão

Um conjunto de estudos de avaliação directa foi desenvolvido nos últimos vinte anos, especialmente nos Estados Unidos da América e Canadá[7].

Em 1971, foi administrado um teste de capacidades básicas de leitura a uma amostra de adultos americanos, tendo-se concluído que 15% dos testados tinham sérias dificuldades em compreender um texto simples[8].

Em 1975, a Universidade do Texas, em Austin, desenvolveu uma bateria alargada de testes de competência para adultos, o Adult Performance Level (APL), que foi administrada, em 1977, a uma amostra representativa da população adulta americana. O estudo concluiu que 20% dos respondentes não possuía as capacidades mínimas requeridas e foram julgados funcionalmente incompetentes. Da mesma população, 34% não possuía capacidades

[7] A revisão dos estudos referidos apoiou-se, entre outros, no trabalho de David Neice e Margaret Adsett, "Direct Versus Proxy Measures of Adult Functional Literacy: A Preliminary Re-Examination", in *Functional Literacy in Eastern and Western Europe*, Hamburg, UIE-UNESCO/CE/OECD-CERI Seminar, 1990.

[8] L. Harris e Associates, *The 1971 National Reading Difficulty Index*, Washington, D.C., National Reading Center, 1971.

e conhecimentos adequados para a participação integral na vida da sociedade a que pertencem, tendo sido considerados marginalmente competentes[9].

Em 1986, o National Assessment of Educational Progress (NAEP), dos E.U.A., administrou uma bateria de testes a uma amostra representativa de jovens americanos com idades compreendidas entre os 21 e os 24 anos. As principais conclusões apontam para que, embora só 5% dos jovens adultos tenham dificuldades sérias em resolver tarefas básicas de leitura, a percentagem de indivíduos que não têm as capacidades requeridas por uma sociedade pós-industrial é consideravelmente maior, sobretudo entre os pobres e entre as minorias raciais e étnicas[10].

Em 1987, o jornal canadiano *Southam News Inc.* desenvolveu um estudo usando tarefas de leitura retiradas do trabalho referido anteriormente (do NAEP), com base numa amostra de 2400 adultos canadianos. Um júri de cidadãos canadianos examinou os itens e seleccionou aqueles que considerou essenciais para descrever alguém como analfabeto funcional. Os respondentes que responderam correctamente a menos de 25% dos itens foram considerados analfabetos. Os que responderam correctamente a menos de 80% dos mesmos itens foram considerados analfabetos funcionais. Os analfabetos básicos e os analfabetos funcionais combinados foram considerados como representando 24% da população canadiana, o que equivale a 4,5 milhões de pessoas[11].

Em Outubro de 1989, o Departamento de Estatística do Canadá (Statistics Canada) conduziu um grande estudo, utilizando uma amostra de 9455 pessoas, usando um quadro metodológico adaptado do estudo americano dos adultos jovens (do NAEP), mas usando novos itens incluindo teste específicos de leitura, escrita e cálculo[12]. O estudo foi conduzido em inglês e francês e foi utilizada uma amostra derivada do inquérito mensal ao emprego. Os dados foram obtidos a partir de um questionário de caracterização, dos questionários de avaliação de capacidade e das características dos respondentes obtidas através do inquérito ao emprego. Uma tipologia de níveis de capacidade conduziu a resultados que colocaram 7% da população no

[9] Adult Performance Level Project, *Final Report: The Adult Performance Level Study*, Washington, D.C., U.S. Office of Education, 1977.

[10] Irwin S. Kirsch and Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults, op. cit.*

[11] P. Calamai, *Broken Words: Why Five Million Canadians are Illiterate*, Ottawa, Southam Press, 1987.

[12] Gilles Montigny, Karen Kelly e Stan Jones, *Adult Literacy in Canada: Results of a National Study, op. cit.*

Nível 1 (não sabe ler), 9% no Nível 2 (leitura de palavras simples), 22% no Nível 3 (leitura de expressões simples), e 62% no Nível 4 (capacidade adequada de leitura).

O mais recente estudo desenvolvido nos Estados Unidos da América – o National Adult Literacy Survey (NALS)[13] – parte de uma ruptura básica com os pressupostos da generalidade dos modelos anteriormente adoptados em estudos americanos, prolongando a abordagem já iniciada na pesquisa promovida pelo NAEP sobre os jovens adultos. Isto é, estipula-se que "não se pode limitar o estudo da literacia à simples tarefa de contar o número de analfabetos e tratar a literacia como uma condição que os indivíduos têm ou não têm". Para os autores, "tais esforços são arbitrários, ilusórios e impotentes para compreender não só a complexidade do problema da literacia mas também a diversidade de soluções necessárias para o enfrentar".

O NALS baseou-se numa definição diferente de literacia e, por isso, adoptou uma abordagem diferente para a avaliar. "O objectivo deste estudo é determinar o perfil de literacia, em língua inglesa, dos adultos dos Estados Unidos, tomando como base os seus desempenhos num vasto e diversificado conjunto de tarefas que reflectem os tipos de materiais e de usos com que os mesmos se defrontam nas suas vidas diárias."

O estudo incidiu sobre uma amostra representativa da população adulta americana de idade igual ou superior a 16 anos, num total de cerca de 13 600 indivíduos. Para além disso, foram ainda estudados mais cerca de 1000 adultos em cada um de 12 Estados que pretenderam participar num estudo especial desenhado para a obtenção de resultados estaduais comparáveis com os dados nacionais. Foram ainda incluídos no estudo cerca de 1100 detidos em 80 prisões federais e estaduais, com o objectivo de recolher informação relativa à proficiência da população encarcerada. No total, o estudo abrangeu mais de 26 000 adultos.

Em termos gerais, são os seguintes os resultados obtidos:

Entre 21% e 23% de adultos norte-americanos, ou seja, de 40 a 44 milhões, demonstraram capacidades ao mais baixo nível de proficiência em prosa, documentos e cálculo (Nível 1). Embora todos os adultos neste nível revelem capacidades limitadas, as suas características são diversas.

[13] Irwin S. Kirsch, Ann Jungeblut, Lynn Jenkins e Andrew Kolstad, *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey, op. cit.*

De 25% a 28% dos respondentes, representando cerca de 50 milhões de adultos, demonstraram capacidades classificadas no Nível 2 em cada uma das escalas de literacia.

Cerca de um terço dos respondentes, isto é, perto de 61 milhões de adultos, foram classificados no Nível 3 em cada uma das escalas de literacia.

Finalmente, 18% a 21% dos respondentes, quer dizer, 34 a 40 milhões de indivíduos na população adulta, colocaram-se nos dois níveis mais altos (Níveis 4 e 5) nas três escalas de literacia.

Outras conclusões do estudo revelam situações interessantes. A mero título de exemplo, quando se procede à análise da relação entre níveis de literacia e um conjunto diversificado de outras variáveis, verifica-se que 75% a 80% dos indivíduos com 0 a 8 anos de escolaridade estão no Nível 1 e pouco menos de 1% se encontram nos Níveis 4 e 5. Quando, porém, se consideram os indivíduos com diploma de ensino secundário, 16% a 20% situam-se no Nível 1, enquanto que nos Níveis 4 e 5 se encontram 10% a 13% da mesma população. Há, ainda, 4% dos indivíduos com curso superior que se encontram no Nível 1 e só 44% a 50% deste grupo se posicionam nos Níveis 4 e 5.

Verificou-se, também, que os cerca de 90 milhões de americanos que se encontram nos Níveis 1 e 2 não se consideram necessariamente, a eles próprios, como estando em risco. No conjunto, 66% a 75% dos adultos do Nível 1 e 93% a 97% do Nível 2 descrevem-se a si mesmos como sendo capazes de ler ou escrever bem ou muito bem.

1.4. O Estudo Nacional de Literacia: objectivos e opções metodológicas

Em Portugal não existia qualquer estudo sobre as competências da população adulta quanto à leitura, escrita e cálculo[14], limitando-se o nosso conhecimento a sinais da existência de baixos níveis de competência, a par com os fracos níveis de instrução escolar.

Efectivamente, os dados do Censo de 1991 indicam, para a população entre os 15 e os 64 anos, a situação que se apresenta no Quadro 1.1.

[14] Tinham já sido desenvolvidos, no entanto, estudos de literacia da população escolar, tais como os de Inês Sim-Sim e Glória Ramalho, *Como Lêem as Nossas Crianças? Caracterização do Nível de Literacia da População Escolar Portuguesa*, Lisboa, GEP / Ministério da Educação, 1993, e de Glória Ramalho, *As Nossas Crianças e a Matemática. Caracterização da Participação dos Alunos Portugueses no Second International Assessment of Educational Progress*, Lisboa, DEPGEF / Ministério da Educação, 1994.

Quadro 1.1: Níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos

Níveis de escolaridade	%	% acumuladas
Sem saber ler e escrever ou com menos que a 4ª classe	17,8	17,8
1º ciclo do ensino básico (4 anos de escolaridade)	38,3	56,1
2º ciclo do ensino básico (6 anos de escolaridade)	17,6	73,7
3º ciclo do ensino básico (9 anos de escolaridade)	12,0	85,7
Ensino secundário (11/12 anos de escolaridade)	8,9	94,6
Ensino superior	5,4	100,0
Total	100,0	

Fonte: Recenseamento Geral da População, INE, 1991

A existência de cerca de 74% da população com o máximo de 6 anos de escolaridade, para além de confirmar os dados internacionais que apresentam para Portugal, no conjunto dos países industrializados, dos mais baixos níveis de escolarização da população dos 25 aos 64 anos[15], reforça a convicção que aponta para a existência de um número significativo de adultos que vêem dificultada a sua inserção numa sociedade cada vez mais exigente, complexa e competitiva.

Se considerarmos como aceitável que "o limiar mínimo da alfabetização deverá ser aquele que é suposto os jovens atingirem no final da escolaridade obrigatória"[16] que é hoje, em Portugal, de nove anos, poderemos estimar como preocupante a situação da grande parte da população portuguesa.

Face a estes indicadores, impunha-se que, a exemplo do que tem sido feito noutros países da OCDE, se analisasse a realidade através de um estudo de avaliação directa das competências de leitura, escrita e cálculo da população portuguesa.

Assim, surgiu o *Estudo Nacional de Literacia*, cujo objectivo central consistiu na *avaliação da literacia da população adulta, tendo em vista a identificação da estrutura de distribuição das respectivas competências e, ainda, a identificação e análise dos factores e dos processos sociais que lhes estão associados.*

[15] *Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Organisation de Coopération et de Développment Économiques, 1995.

[16] Lisete de Matos, *Alfabetização Funcional em Portugal: Alguns Indícios de Existência e Reconhecimento*, Lisboa, ENL / documento de trabalho, 1994.

Para este efeito, adoptou-se o conceito utilizado nos estudos canadianos, segundo o qual a literacia é entendida como *as capacidades de processamento da informação escrita na vida quotidiana.*

Este conceito, que estrutura e define o objecto central de estudo, pressupõe o uso de materiais escritos como base de transmissão da informação necessária à resolução de tarefas para cuja execução é necessário convocar competências de leitura, de escrita e de cálculo.

Os *objectivos* do Estudo Nacional de Literacia podem sintetizar-se do seguinte modo:

- conhecer a situação nacional quanto às competências de literacia da população residente em Portugal com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos;
- proporcionar alguns elementos de comparação indirecta com resultados de estudos internacionais realizados neste campo;
- formular hipóteses quanto às causas e consequências das situações encontradas;
- identificar variáveis que, pelo seu grau de associação à literacia, permitam, com recurso a metodologias de avaliação indirecta, acompanhar o desenvolvimento do fenómeno;
- identificar temas para estudos posteriores cujo interesse resulte da pesquisa realizada.

O estudo desenvolveu-se através de uma *metodologia múltipla* que consistiu, simultaneamente, na aplicação de um *inquérito por entrevista directa*, a uma amostra representativa da população dos 15 aos 64 anos residente em Portugal, e na realização de um conjunto de *monografias* sobre a literacia em determinados grupos e contextos sociais particulares[17].

O inquérito foi concebido tendo em vista: a) a recolha de elementos de caracterização sociográfica dos entrevistados, o conhecimento das suas práti-

[17] Foi realizado, ainda, um estudo relativo a representações sociais acerca da literacia em diversos meios institucionais portugueses, conduzido por José Resende.

cas de leitura, escrita e cálculo, e a recolha de elementos de auto-avaliação/atitudes relativas a competências de uso de materiais escritos (*questionário*); b) a avaliação directa das competências de literacia (*teste*).

O *questionário* incluiu um conjunto de variáveis de natureza diversa, tais como:

- Demográficas: sexo, idade;
- Geográficas: residência (região, habitat), naturalidade, nacionalidade (tempo de residência no país);
- Familiares: estado civil, dimensão do agregado familiar, tipo de família;
- Educacionais: grau de ensino, idade de obtenção, escolaridade dos pais;
- Socioprofissionais: meios de vida, condição perante o trabalho, profissão, situação na profissão;
- Práticas de leitura, escrita e cálculo: na vida profissional, pessoal e social; relativas a documentos, livros, revistas, jornais, televisão;
- Atitudes e auto-avaliação: capacidades pessoais; adequação entre formação e requisitos da actividade profissional; desejo de obtenção de formação adicional.

O *teste* consistiu na realização de um conjunto de tarefas, para cuja correcta resolução se pressupõe a mobilização de competências progressivamente crescentes. Teve como suporte textos escritos contendo a informação necessária à execução das diferentes tarefas. Tais textos, de natureza não escolar, tratavam assuntos relacionados com actividades quotidianas, apresentando situações com que os adultos se confrontam na sua vida. Os textos foram retirados de publicações e outros suportes impressos correntes (jornais, anúncios, folhetos, preçários, etc.). Não se pretendendo, porém, testar *rotinas funcionalizadas* mas a *capacidade de utilizar informação escrita* necessária nas diferentes dimensões da vida adulta, os conteúdos de tais textos centraram-se em situações da vida *pessoal, profissional* e *social* bastante difundidas e de carácter o mais possível transversal à generalidade das condições de existência nas sociedades contemporâneas.

O teste foi organizado tendo em vista a abordagem das dimensões de literacia anteriormente referidas, como sejam a *literacia em prosa, documental* e *quantitativa*, o que se traduziu na utilização de tarefas dos seguintes tipos:

- leitura e interpretação em prosa (artigos de jornais, revistas e livros);
- identificação e uso de informação localizada em documentos (impressos, quadros, gráficos);

- realização de operações numéricas a partir de informação contida em material impresso (preçários, anúncios, depósitos bancários).

O teste foi estruturado em duas partes, "Parte A" e "Parte B", com tarefas de complexidade crescente entre A e B e no interior de cada grupo. A Parte A, constituída por nove tarefas (com cinco suportes), foi utilizada como primeiro conjunto de tarefas de baixa dificuldade e como filtro de selecção. Assim, só quem resolvia correctamente cinco das nove tarefas da Parte A passava para a Parte B, de modo a evitar o confronto de pessoas com grandes dificuldades de leitura, escrita e cálculo com tarefas manifestamente fora das suas possibilidades. A Parte A do teste continha ainda uma tarefa de leitura breve. Na Parte A, as perguntas eram feitas pelo entrevistador, no sentido de evitar dificuldades resultantes da leitura das próprias instruções. As respostas eram dadas sublinhando passagens dos suportes ou escrevendo um pequeno conjunto de palavras. Aos entrevistados que não continuavam na Parte B pedia-se-lhes que assinassem o nome, antes de dar por finda a entrevista. A Parte B do teste era constituída por vinte e quatro tarefas (com dez suportes) e o entrevistador apenas indicava os procedimentos sem formular as tarefas. Os entrevistados tinham de ler as perguntas e os suportes e, depois, responder por escrito.

A *amostra*, representativa da população dos 15 aos 64 anos, residente no Continente, foi construída a partir da amostra do Inquérito ao Emprego que o Instituto Nacional de Estatística realiza regularmente. Trata-se de uma amostra representativa, aleatória, estratificada, não proporcional, construída em duas etapas. A primeira etapa consistiu na selecção aleatória de 200 secções estatísticas do Continente. A segunda etapa traduziu-se na selecção aleatória de 3000 indivíduos, sem repetição do grupo doméstico. Os estratos foram construídos pela combinação das seguintes variáveis: grau de instrução, sexo, idade e condição perante o trabalho. O Quadro 2.1 mostra a distribuição resultante, para cada uma dessas variáveis e para a informação efectivamente recolhida, a qual se fixou em *2449 indivíduos*. O erro é de +/- 2%, para um intervalo de confiança de 95%. A amostra foi ponderada para o tratamento dos dados, de modo a repor a proporcionalidade à distribuição das variáveis de estratificação no universo.

O *trabalho de campo* foi realizado pelas equipas de entrevistadores do Instituto Nacional de Estatística, após formação específica; realizou-se entre Outubro e Dezembro de 1994. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 73 minutos.

Toda a Parte B do livro é dedicada à apresentação e análise dos resultados deste inquérito.

Quadro 1.2: População e Amostra

	População		Amostra	
	N	%	n	%
Total	**6 340 844**	**100,0**	**2 449**	**100,0**
Sexo				
Masculino	3 096 665	48,8	1 195	48,8
Feminino	3 244 179	51,2	1 254	51,2
Idades				
15 - 24 anos	1 548 678	24,4	491	20,0
25 - 39 anos	2 024 960	31,9	737	30,1
40 - 54 anos	1 724 248	27,2	687	28,1
55 - 64 anos	1 042 958	16,5	534	21,8
Nível de instrução				
S/ grau	1 126 236	17,8	449	18,3
Básico 1	2 427 400	38,3	747	30,5
Básico 2	1 118 847	17,6	406	16,6
Básico 3	761 269	12,0	408	16,7
Secundário	561 459	8,9	230	9,4
Superior	345 633	5,5	209	8,5
Actividade				
Activos	3 923 000	61,9	1 460	59,6
Não Activos	2 417 844	38,1	989	40,4

O Capítulo 2 começa pela caracterização sociográfica da população em estudo, procurando-se factores estruturais de enquadramento dos perfis de literacia observados. Procede-se, em seguida, à apresentação e exame dos dados obtidos através de dois modos de abordagem indirecta da literacia: em primeiro lugar, as práticas de leitura, escrita e cálculo, tal como

os inquiridos as declaram; em segundo lugar, as avaliações que os entrevistados fazem acerca das suas próprias competências a esse respeito.

No Capítulo 3 é explicitada com algum pormenor a metodologia desenvolvida para a avaliação directa dos perfis de literacia da população. Indicam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a construção dos níveis de literacia, apontam-se vias de aprofundamento interpretativo do significado desses níveis, examinam-se as bases conceptuais desta abordagem e debate-se um conjunto de problemas fundamentais que se colocam à análise extensiva da literacia.

O Capítulo 4 é dedicado à apresentação dos resultados principais do teste de avaliação directa. Traça-se, de início, o perfil geral da população adulta portuguesa em termos de níveis de literacia. Seguidamente, desdobram-se os dados segundo um conjunto de indicadores decisivos de caracterização social, identificando variações relevantes nos perfis de literacia consoante os segmentos da população considerados e procurando determinar relações significativas com os referidos parâmetros de estruturação social.

Finalmente, no Capítulo 5 avança-se mais um passo na análise integrada da literacia, estabelecendo relações entre os níveis de literacia obtidos através das provas de avaliação directa, e outras medidas de literacia, de carácter indirecto. Os níveis de literacia são especificamente relacionados com os antecedentes escolares dos entrevistados, com as suas práticas de leitura, escrita e cálculo e, ainda, com as auto-avaliações de literacia por eles produzidas.

Mas, apesar de, na concepção do Estudo Nacional de Literacia, a análise extensiva ocupar, pelas razões atrás expostas, um lugar central, e para além de o tipo de análise extensiva aplicada ter tido a preocupação de recolher informação através de uma pluralidade de abordagens (avaliação directa, práticas, auto-avaliação, graus de ensino), não deixou também de se desenvolver, como já foi mencionado, uma vertente de análise qualitativa, de carácter monográfico.

Realizou-se, assim, um conjunto de cinco monografias, sobre categorias sociais específicas e em contextos socioculturais particulares. Os casos foram seleccionados segundo um duplo critério de interesse analítico e importância social. Os cinco estudos monográficos resultantes, que compõem a Parte C, são os seguintes:

– Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal (Capítulo 6);

- Relações dos jovens com a literacia: contextos de socialização em meio operário (Capítulo 7);
- A literacia na vida quotidiana dos idosos: duas freguesias do centro histórico de Lisboa (Capítulo 8);
- Literacia numa vila do interior: trabalhadores fabris e do pequeno comércio (Capítulo 9);
- Agricultores e literacia: relação com a informação institucional e vida quotidiana no Centro Litoral (Capítulo 10).

A investigação contemporânea sobre literacia é atravessada por um debate que por vezes se polariza entre dois campos opostos: o dos defensores das comparações extensivas quantificadas e o dos apologistas das análises qualitativas localizadas. Essas contraposições são em grande parte tributárias de polémicas mais gerais, e praticamente tão antigas como as próprias ciências sociais, nas quais paradigmas teóricos, modelos analíticos e estratégias observacionais se enfrentam, com alguma frequência, retomando polaridades do tipo referido. Tal como foi já sobejamente verificado neste plano mais geral, também no domínio particular dos estudos sobre a literacia, quando as questões se colocam naqueles termos dicotómicos, em regra é à custa de equívocos conceptuais e argumentos redutores que, afinal, não conduzem senão ao empobrecimento analítico. Não há, efectivamente, nenhuma razão teórica ou epistemológica sólida para privilegiar, de modo apriorístico e exclusivista, determinado procedimento técnico de observação ou determinado modo de análise do social, em detrimento absoluto dos outros. Tudo depende de um conjunto variado de factores, entre os quais se contam os objectivos da pesquisa e as perspectivas analíticas adoptadas, os quadros teóricos de referência e os níveis de análise a que se pretende trabalhar, o objecto de estudo construído e o horizonte de observáveis empíricos delimitado.

Sem alongar aqui escusadamente estas considerações, pode no entanto ser útil fazer uma referência breve aos principais argumentos, de parte a parte.

Do ponto de vista dos unilateralmente quantitativistas, os estudos locais acerca da literacia, de índole monográfica, são, em geral: vagos no plano conceptual, uma vez que não aplicam um conceito formalizado de literacia; imprecisos quanto à medida, por não utilizarem instrumentos replicáveis e testáveis de recolha de informação; analiticamente pobres, devido a não poderem determinar as relações sistemáticas que se estabelecem entre distribuições de literacia e outras distribuições de propriedades sociais; e, finalmente, bastante irrelevantes, dado que não conseguem comparar, segundo padrões comuns, diferentes conjuntos sociais – afinal, um dos principais objectivos dos estudos da literacia.

Pelo seu lado, os adeptos exclusivistas do qualitativo recusam validade e pertinência aos inquéritos extensivos sobre a literacia, levantando um conjunto de problemas entre os quais se salientam: o de que um traço cultural como a literacia tem significados diferentes consoante os contextos socioculturais específicos, só podendo ser analisado no âmbito de cada um desses meios sociais, enquanto componente do sistema de práticas locais e nos termos da configuração cultural específica aí vigente; o de que os conceitos e medidas de literacia usados nas análises extensivas são impostos arbitrária e artificialmente do exterior às comunidades locais, segundo uma concepção escolar e uma normatividade institucional provenientes da cultura letrada e dos seus agentes, que se relacionam com essas comunidades e com as respectivas culturas em termos de dominação; o de que, assim, se ignora ou se desvaloriza toda uma série de patrimónios culturais, de saberes e de estratégias de vida que os grupos sociais reproduzem ou conseguem desenvolver, alternativos às formas de literacia oficiais; o de que as comparações possíveis e pertinentes são apenas aquelas que se estabelecem entre formas de literacia situadas face aos quadros socioculturais particulares de que fazem parte e entendidas, precisamente, como seus componentes.

Não deixa de ser curioso verificar que boa parte dos argumentos dos dois lados remetem para problemas importantes, que tem interesse considerar na análise, mas que estão longe de se excluir entre si. Pelo contrário, as várias abordagens permitem acesso a aspectos complementares desse fenómeno social complexo, multifacetado e dinâmico que é a literacia nas sociedades contemporâneas.

O facto de se tentar desenvolver uma aproximação às competências de literacia através de formas de avaliação directa não elimina o interesse de recolher também informação extensiva sobre os graus de instrução formal, ou sobre práticas de utilização de materiais escritos, ou, ainda, sobre auto-avaliações de capacidades. Tudo está em não tomar umas coisas pelas outras e, com esclarecimento teórico e rigor analítico, procurar, antes de mais, interpretar adequadamente cada um desses diferentes aspectos da literacia para, em seguida, estabelecer relações entre eles, alargando e aprofundando o conhecimento sobre a questão.

O mesmo se pode dizer da complementaridade produtiva entre uma estratégia de pesquisa que visa traçar panoramas globais das distribuições de literacia, relacionáveis com outros parâmetros de caracterização extensiva das estruturas sociais e comparáveis à escala dos grandes conjuntos, e uma outra estratégia de investigação que procura sobretudo compreender a literacia (isto é, as práticas e representações, competências e disposições que com ela têm mais directamente a ver) no quadro integrado da vida social de um grupo, um meio local ou uma comunidade particulares, e na sua articulação com as configurações e dinâmicas culturais aí prevalecentes.

A questão, aliás, não é apenas de *complementaridade analítica*, mas também de *verificação cruzada*. Os modos de captação científica da realidade social são suficientemente frágeis para não serem de desprezar todas as vantagens da interpelação recíproca entre informações e interpretações suscitadas a partir de diferentes ângulos de análise. É o que se passa, por maioria de razão, quanto a um campo tão complexo e ainda tão por desbravar como o da literacia.

Nesta ordem de ideias, o Estudo Nacional de Literacia optou, como foi referido, por uma *estratégia múltipla*, simultaneamente extensiva e intensiva, a primeira desdobrando-se ela própria em várias dimensões e procedimentos (de avaliação directa e indirecta) e a segunda aplicada a diversos contextos socioculturais. Procurou-se fazê-lo salvaguardando as especificidades de cada um dos diferentes tipos de abordagens – e, por conseguinte, dos resultados delas decorrentes – mas, ao mesmo tempo, utilizando um quadro conceptual de base unificado, possibilitando a articulação teórica e interpretativa das análises.

Esta *unificação conceptual* não é, aliás, algo de ordem meramente processual – um expediente analítico artificialmente abstractizante, embora porventura com alguma utilidade operatória – mas corresponde, de forma muito mais profunda, ao próprio *conteúdo substantivo* do objecto de estudo: a literacia nas sociedades contemporâneas. Efectivamente, a informação escrita e os modos de relacionamento social com ela constituem um caso notável de elemento sociocultural que, se por um lado não deixa de ocorrer sempre de forma situada e contextual, também, por outro lado, não decorre de culturas localmente circunscritas nem as suas implicações são aferíveis apenas por referência a quadros sociais estritamente autocontidos.

Perante uma sociedade como a portuguesa, com a sua inserção contemporânea no sistema social mundial, não se vê que razoabilidade conceptual teria contrapor, em termos de alternativa dicotómica, um modo "emic" de analisar a literacia (isto é, segundo critérios e sentidos considerados estritamente "internos" a culturas locais não letradas) a um modo "emic" supostamente construído "de fora" dos quadros socioculturais em que as pessoas vivem, pensam e agem[18].

O que se passa é que a literacia *faz parte*, de forma longamente sedimentada e profundamente estruturadora, de um universo sociocultural em que, cada vez mais, todos estamos actualmente inseridos, mesmo os que têm capacidades muito reduzidas de ler, escrever e contar. Por outro lado, por maior que seja a sua importância, é, nesse universo sociocultural, apenas *uma parte entre outras*, com as quais foi estabelecendo relações, umas vezes de dominação (como com muitas culturas orais de carácter popular), outras eventualmente de subordinação (como, na opinião de alguns, com certas formas mediáticas de cultura da imagem) e, na maioria dos casos, de cruzamento e interpenetração[19].

A análise da literacia é, pois, algo de muito mais complexo do que uma simples dicotomia entre abordagens quantitativas ou qualitativas, extensivas ou intensivas, "etic" ou "emic" poderia dar a entender. Para o Estudo Nacional de Literacia não se punha a questão de optar por uma ou por outra, mas sim de desenvolver uma estratégia múltipla de pesquisa como a que foi descrita, em que análises extensivas e monográficas se articulam complementarmente e se interpelam de modo recíproco. E impunha-se fazê-lo de forma

---

[18] A respeito especificamente dos estudos da literacia ver, por exemplo, Daniel A. Wagner, "Adult literacy assessment in comparative context: some cultural limitations and opportunities", comunicação a *Adult Basic Skills: Innovations in Measurement and Policy Analysis* (NCAL / OECD Roundtable) Philadelphia, 1994, ou Jean-Paul Hautecoeur (edit.), *Literacy and Cultural Development Strategies in Rural Areas*, Toronto, Culture Concepts / Unesco, Institute for Education, 1994. Sobre a questão analítica geral pode consultar-se Thomas N. Headland, Keneth L. Pike e Marvin Harris (edit.), *Emics and Etics. The Insider / Outsider Debate*, Newbury Park, Sage Publications, 1990.

[19] Algumas referências de natureza diversa a este respeito, de entre as muitas possíveis, são as de Jack Goody, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987 (ed. orig. 1986) e *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (ed. orig. 1977), de Richard Hoggart, *The Uses of Literacy*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (ed. orig. 1975) e de José Afonso Furtado, *O Livro* (Colecção "O que é"), Lisboa, Difusão Cultural, 1995. Dos estudos sobre aspectos da sociedade portuguesa podem mencionar-se, por exemplo, Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987) ou Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

teoricamente unificada por um conceito de literacia realçando o processamento de informação escrita na vida quotidiana contemporânea, com as suas infinitas variantes mas, também, com a crescente *transversalidade* social de suportes e situações, de práticas de literacia e de competências necessárias para as desenvolver.

Este livro sobre o Estudo Nacional de Literacia traduz a complementaridade de ângulos de análise procurada. Aliás, no prosseguimento de cada um deles tomaram-se já em conta, tanto quanto possível, os resultados a que os outros iam chegando. Mas, evidentemente, só agora, com o estudo à disposição de investigadores e políticos, técnicos e professores – e do público em geral – fica possibilitado o alargamento e aprofundamento da análise, nomeadamente através do desenvolvimento de confrontações entre os seus diversos segmentos constitutivos e, desejavelmente, outros futuros trabalhos neste domínio.

Em síntese, define-se **literacia** *como as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana.*

A **análise extensiva** *da literacia de uma população consiste na identificação da estrutura de distribuição social das competências de leitura, escrita e cálculo utilizadas na resolução de problemas da vida social, profissional e pessoal.*

Tal análise requer a adopção de metodologias de **avaliação directa** *de competências, ultrapassando as limitações das formas habituais de avaliação indirecta como as declarações de saber ler, a assinatura do nome, o grau de ensino, entre outras. A avaliação directa da literacia da população adulta portuguesa desenvolveu-se com base em tarefas genéricas e universais da vida social contemporânea, evitando quaisquer rotinas funcionalizadas e específicas a contextos restritos. A análise realizada abrange três tipos de suportes: textos em prosa, documentos impressos e informação quantitativa.*

A componente extensiva do Estudo Nacional de Literacia baseou-se num **teste** *de avaliação directa de competências, acompanhado por um* **inquérito** *de caracterização sociográfica, de recolha de declarações sobre práticas correntes de leitura, escrita e cálculo e, ainda, de auto-avaliação de capacidades de uso de materiais escritos. O trabalho de campo foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.*

A população de referência do estudo, relativamente à qual se construiu uma amostra representativa, é a população dos 15 aos 64 anos residente em Portugal continental; a amostra, aleatória, estratificada por graus de instrução, sexo, idade e condição perante o trabalho, foi constituída por 2449 indivíduos.

O Estudo Nacional de Literacia desenvolveu também, complementarmente, um conjunto de estudos qualitativos sobre a literacia em determinados contextos socioculturais particulares. Tais **monografias** *incidem sobre minorias étnicas, jovens de meio operário, idosos do centro histórico de Lisboa, trabalhadores fabris e do pequeno comércio de uma vila do interior, agricultores de uma zona do centro litoral.*

Parte B

ANÁLISE EXTENSIVA

Capítulo 2

A POPULAÇÃO, AS PRÁTICAS E AS AUTO-AVALIAÇÕES DE LITERACIA

Que características sociais básicas tem a população que foi objecto de análise neste Estudo Nacional de Literacia? Como é que essa população se apresenta em termos de indicadores indirectos de literacia, como sejam a formação escolar, as práticas declaradas de leitura, escrita e cálculo e, ainda, as avaliações que as próprias pessoas fazem do seu nível de literacia?

Antes de chegar ao cerne da investigação realizada – a análise dos níveis de literacia da população portuguesa através da metodologia de avaliação directa - importa fornecer um conjunto de elementos de resposta às duas perguntas acima formuladas. Não só por necessidade de enquadramento daqueles resultados principais; mas também porque a complexidade do tema aconselha a experimentar vias complementares de análise e a confrontar os respectivos resultados. Aliás, a nível internacional, a investigação sobre a literacia tem passado por várias fases e pelo recurso a estratégias de abordagem diversas, nomeadamente através de metodologias de avaliação indirecta, com as quais tem interesse comparar os resultados obtidos pela avaliação directa.

Como se indicou no capítulo anterior, o estudo incidiu sobre a população portuguesa do continente, com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, em geral considerada como população potencialmente activa na esfera profissional. A distribuição dessa população por sexos, escalões etários, graus de ensino e condição perante o trabalho – parâmetros que serviram para a construção da amostra representativa utilizada no estudo – foi já apresentada no Quadro 1.2, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1991.

Pode acrescentar-se, ainda de forma preliminar, que a grande maioria dos entrevistados nasceu em Portugal (94,8%) e que o português é a língua materna da quase totalidade: 96,6%. Dos que não nasceram no território nacional, a maior parte vem dos países africanos de língua oficial portuguesa, constituindo 3,5% da amostra. No conjunto dos inquiridos, 11,3% residiram anteriormente no estrangeiro: 5,2% são naturais doutros países e

6,1% saíram de Portugal durante períodos relativamente longos (três anos ou mais).

As populações migrantes e as minorias étnicas têm sofrido, com frequência, condições de dificuldade acrescida quanto à aquisição de competências linguísticas e de literacia. Daí a importância de considerar as variáveis anteriores. No entanto, perante os valores acima indicados, verifica-se que uma amostra representativa nacional com a dimensão da que foi possível utilizar não propicia análises estatisticamente significativas a este respeito. O peso relativamente reduzido destes sectores no conjunto da população e a tendência para a concentração espacial dos seus locais de residência são factores que contribuem para este efeito. Poder-se-á, eventualmente, em estudos futuros, construir amostras específicas destas populações. Seja como for, o significado social dos imigrantes, nomeadamente africanos, bem como dos filhos de emigrantes regressados ao país, é inegavelmente relevante na sociedade portuguesa actual. No âmbito do presente projecto procurou-se dar conta de um conjunto de aspectos característicos da situação quanto à literacia de populações de origem africana em Portugal, através de uma das monografias referidas no capítulo anterior.

2.1. Perfis de escolaridade, composição socioprofissional e mobilidade social

A análise da composição social da população inquirida permite evidenciar alguns dos traços mais relevantes das estruturas sociais do país e dos seus processos de transformação[1], traços esses com relação significativa com os padrões de literacia que se puderam observar. A configuração estrutural de uma sociedade, nomeadamente em termos de formação escolar e composição socioprofissional, bem como os antecedentes familiares e as trajectórias sociais dos indivíduos que a compõem, são factores fortemente associados aos níveis de literacia.

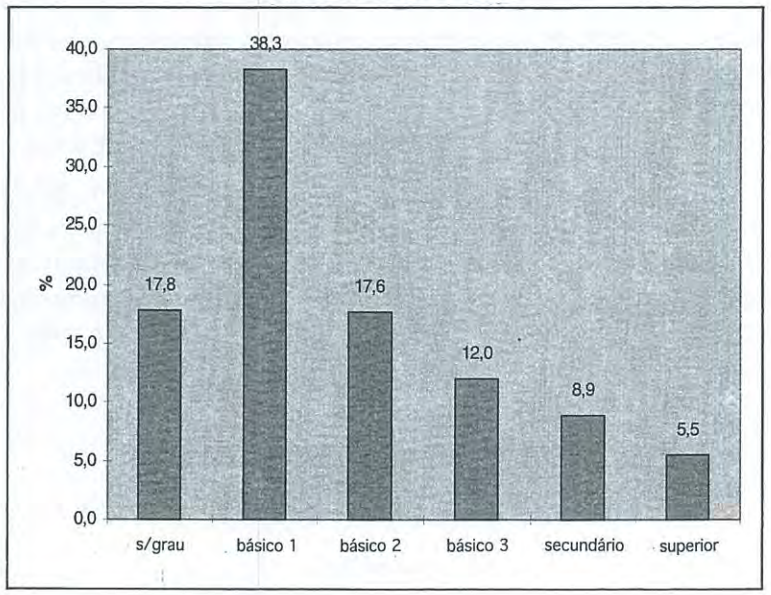
A capacidade de processar informação escrita na vida quotidiana – questão que o conceito de literacia pretende analisar – não se confunde com a formação escolar. Pessoas com formação escolar equivalente podem ter capacidades diferentes de utilização efectiva, nas situações do dia-a-dia, de materiais

[1] Como enquadramento pode ver-se, a este respeito, João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição socioprofissional e novos protagonistas", *in* António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

escritos diversos. A aprendizagem escolar não é homogénea, mesmo para idênticos graus de ensino. Os percursos de vida contemporâneos comportam, em variados domínios de experiência não escolares, processos tanto de aquisição como de perda de competências deste tipo. Entre a formação de competências e a sua utilização em circunstâncias da prática social corrente há todo um conjunto de mediações. Contudo, também não se pode dizer que o peso da escolaridade, na constituição dos padrões de literacia socialmente observáveis, seja insignificante ou menosprezável. Pelo contrário, é geralmente considerado muito importante na produção das competências necessárias para o enfrentamento, mais ou menos satisfatório, de um leque enorme e variado de situações que, no mundo contemporâneo, requerem o processamento de informação escrita – seja na actividade profissional, na esfera pessoal da vida privada, do consumo e do lazer ou, ainda, no relacionamento social mais amplo, de natureza cívica, política ou outra.

Mas essa importância não é exclusiva nem linear. Uma das preocupações desta pesquisa é, precisamente, a de analisar as relações – variáveis – entre formação escolar e literacia. Esse será um dos pontos abordados de modo recorrente ao longo do presente trabalho.

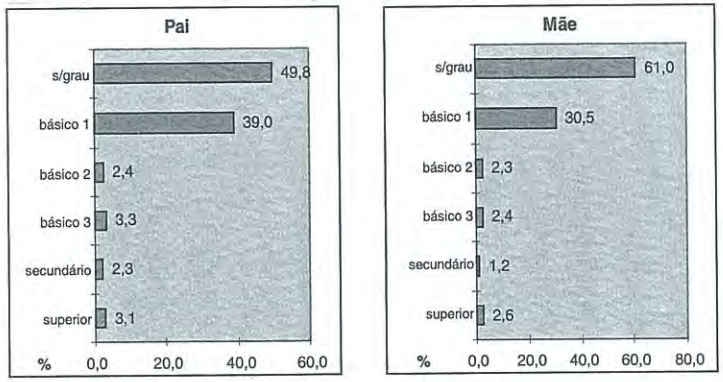
Gráfico 2.1: Graus de ensino



Vale a pena, pois, começar por relembrar o perfil de formação escolar da população inquirida. O Gráfico 2.1 mostra como é que ela se distribui por graus de ensino, considerando os mais elevados que os entrevistados completaram. Como referências de apoio à interpretação destes dados convém assinalar alguns pontos. A percentagem de pessoas sem qualquer grau de ensino completo é ainda muito elevada no país (17,8%), e nela não estão incluídos nem os mais novos, sem idade para ter frequentado e concluído qualquer dos referidos graus de escolaridade, nem os mais velhos, para quem a ausência de formação escolar ainda mais se faz sentir. Pode acrescentar-se que a maior parte (14,4%) nunca frequentou sequer o sistema de ensino. Aqueles que obtiveram graus de formação escolar de nível secundário ou superior constituem, pelo seu lado, segmentos muito reduzidos da população em idade activa: apenas 8,9% e 5,5%, respectivamente. Apesar destes valores baixos, nas últimas décadas verificou-se um crescimento gradual e sistemático dos níveis de escolaridade da população portuguesa. No entanto, a distância que os separa dos padrões observáveis nos países mais desenvolvidos – nomeadamente da União Europeia – permanece muito acentuada.

Por outro lado, só 8,3% dos inquiridos passaram pelo ensino pré-escolar (creche ou jardim-de-infância). Apenas 9,3% declaram ter frequentado cursos de formação profissional de qualquer tipo.

Gráfico 2.2: Grau de ensino dos pais



Que a formação escolar na geração anterior era ainda bastante mais desfavorável, é o que se confirma pelos dados obtidos acerca dos graus de ensino completos dos pais e mães dos entrevistados, como se pode ver no

Gráfico 2.2. É claro que esta situação não terá deixado de influir pesadamente tanto nas trajectórias de escolarização da população actual como na formação dos respectivos padrões de literacia.

Quadro 2.1: Graus de ensino do pai por graus de ensino do inquirido

Grau de ensino / Grau de ensino do pai	Sem grau	Básico - 1	Básico - 2	Básico - 3	Secundário	Superior
	17,5	38,3	17,6	12,1	8,8	5,5
Sem grau 49,8	88,4	64,3	34,7	13,3	15,4	10,7
Básico - 1 39,0	11,0	34,1	53,5	61,3	54,6	42,4
Básico - 2 2,4	0,2	0,8	4,8	3,9	5,7	4,4
Básico - 3 3,3	0,0	0,5	2,2	10,9	8,7	11,9
Secundário 2,3	0,0	0,3	2,8	6,4	4,4	9,7
Superior 3,1	0,4	0,0	2,1	4,2	11,2	20,9

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os fluxos de mobilidade intergeracional que, no plano da escolaridade, se verificaram em Portugal nas últimas décadas podem ser analisados a partir dos Quadros 2.1 e 2.2. Pode observar-se, desde logo, o condicionamento que a instrução escolar dos pais continuou a exercer sobre as probabilidades de escolarização dos filhos: quanto mais baixo é o grau de instrução dos pais mais empobrecidos se revelam os perfis de ensino dos filhos. Os actuais não possuidores de qualquer grau de ensino formal, por exemplo, são quase todos descendentes de meios familiares também sem qualificações escolares (88,4% dos pais e 94,0% das mães). No outro extremo, o segmento de entrevistados com maior percentagem de pais e mães com ensino superior é o dos possuidores, eles próprios, de um diploma desse grau de ensino (20,9% de pais e 13,8% de mães). Estas últimas percentagens, aliás, crescem regularmente com a escolaridade dos inquiridos.

Quadro 2.2: Graus de ensino da mãe por graus de ensino do inquirido

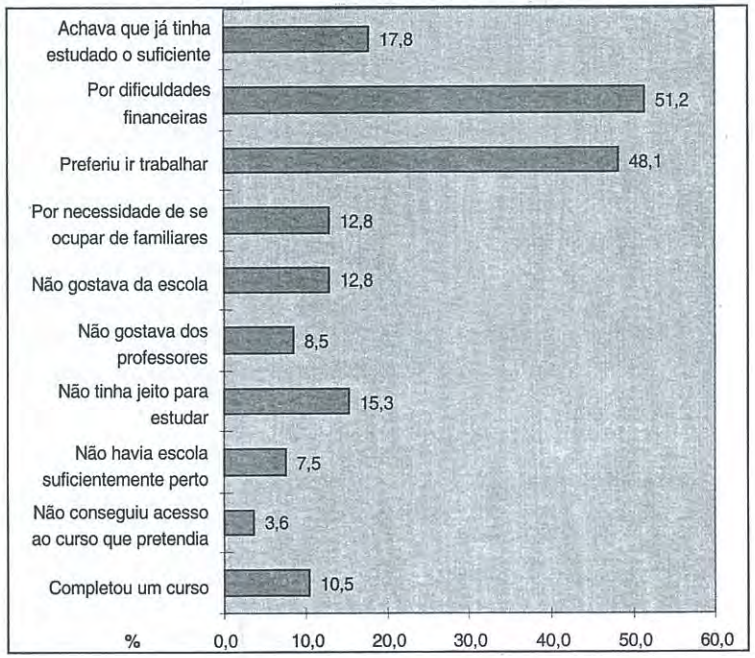
Grau de ensino / Grau de ensino da mãe	Sem grau	Básico - 1	Básico - 2	Básico - 3	Secundário	Superior
	17,6	38,3	17,7	12,0	8,8	5,5
Sem grau 61,0	94,0	76,8	48,7	27,2	24,1	18,2
Básico - 1 30,5	6,0	22,3	42,0	53,6	51,1	44,4
Básico - 2 2,3	0,0	0,5	5,1	5,0	2,8	7,5
Básico - 3 2,4	0,0	0,2	2,0	7,5	6,1	8,9
Secundário 1,2	0,0	0,1	0,6	2,3	4,6	7,3
Superior 2,6	0,0	0,0	1,5	4,4	11,3	13,8

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Isto não quer dizer que, como se viu atrás, não tenha havido uma melhoria relativa geral nos padrões de escolarização do país. Nem que não se observem trajectórias intergeracionais de mobilidade ascendente no plano da escolaridade. Efectivamente, exemplificando de novo com uma situação extrema na escala dos graus de ensino, pode observar-se que os pais de mais de 50% dos actuais diplomados pelo ensino superior tinham no máximo a antiga 4ª classe. E o mesmo acontece, quanto às mães, para mais de 60%.

De forma global, os quadros referidos mostram que a grande maioria das pessoas sem grau de ensino tinha pais e mães também nessa situação; que os possuidores de um diploma do primeiro ciclo do ensino básico provêm de contextos familiares onde predomina a ausência de escolaridade formal ou, quando muito, esse mesmo primeiro ciclo do ensino básico; que os que conseguiram completar seis anos de escolaridade descendem de pais e mães na sua maioria com a antiga 4ª classe ou sem instrução formal; que a categoria modal dos pais e mães dos detentores do terceiro ciclo do ensino básico (nono ano de escolaridade) ou do ensino secundário (onze ou doze anos de escolaridade) é, nitidamente, o primeiro ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe); que, como se mostrou acima, essa é também a escolaridade mais frequente dos pais e mães dos que completaram um curso superior – embora, para estes últimos, apareçam percentagens um tanto maiores de pais e mães com graus de ensino mais elevados.

Gráfico 2.3: Razões de saída da escola

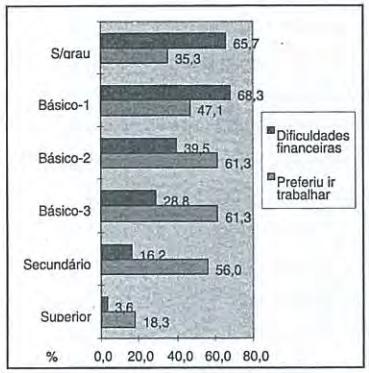


Dificuldades financeiras e preferência por ir trabalhar são as duas razões principais que os entrevistados apontam para terem deixado de frequentar a escola, como se pode ver no Gráfico 2.3. Outros factores são bastante menos referidos, embora com variações.

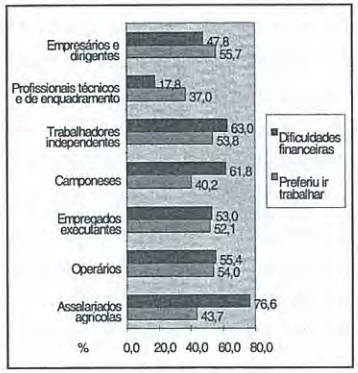
Procurando relacionar aquelas duas razões mais referidas com algumas variáveis de caracterização social básicas, como se faz no Gráfico 2.4, pode verificar-se que apresentam uma associação forte com o grau de ensino, a classe social, a idade e o sexo. Em concreto, quanto mais baixos são os graus de ensino conseguidos, mais as dificuldades financeiras parecem ter pesado na não continuação dos estudos. Já a preferência por ir trabalhar é referida como razão mais relevante, sobretudo pelos possuidores de níveis intermédios de escolaridade.

As razões apontadas variam também com as classes sociais de pertença. Nas de menores recursos atribui-se em geral mais às dificuldades financeiras a responsabilidade pelo não prosseguimento dos estudos. É o caso dos operários industriais e dos empregados de base de escritórios, comércio e servi-

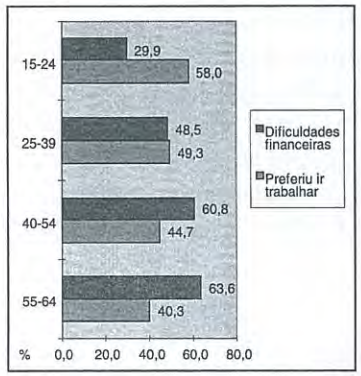
Gráfico 2.4: Razões de saída da escola por graus de ensino, classes sociais, idade e sexo



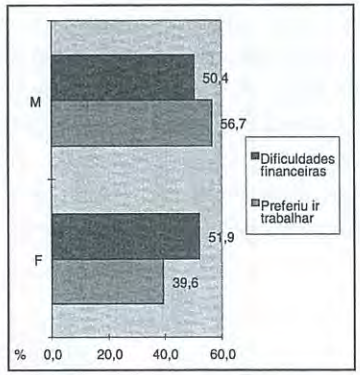
Qui-quadrado significativo (p< 0,01)



Qui-quadrado significativo (p< 0,01)



Qui-quadrado significativo (p< 0,01)



Qui-quadrado significativo (p< 0,01)

ços e, sobretudo, dos assalariados agrícolas, bem como dos pequenos agricultores por conta própria, pequenos comerciantes, artesãos e outros trabalhadores independentes. Os empresários e dirigentes referem mais ter preferido ir trabalhar, provavelmente em muitos casos para unidades empresariais da família ou por eles próprios constituídas. Também é esta a razão mais mencionada pelos quadros e técnicos, embora nestes todos os factores de não prosseguimento dos estudos obtenham valores bastante baixos, uma vez que correspondem a uma categoria socioprofissional em que grande parte das pessoas fez um percurso escolar até aos escalões mais elevados do sistema de ensino.

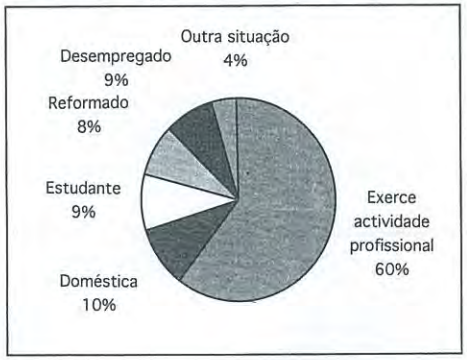
O peso dos constrangimentos económicos directos parece diminuir à medida que se caminha para as gerações mais novas, ganhando comparativamente maior relevo, para uma fracção significativa das pessoas, a disposição de optar por um emprego em alternativa à escola, tão cedo quanto possível. Convém entretanto não perder de vista que os níveis médios de escolaridade têm vindo a crescer ao longo das décadas. É, pois, perante um renovado contexto social de referência, nomeadamente quanto a escolarização, que os resultados referidos podem ser interpretados. Resta ainda dizer que o maior peso relativo atribuído por parte das mulheres às dificuldades financeiras para terem deixado a escola, comparativamente com a importância acrescida que ganha nos homens a opção por ir trabalhar mais cedo em vez de prosseguir os estudos, é congruente com a tradicional menor autonomia feminina no desenvolvimento de estratégias de profissionalização, situação que tende no entanto a acontecer cada vez menos nas gerações mais novas.

As categorias de inserção socioprofissional – mais ou menos estreitamente articuladas com os recursos económicos e culturais detidos pelas pessoas ou por elas provavelmente alcançáveis, com os círculos de relacionamento social, com os meios sociais de origem e com os percursos de vida trilhados – constituem bons indicadores de quadros de condicionamentos e possibilidades socialmente vigentes que, em geral, exercem bastante influência nas disposições, competências e práticas dos indivíduos e dos grupos. Não seria de esperar que o domínio da literacia fosse excepção, que estivesse ao abrigo de tais influências. De forma conexa, mas em sentido causal inverso, os recursos de literacia de que as pessoas são portadoras, ou não, surgem, eles próprios, como meios de conseguir, ou de ver inviabilizado, o acesso a determinadas posições sociais. Em síntese, os lugares ocupados na estrutura de classes e as trajectórias sociais percorridas ao longo da vida constituem parâmetros de referência extremamente significativos, a relacionar analiticamente com os padrões de literacia da população. Importa, por isso, antes de mais, caracterizar deste ponto de vista a população em estudo. Em fases seguintes do trabalho examinar-se-ão vários tipos de relações destas variáveis com indicadores de literacia de diversos tipos, directos e indirectos.

Do conjunto dos inquiridos, 60% exercem actividade profissional (Gráfico 2.5). Nos 40% restantes, a repartição faz-se por segmentos de dimensões não muito diferentes umas das outras. Os sectores de reformados,

desempregados, estudantes e domésticas rondam, cada um deles, na amostra, entre os 8% e os 10%.

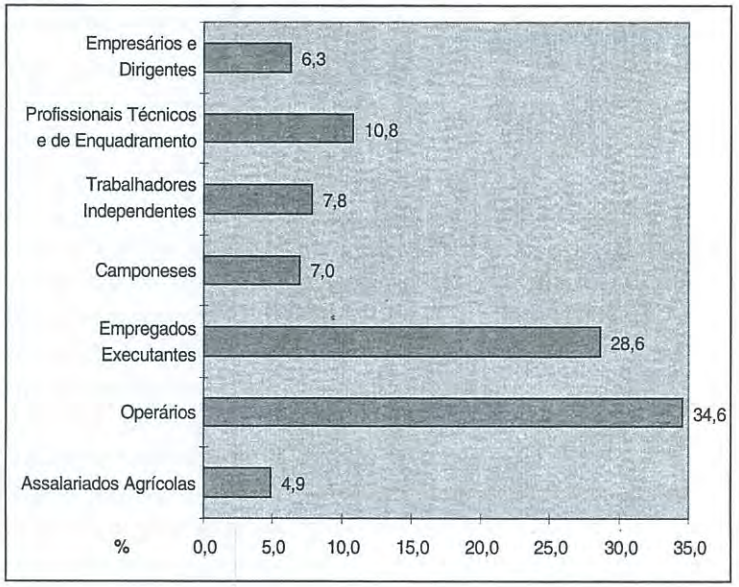
Gráfico 2.5: Condição perante o trabalho



Mas, em termos de composição de classe, avaliada primeiramente através de indicadores socioprofissionais, importa ter em conta que muitos dos que actualmente não exercem profissão já tiveram actividade profissional. É o caso dos reformados, de uma parte importante dos desempregados e mesmo de alguns estudantes e de algumas domésticas. Ao todo, no conjunto dos inquiridos, aqueles que têm ou tiveram ocupação profissional atingem cerca de 83%. Desses, o Gráfico 2.6 mostra como se distribuem por classes sociais.

A maior parte localiza-se em duas grandes categorias de assalariados de base, sem qualificações escolares e profissionais elevadas e sem posição de chefia nas organizações em que trabalham. Uma delas é a dos operários industriais, oficinais e dos transportes, categoria social predominantemente masculina e que, após crescimento gradual ao longo de várias décadas, começa agora a reduzir um pouco o peso relativo na estrutura social portuguesa, embora permaneça muito importante. A outra é a dos empregados executantes de escritórios, comércio e serviços, estes em crescimento absoluto e percentual correspondente às dinâmicas de terciarização da economia, e onde se verifica um peso muito maior de mulheres, que têm vindo a concretizar em grande parte nesta categoria o acentuado aumento a que se assiste no país da sua presença na esfera profissional. Se lhes adicionarmos os assalariados agrícolas, lugar social que de há trinta anos para cá passou rapidamente do mais numeroso para a quase extinção, encontramos quase 70% das pessoas.

Gráfico 2.6: Classes sociais

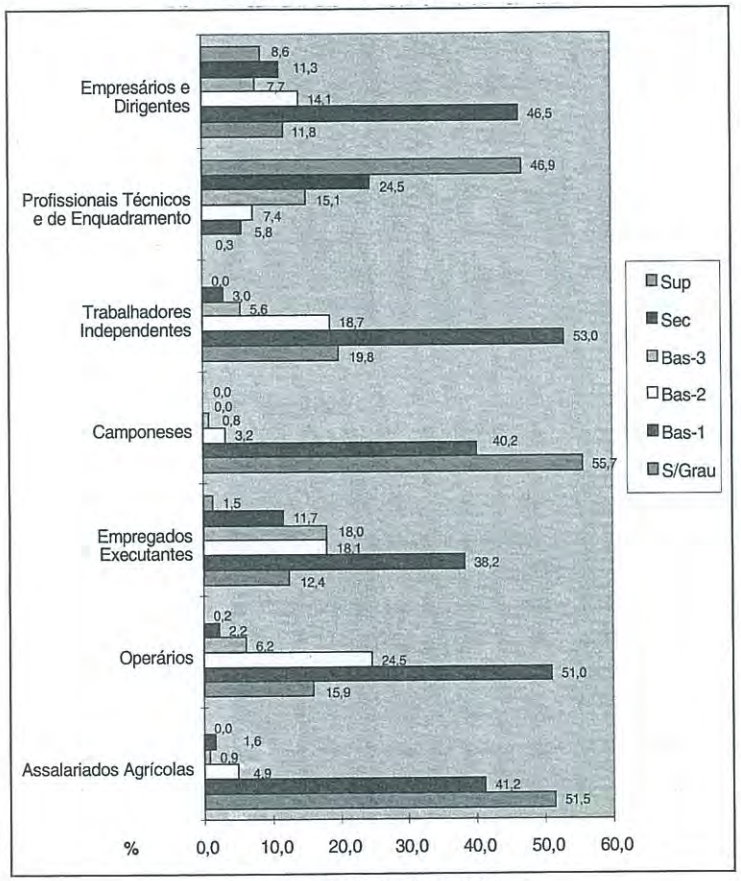


Das restantes 30%, cerca de metade distribui-se em partes aproximadamente iguais pelos lugares sociais correspondentes à pequena propriedade e ao trabalho por conta própria na agricultura, por um lado, e, por outro, no pequeno comércio, nas actividades artesanais e oficinais, e na prestação de serviços, muitas vezes em unidades económicas de carácter familiar. Cerca de 6% são empresários, de grande e, sobretudo, de pequena ou média dimensão, gestores de empresas, dirigentes estatais e directores de serviços públicos. Os profissionais técnicos e de enquadramento, basicamente assalariados com qualificações escolares e profissionais elevadas ou com posições de chefia intermédia nas organizações, técnicos e quadros médios ou superiores, atingem perto dos 11%, valor que representa um crescimento significativo nas últimas décadas mas que se encontra muito longe do que caracteriza as estruturas sociais dos países mais avançados da Europa.

Os níveis de escolaridade da população não são independentes da respectiva composição socioprofissional. Pelo contrário, os recursos escolares são uma importante dimensão constitutiva da estrutura de classes e a pertença de classe condiciona de forma mais ou menos pesada as oportunidades de educação escolar. O Gráfico 2.7 mostra como cada classe social tem associado um perfil de escolaridades específico.

Nos camponeses e nos assalariados agrícolas predomina a ausência de qualquer grau de ensino completo e, a seguir, o 1º ciclo do ensino básico. Nos operários e nos trabalhadores independentes a fracção largamente maioritária é a dos que possuem o 1º ciclo do ensino básico. Também nos empregados executantes e nos empresários e dirigentes é esse o segmento modal. Mas nos primeiros aparecem já, em percentagens minimamente relevantes, aqueles que fizeram outros ciclos do básico ou o secundário, enquanto que nos segundos se diferencia uma fracção, ainda que relativamente pequena, de diplomados pelo ensino superior. Em contraste, nos profissionais técnicos e de enquadramento o ensino superior predomina largamente.

Gráfico 2.7: Graus de ensino por classes sociais



Qui-quadrado significativo (p<0,01)

As estratégias de vida e as práticas sociais das pessoas, famílias e grupos – nos vários aspectos em que se desdobram, incluindo os relacionados com a literacia – são configuradas, de forma considerável embora não exclusiva nem linear, pelos lugares ocupados na estrutura social e, também, pelas trajectórias sociais, nomeadamente pelo percurso feito a partir dos meios sociais de origem. As duas vertentes, aliás, estão relacionadas. Analisadas em conjunto, permitem caracterizar as dinâmicas de mobilidade social que têm atravessado o país (Quadro 2.3).

Quadro 2.3: Mobilidade social

Classe Social / Classe do Grupo Doméstico de Origem	Empresários e Dirigentes	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores Independentes	Camponeses	Empregados Executantes	Operários	Assalariados Agrícolas
	6,2	10,7	7,8	7,0	28,5	34,7	5,0
Empresários e Dirigentes 10,9	25,4	24,6	15,4	3,5	11,3	5,8	1,3
Profissionais Técnicos e de Enquadramento 5,0	3,6	20,9	0,4	0,6	4,9	2,9	0,0
Trabalhadores Independentes 8,1	7,4	6,3	17,9	1,8	8,4	8,3	2,5
Camponeses 19,5	20,3	11,0	26,0	72,0	15,3	14,7	9,3
Empregados Executantes 15,9	5,4	19,1	8,4	4,0	22,1	17,3	5,2
Operários 26,5	24,3	14,8	24,9	4,5	24,4	38,9	13,3
Assalariados Agrícolas 14,2	13,6	3,3	6,9	13,6	13,6	12,1	68,3

Qui-quadrado significativo (p<0,01)

Pode observar-se, desde logo, a diferença entre a estrutura social actual e a da geração dos pais. Destaca-se uma presença agora muito menor das classes ligadas ao mundo rural e um peso bastante mais elevado das classes médias assalariadas. Além disso, verifica-se que a passagem de uma para a outra estrutura de posições sociais correspondeu a um conjunto de fluxos quer de reprodução de lugares de classe quer de mobilidade social. Os pequenos agricultores e os assalariados agrícolas actuais e, em menor grau, os operários, são provenientes, em taxas muito significativas, de grupos domésticos de origem com perfil social do mesmo tipo do de destino dos filhos. Já uma grande parte dos empregados executantes, com origem igualmente nessas

classes, tem vindo a ser protagonista de trajectos intergeracionais de migração do campo para as zonas urbanas (tal como aconteceu, aliás, com bastantes operários) e, no caso vertente, de passagem a empregos terciários, em expansão sobretudo nos postos de trabalho menos qualificados do funcionalismo, do comércio em pequenas unidades e em grandes superfícies, e dos serviços pessoais, em que tem sido preponderante o trabalho feminino. Os trabalhadores independentes, além dos que prolongaram situações familiares de origem ou daqueles cujos pais tinham empresas próprias de pequena dimensão, incluem também sectores numerosos com origem no campesinato e no operariado. Pelo seu lado, tanto para os lugares sociais de empresários e dirigentes como para os de profissionais técnicos e de enquadramento, correspondentes a classes sociais de maiores recursos e a *status* sociais mais elevados, confluem não só trajectos de continuidade de classe como outros, em proporção muito elevada, de ascensão social.

Em síntese, as transformações estruturais da sociedade portuguesa nas últimas décadas têm sido acompanhadas, a par de histórias de permanência social em situações dominantes ou subordinadas, por importantes feixes de trajectórias de mobilidade social ascendente, de maior ou menor amplitude, com frequência associadas a fluxos de mobilidade espacial. Para uns o vector de ascensão típico foi a deslocação para actividades profissionais assalariadas na indústria e nos serviços pessoais em países mais desenvolvidos ou nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Um segundo tipo de vector de suporte à mobilidade ascendente foi a via empresarial, muitas vezes limitada a unidades económicas de reduzida dimensão, mas conseguindo em alguns casos importantes acumulações de capitais. Outros percursos ascensionais apoiaram-se tipicamente, pelo seu lado, no vector da escolarização, quer em versões de menor amplitude ascendente, com aquisição de graus do ensino básico ou secundário, quer de maior alcance, através do ensino superior. Estranho seria que os padrões de literacia observáveis e o lugar desses padrões nos modos de vida experimentados ou ambicionados – tal como aspectos afins, desde a procura de formação escolar ou a falta dela, até aos percursos de escolarização, às práticas de autodidactismo e às aprendizagens informais – não estivessem estreitamente interligados com este conjunto de trajectórias sociais.

2.2. Práticas de leitura, escrita e cálculo

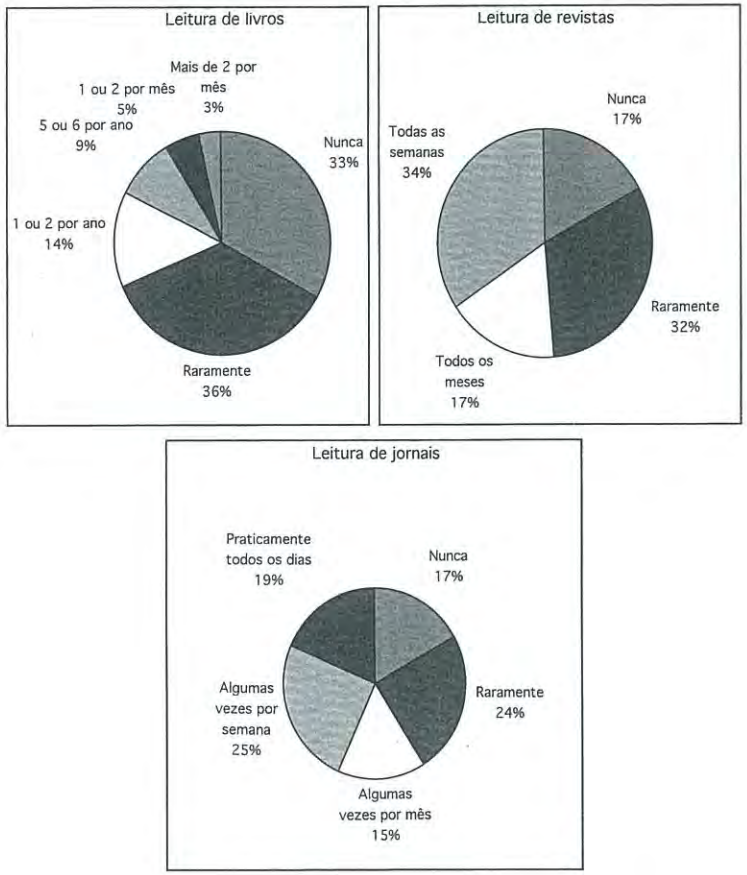
Um dos indicadores do grau de literacia da população é constituído pelas práticas de leitura, escrita e cálculo. O questionário aplicado às pessoas inquiridas incluía perguntas sobre o assunto. É claro, pois, que não se tratou, nesta componente do estudo, de uma observação directa de situações de processamento de informação escrita mas sim da recolha de declarações dos entrevistados sobre as suas próprias práticas. Pode haver distância entre as declarações e as práticas, por diversos motivos bem conhecidos da investigação em ciências sociais. Motivos que vão desde os efeitos de rigidez classificatória introduzidos pelas modalidades de resposta propostas e dos eventuais desajustamentos de categorias e de linguagem na comunicação entre investigadores e entrevistados, até aos efeitos de desejabilidade social, em que as pessoas podem ser levadas a responder de acordo com o que acham que é esperado ou recomendável, ou aos processos de reinterpretação dos acontecimentos e selectividade das memórias que permanentemente acontecem no decurso da existência social. Os dados obtidos devem ser interpretados tendo tudo isto em conta. Mas não perdendo de vista, também, que este tipo de procedimento é extremamente comum no estudo dos fenómenos sociais e que, com os devidos cuidados na concepção dos instrumentos, na observação de campo e na análise dos resultados, permite em geral chegar a informações significativas[2].

Posta esta advertência preliminar, verifica-se que apenas 13,1% dos inquiridos declararam estar a ler um livro, na altura em que foi aplicado o inquérito.

É possível, com o Gráfico 2.8, aprofundar a questão das práticas de leitura de texto impresso, nos seus suportes formais mais importantes: livros, revistas e jornais. Verifica-se que, mesmo com uma pergunta menos restritiva que a anteriormente referida, a frequência declarada de leitura de livros assume valores muitíssimo baixos. Só 9% dos indivíduos auscultados dizem ler em média um livro ou mais por mês. Praticamente 70% nunca ou raramente lêem livros. Quanto às revistas, a situação é um tanto diferente. Cerca de 35% das pessoas afiançam ler revistas todas as semanas, o que, não

[2] Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Inquérito aos hábitos de leitura", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10, 1991; "Leituras e leitores II. Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992.

Gráfico 2.8: Leitura de livros, de revistas e de jornais



sendo um valor alto, indicia um outro plano das práticas de leitura. Em todo o caso, perto de 50% das pessoas nunca ou raramente lê revistas. Quanto aos jornais, a situação parece de novo bastante deficitária. Apenas 19% da amostra inquirida da população em estudo declara ter o hábito de ler jornais diariamente. Juntando os que dizem ler jornais em regra algumas vezes por semana não se passa dos 45%. Por outro lado, segundo estes dados, mais de 40% nunca ou raramente lêem jornais.

As variações destas práticas de leitura, consoante o grau de ensino e o sexo dos entrevistados, podem analisar-se com base no Gráfico 2.9. O principal efeito da passagem da inexistência de grau de ensino para a detenção do 1º ciclo do ensino básico parece ser, tão-somente, uma descida acentuada das declarações de nunca ler livros, revistas ou jornais a favor das de os ler raramente. No caso dos jornais começa aí a surgir alguma maior frequência de leitura.

A leitura de livros continua a revelar-se rara para a maioria dos possuidores dos outros ciclos do ensino básico ou do ensino secundário. Nestes últimos, no entanto, começa a aparecer um segmento minimamente significativo de leitores de um ou mais livros por mês. Mas estes só se tornam preponderantes, e mesmo assim apenas em 35,0% dos casos, para os respondentes que fizeram o ensino superior. A leitura semanal de revistas, pelo seu lado, torna-se a prática mais referida logo a partir do 2º ciclo do ensino básico, crescendo regularmente com o grau de ensino. Quanto à leitura de jornais, para além do já referido, observa-se uma inflexão maior na frequência das práticas de leitura a partir do 3º ciclo do ensino básico: a leitura diária ou, pelo menos, algumas vezes por semana, passa a ser maioritariamente referida, crescendo até aos possuidores do ensino superior.

Curiosamente, estas práticas de leitura são bastante diferenciadas segundo o sexo. As mulheres lêem mais livros e, sobretudo, lêem muito mais revistas. O sector mais numeroso das mulheres, ultrapassando os 40%, é o das que declaram ler revistas todas as semanas. Pelo contrário, são os homens que lêem mais jornais.

É frequente, hoje em dia, confrontar os hábitos de leitura com os de ver televisão. Refira-se, antes de mais, que, de acordo com os resultados da pesquisa, a distribuição dos entrevistados pelo número de horas de visionamento televisivo é o seguinte: 57% declaram ver televisão até duas horas diárias, 35% referem três a quatro horas e 8% chegam às cinco horas ou mais. A média global é de 2,5 horas por dia. Verifica-se ainda que o número de horas médio passado a ver televisão tende a ser inversamente proporcional à idade e, em termos de escolaridade, atinge o pico máximo nos possuidores do 2º ciclo do básico.

Gráfico 2.9: Leitura de livros, revistas e jornais por graus de ensino e sexo

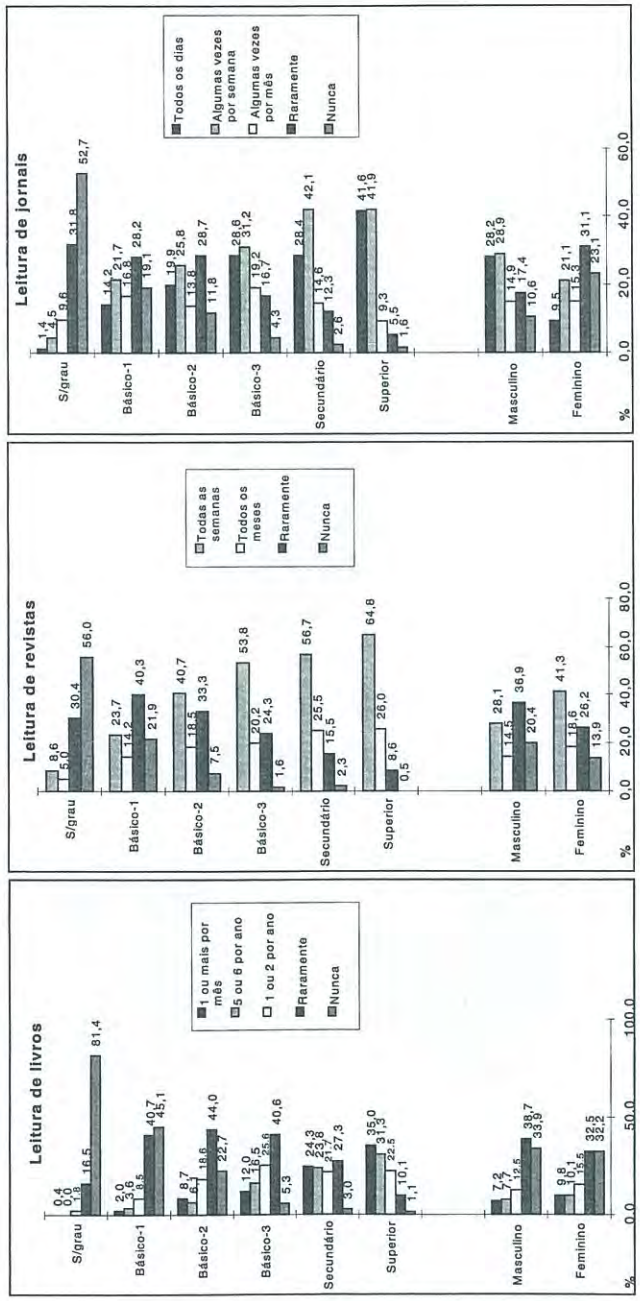
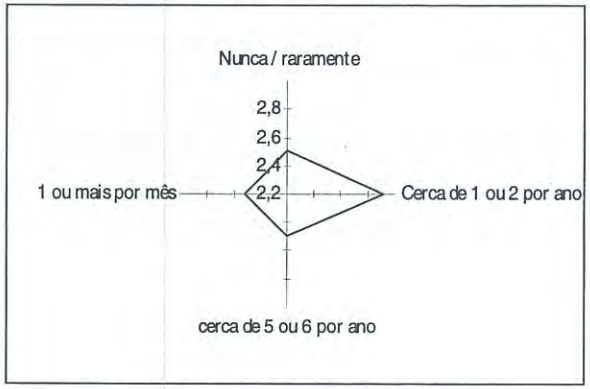


Gráfico 2.10: TV - nº de horas diárias (médias) por frequência de leitura de livros



Diferenças entre as médias significativas (p < 0,01)

Pode ser interessante relacionar dados anteriores, quanto à frequência de leitura de material impresso no sentido mais formal e culturalmente mais dignificado, em especial a leitura de livros, com o número de horas de televisão que os respondentes vêem em média por dia. Será a televisão concorrente ou complementar, desmotivadora ou estimuladora das práticas de leitura, nomeadamente de livros? Uma resposta fundamentada exigiria estudos específicos a este respeito. Em todo o caso, a presente pesquisa fornece alguns elementos. O Gráfico 2.10 revela que são os que, embora declarando ler livros, o fazem com uma frequência muito reduzida (apenas um ou dois por ano) aqueles em que as médias de assistência diária à televisão aparecem mais elevadas. Por outro lado, o Gráfico 2.11 mostra que é precisamente a televisão que constitui o principal suporte de práticas de leitura informais no quotidiano, em concreto na leitura de legendas de filmes ou outros elementos escritos que nela passam.

A análise da literacia de uma população remete para o conjunto de situações do quotidiano que requerem o processamento de informação escrita. Nos quadros de vida contemporâneos, grande parte da capacidade de enfrentar satisfatoriamente uma infinidade de pequenos episódios recorrentes, praticamente incontornáveis no decurso do dia-a-dia (por exemplo, consultar um horário de transportes públicos ou uma lista telefónica, fazer compras domésticas ou movimentar uma conta bancária), ou de realizar cer-

tos actos pontuais mas com implicações decisivas para a vida de cada um (como a candidatura a um emprego ou a compra de uma casa), depende da posse de competências básicas de leitura, escrita e cálculo e da respectiva utilização nessas circunstâncias.

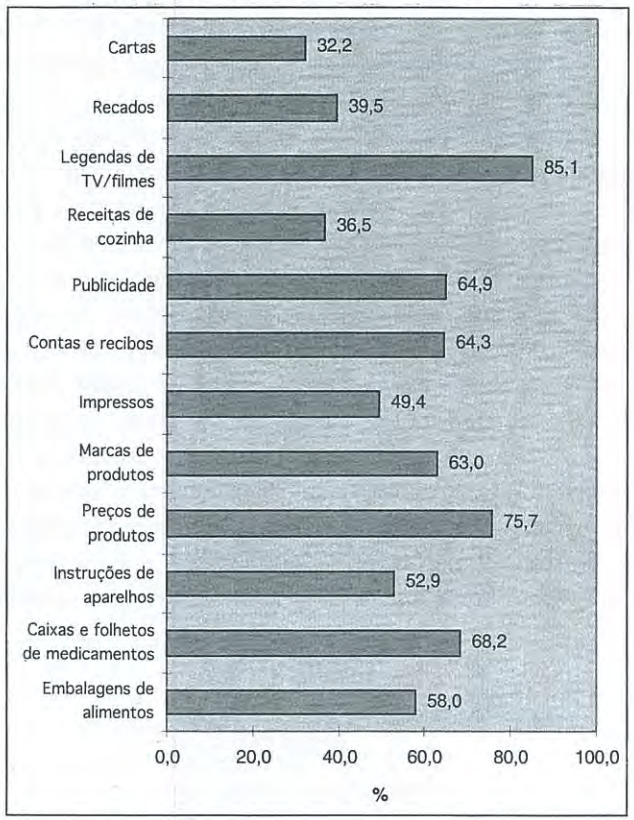
As respostas dos inquiridos acerca de algumas das mais correntes práticas de leitura deste tipo são apresentadas no Gráfico 2.11. Verifica-se que é perante as já referidas legendas televisivas e perante os preços de produtos, estes últimos num grau um pouco inferior, que a leitura atinge o máximo de amplitude social. Uma série de outras práticas abrange uma fracção menor de pessoas, embora acima dos 50% da população entrevistada. É o caso da leitura de caixas e folhetos de medicamentos, de publicidade, de contas e recibos, de marcas de produtos, de embalagens de alimentos e, perto daquele limiar, de instruções de aparelhos. Não chegam a metade os respondentes que declaram ler habitualmente impressos, recados, receitas de cozinha e, menos ainda, cartas.

Em geral, estas taxas de leitura aumentam sistematicamente com o grau de escolaridade dos inquiridos. Apenas as referências à leitura de publicidade e de marcas de produtos sofrem uma pequena diminuição quando se chega ao ensino superior. Algo de semelhante acontece também com a leitura de legendas de TV, embora neste caso a inflexão venha logo a seguir ao terceiro ciclo do ensino básico, onde a referida prática atinge o topo: 97,6% dos possuidores desse grau de ensino dizem ler habitualmente legendas televisivas.

Em termos de classes sociais, destacam-se, de um lado, os profissionais técnicos e de enquadramento, com taxas de leitura mais elevadas para todas as situações listadas. Os empresários e dirigentes e os trabalhadores independentes também apresentam valores significativamente mais altos que a média, mas apenas no que se refere à leitura de contas e recibos, de impressos e de marcas de produtos. No outro extremo, para os camponeses as frequências de leitura são sistematicamente mais baixas para a generalidade das situações consideradas.

É no escalão etário dos 25 aos 39 anos que estas leituras do quotidiano são praticadas por maiores taxas de indivíduos. Exceptuam-se apenas as cartas, a publicidade e as legendas de TV, cuja leitura atinge percentagens mais elevadas de respondentes na faixa dos 15 aos 24 anos.

Gráficos 2.11: Práticas de leitura na vida quotidiana



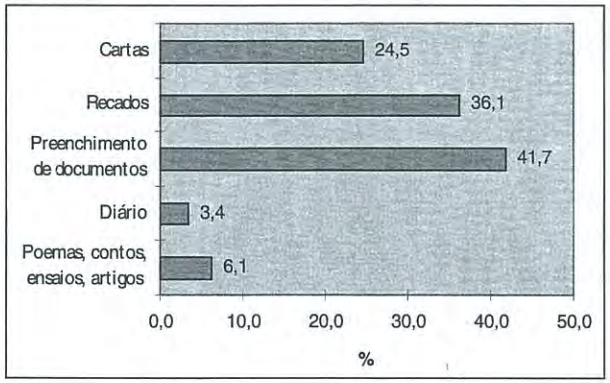
Por sexos, a maior diferença está, de longe, na leitura de receitas de cozinha. Aí, a variação é enorme. Só 9,0% dos homens dizem ler habitualmente receitas de cozinha, enquanto que tal leitura faz parte das práticas referidas por 63,3% das mulheres. É um dos aspectos em que o significado do conceito de literacia se torna mais claro. O que está em causa é o accionamento efectivo de competências de processamento de informação escrita. Essas competências são de natureza bastante genérica e transversal, mas consideradas tal como se exercem nas circunstâncias concretas e diversificadas da vida quotidiana.

Considerações análogas podem ser feitas a respeito das práticas de escrita. Como se vê no Gráfico 2.12, nenhuma das práticas consideradas é desen-

volvida de forma habitual nem sequer por metade da população em estudo. O valor mais elevado é relativo ao preenchimento de documentos. Logo a seguir vêm os recados e, depois, já ao nível só de um quarto da população, as cartas. Tudo o resto é completamente residual.

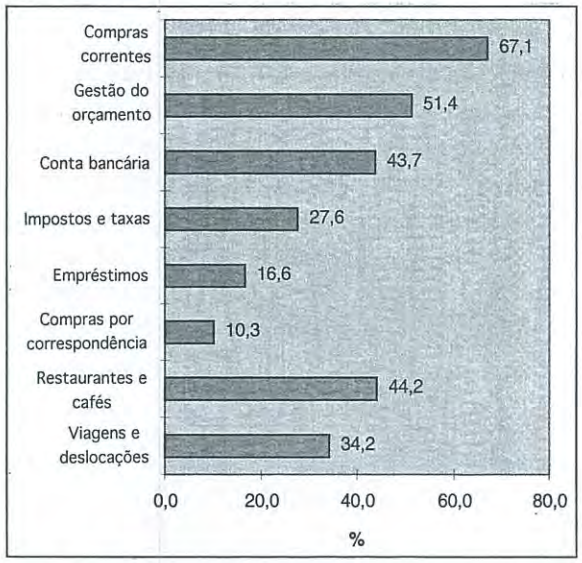
Todas estas práticas de escrita aumentam regularmente com a escolaridade dos entrevistados. Para todas elas é entre os profissionais técnicos e de enquadramento que se encontram percentagens mais elevadas. Outro valor comparativamente elevado é o dos empresários e dirigentes que preenchem documentos. As taxas mais baixas surgem de novo entre os camponeses e, no caso específico das cartas, entre os operários. Os mais novos têm percentagens um tanto maiores: quanto a documentos e recados na faixa dos 25 aos 39 anos, e, quanto a cartas, diários e textos literários ou científicos, na faixa dos 15 aos 24 anos. Estes últimos três tipos de escrita são também um pouco mais praticados pelas mulheres do que pelos homens, enquanto o contrário acontece no preenchimento de documentos.

Gráfico 2.12: Práticas de escrita na vida quotidiana



Quanto às práticas de cálculo no quotidiano, o Gráfico 2.13 mostra como as situações mais referenciadas se reportam às compras correntes. São referidas por cerca de dois terços dos inquiridos. A gestão do orçamento doméstico, as contas de restaurantes e cafés e a movimentação da conta bancária vêm a seguir, abrangendo perto de metade dos inquiridos. Todos os outros aspectos são bastante menos apontados.

Gráfico 2.13: Práticas de cálculo na vida quotidiana



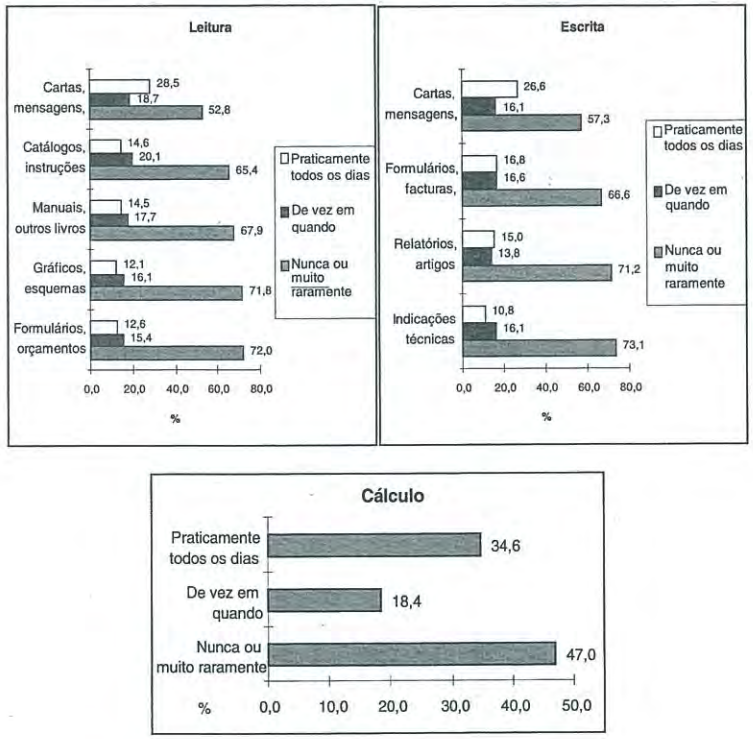
Analisando os dados por graus de escolaridade, a realização de operações de cálculo tende a ser feita no quotidiano por maiores taxas de pessoas à medida que se vai subindo de grau. Exceptuam-se três situações, as compras correntes, a gestão do orçamento doméstico e a da conta bancária, em que surgem dois picos com valores mais elevados, um no 1º ciclo do ensino básico e outro na zona do ensino secundário e superior. Estes resultados convergem com o facto de ser também nos mais jovens, da faixa dos 15 aos 24 anos, que estas três situações apresentam menores percentagens, ao passo que os máximos são claramente atingidos pelos respondentes dos 25 aos 39 anos, os quais constituem, aliás, o conjunto etário em que a prática de cálculos em todas as circunstâncias analisadas alcança as taxas mais elevadas. Estar-se-á, provavelmente, perante um efeito de ser nesse escalão de idades que se situam mais pessoas na vida activa e com responsabilidades familiares. Não é surpresa que seja entre os empresários e dirigentes e os profissionais técnicos e de enquadramento que estas práticas de cálculo surjam mais largamente declaradas, e tendencialmente menos entre os camponeses. Nem que, em proporção, haja mais mulheres a fazer cálculos na gestão do orçamento doméstico, nas compras correntes e nas compras por correspondência, em contraposição a percentagens superiores de homens que os reali-

zam na gestão da conta bancária, em restaurantes e viagens, e em situações relativas a impostos e empréstimos.

No conjunto, estes resultados parecem sugerir que, no exercício de competências de literacia na vida quotidiana, as diferenças socialmente observáveis nas práticas de leitura e escrita são mais marcadas pelas desigualdades de formação escolar do que as de cálculo, enquanto estas últimas se mostram ainda mais sensíveis do que as primeiras ao efeito directo das inserções sociais.

A vida profissional constitui um dos domínios em que a análise dos padrões de literacia apresenta maior relevância. As relações estabelecem-se nos dois sentidos. As competências que se possuem no domínio da literacia condicionam ou potenciam quer o acesso a determinadas actividades profis-

Gráfico 2.14: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional



sionais quer o respectivo desempenho. Por outro lado, as práticas profissionais e os contextos do seu exercício não deixarão, em muito casos, de gerar desenvolvimentos ou atrofiamentos dessas competências.

O Gráfico 2.14 mostra a frequência de práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional, tal como foi declarada pelos entrevistados que, à data do inquérito, se encontravam inseridos na esfera profissional.

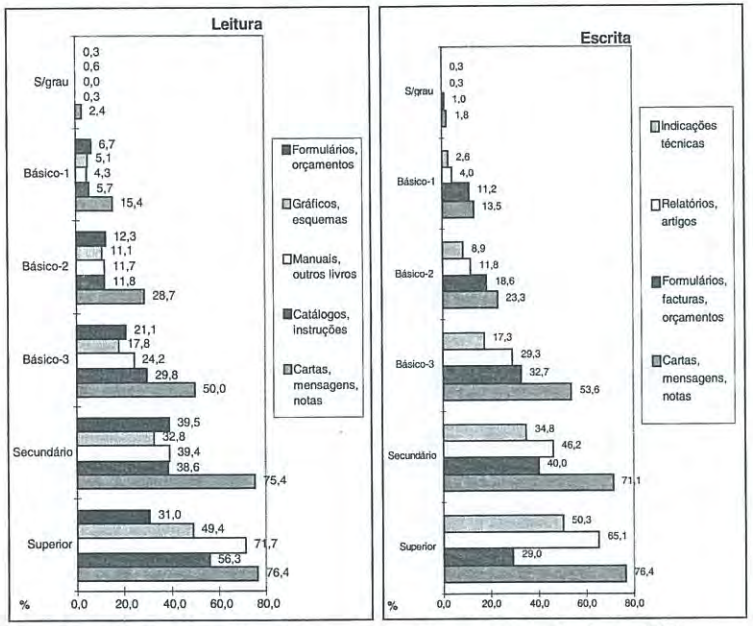
A maioria das pessoas revela que só muito raramente desenvolve práticas deste tipo no desempenho das actividades profissionais. Os valores, apesar de tudo um pouco mais elevados, vão para a leitura e escrita de pequenos textos tais como cartas, mensagens e notas diversas, e para a realização de cálculos aritméticos. Cerca de 30% dos entrevistados – um pouco menos na leitura e escrita desses textos e um pouco mais no cálculo – fazem-no praticamente todos os dias no quadro da actividade profissional. Todos os outros suportes de leitura e escrita obtêm valores ainda mais baixos.

As práticas de leitura, escrita e cálculo na esfera profissional apresentam variações extremamente significativas com o grau de ensino e com a classe social. O Gráfico 2.15 evidencia as diferenças segundo o grau de ensino. O crescimento com a escolaridade é regular e acentuado, em termos gerais, para o conjunto dos tópicos considerados. Apenas a leitura e a escrita de formulários, facturas e orçamentos, juntamente com o cálculo, sofrem uma pequena inflexão descendente quando se passa dos possuidores do ensino secundário para os que fizeram o ensino superior.

Os profissionais técnicos e de enquadramento são aqueles em que a leitura e a escrita, na quase totalidade dos modos e suportes assinalados, é utilizada na actividade profissional de forma praticamente diária por maiores percentagens de indivíduos. A seguir surgem os empresários e dirigentes, em geral com valores já bastante mais baixos. Exceptuam-se o cálculo e um domínio de leitura e escrita com ele frequentemente relacionado, o dos formulários, facturas e orçamentos, em que as mais altas percentagens se encontram entre os empresários e dirigentes.

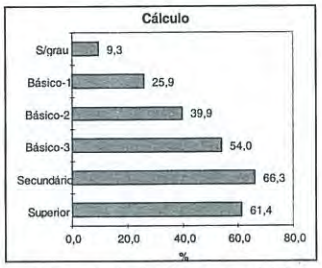
Um segundo conjunto engloba trabalhadores independentes e empregados executantes. As taxas de leitura, escrita e cálculo estão aqui a um nível percentual muito menor, mas com um mínimo de significado. Exceptua-se de novo o cálculo, em especial para os trabalhadores independentes, onde

Gráfico 2.15: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por graus de ensino (% de respostas a "praticamente todos os dias")



Qui-quadrado significativo (p <0,01)

Qui-quadrado significativo (p <0,01)



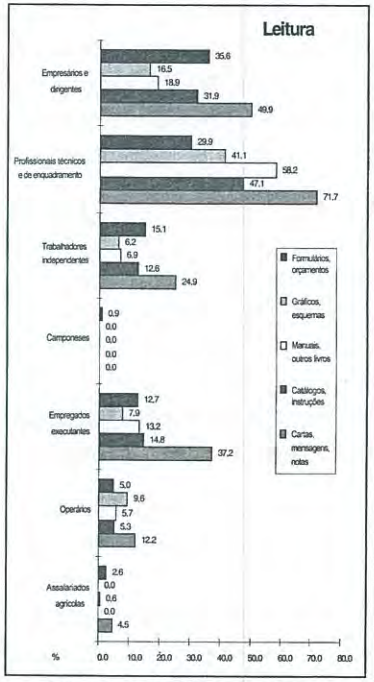
Qui-quadrado significativo (p <0,01)

as operações aritméticas têm presença mais ampla, muito provavelmente também aqui ligadas sobretudo a cálculos relativos a transacções comerciais ou à gestão das respectivas actividades.

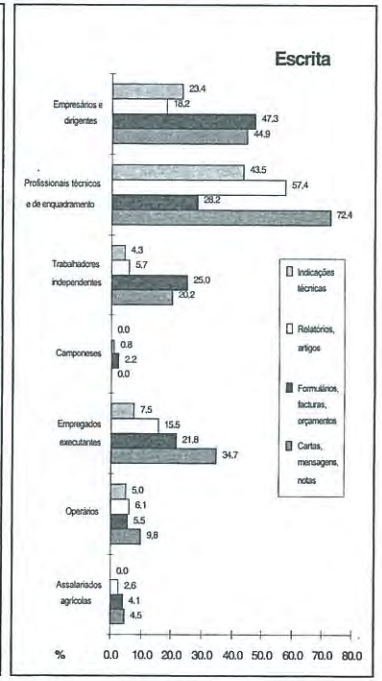
A quase totalidade dos operários e, ainda em grau mais extremo, dos camponeses e dos assalariados agrícolas, parece em geral não recorrer, pura e simplesmente, a práticas de leitura, escrita e cálculo no exercício da sua actividade profissional.

Quanto às classes sociais, o Gráfico 2.16 permite verificar que, também neste plano, aliás relacionado em parte com o anterior, a amplitude das diferenças nas práticas de leitura, escrita e cálculo relativas à actividade profissional é muitíssimo acentuada. Mostra, igualmente, que essas práticas tendem a configurar-se segundo perfis socioprofissionais bastante específicos.

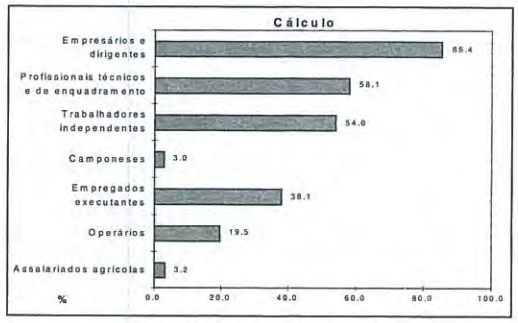
Gráfico 2.16: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por classes sociais (% de respostas a "praticamente todos os dias")



Qui-quadrado significativo (p <0,01)



Qui-quadrado significativo (p <0,01)

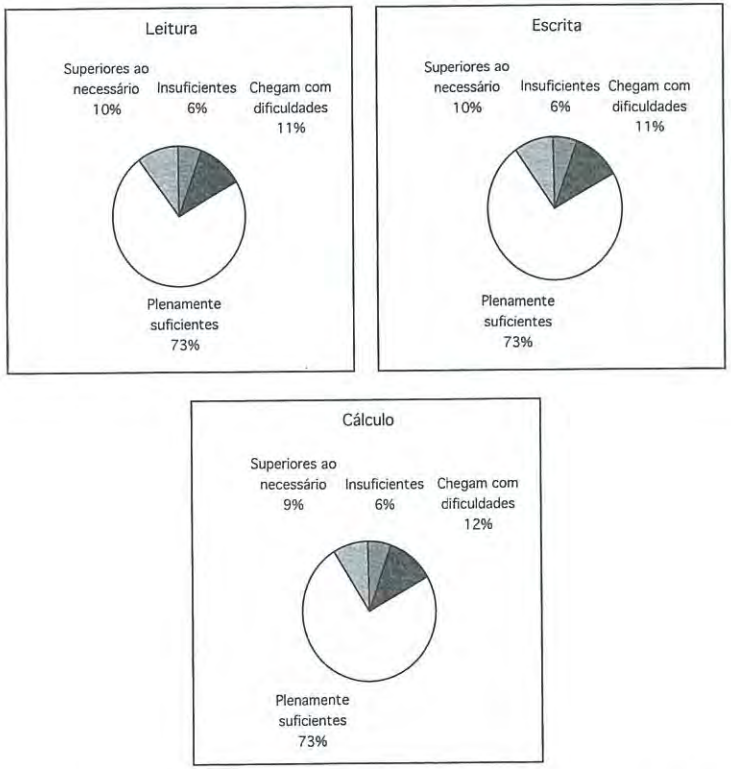


Qui-quadrado significativo (p <0,01)

2.3. Auto-avaliação de literacia

Perante as profundas diferenças atrás constatadas quanto às práticas de leitura, escrita e cálculo em contexto profissional, podem ser surpreendentes, pelo menos à primeira vista, os resultados obtidos para a auto-avaliação que os respondentes fazem, para os mesmos domínios, das suas competências no exercício da profissão.

Gráfico 2.17: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional



Como é que os entrevistados avaliam as suas próprias competências no âmbito profissional? Cerca de três quartos – ou seja, uma esmagadora maioria – consideram que as competências de leitura, escrita e cálculo que possuem são plenamente suficientes para o trabalho que fazem (Gráfico 2.17).

Outros 10%, aproximadamente, declaram ter capacidades superiores ao necessário para as tarefas profissionais que desempenham. Por outro lado, só 11% ou 12% dos inquiridos indicam que as competências possuídas chegam para o trabalho corrente mas com dificuldades. Os que declaradamente consideram essas competências insuficientes, para as actividades profissionais a que estão ligados, reduzem-se a 6%.

Verifica-se uma grande homogeneidade nestas auto-avaliações, homogeneidade que tem, aliás, três vertentes. Em primeiro lugar, os resultados são praticamente idênticos para a leitura, a escrita e o cálculo, o que é sintomático de se estar mais perante padrões avaliativos culturalmente construídos do que de sistemas de práticas. Em segundo lugar, a grande maioria das pessoas responde da mesma maneira: acha as capacidades que possui plenamente suficientes para o trabalho que realiza. Este facto, além do mais, não deixa grande margem de variação, seja qual for a característica desta população segundo a qual se desdobrem os resultados. Assim, em terceiro lugar, constata-se que, de facto, há uma grande homogeneidade de avaliações a este respeito entre sexos, grupos de idades, classes sociais e graus de ensino, nomeadamente.

Tomando como exemplo o grau de ensino – variável particularmente relevante para a problemática em análise – a auto-avaliação das capacidades próprias como plenamente suficientes não se afasta muito dos 75% para quase todos os graus. Apenas entre os que não possuem nenhum grau de ensino formal esse valor se reduz para cerca de 50%, aumentando as auto-avaliações mais negativas. No outro extremo, entre os que possuem o ensino superior, o que há de mais significativo a assinalar é um valor um tanto acima da média dos que acham ter níveis de literacia superiores ao necessário para o trabalho que fazem: perto dos 25%.

Procurando interpretar de modo articulado estes resultados de auto-avaliação e os resultados anteriores sobre práticas, talvez não seja, afinal, tão estranho que, relativamente à esfera profissional, perfis de práticas muito desiguais correspondam a perfis de avaliações tão homogéneos. Efectivamente, não seria descabido argumentar que, perante tarefas e funções profissionais com exigências muito diferenciadas quanto ao accionamento de competências de leitura, escrita e cálculo para o respectivo desempenho, pessoas com níveis de literacia também muito diferentes tendam a avaliar o respectivo ajustamento a essas actividades profissionais, em termos de literacia, de forma equiva-

lente. Competências diferentes face a exigências diferentes conduziriam assim a graus de ajustamento semelhantes. Em todo o caso, o que não há dúvida que se gera são, de facto, auto-avaliações bastante homogéneas.

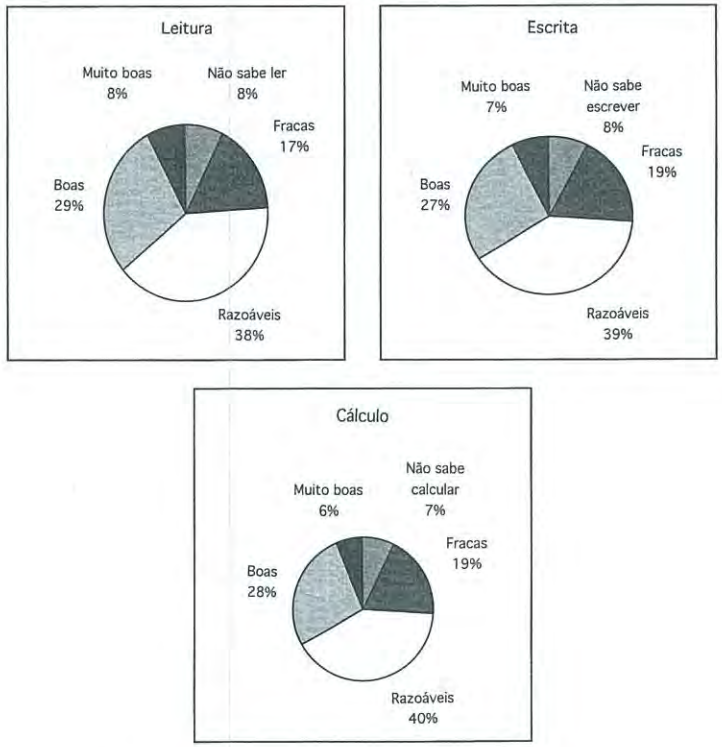
Compreende-se, além do mais, a relutância das pessoas em admitirem ter menos competências do que as plenamente suficientes, no plano da literacia como noutros, para o desempenho das actividades profissionais que exercem. E compreende-se, também, a dificuldade de conceberem outras modalidades de exercício dessas actividades em moldes enriquecidos pela posse, neste domínio, de níveis de competências mais elevados.

A abordagem da literacia em termos de auto-avaliação de competências – tal como a análise da formação escolar e a das práticas declaradas, que atrás se apresentaram, e como a avaliação directa, de que adiante se tratará – é uma das estratégias de pesquisa que têm sido utilizadas nesta área, constituindo um ângulo de exame da literacia complementar desses outros e não menos relevante que eles.

Viu-se já o perfil das auto-avaliações que se obtêm quando está em causa a referência a uma esfera social específica, a das actividades profissionais. Mas como é que, em termos mais gerais, as pessoas entrevistadas auto-avaliam os seus níveis de literacia? Como é que se autoposicionam nas hierarquias globais de competências que se configuram socialmente neste domínio?

As respostas obtidas a esta questão são bastante diferentes das anteriores. O Gráfico 2.18 revela que, embora se mantenha uma grande homogeneidade entre domínios de literacia (as percentagens são semelhantes para leitura, escrita e cálculo), verifica-se agora, ao mesmo tempo, uma distribuição bastante repartida dos respondentes por graus auto-atribuídos de competências. As posições menos referidas correspondem aos extremos superior e inferior: entre 6% e 8% consideram que as respectivas capacidades são muito boas e, por outro lado, 7% a 8% declaram não saber ler, escrever ou contar. As fracções mais numerosas escalonam os inquiridos da seguinte maneira: aqueles cuja auto-avaliação situa as capacidades próprias, neste domínio, a um nível fraco (abrangendo 17% a 19% das pessoas); os que as consideram razoáveis (entre 38% e 40% de indivíduos); e os que acham ter boas capacidades de leitura, escrita e cálculo (na ordem dos 27% a 29% de respondentes).

Gráfico 2.18: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo



Além disso, as variações nos níveis de literacia auto-avaliados também são muito significativas segundo diferentes categorias sociais, nomeadamente segundo as faixas etárias, as classes sociais e os graus de ensino. Exceptuam-se os resultados por sexo, muito semelhantes entre si.

As auto-avaliações de capacidades de leitura e escrita a níveis de muito boas e boas são mais elevadas nos jovens dos 15 aos 24 anos, enquanto as maiores percentagens de auto-avaliações das respectivas capacidades como fracas ou nenhumas se situam na faixa dos mais velhos dos inquiridos, os de 55 a 64 anos. Por exemplo, a declaração de que pura e simplemente não sabem ler ou escrever abrange cerca de 24% destes últimos, ao passo que nas outras categorias etárias vai descendo da ordem dos 7% para a dos 3%. Para as capacidades de cálculo a situação geral é análoga, com uma variante: enquanto as auto-avaliações de capacidades muito boas são também per-

centualmente mais numerosas entre os mais novos (dos 15 aos 24 anos), já as percentagens mais elevadas dos que as consideram boas ou razoáveis encontram-se na faixa etária seguinte (dos 25 aos 39 anos), embora pouco se distinguindo dos mais jovens.

As diferenças por classes sociais também são importantes. Em todos os domínios, é claramente entre os camponeses e os assalariados agrícolas que surgem os máximos de autoposicionamento nos níveis de fracas ou nenhumas competências de literacia. Quem também claramente se destaca, mas no lado das auto-avaliações de competências como boas ou muito boas, são os profissionais técnicos e de enquadramento. As maiores percentagens de avaliações das capacidades próprias de leitura, escrita e cálculo no plano intermédio ("razoável", segundo a escala utilizada) incluem, regra geral, tanto operários industriais e empregados executantes como trabalhadores independentes, empresários e dirigentes.

Por último, quanto às diferenças de auto-avaliações consoante os graus de ensino, o Gráfico 2.19 evidencia com nitidez a intensidade e a regularidade das variações. Entre os que não possuem qualquer grau de ensino formal predominam as auto-avaliações de nenhumas ou fracas competências de literacia. Para os que têm o 1º ciclo do ensino básico, a auto-avalição é esmagadoramente a de capacidades razoáveis. Nos que fizeram o 2º ciclo do ensino básico sobressai também a auto-avaliação de capacidades razoáveis, mas acompanhada por percentagens significativas de respondentes que acham ter boas capacidades de leitura, escrita e cálculo. Os possuidores do 3º ciclo do ensino básico autoposicionam-se sobretudo nesse nível das capacidades boas. Para os que têm o ensino secundário predomina também a auto-avaliação das capacidades como boas, surgindo a seguir, em percentagens significativas, a de muito boas. Finalmente, os possuidores de diplomas do ensino superior distribuem-se basicamente em parte iguais entre os que auto-avaliam as suas competências de literacia a nível bom e os que as situam a nível muito bom.

Como se viu atrás, quando as auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo eram contextualizadas, de forma específica, por referência às actividades profissionais desenvolvidas, as declarações situavam-se predominantemente no nível da plena suficiência e o perfil das respostas era de homogeneidade. Agora, numa auto-avaliação geral de literacia, o perfil é de estratificação.

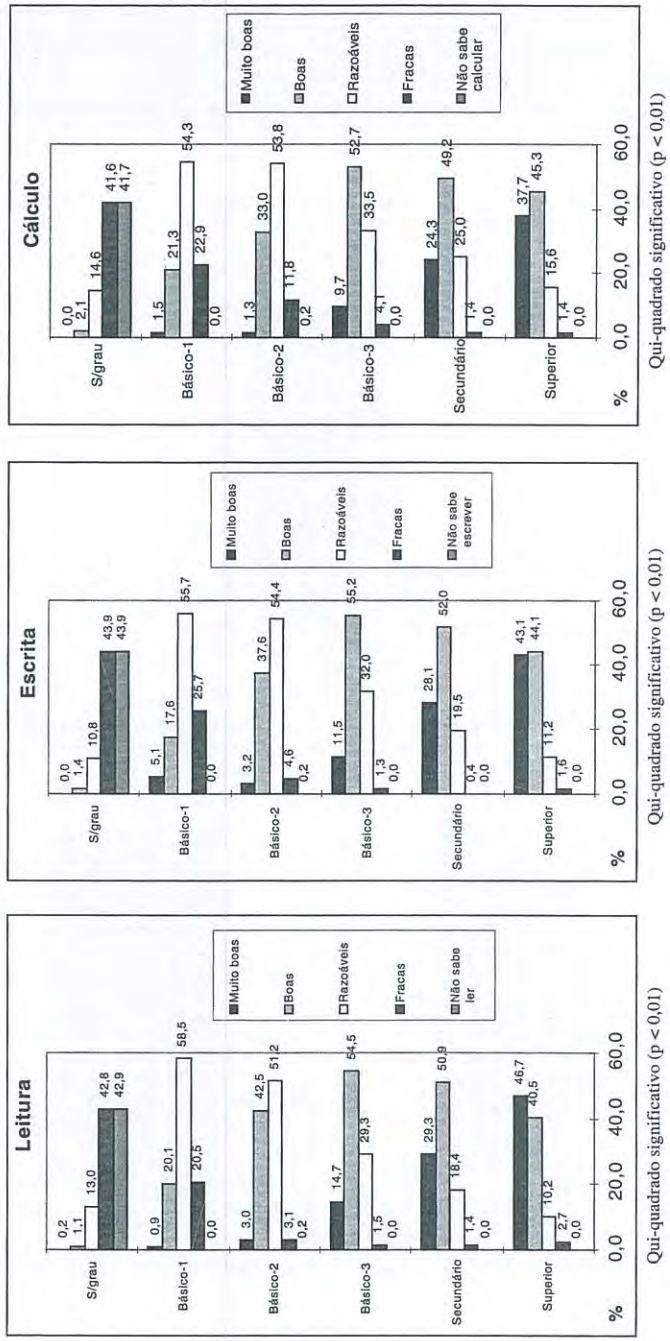


Gráfico 2.19: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino

O contexto implícito de referência passou, com toda a probabilidade, a ser muito mais o conjunto das distribuições sociais de competências, tal como estão culturalmente presentes nas representações simbólicas dos inquiridos. E é verosímil que os padrões de avaliação se reportem, aqui, mais aos ajustamentos ou desfasamentos entre possibilidades virtuais e capacidades efectivas, numa perspectiva lata de relação entre trajectória pessoal e universo social, do que a ajustamentos ou desfasamentos entre práticas e funções, em contexto imediato e circunscrito.

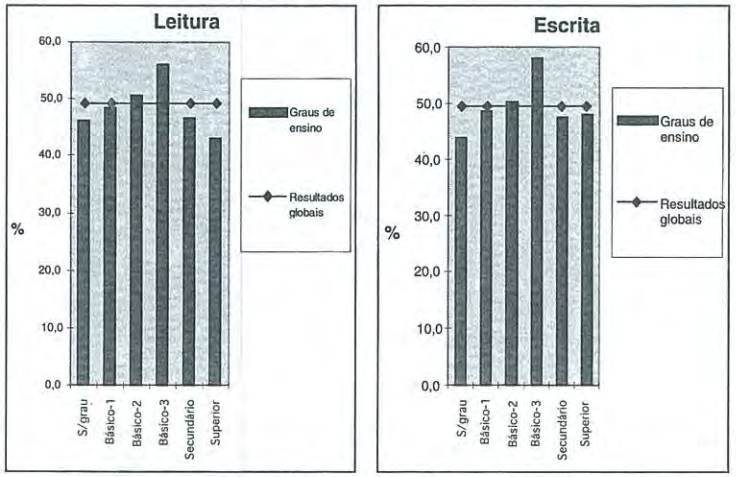
Deste modo, a auto-avaliação dos próprios inquiridos acaba por se mostrar, em termos genéricos, bastante realista. Oferece um panorama de estratificação social no domínio da literacia paralelo a distribuições igualmente estratificadas que se encontram pela via de outros tipos de análises (de recursos escolares, de declarações sobre práticas de leitura, escrita e cálculo, de provas directas), e fortemente associado aos sistemas de diferenças e desigualdades sociais que caracterizam a população analisada.

No entanto, se a auto-avaliação de literacia se apresenta fortemente hierarquizada, auto-posicionando-se os respondentes a diferentes níveis de competências, isso não se traduz linearmente em aspirações a melhorar as capacidades em causa. Com efeito, a população inquirida divide-se ao meio a tal respeito. Cerca de 50% gostariam de melhorá-las, os outros 50% não se mostram interessados.

Neste aspecto a variação por classes sociais não é muito grande. Só os camponeses têm aqui aspirações um tanto abaixo da média (na ordem dos 30%). Estas aspirações a níveis mais elevados de literacia decrescem regularmente com a idade, de valores perto dos 60% nos mais novos até valores na casa dos 30% para os mais velhos. As mulheres apresentam valores um pouco acima dos homens: cerca de 5 ou 6 pontos percentuais. Por grau de ensino (Gráfico 2.20), as variações também não são enormes. O pico das aspirações à melhoria das capacidades de leitura, escrita e cálculo situa-se em zonas intermédias de escolarização, no 2º e, sobretudo, no 3º ciclo do ensino básico.

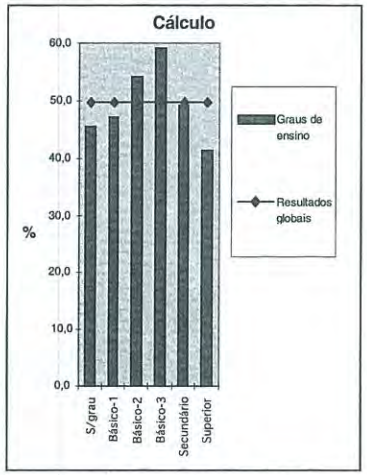
Quanto aos meios para concretizar essas aspirações, 42,9% do conjunto dos inquiridos declaram que gostariam de voltar a estudar.

Gráfico 2.20: Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino



Qui-quadrado significativo ($p < 0,1$)

Qui-quadrado significativo ($p < 0,1$)



Qui-quadrado significativo ($p < 0,1$)

A literacia da população portuguesa não é independente das estruturas sociais do país. A ***caracterização social*** *da população inquirida permite evidenciar alguns dos traços mais relevantes dessas estruturas e dos seus processos de transformação. Os níveis de escolaridade, designadamente, são bastante baixos,*

quando comparados com os padrões médios europeus. A composição socioprofissional da população apresenta um perfil estrutural em que predominam largamente os assalariados de fracos recursos económicos e baixas qualificações. O conjunto dos quadros e técnicos, onde se concentra a grande maioria dos possuidores de qualificações escolares e profissionais de nível médio ou superior, constituem, comparativamente com os países mais avançados, um segmento bastante restrito. Por outro lado, a sociedade portuguesa tem vindo a ser palco, ao longo das últimas décadas, de transformações estruturais significativas. Os pais dos inquiridos tinham níveis de escolaridade ainda muito mais baixos. Na composição social da população, as categorias ligadas à agricultura tinham uma presença muito maior e a percentagem dos quadros e técnicos não passava de metade da actual. Uma parte decisiva da população tem estado, assim, envolvida de algum modo em trajectórias de mobilidade social que, com frequência, tiveram uma dimensão de mobilidade geográfica (emigração, migração para os grandes centros urbanos), uma dimensão de recomposição socioprofissional e uma dimensão de acréscimo de escolarização, embora de pequena amplitude na maioria dos casos.

As ***práticas de leitura, escrita e cálculo****, declaradas pelos inquiridos, foram objecto de pesquisa, enquanto um dos indicadores de literacia da população em estudo. Verificam-se taxas de leitura muitíssimo reduzidas de livros, e também não muito elevadas de revistas e jornais. Estas taxas crescem regularmente com o grau de escolaridade. As mulheres lêem sobretudo revistas e os homens jornais. A vida quotidiana contemporânea solicita também outro tipo de práticas de leitura, de carácter mais informal. As que atingem maiores percentagens são, acima de todas, as de leitura de legendas na televisão. Seguem-se as que se relacionam com compras de diversos tipos de produtos e serviços. No domínio da escrita, as práticas mais frequentes são os recados e o preenchimento de documentos. Surgem igualmente em primeiro plano as práticas de cálculo nas compras correntes e na gestão do orçamento doméstico. No trabalho, as práticas de leitura, escrita e cálculo variam de forma extremamente nítida com a categoria socioprofissional. Apenas para os empresários e dirigentes e, sobretudo, para os profissionais técnicos e de enquadramento a leitura e a escrita estão presentes, de forma significativa, no quotidiano profissional. O mesmo se passa quanto ao cálculo, mas incluindo-se também neste domínio os trabalhadores independentes. De modo análogo, só nos detentores dos graus mais elevados de escolaridade se encontram taxas significativas de utilização da leitura, da escrita e do cálculo no exercício da actividade profissional.*

Uma das formas de abordar a literacia de uma população é através da ***auto-avaliação*** *de competências. Os inquiridos revelaram-se, em termos globais, razoavelmente realistas a respeito das suas capacidades de leitura, escrita e cálculo. Para cada um dos três domínios, os resultados obtidos distribuem-se estratificadamente entre declarações de não saber ler, escrever e contar, num dos extremos, e auto-avaliações de capacidades muito boas em qualquer desses aspectos, no outro extremo. As maiores percentagens vão para os escalões intermédios. Os mais escolarizados, os mais novos e as categorias socioprofissionais com maiores qualificações tendem a auto-avaliar mais acima as respectivas capacidades de leitura, escrita e cálculo. No entanto, quando a auto-avaliação toma como referência o maior ou menor ajustamento das capacidades possuídas ao desempenho das actividades profissionais de cada um, o resultado surge completamente diferente. Em vez de distribuições acentuadamente estratificadas, a grande maioria das pessoas responde, de maneira bastante homogénea e transversal, às diversas categorias de sexo, idade, escolaridade e classe social, que as capacidades que detém, no plano da literacia, são plenamente suficientes para o desempenho da sua profissão. Raros são os que as consideram insuficientes; e também não são muitos os que as julgam superiores ao necessário. Em todo o caso, cerca de metade dos inquiridos declara ter desejo de melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo, designadamente voltando a frequentar a escola.*

Capítulo 3

CONSTRUÇÃO DOS NÍVEIS DE LITERACIA

Os resultados centrais do Estudo Nacional de Literacia, que se apresentam no capítulo seguinte, posicionam a população estudada em cinco níveis de literacia, ou seja, de acordo com o conceito utilizado, em cinco níveis de competência de processamento de informação escrita, obtidos por avaliação directa.

Antes de se passar à apresentação dos resultados da distribuição da população por esses níveis importa que se explicite, embora de forma sucinta, o processo seguido para a sua construção.

Os níveis de literacia dos indivíduos apresentam-se, de acordo com o modelo de análise utilizado[1], como função do grau de dificuldade das tarefas e do nível de aptidão demonstrado na sua resolução. Neste sentido, pode dizer-se que, em termos operatórios, o nível de literacia de um indivíduo é a resultante do cruzamento do seu nível de aptidão com o grau de dificuldade das tarefas que conseguiu resolver correctamente.

Assim, para se poder determinar o nível de literacia dos indivíduos importa, em primeiro lugar, proceder à construção de duas escalas – a *escala de dificuldade das tarefas* e a *escala de aptidão dos indivíduos* – e, num momento posterior, proceder à sua integração numa matriz que permita relacionar as duas dimensões consideradas.

3.1. A escala de dificuldade das tarefas

A determinação do grau de dificuldade das tarefas foi conseguida a partir da conjugação de duas ordens de factores.

Por um lado, recorreu a um modelo teórico[2] que conceptualiza a dificuldade das tarefas em função da *complexidade dos suportes* (em termos de

---

[1] Ver referências no Capítulo 1 e nas páginas seguintes.

[2] Idem.

estrutura, extensão e forma gráfica) e do grau de *complexidade das operações de processamento de informação* necessárias à resolução das tarefas (do reconhecimento literal, localização directa e cálculo numérico simples a inferências complexas, geração de sínteses e resolução de problemas implicando operações encadeadas).

Por outro lado, apoiou-se na dificuldade revelada empiricamente e que, decorrendo dos resultados obtidos, é definida em função da percentagem de respostas certas a cada uma das tarefas. Chegou-se assim à construção de uma escala de dificuldade inversamente proporcional à percentagem de respostas correctas. Isto é, perante uma bateria de provas construídas a partir do modelo teórico referido, uma tarefa é considerada tanto mais difícil quanto menor tiver sido a percentagem de inquiridos que lhe responderam acertadamente.

O modelo teórico de determinação do nível de dificuldade das tarefas surge, no processo de análise, em dois momentos. Em primeiro lugar, no momento de construção da prova, presidindo à escolha dos suportes e à formulação das perguntas. Em segundo lugar, na análise dos resultados, confrontando o grau de dificuldade das tarefas previsto por esse modelo com o seu grau de dificuldade verificado empiricamente. Este procedimento permite interpretar o tipo de competências que estão presentes nos diferentes níveis de literacia.

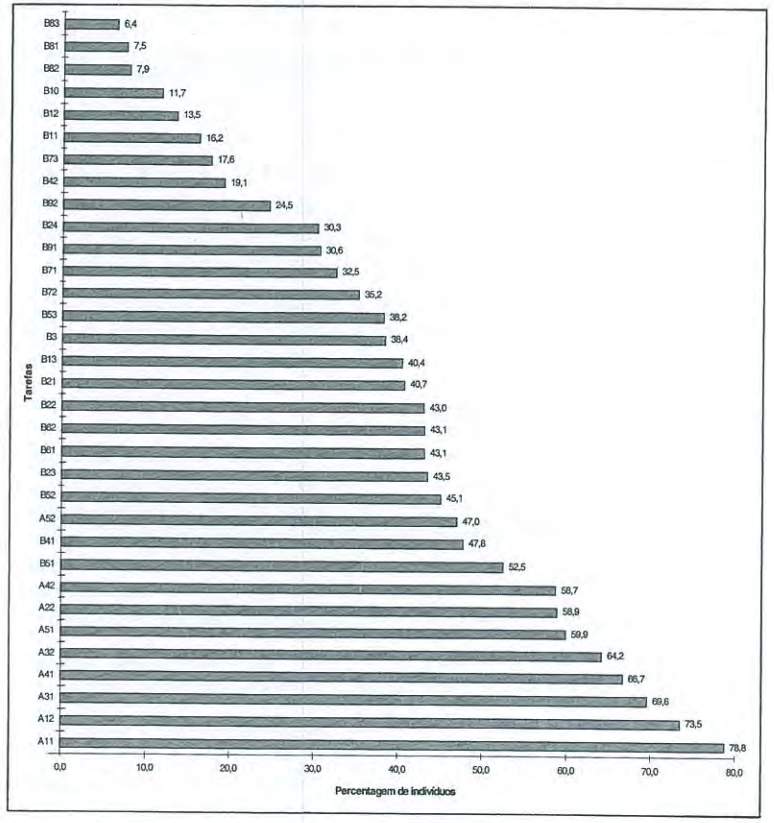
Poderemos, assim, dizer que o nível de dificuldade das tarefas é a resultante da inter-relação entre o que é susceptível de se designar, abreviadamente, por *dificuldade teórica* e por *dificuldade empírica*.

O Gráfico 3.1 fornece, em termos globais, indicações quanto ao grau de dificuldade empírica das tarefas utilizadas no presente estudo.

Da leitura da informação aí constante, e atendendo ao que se disse anteriormente, podemos verificar que as diferentes tarefas se revelam, empiricamente, como comportando graus variados de dificuldade. Assim, a tarefa que surgiu como mais simples, no plano empírico, na medida em que foi correctamente resolvida pela maior percentagem de indivíduos, é a tarefa A11; e a tarefa mais difícil, por ter sido resolvida correctamente pela menor percentagem de inquiridos, é a tarefa B83.

A forma da curva de dificuldade empírica mostra que o conjunto de tarefas construídas e seleccionadas abrange o leque de competências em estudo de

Gráfico 3.1: Percentagem de indivíduos com respostas certas a cada uma das tarefas



maneira contínua e gradual. A amplitude e o gradualismo da distribuição confirmam que este conjunto de tarefas pode ser tomado como base adequada para uma escala de literacia.

Uma vez hierarquizadas as tarefas em função do seu grau de dificuldade empírico, é possível transformar a escala de pontos, daí resultante, numa escala de intervalos onde se incluam as tarefas com semelhantes graus de dificuldade. Tratar-se-á, assim, de proceder à agregação das tarefas que demonstraram maior homogeneidade em termos de dificuldade empírica, ou seja, das tarefas que apresentam, entre si, valores mais próximos de respostas certas.

O número de intervalos a considerar, e que constituirão os níveis agregados de dificuldade das tarefas, é uma opção que poderá ser manipulada em função do nível de discriminação que se pretende fazer que, por sua vez, está ligado à natureza, mais ou menos fina, do tipo de competências que se pretende analisar.

A escala adoptada, compreendendo cinco níveis (Nível 0 a Nível 4), mostrou-se adequada não só à identificação dos grandes grupos de tarefas que, empiricamente, demonstraram uma certa homogeneidade quanto ao seu grau de dificuldade, como também à identificação de um leque de competências que, de forma satisfatória, permitem dar conta das capacidades de processamento de informação escrita nos três domínios de literacia considerados: a prosa, os documentos e o cálculo.

Com base na informação constante no Gráfico 3.1, procedeu-se à constituição de quatro grandes grupos de tarefas, com percentagens semelhantes de indivíduos que as resolveram correctamente.

Um primeiro grupo de tarefas foram correctamente resolvidas por mais de 50% dos inquiridos, sendo por isso, e do ponto de vista empírico, as tarefas mais fáceis, e cujo grau de dificuldade teórico as configura como tarefas de Nível 1 (A11 a B51). Um segundo grupo de tarefas correctamente resolvidas por mais de 40% e menos de 50% dos inquiridos forma o grupo das tarefas de Nível 2 (B41 a B13). Um terceiro grupo de tarefas, resolvidas correctamente por uma percentagem de inquiridos que varia entre mais ou menos 20% e 40%, forma o grupo das tarefas de Nível 3 (B3 a B92). Finalmente, o grupo de tarefas mais difíceis, com menos de 20% dos inquiridos a resolvê-las correctamente, corresponde ao grupo das tarefas de Nível 4 (B42 a B83).

Dado que, como se verá adiante, houve uma percentagem bastante elevada de pessoas que não conseguiram responder de maneira acertada a nenhuma das tarefas, criou-se ainda um Nível 0 destinado a caracterizar essa situação.

Uma vez definida uma escala de níveis, tendo por base o grau de dificuldade das tarefas empiricamente revelado, tratou-se, de seguida, de verificar se a homogeneidade das tarefas daqui resultante era coerente com o seu grau teórico de dificuldade. A consistência encontrada foi, de facto, bastante grande, tendo sido apenas necessário realizar pequenos ajustamentos. Foi

assim possível proceder à fixação e descrição dos níveis de dificuldade das tarefas utilizadas no Estudo Nacional de Literacia, os quais se apresentam no Quadro 3.1.

Quadro 3.1: Descrição sumária dos níveis de literacia

NÍVEL 0: *Este nível corresponde à ausência de capacidade para resolver as tarefas propostas. Integram-se neste nível todas as pessoas que não executaram correctamente qualquer das tarefas.*

NÍVEL 1: *As tarefas deste nível são as menos exigentes. Implicam, em geral, apenas a identificação de uma ou mais palavras de um texto, a sua transcrição literal ou a realização de um cálculo aritmético elementar a partir da indicação directa da operação e dos valores. São executadas a partir de textos ou documentos pequenos e simples..*

As tarefas relativas a **prosa** baseiam-se em textos curtos, com poucas palavras portadoras de informação específica e poucos elementos de distracção que possam provocar hesitações no processamento. Estes, quando existem, não se encontram perto da passagem do texto ou documento que contém a resposta correcta.

As tarefas com **documentos** podem, por seu lado, implicar o preenchimento de um impresso simples a partir de informação que se encontra directamente na instrução dada.

As tarefas de natureza **quantitativa** requerem, em geral, uma simples operação aritmética que, normalmente, é a adição. Os valores são especificados e ocorrem num contexto familiar. A operação a realizar está definida ou é facilmente identificada.

Tarefas : A1.1; A1.2; A2.2; A3.1; A3.2; A4.1; A4.2; A5.1; B5.1

NÍVEL 2: *As tarefas deste nível requerem, em geral, um processamento de informação um pouco mais elaborado. Implicam a associação entre palavras ou expressões que se encontram nos suportes impressos ou, então, o encadeamento de duas operações aritméticas simples. As inferências necessárias são de grau pouco elevado.*

As tarefas relativas a **prosa** implicam o processamento de elementos contidos em diferentes frases ou parágrafos do texto e a sua associação, podendo, por vezes, exigir inferências simples. A resposta consiste na transcrição literal da informação processada.

As tarefas com **documentos** requerem, igualmente, a associação de informação. A associação pode requerer uma pequena inferência baseada no texto ou a consideração de informação condicional, na mesma frase ou parágrafo.

As tarefas **quantitativas** requerem, por seu lado, a realização de uma sequência de duas operações (em geral, adição e/ou subtracção), sendo os valores dados ou facilmente localizáveis e as operações facilmente determinadas.

Tarefas: A5.2; B1.3; B2.1; B2.2; B2.3; B4.1; B5.2; B6.1; B6.2.

NÍVEL 3: *As tarefas deste nível requerem um processamento de informação com um grau mais elevado de complexidade. Implicam a capacidade de seleccionar e organizar informação, relacionar ideias contidas num texto, fundamentar uma conclusão ou decidir que operações numéricas realizar.*

As tarefas relativas a **prosa** e **documentos** requerem, em geral, a utilização de textos mais longos, contendo informação mais complexa. Estes suportes podem incluir elementos organizadores tais como títulos ou subtítulos. Podem, ainda, tratar de assuntos menos familiares.

As tarefas **quantitativas** requerem, por seu lado, a realização de duas operações sequenciais (em geral, multiplicação/divisão e outra). Normalmente, os valores a utilizar são dados ou facilmente localizáveis mas é preciso decidir quais são as operações a realizar.

Tarefas: B2.4; B3; B7.1; B7.2; B5.3; B9.1; B9.2

NÍVEL 4 : *As tarefas deste nível são as mais exigentes de toda a prova. Implicam a capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos, a realização de inferências de grau elevado, a resolução de problemas e a eventual mobilização de conhecimentos próprios.*

As tarefas de **prosa** pressupõem a utilização de textos relativamente longos e densos, cuja leitura integral pode ser necessária para a construção da resposta. Esta pode assumir a forma de síntese da ideia principal do texto ou de fundamentação de um enunciado.

As tarefas com **documentos** requerem que se tenha em conta informação condicional que aparece localizada fora ou longe da parte principal do suporte.

As tarefas de natureza **quantitativa** consistem na resolução de um problema que requer a análise da situação de partida, a selecção dos dados relevantes e a escolha da sequência apropriada das operações a efectuar.

Tarefas: B1.1; B1.2; B4.2; B7.3; B8.1; B8.2; B8.3; B10.

Aí se definem tais níveis de dificuldade por relação às competências de processamento de informação escrita inerentes a cada um deles, ao mesmo tempo que se explicita a forma como se materializam nas três dimensões de literacia. Para cada um dos níveis identificam-se, ainda, as tarefas que os integram.

Tendo sido expostos, sucintamente, os procedimentos adoptados para a construção do que, no início, chamámos a escala de dificuldade das tarefas, importa dar o passo seguinte, ou seja, explicitar a metodologia de construção da escala de aptidão dos indivíduos. Relembre-se que, como já se referiu, os níveis de literacia resultam, precisamente, da associação destas duas escalas. É da construção da escala de aptidão dos indivíduos que trata o ponto seguinte.

3.2. A escala de aptidão dos indivíduos

A aptidão dos indivíduos é, de acordo com a metodologia adoptada, determinada em função do número de tarefas correctamente resolvidas.

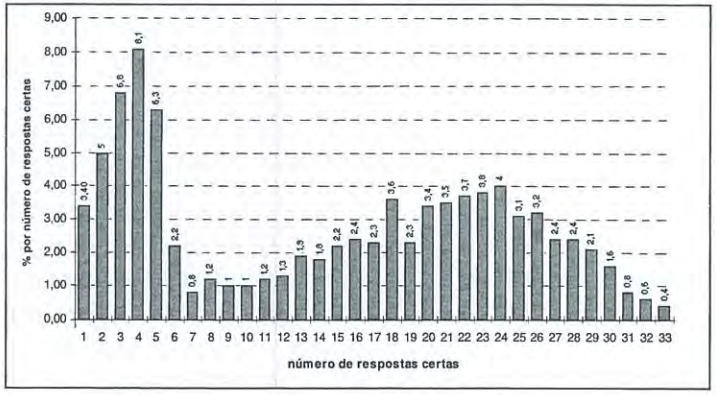
Da análise da distribuição verificada deriva uma escala cuja ordenação é directamente proporcional ao número de respostas certas de cada indivíduo. Ou seja, um indivíduo situar-se-á, na referida escala, tanto melhor quanto maior for o número de tarefas correctamente resolvidas.

A análise da informação constante do Gráfico 3.2 permite a definição dos contornos da referida escala de aptidão.

Apresentando no eixo das abcissas o número de respostas certas e, no eixo das ordenadas, a percentagem de indivíduos que responderam correctamente a cada número de tarefas, a informação constante deste gráfico permite colocar os inquiridos em diferentes pontos da escala de aptidão.

Assim, se considerarmos o eixo das abcissas como uma escala de aptidão com 33 pontos, verificaremos que 3,4% dos inquiridos se situam no ponto mais baixo da escala, ou seja, resolveram correctamente só uma tarefa, 2,3% à volta do ponto médio da escala, tendo resolvido correctamente 17 tarefas e só 0,4% no ponto máximo da escala, por ser esta a percentagem de indivíduos que resolveu todas as tarefas constantes da prova.

Gráfico 3.2: Percentagem de indivíduos por número de respostas certas



Esta escala fornece, assim, um primeiro indício do nível de literacia dos indivíduos, na medida em que, apresentando as tarefas diferentes níveis de dificuldade, se espera que quanto maior for o número de tarefas correctamente resolvidas maior seja o nível de literacia por eles detido. Contudo, o que esta escala mostra, neste momento, é apenas a distribuição de uma pro-

priedade (a aptidão, medida em termos de número de tarefas correctamente resolvidas) na população estudada.

A observação do Gráfico 3.2 revela que essa distribuição se desenvolve em torno de duas grandes manchas. Na primeira, encontram-se os indivíduos que resolveram correctamente até a um máximo de seis tarefas e, na segunda, os indivíduos que resolveram correctamente sete ou mais.

A configuração desta distribuição prende-se com o facto de nem todas as tarefas terem sido submetidas, para resolução, à totalidade dos indivíduos entrevistados. De facto, como já se referiu em momento anterior, no inquérito administrado as tarefas utilizadas foram organizadas em duas partes: a *Parte A*, que funcionou como prova de selecção, e a *Parte B*, que funcionou como prova principal e à qual respondiam os indivíduos que reunissem determinado nível de aptidão.

Relembre-se, a este propósito, que a Parte B só seria submetida aos indivíduos que tivessem resolvido correctamente pelo menos cinco tarefas do conjunto de nove que constituíam a Parte A, o que, como era esperado, levou à eliminação de uma determinada percentagem de indivíduos na passagem para a parte seguinte da prova. Daqui resultou que, enquanto a Parte A foi submetida, para resolução, à totalidade dos indivíduos, a Parte B só o foi a cerca de 60% dos inquiridos, na medida em que os restantes cerca de 40% não reuniram as condições fixadas e anteriormente referidas.

A construção de uma escala única de níveis de literacia implica a aceitação do seguinte pressuposto: os indivíduos que, por não terem resolvido correctamente pelo menos cinco das nove tarefas da Parte A, que são, em geral, de dificuldade manifestamente inferior à globalidade das tarefas da Parte B, consideram-se, para efeitos da respectiva colocação na escala de aptidão, como tendo respondido incorrectamente a todas as tarefas da parte B.

A partir deste ponto, uma vez conhecida a escala de dificuldade das tarefas e a distribuição dos indivíduos pela respectiva escala de aptidão, tornou-se possível, através da integração das duas escalas, proceder à identificação dos níveis de literacia dos entrevistados, o que, no fundo, permite dizer que um indivíduo com determinado nível de literacia possui competências que lhe possibilitam resolver, correctamente, tarefas de determinado nível de dificuldade.

Os resultados obtidos constituem o perfil de literacia dos entrevistados e permitem, dito de outro modo, identificar as capacidades de processamento de informação escrita da população em estudo. O ponto que se segue trata, precisamente, da apresentação dos procedimentos metodológicos adoptados para a prossecução daquele objectivo.

3.3. Determinação dos níveis de literacia

A integração das duas escalas fez-se através do estabelecimento de uma correspondência entre as aptidões demonstradas e os níveis de dificuldade das tarefas. Tratou-se, neste sentido, de encontrar resposta a uma pergunta: que nível de literacia atribuir a um indivíduo que se posicionou num determinado ponto da escala de aptidão, ou seja, que resolveu correctamente determinado número de tarefas?

Este problema é resolvido, nos estudos realizados neste domínio[3], através do recurso ao método designado por Item Response Theory (IRT)[4]. A utilização desta metodologia pressupõe, contudo, a existência prévia de um conjunto de tarefas suficientemente testadas, através de testes-piloto de grande extensão, ou resultantes de estudos anteriormente desenvolvidos. Implica, ainda, que a avaliação se faça com recurso à utilização de um grande número de tarefas por forma a não inviabilizar a aplicação do modelo no caso de se verificar, empiricamente, a inconsistência de algumas delas[5].

---

[3] Exemplos desses estudos são o "Literacy Skills Used in Daily Activities" realizado no Canadá (G. Montigny, K. Kelly e S. Jones, *Adult Literacy in Canada: Results of a National Study*, Ottawa, Statistics Canada, 1991), o "NALS – National Adult Literacy Survey" nos Estados Unidos da América (Irwin S. Kirsch, Ann Jungeblut, Lynn Jenkins e Andrew Kolstad, *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey*, Washington, D.C., National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education, 1993), o "IALS – International Adult Literacy Survey", envolvendo sete países, designadamente Canadá, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, Suíça, e Estados Unidos da América (Albert Tuijnman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones, e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995).

[4] Este método permite definir "a probabilidade que determinado indivíduo possui de resolver correctamente uma tarefa específica de entre um conjunto de tarefas. Esta probabilidade pode ser definida como uma função matemática tendo um parâmetro que é o estimador de proficiência do indivíduo e um ou mais parâmetros caracterizadores das propriedades da tarefa" (Irwin S. Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults*, Princeton (N.J.), The National Assessment of Educational Progress, 1986). Ver, também, Ronald K. Hambleton, H. Swaminathan e H. Jane Rogers, *Fundamentals of Item Response Theory*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1991.

[5] A título de exemplo refira-se que o estudo americano referido na nota anterior (Irwin S. Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of American's Young Adults, op. cit.*) utilizou 105 tarefas, o NALS aplicou 165 e o IALS recorreu a 114, enquanto que no ENL se utilizaram apenas 33.

O Estudo Nacional de Literacia, pelo seu carácter pioneiro, não dispunha de trabalhos anteriormente desenvolvidos em Portugal no domínio da avaliação directa da literacia relativa à vida quotidiana dos adultos[6] e, por isso, não pôde socorrer-se de tarefas de tipo apropriado anteriormente testadas no país. Para além disso, não era possível proceder a uma avaliação com base num maior número de tarefas na medida em que isso inviabilizaria a realização das entrevistas por força de o seu tempo de aplicação ser perfeitamente impraticável[7]. Por todas estas razões não foi possível recorrer, no presente estudo, à utilização daquela metodologia. Contudo, tendo por base a sua matriz teórica, embora com recurso a métodos estatísticos menos sofisticados, foi possível alcançar resultados de natureza idêntica aos que seriam conseguidos com a sua adopção[8].

Assim, desenvolveu-se um procedimento analítico destinado a construir uma escala de intervalos – a escala de níveis de literacia dos indivíduos – que está no centro do presente estudo. Procurou-se, deste modo, atingir dois objectivos:

a) agregar a informação das duas escalas iniciais num número reduzido de níveis, com vista ao prosseguimento da análise dos dados e a tornar mais clara a interpretação dos resultados;

b) utilizar uma mesma escala de intervalos para os níveis de dificuldade das tarefas e para os níveis de aptidão dos indivíduos, a fim de obter resultados integrados, com um conteúdo interpretável acrescido.

A escala de níveis de literacia a que se chegou foi o resultado de um processo de ajustamento recíproco entre as escalas de dificuldade das tarefas e de

[6] Convém referir que tinham sido já desenvolvidos no país estudos de literacia das crianças em contexto escolar, nomeadamente: Inês Sim-Sim e Glória Ramalho, *Como Lêem as Nossas Crianças? Caracterização do Nível de Literacia da População Escolar Portuguesa*, Lisboa, GEP / Ministério da Educação, 1993, e Glória Ramalho, *As Nossas Crianças e a Matemática. Caracterização da Participação dos Alunos Portugueses no Second International Assessment of Educational Progress*, Lisboa, DEPGEF / Ministério da Educação, 1994.

[7] Nos estudos realizados nos Estados Unidos, no Canadá e no International Adult Literacy Survey, a utilização de um grande número de tarefas é possível com recurso a uma metodologia apropriada, designada por Balanced Incomplete Block (BIB), que permite administrar diferentes blocos de tarefas a diferentes grupos da população a inquirir, uma vez testada a equivalência entre esses blocos. Pode, assim, utilizar-se um conjunto alargado de tarefas, embora cada indivíduo responda a um número limitado.

[8] Contou-se, para isso, com a participação, como consultor do projecto, de Irwin Kirsch, do Educational Testing Service, principal responsável pela metodologia de avaliação directa que tem vindo a ser utilizada em grande parte dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos da América e a nível internacional.

aptidão dos indivíduos. Quer isto dizer que a estrutura fundamental desta escala resulta da análise, teoricamente orientada, do conteúdo de competências implicado em cada uma das tarefas. A escala foi em seguida validada e ajustada pelo confronto com a ordenação da dificuldade das tarefas empiricamente verificada. Finalmente, os níveis de literacia dos indivíduos ficaram estabelecidos através de um procedimento que permitiu a já referida articulação com os resultados da distribuição dos indivíduos em termos de aptidão, medida pelo número de tarefas certas.

O procedimento adoptado traduziu-se na construção de uma matriz que cruza as duas escalas já referidas – a escala de aptidão e a escala de dificuldade das tarefas – e, a partir daí, na determinação da percentagem de indivíduos, situados nos diferentes pontos da escala de aptidão, que resolveram correctamente cada uma das tarefas.

Para este efeito utilizou-se, como operador de articulação entre os dois eixos em análise – o da dificuldade das tarefas e o da aptidão dos indivíduos – a probabilidade de 80% de resposta correcta a cada uma das tarefas[9].

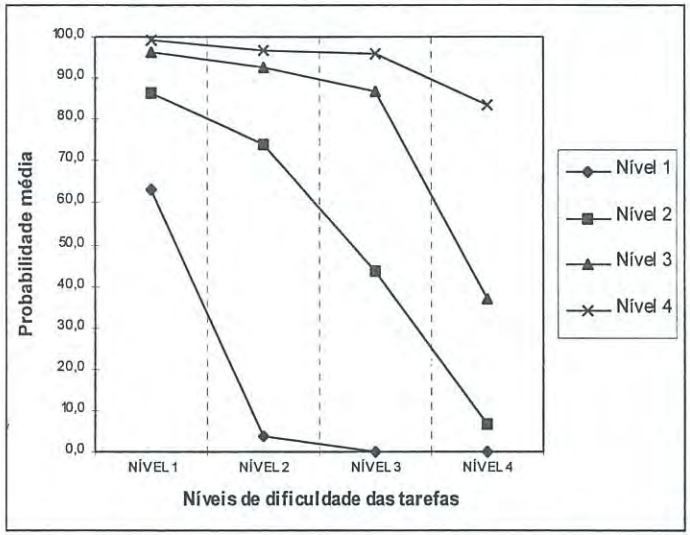
Uma vez feita esta articulação das duas escalas, em cada nível de literacia ficaram incluídos todos os indivíduos situados num determinado intervalo da escala de aptidão. Esse intervalo tem como limite superior o ponto da escala de aptidão dos indivíduos em que todas as tarefas de nível correspondente atingem pelo menos 80% de probabilidade de resposta certa. O limite inferior de cada nível de literacia é, por sua vez, o ponto imediatamente seguinte ao limite superior do nível precedente. Pode ainda acrescentar-se que, em conformidade, os indivíduos localizados em cada nível de literacia têm uma probabilidade de pelo menos 80% de ter resolvido correctamente todas as tarefas dos níveis inferiores.

Exemplificando, pode dizer-se que os indivíduos situados no Nível 3 de literacia são aqueles que estão situados num intervalo de aptidão para o qual

[9] A arbitragem do valor de 80% àquela probabilidade resultou de duas ordens de considerações. Em primeiro lugar, os estudos já realizados noutros países, com os quais se pode aspirar a comparar, embora de forma cautelosa e meramente indicativa, os resultados do ENL, utilizam aquele valor para a determinação dos níveis de literacia da sua população. Em segundo lugar, estando em estudo a hipótese de Portugal vir a participar num estudo internacional desta natureza, a realizar no âmbito da União Europeia, em que será utilizado aquele valor, isso permitirá o estabelecimento de comparações entre os resultados dos dois estudos.

todas as tarefas de Nível 3 de dificuldade atingem a probabilidade de, pelo menos, 80% de resposta certa. Isso implica, também, que esse conjunto de indivíduos tem uma probabilidade de pelo menos 80% de ter respondido a todas as tarefas de Níveis 1 e 2.

Gráfico 3.3: Probabilidade média de respostas certas dos indivíduos dos diferentes níveis de literacia segundo o nível de dificuldade das tarefas



O Gráfico 3.3 pode ajudar a compreender a lógica dos níveis de literacia, na sua significação dupla. As quatro linhas mostram, de acordo com os resultados obtidos na pesquisa, a probabilidade média que se verifica que os inquiridos situados em cada nível de literacia têm de resolver correctamente as tarefas dos vários níveis de dificuldade.

Os indivíduos com competências de Nível 4 têm em média uma probabilidade de cerca de 85% de realizar acertadamente as tarefas com um grau de dificuldade de Nível 4, tarefas essas cuja complexidade, em termos de suportes e de operações de processamento de informação, é especificável do modo indicado no Quadro 3.1. Quanto à resolução das tarefas de níveis de dificuldade abaixo deste, a probabilidade encontrada é superior, aproximando-se dos 100%.

Os inquiridos que se situaram no Nível 3 de literacia revelaram uma probabilidade muito menor – abaixo de 40% – de resolver bem tarefas de Nível 4

de dificuldade. Mas perante tarefas de Nível 3, a probabilidade sobe para a ordem dos 85%, continuando a crescer até cerca de 95% nas tarefas de Nível 1.

Para as pessoas com Nível 2 de literacia a probabilidade de resposta adequada cresce, de maneira quase linear, com a diminuição do nível de dificuldade das tarefas. Praticamente não conseguem solucionar tarefas com dificuldade de Nível 4 e, para as tarefas de Nível 3, a probabilidade média mal ultrapassa os 40%. Colocados face a tarefas com dificuldade de Nível 2, os valores médios situam-se perto de 75% e só as tarefas de Nível 1 são respondidas a 85%.

Finalmente, os inquiridos com Nível 1 de literacia só conseguem, no essencial, desempenhar tarefas de Nível 1 de dificuldade e, mesmo assim, apenas com uma probabilidade média que não chega a 65%.

3.4. Exemplos de tarefas de cada nível de dificuldade

Um melhor esclarecimento do significado dos níveis de literacia requer a apresentação, antes de prosseguirmos, de um conjunto de exemplos das tarefas utilizadas, de modo a permitir visualizar, em concreto, os tipos de competências que estão em jogo. Pretende-se ilustrar, com a reprodução de alguns suportes e das respectivas instruções, as características das tarefas de diferentes níveis de dificuldade e típicas de cada uma das três dimensões consideradas: prosa, documentos, quantitativo. Para cada tarefa apresenta-se, ainda, a percentagem de indivíduos que lhe respondeu correctamente, bem como o perfil de distribuição dessas respostas por grau de instrução.

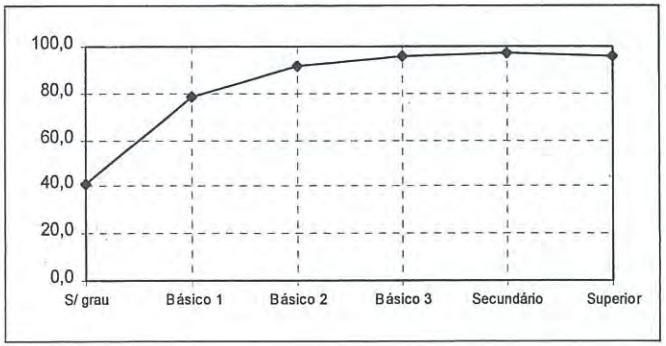
Prosa / Nível 1
Exemplo: tarefa A11

SOS-SIDA
Liga Portuguesa contra a Sida das 18h00 às 22h00 **Tel. 05001040**

Instrução:
Sublinhe a palavra Liga

Percentagem de respostas certas: 78,8 %

Respostas certas da tarefa A11 por grau de escolaridade



Prosa / Nível 2
Exemplo: tarefa B61

Nafta de novo
nas praias
de Viana do Castelo

A nafta voltou a aparecer nas praias do litoral a norte de Viana do Castelo, desde anteontem, embora em menores quantidades que as verificadas em Janeiro último. De dimensão variada, as bolas de nafta dispersaram-se pelas praias de Afife, Paço, Carreço e Norte, de forma descontínua, mas na primeira destas praias o areal ficou afectado ao longo de cerca de um quilómetro. Uma situação que obrigou à intervenção dos serviços de limpeza da Câmara de Viana do Castelo.

Em comunicado, a autarquia levanta de novo a hipótese da lavagem de tanques de um petroleiro como causadora do "ataque de hidrocarbonetos".

"Os contínuos abusos", adianta a nota camarária, são "um indicativo claro de que as entidades encarregadas da fiscalização e vigilância marítimas estão a esquecer esta área do oceano, onde os desmandos ecológicos têm ficado, quase sempre, impunes". Para a Câmara de Viana este facto "convida à sua repetição".

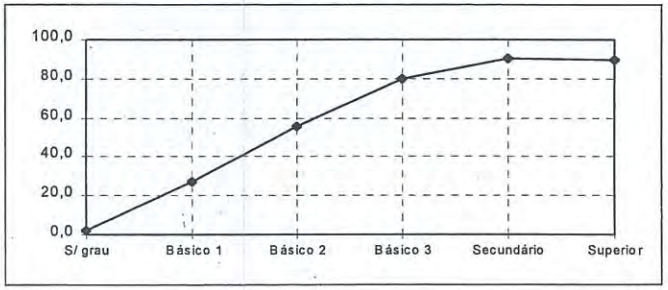
In "Público"

Instrução:

Tendo em conta o conteúdo da notícia relativa ao derramamento de nafta nas praias de Viana do Castelo, responda à seguinte pergunta: Qual a praia em que o areal foi afectado por nafta, em cerca de 1 quilómetro?

Percentagem de respostas certas: 43,1 %

Respostas certas da tarefa B61 por grau de escolaridade



Prosa / Nível 3
Exemplo: tarefa B72

Estrasburgo aceita alargamento

AFINAL, o Parlamento Europeu (PE) prepara-se para votar favoravelmente os acordos de adesão da Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia. O PE fechou mais de duas semanas de «suspense», em que o «sim» ao alargamento esteve de tal forma ameaçado que Estrasburgo encarava a hipótese de nem sequer agendar a votação para a sessão plenária da próxima semana – a última antes de a euro-assembleia se despedir, para dar lugar às eleições europeias de Junho.

Apesar de todas as dúvidas dos deputados (em especial, quanto à solução encontrada em Ioánnina para o futuro da «minoria de bloqueio»), os líderes dos grupos parlamentares acabaram por decidir dar luz verde ao quarto alargamento da União Europeia.

Parece, assim, ter resultado a inédita ofensiva de «charme» (em Estrasburgo) dos Governos dos quatro países – nada menos que dois chefes de Governo e dois vice-primeiros-ministros. O vice finlandês terá sido o mais incisivo. Em defesa do voto positivo do Parlamento, Salolainen avisou que «**se se perder o "élan" actual, uma grande oportunidade será desperdiçada**».

Salolainen fez a sua profissão de fé europeísta: "**Nós queremos ir além do livre câmbio e do Mercado Interno**".

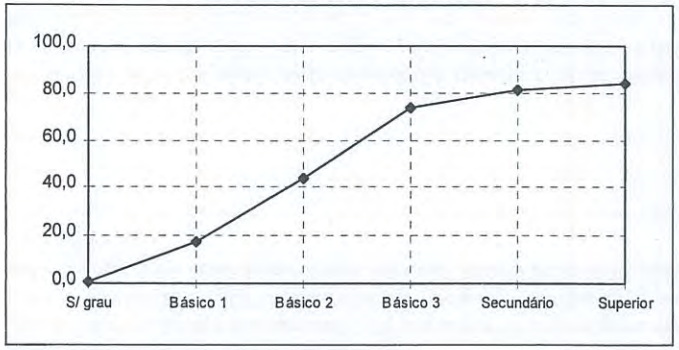
in "Expresso", 30/04/94

Instrução:

Utilize a informação constante do texto da notícia "Estrasburgo aceita alargamento" para responder à seguinte pergunta: Que profissão de fé europeísta fez o Vice-Primeiro-Ministro Finlandês?

Percentagem de respostas certas: 35,2%

Respostas certas da tarefa B72 por grau de escolaridade



Prosa / Nível 4
Exemplo: tarefa B81

Estudos recentes confirmam que, mesmo quando dados de vários países mostram uma relação estatística significativa e, na generalidade, positiva entre PNB *per capita* e indicadores de qualidade de vida, grande parte dessa relação depende do uso de rendimentos externos para melhorar a saúde e educação públicas e para reduzir a pobreza absoluta.

A verdade é que países com rendimentos médios mais altos tendem a ter maiores médias de esperança de vida, menores taxas de mortalidade infantil e níveis de escolaridade superiores, de facto um índice de desenvolvimento humano (IDH) mais elevado. Mas este tipo de associações está longe da perfeição. Na comparação entre países, as variações de rendimentos podem não explicar mais do que metade das variações de esperança média de vida ou das taxas de mortalidade infantil. E explicar, ainda menos, as diferenças existentes em relação aos níveis de alfabetização dos adultos. Mais importante é o modo como o PNB influencia o desenvolvimento humano. Há uma evidência considerável na relação estatística entre o PNB *per capita* e o desenvolvimento humano, que tende a funcionar através do efeito de um PNB mais alto no aumento das despesas públicas e na diminuição de pobreza.

Este efeito não deveria significar que o crescimento económico não tem importância no melhoramento da qualidade de vida. Em vez disso, indica-nos que estas relações estão seriamente dependentes entre si. Em grande parte depende da maneira como os frutos do crescimento económico são partilhados, particularmente da fatia que os pobres recebem e da quantidade de recursos adicionais usados para suportar os serviços públicos, principalmente na saúde e educação básica.

Em termos mais simples, não é o nível de rendimentos por si só que interessa, mas também o uso que fazem deles. Uma sociedade pode gastar os seus rendimentos em armamento ou em educação. Um indivíduo pode gastar o seu salário em narcóticos ou em alimentos. O que é decisivo não é o processo de maximização da riqueza, mas as escolhas que tanto os indivíduos como as sociedades fazem, uma verdade tantas vezes esquecida.

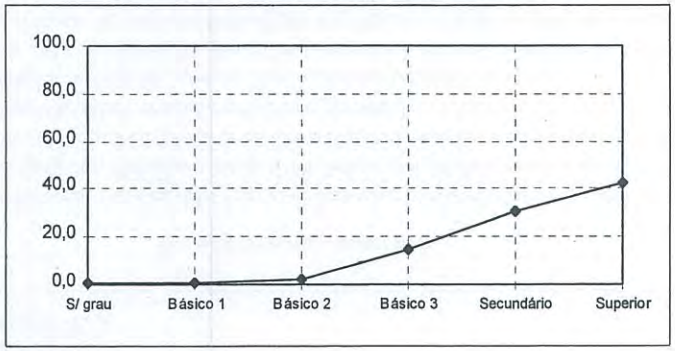
Não existe um conflito básico entre (1) os que consideram o crescimento económico como muito importante e (2) os que o consideram como base insuficiente para o desenvolvimento humano. O crescimento dos rendimentos só poderá aumentar as condições de vida dos pobres apenas se estes puderem partilhar esse rendimento adicional ou se ele for utilizado para financiar os serviços públicos em sectores da sociedade que, de outra forma, se veriam privados desses serviços. Novamente a questão central torna a ser a necessidade de valorização do aumento das capacidades humanas, ao invés da mera promoção de um crescimento conjunto que não olhe à necessidade de garantir que os frutos desse crescimento possam vir a servir os interesses dos menos privilegiados.

Texto reproduzido do "Relatório do Desenvolvimento Humano, 1994", Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Instrução:
O texto apresentado é retirado de um relatório recente do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Utilize a informação aí contida para responder à seguinte questão: Qual é o assunto central do texto?

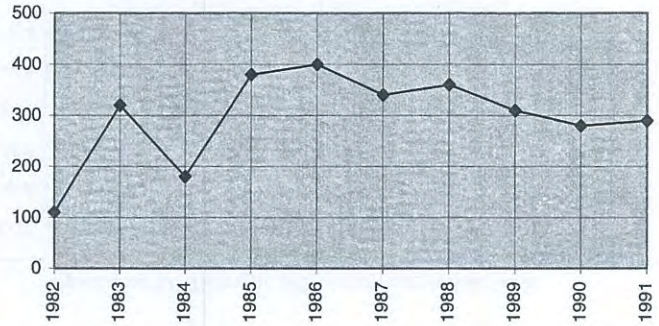
Percentagem de respostas certas: 7,5%

Respostas certas da tarefa B81 por grau de escolaridade



Documento / Nível 1
Exemplo: tarefa A51

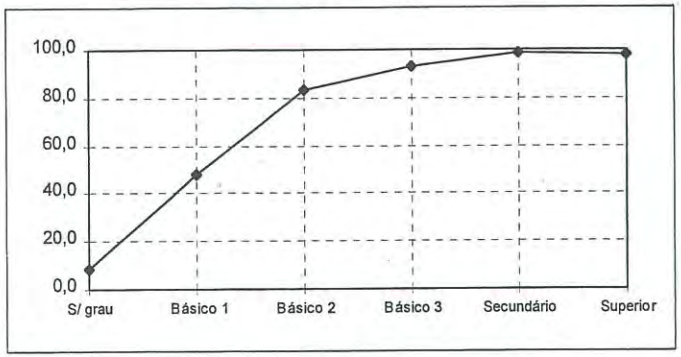
Número de mortes por tuberculose nos últimos dez anos



Instrução:
No período compreendido entre 1982 e 1991, qual o ano em que houve mais mortes por tuberculose?

Percentagem de respostas certas: 59,9%

Respostas certas da tarefa A51 por grau de escolaridade



Documento / Nível 2

Exemplo: tarefa B22

MUNICÍPIO DO MOGADOURO
CÂMARA MUNICIPAL
AVISO
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL A TERMO CERTO

Nos termos e em cumprimento do disposto nos artigos 18 e 19, do Decreto-Lei 427/89, de 7 de Dezembro, faz-se público que esta Câmara Municipal aceita candidaturas para a contratação a termo certo, nas seguintes condições:
- Número de pessoas a contratar: duas;
- Remuneração: a correspondente ao escalão 1, índice 180 do NSR no valor actual de 84 600$00;
- Categoria: terceiro-oficial administrativo da carreira de oficial administrativo;
- Funções a desempenhar: as inerentes ao conteúdo funcional da respectiva carreira;
- Duração do Contrato: seis meses renovável por igual período;
- Requisitos que os candidatos devem reunir: 9º ano de escolaridade ou equivalente e conhecimentos práticos de dactilografia.

O contrato será realizado nos termos da alínea d) do artigo 18 do diploma supracitado.
Os interessados devem apresentar nesta Câmara Municipal requerimento de admissão ao concurso, no prazo de 15 dias a contar da publicação deste aviso, em modelo próprio a fornecer a quem o solicitar.
Qualquer outra informação poderá ser solicitada via telefone (079/32310) ou por carta dirigida ao Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, 5200 Mogadouro.
Mogadouro, 25 de Março de 1994.

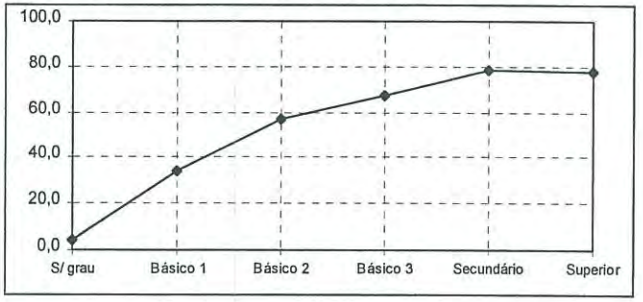
O Presidente da Câmara
Dr. Francisco António Castro Pires

in "Público", 1-4-94

Instrução:
Tendo em conta a informação constante no Aviso do Município do Mogadouro, responda à seguinte pergunta: Qual a duração mínima do contrato?

Percentagem de respostas certas: 43%

Respostas certas da tarefa B22 por grau de escolaridade



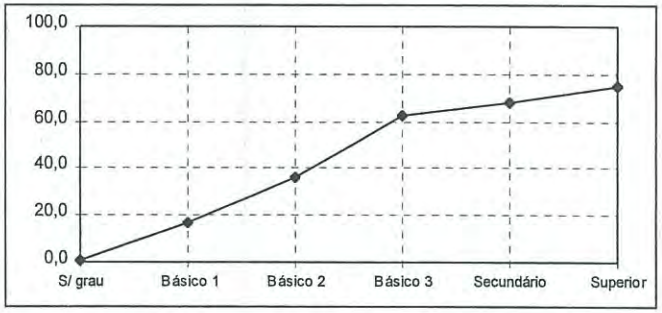
Documento / Nível 3

Exemplo: tarefa B24 (mesmo suporte que em B22)

Instrução:
Tendo em conta a informação constante no Aviso do Município do Mogadouro, responda à seguinte pergunta: Qual o prazo de apresentação de candidaturas?

Percentagem de respostas certas: 30,3 %

Respostas certas da tarefa B24 por grau de escolaridade



Documento / Nível 4

Exemplo: tarefa B42

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DGCI - Direcção - Geral das Contribuições e Impostos

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES

DECLARAÇÃO MOD. 2 IRS - RENDIMENTOS DE 1993

Deve entregar a sua declaração até 30 de Abril se auferiu rendimentos de qualquer das seguintes categorias:

B - Trabalho independente - *Anexos B ou C*
C - Actividade comercial e/ou industrial - *Anexos B1 ou C*
D - Actividade agrícola, silvícola ou pecuária - *Anexo C*
E - Rendimentos de capitais com taxas não liberatórias ou englobáveis - *Anexo E*
F - Rendimentos prediais (rendas) - *Anexo F*
G - Mais-valias não atraídas pelas categorias C/D - *Anexo G*

Isolada ou cumulativamente com rendimentos de categorias:

A - (trabalho dependente) - *Anexo A*
H - (pensões) - *Anexo A*

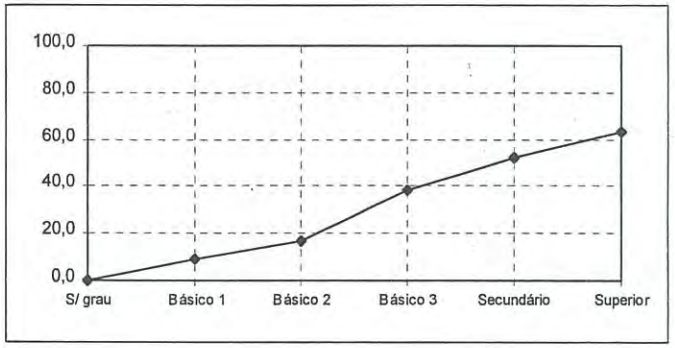
A declaração é obrigatória, independentemente do montante dos rendimentos

entregue a tempo a sua declaração

Instrução:
Tendo em conta a informação contida no aviso da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos referente ao IRS, responda à seguinte pergunta tendo ainda em conta a situação do Sr. Manuel: O Sr. Manuel, em 1993, teve como rendimentos apenas os resultantes da sua actividade profissional como motorista da Câmara Municipal de Cantanhede e da exploração de uma actividade agrícola. Para além da declaração Modelo 2, quais os anexos que teve que preencher?

Percentagem de respostas certas: 19,1%

Respostas certas da tarefa B42 por grau de escolaridade



Quantitativo / Nível 1

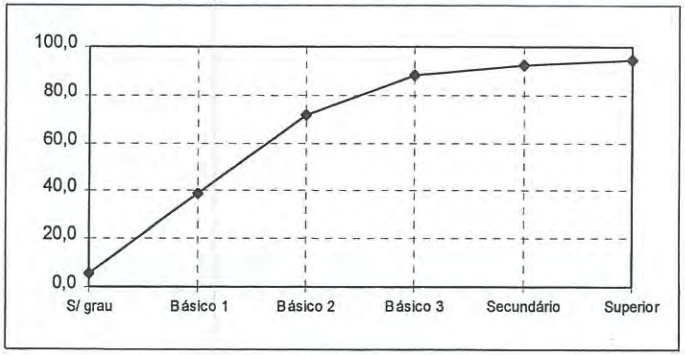
Exemplo: tarefa B51

Brasa *200 gr*	**399$00**
Mokambo *200 gr.*	**590$00**
Café Delta lote chávena moído máquina *250 gr*	**320$00**
Bolacha água e sal Vieira *125 gr*	**58$00**
Biscoitos de champanhe Vieira de Castro *400 gr*	**332$00**
Queques de Baunilha Dan Cake *210 gr*	**170$00**
Meia Lua de Mármore Dan Cake *360 gr*	**210$00**
Iogurte natural Minipreço *125 gr*	**35$00**
Óleo alimentar Minipreço *1lt*	**175$00**
Manteiga Loreto com sal *250 gr*	**220$00**
Queijo Flamengo Minipreço *1Kg*	**965$00**
Maionese Hellmans *200 gr*	**222$00**
Salsichas 4 pares Nobre *350 gr*	**130$00**
Caprichos Calamares Pescanova *400 gr*	**298$00**
Água do Alardo *1,5 lt*	**59$00**
Refrigerante Cola Minipreço *1,5 lt*	**165$00**
Whisky Highland Clan *0,70 lt*	**1121$00**
Desodorizante Impulse Happening *75 ml*	**305$00**
Abrasivo Sonasol Lava-Tudo *1 lt*	**189$00**
Fralda Grande Minipreço 9/15 Kg	**869$00**

Instrução:
Tendo em conta a tabela de preços apresentada, responda à seguinte pergunta: Quanto gastará se comprar um pacote de manteiga e um iogurte?

Percentagem de respostas certas: 52,5 %

Respostas certas da tarefa B51 por grau de escolaridade



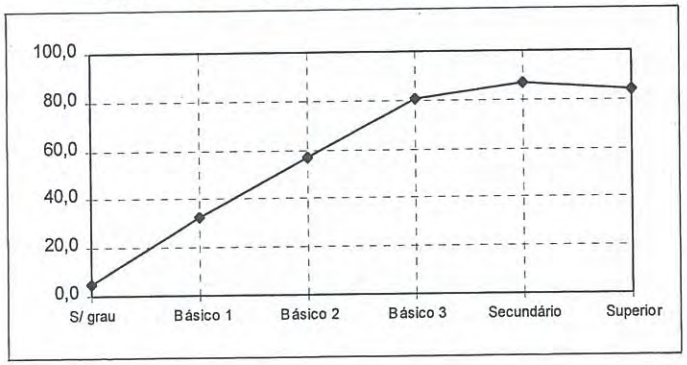
Quantitativo / Nível 2

Exemplo: tarefa B52 (mesmo suporte que em B51)

Instrução:
Se comprar os três primeiros produtos indicados na tabela e pagar com uma nota de 2000$00 quanto receberá de troco?

Percentagem de respostas certas: 45,1%

Respostas certas da tarefa B52 por grau de escolaridade



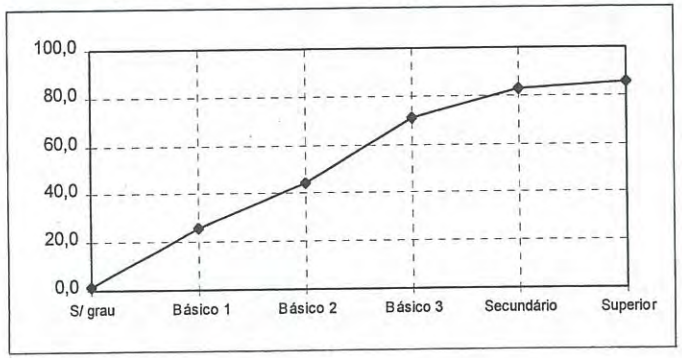
Quantitativo / Nível 3

Exemplo: tarefa B53 (mesmo suporte que em B51)

Instrução:
Sabendo que o preço indicado para o produto "Caprichos Calamares Pescanova" se refere a uma embalagem de 400gr, qual é o preço de 1kg desse mesmo produto?

Percentagem de respostas certas: 38,2%

Respostas certas da tarefa B53 por grau de escolaridade



Quantitativo / Nível 4

Exemplo: tarefa B10

TAXA FIXA • PRAZO FIXO

CRÉDITO À HABITAÇÃO	12.25% taxa de juro anual para empréstimos a 5 anos

CÁLCULO DOS ENCARGOS MENSAIS PARA DIFERENTES VALORES

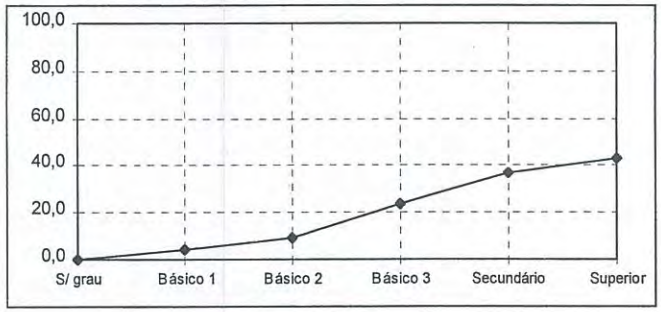
valor do empréstimo	encargo mensal
5000 contos	111 855$00
10000 contos	223 710$00
20000 contos	444 420$00

(Simulação real com base em valores referidos a Julho de 1994)

Instrução:
Tendo em conta a informação constante no anúncio relativo ao crédito à habitação, diga qual é, em escudos, o valor dos juros que pagará, num empréstimo a cinco anos no valor de 5000 contos. Indique os cálculos que utilizou para chegar a esse valor.

Percentagem de respostas certas: 11,7%

Respostas certas da tarefa B10 por grau de escolaridade



3.5. Interpretação dos níveis de literacia: prosa e documentos

No Estudo Nacional de Literacia não se teve apenas como objectivo distribuir os entrevistados por escalas de aptidão no processamento de informação escrita. Procurou-se também, mais profundamente, desenvolver alguns

contributos para a análise das competências subjacentes às práticas de literacia observadas, competências por referência às quais se podem interpretar os níveis de literacia dos indivíduos.

O pressuposto teórico aqui implicado é o de que, na base das práticas observáveis, se pode encontrar um conjunto de competências que, não sendo susceptíveis de observação directa, é possível no entanto inferir analiticamente e tipificar conceptualmente. Não se trata, como é evidente, de tarefa fácil e os modelos construídos não podem aspirar senão ao estatuto de hipóteses precárias e provisórias. A sua utilidade estará na interpretabilidade acrescida dos resultados e no caminho aberto à exploração mais aprofundada dos processos cognitivos e socioculturais envolvidos na literacia.

Numa investigação como esta é indispensável desenvolver um percurso de idas e vindas, em ciclos sucessivos, da teoria para a empiria e desta para aquela.

No caso do Estudo Nacional de Literacia, e especificamente quanto à sua componente extensiva, pareceu produtivo recorrer ao corpo de análises e teorizações provavelmente mais evoluído de entre as referências actualmente disponíveis no domínio dos estudos quantitativos da literacia. É o caso, muito em especial, dos trabalhos, aqui por diversas vezes referenciados, que Irwin S. Kirsch e outros investigadores com ele têm vindo a desenvolver desde meados da década de 80. Com todos os limites que apresentam no seu actual estado de desenvolvimento, e que os respectivos autores são os primeiros a assinalar, não deixaram de constituir um ponto de partida de grande utilidade, portador de um grau significativo de elaboração teórica e metodológica, de um suporte empírico já bastante alargado e de uma vocação comparativa que importava também procurar acompanhar na medida do possível.

A investigação levada a cabo nos estudos referidos conduziu ao desenvolvimento de um modelo teórico em que as competências envolvidas nas práticas de literacia são analisadas em termos de um duplo conjunto de variáveis: variáveis de legibilidade e variáveis de processo. A perspectiva analítica que informa esta operacionalização é a de que o desempenho nas práticas de literacia solicitadas pelas tarefas que constituem as provas de avaliação directa

depende dos materiais que são lidos – *os suportes da informação escrita* – e daquilo que se tem de fazer com eles – *as operações de processamento da informação*[10].

Além disso, considerações teóricas verificadas por análises estatísticas multivariadas de um conjunto alargado de resultados empíricos levaram os referidos investigadores a admitir que as práticas de literacia na vida quotidiana tendem a agregar-se em torno de três dimensões básicas: *prosa, documentos e quantitativo*[11]. A primeira reporta-se ao processamento de texto corrido em livros, jornais, informações comerciais ou institucionais, enunciados, notas e outras mensagens. A segunda incide sobre o relacionamento com formulários, impressos, tabelas e outros materiais semelhantes. A terceira traduz a utilização de valores numéricos e realização de operações aritméticas com base em materiais escritos. Na vida social corrente dos adultos, as situações concretas podem envolver, no concreto, uma ou mais destas dimensões da literacia. Mas não deixam de, com maior ou menor sobreposição, apelar a práticas e competências com uma certa especificidade diferencial para cada uma dessas três dimensões, a qual importa considerar na análise.

No Estudo Nacional de Literacia, devido à necessária economia – atrás referida e explicada – no número de tarefas susceptíveis de serem introduzidas na prova, não foi possível construir três escalas autónomas, uma para cada dimensão. Melhor dito, ter-se-ia podido estabelecê-las, mas, perante o número restrito de indicadores atribuível, para cada dimensão, a cada nível de literacia, pareceu mais rigoroso optar por uma única escala integrada.

Esta é uma das limitações do presente estudo, nomeadamente nas comparações com os resultados obtidos pelos trabalhos análogos produzidos internacionalmente segundo a mesma conceptualização de base e com uma metodologia extensiva análoga. Isso não quer dizer, em todo o caso, incomparabilidade absoluta, dado que nesses outros trabalhos se verificam variações não muito grandes – embora nalguns casos interessantes – entre os resultados nas três dimensões. E é sempre possível agregar as três escalas numa só, mesmo perdendo especificação dimensional.

---

[10] Irwin S. Kirsch e Peter B. Mosenthal, "Interpreting the IEA Reading Literacy Scales", in M. Binkley, K. Rust e M. Winglee (edit.), *Methodological Issues in Comparative Educational Studies: The Case of IEA Reading Literacy Study*, Washington, D.C., U.S. Department of Education, 1993.

[11] Irwin S. Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults*, Princeton (N.J.), National Assessment of Educational Progress, 1986.

Mais importante, contudo, é o facto de no Estudo Nacional de Literacia se ter mantido integralmente a concepção tridimensional na construção das provas. Cada uma delas remete para uma ou duas das dimensões consideradas. O facto de o número de indicadores por dimensão e por nível não permitir o estabelecimento de três escalas de literacia não impede que aquela a que se chegou contenha, efectivamente, a multidimensionalidade considerada. E permite, ainda, numa análise fina, tarefa a tarefa, extrair conclusões específicas, sobre prosa, documentos e quantitativo, no plano da articulação e hierarquização das competências e no plano da distribuição social dos resultados.

No conjunto, das trinta e três tarefas incluídas na prova, treze podem ser reportadas à dimensão da prosa, vinte e três à dos documentos e onze à do quantitativo. O total é superior a trinta e três porque algumas das tarefas podem ser tomadas como indicadores de duas das dimensões. Em particular, a natureza daquilo que aqui se considera documentos leva a que vários deles incluam também dimensões de prosa ou de quantitativo. No ponto anterior deste capítulo ilustram-se tarefas dos diversos níveis de literacia típicas de cada uma destas três dimensões.

Na interpretação dos níveis de literacia, a análise das tarefas relativas a prosa e documentos pode ser conduzida em torno da consideração de três aspectos fundamentais do processamento de informação, de complexidade crescente: *localização, integração e geração*[12]. As operações de localização requerem que se encontre no suporte determinada informação previamente especificada. O manuseamento de documentos implica com frequência uma modalidade especial de processos deste tipo, consistindo numa série de localizações sequenciais. Na integração estão envolvidas operações de relacionamento de informação situada em partes diferentes do suporte. Finalmente, a geração implica a produção de enunciados que, relacionando também aspectos diversos do suporte, vão para além da informação nele contida, procedendo a inferências relativamente elaboradas e a sínteses interpretativas.

A dificuldade das tarefas – e, consequentemente, a gama de competências nelas envolvidas – depende das operações de processamento de informação implicadas e da respectiva interacção com outros factores, entre os quais se destaca, como se referiu, a complexidade dos suportes. Uma das maneiras de especificar esta última consiste em atender a aspectos como a extensão e a densidade dos textos, a respectiva organização, o número de unidades de informação a processar, a forma mais directa ou mais indirecta como a informação incluída no texto se relaciona com a operação a realizar, o número e a plausibilidade de elementos de virtual distracção, relativamente ao processamento adequado, que o texto comporta. Nos documentos, há ainda que atender, sobremaneira, à sua estrutura formal, o que se pode operacionalizar, em primeira aproximação, decompondo-os em dimensões de articulação dos conteúdos neles incluídos ou em listas de informação homogénea e respectivos modos de combinação[13].

Uma das formas possíveis de operacionalizar a análise da complexidade dos textos, desenvolvida a partir de sugestões dos trabalhos que se tem vindo a referir, pode ser ilustrada pelos exemplos seguintes de duas tarefas da prova (A41 e B73)[14].

Suporte A4

EXCESSO DE GORDURAS

O tabaco e o excesso de gorduras são considerados os principais assassinos da população dos países desenvolvidos.

O excesso de gorduras, especialmente das ***gorduras saturadas*** (as das **carnes gordas, enchidos, lacticínios gordos, banha, manteiga, muitas margarinas, chocolates, doçaria em geral e gelados**) é um dos grandes responsáveis pelas doenças do coração, as principais causas de doença e de morte nos países industrializados.

Mas além disso é também factor causal de obesidade, diabetes, hipertensão arterial e doença cerebrovascular e parece promover o desenvolvimento de alguns cancros, especialmente os do cólon e da mama.

Para temperar e confeccionar os alimentos, também se utilizam quantidades exageradas de gorduras, que, ainda por cima, são submetidas, muitas vezes, a sobreaquecimentos nocivos para a saúde.

Texto extraído de "A Roda dos Alimentos", Dia Mundial da Alimentação, 16 de Outubro de 1993.

[12] Irwin S. Kirsch, Ann Jungeblut, Lynn Jenkins e Andrew Kolstad, *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey, op. cit.*; Albert Tujinman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey, op. cit.*

[13] Para além das referências da nota anterior, ver também Irwin S. Kirsch e Peter B. Mosenthal, "Interpreting the IEA Reading Literacy Scales", *op. cit.*

[14] Desenvolvimento elaborado por Raquel Delgado Martins.

Tarefa A41:

Instrução:
Escreva o nome de dois produtos que contêm gorduras saturadas

Percentagem de respostas certas: 66,7%

As partes do texto aqui destacadas e ampliadas (na prova estavam em caracteres idênticos ao conjunto do texto) mostram, nesta tarefa de Nível 1, a articulação directa entre a pergunta e o suporte, utilizando as mesmas palavras, e o carácter bastante simples da operação a realizar, ajudada pela posição imediatamente vizinha, e listada entre parênteses, das palavras que poderiam servir de resposta. Note-se ainda que a passagem que permitia a resposta se situava no início do texto, podendo eventualmente dispensar a leitura do resto.

O suporte B7, uma notícia de jornal a respeito do Parlamento Europeu, foi incluído no ponto anterior como base de uma tarefa de Nível 3 (B72). Serviu também de suporte a outra tarefa de Nível 3 (B71), com 32,5% de respostas certas (a pergunta era: "De acordo com a notícia, qual a votação que o Parlamento Europeu se preparava para fazer?"), e a uma tarefa de Nível 4, com 17,6% de respostas certas. Esta tarefa (B73) era desencadeada pela seguinte pergunta: "A que se terá ficado a dever a luz verde dada, pelos deputados, ao quarto alargamento da União Europeia?".

A complexidade do texto de suporte pode ser analisada em termos do número de "especificadores", palavras portadoras de informação específica, de "organizadores", categorias ou termos que resumem ou agrupam um certo número de especificadores que partilham traços semânticos, de "frases encaixadas", a vários níveis, e, ainda, de "distractores", isto é, alternativas virtuais à resposta certa contidas no texto, inadequadas mas com alguma verosimilhança. Segundo um esquema analítico deste tipo, a complexidade do texto de suporte é caracterizável pela presença de 6 organizadores, 99 especificadores, 4 frases encaixadas de 1º nível, 1 frase encaixada de 2º nível e 1 frase encaixada de 3º nível (os distractores só podem ser identificados face a cada tarefa específica).

O Quadro 3.2 traduz graficamente uma ilustração deste tipo de análise da complexidade dos suportes, aplicada à primeira parte do texto em causa.

Este e outros desenvolvimentos, voltados para a análise das operações de processamento de informação e dos suportes escritos respectivos, poderão conduzir não só a uma interpretação mais fundamentada dos resultados obtidos mas, também, ao conhecimento mais aprofundado das competências implicadas e, ainda, das propriedades dos materiais impressos, vistas na óptica da literacia. As ilações a tirar, em variados domínios – da análise sociológica à análise linguística, dos procedimentos pedagógicos à elaboração de mensagens e impressos, entre outros – são potencialmente numerosas.

Quadro 3.2: Análise da complexidade de um texto

CO *SPE* Estrasburgo
aceita
SPE alargamento

CO *SPE* O Parlamento Europeu
prepara-se para
votar
favoravelmente
SPE os acordos
de adesão
da Áustria
Finlândia
Noruega
Suécia

e
CO *SPE* O PE
fechou
mais de
duas semanas
de "suspense"
[OC [em que
SPE o sim
esteve
de tal forma ameaçado
[[OC [[que
SPE Estrasburgo
encarava
a hipótese de
nem sequer
agendar
SPE a votação para
SPE a sessão plenária da
SPE próxima semana
SPE a última
antes de
SPE a euro-assembleia
se despedir
para
SPE dar lugar
SPE às eleições europeias
SPE de Junho]]

CO - categorias organizadoras
SPE - especificadores

Os resultados obtidos permitem, neste sentido, exploração mais fina e complementar da que aqui se apresenta. Mas não será demais insistir em que estamos apenas perante um primeiro estudo e que, aproveitando aquilo que dele se possa extrair e as críticas que possa proporcionar, outras pesquisas terão de procurar novos contributos para matéria tão complexa e multifacetada.

3.6. Interpretação dos níveis de literacia: o domínio quantitativo

(Por Paulo Abrantes)

Lidar com informação numérica – seja para efectuar cálculos, interpretar tabelas ou gráficos, ou resolver problemas – é uma necessidade quase diária dos adultos nas suas actividades pessoais, profissionais ou sociais. Esta necessidade requer a capacidade de processamento de informação sobre materiais escritos de uso comum, pelo que, no sentido de literacia adoptado no presente estudo, é inevitável que se considere um "domínio quantitativo".

Tal como nos restantes, também neste domínio a noção do que é ser alfabetizado não é estática e não pode ser determinada de uma vez por todas, antes está sujeita a uma evolução que precisa de ter em conta os níveis de exigência da sociedade em cada momento. As tradicionais "competências mínimas" no domínio da matemática – que praticamente se identificavam com a aptidão para o cálculo e, em particular, para efectuar os algoritmos das operações aritméticas – estão longe de corresponder às exigências da nossa sociedade actual. Hoje, há aparentemente menos exigências de cálculo na vida do dia-a-dia: se pensarmos, por exemplo, na compra e venda de produtos, as máquinas não só efectuam as operações como calculam os trocos e as percentagens e registam os próprios valores numéricos. Mas, paradoxalmente, o mundo em que vivemos está cada vez mais matematizado. Não só modelos matemáticos são usados, para além das ciências experimentais e da tecnologia, na economia, no mundo dos negócios, nas ciências sociais e humanas, e em muitos outros domínios de actividade, como é cada vez maior (em quantidade, variedade e sofisticação) a informação numérica com que temos de lidar a respeito dos mais diversos assuntos.

Com efeito, preencher um depósito bancário, calcular o valor de um imposto ou dos juros de um empréstimo, estimar um custo aproximado, compreender um anúncio ou uma notícia que se baseia em tabelas ou em gráficos, são apenas alguns exemplos de tarefas que precisamos de realizar

com frequência. Nestas tarefas, o que é determinante não é tanto a proficiência de cálculo – em última análise, a calculadora ou o computador efectua os cálculos – mas sim a capacidade para saber qual é a operação adequada numa dada situação e estimar a razoabilidade do resultado, para localizar os dados relevantes numa tabela ou interpretar diferentes tipos de gráficos, para decidir qual é a sequência de passos necessária na resolução de um problema.

Por estas razões, os mais influentes documentos programáticos sobre a renovação da educação matemática referem a necessidade de se criar uma nova visão, coerente, do que significa, hoje, ser-se "matematicamente alfabetizado"[15]. E por isso, também, o presente estudo adopta - aliás, de acordo com o seu conceito mais geral de literacia - esta perspectiva ampla da "literacia quantitativa", não a identificando com o domínio do cálculo no sentido tradicional deste termo.

Assim, a literacia quantitativa é aqui identificada com os conhecimentos e as aptidões necessários para lidar com informação numérica:

- que surge em materiais escritos de uso corrente no trabalho, nas actividades domésticas e na comunidade,
- que pode estar incluída em textos, documentos ou gráficos,
- e que pode requerer interpretar uma informação, escolher e/ou utilizar uma operação ou uma sequência de operações aritméticas, ou decidir sobre os passos a dar na resolução de uma situação problemática.

Deve, no entanto, notar-se que há aptidões importantes para lidar com informação numérica em situações correntes que não são objecto de análise no presente estudo devido à própria natureza deste. É o caso da capacidade de utilizar procedimentos orais em problemas elementares de aritmética. Alguma investigação tem sugerido que esta capacidade, que pode ser muito relevante em actividades práticas de natureza comercial em determinados meios sociais, apresenta aspectos específicos distintos da aptidão tradicional para o cálculo escrito[16]. Mas a investigação neste campo tem que ser essen-

---

[15] Ver, por exemplo, as *Normas para o Currículo e Avaliação em Matemática Escolar* do NCTM (National Council of Teachers of Mathematics) dos Estados Unidos da América (ed. APM/IIE, 1991). Na versão original (1989), o NCTM usa a expressão «matematically literate".

[16] Ver Terezinha Carraher *et al., Na Vida Dez, na Escola Zero*, S. Paulo, Ed. Cortez, 1993. O estudo mostra como crianças brasileiras de 10-11 anos, das camadas pobres da população, envolvidas em actividades do sector informal da economia, revelam uma notável aptidão para lidar com problemas práticos de aritmética depois de terem fracassado na escola.

cialmente qualitativa e naturalística, pelo que os métodos utilizados no presente estudo não permitem, nem pretendem, abordar uma tal capacidade. Em relação a outras, a metodologia dominante do estudo impõe limitações maiores ou menores: é o caso da aptidão para apresentar rapidamente um valor aproximado do resultado de uma ou mais operações, ou para estimar ou criticar a razoabilidade de um resultado.

No presente estudo, procurou-se que os suportes das tarefas propostas reproduzissem situações da vida real sem simplificações artificiais. Este aspecto pode assumir uma grande importância, em particular no domínio quantitativo. É reconhecido por muitos investigadores que os problemas da vida real cuja resolução envolve o uso de matemática elementar têm características próprias que os distinguem dos problemas "puramente matemáticos" de natureza mais ou menos escolar. Uma delas é o facto de as situações de partida terem, ao mesmo tempo, dados a mais e a menos, isto é, conterem informação que é preciso desprezar por não ser relevante para o problema que se quer resolver mas simultaneamente conterem alguma informação decisiva de um modo apenas implícito. Outra característica é o facto de, em geral, a resolução dos problemas depender da escolha apropriada de um passo ou de uma sequência de passos relativamente simples, mais do que do conhecimento de um truque ou um artifício de cálculo complexo[17].

O grau de autenticidade das tarefas propostas, sendo importante, não assegura que se possam identificar e hierarquizar, sem margem para dúvidas, competências em situações da vida real. Se, como argumentam alguns autores, o conhecimento é "situado", ou seja, é em grande parte um produto da actividade, do contexto e da cultura em que se desenvolve e utiliza, e se tem características "locais" – isto é, a capacidade para usar um modelo conceptual varia com o contexto e as características da pessoa – então dificilmente se pode defender a tese de que tarefas com a mesma estrutura são necessariamente comparáveis em dificuldade[18]. Por outro lado, usar de modo adequado certas competências em situações concretas não resulta automaticamente de

[17] A este respeito, pode consultar-se, por exemplo, o artigo de Richard Lesh, «Computer-based assessment of higher order understandings and processes in elementary mathematics», in G. Kulm (ed.), *Assessing Higher Order Thinking in Mathematics*, Washington DC, American Association for the Advancement of Science, 1990.

[18] Ver nomeadamente a argumentação de J. Brown, A. Collins e P. Duguid, «Situated cognition and the culture of learning», *Educational Researcher*, vol. 18, n.º 1, 1989, e ainda de R. Lesh (1990) no artigo referido na nota anterior.

se possuir os conhecimentos e os processos cognitivos requeridos, podendo depender também da "disposição" para os utilizar de facto[19].

Por estas razões, um dos critérios da escolha das actividades foi o de privilegiar situações de uso muito corrente na nossa sociedade actual, tentando evitar tarefas que pudessem ser muito mais familiares a alguns sectores da população do que a outros. Além disso, procurou-se que os entrevistadores criassem um ambiente agradável às pessoas, lhes dessem todo o tempo pretendido para responder às várias questões (mesmo àquelas cuja natureza parecia justificar respostas rápidas), e encorajassem os processos de cálculo que as pessoas consideravam mais adequados em cada situação, incluindo o uso livre da calculadora[20]. Mesmo assim, é naturalmente com prudência que devem ser encarados e discutidos os níveis de dificuldade das tarefas incluídas nas várias questões do estudo.

Estabelecer níveis de dificuldade das tarefas, em relação com as competências que essas tarefas requerem, não é simples. Este facto é reconhecido por todos os estudos de literacia já realizados.

O projecto canadiano ECLEUQ chama a atenção para que a aptidão de cálculo não se reduza ao uso de algarismos porque estes não estão isolados mas sim numa dada situação e porque, além disso, as dificuldades de cálculo surgem muitas vezes misturadas com as de leitura. Propõe três níveis: (1) reconhecer números, isolados ou em textos curtos; (2) efectuar uma operação simples (adição ou subtracção); e (3) executar sequências simples de operações implicando alguma escolha. No entanto, este modelo parece ser demasiado simplista por duas razões. Em primeiro lugar, efectuar uma adição (ou subtracção) pode representar diferentes níveis de dificuldade consoante a operação é ou não indicada (ou sugerida) no enunciado, e consoante há ou não necessidade de fazer alguma selecção dos dados a utilizar. Em segundo lugar, se o nível 3 corresponde a situações em que é preciso estabelecer um plano para a sequência de operações a efectuar – isto é, se está no nível da resolução de problemas – então parece razoável considerar que

[19] Neste ponto, é interessante ver a perspectiva a respeito das relações entre cognição e motivação de Lauren Resnickem, *Education and Learning to Think*, Washington DC, National Academy Press, 1987.

[20] É interessante verificar que a possibilidade de recorrer à calculadora, um instrumento actual de uso corrente, foi um dos pontos observados por estudos recentes, como o *National Adult Literacy Survey* nos Estados Unidos da América, mesmo quando um dos propósitos era a comparação dos resultados com estudos idênticos feitos anteriormente.

deveria haver um nível intermédio, dizendo respeito à aptidão para efectuar operações "menos simples" (por exemplo, usar a multiplicação para calcular uma percentagem).

O modelo do NAEP dos Estados Unidos da América considera em parte estes aspectos, ao propor quatro níveis: (1) adicionar dois valores; (2) adicionar ou subtrair mas sendo preciso decidir onde entram os valores; (3) efectuar uma sequência de duas operações ou uma mais complexa (por exemplo, uma multiplicação); e (4) explicar a sequência de operações na resolução de um problema. Neste modelo, porém, não há referência à necessidade de decidir quais são os dados relevantes numa situação e apenas o último nível parece estar de algum modo relacionado com a eventual necessidade de se fazerem inferências para resolver problemas.

Nos estudos mais recentes parece haver uma evolução. Por exemplo, tanto o NALS como o IALS sublinham que a dificuldade das tarefas está relacionada com vários factores, nomeadamente a operação aritmética que é preciso mobilizar, o número de operações necessárias, até que ponto os dados numéricos estão destacados no material e até que ponto é preciso fazer uma inferência para identificar a operação a usar. Qualquer destes estudos adoptou cinco níveis de literacia quantitativa, segundo uma crescente dificuldade das tarefas, desde aquelas que requerem o cálculo de uma operação simples (como a adição) quando os números são fornecidos e a operação é especificada (Nível 1) até àquelas que exigem uma sequência de operações e em que é preciso analisar a situação e tomar decisões sobre os dados a usar e as operações a realizar (Nível 5).

O Estudo Nacional de Literacia procurou igualmente considerar este tipo de factores, fazendo-os variar de umas tarefas para outras. Concretamente, os factores considerados foram:

- o tipo de operação a efectuar (adição/subtracção ou multiplicação/ /divisão);
- o número de operações a efectuar (apenas uma ou várias);
- a facilidade de identificação dos valores a usar (imediatamente identificáveis ou não);
- a facilidade de identificação das operações a usar (imediatamente identificáveis ou não).

As competências envolvidas no estudo podem ser organizadas do seguinte modo:

Nível 1

Efectuar uma simples operação aritmética (em geral, a adição) quando os valores a usar são especificados ou facilmente localizáveis, o contexto é familiar e a operação a realizar está definida ou é facilmente identificada.

Exemplos:

- Calcular o total de um depósito bancário pela soma de duas parcelas (A31);
- Calcular a despesa com a compra de dois produtos perante uma lista de preços que inclui esses produtos e os valores respectivos (B51).

Nível 2

Efectuar uma sequência de duas operações (em geral, adição e/ou subtracção) quando os valores a usar são dados ou facilmente localizáveis, o contexto é familiar e as operações a realizar, podendo estar explícitas ou implícitas, são facilmente determinadas.

Exemplo:

- Calcular o troco que é devido, dados os custos de dois ou mais artigos a comprar (incluídos numa lista de preços) e o valor do pagamento (B52).

Nível 3

Efectuar uma sequência de duas operações (em geral, multiplicação/ /divisão e outra) quando os valores a usar são dados ou facilmente localizáveis mas é preciso decidir quais são as operações a realizar.

Exemplos:

- Calcular o custo final de um produto, dados o custo base e a percentagem de imposto (B3);
- Calcular o custo de uma certa quantidade de um produto, dado o custo de outra quantidade do mesmo produto (B53).

Nível 4

Resolver um problema que requer a análise da situação de partida, a selecção dos dados relevantes e a escolha da sequência apropriada das operações a efectuar.

Exemplo:

- Calcular o valor dos juros a pagar num empréstimo bancário, dada uma informação superabundante incluindo a taxa de juro anual e valores dos encargos mensais para vários montantes de empréstimo (B10).

Analisando as percentagens globais de respostas correctas nas diversas questões, pode dizer-se que, relativamente a todas as tarefas atrás indicadas, os resultados são consistentes com os níveis de dificuldade esperados. A par dessas seis tarefas, que se podem considerar *típicas* dos vários níveis de literacia estabelecidos, podemos ainda incluir a tarefa proposta na questão A32 que consistia em escrever-se por extenso o valor numérico calculado para um depósito bancário. A sua inclusão no nível 1 é quase óbvia e os resultados confirmaram aquilo que se esperava.

No Quadro 3.3 estão indicadas estas sete tarefas, agrupadas por níveis e referindo-se para cada uma delas a percentagem de respostas correctas apuradas.

Quadro 3.3: Tarefas do domínio quantitativo (I)

Nível	Questão	Breve descrição	%
1	A31	Depósito bancário: inscrever o total (somar)	69,6
	A32	Depósito bancário: escrever por extenso	64,2
	B51	Lista de preços: custo de manteiga+iogurte	52,5
2	B52	Lista de preços: troco na compra de 3 artigos	45,1
3	B3	Máquina de lavar: calcular 16% e somar	38,4
	B53	Lista de preços: custo de 1 kg (dado o de 400 gr)	38,2
4	B10	Crédito à habitação: valor dos juros	11,7

Como foi referido, o tipo de operação a efectuar parece ser um dos factores associados ao nível de dificuldade das tarefas. Esse foi um pressuposto dos projectos americanos (o NAEP e o NALS) e de um estudo internacional recente (o IALS), atrás citados. Os nossos resultados apontam no mesmo sentido. Concretamente, as tarefas revelaram-se mais difíceis quando era preciso usar uma multiplicação (ou divisão) do que quando apenas se requeria uma adição (ou subtracção). No entanto, esta hipótese carece de confirmação e os resultados devem ser encarados com prudência visto que as tarefas que envolviam multiplicação e/ou divisão implicavam, ao mesmo tempo, o recurso a mais do que uma operação e, além disso, pela sua própria natureza, as operações a efectuar não seriam tão facilmente identificáveis.

Um aspecto a que nenhum dos projectos realizados anteriormente noutros países deu atenção explícita foi a possibilidade de os valores numéricos terem que ser extraídos da leitura de um gráfico.

No Estudo Nacional de Literacia assumiu-se que uma grande parte da informação numérica que hoje é preciso interpretar ou usar é fornecida por meio de gráficos e que as aptidões para fazê-lo podem apresentar aspectos específicos. Por essa razão, quatro das onze questões do domínio quantitativo apresentavam situações com um suporte gráfico. Deve notar-se, porém, que estas quatro questões foram incluídas no domínio quantitativo porque implicavam lidar com informação numérica, no sentido dos critérios atrás explicados, e não por envolverem gráficos (que, de resto, surgiam também em algumas questões categorizadas noutros domínios).

Por outro lado, considerou-se que as aptidões para lidar com informação numérica extraída da leitura de gráficos poderiam revelar-se mesmo nos casos de pessoas cuja incapacidade de leitura não permitia a realização da Parte B da prova, pelo que duas das referidas quatro questões foram incluídas na Parte A.

O Quadro 3.4 refere estas quatro tarefas e indica a percentagem global de respostas correctas e o consequente nível em que foram consideradas.

Quadro 3.4: Tarefas do domínio quantitativo (II)

Nível	Questão	Breve descrição	%
1	A51	Gráfico de barras: indicar um valor máximo	59.9
2	A52	Gráfico de barras: ler no eixo das ordenadas	47.0
3	B91	Calcular a diferença entre o máximo e o mínimo	30.6
	B92	Calcular a média de três valores	24.5

As duas primeiras questões requeriam a simples indicação de um valor por leitura directa num gráfico de barras. Atendendo apenas ao grau de dificuldade das tarefas respectivas, seria talvez de esperar que ambas se situassem no Nível 1, mas isso não sucedeu com a segunda (A52).

Quanto às duas restantes, se podia esperar-se que a última se situasse no Nível 3 (uma vez que implicava uma combinação de uma adição com uma divisão, sendo preciso decidir quais eram as operações a efectuar), já a tarefa proposta na primeira (B91) sugeria que esta questão se situasse no Nível 2, o que não sucedeu.

Em síntese, os resultados parecem ter sido piores em tarefas com um suporte gráfico, em relação a outras que requeriam competências numéricas idênticas mas sem aquele tipo de suporte. Este facto pode dever-se, em parte, à tradição nos nossos currículos escolares que só recentemente passaram a considerar a leitura e interpretação de gráficos como objectivos de aprendizagem nos níveis de ensino elementares. Mas talvez possa ser também parcialmente atribuído ao grau de familiaridade com as situações que envolvem informação numérica com suportes gráficos: enquanto este tipo de informação tende a surgir em notícias de jornais e revistas, dados numéricos com outros suportes são habituais em situações muito correntes do dia-a-dia, como fazer compras ou efectuar depósitos bancários. De qualquer modo, trata-se de uma questão que, como muitas outras suscitadas por este estudo, requer mais investigação.

Já foi atrás referido que os resultados de um estudo desta natureza devem ser analisados com a maior prudência, procurando evitar-se conclusões abusivas. Por muito que se tentasse preservar a autenticidade das tarefas propostas, as pessoas entrevistadas encontravam-se inevitavelmente numa situação de *teste escrito* e não numa situação da *vida real*. Além disso, se o recurso a enunciados extraídos de fontes de informação correntes no dia-a-dia evitou os artificialismos típicos de muitos exercícios escolares, terá introduzido um factor adicional de dificuldade não relacionado com as competências: as ambiguidades, infelizmente muito frequentes, da informação com que somos confrontados todos os dias.

3.7. Problemas de análise da literacia

Ao contrário do que se supunha quando apenas se dividiam as pessoas entre analfabetas e alfabetizadas, a análise da literacia tem vindo a revelar-se como algo de bastante mais complexo. As exigências analíticas – nos planos conceptual e operatório – são incomparavelmente maiores quando se pretende caracterizar com um mínimo de profundidade as competências efectivas de uma população na sua relação quotidiana com os materiais escritos

que permeiam, das mais variadas maneiras, a vida social contemporânea; e quando se pretende avançar, de forma articulada, na compreensão tanto das operações de processamento de informação envolvidas como dos factores sociais que se entrelaçam com as distribuições e os usos da literacia.

Embora de forma sintética, foram já fornecidos os elementos principais em que assenta a construção dos níveis de literacia utilizados neste estudo: referências teóricas de partida, procedimentos metodológicos de operacionalização, exemplos de tarefas, modelo de competências subjacente à interpretação dos níveis de literacia. Na posse deste conjunto de elementos, e antes de passarmos à apresentação e análise de resultados da pesquisa, pode ser vantajoso retomar aqui brevemente algumas questões essenciais.

Importa, antes de mais, insistir na insuficiência da dicotomia que opõe, de forma rígida e redutora, alfabetizados a analfabetos. Mesmo pondo a questão de forma muito simples, é claro que entre aqueles que dominam bem a leitura, a escrita e o cálculo, usando com à-vontade os materiais escritos na sua existência pessoal, profissional e social, e aqueles que são absolutamente incapazes de o fazer, entre uns e outros há uma enorme quantidade de pessoas. Em grande medida, as análises acerca da literacia, nos países com escolaridades obrigatórias universalizadas, desenvolveram-se com o intuito de conhecer melhor essas situações.

Tem vindo, assim, a caracterizar-se sociologicamente as pessoas e os grupos que manifestam formas diversas de relacionamento com os materiais escritos, a analisar-se os tipos e os graus de competências que esses sectores da população efectivamente possuem na sua relação com o escrito e, ainda, a procurar-se perceber melhor os mecanismos sociais e cognitivos presentes em tais situações. Para além das finalidades estritamente científicas – de grande interesse, em si próprias, pelo carácter crucial da problemática para ciências sociais e humanas e pela intersecção de domínios que ela implica – tem-se pretendido também contribuir para uma melhor fundamentação de políticas educativas e estratégias pedagógicas, perante um problema social com implicações cada vez mais vastas e mais prementes.

Neste sentido, o conceito de literacia que aqui se utiliza remete, em termos de conteúdo teórico, não para dicotomias redutoras mas para contínuos multidimensionais de competências. Descontando casos extremos, cada pessoa é possuidora de um certo conjunto de competências de relacionamento com os materiais escritos, em determinados graus, que importa, precisa-

mente, identificar, tipificar e situar comparativamente nas distribuições sociais de literacia. A análise dessas distribuições, por sua vez, constitui um importante elemento de referência para – a par doutros contributos – aprofundar quer a interpretação do significado dos tipos e níveis de literacia observáveis nas sociedades contemporâneas, quer a decifração dos processos sociais e cognitivos presentes na aquisição (ou perda) de competências e disposições, no desenvolvimento de práticas e na formação de representações relativas à literacia.

A esta concepção correspondem necessariamente, em termos metodológicos, soluções operatórias mais elaboradas do que as duas convencionais: a autodeclaração de que se sabe ou não ler e escrever (habitual, por exemplo, nos censos da população) e a posse de um certificado de ensino primário (atributo utilizado nas mais variadas circunstâncias institucionais e em grande parte das fontes estatísticas). Por um lado, as duas são dicotómicas, sofrendo portanto das limitações apontadas. Por outro lado, no caso dos censos, trata-se, não de uma capacidade efectivamente accionada, mas de uma autodeclaração e, como tal, sujeita ao filtro das concepções pessoais de quem declara e aos seus modos de relacionamento com os outros. É certo que os agentes recenseadores são normalmente instruídos para verificarem a autodeclaração através da assinatura do nome do inquirido. Mas são bem conhecidos os casos em que as pessoas aprenderam a desenhar o nome sem serem capazes de ler e escrever praticamente mais nada e, mesmo nos outros casos, a assinatura muito pouco diz acerca das capacidades, muito variáveis, de utilizar na vida corrente materiais escritos, extraindo deles significado e operando com eles através da leitura, da escrita e do cálculo.

O recurso ao grau de ensino conseguido como indicador de literacia coloca uma outra questão essencial: a da descontinuidade, extensamente verificada, entre aprendizagem formal e utilização prática e, mais ainda, entre escolaridade conseguida e capacidade de uso corrente da leitura, da escrita e do cálculo. Nos mais diversos domínios, e também no da literacia, "aprender a saber" não coincide necessariamente – e muitas vezes descoincide de modo significativo – com "aprender a usar".

Variadíssimas análises têm comprovado que, com frequência, a escola não proporciona um contexto de aprendizagem suficientemente eficaz para que as competências adquiridas de leitura, escrita e cálculo sejam incorporadas de modo a que se revelem transponíveis para outros contextos e susceptíveis de alicerçar novas aprendizagens. Pelo contrário, muitas vezes tais aquisições mostram-se dificilmente utilizáveis em circunstâncias diferentes, pouco articuláveis a outros saberes e vulneráveis à regressão.

Em sentido inverso, há também na vida social um conjunto de contextos e de processos não escolares de aquisição de capacidades nos domínios da leitura, da escrita e do cálculo. Nas sociedades contemporâneas, as oportunidades e as necessidades de entrar em contacto com materiais escritos são muito numerosas, embora as aprendizagens estruturadas da literacia não sejam frequentes fora do espaço escolar. Em todo o caso, há exemplos variados de aprendizagens informais em meio familiar, local ou associativo, em situações de lazer ou de trabalho, bem como conjuntos de experiências – algumas delas particularmente interessantes mas abrangendo, no país, segmentos da população bastante reduzidos relativamente às carências neste domínio – ligados à animação cultural, à intervenção comunitária, à educação de adultos e à formação profissional.

De tudo isto decorre que a perspectiva conceptual adoptada e a solução operatória seguida na componente central da pesquisa – referente aos níveis de literacia – se tenham dirigido à avaliação directa do leque de competências básicas accionadas no processamento de informação escrita na vida quotidiana. Procurou-se, assim, centrar a análise mais nos contextos e processos de uso do que nos contextos e processos de aprendizagem escolar. E construíram-se instrumentos de análise que permitissem dar conta de diversos tipos e graus de competências, tais como elas se manifestam socialmente.

Note-se, aliás, que ambas as estratégias metodológicas desenvolvidas no Estudo Nacional de Literacia – tanto a extensiva, através do inquérito a uma amostra estatisticamente representativa da população e da prova de avaliação directa nele incluída, como a intensiva e qualitativa, através de um conjunto de estudos monográficos em que se procurou analisar a literacia no quadro de contextos sociais específicos e de configurações culturais particulares – se orientaram por uma mesma concepção de literacia que remete de forma privilegiada, não para qualquer padrão escolarmente definido ou aprioristicamente normativo, mas para competências que se manifestam de facto nas práticas sociais da vida quotidiana.

Não quer isto dizer que as análises do analfabetismo literal, dos graus de escolaridade formal das populações ou, ainda, das aprendizagens escolares, em si próprias, não tenham pertinência. Os níveis de escolaridade têm

influência decisiva nos níveis de literacia, embora não exclusiva nem linear. A escolaridade da população portuguesa, embora em crescimento, continua muito baixa comparativamente com os países mais desenvolvidos, ou até com outros de desenvolvimento intermédio, sendo em larga medida responsável pelo fraco perfil de literacia encontrado. O analfabetismo formal é ainda muito elevado no país.

Mas o estudo da literacia, como aqui o entendemos, complementa essas análises com outras em que a ênfase é posta no processamento da informação escrita na vida quotidiana. E trabalha observacionalmente com outros indicadores: não tanto dos graus de ensino possuídos mas sim de práticas de leitura, escrita e cálculo relativas a situações de consumo e de lazer, de relacionamento interpessoal e institucional, de actividade profissional e cívica, procurando reportar o desempenho nessas práticas às competências subjacentes.

É claro que, perante este conceito de literacia, cada um dos procedimentos observacionais utilizados – extensivos e monográficos – tem virtualidades e limitações específicas, implicando uma postura de permanente e cuidadosa reflexividade teórico-metodológica na interpretação dos resultados.

A história recente inclui, como se indicou logo de início, uma sucessão de modos de abordar conceptual e metodologicamente a análise da literacia. No plano dos estudos de carácter extensivo, com preocupações globalizantes e comparativas, a insatisfação com os indicadores convencionais acima mencionados (autodeclaração de saber ou não saber ler e grau de ensino possuído) levou ao desenvolvimento de outras aproximações[21].

Numa primeira fase, tornou-se de certo modo corrente, nomeadamente nos Estados Unidos da América, a aplicação, a amostras da população adulta, de testes de leitura, escrita e cálculo correspondentes aos graus de ensino que se considerava propiciarem as competências básicas de literacia. Procurava-se identificar o "analfabetismo funcional" com a não obtenção de uma pontuação determinada nesse tipo de testes. Mas o procedimento tinha um conjunto de limitações graves, entre as quais o formato escolar dos testes, a utilização de materiais usados em geral no ensino escolar mas muito diferentes dos encontrados pelos adultos no dia-a-dia, a dificuldade em interpretar os fundamentos do desempenho dos adultos à luz desses testes. Além disso, estava ainda sujeito à concepção dicotómica e compatibilizava-se mal com a evolução das competências que as próprias transformações sociais vão implicando. Este último aspecto foi enfrentado, pelo menos em parte, através da elevação do grau de ensino tomado como base mínima. Mas nem as mudanças dos padrões de literacia a que a vida corrente apela são necessariamente traduzidas pelo aumento dos graus de ensino nem os outros aspectos mencionados ficavam resolvidos.

[21] Ver, a este respeito, Irwin S. Kirsch e Ann Jungeblut, *Profiling the Literacy Proficiencies of JTPA and ES/UI Populations*, U.S. Department of Labor, 1992.

Nos anos 70 apareceram as primeiras tentativas, também desenvolvidas por investigadores norte-americanos, de conceber e aplicar provas de literacia incluindo materiais mais próximos dos que se encontram em casa, no trabalho, nas compras ou nos transportes. Conseguiu-se assim um avanço considerável, mas esses estudos partilhavam ainda algumas das limitações dos anteriores. Por um lado, não incluíram no desenho da pesquisa modos suficientemente elaborados de procurar identificar, nas tarefas, os processos cognitivos subjacentes aos desempenhos correspondentes. Por outro, a maior parte destes estudos, ou se limitava a contar as percentagens de indivíduos com respostas certas para cada uma das tarefas, ou adicionava os resultados numa única pontuação, distinguindo entre "alfabetizados funcionais" e "analfabetos funcionais" através da aplicação de um padrão de literacia predeterminado como ponto de corte num contínuo de resultados. Entre outros efeitos negativos, relacionados com aspectos que temos vindo a assinalar, este procedimento originou estimativas muito díspares da percentagem de "analfabetos funcionais" na população, devido ao carácter bastante arbitrário do ponto de corte e à respectiva variação de estudo para estudo.

A abordagem da questão em termos de perfis de literacia, na qual o presente estudo se apoiou, foi desenvolvida, desde meados dos anos 80, por Irwin S. Kirsch e outros investigadores[22], e aplicada inicialmente nos Estados Unidos da América e no Canadá. Recentemente foi utilizada num estudo comparativo internacional[23]. As características desta aproximação à análise da literacia permitem superar algumas das insuficiências das anteriores. O que não quer dizer que não se coloquem antigos e novos problemas, os mais importantes dos quais se assinalarão adiante.

[22] Irwing S. Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults, op. cit.*

[23] Albert Tujinman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey, op. cit.*

A componente extensiva do Estudo Nacional de Literacia baseou-se, como tem vindo a referir-se, nesta última abordagem. Examinemos, à luz das questões que temos vindo a tratar, algumas das suas características mais importantes.

Como já foi dito, o objectivo de analisar competências utilizadas nas práticas quotidianas conduziu a que as provas fossem construídas a partir de materiais realmente existentes: notícias de jornais ou revistas, anúncios e avisos de instituições, impressos bancários e comerciais, folhetos de medicamentos e de supermercados, entre outros. E levou, com base nesses suportes, a propor tarefas o mais análogas possível, nas condições necessariamente artificiais da entrevista, a situações que se deparam às pessoas no seu dia-a-dia. Por exemplo: telefonar para um serviço público, responder a um anúncio de emprego, seleccionar os impressos de uma declaração de impostos, fazer um depósito bancário, comprar produtos alimentares num supermercado, interpretar uma pequena passagem de uma notícia de jornal, formular em termos sintéticos o assunto de um texto que se leu sobre um tema de actualidade social.

A orientação seguida foi a de seleccionar suportes e simular situações socialmente relevantes e o mais transversais possível aos diversos contextos da vida social contemporânea.

Este último traço é particularmente importante. Suportes e tarefas com ligação muito específica aos quadros de experiência particulares de determinados grupos sociais arriscar-se-iam a enviesar de forma significativa os resultados se as respostas fossem seriamente afectadas por efeitos de uma acentuada familiaridade diferencial em relação a esta ou àquela situação de leitura, escrita ou cálculo.

Além disso, procurava-se chegar a competências de base, transponíveis para uma diversidade de situações concretas, e não tanto a rotinas funcionalizadas ou a práticas ritualizadas, estritamente circunscritas a situações limitadas (de que são exemplos conhecidos desenhar a assinatura ou memorizar graficamente o número do transporte colectivo que se tem de apanhar todos os dias).

Por outro lado, ainda, a vida quotidiana nas sociedades contemporâneas vai colocando a praticamente todas as pessoas a necessidade de lidarem com um conjunto de suportes escritos e práticas de literacia cada vez mais

transversais aos diversos grupos e contextos sociais específicos. Podem apontar-se, a título de exemplo, casos como as embalagens e os preços dos artigos de consumo corrente, os horários de transportes e outras indicações de circulação, os impressos bancários e fiscais, os documentos de cidadania e as práticas eleitorais, a condução de veículos automóveis, a leitura ou o visionamento de meios de comunicação social (mesmo a televisão inclui sistematicamente grande quantidade de elementos escritos). A transversalidade tendencial destas situações implica, ao mesmo tempo, que não possuir competências de literacia para as enfrentar com autonomia é sinónimo de forte probabilidade de exclusão social e, certamente, de significativa restrição de oportunidades sociais.

Temos, assim, factores de ordem metodológica, teórica e substantiva a convergirem na focalização do conteúdo das competências de literacia a que se pretendeu primordialmente chegar – competências operatórias e transversais – e a fundamentarem, deste ponto de vista, a escolha dos suportes e das tarefas que constituíram a prova de avaliação directa.

Claro está que os requisitos mencionados não podem ser concretizados senão aproximativamente. A transversalidade social dos suportes e das situações não é absoluta e os efeitos de familiaridade diferencial não puderam ser evitados por completo. Foi o caso, por exemplo, da ligeira quebra, comparativamente com o nível obtido no conjunto da prova, das taxas de resposta certa a algumas das tarefas que envolviam aspectos relativos à esfera profissional (embora bastante genéricos), por parte de jovens ainda não inseridos no mundo do trabalho.

Outros aspectos das opções conceptuais e das soluções operatórias adoptadas neste estudo podem ser abordados prolongando a questão das comparações em dois sentidos opostos. Por um lado, para as comparações internacionais. Por outro lado, para as comparações entre diferentes grupos sociais, contextos locais ou quadros culturais específicos. Levantam-se aqui problemas, de certo modo, de natureza simétrica. No primeiro caso, até que ponto se podem comparar os resultados do Estudo Nacional de Literacia com os de outros deste tipo realizados internacionalmente? Não estaremos, neste âmbito, perante um défice de uniformização? No segundo caso, será apropriado colocar pessoas de meios sociais e culturais muito diferentes perante provas homogéneas e pretender extrair daí resultados interpretáveis? Não se estará, pondo as coisas nestes termos, perante um excesso de uniformização?

Questões como estas têm sido objecto de debate aprofundado entre investigadores e equipas que se ocupam especificamente do estudo da literacia. Mas remetem, de forma mais ampla, para toda a controvérsia, nas ciências sociais, acerca dos métodos de pesquisa, dos modelos de análise e dos modos de conceber os objectos de estudo. Não cabendo aqui retomar explicitamente esse plano mais amplo de discussão, convém no entanto não deixar de o ter presente, como pano de fundo das considerações seguintes.

Ao ter-se optado por construir as tarefas com base em suportes correntes a nível nacional, a comparabilidade directa com estudos análogos realizados noutros países ficou, em primeira análise, comprometida. Em contrapartida, respeitou-se de maneira bastante estrita, para este tipo de procedimentos metodológicos extensivos, um aspecto fundamental da conceptualização de referência: o de que as competências analisadas digam respeito ao uso de materiais escritos efectivamente existentes na vida social. Se se tivesse utilizado uma tradução dos materiais aplicados em provas semelhantes realizadas noutros países o procedimento ter-se-ia afastado mais das práticas reais de literacia em que está quotidianamente envolvida a população portuguesa. Pode dizer-se que o que se perdeu em comparabilidade ganhou-se em validade e em interpretabilidade: os indicadores estão mais perto do conceito que pretendem operacionalizar e o significado dos resultados é menos indeterminado socialmente.

Mesmo assim, se o estudo se tivesse desenvolvido, de raiz, de forma coordenada a nível internacional, poderiam ter sido utilizados suportes idênticos desde que se procurasse seleccioná-los de entre aqueles susceptíveis de oferecer índices semelhantes de verosimilhança social em todos os países sob comparação. Uma operação deste tipo não deixaria de ser, evidentemente, problemática a vários títulos. Mas a própria noção de transversalidade tendencial de situações e competências no domínio da literacia, atrás referida, sustenta, no plano substantivo, tal possibilidade. Além disso, no plano metodológico, tem vindo a ser desenvolvido um conjunto de ferramentas analíticas destinadas, precisamente, a melhorar a comparabilidade – sempre parcial e com algum grau de indeterminação – entre resultados obtidos em contextos distintos, junto de grupos socialmente diferenciados e com perfis de competências diferentes[24].

[24] Ronald K. Hambleton, H. Swaminathan e H. Jane Rogers, *Fundamentals of Item Response Theory, op. cit.*

Um estudo internacional recente procedeu desta maneira[25]. Só os recursos financeiros, não disponíveis no volume necessário, impediram, na altura, que o Estudo Nacional de Literacia nele participasse. Usou-se, no entanto, um mesmo conceito de literacia, entendida como competências accionadas nas práticas de processamento de informação escrita na vida corrente da população adulta e nesta desigualmente distribuídas segundo contínuos gradativos, reportando-se de forma semelhante aos domínios da vida pessoal, profissional e cívica, e desdobrando-se nas mesmas dimensões: prosa, documentos, quantitativo. O modelo interpretativo das competências subjacentes ao desempenho nas tarefas foi também, como se viu, basicamente o mesmo. E o procedimento de construção dos níveis de literacia assentou numa lógica análoga: ajustamento recíproco, teoricamente orientado e empiricamente aferido, entre escalas de dificuldade das tarefas e escalas de aptidão dos indivíduos.

Assim, se a "comparabilidade descritiva", realizada directamente a partir dos resultados empíricos, é limitada e apenas indicativa, já a "comparabilidade teórica", isto é, a análise comparativa das distribuições mediada pelo significado teoricamente interpretável dos níveis construídos, afigura-se bastante mais pertinente.

Em todo o caso, a ordem de argumentos a favor das vantagens da utilização de materiais escritos realmente existentes nas situações quotidianas da sociedade portuguesa – a sua melhor aderência a um conceito de literacia que remete para quadros reais da vida quotidiana e a interpretabilidade acrescida de resultados reportáveis a um contexto sociocultural concreto – pode ser prolongada, suscitando o exame de aspectos decisivos no estudo da literacia. Pode mesmo, para alguns, adeptos de uma posição mais estremada a este respeito, chegar a pôr em causa o cabimento das análises extensivas da literacia.

Resumidamente, podem inventariar-se três tipos de questões. A primeira diz respeito ao processo de observação, a segunda à contextualidade das práticas e das interpretações e a terceira ao significado social das competências.

O problema que se coloca quanto ao processo de observação é o da artificialidade das provas e das situações de entrevista em que elas são aplicadas.

[25] Albert Tujinman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey, op. cit.*

Na verdade, apesar de se utilizarem suportes efectivamente existentes na vida social e de as tarefas procurarem simular de uma maneira tão realista quanto possível situações do quotidiano, não deixa de haver uma distância irredutível entre a situação de resposta a um teste numa entrevista e as situações da vida social corrente a que o conceito de literacia se refere.

Mas importa notar que, deste ponto de vista, o procedimento adoptado não se distingue, na sua arquitectura geral, de todos os processos de inquérito extensivo praticados nas ciências sociais. Existe sempre um hiato entre as situações sociais espontâneas e as situações sociais de inquérito. O que a solução adoptada tem de específico é procurar, um pouco mais do que nos questionários ou nos testes habituais, encurtar esse hiato. Por isso se recorreu à avaliação directa de competências, utilizando suportes reais e suscitando operações de processamento de informação tão análogas quanto possível, dentro da artificialidade da situação de entrevista, às situações da vida corrente.

Não se trata, pois, de aceitar de forma acrítica ou de rejeitar liminarmente os resultados assim obtidos, mas sim de interpretá-los tendo rigorosamente em conta as condições da respectiva produção e o nível de análise a que com propriedade se reportam: o dos padrões sociais gerais de distribuição das competências de literacia. Estes padrões captam-se a uma escala analítica de grande amplitude, à qual os estudos de caso locais não podem dar resposta, e a partir da qual, em sentido inverso, não se pode pretender desvendar as configurações finas e contextualmente articuladas que a literacia assume em quadros socioculturais mais específicos.

Deste modo, entrou-se já na segunda questão. Para além das potencialidades e das limitações metodológicas da observação directa local face aos procedimentos de recolha extensiva de informação, o problema da contextualidade suscita importantes implicações substantivas. A questão principal, deste ponto de vista, é a de que as práticas de literacia não decorrem num vácuo social abstracto mas inscrevem-se sempre em determinados quadros sociais e culturais envolventes. Tendem a fazer parte de sistemas estruturados de práticas e a apresentar contornos dependentes dos contextos em que ocorrem. É, pois, provável que situações de compartimentação das tarefas e recontextualização artificial, como as dos inquéritos e dos testes, introduzam alguns desfasamentos. Além disso, a interpretação das competências subjacentes às práticas observadas não pode deixar de reportar-se aos referidos quadros socioculturais, cujo conhecimento de conjunto é, portanto, necessário mobilizar para a compreensão da literacia.

Foram considerações deste tipo que estiveram na base da dupla estratégia metodológica seguida pelo Estudo Nacional de Literacia. Pareceu indispensável complementar a análise extensiva com um conjunto de estudos monográficos, de carácter qualitativo, intensivo e localizado, que procedessem, precisamente, à contextualização sociocultural das relações de certos grupos sociais com a informação escrita.

Mas convém não cair aqui na ilusão paroquialista. O que são os contextos sociais e culturais nos dias de hoje? Na esmagadora maioria dos casos, encontram-se neles não só as vizinhanças imediatas, os laços sociais primários e as culturas tradicionais, mas também toda uma outra série de elementos, tais como os prolongamentos das instituições estatais, as redes de transportes e comunicações, os sistemas organizacionais de produção e de consumo, a pluralidade de mensagens e formas culturais difundidas mediaticamente. Isto é, no quotidiano de cada pessoa, viva num bairro citadino ou numa aldeia rural, há uma variedade de contactos potenciais com materiais escritos que têm a ver com a escola ou com as eleições, com as compras ou com a televisão, com o correio ou com os impostos, com o emprego ou com a segurança social, com a farmácia ou com os jornais, e por aí fora, para já não falar na circulação espacial e na mobilidade geográfica, com a multiplicação dos contextos de relacionamento social e de interacção com a informação escrita que acarretam.

Assim, por um lado, as pesquisas monográficas não podem deixar de incluir, no seu objecto de análise, estes componentes dos contextos socioculturais contemporâneos. E, por outro lado, o alongamento das interdependências sociais relevantes para a vida da maioria das pessoas, inseridas em redes com amplitude cada vez maior[26], realça a pertinência de estudos extensivos de literacia, privilegiando competências transversais, numa época em que as sociedades são postas em relação comparativa umas com as outras, já não só no plano analítico dos trabalhos científicos, mas também no plano factual das relações sociais globalizadas.

---

[26] Das inúmeras análises sobre o assunto pode tomar-se, como exemplo, a de Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (ed. orig. 1990).

Estas últimas considerações entrelaçam-se com a terceira questão. Qual o significado social das competências analisadas? Qual é a sua relevância efectiva para a vida das pessoas? Que posição relativa é que ocupam no conjunto dos saberes e disposições que os agentes sociais incorporam e accionam no decurso da sua existência?

Aos estudos quantitativos de literacia é por vezes objectado que os resultados deles emergentes tendem a caracterizar largos sectores da população como gravemente carenciados de competências básicas e fundamentais para a vida social, nomeadamente em países como o nosso. Ora, apesar desses resultados – argumenta-se – a sociedade portuguesa não tem sido inviável e as pessoas arranjam maneiras de ir resolvendo os problemas da sobrevivência e, mais latamente, de ir construindo, no plano individual, os seus percursos de vida e, no plano colectivo, o próprio tecido social. Possuem conjuntos de competências não menosprezáveis e, mesmo quanto à informação escrita, encontram frequentemente modos alternativos de com ela se relacionarem com relativa eficácia. Além disso, a difusão social dos saberes letrados e a sua institucionalização escolar não podem ser tomadas, de forma ingénua ou normativa, como processos inequivocamente enriquecedores e emancipatórios. Eles constituem também, porventura em larga medida, processos de dominação cultural e social, de esmagamento e destruição de outras formas de cultura e, ainda, de produção tanto de estilos de vida massificados como de novas modalidades de desigualdade social. Por último, as análises quantificadas da literacia seriam, pela divulgação de resultados como aqueles a que chegou neste estudo, geradoras de efeitos de estigmatização social acrescida de populações já de si desprivilegiadas.

A discussão de problemas como estes tem inegável interesse e importância para a análise da literacia, embora os argumentos sejam por vezes contraditórios entre si ou sofram de uma postura excessivamente unilateral. O mesmo acontece, diga-se de passagem, com argumentos igualmente redutores, mas de sentido contrário, avançados por alguns defensores mais exclusivistas das abordagens quantitativas.

Que, por um lado, a generalidade das pessoas e dos grupos consiga sobreviver no quotidiano e desenvolver estratégias sociais, e que, por outro, os padrões de literacia na sociedade portuguesa contemporânea sejam muito baixos, não tem nada de incompatível. São dois aspectos da mesma realidade social. Em termos analíticos, pode privilegiar-se mais o estudo de um ou de

outro desses aspectos. Mais interessante, ainda, é procurar perceber os dois, de forma articulada.

Seja como for, convém não cair numa concepção estaticamente adaptativista da vida social. Nas sociedades contemporâneas, os modos de vida não são algo de unívoco, estritamente autocontido e definitivo: dependem dos recursos de que se dispõe (culturais, tanto quanto materiais), confrontam-se com outros modos de vida e podem mudar com o tempo. Há, pois, conjuntos de práticas quotidianas e estratégias de vida que se conseguem desenvolver e, do mesmo modo, outros a que não se tem acesso, embora façam parte do quadro de necessidades e possibilidades do mundo social com o qual as pessoas se vêem postas em interacção cada vez mais ampla e intensa.

Apesar das soluções adaptativas que, por vezes de forma extremamente criativa, os indivíduos e os grupos vão conseguindo na produção social da sua existência, as dificuldades de grande parte da população portuguesa em se relacionar com a informação escrita constituem sérias limitações às respectivas possibilidades de carreira profissional, de fruição cultural e de exercício da cidadania. Além disso, o que eram soluções adaptativas estaticamente consideradas podem deixar de o ser numa perspectiva dinâmica, isto é, perante as mudanças sociais já em curso ou que se prefiguram a curto prazo no horizonte. Não se podem ignorar as ameaças de desemprego ou de exclusão social que daí decorrem se os níveis de literacia da população do país não melhorarem acentuadamente, para já não falar dos limites que os baixos recursos por ela possuídos no domínio do processamento da informação escrita, hoje em dia fundamental, colocam ao desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Como tem vindo a ser cada vez mais realçado no âmbito das ciências sociais, nem as pessoas pouco ou nada escolarizadas são culturalmente vazias, nem as escolarizadas são meros produtos da cultura letrada. Pelo contrário, tanto as formas culturais de raiz tradicional, incorporadas por transmissão oral e através de práticas socializadoras mais ou menos ritualizadas, como as veiculadas pelos meios audiovisuais modernos, tanto as continuamente produzidas no decurso das experiências da vida quotidiana, nos quadros de relações sociais em que se inserem, como as de origem especificamente letrada, que se combinam com as anteriores em articulações diversas, constituem configurações simbólicas complexas, sistemas de capacidades e referências de que as pessoas são portadoras, com as quais enfrentam a vida social e lhes atribuem sentido.

Vários estudos têm mostrado que entre estas formas de cultura não se estabelecem dicotomias simples ou contraposições rígidas, mas sim articulações densas e subtis, que não excluem nem as relações assimétricas de dominação, ou mesmo de aniquilamento, nem as fecundações recíprocas e os entrelaçamentos criativos[27]. Numa óptica mais directamente dirigida aos problemas do sucesso educativo e ao desenvolvimento da literacia, tem sido assinalada a importância da comunicação entre formas de cultura escolares e não escolares[28].

Ao Estudo Nacional de Literacia presidiu, precisamente, uma concepção deste tipo. O objecto de estudo foi um determinado tipo de práticas, as de processamento de informação escrita na vida quotidiana, procurando-se analisar as competências subjacentes e as relações sociais implicadas. Não se partiu de um padrão apriorístico e arbitrário de "normalidade cultural" face ao qual as pesssoas se dividissem entre as positivamente aprovadas e as negativamente desconsideradas. No centro do próprio conceito de literacia utilizado está a rejeição da dicotomia entre "analfabetos" e "alfabetizados", essa sim, não só analiticamente redutora como socialmente estigmatizante.

A concepção de que as pessoas tendem a possuir sempre competências de algum tipo, em graus diversificados, está presente na própria terminologia: prefere-se literacia a iliteracia e, mais ainda, a analfabetismo. E traduz-se metodologicamente tanto nas análises monográficas, com a integração analítica contextualizadora a que procedem, como também, a seu modo, na operacionalização posta em prática na análise extensiva, através da multidimensionalidade considerada (prosa, documentos e quantitativo; vida pessoal, profissional e social; avaliação directa de competências, inquérito sobre práticas e auto-avaliações de literacia) e da escala graduada de níveis de literacia.

---

[27] De entre as obras clássicas podem mencionar-se, por exemplo, de Richard Hoggart, *The Uses of Literacy*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (ed. orig. 1957) ou de Jack Goody, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (ed. orig. 1977). Ver, com referência a um contexto português, Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

[28] Entre outros: Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987); Helena Carvalho Araújo e Stephen Stoer, *Genealogias nas Escolas: A Capacidade de nos Surpreender*, Porto, Edições Afrontamento, 1993; Jean-Paul Hautecouer (edit.), *Literacy and Cultural Development Strategies in Rural Areas*, Toronto, Culture Concepts / Unesco Institute for Education, 1994.

Mesmo no plano da divulgação dos resultados, por mais equívocos ou simplificações que a circulação social de conceitos e análises científicas possam trazer consigo, há um conjunto de ideias principais que podem contribuir positivamente para formas mais esclarecidas de consciência pública a este respeito: em primeiro lugar, a noção de que a literacia é algo de multifacetado e graduado e não simplesmente dicotómico; em segundo lugar, a ideia de que, mais do que as credenciais escolares em sentido estrito, são socialmente relevantes as práticas de literacia na vida social quotidiana; e, ainda, o reconhecimento de que as práticas de literacia (e as capacidades em que elas assentam) se vão modificando em correspondência com as transformações que atravessam as sociedades contemporâneas.

No Estudo Nacional de Literacia optou-se por desenvolver uma estratégia metodológica que procura articular de forma produtiva a análise extensiva de padrões quantificados e a análise qualitativa de padrões contextualizados. Perante um fenómeno tão complexo e multifacetado pareceu conveniente seguir as recomendações de pluralismo metodológico que são timbre das melhores tradições em ciências sociais. Não se trata de um qualquer eclectismo sem consistência, mas sim de, partindo de um mesmo referencial teórico englobante, abordar o objecto de estudo de forma multidimensional, sob vários ângulos e a diversos níveis de análise. As interpretações apresentadas a propósito de cada uma das séries de informação empírica recolhidas, apesar de se centrarem no tipo de resultados obtidos segundo os procedimentos metodológicos específicos de que decorrem e para as dimensões conceptuais que lhe são próprias, não deixam de tomar já em conta os outros conjuntos de resultados e os outros níveis de análise.

Trata-se, é claro, de um primeiro estudo deste tipo e de uma primeira análise de conjunto dos respectivos resultados. As limitações são muitas, como se procurou assinalar ao longo do texto. Em todo o caso, constitui um contributo a partir do qual se poderão desenvolver outros. Os dados disponíveis permitem aprofundamentos analíticos variados, em duas direcções fundamentais: a) o exame fino das práticas de literacia, das competências e dos processos cognitivos implicados; b) a análise das relações da literacia com os factores estruturais, os processos sociais, as configurações culturais e os quadros relacionais que lhe estão associados. Outros estudos serão necessários para aperfeiçoar, corrigir, aprofundar e actualizar aquele que foi, por agora, possível realizar.

De acordo com a metodologia de avaliação directa desenvolvida, os níveis de literacia dos indivíduos decorrem do grau de dificuldade das tarefas e do nível de aptidão demonstrado na sua resolução.

A determinação do grau de dificuldade das tarefas foi conseguida a partir da conjugação de duas ordens de factores. Por um lado, recorreu a um modelo teórico que conceptualiza a dificuldade das tarefas em função da complexidade dos suportes (em termos de estrutura, extensão e forma gráfica) e do grau de complexidade das operações de processamento de informação necessárias à resolução das tarefas (do reconhecimento literal, localização directa e cálculo numérico simples a inferências complexas, geração de sínteses e resolução de problemas implicando operações encadeadas). Por outro lado, apoiou-se na dificuldade revelada empiricamente que é definida em função da percentagem de respostas certas a cada uma das tarefas.

Chegou-se assim à construção de uma escala de dificuldade compreendendo cinco níveis (Nível 0 a Nível 4), que permite dar conta das capacidades de processamento de informação escrita nos três domínios de literacia considerados: a prosa, os documentos e o cálculo:

Nível 0: Este nível corresponde à ausência de capacidade para resolver as tarefas propostas. Integram-se neste nível todas as pessoas que não executaram correctamente qualquer das tarefas.

Nível 1: As tarefas deste nível são as menos exigentes. Implicam, em geral, apenas a identificação de uma ou mais palavras de um texto, a sua transcrição literal ou a realização de um cálculo aritmético elementar a partir da indicação directa da operação e dos valores. São executadas a partir de textos ou documentos pequenos e simples

Nível 2: As tarefas deste nível requerem, em geral, um processamento de informação um pouco mais elaborado. Implicam a associação entre palavras ou expressões que se encontram nos suportes impressos ou, então, o encadeamento de duas operações aritméticas simples. As inferências necessárias são de grau pouco elevado.

Nível 3: As tarefas deste nível requerem um processamento de informação com um grau mais elevado de complexidade. Implicam a capacidade de seleccionar e organizar informação, relacionar ideias contidas num texto, fundamentar uma conclusão ou decidir que operações numéricas realizar.

Nível 4: As tarefas deste nível são as mais exigentes de toda a prova. Implicam a capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos, a realização de inferências de grau elevado, a resolução de problemas e a eventual mobilização de conhecimentos próprios.

O **nível de literacia dos indivíduos** resulta de um processo de ajustamento recíproco entre a escala de dificuldade das tarefas e a aptidão dos indivíduos determinada em função do número de tarefas que resolveram correctamente.

No Estudo Nacional de Literacia não se teve apenas como objectivo distribuir os entrevistados por escalas de aptidão no processamento de informação escrita. Procurou-se também, mais profundamente, desenvolver alguns contributos para a análise das competências subjacentes às práticas de literacia observadas, **competências** por referência às quais se podem interpretar os níveis de literacia dos indivíduos. O pressuposto teórico aqui implicado é o de que, na base das práticas observáveis, se pode encontrar um conjunto de competências que, não sendo susceptíveis de observação directa, é possível no entanto inferir analiticamente e tipificar conceptualmente. A utilidade deste procedimento reside na interpretabilidade acrescida dos resultados e no caminho aberto à exploração mais aprofundada dos processos cognitivos e socioculturais envolvidos na literacia.

Capítulo 4

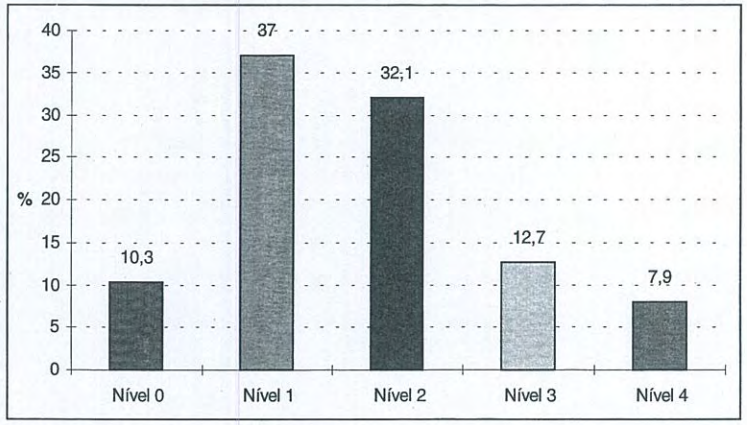
NÍVEIS DE LITERACIA DA POPULAÇÃO ADULTA

Uma vez exposta, embora de forma sumária, a metodologia adoptada para a definição dos níveis de literacia dos indivíduos, é altura de passar à apresentação dos resultados obtidos.

4.1. Resultados globais

Uma primeira análise, em termos globais, revela que a maior parte dos inquiridos se situa em níveis de literacia baixos ou muito baixos, sendo bastante reduzidas as percentagens correspondentes aos níveis superiores de literacia. É o que se pode observar pela leitura do Gráfico 4.1.

Gráfico 4.1: Resultados globais da distribuição da população por níveis de literacia



No Nível 0 situam-se, desde logo, 10,3% dos inquiridos. Os Níveis 1 e 2 são aqueles que englobam as maiores percentagens (37,0% e 32,1%, respectivamente). Finalmente, no Nível 3 localizam-se 12,7% e no Nível 4 aparecem apenas 7,9%.

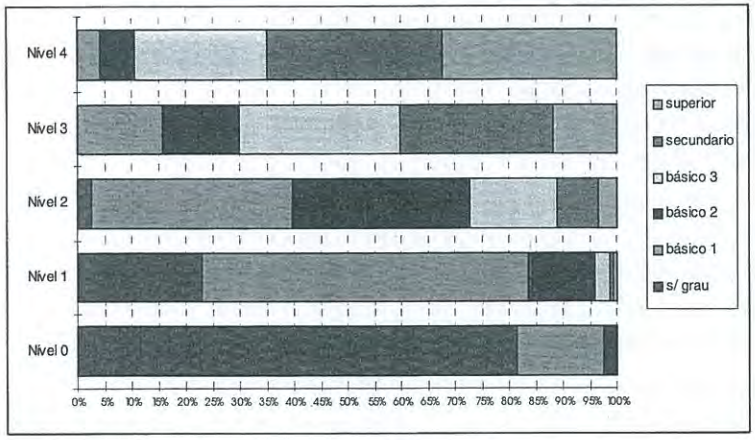
Os inquiridos localizados no Nível 0 são aqueles que demonstraram total incapacidade para resolver qualquer das tarefas. O peso que atingem no conjunto da amostra (10,3%), sem dúvida elevado, não é, contudo, inesperado se tivermos em conta a percentagem de analfabetos literais identificados no Censo de 1991 (11% dos portugueses com mais de 10 anos) e, ainda, a elevada percentagem de população adulta activa que não possui qualquer grau de escolaridade completo (17,8% da população dos 15 aos 64 anos, também de acordo com o mesmo Censo).

É possível estimar, no conjunto da população do Continente dos 15 aos 64, a existência de cerca de 600 mil pessoas nestas condições.

A população que se encontra neste nível não apresenta, no entanto, características homogéneas e, por isso, valerá a pena que sobre ela se façam algumas considerações que permitam um conhecimento mais preciso do seu perfil em função das duas variáveis mais relevantes para este efeito.

Nos Gráficos 4.2 e 4.3 apresenta-se a composição de cada um dos níveis de literacia em função do grau de escolaridade e da idade dos inquiridos.

Gráfico 4.2: Graus de escolaridade por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

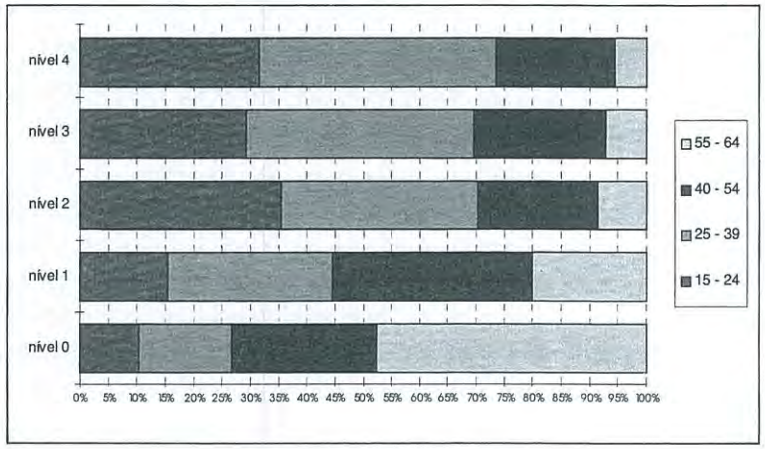
Assim, considerando a variável escolaridade, verifica-se que os indivíduos do Nível 0 de literacia, contrariamente ao que por vezes tem sido admitido, não são somente os não escolarizados. De facto, se a grande maioria (cerca de 80%) não possui qualquer grau de escolaridade completo, conclui-se que perto

de 18% dos indivíduos deste nível de literacia completaram o 1º ciclo e aproximadamente 2% o 2º ciclo do ensino básico.

Quando se considera a variável idade, observa-se que cerca de 48% do total dos indivíduos deste nível pertencem ao grupo etário dos 55 aos 64 anos. Se, como se poderia esperar, a insuficiência de competências de leitura, escrita e cálculo atinge, de forma mais intensa, os grupos mais idosos, importa também referir que não são desprezáveis as percentagens de indivíduos que, embora de grupos etários mais jovens, se encontram nas mesmas condições. Com efeito, 10% têm entre 15 e 24 anos, 16% encontram-se no grupo dos 25 aos 39 anos e 25% têm entre 40 e 54 anos.

Um outro elemento interessante, para a caracterização dos indivíduos deste nível de literacia, refere-se à forma como os mesmos avaliam as suas próprias competências de leitura, escrita e cálculo.

Gráfico 4.3: Grupos de idade por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

No que respeita à leitura, cerca de 68% referem não saber ler, 21% consideram as suas capacidades de leitura "fracas", 10% "razoáveis" e 1% "boas". Quanto à escrita, os indivíduos deste nível de literacia avaliam as suas competências de forma semelhante às da leitura. Já no que se refere ao cálculo a situação apresenta-se ligeiramente diferente: cerca de 62% consideram que não sabem realizar operações aritméticas, 26% classificam as capacidades nesse domínio como "fracas", 11% como "razoáveis" e 1% como "boas".

A maioria destes indivíduos reconhece, pois, a ausência de qualquer tipo de competência nas três dimensões analisadas. Não deixa, no entanto, de ser importante assinalar que parte dos inquiridos, auto-avaliando-se como portadora de algum tipo de competências, não tenha sido capaz de resolver tarefas tendo por base a utilização de material escrito.

No Nível 1 de literacia encontram-se 37,0% dos inquiridos o que, em termos de população alvo deste estudo, representa cerca de 2,3 milhões de indivíduos.

Trata-se de um número muito significativo de pessoas, sobretudo se atendermos ao facto de estarmos perante um nível em que as tarefas são pouco exigentes em termos de competências. Com efeito, neste nível, a correcta resolução das tarefas implica, em geral, apenas a localização, em textos pequenos e pouco complexos, de palavras ou expressões referidas nas instruções.

Também neste nível se encontram indivíduos com diferentes graus de escolaridade. Se bem que a maior parte (mais de 60%) pertença ao grupo dos que têm o 1º ciclo do ensino básico, encontram-se igualmente aqui indivíduos com o 2º ciclo (na ordem dos 12%), com o 3º ciclo (à volta de 3%) e, embora com valores residuais, com o ensino secundário (cerca de 1%) e com o ensino superior (cerca de 0,5%). Por outro lado, também aqui se encontram indivíduos sem qualquer grau de escolaridade completo, ou seja, sem terem concluído o 1º ciclo, representando perto de 23% do total dos inquiridos deste nível de literacia.

No que se refere à idade, os indivíduos deste nível pertencem, fundamentalmente, ao grupo com mais de 40 anos (cerca de 55%, tendo 20% mais de 55 anos), apresentando os grupos mais jovens valores inferiores, embora não insignificantes. Assim, os indivíduos com idades entre os 25 e os 39 anos constituem perto de um terço do total deste nível (cerca de 30%) e os jovens dos 15 aos 24 anos aproximadamente 15%.

No Nível 2 de literacia encontram-se 32,1% dos indivíduos inquiridos, o que significa, em termos de população, qualquer coisa como 2 milhões de pessoas.

Relembre-se que neste nível de literacia se encontram os indivíduos com competências adequadas à resolução de tarefas que requerem, em geral, processamento de informação um pouco mais elaborado, implicando a associação directa entre palavras ou expressões que se encontram no texto ou documento e nas instruções da tarefa a realizar ou, no caso do cálculo, a realização de operações sequenciais com valores facilmente identificáveis.

As características da população deste nível, em termos de escolaridade, revelam que a grande maioria é constituída por indivíduos com os dois primeiros ciclos do ensino básico (37% com o 1º e 33% com o 2º). Quanto aos restantes graus de escolaridade verificam-se também algumas diferenças quando se compara com o Nível 1. De facto, os indivíduos com graus de escolaridade superiores começam a aparecer em maior percentagem (16,2% com o 3º ciclo do ensino básico, 7,5% com o ensino secundário e 3,6% com o ensino superior), enquanto que os sem qualquer grau de escolaridade são agora em valor residual (2,6%).

Em sentido idêntico apontam os dados relativos à estrutura etária dos indivíduos deste nível de literacia. Assim, a população com mais de 40 anos representa cerca de 30% do total (dos quais aproximadamente 9% têm entre 55 e 64 anos), sendo que, no Nível 1, atingia mais de 50%. Por seu lado, os mais jovens representam agora mais de dois terços do total de inquiridos (34% com idades entre os 25 e os 39 anos e 35% do grupo dos 15 aos 24 anos), contra os cerca de um terço no caso do Nível 1.

No Nível 3 de literacia encontram-se 12,7% dos inquiridos, ou seja, em termos da população em estudo, aproximadamente 800 mil pessoas.

Este valor, bastante baixo comparativamente com os dois níveis anteriores, torna-se ainda mais preocupante se tivermos em conta que as tarefas deste nível não são as mais complexas da prova. As tarefas deste nível implicam a capacidade de seleccionar e organizar informação, relacionar ideias contidas em textos um pouco mais longos e complexos, ou fundamentar uma conclusão; e, em termos de cálculo, o equacionamento de problemas e a realização de operações sequenciais.

Os indivíduos que se encontram neste nível apresentam uma estrutura de escolarização que aponta para a pouca representação dos detentores de graus de escolaridade mais baixos, prolongando a tendência já observada no Nível 2.

Assim, verifica-se o desaparecimento dos indivíduos sem qualquer grau de escolaridade completo, os que possuem o 1º ciclo do ensino básico não ultrapassam os 16% e os do 2º ciclo rondam os 14%. Os grupos mais representados neste nível são os detentores do 3º ciclo do ensino básico, com cerca de 30%, e do ensino secundário, com aproximadamente 28%. Refira-se, finalmente, que os indivíduos com formação superior representam cerca de 12% dos situados neste nível.

A análise da estrutura de idades indica, igualmente, a rarefacção progressiva dos mais velhos. Assim, o grupo de indivíduos com mais de 40 anos não ultrapassa os 30% do total do nível (dos quais 7% entre os 55 e os 64 anos), o grupo dos 25 aos 39 anos tem cerca de 40% e o grupo dos mais novos, com idades entre os 15 e os 24 anos, perto de 29%.

Finalmente, no Nível 4 encontram-se 7,9% dos inquiridos o que, em termos de população, significa cerca de 480 mil pessoas.

Este é o nível que inclui as tarefas de maior complexidade da prova que se utilizou como instrumento principal do estudo aqui apresentado. As competências implicadas na sua correcta resolução envolvem a integração de informação múltipla em textos mais longos e densos que os dos níveis precedentes. São tarefas típicas deste nível a elaboração da síntese da ideia principal de um texto, a fundamentação de um enunciado ou a resolução de problemas quantitativos exigindo opções em várias etapas.

A percentagem de indivíduos que aqui se localiza indica, desde logo, quão escasso é o número de portugueses que se relacionam sem grande dificuldade com a informação escrita, processando-a de modo relativamente elaborado.

A análise dos graus de escolaridade dos indivíduos que aqui se localizam evidencia a escassez dos grupos de escolaridade mais reduzida – nenhum indivíduo sem grau de escolaridade completo aqui se encontra, os detentores do 1º ciclo não ultrapassam os 4% e os do 2º ciclo 6% – e, consequentemente, a primazia dos grupos com escolaridade mais avançada – 24% têm o 3º ciclo do ensino básico, cerca de 32% o ensino secundário e perto de outros 32% o ensino superior.

Por seu lado, a análise da estrutura de idades dos indivíduos deste nível revela a presença maioritária dos mais jovens – 32% com 15 a 24 anos, 42% com 25 a 39 anos e 26% com mais de 40 anos, dos quais 6% com idade superior a 55 anos.

Apresentada a distribuição da população inquirida pelos diferentes níveis de literacia, uma das questões que se colocam quanto à interpretação da situação identificada é qual a posição relativa de Portugal num contexto internacional. Se, como se mencionou, no Estudo Nacional de Literacia o perfil de competências dos inquiridos se revelou bastante baixo (cerca de 50% das pessoas não ultrapassam o Nível 1), como situar este panorama num quadro mais alargado que contemple diferentes países?

A resposta a esta questão pode apenas ser dada de modo aproximativo, por duas razões. A primeira tem a ver com o carácter estritamente nacional da pesquisa. Como se fez já referência[1], a prova utilizada, embora partindo de um conceito de literacia que é comum aos diferentes estudos que nos últimos anos se têm realizado sobre o tema e tendo adoptado um procedimento de construção dos níveis de literacia também bastante semelhante, não foi elaborada de forma a garantir a transversalidade dos suportes para além do contexto nacional. Por este motivo, qualquer possibilidade de comparação directa fica comprometida. A segunda razão limitativa dessa intenção tem a ver com o facto de o único estudo internacional até ao momento realizado não ter abrangido mais de sete países (Canadá, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, Suíça e Estados Unidos da América), o que restringe, sem dúvida, o campo de comparação possível.

Apesar destas observações, a partir dos resultados do IALS, recentemente divulgados, algum tipo de comparação indirecta poderá ser feita. Algumas advertências quanto a diferenças metodológicas entre o Estudo Nacional de Literacia e essa pesquisa internacional são, no entanto, necessárias. Uma delas diz respeito à contemplação no IALS de três escalas de literacia em função do domínio considerado (prosa, documento e quantitativo). O nível de literacia dos indivíduos nunca é, assim, analisado globalmente, o que acontece sempre na presente pesquisa. Além disso, o Nível 0 não é considerado. Em certa medida, esse é já um dado importante para uma análise comparativa, pois é a pouca expressão, nesses países, dos indivíduos que não são capazes de resolver correctamente qualquer tarefa que justifica a sua integração no Nível 1. O mesmo tipo de justificação é válido para o prolongamento do número de níveis de literacia em sentido inverso. Em vez de uma subdivisão das três escalas em quatro níveis, optou-se, nessa pesquisa, por considerar cinco níveis. No entanto, os resultados dos Níveis 4 e 5 podem ser agregados numa única categoria, o que foi, aliás, a solução adoptada pelo IALS na divulgação dos dados.

A análise do perfil de literacia dos sete países considerados no IALS revela fortes diferenças. Se hierarquizarmos esses países em função da forma como, em cada um, a população se distribui pelos níveis de literacia, nos extremos situar-se-ão a Suécia e a Polónia. A Suécia porque revela um padrão

[1] Ver Capítulo 3.

de competências bastante superior ao identificado nos restantes países, com cerca de 32% a 36% dos indivíduos no Nível 4/5, e apenas 6% a 8% no Nível 1. A Polónia porque, pelo contrário, revela um padrão de competências bastante reduzido, com cerca de 39% a 46% das pessoas no Nível 1 e unicamente 3% a 7% no Nível 4/5. Os outros países considerados – Canadá, Alemanha, Holanda, Suíça e Estados Unidos da América – correspondem a situações intermédias, mas bastante diferenciadas não só do elevado perfil de literacia identificado na Suécia (em nenhum desses países a percentagem de indivíduos no Nível 4/5 chega sequer a atingir 25%), como também das diminutas competências que caracterizam a Polónia (o valor máximo que, entre esses países, ocorre relativamente ao Nível 1 ronda os 24%).

Estes resultados, não obstante o conjunto de factores atrás enunciados que alertam para a impossibilidade de uma comparação directa, contribuem, sem dúvida, para sublinhar o baixo perfil das competências de literacia da população portuguesa. Se tivermos presente que no estudo internacional o Nível 1 corresponde ao somatório dos Níveis 0 e 1 utilizados no Estudo Nacional de Literacia, percebe-se a proximidade entre a Polónia e Portugal quanto à distribuição global da literacia. Constituindo aquele país um caso singular entre o conjunto de países que integraram o IALS, não deixa de ser preocupante verificar não só a proximidade relativamente a Portugal, como sobretudo a distância que separa ambos os países dos restantes, quando se trata de avaliar as competências de leitura, escrita e cálculo da população adulta.

4.2. Resultados por grau de escolaridade

Uma vez examinados, em termos de panorama global, os níveis de literacia da população adulta portuguesa, importa aprofundar um pouco mais a análise, desdobrando os resultados segundo um conjunto de variáveis fundamentais de composição social.

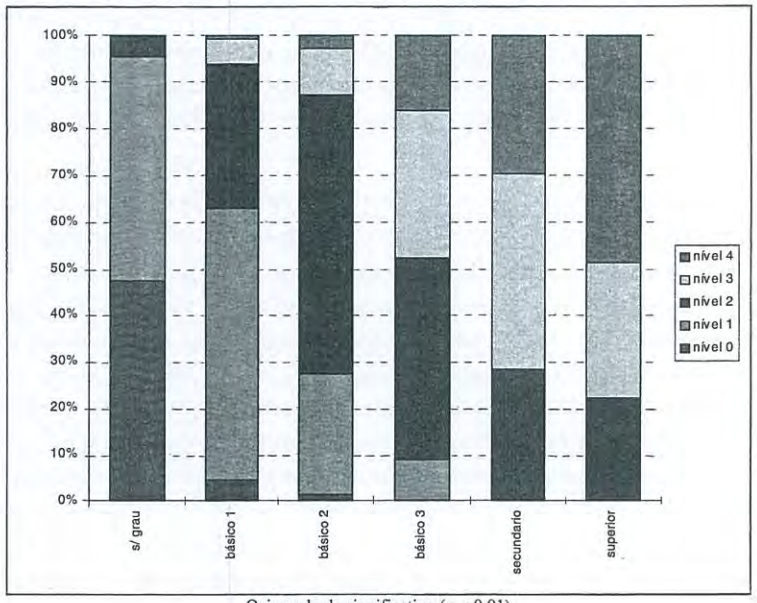
Um aspecto decisivo a considerar é o das relações entre níveis de literacia e graus de ensino formal das populações. Como já se referiu, essas relações são fortes mas estão longe de ser simples ou lineares. No Gráfico 4.4 apresentam-se os resultados por grau de escolaridade. A sua análise mostra diferentes distribuições dos níveis de literacia dos inquiridos para cada um dos graus de ensino.

Assim, os indivíduos sem grau de escolaridade completo, ou seja, com menos que o 1º ciclo do ensino básico, distribuem-se, de forma mais ou menos equitativa, pelos Níveis 0 e 1, tendo cerca de 5% dos indivíduos com estas características atingido o Nível 2.

Os detentores do 1º ciclo do ensino básico distribuem-se, por seu lado, fundamentalmente pelo Nível 1 (cerca de 58%) e, de seguida, pelo Nível 2 (cerca 31%). Os indivíduos deste grau de escolaridade com níveis de literacia mais elevados apresentam-se como residuais, cerca de 5% com o Nível 3 e cerca de 1% com o Nível 4.

Os inquiridos com o 2º ciclo do ensino básico têm como nível modal o Nível 2 de literacia (com cerca de 60% dos indivíduos entrevistados), embora se encontre também um valor significativo de indivíduos com o Nível 1 (cerca de 26%). São residuais as percentagens de indivíduos com este grau de escolaridade que se situam, por um lado, nos níveis de literacia mais elevados (cerca de10% com Nível 3 e de 3% com Nível 4) bem como, por outro lado, no Nível 0 (cerca de 1%).

Gráfico 4.4: Níveis de literacia segundo o grau de escolaridade



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os detentores do 3º ciclo do ensino básico distribuem-se especialmente pelos Níveis 2 (cerca de 43%) e 3 (cerca de 32%). Os inquiridos desse grau de escolaridade com o Nível 4 são apenas 16% e com o Nível 1 cerca de 9%, não se situando nenhum no Nível 0.

Os indivíduos com o ensino secundário e com o ensino superior são, como seria de esperar face à associação verificada entre as variáveis, os que apresentam níveis de literacia mais elevados. De facto, a presença nestes escalões de ensino de indivíduos com os níveis mais baixos é perfeitamente residual (cerca de 0,3% do secundário e 0,2% do superior com o Nível 1) ou inexistente (Nível 0). Um pouco menos de 30% dos possuidores do ensino secundário e um pouco mais de 20% dos que possuem um grau superior situam-se no Nível 2. Os indivíduos com o ensino secundário têm como nível modal o Nível 3 (cerca de 40%), enquanto que nos detentores de formação superior a moda se situa no Nível 4 (cerca de 47%). Refira-se, contudo, que os indivíduos com estes graus de escolaridade se distribuem por quase toda a escala, contrariando suposições correntes de que, em especial para os detentores de formação superior, a sua colocação esmagadora deveria situar-se no nível mais alto.

4.3. Resultados por idade

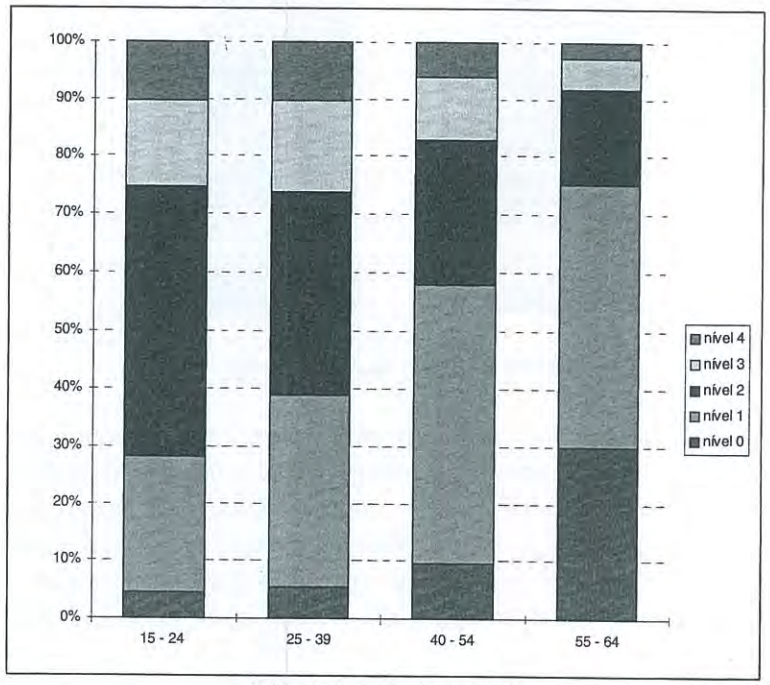
A análise dos níveis de literacia segundo a idade dos inquiridos, conforme o Gráfico 4.5, revela desde logo que as competências de literacia vão melhorando gradualmente com as sucessivas gerações da população.

O grupo etário compreendido entre os 55 e os 64 anos é o que apresenta a maior percentagem de indivíduos com Nível 0 de literacia: cerca de 30%, comparativamente com 9,7%, 5,3% e 4,4%, respectivamente, nos grupos dos 40-54 anos, 25-39 anos e 15-24 anos. Correlativamente, é ainda naquele grupo que se verificam as maiores quebras nos níveis de literacia mais elevados. De facto, com 45% dos inquiridos no Nível 1, os valores baixam de forma abrupta nos níveis subsequentes, sendo bastante residual a percentagem de indivíduos deste grupo etário que se encontram no Nível 3 e no Nível 4.

Nos grupos etários mais jovens, pelo contrário, é o Nível 0 que assume valores residuais, ao mesmo tempo que apresentam as maiores percentagens de posicionamentos no Nível 4 (aproximadamente 10%). A diferença mais

significativa entre o escalão etário dos 15 aos 24 anos e o dos 25 aos 39 anos é o peso relativo dos Níveis 1 e 2. No primeiro escalão etário há 24% de indivíduos com o Nível 1 e 47% com o Nível 2; no segundo a composição é de 34% com o Nível 1 e 35% com o Nível 2.

Gráfico 4.5: Níveis de literacia segundo o grupo de idade



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

É evidente que a relação verificada entre idade e níveis de literacia decorre, em grande medida, da associação conhecida entre formação escolar e idade. De facto, como se sabe, e este estudo confirmou, as gerações mais velhas são menos escolarizadas do que as gerações mais novas. No entanto, é de admitir a existência de efeitos específicos atribuíveis à idade, relativamente independentes do grau de escolaridade. O Quadro 4.1 permite explorar algumas hipóteses a este respeito.

Nos níveis mais baixos de escolaridade (sem grau completo ou básico-1) verifica-se que é nos escalões etários intermédios que os níveis de literacia atingem valores médios comparativamente mais elevados. É provável que as

Quadro 4.1: Nível médio de literacia por idade e grau de escolaridade

Grau de escolaridade / Idade		15-24 (2,03)	25-39 (1,83)	40-54 (1,55)	55-64 (1,06)
S/ grau	(0,57)	0,4	0,51	0,72	0,51
Básico 1	(1,40)	1,35	1,46	1,41	1,29
Básico 2	(1,87)	1,86	1,82	1,99	2,19
Básico 3	(2,55)	2,59	2,50	2,58	2,31
Secundário	(2,95)	3,05	3,00	2,80	2,60
Superior	(3,17)	3,45	3,32	3,09	2,54

Análise de variância significativa ($p < 0,01$)

aprendizagens informais, associadas às exigências sociais da passagem para a vida adulta, contribuam para alguns ganhos de competências. Quanto aos mais velhos, pelo contrário, as mudanças de estatuto social que tendem a ocorrer com a idade, associadas aos efeitos mais directos do envelhecimento, poderão contar-se entre os factores explicativos de alguma regressão nas práticas de literacia e competências respectivas.

No outro extremo dos graus de escolaridade (ensino médio e superior) observa-se um padrão diferente: os níveis médios de literacia diminuem regularmente com o aumento da idade. Aqui, a base de partida bem mais elevada quanto às competências de literacia, para cuja obtenção o sistema de ensino teve um papel determinante, não terá deixado lugar significativo às aprendizagens informais na aquisição das capacidades básicas de leitura, escrita e cálculo durante os primeiros segmentos do trajecto de vida adulta. Manifesta-se, assim, apenas o conjunto de processos referidos, de carácter social e biológico, associados à diminuição de capacidades no domínio da literacia.

Nos graus de escolaridade intermédios (básico-2 e básico-3) os valores indicados no Quadro 4.1 mostram um padrão menos nítido que resulta, com toda a probabilidade, de uma sobreposição complexa de efeitos como os acima descritos.

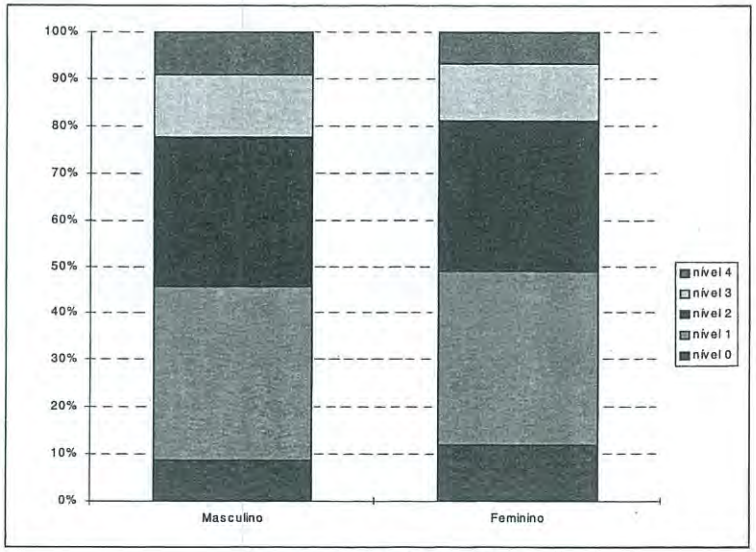
4.4. Resultados por sexo

A distribuição dos níveis de literacia por sexo (Gráfico 4.6) mostra algumas diferenças entre homens e mulheres, embora não muito acentuadas.

Os homens apresentam, por um lado, percentagens mais baixas no Nível 0 (cerca de 8%, contra cerca de 12% no caso das mulheres) e, por outro lado, percentagens mais altas nos níveis mais elevados (aproximadamente 13% e 9%, respectivamente nos níveis 3 e 4, contra 12% e 7% nos mesmos níveis para as mulheres). Ao mesmo tempo, verifica-se que o peso relativo dos níveis 1 e 2 é semelhante em cada um dos sexos.

A variável sexo é, do conjunto das variáveis utilizadas neste capítulo, aquela que tem uma relação menos nítida, embora estatisticamente significativa, com os níveis de literacia. As diferenças observadas entre homens e mulheres deverão dever-se, fundamentalmente, à desigualdade verificada em termos de escolarização dos dois conjuntos de indivíduos, uma vez que, quando se procede ao controle da variável grau de instrução, deixa de se verificar relação estatisticamente significativa entre sexo e nível de literacia.

Gráfico 4.6: Níveis de literacia segundo o sexo



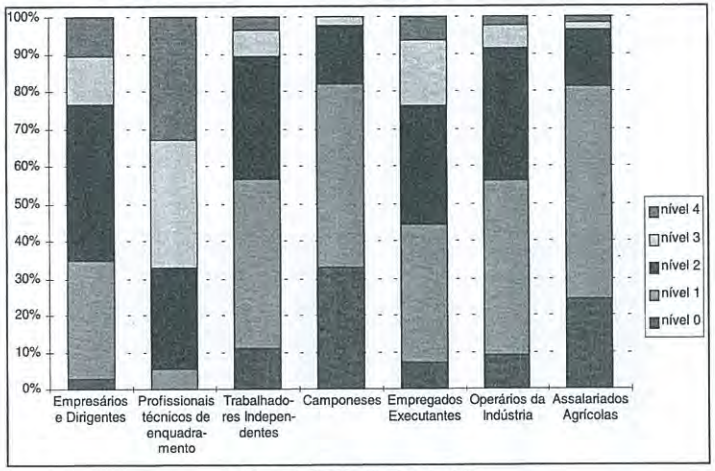
Qui-quadrado significativo ($p < 0,05$)

4.5. Resultados por classe social

Os níveis de literacia das pessoas revelaram-se, neste estudo, claramente associados às suas condições sociais de existência. E, provavelmente, está-lo-ão em dois sentidos: como efeito e como causa. Os recursos disponíveis nos meios sociais de origem e aqueles que estruturam, nas situações presentes, os modos de vida e as inserções socioprofissionais das pessoas, tendem a condicionar o desenvolvimento de práticas de literacia e a aquisição das competências correspondentes. Pelo seu lado, as competências de literacia possuídas não deixam de restringir ou potenciar o acesso a leques mais ou menos delimitados de inserções socioprofissionais e estilos de vida.

A distribuição dos níveis de literacia segundo a classe social dos inquiridos está representada no Gráfico 4.7[2].

Gráfico 4.7: Níveis de literacia segundo a classe social



Qui-quadrado significativo (p<0,01)

É nas classes sociais ligadas à agricultura que se verificam níveis de literacia mais baixos. Tanto nos camponeses como nos assalariados agrícolas o conjunto dos Níveis 0 e 1 abrange mais de 80% dos indivíduos. A seguir aparecem os operários industriais e os trabalhadores independentes do artesanato,

[2] Os dados deste gráfico dizem respeito a cerca de 83% dos inquiridos, aqueles que têm ou tiveram ocupação profissional.

pequeno comércio e prestação de serviços, em que a esmagadora maioria (perto de 80%) se distribui pelos Níveis 1 e 2.

Os empregados executantes, por um lado, e os empresários e dirigentes, por outro, embora correspondam a situações sociais claramente diferenciadas, não apresentam perfis de literacia muito diferentes. É também nos Níveis 1 e 2 que se situa a maior parte dos indivíduos pertencentes a estas categorias socioprofissionais (na ordem dos 70%), mas surge já com alguma expressão percentual o conjunto dos Níveis 3 e 4 (cerca de um quarto dos indivíduos).

Por fim, o perfil de literacia dos profissionais técnicos e de enquadramento contrasta fortemente com todos os anteriores. A grande maioria situa-se no Nível 4 (32,9%) e no Nível 3 (34,4%). O Nível 1 é residual e o Nível 0 inexistente.

Daqui valerá talvez a pena salientar três aspectos. Em primeiro lugar, que as desigualdades sociais têm também uma face bem manifesta no domínio da literacia. Em segundo lugar, que as carências de literacia da grande maioria dos diversos segmentos da população trabalhadora são enormes. Em terceiro lugar, que as categorias sociais que correspondem, em termos muito globais, aos lugares dominantes na estrutura social, tendem a dividir-se em dois perfis de literacia significativamente distintos: bastante baixos nos empresários e dirigentes e comparativamente elevados nos quadros e técnicos[3].

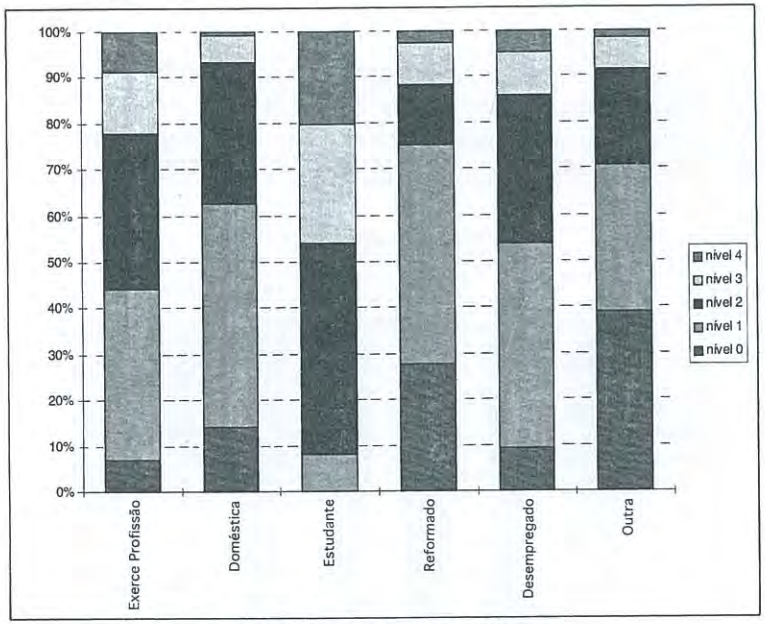
4.6. Resultados por condição perante o trabalho

O Gráfico 4.8 apresenta a distribuição dos níveis de literacia segundo a condição perante o trabalho.

O perfil de literacia dos que exercem profissão não se afasta muito dos resultados globais, o que não surpreende, uma vez que se encontram nesta categoria 60% dos entrevistados. A maioria divide-se entre o Nível 1 (37,2%) e o Nível 2 (33,7%). Ainda se encontra uma fracção não desprezável da população activa com o Nível 0 de literacia (6,9%). Por outro lado, só percentagens bastante pequenas se situam nos níveis mais elevados: 13,4% com o Nível 3 e 8,8% com Nível 4.

[3] Sobre a estrutura social portuguesa e a sua evolução ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, «Recomposição social e novos protagonismos», in António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Gráfico 4.8: Níveis de literacia segundo a condição perante o trabalho



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os desempregados e as domésticas apresentam níveis de literacia semelhantes e mais baixos que os da população que exerce actividade profissional. Quase 55% dos desempregados e mais de 60% das domésticas não ultrapassam o Nível 1. Esta tendência acentua-se ainda mais nos reformados onde o conjunto dos indivíduos nos Níveis 0 e 1 é da ordem dos 75%.

Pelo contrário, como seria de prever, são os estudantes que revelam um perfil de literacia mais elevado. Neste grupo ninguém se encontra no Nível 0 e apenas 8% se situa no Nível 1. Quase metade dos estudantes está no Nível 2. O Nível 3 abrange aproximadamente 26% e o Nível 4 cerca de 20%.

De entre as múltiplas implicações sociais para que estes resultados apontam vale a pena destacar aqui as que têm a ver com um dos problemas que mais preocupam as sociedades contemporâneas, o do desemprego. Tem vindo a ser salientado, de diversas maneiras, que, com os desenvolvimentos tecnológicos e as transformações da economia a que se assiste nas sociedades contemporâneas, as oportunidades de emprego tenderão a ser, cada vez mais, correlativas da posse de qualificações escolares e, sobretudo, da capacidade de

utilizar competências e saberes, de formas progressivamente mais exigentes, na actividade profissional.

Os resultados do Estudo Nacional de Literacia fornecem uma comprovação directa de que isso se passa já no país. Complementarmente ao que se mostra no Gráfico 4.8, pode ser elucidativo indicar os resultados, relativos aos desempregados, que se obtêm fazendo os cálculos das percentagens de forma inversa, isto é, vendo de que modo, para cada nível de literacia, se distribuem as várias condições perante o trabalho. Verifica-se que, do Nível 1 ao Nível 4, a percentagem de desempregados vai decrescendo regularmente. Em concreto, entre os indivíduos de Nível 1 há 10,3% de desempregados, nos de Nível 2 são 8,5%, no Nível 3 o valor é de 6,3% e, para os indivíduos de Nível 4, a percentagem de desempregados é apenas de 5,3%, cerca de metade da encontrada no Nível 1. O Nível 0 é uma excepção, situando-se em 7,8% o desemprego encontrado, mas porque são aí largamente mais pesadas outras categorias de pessoas fora da actividade profissional regular. Por exemplo, o peso dos reformados, das domésticas e das situações mal definidas é, no Nível 0, de 22,5%, 14,0% e 15,5%, para uma média global de 8,4%, 10,1% e 4,1%, respectivamente.

4.7. Resultados por região

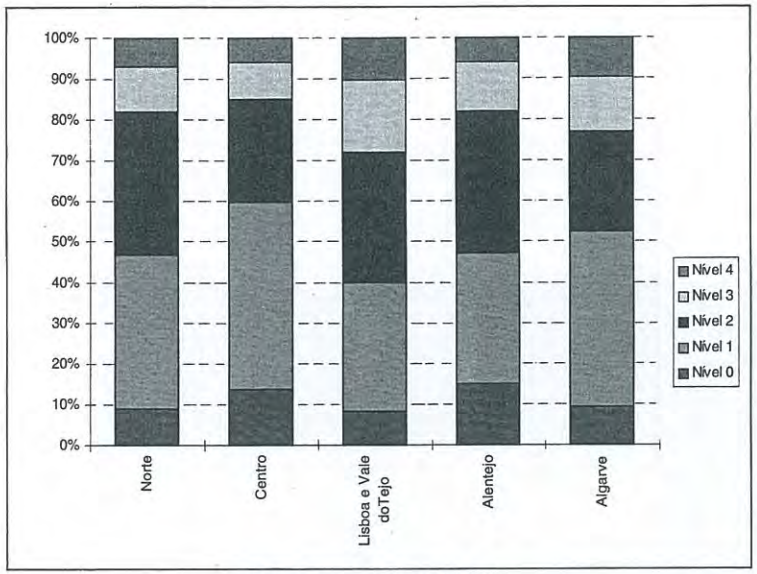
O Gráfico 4.9 apresenta os resultados da distribuição dos níveis de literacia pelas diferentes regiões do país, tal como são constituídas na agregação ao nível das NUTE 2.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é a que apresenta melhor perfil de literacia. É nela que se verifica a maior concentração de indivíduos com Níveis 3 e 4 e, também, os mais baixos valores para o Nível 0 e para o Nível 1.

No outro extremo, são o Alentejo e o Centro as regiões onde as distribuições de competências neste domínio revelam uma situação mais desfavorecida. As percentagens de indivíduos com o Nível 0, nomeadamente, são aqui as mais elevadas (14,8% e 13,7%, respectivamente), ao mesmo tempo que são igualmente estas duas regiões que têm menos indivíduos com o Nível 4 (cerca de 6% nos dois casos).

O Norte e o Algarve apresentam situações intermédias.

Gráfico 4.9: Níveis de literacia segundo a região



Qui-quadrado significativo (p<0,01)

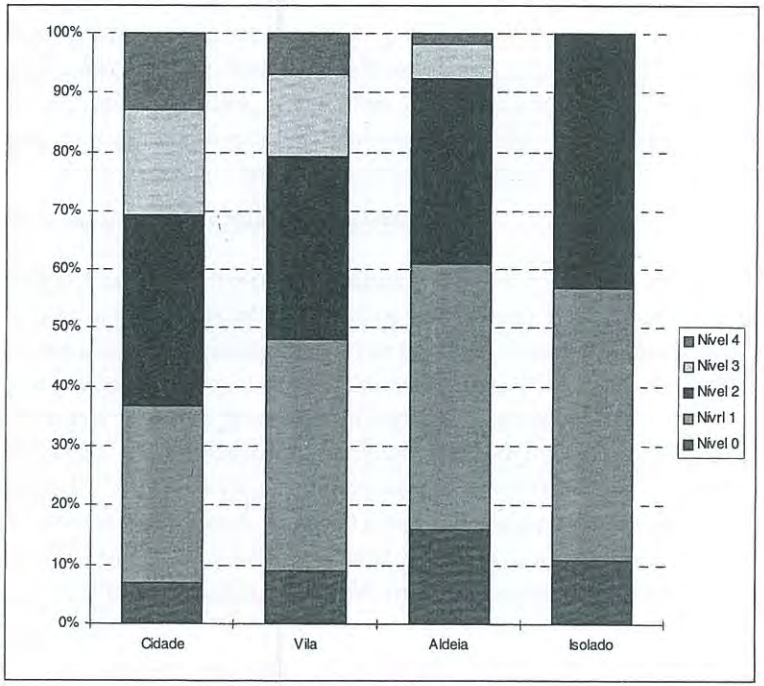
Os perfis regionais de literacia são, pois, algo diferenciados, em correspondência com as diferenças de composição social entre regiões, designadamente nos planos escolar, etário e socioprofissional.

4.8. Resultados por habitat

A distribuição dos níveis de literacia por habitat revelam, igualmente, algumas diferenças que valerá a pena enunciar e que se ilustram no Gráfico 4.10.

Assim, é visível que os indivíduos das zonas predominantemente rurais, como sejam os que vivem em aldeias ou os isolados, têm os mais fracos perfis de literacia. Distribuem-se, no fundamental, pelos Níveis 1 e 2, apresentando, igualmente, percentagens significativas com o Nível 0, sobretudo nas aldeias. Os perfis de literacia melhoram um pouco nas vilas e, mais ainda, nas cidades. Nestas, a população, embora também com uma forte concentração nos Níveis 1 e 2, apresenta percentagens mais significativas com os Níveis 3 e 4. É também aí que as percentagens do Nível 0 são mais baixas.

Gráfico 4.10: Níveis de literacia segundo o tipo habitat



Qui-quadrado significativo (p < 0,01)

*Os resultados globais da distribuição da população inquirida pelos cinco níveis de literacia definidos são os seguintes: **Nível 0 – 10,3%; Nível 1 – 37,0%; Nível 2 – 32,1%; Nível 3 – 12,7%; Nível 4 – 7,9%**. Tais resultados vêm sublinhar a existência de cerca de metade dos inquiridos (Níveis 0 e 1) com bastante dificuldade no uso da informação escrita na vida quotidiana. São muito reduzidas, por outro lado, as percentagens correspondentes aos níveis de literacia mais elevados.*

A comparação (indirecta) entre estes resultados e os do primeiro estudo internacional de literacia (IALS) confirma que o perfil de competências da população portuguesa é bastante baixo. Considerando os sete países que participaram nesse estudo (Canadá, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, Suíça e Estados Unidos), os resultados de Portugal aproximam-se apenas dos da Polónia, os quais, por sua vez, demonstram uma distribuição de competências de literacia largamente mais reduzida do que a dos restantes países.

A relação entre os níveis de literacia e o grau de instrução é bastante acentuada, mas não é unidireccional nem de simples sobreposição. Quanto maior é a escolaridade mais elevado tende a ser o nível de literacia, porém, nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico. Verificam-se também fortes diferenças relativamente ao perfil etário dos indivíduos, pois a insuficiência de competências de leitura, escrita e cálculo atinge, de forma mais marcada, os grupos etários mais idosos. Os homens, em parte porque mais escolarizados, revelam níveis de literacia um pouco melhores do que as mulheres.

A inserção socioprofissional está também fortemente relacionada com os níveis de literacia. É nas classes sociais mais ligadas à agricultura que se verificam níveis de literacia mais baixos, seguindo-se os operários industriais e os trabalhadores independentes. Um pouco mais alto é o perfil de literacia dos empresários e dirigentes e dos empregados executantes que, embora correspondendo a situações sociais fortemente diferenciadas, apresentam uma distribuição de competências de literacia muito semelhante. Os profissionais técnicos e de enquadramento são aqueles que têm um perfil de literacia claramente mais elevado. Os desempregados, as domésticas e, sobretudo, os reformados, constituem segmentos da população com níveis de literacia mais baixos que os da população que exerce uma actividade profissional.

O perfil de literacia da população inquirida é também mais favorável na região de Lisboa e Vale do Tejo, opondo-se, essencialmente, às regiões do Centro e do Alentejo. Se se considerar o tipo de habitat, é visível que são os indivíduos que vivem em zonas predominantemente rurais (aldeias ou isolados) aqueles que têm os mais fracos perfis de literacia, enquanto que nas vilas e, sobretudo, nas cidades, surgem em maior proporção os indivíduos com níveis de literacia mais elevados.

Capítulo 5

ANÁLISE RELACIONAL DA LITERACIA: NÍVEIS, PRÁTICAS E AUTO-AVALIAÇÃO

Um dos objectivos fundamentais do presente estudo foi procurar caracterizar a situação da literacia no país, abordando-a a partir de vários ângulos. Continuando a referir-nos, por agora, apenas à vertente extensiva, recolheu-se informação: sobre as condições sociais de existência da população, nomeadamente quanto à escolaridade e quanto à composição socioprofissional; sobre as práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional e na vida quotidiana; sobre as auto-avaliações de competências relativas a esses mesmos dois domínios; e, finalmente, sobre os níveis de literacia, determinados através de provas directas, com tarefas de prosa, documentais e quantitativas, utilizando suportes escritos correntes na vida real, de âmbito pessoal, social e profissional.

O aprofundamento da análise, através do relacionamento entre si desta informação múltipla, permite caracterizar melhor os contornos que a literacia assume actualmente no país e contribui, também, para a formulação de hipóteses acerca dos factores subjacentes a esta situação, dos processos que a atravessam e dos impactos sociais que dela decorrem. Em capítulos anteriores apresentaram-se já algumas dessas relações. No presente capítulo tomam-se como variável central os níveis de literacia, atrás determinados, e examina-se o modo como se relacionam com um leque vasto de outras variáveis relativas a antecedentes escolares, a práticas de leitura, escrita e cálculo, e à auto-avaliação de competências nestes domínios.

5.1. Níveis de literacia e antecedentes escolares

As relações entre formação escolar e literacia são um dos temas mais recorrentemente abordados ao longo deste trabalho. Verificou-se em capítulos anteriores que existe uma relação forte entre ambas, mas que não é unidireccional nem de simples sobreposição. Quanto maior é a escolaridade mais elevado tende a ser o nível de literacia. Mas nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico. Há variações significativas, imputáveis a um conjunto de factores.

Um deles tem a ver com as diferenças de aproveitamento escolar, correlativas de aquisições de competências por vezes muito desiguais entre segmentos de população com idênticos graus formais de ensino. É uma questão fundamental, que remete directamente para a escola. Muitas vezes, como tem sido observado em diversos estudos[1], a escola não tem as condições de funcionamento, não adopta as estratégias pedagógicas e não estabelece as relações com os contextos sociais envolventes mais adequadas à aprendizagem efectiva das capacidades de leitura, escrita e cálculo por parte das crianças, em particular das provenientes de meios sociais mais desprovidos de recursos económicos e de competências de literacia.

Mas jogam aqui também outros contextos e outros processos sociais, não menos relevantes.

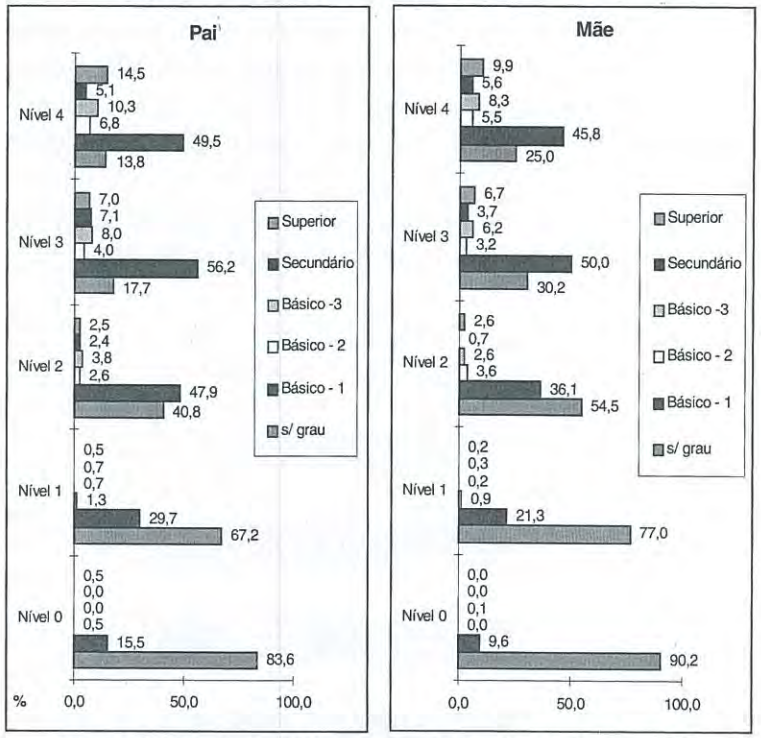
É o caso das aprendizagens informais, fruto de diversificadíssimas experiências de vida e realizadas em contextos não escolares, como o profissional ou o doméstico, o associativo ou o local, o dos consumos ou o dos lazeres. Além disso, as aquisições escolares sofrem, ao longo dos trajectos de vida, os efeitos desiguais dos diferentes quadros sociais de existência, tanto profissionais como extraprofissionais. Se alguns desses contextos proporcionam a consolidação e o desenvolvimento de capacidades, outros, pelo contrário, empobrecidos e empobrecedores quanto à utilização de materiais escritos, contribuem decisivamente para a perda gradual, mais ou menos acentuada, de saberes e competências adquiridos na escola. No tecido económico e institucional do país estes últimos são, infelizmente, os mais abundantes.

Refiram-se, ainda, as próprias transformações que, a ritmo acelerado, atravessam as sociedades contemporâneas, em planos como o tecnológico e o mediático, o cultural e o dos modos de vida. Colocam-se, assim, permanentemente, novas exigências de saberes e, em particular, de competências relativas ao processamento de informação escrita, cada vez mais indispensáveis ao acesso ao emprego, ao exercício da cidadania e à sustentabilidade do desenvolvimento ou, dito de forma inversa, sem as quais as pessoas se tornam vulneráveis à exclusão social e os países ao empobrecimento, pelo menos relativo.

[1] Entre outros, Ana Benavente, *Escola, Professoras e Processos de Mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987); Lucília Salgado, *A Educação e o Desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995; Lucília Salgado, *Literacia e Aprendizagem da Leitura e Escrita*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995.

Por outro lado, o peso das condições sociais herdadas, que foi já possível observar através de diversos indicadores, surge bem manifesto no modo como variam os graus de escolaridade dos pais e mães dos inquiridos segundo os diferentes níveis de literacia por que estes últimos se distribuem (Gráfico 5.1).

Gráfico 5.1: Grau de ensino dos pais por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Como se vê, a quase totalidade dos pais e das mães dos inquiridos que se situam no Nível 0 não possuía qualquer grau de instrução escolar, o mesmo acontecendo a dois terços, ou mais, dos de Nível 1. O segmento da população analisada que se localiza no Nível 2 provém de famílias em que pais e mães se dividem, quase exclusivamente, pelo primeiro ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe) e pela ausência de grau de ensino. No caso dos pais, a percentagem relativa ao 1º ciclo é um pouco superior (cerca de 48%); nas

mães predomina a ausência de grau de ensino (aproximadamente 55%). Entre os entrevistados com Níveis de literacia 3 e 4, os perfis de escolaridade de pais e mães são mais elevados, embora a categoria modal ainda se situe, largamente, no 1º ciclo do ensino básico. Mas a ausência de escolaridade formal diminui bastante, embora não se anule por completo, e aparecem percentagens minimamente significativas dos outros graus de ensino, apesar de bastante reduzidas.

A enorme rarefacção de recursos escolares imperante nos quadros de socialização familiar da esmagadora maioria da população actual pesou fortemente no perfil de literacia observado. Poderá mesmo considerar-se que, apesar das responsabilidades atribuíveis ao sistema de ensino, terá sido muito mais a escola do que a família a promover nas últimas décadas alguma melhoria dos níveis de literacia. No entanto, por outro lado, os níveis de escolaridade da população actual são ainda francamente baixos, em comparação com os dos países mais desenvolvidos e, até, com os dos restantes países da Europa do Sul[2]. É uma situação com raízes profundas na história social do país[3]. Paralelamente, como se viu também, os contextos profissionais são, em geral, na sociedade portuguesa contemporânea, muito empobrecidos quanto à utilização de materiais escritos e, por isso, de efeitos não qualificantes ou mesmo regressivos quanto às competências de literacia.

Origens sociais extremamente carenciadas de habilitações literárias, insuficiente expansão do sistema escolar e deficiências materiais, pedagógicas e relacionais das escolas e, ainda, tecido económico profissionalmente muito pouco qualificado – ou, noutros termos, os meios familiares, escolares e profissionais – surgem, assim, como três esferas sociais convergentes na produção dos fracos níveis de literacia encontrados no país.

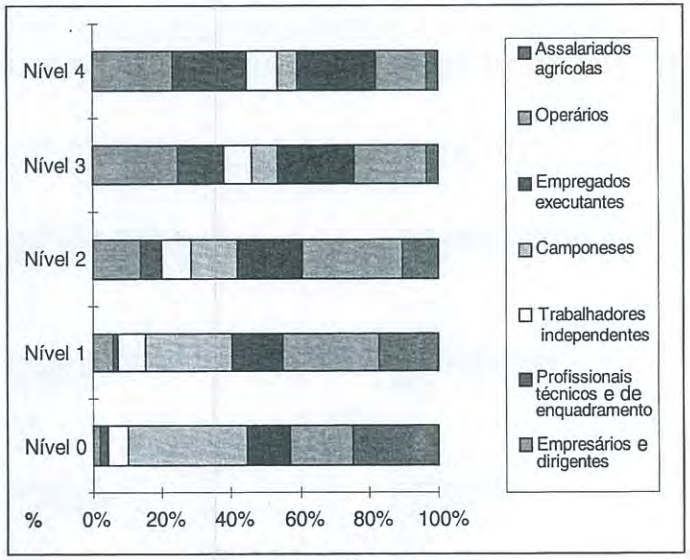
A importância da articulação entre estes três vectores de estruturação social pode ser confirmada aprofundando a análise e desdobrando-a em várias

[2] *Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Organisation de Coopération et de Développment Économiques, 1995.

[3] Ver, nomeadamente, Carlo M. Cipolla, *Literacy and Development in the West*, Harmondsworth, Penguin Books, 1969; Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, n.º 103-104, 1988; Jaime Reis, «O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação», in *O Atraso Económico Português* (1850-1930), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

direcções[4]. É o que se faz, num dos sentidos susceptíveis de serem explorados, com base nos Gráficos 5.2, 5.3 e 5.4.

Gráfico 5.2: Classe do grupo doméstico de origem por níveis de literacia

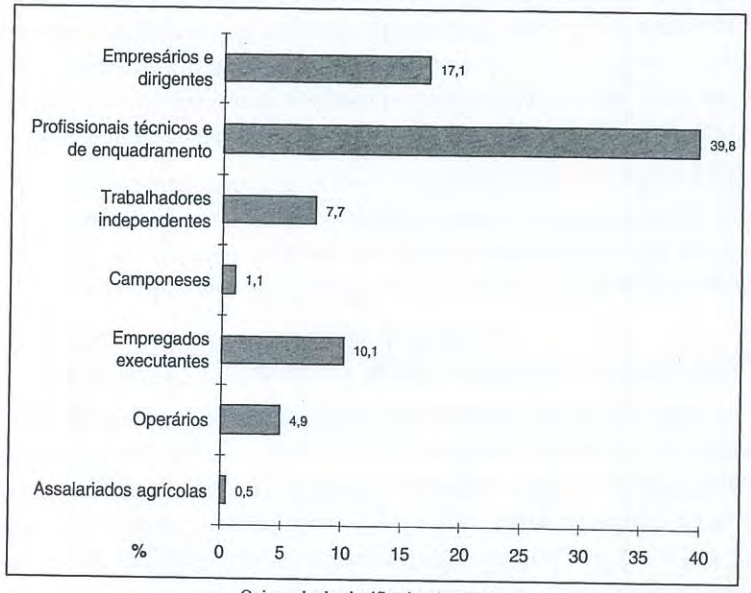


Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

A partir do primeiro (Gráfico 5.2) vê-se que o nível de literacia dos inquiridos depende fortemente da classe social da família de origem. No Nível 0 e no Nível 1 quase só se encontram indivíduos oriundos de meios sociais rurais ou proletários. No Nível 2 diminuem claramente os oriundos de meios rurais e ganham um pouco mais de expressão os descendentes de empregados administrativos, do comércio e dos serviços, bem como de empresários e dirigentes, muito provavelmente de organizações de muito pequena dimensão. No entanto, só nos Níveis 3 e 4 aparecem percentagens relativamente significativas destes últimos e, sobretudo, dos que provêm de famílias com profissionais de níveis de qualificação médio ou superior.

[4] Ver também José Madureira Pinto, «Escolarização, relação com o trabalho e práticas sociais», in Stephen R. Stoer (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa. Uma Abordagem Pluridisciplinar*, Porto, Edições Afrontamento, 1991.

Gráfico 5.3: Frequência do ensino pré-escolar por classe do grupo doméstico de origem

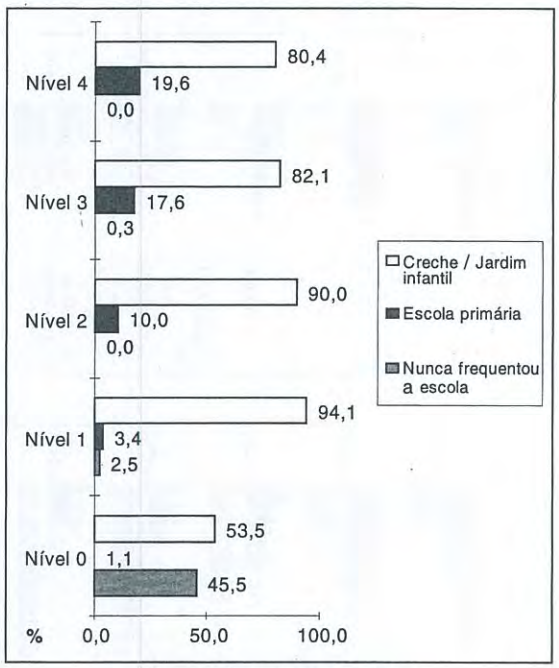


Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os diferentes tipos de inserções socioprofissionais dos pais, mais qualificados ou menos, e em geral associados a graus de escolaridade também bastante distintos, não deixam de corresponder, com grande probabilidade, a quadros de vida familiar desigualmente favoráveis à aquisição de competências de leitura, escrita e cálculo, repercutindo-se de maneira nítida nos níveis de literacia dos filhos.

Complementarmente, o Gráfico 5.3 mostra as desigualdades sociais que se verificaram no acesso ao ensino pré-escolar, podendo constatar-se logo a seguir, pelo Gráfico 5.4, que a respectiva frequentação está ligada a perfis de literacia bastante melhores. Num domínio em que um conjunto denso de determinações se cruza de maneira complexa, não será em todo o caso muito arriscado concluir que a generalização do ensino pré-escolar é condição favorável – embora, evidentemente, não esteja desligada de outras nem resolva tudo por si só – à melhoria da igualdade de oportunidades e à obtenção de padrões de literacia mais elevados na sociedade portuguesa.

Gráfico 5.4: Primeira escola frequentada por níveis de literacia



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

5.2. Níveis de literacia e práticas de leitura, escrita e cálculo

A distribuição de competências de literacia de uma população encontra-se fortemente relacionada com a utilização dessas competências, seja esta determinada por necessidades incontornáveis, por exemplo decorrentes de exigências profissionais, seja o resultado de opções quanto a práticas quotidianas ligadas aos momentos de lazer. O conceito de literacia remete precisamente para a capacidade de processar informação escrita na vida quotidiana, isto é, para a utilização das competências de leitura, escrita e cálculo para além do contexto escolar de aprendizagem, possibilitando assim a actualização permanente de um conjunto de capacidades, de forma a dar resposta às exigências, sempre novas, da sociedade.

Diversas pesquisas realizadas noutros países verificaram esta acentuada relação entre o uso continuado de determinadas capacidades em diferentes

momentos e contextos da vida quotidiana, e o nível de competências dos indivíduos, o que veio confirmar a importância das práticas de literacia enquanto um dos indicadores indirectos do nível de literacia.

No Estudo Nacional de Literacia, à semelhança de outros estudos neste domínio, a metodologia de avaliação directa desenvolvida foi conciliada com a recolha de um conjunto alargado de indicadores, nomeadamente relativos às práticas de leitura, escrita e cálculo dos inquiridos. Apresentaram-se em capítulos anteriores os principais resultados obtidos para cada uma dessas metodologias de avaliação da literacia. Pretende-se agora confrontar as duas abordagens, relacionando-as. Tendo como ponto de partida os níveis de literacia dos inquiridos (ponto de chegada da metodologia de avaliação directa) procura-se analisar de que modo estes se relacionam com as práticas de leitura, escrita e cálculo desenvolvidas na vida pessoal quotidiana e na vida profissional.

As práticas de literacia quotidianas podem ter por base um conjunto diversificado de suportes. Nomedamente no que concerne à leitura, há que distinguir as práticas de leitura nos seus suportes formais mais importantes e as práticas de leitura que decorrem do contacto com suportes menos formalizados e cuja utilização tem um carácter essencialmente utilitário e funcional. Tendo como objectivo identificar os principais traços da relação entre essas diferentes práticas e os níveis de literacia, a análise a realizar incidirá, num primeiro momento, sobre a leitura de livros, revistas e jornais e, num segundo momento, sobre outras práticas de leitura, escrita e cálculo quotidianas.

No Gráfico 5.5 representa-se a frequência de leitura de livros, revistas e jornais, em cada um dos cinco níveis de literacia.

O nível de literacia dos indivíduos encontra-se, como seria de esperar, fortemente associado ao conjunto de práticas consideradas. De um modo geral, é possível afirmar que quanto mais elevado o nível de literacia, maior tende a ser a frequência declarada quanto à leitura de livros, revistas e jornais.

No entanto, apesar de as variações dessas práticas de leitura serem bastante semelhantes para os três suportes considerados, ou seja, de se verificar um crescimento contínuo e regular desde o Nível 0 até ao Nível 4, é possível identificar padrões de resposta diferenciados quando se comparam os resultados relativos à leitura de livros, por um lado, e os relativos à leitura de revistas e jornais, por outro.

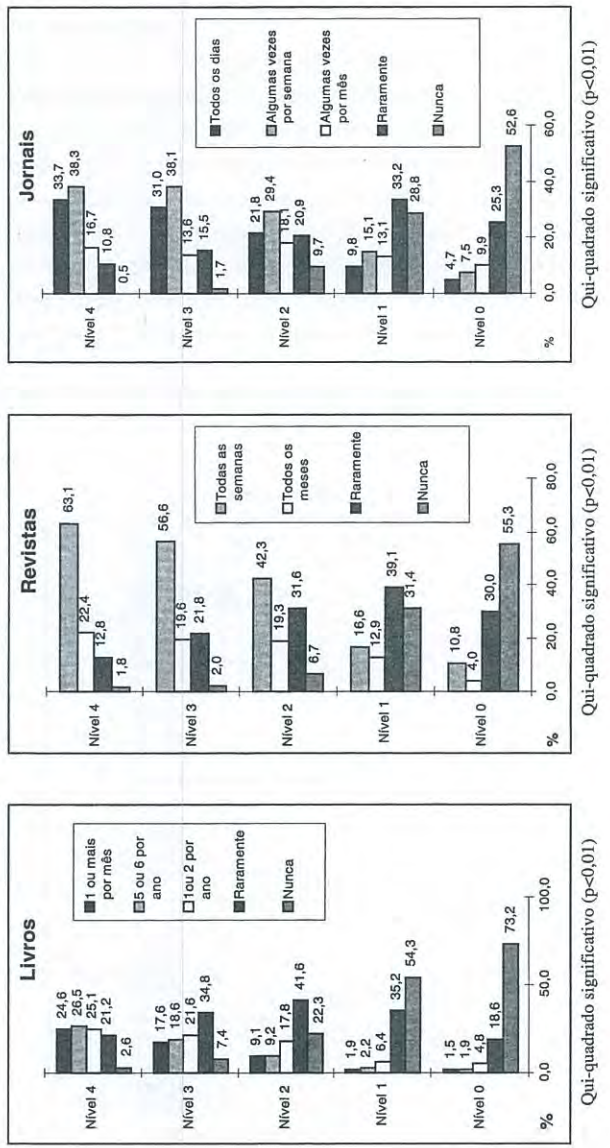


Gráfico 5.5: Leitura de livros, revistas e jornais por níveis de literacia

No que diz respeito à leitura de revistas e jornais, observa-se uma quebra acentuada na percentagem de leitores regulares a partir do Nível 1. Com efeito, se do Nível 4 até ao Nível 2, inclusive, as percentagens de respostas que correspondem a uma leitura frequente de revistas e jornais ("praticamente todos os dias", relativamente à leitura de jornais, e "todas as semanas", relativamente a leitura de revistas) diminuem de forma regular mas não muito acentuada, é quando se consideram as declarações dos inquiridos que se situam no Nível 1 que ocorre uma quebra acentuada na percentagem de leitores desses suportes: apenas 16,6% dos indivíduos desse Nível declaram ler revistas todas as semanas, por oposição a 42,3% dos que estão no Nível 2; e, quanto à leitura de jornais, são 9,8% os indivíduos do Nível 1 que afirmam que esse tipo de leitura é uma prática diária, enquanto que no Nível 2 essa mesma percentagem sobe para 21,8%.

Quanto à leitura de livros, pelo contrário, verifica-se uma quebra acentuada na percentagem de leitores logo na passagem do Nível 3 para o Nível 2: nos Níveis 4 e 3 a percentagem de indivíduos que declaram ler pelo menos um livro por mês ronda os 20% (24,6% no caso do Nível 4 e 17,6% no Nível 3), sendo que no Nível 2 esse mesmo valor situa-se abaixo dos 10%, atingindo-se valores residuais nos Níveis 1 e 0. Em suma, o nível de literacia encontra-se fortemente relacionado com a leitura do conjunto de suportes considerados, mas é quanto aos livros que essa relação se faz sentir de forma mais vincada, pois apenas os indivíduos que se situam nos níveis mais elevados declaram práticas significativas da respectiva leitura. No entanto, mesmo nesse caso, não deixam de se verificar taxas de não leitura bastante elevadas – cerca de 20% das pessoas do Nível 4 raramente lêem livros.

Recorde-se que as percentagens globais de leitura dos três suportes em análise são bastante reduzidas, sobretudo se tivermos em conta dados relativos às mesmas práticas noutros países. Por exemplo, o primeiro estudo internacional de literacia[5] permite realizar essa comparação relativamente à leitura de jornais: na Suécia, Estados Unidos da América e Polónia a percentagem de indivíduos que declara ler jornais diariamente é de 90%, 62% e 60%, respectivamente, sendo que no Estudo Nacional de Literacia o valor global obtido para essa mesma prática de leitura diária foi de apenas 19%.

[5] Albert Tuinman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.

Na vida quotidiana são várias as situações e contextos que fazem apelo à leitura de outros suportes. Por exemplo, ver televisão pode implicar muitas vezes a leitura de legendas, o dia-a-dia doméstico pode contemplar a necessidade de ler contas e recibos, receitas de cozinha, cartas e folhetos de publicidade. A presença dessas práticas de leitura na vida quotidiana, baseadas em suportes menos formais, encontra-se também fortemente relacionada com os níveis de literacia, como se pode observar pela leitura do Gráfico 5.6. De um modo geral, assiste-se a um crescimento do peso daqueles que se declaram leitores desses materiais em função do aumento do nível de literacia.

A leitura de cartas e de impressos ilustra a relação forte que se verifica entre práticas deste tipo (leitura de prosa e documentos) e os níveis de literacia. A variação é intensa e contínua de um extremo ao outro da escala. Dito de outro modo, a complexidade das operações e dos suportes considerados mostra-se muito directamente sensível às competências dos indivíduos.

Noutros casos, como a leitura de legendas de televisão e de receitas de cozinha, o padrão é um tanto diferente. Embora apresentem, em termos globais, percentagens muito desiguais (recorde-se que 85,1% dos inquiridos lê habitualmente legendas de TV – o que corresponde à mais elevada percentagem obtida tendo em conta o conjunto de suportes considerados – e 36,5% lê, com regularidade, receitas de cozinha), constituem exemplos de práticas de leitura com perfil específico quanto à forma como variam com o nível de literacia. Nestes casos a tendência global de crescimento sistemático de leitores ocorre apenas até ao Nível 2, nível a partir do qual se observa uma estagnação. As razões de formação desses patamares são várias, podendo-se agrupá-las em dois conjuntos de ordem diversa. Por um lado, entrará em jogo um factor de dificuldade de processamento de informação (suportes / operações); isto é, a tarefa não comporta, em geral, uma gama de dificuldades possíveis tão variada como nos casos precedentes, tendendo por isso a estabilizar nos níveis de literacia superiores. Por outro lado, estarão aqui envolvidos também processos de selectividade social dessas práticas. Por exemplo, no caso das legendas, há alguma diminuição do visionamento televisivo nos segmentos da população com estatuto social mais elevado. E, no caso das receitas de cozinha, verifica-se a combinação, de novo, das desigualdades de estatuto social com uma incidência muito desequilibradamente feminina destas práticas de leitura.

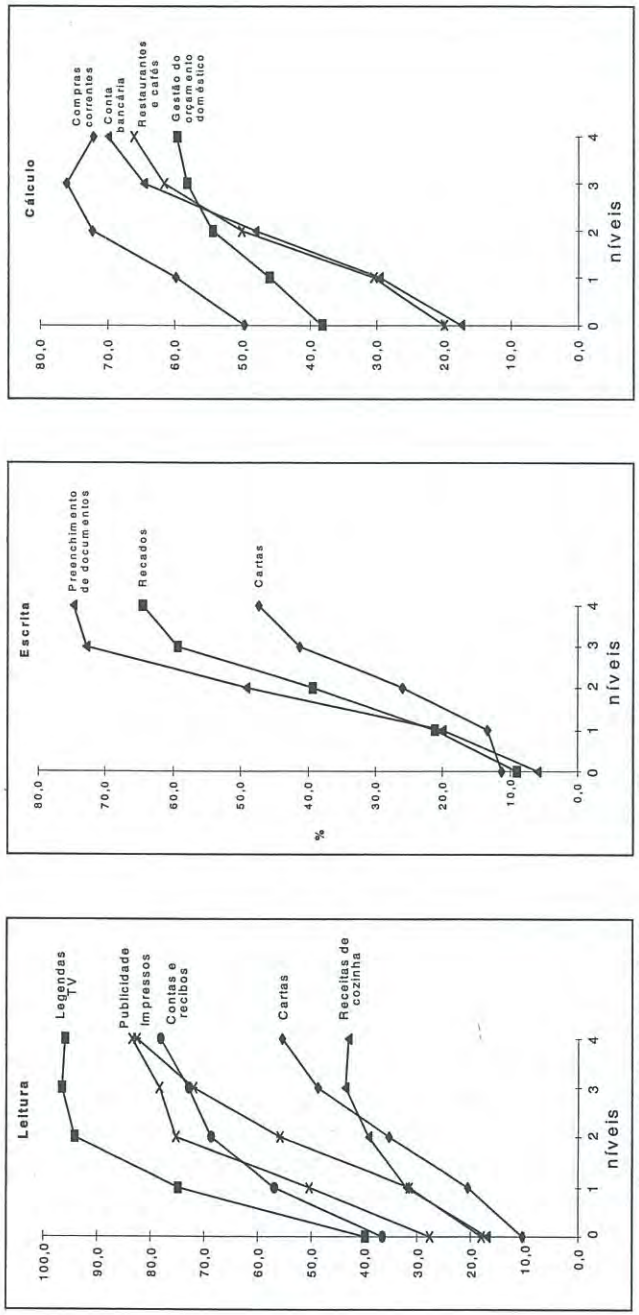


Gráfico 5.6: Práticas de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana por níveis de literacia

A leitura de publicidade e de contas e recibos apresenta um padrão intermédio entre os dois conjuntos anteriormente referidos.

As competências de literacia a que a vida quotidiana faz apelo não se circunscrevem à leitura, pondendo implicar também a escrita e o cálculo. As variações de um conjunto de práticas de escrita e cálculo com o nível de literacia estão igualmente representadas no Gráfico 5.6.

Em relação à escrita, há a destacar a baixa proporção de inquiridos nos Níveis 0 e 1 que declaram escrever recados, preencher documentos e, sobretudo, escrever cartas. Este cenário revela-se particularmente preocupante quando comparado com a distribuição das práticas de leitura, pois aí, apesar da menor expressão dos diferentes tipos de leitura nos segmentos com níveis de literacia mais reduzidos, em alguns casos aquela prática é declarada por quase 30% ou mesmo 40% dos indivíduos do Nível 0 e por entre 50% e 75% daqueles que estão no Nivel 1. Ora, no que se refere à escrita, a situação surge bastante distinta, não ultrapassando os valores obtidos cerca de 10% no caso do Nível 0, e 20% no Nível 1, o que traduz a fraca expressão desta prática no quotidiano de quase metade dos inquiridos.

A partir do Nível 2 e até ao Nível 4 verifica-se um crescimento sistemático dos que habitualmente praticam a escrita, salientando-se, simultaneamente, uma diferente proporção de leitores em função dos suportes considerados. É no preenchimento de documentos que consiste a tarefa de escrita mais frequente (74,8% e 72,9% nos Níveis 4 e 3, respectivamente) por oposição à escrita de cartas (47,4% no Nível 4 e 41,4% no Nível 3). Esta relevância assumida pelo preenchimento de documentos poderá ser indício da centralidade crescente das dimensões institucionais e formais na vida quotidiana, em detrimento das dimensões de cariz informal e pessoal, de que pode ser exemplo a escrita de cartas. Não obstante, a percentagem de pessoas que declaram preencher documentos situa-se sempre bastante abaixo da que se reporta àqueles que declaram ler impressos, o que vem reforçar, uma vez mais, a menor presença da escrita no quotidiano pessoal dos inquiridos.

Quanto ao cálculo, o perfil global das práticas, analisado em função do nível de literacia é, uma vez mais, semelhante ao anteriormente apresentado para a escrita e a leitura, no sentido em que se verifica uma acentuada relação entre as duas dimensões. De destacar, porém, que quase 50% dos indivíduos que estão no Nível 0 de literacia declaram efectuar cálculos nas compras correntes, e perto de 40% fazem-no na gestão do orçamento doméstico.

Esta situação contrasta fortemente com a enunciada relativamente à escrita, e aproxima-se do padrão identificado para a leitura, embora o supere de algum modo, pois o valor máximo obtido neste domínio é superior ao mais elevado encontrado na leitura.

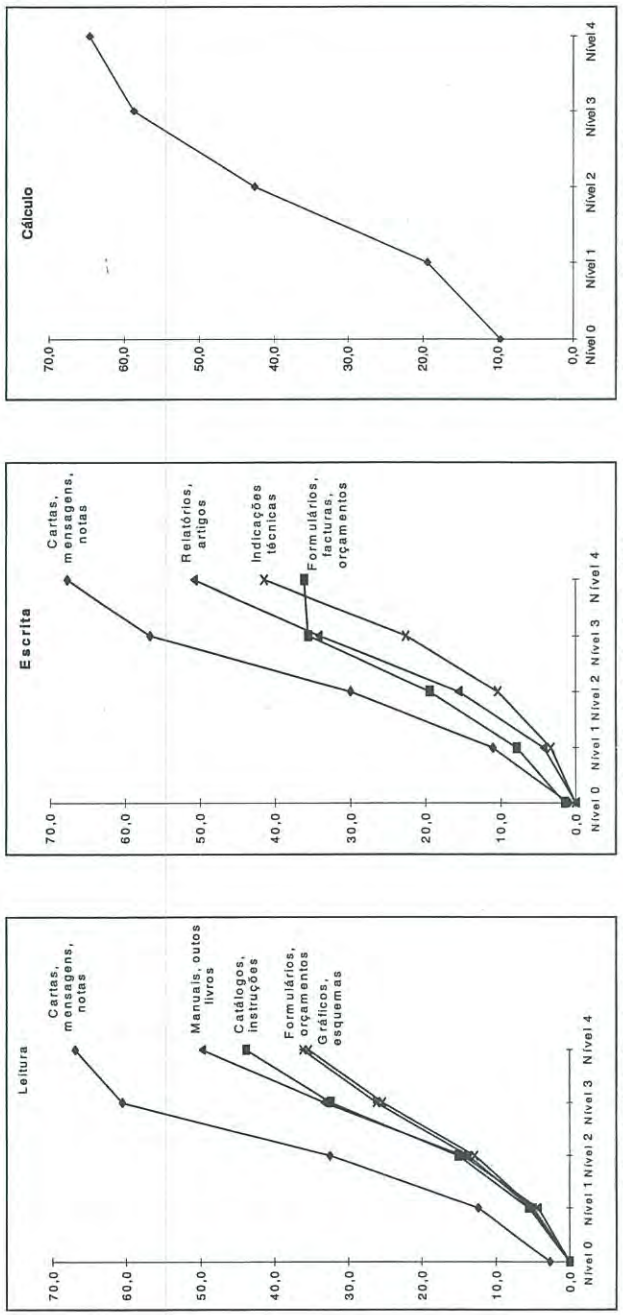
O contexto profissional é um dos domínios mais importantes quando se trata de analisar as competências de leitura, escrita e cálculo de uma população, situação esta que decorre de dois motivos distintos mas fortemente relacionados. Por um lado, porque diversos estudos têm vindo a mostrar a relação entre a capacidade de um país manter ou atingir determinados níveis de desenvolvimento e os níveis de literacia da sua população activa. Por outro lado, porque após a escola o contexto profissional é reconhecido como um dos domínios que podem promover a consolidação e actualização das capacidades de literacia dos indivíduos, desde que, claro está, faça apelo a essas mesmas competências.

No Gráfico 5.7 estão representadas as percentagens de indivíduos, por nível de literacia, que diariamente desempenham um conjunto de tarefas que implicam a leitura, escrita e cálculo, no contexto da actividade profissional.

Um primeiro elemento a sublinhar é que, quando o contexto de referência é a actividade profissional, verifica-se uma reduzida utilização genérica de materiais escritos, ainda mais baixa do que na vida quotidiana extraprofissional, independentemente do domínio de literacia considerado. Além disso, a tendência, atrás apresentada, para as práticas de leitura, escrita e cálculo serem mais frequentes à medida que aumenta o nível de literacia dos indivíduos mantém-se, mas é agora ainda mais acentuada. Essa tendência geral pode, no entanto, ser mais ou menos intensa em função das tarefas específicas que se considerem e dos domínios de literacia a que se reportem.

Cartas, mensagens e notas constituem os suportes em que com mais frequência se apoia a leitura no contexto da actividade profissional, independentemente do nível de literacia. As percentagens obtidas no que respeita a esse tipo de leitura são, no entanto, bastante baixas, variando entre 2,7% no Nível 0 e 67% no Nível 4. Tratando-se de materiais cujo grau de complexidade pode ser bastante diminuto, por um lado, e cuja utilização não remete especificamente para actividades profissionais qualificadas, por outro, poderia esperar-se que a taxa global de utilização em contexto profissional fosse bastante mais elevada e o efeito do nível de literacia se fizesse sentir de forma menos acentuada. Tal não se verifica, indiciando a quase ausência de práticas de leitura no quotidiano profissional da maior parte dos inquiridos.

Gráfico 5.7: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia (% de respostas a "praticamente todos os dias")



Qui-quadrado significativo (p<0,01)

Qui-quadrado significativo (p<0,01)

Qui-quadrado significativo (p<0,01)

Relativamente às restantes práticas de leitura em contexto profissional consideradas, os valores obtidos são bastante inferiores aos da leitura de cartas, mensagens e notas, mantendo-se a tendência de crescimento acentuado da proporção de leitores até ao Nível 4. É em relação à leitura de formulários e orçamentos, e gráficos e esquemas, que as taxas obtidas são mais reduzidas. Mesmo considerando apenas o Nível 4, os leitores diários desses materiais não ultrapassam os 36%. De salientar ainda que, quer se trate da leitura de manuais ou outros livros, de catálogos e instruções, de formulários e orçamentos, ou de gráficos e esquemas, o perfil das respostas até ao Nível 2 é bastante semelhante, oscilando as taxas de leitura nesse nível, para qualquer dos suportes considerados, entre os 13% e os 15%.

O perfil das práticas de escrita é bastante idêntico ao anteriormente descrito para a leitura. De novo é pouco expressiva a proporção de indivíduos nos níveis de literacia mais baixos que diariamente escrevem, no contexto da actividade profissional, qualquer que seja a forma assumida por essa escrita. Correlativamente, o aumento do nível de competências é acompanhado por um crescimento da frequência das práticas de escrira.

Quanto à escrita de formulários, facturas e orçamentos, a passagem do Nível 3 para o Nível 4 é acompanhada de uma quebra acentuada da tendência de crescimento que se verifica em todas as restantes situações consideradas: para os indivíduos que se situam no Nível 4, escrever formulários, facturas ou orçamentos constitui uma actividade quotidiana que abrange apenas 36,2% dos inquiridos (percentagem mais baixa de escrita para os indivíduos deste nível). Esta situação poderá eventualmente ser resultado de esta representar uma tarefa fortemente associada a determinadas profissões que não são dominantes entre os indivíduos desse nível, o que poderá justificar a sua aparente secundarização face a outras tarefas declaradas, nomeadamente a escrita de relatórios ou artigos.

Por fim, refira-se que as práticas de cálculo no decorrer da actividade profissional também variam de forma clara, e em sentido idêntico ao até agora identificado, com o nível de literacia. De salientar ainda que, à imagem do que acontece quanto às práticas de cálculo que se efectuam noutros domínios da vida quotidiana, também as que se realizam em contexto profissional tendem a distinguir-se das práticas de leitura e de escrita, devido à proporção um pouco maior de indivíduos dos níveis de literacia mais baixos que declaram que o cálculo faz parte do seu quotidiano profissional.

5.3. Níveis de literacia e auto-avaliações de competências

A população analisada distribui-se, como se viu, por vários níveis de literacia; isto é, dito de outra maneira, as pessoas entrevistadas possuem competências desiguais de processamento de informação escrita. Que relações se podem observar entre essas competências, tais como foram determinadas pelo procedimento de avaliação directa utilizado neste estudo, e a maneira como os inquiridos avaliam as suas próprias capacidades de leitura, escrita e cálculo?

O Gráfico 5.8 fornece um conjunto de indicações a este respeito que podem ser analisadas segundo duas perspectivas complementares.

Não há dúvida que, por um lado, a população tende a manifestar perfis de auto-avaliação correlativos, em traços gerais, dos diferentes níveis de literacia. Com efeito, a grande maioria dos inquiridos de Nível 0 declarou não saber ler, escrever e contar. Os valores obtidos atingem quase 70% para a leitura e a escrita, e situam-se um pouco acima dos 60% para o cálculo. Os indivíduos classificados no Nível 1 avaliam as suas capacidades principalmente como razoáveis (entre 45% e 50%, aproximadamente) ou fracas (mais ou menos entre 35% e 40%). Já os de Nível 2 localizam-se a si próprios sobretudo num par de posições que inclui também as capacidades razoáveis (à volta dos 50%) mas, desta vez, acompanhadas das declarações de capacidades boas (entre 36% e 40%).

A auto-avaliação modal dos entrevistados de Nível 3 é de capacidades boas (com valores que oscilam na zona dos 50%), distribuindo-se praticamente todos os restantes pelas duas modalidades adjacentes (em torno dos 30% para capacidades razoáveis e dos 20% para capacidades muito boas). As pessoas de Nível 4 auto-avaliam as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo ainda mais como boas (entre 52% e 57%) e, logo a seguir, como muito boas (entre 28% e 37%).

No conjunto, verifica-se que as auto-avaliações vão sendo cada vez mais positivas à medida que aumenta o nível de literacia determinado através de provas de avaliação directa. Em termos de distribuição percentual, as pessoas tendem a ter uma certa noção dos seus níveis de competências, avaliando-as em pontos diferenciados das hierarquias de capacidades de leitura, escrita e cálculo, em correlação bastante estreita com os níveis de literacia demonstrados.

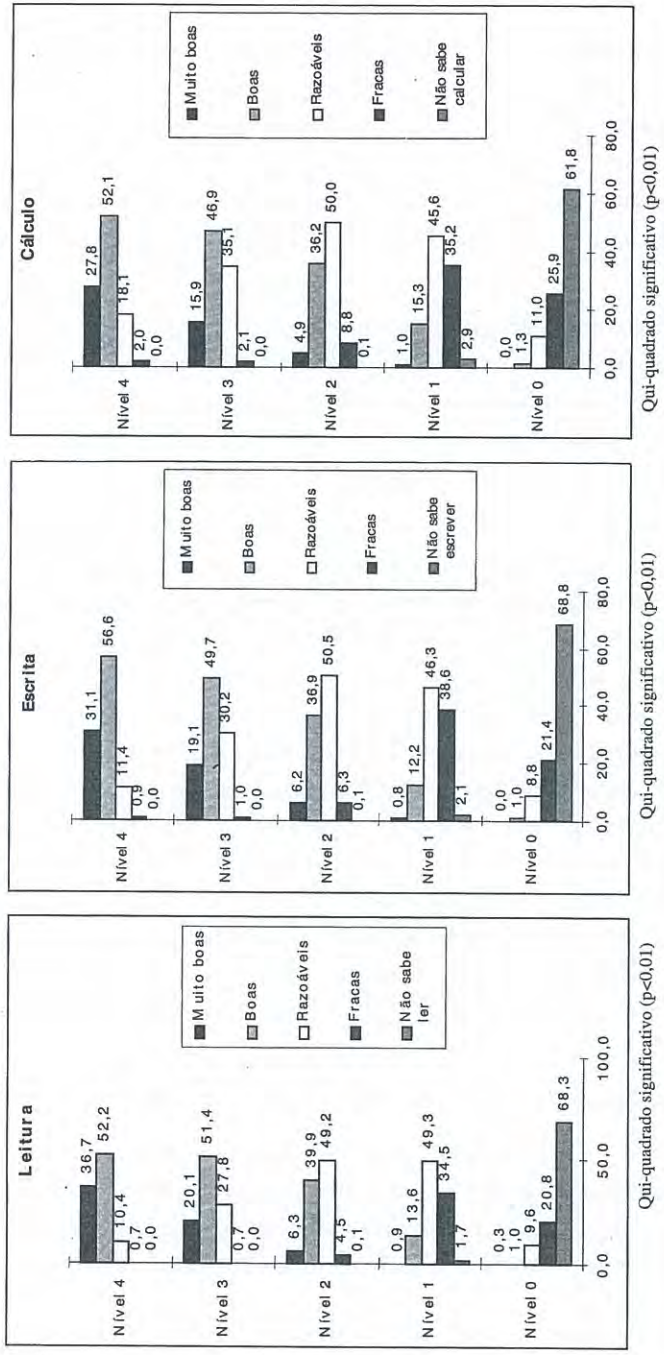


Gráfico 5.8: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia

Mas os resultados que o gráfico traduz podem também ser lidos noutra perspectiva, ou seja, do ponto de vista dos desfasamentos – nada insignificantes – entre níveis de literacia e auto-avaliação de competências. Basta olhar para os extremos da escala de literacia. No Nível 4 há, ainda assim, quem ache que as suas competências são apenas razoáveis na leitura e na escrita (10% ou um pouco mais) e, sobretudo, no cálculo (na casa dos 18%). E no Nível 0 há percentagens bastante importantes de pessoas que atribuem a si próprias não só capacidades fracas (cerca de 20% na leitura e na escrita e quase 26% no cálculo) como também razoáveis (rondando os 10%). Com os níveis intermédios passa-se algo de semelhante e pode dizer-se que, em termos das competências efectivamente demonstradas nas provas directas, parece um excesso de optimismo, ou uma satisfação desajustada de si mesmas, que tantas pessoas dos Níveis 1, 2 e 3 achem que as suas próprias capacidades nestes domínios são, respectivamente, razoáveis, boas ou muito boas.

As pessoas inquiridas revelam-se, assim, bastante realistas, no sentido em que das suas respostas resultam padrões globalmente diferenciados e hierarquizados de auto-avaliações de capacidades, significativamente correlacionados com as distribuições dos níveis de literacia. Mas, em simultâneo, esta noção não está presente em segmentos importantes da população e os padrões de referência parecem ser, em geral, demasiado baixos, nomeadamente face às exigências crescentes que as dinâmicas da vida social contemporânea tendem a colocar.

Noutro plano, e apenas a título de anotação intercalar, verifica-se que, apesar das semelhanças entre os padrões avaliativos nos três domínios, há entre eles variações interessantes. Assim, nos indivíduos de níveis de literacia mais baixos tendem a aparecer auto-avaliações de capacidades um pouco melhores no cálculo do que na leitura e na escrita. Pelo contrário, nos níveis de literacia mais elevados as auto-avaliações referentes ao cálculo apresentam valores um tanto inferiores aos da escrita e, sobretudo, aos da leitura.

Como se viu num capítulo anterior, as auto-avaliações tendem a apresentar uma configuração bastante diferente quando o que está em causa é um julgamento de maior ou menor adequação das capacidades de leitura, escrita e cálculo às actividades profissionais desenvolvidas. Neste caso, as auto-avaliações, em vez de se distribuírem, em traços gerais, segundo um padrão niti-

damente estratificado, como as anteriores, aparecem agora como largamente homogéneas. Em concreto, cerca de três quartos dos inquiridos declararam considerar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para o desempenho das suas actividades profissionais.

Como é que os diversos níveis de literacia, medidos directamente, se relacionam com este tipo de auto-avaliação?

Através do Gráfico 5.9 pode ver-se que esse efeito de homogeneização resulta em perfis de auto-avaliação semelhantes para quase todos os níveis, em particular para os três intermédios. Na verdade, os inquiridos de Nível 1, Nível 2 e Nível 3 atribuem-se, na sua esmagadora maioria, capacidades plenamente suficientes para os lugares profissionais que ocupam. As oscilações situam-se no intervalo dos 73% aos 83%, com valores um pouco mais elevados no Nível 2. Também as outras variações são relativamente pequenas e vão no sentido esperado. No Nível 3 as percentagens dos que declaram capacidades superiores ao necessário são um pouco mais elevadas do que nos outros dois níveis em causa, situando-se entre os 15% e os 17%. E, correlativamente, é no Nível 1 que, nesta faixa de níveis intermédios, aparecem taxas algo maiores dos que declaram que as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo apenas chegam com dificuldade para as exigências dos respectivos lugares profissionais (entre 17% e 18%).

O Nível 4 apresenta já um perfil algo diferente, embora a auto-avaliação predominante continue a ser a de capacidades plenamente suficientes para a profissão que se desenvolve. Mas aqui esse tipo de auto-avaliação baixa para cerca de dois terços das respostas, enquanto o outro terço dos inquiridos se atribui, fundamentalmente, capacidades superiores ao necessário para os empregos que tem.

Mais diferenciado é o perfil de auto-avaliação do Nível 0. Neste caso, a auto-avaliação modal é a de capacidades de leitura, escrita e cálculo insuficientes para o trabalho que se faz (entre os 44% e os 47%). Além disso, entre 19% e 25% acham que as capacidades que têm no domínio da literacia chegam mas com dificuldades. Mas há também cerca de um terço dos inquiridos deste nível que se julga com capacidades quanto baste para os lugares profissionais que ocupa.

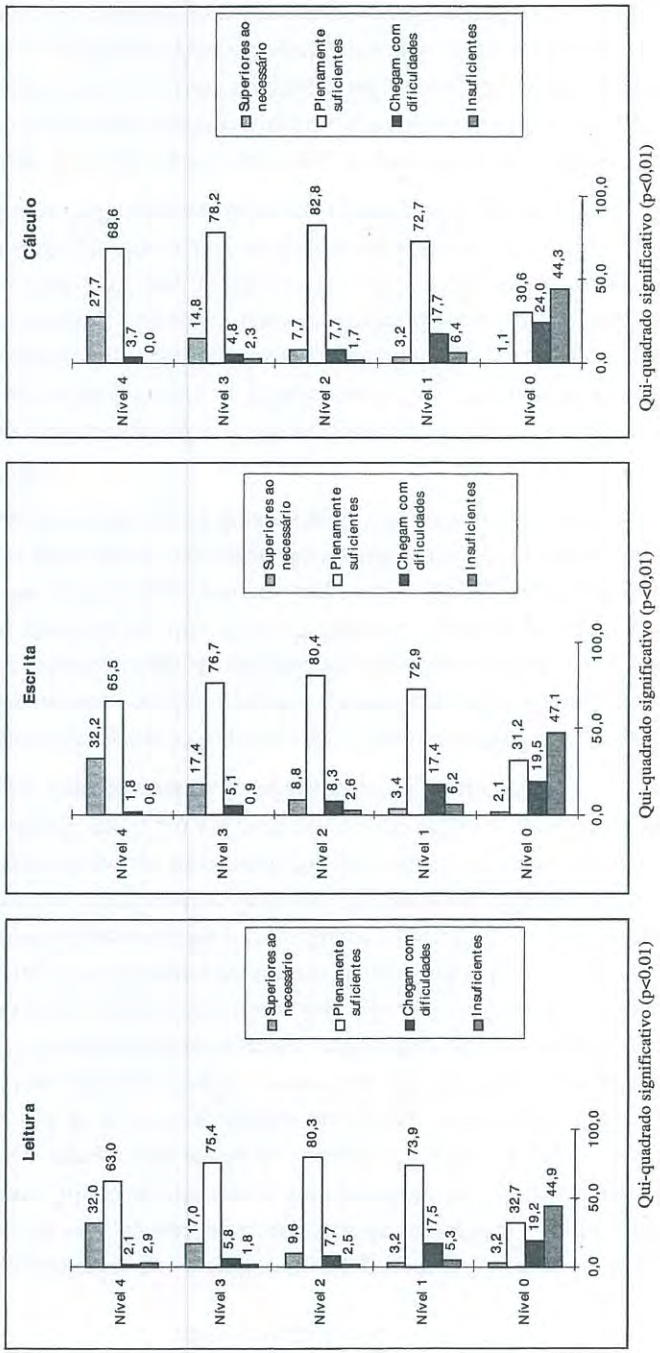


Gráfico 5.9: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia

Estes resultados apontam para várias linhas interpretativas.

Num plano mais imediato traduzem as fracas exigências de literacia que se verificam no sistema de emprego, estaticamente considerado. O tecido económico nacional assenta ainda, de forma largamente maioritária, em lugares profissionais de baixa qualificação. Nos vários níveis de literacia (excepto no Nível 0) uma grande quantidade de pessoas julga as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para os postos de trabalho que ocupa porque, desde logo, esses postos de trabalho são muito pouco qualificados, fazendo nomeadamente apelo reduzido ou nulo ao processamento de informação escrita.

Por outro lado, os diferentes níveis de literacia tendem a corresponder significativamente, como se viu atrás, a diferentes posições socioprofissionais. À gradação de qualificações que, apesar de tudo, é solicitada pelo tecido económico, tendem a responder indivíduos com níveis de literacia desiguais. Em cada patamar, o ajustamento entre lugares e competências traduz-se em padrões de auto-avaliação nos quais predominam os julgamentos de que as capacidades de leitura, escrita e cálculo possuídas são plenamente suficientes.

Mas, claro está, estas auto-avaliações traduzem também uma postura fundamentalmente estática perante as transformações globais da economia e perante as perspectivas individuais de progressão profissional. Mesmo que as exigências actuais em competências de literacia de muitos postos de trabalho sejam baixíssimas, o mais provável é que se tornem maiores a curto ou médio prazo. As mutações em curso nas tecnologias, nas organizações e nos mercados e, correlativamente, as pressões concorrenciais para a competitividade económica dos países, das empresas e dos indivíduos colocam no horizonte próximo, quando não mesmo já no presente, a necessidade premente de um crescimento contínuo das competências e das qualificações. Em qualquer nível de literacia, a avaliação de suficiência plena de capacidades para a actividade profissional desenvolvida pode muito bem significar, em grande número de casos, encará-las – às capacidades e às actividades – como imunes a novas exigências ou como insusceptíveis de enriquecimento.

Num certo sentido, estamos perante um "ajustamento" perverso entre uma baixa oferta de literacia por parte da escola e uma baixa procura de literacia por parte das empresas. O que se traduz, no plano das disposições subjectivas dos agentes sociais, na tendência para avaliarem estaticamente as competências de literacia possuídas como ajustadas às respectivas actividades

profissionais. E isto por parte de numerosos sectores da população de todos os níveis de literacia.

Claro está que a esta avaliação maioritária de capacidades bastantes para o emprego que se tem não deixarão de estar ligados, em alguma medida, factores de outra natureza, de ordem interactiva e psicossocial. Pondo a questão de forma elementar, as pessoas em geral não gostam de admitir, para si próprias e para os outros, que não têm todas as capacidades necessárias ao trabalho que fazem. Processos de protecção da auto-estima, representações sociais sedimentadas e estratégias relacionais defensivas entrelaçar-se-ão, pois, muito provavelmente, com os aspectos de ordem socio-estrutural acima referidos.

Em todo o caso, os resultados da auto-avaliação de literacia na esfera profissional arriscam-se a conduzir a conclusões apressadas ou unilaterais se não forem confrontados com os outros conjuntos de auto-avaliações, também já examinadas, relativas às competências gerais de literacia, globalmente consideradas, e com as indicações do Gráfico 5.10 acerca do desejo manifestado de melhorar este tipo de capacidades.

Como se pode observar, a população inquirida divide-se ao meio a este respeito. Metade gostaria de melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo e outra metade não. Quer isto dizer, desde logo, que a auto-satisfação acomodada com as competências possuídas não é, afinal, assim tão grande. Metade da população dos 15 aos 64 anos é muita gente. O reconhecimento de que as capacidades de leitura, escrita e cálculo não são satisfatórias, a noção de que são necessários e desejáveis maiores níveis de literacia, a predisposição de princípio para obter esse acréscimo de competências – são atributos presentes em escala relativamente ampla na sociedade portuguesa contemporânea. É claro que entre este tipo de declarações e o envolvimento efectivo em práticas de aprendizagem vai uma distância que pode ser muito grande. Mas não parece haver, à partida, por parte da população, rejeição generalizada da perspectiva de aquisição de competências para além das actualmente possuídas. Pelo contrário, o que tem sido largamente deficitário no país são as políticas e as acções de alfabetização de adultos, de educação permanente, de formação contínua[6].

[6] Ver, por exemplo, Augusto Santos Silva, *Educação de Adultos: Educação para o Desenvolvimento*, Rio Tinto, Edições Asa, 1990.

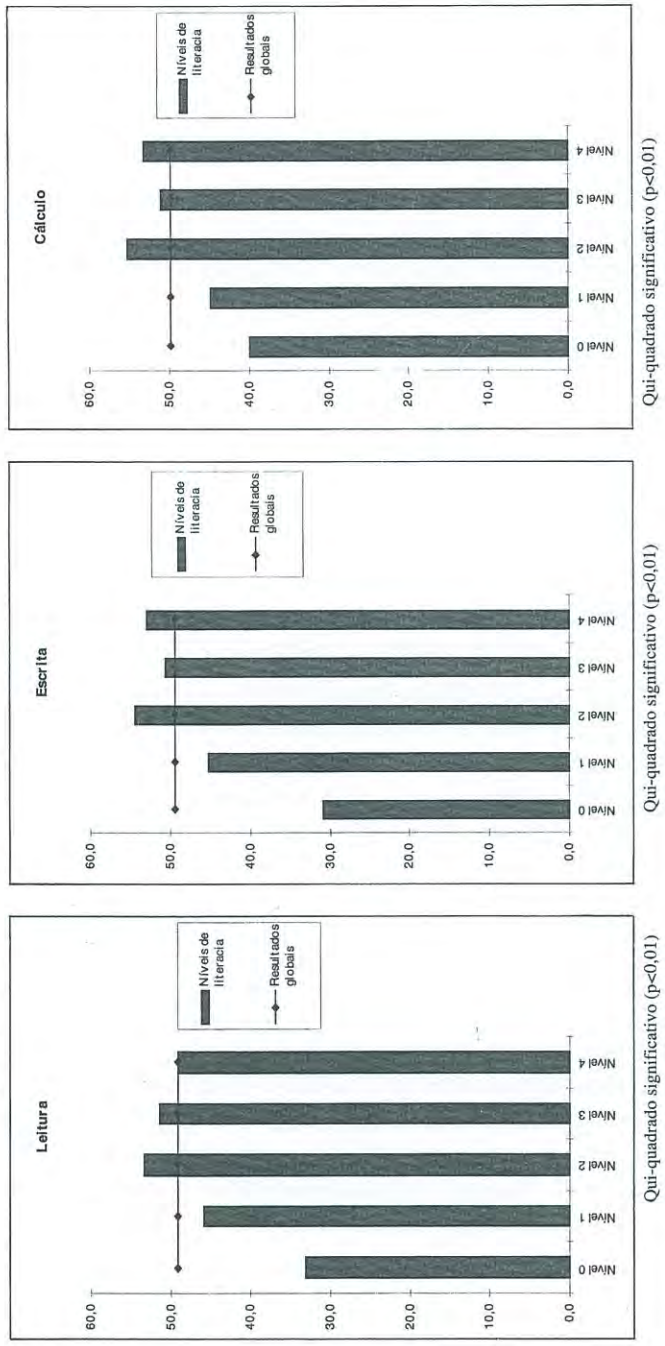


Gráfico 5.10: Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia

O Gráfico 5.10 mostra ainda que o desejo de melhorar as competências possuídas não se distribui uniformemente através dos diferentes níveis de literacia nem de maneira exactamente igual para os diversos domínios em causa: leitura, escrita e cálculo.

No Nível 0 praticamente dois terços dos inquiridos declararam não desejar melhorar as suas competências. Confirma-se, assim, que a ausência de competências de literacia contribui fortemente tanto para diminuir a própria capacidade de percepção do problema como para inculcar sentimentos de impotência a tal respeito. O desejo de melhorar as capacidades cresce a seguir rapidamente com os níveis de literacia, atingindo o pico no Nível 2. Em seguida diminui um pouco, nos Níveis 3 e 4, provavelmente porque muitos terão aqui propensão para achar que já nada mais têm de relevante a aprender no que diz respeito às capacidades básicas de ler, escrever e contar.

Note-se que as três dimensões de auto-avaliação – leitura, escrita e cálculo – apresentam padrões semelhantes mas não idênticos. No Nível 0, as aspirações a saber mais no domínio do cálculo são claramente superiores às manifestadas a respeito da leitura e da escrita. No outro extremo – no Nível 4 – é a leitura que se destaca como aquela que parece já não ser encarada por tantos como necessitando de aperfeiçoamento. Pelo contrário, quanto ao desejo de melhorar as capacidades de escrita e de cálculo, os inquiridos situados neste nível apresentam percentagens quase tão elevadas quanto os de Nível 2 e superiores aos de Nível 3.

A interpretação do significado das auto-avaliações de literacia recolhidas junto da população analisada não pode deixar de ter em conta os critérios culturais por ela implicitamente usados na produção desses julgamentos e os contextos de referência perante os quais ela se posiciona.

Nas avaliações genéricas sobre as suas próprias capacidades no domínio da literacia, os inquiridos parece terem-se comparado com um padrão de referência bastante universalizado acerca das possibilidades virtuais de leitura, escrita e cálculo tidas como, em princípio, hoje em dia socialmente disponíveis (através do ensino obrigatório) e desejáveis. Face a esse padrão cultural contemporâneo, os inquiridos posicionaram-se de maneira estratificada, atribuindo a si mesmos capacidades desiguais. E as posições relativas em que se colocaram correspondem razoavelmente, em termos globais, aos seus níveis de competências efectivas, tal como foram medidos através das provas directas.

No entanto, também se verificam alguns desfasamentos significativos entre capacidades auto-atribuídas e níveis de literacia, embora em segmentos minoritários da amostra. Mais importante do que isso, no conjunto o padrão genérico que parece ter sido tomado como referência implícita na auto-avaliação de literacia tende a ser manifestamente pouco exigente, como se vê logo, em primeira observação, comparando o perfil global das auto-avaliações com os resultados obtidos nas provas de demonstração directa dos níveis de literacia, e como, numa análise mais fina, a desagregação das auto-avaliações por níveis de literacia vem confirmar.

Quando o contexto de referência é a esfera profissional, as auto-avaliações assumem um perfil bastante diferente, apresentando larga preponderância a declaração de posse de capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para o trabalho que se faz. O julgamento parece recorrer, neste caso, a um critério implícito de ajustamento imediato em contexto de referência circunscrito ("este trabalho, aqui e agora"). O que remete, no plano estrutural, para o tipo de tecido económico que tem existido no país e para o sistema de emprego pouco qualificado que lhe tem correspondido; e, no plano cultural, para a eventual predominância de concepções estáticas perante o desempenho corrente do trabalho, as modalidades potenciais de trajectória profissional e o quadro global de intensa mutação dos mercados, das tecnologias, das organizações e das qualificações.

Esta última linha de considerações não pode fazer esquecer, em todo o caso, a presença, num largo conjunto dos portugueses adultos (cerca de metade dos inquiridos), da noção de que a melhoria das capacidades pessoais no domínio da literacia é algo de necessário e desejável. Aprofundar o assunto exigiria que se tivesse podido abordar mais detidamente, no quadro deste inquérito, as aspirações culturais e profissionais dos entrevistados ou ainda, mais globalmente, as suas estratégias de vida e as suas representações sociais sobre os horizontes de futuro da sociedade envolvente. Seja como for, a manifestação, nesta escala, do desejo de desenvolvimento pessoal das competências de literacia, e o perfil da sua distribuição pelos diversos segmentos da população, significa, duplamente, uma certa sensibilidade às fragilidades que se verificam no país neste domínio e um potencial considerável de procura de acções educativas adequadamente dirigidas à população adulta e de modalidades de formação que incluam a aquisição e o desenvolvimento deste tipo de competências.

A compreensão dos contornos da literacia da população portuguesa passa pelo desenvolvimento de uma ***análise relacional*** *em que, tomando como indicador central os níveis de literacia obtidos através da metodologia de avaliação directa, se identificam os principais traços da relação entre essa variável e um conjunto de outros indicadores, nomeadamente referentes a antecedentes escolares, práticas de leitura, escrita e cálculo, e auto-avaliação de competências nesses domínios.*

A análise realizada permite, num primeiro momento, concluir que os níveis de literacia dos indivíduos não são independentes das suas ***origens sociais.*** *A classe do grupo doméstico de origem e o grau de ensino dos pais ilustram com bastante evidência que as condições sociais herdadas condicionam o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e cálculo, tendo-se verificado que a grande maioria dos indivíduos com níveis de literacia reduzidos são originários de famílias pertencentes a meios rurais ou proletários e nas quais os recursos escolares eram muito escassos. Também no acesso ao ensino pré-escolar se manifestam essas desigualdades sociais, sendo que a respectiva frequentação está, igualmente, ligada a perfis de literacia bastante melhores.*

Um segundo vector de análise consiste em relacionar a distribuição de competências de literacia de uma população com a utilização quotidiana dessas competências, ou seja, com as ***práticas de leitura, escrita e cálculo.*** *Considerando a leitura de livros, revistas e jornais, observa-se que quanto mais elevado o nível de literacia, maiores são as taxas de leitura. Relativamente a outro tipo de práticas de leitura, de carácter mais informal, mas amplamente solicitadas na vida contemporânea, assiste-se igualmente a um crescimento regular da percentagem de leitores à medida que aumenta o nível de literacia. Quanto à escrita, mantém-se a tendência de forte relação com os níveis de literacia, mas, comparativamente com a leitura, trata-se de uma prática com expressão bastante mais reduzida no quotidiano dos indivíduos, estando praticamente ausente entre a quase totalidade daqueles com níveis de literacia mais reduzidos. As práticas de cálculo, quando relacionadas com os níveis de literacia, apresentam, em termos globais, uma distribuição aproximada à identificada para a leitura. Na actividade profissional verifica-se uma reduzida utilização genérica de materiais escritos, independentemente do domínio de literacia considerado, a par de uma mais acentuada variação dessas práticas com o nível de literacia. No quotidiano profissional dos indivíduos que se situam nos níveis de literacia mais baixos, as práticas de leitura, escrita e cálculo surgem mesmo sem qualquer expressão, indiciando uma ausência de solicitação dessas competências neste domínio.*

*As **auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo** constituem um último conjunto de indicadores que foram relacionados com as competências de literacia. Globalmente, verifica-se que as auto-avaliações vão sendo cada vez mais positivas à medida que aumenta o nível de literacia. As pessoas inquiridas revelam-se, assim, bastante realistas, no sentido em que das suas respostas resultam padrões diferenciados e hierarquizados de auto-avaliações de capacidades, significativamente correlacionados com as distribuições dos níveis de literacia. Mas, em simultâneo, esta noção não está presente em segmentos importantes da população e os padrões de referência parecem ser, em geral, demasiado baixos, nomeadamente face às exigências crescentes que as dinâmicas da vida social contemporânea tendem a colocar. Quando as auto-avaliações de competências têm por referência a actividade profissional, verifica-se uma homogeneização dos resultados, que se traduz numa avaliação largamente maioritária de que as capacidades possuídas no domínio da literacia são plenamente suficientes para o trabalho que se tem de realizar. No entanto, quando questionados sobre o desejo de melhorar as competências de literacia, cerca de metade dos inquiridos declaram que gostariam de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo. Esta predisposição para obter um acréscimo de competências não se distribui uniformemente através dos diferentes níveis de literacia. No Nível 0, o desejo de melhorar as competências de literacia é partilhado apenas por cerca de um terço dos indivíduos, crescendo esse valor de forma acentuada até ao Nível 2. Nos níveis de literacia mais elevados regista-se alguma diminuição. Neste caso, muitos terão propensão para achar que já nada mais de relevante têm a aprender, no que diz respeito às capacidades básicas de ler, escrever e contar, enquanto que entre os que têm reduzidas competências de literacia parece manifestar-se uma diminuição da capacidade de percepção do problema, acompanhada de sentimentos de impotência para lhe fazer frente.*

Parte C

ANÁLISES MONOGRÁFICAS

Capítulo 6

MINORIAS E LITERACIA: IMIGRANTES GUINEENSES EM PORTUGAL

(Por Fernando Luís Machado)

6.1. Introdução

Estudos nacionais levados a cabo em países como os E.U.A. e o Canadá têm encontrado níveis de iliteracia particularmente altos entre as minorias étnicas e raciais. Concluem esses estudos que o número de indivíduos que não têm as capacidades requeridas para serem membros de uma sociedade pós-industrial é consideravelmente maior nessas minorias do que no conjunto da população[1].

Estes resultados confirmam, neste domínio, o que se fica a saber a partir de pesquisas sobre outros aspectos da situação social de comunidades imigrantes e outras minorias. Seja na relação com o mercado de trabalho, nos resultados escolares das crianças, nas condições habitacionais ou na participação social e política tem-se comprovado amplamente que essas minorias são mais atingidas por processos de exclusão do que outras categorias e grupos sociais. Os níveis de iliteracia mais altos do que a média são, então, mais uma faceta do mesmo fenómeno, funcionando simultaneamente como condição e efeito desse desfavorecimento global.

É preciso dizer, contudo, que as coisas não se passam assim em todas as minorias. Minoria não é necessariamente sinónimo de exclusão social ou pobreza. Também há minorias com perfis sociais mais favorecidos do que a sociedade onde estão inseridas. Em termos de literacia, os estudos citados também deram conta de competências mais elevadas do que a média entre as minorias asiáticas, por exemplo.

Mas, de forma geral, e nomeadamente no que às minorias imigrantes diz respeito, pode-se afirmar que a condição imigrante em si própria, a que se junta, o mais das vezes, o desconhecimento da língua e da cultura das sociedades receptoras, se traduz, de forma especialmente visível, na dificuldade de

---

[1] Ver, por exemplo, Irwin Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults*, Princeton (N.J.), N.A.E.P., 1986.

os seus membros lidarem com as exigências que a inserção nessas sociedades coloca ao nível da leitura e da escrita.

Em Portugal o conhecimento sobre a situação social das comunidades imigrantes é ainda relativamente limitado, até por a imigração ser um fenómeno recente. Em todo o caso, os trabalhos disponíveis sobre o tema mostram que grande parte dos membros dessas comunidades partilha uma condição social desfavorecida[2]. O curto tempo de residência da maioria dos imigrantes não permite, no entanto, afirmar com segurança se a situação de desvantagem dos primeiros anos tenderá ou não a cristalizar-se e a reproduzir-se na actual geração e nas seguintes. Relativamente à problemática da literacia em particular os elementos disponíveis são praticamente inexistentes. Apenas um ou outro trabalho localizado sobre a integração de filhos de imigrantes nas escolas sugere, indirectamente, pistas de reflexão sobre as competências virtuais que essas crianças e jovens poderão ter à saída do sistema de ensino.

Esta monografia pretende dar um primeiro contributo para colmatar essa lacuna, partindo da análise da situação da literacia no caso particular da comunidade guineense, uma das que melhor representam o perfil actual dos imigrantes em Portugal. Interessa, a este nível, não tanto uma medição extensiva e sistemática de níveis de literacia, como foi feito a nível nacional, mas conhecer o lugar ocupado pela cultura letrada nesta categoria social específica e analisar factores e processos associados ao uso ou não-uso de competências de leitura, escrita e cálculo em situações da vida quotidiana. Para isso recorre-se a dados de um inquérito nacional aos guineenses realizado durante o ano de 1995[3] e a informação complementar recolhida através da observação e de entrevistas específicas sobre esta problemática.

Mas para compreender as questões relativas à literacia propriamente dita é preciso, primeiro, situá-las brevemente no quadro mais amplo dos contornos e situação das minorias étnicas em Portugal e conhecer, depois, as características sociais, culturais e linguísticas particulares da comunidade guineense.

[2] Para uma visão de conjunto ver Maria do Céu Esteves (org.), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991. Para o estudo mais aprofundado de uma comunidade em particular ver Ana de Saint-Maurice, *Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração – A População Cabo-verdiana Residente em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, 1994.

[3] O *Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)* é da responsabilidade do autor e insere-se numa pesquisa mais ampla intitulada «Etnicidade e Integração – Guineenses em Portugal».

6.2. Contornos e situação das minorias étnicas em Portugal

Se exceptuarmos o caso dos ciganos, com um longo passado em Portugal, e a presença africana entre os séculos XV e XVIII, cujo rasto o tempo diluiu, a presença de minorias étnicas e raciais na sociedade portuguesa actual decorre, basicamente, das migrações a partir das antigas colónias portuguesas em África.

A sua fixação começa ainda nos anos 60, quando um primeiro núcleo de cabo-verdianos se instala na região de Lisboa. No período imediatamente após Abril de 1974 e na sequência dos processos de descolonização, essa presença alarga-se e diversifica-se, com o estabelecimento de pequenas comunidades dos cinco países africanos de língua portuguesa, coincidindo com o regresso das centenas de milhar de portugueses que ali residiam.

Mas só a partir dos anos 80, e com particular intensidade na segunda metade da década, é que Portugal se configura plenamente como país de imigração. Apenas nesse período, que se prolonga até aos primeiros anos 90, a vinda de população africana se aproxima claramente da situação clássica de imigração de força de trabalho não qualificada, que se insere quase totalmente nos segmentos mais desfavorecidos do mercado de trabalho. Trata-se de população jovem, predominantemente masculina, constituída sobretudo por cabo-verdianos, angolanos e guineenses. Incluem-se também aí imigrantes procedentes de outros países africanos para além dos PALOP.

Hoje, o leque da diversidade étnica na sociedade portuguesa abrange, para além dos ciganos, grupos naturais de todos os PALOP, as comunidades indianas, maioritariamente oriundas de Moçambique e etnicamente diferenciadas entre si, e ainda pequenos núcleos de timorenses, macaenses e chineses.

Dado que as estatísticas oficiais neste domínio pecam largamente por defeito e se contradizem entre si, não é possível calcular com segurança a dimensão quantitativa dessa presença. Numa estimativa por cima pode dizer-se, contudo, que o conjunto dessas minorias não ultrapassará os 2-2,5% do total da população residente. Entre as comunidades africanas a mais numerosa é a cabo-verdiana, seguida a uma certa distância pelos angolanos e guineenses, estes últimos com um crescimento especialmente rápido a partir de 1985.

Em termos globais, a imigração em Portugal apresenta um valor percentual muito distante dos registados nos países que, no contexto europeu,

são grandes receptores de imigrantes, seja em termos simultaneamente absolutos e relativos, como a França, a Inglaterra ou a Alemanha, que apresentam taxas na ordem dos 5-6%, seja apenas em termos de percentagem da população, como a Suíça ou o Luxemburgo, muito acima desses valores.

Geograficamente as comunidades imigrantes estão muito concentradas nos concelhos mais populosos da região de Lisboa e Vale do Tejo, mas essa concentração já foi mais exclusiva. Actualmente regista-se alguma fixação de população africana na Área Metropolitana do Porto, no litoral centro em cidades como Aveiro e Coimbra, e em alguns concelhos do litoral algarvio. No interior do país a presença imigrante é residual.

Do ponto de vista da composição social e da identidade cultural há diferenças acentuadas entre as várias minorias, o que significa que cada uma delas se encontra em posição diferente quando comparada com o perfil médio da população portuguesa. Algumas têm uma condição social globalmente desfavorecida, outras não, algumas utilizam línguas próprias na comunicação quotidiana, outras expressam-se exclusivamente em português, enquanto do ponto de vista religioso se podem encontrar variadas filiações.

Para visualizarmos melhor a diversidade desses contornos podemos distribuir as várias minorias ao longo de dois eixos cruzados, um dos quais representa contrastes sociais e o outro contrastes culturais[4]. No primeiro eixo podem considerar-se como critérios a composição socioprofissional, os níveis de escolaridade, a estrutura etária e sexual ou a localização residencial; no segundo eixo retêm-se os critérios da filiação religiosa, da língua, dos padrões matrimoniais e dos modos de vida em geral. Num sistema de eixos assim definido, as várias minorias distribuem-se por um conjunto muito diversificado de posições.

A comunidade cabo-verdiana, por exemplo, distingue-se da população portuguesa mais pelos contrastes sociais, dadas as condições de desfavorecimento socioeconómico da maioria dos seus membros, do que pelos contrastes culturais, apesar da utilização de uma língua própria. Em posição simétrica encontram-se as comunidades indianas. No plano socioeconómico os contrastes médios com a população portuguesa não são significativos.

[4] Sobre esta questão ver Fernando Luís Machado, «Etnicidade em Portugal – contrastes e politização», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 12, 1992.

É certo que há sectores mais desfavorecidos, como os hindus, mas também há sectores em que os contrastes são para cima, como é o caso dos ismaelitas. Já no plano cultural, os contrastes são acentuados. As várias comunidades indianas distinguem-se da população portuguesa pela filiação religiosa, pela utilização, em parte, de línguas próprias, pela endogamia muito marcada e pelos modos de vida, nomeadamente uma sociabilidade intra-étnica muito forte.

A comunidade guineense, por seu lado, configura ainda um terceiro tipo de localização. No plano socioeconómico encontra-se muito perto da comunidade cabo-verdiana, mas em termos culturais o contraste é mais acentuado. Isso deve-se não só à utilização de uma língua própria, o que também acontece com os cabo-verdianos, mas também a diferenças de filiação religiosa e ao fechamento intra-étnico de alguns sectores dessa comunidade.

A ocupação de lugares diferenciados neste mapa sociocultural tem, como veremos, repercussões directas sobre a problemática da literacia. Basta pensar na importância, a esse nível, da composição socioprofissional e dos perfis de escolaridade. Mas, a merecer ainda mais atenção, estão os casos em que a comunicação quotidiana entre membros da mesma comunidade não se faz em português mas noutra língua. Algumas das situações mais problemáticas no que às competências de leitura e escrita diz respeito são justamente aquelas em que a especificidade linguística se combina com estatutos socioprofissionais e perfis de escolaridade baixos.

Para uma compreensão mais alargada do lugar ocupado pelas minorias étnicas e raciais na sociedade portuguesa e respectivas implicações em termos de literacia importa, no entanto, cruzar este olhar de fora, que dá conta da diversidade externa das minorias, com um olhar para dentro que capte a diversidade interna de cada uma delas. Duas dimensões dessa diversidade interna são decisivas: a diferenciação de classe, em termos de condições de existência e de trajectórias sociais, e a posse ou não de nacionalidade portuguesa.

A questão da diferenciação de classe no interior de cada minoria deve ser devidamente salientada, visto serem comuns as representações sociais que associam a ideia de minoria étnica ou racial a uma categoria totalmente homogénea do ponto de vista da composição social. Minoria é, nesses casos, sinónimo directo de categoria social cujos membros têm todos condições sociais desfavorecidas.

Se é verdade que a proletarização e a concentração nos segmentos mais precários do mercado de trabalho são traços marcantes da condição social da grande maioria dos cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses, também é certo que, mesmo nessas comunidades, existem segmentos de classe média, compostos por quadros e técnicos, e pequenas elites constituídas por empresários, quadros e profissionais liberais bem estabelecidos. Esses sectores médios e altos têm já expressão mais alargada nas comunidades angolana e moçambicana, enquanto nas comunidades indianas a situação predominante são pequenas actividades por conta própria, as quais, mesmo quando são relativamente frágeis, não deixam de representar um estatuto diferente do assalariamento precário dos trabalhadores por conta de outrem da construção civil. Mas nestas comunidades destaca-se, sobretudo, o segmento importante de empresários bem sucedidos, tanto no comércio como na indústria[5].

Quando pensamos na relação entre minorias e literacia não podemos, portanto, abstrair dessa diferenciação. Os membros de determinada minoria podem concentrar-se mais do que a média da população num nível baixo de literacia, mas as correlações entre condição profissional ou grau de escolaridade e competências de leitura e de escrita não deixam de se verificar, tal como se verificam na população em geral. Além disso, certas especificidades de composição de classe, como seja o elevado número de trabalhadores independentes nas minorias indianas, por exemplo, não deixarão de se traduzir em competências particulares no domínio do cálculo.

O critério da nacionalidade, por seu lado, também introduz diferenciação na estruturação social das minorias. Claro que, só por si, a nacionalidade portuguesa não garante a quem a detém um melhor estatuto social. Mas constitui um limiar para oportunidades de vida que o comum dos imigrantes não tem ao seu alcance. Prova disso é que, genericamente, o sector das minorias africanas de nacionalidade portuguesa tem localizações de classe mais vantajosas do que os restantes. Enquanto o lugar de classe modal dos imigrantes africanos é o operariado precário, para os que têm nacionalidade portuguesa são as classes médias.

Para estes últimos isso deve-se, sobretudo, a percursos biográficos distintos dos trajectos dos imigrantes propriamente ditos. A posse de nacionalidade

[5] Sobre as comunidades indianas ver Patrícia Ávila e Mariana Alves, «Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13, 1993.

portuguesa decorre de uma de duas condições, frequentemente acumuladas: existência de ascendentes com a nacionalidade portuguesa ou desempenho de funções profissionais nas antigas administrações coloniais. Em geral, essas pessoas vieram para Portugal logo a seguir à independência dos países de origem e puderam manter a posição social que as suas qualificações escolares e profissionais e o seu estatuto jurídico lhes garantiam antes. Em rigor, esses segmentos das comunidades oriundas dos PALOP são mais luso-africanos do que africanos imigrantes[6].

O espectro da diversidade étnica em Portugal traduz-se, assim, em diferentes distâncias e proximidades em relação à sociedade, à cultura e à língua portuguesa, com implicações óbvias nas competências de leitura, escrita e cálculo. Pode mesmo dizer-se que se configuram aí situações polares de literacia. Num pólo estão, por exemplo, os guineenses muçulmanos, fulas ou mandingas, alfabetizados apenas em árabe, que se expressam exclusivamente nas suas línguas próprias e trabalham precariamente na construção civil; ou ainda os hindus de baixo estatuto social, que se expressam em gujarati e dominam mal a língua portuguesa, uns e outros mais fechados nas respectivas comunidades.

No pólo oposto estão os jovens estudantes universitários descendentes de famílias de africanos com a nacionalidade portuguesa e de estatuto social médio ou elevado, plenamente integrados na sociedade e na cultura portuguesa. Outra situação neste pólo é a das famílias de empresários ismaelitas, inseridas na economia formal em ramos como o mobiliário ou a indústria alimentar, cujos descendentes, ao mesmo tempo que fazem cursos superiores, se vão integrando na gestão dos negócios familiares, mantendo um grau elevado de fechamento comunitário.

6.3. Contornos e situação social da comunidade guineense

Perfil migratório e composição social

Para compreendermos alguns dos factores e processos associados à situação da literacia na comunidade guineense, há que conhecer os contornos dessa comunidade em termos migratórios, étnicos, linguísticos, escolares e

[6] Para aprofundamento deste tema ver Fernando Luís Machado, «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 16.

socioprofissionais, considerando quer o estatuto actual dessa comunidade em Portugal, quer os trajectos individuais dos seus membros até e depois da chegada ao nosso país.

Entre as comunidades africanas fixadas em Portugal, a guineense é a terceira em números absolutos, a seguir aos cabo-verdianos e aos angolanos. Como se referiu atrás, é particularmente difícil conhecer a real dimensão quantitativa da população imigrante. Os dados oficiais do último Recenseamento Geral da População (1991) pecam largamente por defeito. Basta dizer que os valores apurados pelo Instituto Nacional de Estatística são significativamente mais baixos do que os do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, os quais, por razões óbvias, tendem eles próprios para a subestimação.

No caso da comunidade cabo-verdiana, por exemplo, o INE regista metade dos indivíduos que o SEF recenseia e os números dos Censos 91 são mesmo menores do que os do Recenseamento Geral da População de 1981.

Em face disto, resta fazer aproximações ao problema, aproveitando, apesar de tudo, o que os dados censitários podem dar e recorrendo adicionalmente a informação estatística sectorial. Estimativas feitas com base no número de crianças guineenses a frequentarem os estabelecimentos oficiais de ensino básico, número que se aproxima muito mais do respectivo universo de referência do que os dados dos Censos 91 se aproximam da população total, apontam para um valor na ordem das 13 000 pessoas[7].

Embora tenha uma pequena componente fixada há mais tempo, formada por pessoas chegadas na sequência do 25 de Abril e da independência da Guiné-Bissau, que se juntaram a algumas outras já residentes em Portugal antes mesmo dessa data, o grosso dos guineenses actualmente a viver no nosso país chegou durante a segunda metade dos anos 80 e princípios dos anos 90.

O inquérito feito durante 1995 à população guineense revela que 75% dos inquiridos chegaram a Portugal depois de 1984. Se considerarmos apenas o sector operário, que representa a larga maioria da comunidade, esse número ultrapassa os noventa por cento. Compreende-se assim que, durante este

[7] Os procedimentos detalhados seguidos no cálculo destas estimativas são apresentados em Fernando Luís Machado, "Guineenses em Portugal – etnicidade e integração", Relatório de Progresso apresentado à JNICT (projecto PCSH/SOC/748/93), 1995.

período, e de acordo com os números da imigração legalizada, seja a população guineense, entre todas as comunidades oriundas dos PALOP, aquela que apresenta a taxa de crescimento anual mais alta.

O curto tempo de residência é, por isso, uma variável importante para perceber a situação da comunidade. Em muitos casos, é ainda limitada e está em construção a familiaridade com a cultura e com a língua portuguesa, com as instituições e as lógicas sociais, com os espaços e os tempos do quotidiano, com o mercado de trabalho muito em particular. Em contrapartida, as competências de literacia no núcleo mais antigo, que é também o de perfil social mais favorecido e o que está mais integrado na sociedade portuguesa, não deixarão de reflectir essas diferenças de trajecto e condição social.

Tratando-se de uma comunidade imigrante muito recente, a sua estrutura sexual e etária é bastante desequilibrada, como acontece geralmente com migrações do mesmo tipo. O reagrupamento familiar, ao contrário do que acontece com outras comunidades africanas, é ainda limitado, não só pelo próprio tempo de residência, como pelos condicionamentos à imigração impostos pelas autoridades portuguesas nos últimos anos. Em cada cem pessoas setenta são homens.

É, por outro lado, uma população constituída basicamente por adultos jovens. Apenas 6% dos guineenses têm mais de 45 anos, ao passo que as crianças dos 0 aos 14 anos representam 14% da população total, número relativamente limitado se considerarmos que entre os portugueses, apesar do envelhecimento na base da pirâmide de idades, essa faixa representa vinte por cento.

Em termos de composição socioprofissional a categoria largamente maioritária é a dos trabalhadores da construção civil. Ela engloba 55% do total das pessoas com profissão e 70% dos activos masculinos. No sector feminino destacam-se as assalariadas dos serviços pessoais e domésticos, dos restaurantes e hotéis e algumas operárias de indústrias transformadoras, as quais somam, no seu conjunto, 16% do total da população activa e cerca de 61% das mulheres com profissão. É também de 16% o peso relativo dos profissionais liberais, quadros e técnicos intermédios no conjunto da população guineense. Os desempregados, a grande maioria dos quais são mulheres, atingem 4%, as domésticas representam 11% da população feminina e há 3,5% de reformados. Estes últimos números mostram bem um dos traços

característicos das comunidades imigrantes: taxas de actividade profissional muito elevadas, tanto para os homens como para as mulheres.

Quando analisamos a composição de classe da comunidade guineense damos conta do grande peso dos grupos domésticos operários. Eles são 65% do total, contra 18% de pequena burguesia técnica e de enquadramento, que reúne os quadros e técnicos intermédios, e cerca de 10% de pequena burguesia de execução, que aglomera os empregados do comércio e serviços. As fracções detentoras de propriedade têm um peso quantitativo muito reduzido: a pequena burguesia independente representa 4% da população e apenas um em cada cem guineenses é empresário.

Como acontece com as outras minorias dos PALOP, o contraste de composição social entre guineenses com e sem nacionalidade portuguesa é notório. O sector de classe média atrás referido é formado, sobretudo, por pessoas com a nacionalidade portuguesa, o que significa que as taxas de proletarização entre os imigrantes propriamente ditos, quer homens quer mulheres, é ainda mais alta do que os valores médios indicam. Se não contarmos com os guineenses de nacionalidade portuguesa, a proporção de grupos domésticos operários ultrapassa os oitenta por cento.

Em todo o caso, estamos também aqui perante uma significativa diferenciação de classe no interior da própria minoria, com tudo o que isso implica em diversidade de trajectos, recursos e valores. Não será demais relembrar que a análise das questões da literacia no contexto das minorias étnicas e raciais não pode ignorar essa diversidade. Ela reflecte-se, necessariamente, não só na variação dos níveis de literacia como nos processos e factores associados à relação quotidiana com a leitura, a escrita e o cálculo.

Tal como acontece com a população em geral, não é no sector dos profissionais liberais, dos quadros e dos técnicos que se colocam situações de literacia problemáticas. Essas situações surgem noutros contextos de classe, onde, pelo contrário, a sua gravidade pode, muitas vezes, ser maior do que entre os contextos homólogos da sociedade receptora. Basta pensar no factor linguístico e nos seus efeitos directos ao nível das competências de leitura e escrita. Entre as minorias que se expressam predominantemente em língua própria, e os guineenses são exemplo disso, é justamente nas classes mais baixas, como veremos, que a dificuldade em lidar com a língua portuguesa pode constituir um factor adicional de iliteracia.

Para perceber os contornos da comunidade guineense em Portugal não chega, porém, avaliar as condições sociais actuais dos seus membros. Sob pena de o retrato ficar incompleto, importa perceber, através das suas trajectórias sociais, o recrutamento migratório na origem e a posição desses imigrantes por referência à estrutura social guineense.

Genericamente pode dizer-se que a larga maioria deles é oriunda dos sectores mais modernos da sociedade guineense, ou seja, da região de Bissau, embora exista um subgrupo de perfil mais tradicional, proveniente das zonas rurais do interior. Para além da própria composição etária – os que imigram são os mais novos – essa extracção sociocultural particular torna-se mais evidente quando analisamos as origens geográficas, os trajectos internacionais de muitos antes da vinda para Portugal e, em especial, os níveis de escolaridade e as profissões ocupadas pelos imigrantes antes de virem para Portugal.

Mais de metade dos inquiridos nasceu em Bissau e mais de 80% viviam lá antes de virem para Portugal. É provável que, para alguns, a ida para Bissau constitua um elo intermédio dos percursos migratórios e que essa percentagem de residentes na capital seja constituída, em parte, por presenças de fresca data. No entanto, a percentagem de nascidos na capital é, só por si, significativa, até porque os pais e mães desses inquiridos têm locais de nascimento que se distribuem de forma mais dispersa e equilibrada por todo o país.

Por outro lado, é importante assinalar que, para uma parte destes imigrantes, a vinda para Portugal é antecedida por outras experiências migratórias. Dito de outra forma, há um circuito migratório mais amplo, de que a presença em Portugal é a fase porventura mais importante, mas não necessariamente a primeira nem a última. De facto, mais de vinte por cento dos imigrantes guineenses actualmente residentes em Portugal viveram, antes da vinda, noutros países, para além da Guiné-Bissau. Quase metade desse contingente viveu no vizinho Senegal. A passagem pelo Senegal é uma experiência comum a muitos guineenses, seja pela proximidade geográfica, seja pelas afinidades culturais e religiosas directas de algumas etnias de um e outro lado da fronteira, seja ainda por o Senegal ser um país mais desenvolvido do que a Guiné-Bissau, onde as oportunidades de vida serão hipoteticamente maiores.

Mas, para além da experiência senegalesa, um número considerável de outros guineenses fez percursos migratórios de mais longo alcance e para universos culturais bem mais contrastantes. Alguns viveram noutros países da União Europeia, nomeadamente em França e na Espanha; outros residiram,

de um modo geral para estudarem, em países da Europa do Leste e em Cuba; um terceiro grupo passou ainda por outros países africanos, sejam os de língua portuguesa, sejam países como a Argélia ou Marrocos.

Embora digam respeito apenas a uma parte dos imigrantes guineenses, estes trajectos internacionais não deixam de constituir indicadores de cosmopolitismo nos sistemas de disposições, diferenciando-os dos sectores mais tradicionais da sociedade guineense, onde há menos condições, deste e de outros tipos, para o surgimento e concretização de projectos migratórios.

Mas é em termos de composição socioprofissional e de níveis de escolaridade que se torna mais visível o perfil maioritário na imigração guineense. Num país que tem a grande maioria da sua população activa a trabalhar na agricultura, apenas se registam 5% de imigrantes que eram camponeses antes de virem para Portugal.

Pelo contrário, e no contexto da conhecida carência de recursos humanos qualificados nos países em vias de desenvolvimento, não deixa de surpreender que cerca de 34% dos actuais imigrantes fossem, na Guiné-Bissau, quadros e técnicos, com especial destaque para os professores. Adiante-se, desde já, que a maioria destes quadros e técnicos não conseguiu manter um estatuto social homólogo nem fazer valer as suas qualificações escolares no contexto de imigração. Antes sofreram processos de desqualificação social a que voltaremos, visto ser um dos dados mais relevantes deste estudo no que concerne à relação entre imigração e literacia.

Registe-se ainda um pouco mais de 20% de empregados administrativos, outros tantos operários – geralmente de pequenos ofícios, alguns da construção civil e motoristas – e cerca de 15% de vendedores e empregados de serviços pessoais e domésticos.

Se considerarmos globalmente os quadros, os técnicos e os empregados administrativos, temos um conjunto de lugares profissionais quase exclusivamente pertencente ao sector estatal da economia. Na medida em que depende do salário mensal como fonte de rendimento única, ou principal, este é justamente o sector da sociedade guineense que tem sofrido mais directamente os efeitos de uma situação duradoura de grave crise económica, que se traduziu, inclusive, em medidas de redução de efectivos na função pública.

Converge assim, numa mesma categoria social, um duplo condicionamento para a emigração. Por um lado, recursos pessoais e sistemas de disposições mais progressivos, factores que só por si podem contribuir para a decisão individual de emigrar; por outro lado, a degradação dos padrões de vida e do poder de compra dos salários, com a consequente frustração de aspirações, as quais eram perfeitamente justificadas, dado o próprio perfil socioprofissional das pessoas em questão no contexto da sociedade guineense.

Trajectos e perfis de escolaridade

Vejamos, então, para precisarmos este ponto, os níveis de escolaridade dos imigrantes guineenses e o seu significado no contexto do país de origem. Os dados do inquérito realizado dão conta de apenas 3,5% de analfabetos e outros tantos alfabetizados noutra língua, neste caso árabe; com o ensino primário e preparatório, respectivamente, 9% e 8% dos inquiridos; a larga maioria com o secundário unificado (29%) e o secundário complementar (24,3%); e um número considerável de indivíduos com ensino superior (17%) e médio (8%), embora parte deles não tenha completado esses graus de ensino.

O contraste com o panorama da escolarização na Guiné-Bissau é marcante. Um estudo sobre a situação da educação naquele país, realizado em 1985, dá conta de níveis de alfabetização muito baixos. Cerca de 90% da população com idade superior a 7 anos era analfabeta e apenas 9,8% da população total estava inserida no sistema educativo formal[8]. Acresce que apenas 50% das crianças frequentam o ensino elementar de base, sendo certo que a maioria esmagadora daqueles que entram no sistema de ensino não termina o ensino secundário[9].

Importa ter presente que uma parte dos imigrantes guineenses completou os seus trajectos escolares já fora do seu país. Cerca de um terço estudou na Guiné-Bissau e em Portugal e alguns outros estudaram ainda em países terceiros. Em todo o caso, a comparação directa entre perfis de escolaridade de imigrantes e da população do país de origem aplica-se maioritariamente e é bastante eloquente no que respeita à extracção social da maioria desses imigrantes.

---

[8] Ver o estudo *A Educação na República da Guiné-Bissau. Análise Sectorial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, da autoria de António Guterres, Eduardo Marçal Grilo, Luís Lamas e Roberto Carneiro.

[9] Para estes útlimos e outros elementos sobre a sociedade guineense, ver Carlos Lopes, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

Por outro lado, estamos perante um perfil escolar que é elevado mesmo comparado com os padrões do país de chegada. Claro que, nesta comparação, não podemos abstrair das condições de desenvolvimento e da eficácia respectiva dos sistemas de ensino na Guiné-Bissau e em Portugal. No caso da Guiné, apesar do esforço de alargamento do sistema de ensino no pós-independência, os resultados alcançados foram sempre condicionados pelas dificuldades continuadas da economia do país.

Certamente que as competências de leitura, escrita e cálculo adquiridas, por exemplo, em nove anos de escolaridade em Portugal são, em média, maiores do que as adquiridas em tempo equivalente na Guiné-Bissau, não só pelas deficiências várias do sistema de ensino naquele país, como pelo facto de a língua portuguesa, embora oficial, ter, como veremos, expressão reduzida no quotidiano das pessoas. Também se poderia pensar aqui nas diferenças entre trajectos escolares integralmente percorridos depois da independência e aqueles que se iniciaram antes dela. Para os poucos que no tempo colonial acederam à escola, a formação de base nos primeiros anos foi comparativamente mais sólida, a começar pelo próprio domínio da língua portuguesa.

Contudo, o necessário relativismo a introduzir na comparação tem os seus próprios limites. Desde logo, porque uma parte dos imigrantes guineenses completou os seus trajectos escolares já em Portugal. Além disso, mesmo no subconjunto dos guineenses a trabalhar na construção civil, encontramos 9% de indivíduos que frequentaram e/ou completaram o ensino superior e 5,6% o ensino médio, alguns já em Portugal, outros em países terceiros. Estes valores "anómalos" são muito superiores não só aos que se observam nesse sector de actividade, mesmo nos escalões profissionais de enquadramento, como relativamente aos níveis médios de escolaridade da população activa no seu conjunto. Eles só confirmam, afinal, a existência dos trajectos de desqualificação social referidos, trajectos que abordaremos adiante, dada a sua relevância para a compreensão da situação da literacia no contexto da imigração.

Para podermos perceber, de forma mais integrada, o perfil da imigração da Guiné-Bissau para Portugal, podemos dizer que ela provém, fundamentalmente, de dois sectores. Por um lado, e com expressão maioritária, os imigrantes provêm do que o sociólogo guineense Rui Ribeiro designa por "sociedade crioula", ou seja, aquele segmento da sociedade guineense que, através da colonização e dos efeitos culturais duradouros daí resultantes, viveu de

forma mais directa a articulação entre a sociedade e a cultura portuguesa, e as sociedades e culturas africanas autóctones.

Incluem-se aí os que vivem e trabalham na região de Bissau, dominam melhor a língua portuguesa, têm algum grau de miscigenação nas suas genealogias, estão inseridos em estruturas familiares mais europeizadas e que, do ponto de vista religioso, mais influenciados foram pela matriz católica do país colonizador[10]. Em face desta caracterização, pode-se dizer que o subconjunto dos guineenses fixados em Portugal com a nacionalidade portuguesa é oriundo, quase exclusivamente, dessa sociedade crioula. Mas, pelo seu perfil urbano, escolar e profissional, uma grande parte dos imigrantes propriamente ditos também é.

O segundo sector, de expressão minoritária, mas cuja importância não se deve perder de vista, é aquele que se pode considerar mais tradicional, mais distante dos contornos dessa sociedade crioula. Ele compreende indivíduos das etnias predominantemente muçulmanas, entre elas os Fulas e os Mandingas, parte dos quais não é alfabetizada em português, mas apenas em árabe, embora alguns acumulem, e que, mesmo quando não vêm directamente das zonas interiores da Guiné para Portugal, têm uma ligação mais ténue à cultura crioula de Bissau.

Aí se podem incluir também elementos de outras etnias, Manjacos ou Balantas, de religião animista, e com modos de vida igualmente mais distantes do padrão urbano e europeizado. Uns e outros partilham níveis de escolaridade mais baixos do que a média dos imigrantes guineenses e maior dificuldade em lidarem com a língua portuguesa, com as consequentes implicações ao nível das competências da leitura e da escrita, como veremos.

A consideração da diversidade étnica e das particularidades linguísticas da Guiné-Bissau e do modo como elas se manifestam na comunidade guineense em Portugal é, de resto, indispensável para a plena compreensão dos contornos sociais e culturais dessa comunidade.

6.4. Diversidade etno-linguística dos guineenses e literacia

Sendo um pequeno país cuja população não chega a atingir um milhão de habitantes, a Guiné-Bissau é extremamente diversificada na sua composição étnica e linguística.

---

[10] Sobre este tema ver Carlos Rui Ribeiro, *A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)*, Lisboa, ISCTE, 1986.

As etnias da Guiné são mais de vinte. Para além do sector minoritário que configura a "sociedade crioula" atrás referida, os principais grupos são os Balantas, uma etnia animista que representa 27% da população total e onde se salienta, no plano da actividade económica, o cultivo de arroz; os Fulas (23%) e os Mandingas (12%), etnias muçulmanas, predominantes nas zonas do interior norte e leste, junto à fronteira com o Senegal e a Guiné-Conakry e que, para além de agricultores, são criadores de gado, artesãos e comerciantes; os Manjacos (11%) e os Papéis (10%), povos do litoral, os primeiros animistas e também predominantemente agricultores, os segundos concentrados na região da capital e onde a influência do catolicismo é maior. É justamente nesta última etnia que as afinidades e sobreposições com a sociedade crioula são mais expressivas.

Numa outra perspectiva, pode dizer-se, com Jean Pierre Lepri, que a Guiné-Bissau comporta três grupos sociais, diferentes em função da respectiva origem: as "sociedades indígenas", as "sociedades arabógenas", produtos da influência árabe, e as "sociedades europógenas", resultantes da influência europeia, nomeadamente portuguesa[11].

A religião e a língua são dois eixos fundamentais desta diversidade. Globalmente, e de acordo com os dados censitários de 1979, os animistas representariam 60% da população, os muçulmanos 35% e os católicos apenas cinco por cento. É provável que este último número esteja subestimado. Não só a autodeclaração como católico, nos anos a seguir à independência, não seria feita inteiramente à vontade, como é certo que, na década de 80, a influência da Igreja Católica cresceu consideravelmente.

Todo o mosaico étnico da sociedade guineense encontra tradução específica no plano linguístico. Cada um dos grupos referidos tem a sua língua própria e, no caso da língua fula, há mesmo uma forma de escrita, que utiliza os caracteres árabes, com signos diacríticos para os adaptar à sua pronúncia específica. No caso das etnias muçulmanas, a identidade religiosa e, por essa via, a leitura e a escrita, têm o seu veículo privilegiado de reprodução nas escolas corânicas, espalhadas um pouco por todo o território, mas, como é

[11] Cf. Jean Pierre Lepri, «Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual», *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 1, 1986. Para desenvolvimentos sobre a diversidade étnica da Guiné-Bissau, ver Carlos Lopes, *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.

óbvio, com maior incidência nas zonas habitadas predominantemente por muçulmanos, zonas essas onde as taxas de cobertura e de frequência do sistema de ensino oficial são justamente mais baixas.

Para além das línguas étnicas, há o crioulo, única veículo linguístico com alguma expressão nacional apesar de boa parte da população guineense não o falar, e só depois o português, com fraca expressão, falado por uma pequena minoria. Dados censitários de 1979 mostram que 11% dos guineenses falam o português, 44% o crioulo e a restante população apenas as línguas étnicas: o balanta e o fula são falados respectivamente por 25% e 20% dos guineenses, o mandinga por 10% e o manjaco por 8%. Os dados sobre os falantes do português podem, ainda assim, estar sobreavaliados, pois, de acordo com Carlos Lopes, "socialmente declarar-se falante de português significa posicionar-se com um maior índice de escolarização"[12].

A situação linguística geral, e a evolução do português em particular, nos países de origem dos imigrantes africanos, é uma variável de enquadramento importante, visto ter influência directa nos processos de inserção desses imigrantes na sociedade portuguesa, e, muito especialmente, ao nível da literacia. Para lá do facto de ser língua oficial, o peso efectivo da língua portuguesa é muito diferente nos cinco PALOP e as suas modalidades de evolução também. Um dos estudiosos deste problema, Manuel Ferreira, fala, por exemplo, de processos de guineização, cabo-verdianização, angolanização, moçambicanização e são-tomensização da língua portuguesa[13].

De todos os cinco PALOP, a Guiné-Bissau é aquele onde a posição da língua portuguesa é mais frágil. Para além das já referidas línguas étnicas, ainda fortemente implantadas nas zonas de maior concentração das etnias que as falam, o português sofre, sobretudo, a concorrência do crioulo, o verdadeiro veículo de uma virtual unificação linguística no país.

A expansão do crioulo começa com a guerra de libertação, já que era o suporte linguístico por excelência e o portador da mensagem política do próprio PAIGC. Depois da independência, e paralelamente a uma opção

[12] Carlos Lopes, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

[13] Manuel, *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?*, Lisboa, Edições a Preto e Branco, 1988.

estratégica pela língua portuguesa como idioma oficial, as autoridades guineenses, através da sua política cultural, reabilitam e promovem o crioulo, oficialmente marginalizado ou desvalorizado na época colonial. Hoje o crioulo continua em expansão. Ele vai conquistando terreno às línguas étnicas, através das camadas etárias mais jovens, dos aparelhos da administração pública e das relações comerciais dentro do espaço nacional guineense[14].

O estatuto oficial da língua portuguesa, embora importante nas relações políticas, económicas e culturais com o exterior e, internamente, em alguns espaços institucionais como a escola, opção longe, aliás, de ser pacífica, não encontra tradução na vida quotidiana e não é em português que a grande maioria dos guineenses aprende a falar[15].

Uma variável nova, cujos efeitos ao nível da língua ainda é cedo para avaliar, é a televisão. Falada em português, o seu surgimento há alguns anos na Guiné-Bissau, na sequência do que aconteceu nos outros PALOP, terá certamente consequências no plano da difusão linguística, que importa não perder de vista. A emigração para Portugal não deixará ela própria de ter também influência na posição do português na Guiné-Bissau, quer através da experiência directa dos emigrantes e das idas e vindas periódicas de uma parte deles, quer depois de futuros regressos ao país de origem.

Note-se, por outro lado, que, como refere Carlos Lopes, há uma relação preferencial com o português e a cultura portuguesa por parte das "camadas no poder": o português, "se não é falado por todos, é admirado como língua de referência da cultura, que para a esmagadora maioria da pequena burguesia guineense é a portuguesa. Lisboa é ainda a 'metrópole', onde jogam os clubes de que se gosta, as modas que se seguem ou os filmes que se quer ver"[16].

Com o processo de emigração, o mosaico etno-linguístico que compõe a estrutura social da Guiné-Bissau não foi obviamente transposto, tal e qual, para a comunidade guineense fixada em Portugal. Já vimos que a maioria dos

[14] Para um estudo exaustivo sobre o crioulo ver Benjamim Pinto, *O Crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e Sabedoria*. Lisboa e Bissau, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau), 1989.

[15] Para análises sobre a realidade e processos de transformação linguística da Guiné-Bissau ver Mário Santos, «Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística», *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 4, 1987 e Ibrahim Djaló, «Contribuição para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional», *Soronha, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 3, 1987.

[16] Carlos Lopes, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, *op. cit.*

imigrantes guineenses provém dos segmentos sociais mais modernos, urbanos e escolarizados do país, embora seja também significativo o número dos que provêm dos sectores mais tradicionais.

Isso mesmo se comprova quando analisamos o peso dos vários grupos étnicos entre a população imigrante. Os Papéis, da região de Bissau, são o grupo numericamente mais importante (17%), seguidos dos Manjacos (15%) e dos Fulas (14%). Os Balantas, que, como vimos, são a etnia com maior peso quantitativo na Guiné, representam somente seis por cento dos imigrantes.

Independentemente da importância que têm para compreendermos os contornos e a diferenciação interna da comunidade guineense em Portugal, é preciso sublinhar aqui que estas pertenças étnicas não podem, como qualquer outra dimensão da identidade social dos grupos, ser tomadas como estáticas e definitivas.

Vale a pena explicitar que os números apresentados resultam de um indicador em que se pede ao inquirido, sob a forma de pergunta aberta, que diga a etnia a que pertence. Ficou claro que essa referência não tem para todos o mesmo significado. Ele varia em função da condição social, passada e actual, e dos trajectos mais ou menos singulares de cada indivíduo. Assim se compreende que 7% dos entrevistados tenha respondido não ser "de nenhuma etnia", que outros tantos tenham dito serem misturados com cabo-verdianos e que 14% deles se tenham auto-identificado como "mistos" ou de dupla referência, dadas as diferentes pertenças étnicas do pai e da mãe. O grupo mais numeroso é, com efeito, o daqueles que não se atribuíram nenhuma pertença étnica "pura", o que é coerente com o que foi dito quanto ao recrutamento e ao perfil social dos imigrantes guineenses.

Em face do perfil social e étnico traçado, vejamos então como se coloca a questão linguística, que é a que mais directamente interessa para enquadrar o problema da literacia no contexto deste grupo específico.

Como se referiu, perto de metade dos imigrantes guineenses nasceu em Bissau e mais de 80% viviam aí antes da vinda. Bissau é justamente a região da Guiné onde o uso do crioulo atinge expressão máxima, sendo falado por quase noventa por cento dos habitantes[17]. Não admira, portanto, a predo-

[17] Cf. Mário Santos, *op. cit.*

minância do crioulo como veículo de expressão doméstica dos imigrantes guineenses em Portugal (Quadro 6.1).

O seu uso em casa é corrente para mais de 70% dos inquiridos, embora só 14% o declarem exclusivo. Na maioria dos casos o crioulo é utilizado paralelamente ao português, em combinatórias variadas, mas com prevalência do primeiro. Por seu lado, as situações de exclusividade do português como língua doméstica são minoritárias, ocorrendo em menos de 10% dos casos. Note-se que estas situações acontecem, quase exclusivamente, entre os guineenses de nacionalidade portuguesa, com estatuto social mais alto e com maior tempo de residência. Realce ainda para os 14% de inquiridos que afirmam falar outras línguas, principalmente o fula, e só pontualmente recorrem ao crioulo.

Quadro 6.1: Língua falada em casa pelos imigrantes guineenses (%)

Tanto português como crioulo	28,5
Mais crioulo, mas também português	21,0
Só crioulo	14,0
Línguas étnicas e pontualmente crioulo	14,0
Mais português, mas também crioulo	13,3
Só português	9,3

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

A sua própria selecção social e cultural faz que o número de falantes de português entre os imigrantes guineenses seja muitíssimo maior do que entre a população de origem. Para isso contribui, igualmente, o incremento do domínio da língua portuguesa suscitado pela presença em Portugal, particularmente ao nível das gerações mais novas. Justifica-se, assim, que na maioria das vezes o uso do português como língua doméstica acabe por ter alguma expressão.

Em todo o caso, é preciso ter presentes os quadros habitacionais destes imigrantes para perceber melhor a sua situação linguística. A maioria vive em quartos, partes de casa, anexos, e até em camaratas contíguas aos estaleiros das grandes obras de construção civil, em contextos, portanto, onde há quase sempre não falantes de crioulo, sejam eles senhorios, outros inquilinos ou colegas de trabalho. É com esses que se fala o português ou então com os conhecidos e amigos não-guineenses.

Se a pergunta fosse "Que língua fala quando está com outros guineenses?" as respostas "só crioulo" seriam certamente esmagadoras. O crioulo é o veículo de comunicação por excelência no espaço intragrupo, seja na família, nas redes de amizade ou nos contactos mais disseminados dentro da comunidade. Embora o domínio do português aumente com os níveis de escolaridade, isso não significa que o uso do crioulo diminua. Entre os guineenses com elevado capital escolar e sem dificuldades na utilização fluente da língua portuguesa, como é o caso dos que fizeram cursos universitários em Portugal, fala-se correntemente crioulo e muito menos português.

Mesmo nos contextos profissionais, onde a interacção extragrupo é, por maioria de razão, mais forte e a utilização do português se impõe, o uso do crioulo está longe de ser raro. A forte presença de imigrantes africanos na construção civil coloca, muitas vezes, guineenses ao lado de guineenses, cabo-verdianos ao lado de cabo-verdianos, ou ainda uns e outros misturados. Nessas situações o uso do crioulo é corrente, mesmo entre guineenses e cabo-verdianos, os quais, na maioria das vezes, e apesar das diferenças dos crioulos respectivos, comunicam entre si dispensando o português.

Na construção civil formam-se, assim, pequenos "enclaves linguísticos", os quais são favorecidos pelas próprias formas de organização do trabalho. Note-se que para muitos trabalhadores imigrantes, ainda mais quando têm dificuldade em falar e entender o português, a comunicação directa com os encarregados e chefes de equipa portugueses é pouco frequente, sendo essa ligação mediada por terceiros.

Portanto, mesmo estando em Portugal, a socialização linguística dos imigrantes guineenses, e o mesmo acontecerá com os cabo-verdianos, decorre em dois registos e não num só. Embora o ambiente linguístico mais amplo seja o do português, onde, para além do que se passa no meio profissional, não se pode esquecer a influência dos meios de comunicação, o crioulo tem os seus próprios circuitos de reprodução. O exemplo talvez mais eloquente disso é o dos indivíduos oriundos das zonas mais tradicionais da Guiné, que, expressando-se à chegada exclusivamente em fula, mandinga ou manjaco, vêm a aprender a falar o crioulo em Portugal, como o aprenderiam se tivessem ido viver para Bissau.

O peso do crioulo não significa, no entanto, que não se valorize o português, até como meio de integração. Veremos isso adiante, a propósito da comunicação entre adultos e crianças e da relação destas com a escola.

De qualquer modo, as especificidades linguísticas que caracterizam os guineenses, como, aliás, acontece, em moldes muito semelhantes, com os cabo-verdianos, são uma variável mediadora indispensável para situar a questão da literacia no contexto da população imigrante.

A auto-avaliação que os imigrantes guineenses fazem do seu domínio da língua portuguesa revela isso mesmo.

O Quadro 6.2 compara as dificuldades em compreender, falar e escrever português de três categorias de referência construídas a partir do inquérito aos guineenses: o conjunto dos inquiridos, o grupo dos que trabalham na construção civil e o grupo dos guineenses muçulmanos. À construção dessas categorias presidiu o critério da diferenciação interna da comunidade. Visa comparar-se o que se pode considerar um perfil sociocultural médio dos imigrantes guineenses – a comunidade no seu conjunto – com dois subconjuntos particulares. Um desses subconjuntos representa a condição de classe que, como vimos atrás, é largamente maioritária; o outro destaca um perfil cultural específico, não esquecendo, contudo, que a esmagadora maioria dos guineenses muçulmanos são também trabalhadores da construção civil.

Quadro 6.2: Auto-avaliação do domínio do português pelos imigrantes guineenses (%)

	Conjunto dos imigrantes guineenses	Guineenses operários da construção civil	Guineenses muçulmanos
Dificuldade em compreender o português	9,5	14,2	27,1
Dificuldade em falar português	16,3	21,3	35,3
Dificuldade em escrever português	20,7	26,4	40,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

Qualquer das três categorias reconhece dificuldades crescentes quando se passa da compreensão do português para o português falado e deste para o escrito. Enquanto apenas 9,5% reconhecem ter dificuldade em compreender o português, já os que afirmam ter dificuldade em escrevê-lo são mais do dobro dos anteriores.

É provável que, numa avaliação exterior, este valor subisse. Isso é justamente o que ocorre ao nível da locução do português, em que as dificuldades auto-reconhecidas são mais baixas do que aquelas de que a avaliação pelo entrevistador dá conta (Quadro 6.3).

A este propósito, vale a pena voltar, brevemente, ao perfil de escolaridade dos imigrantes guineenses e ao facto de na Guiné-Bissau a escolarização em português ocorrer num contexto linguístico em que o crioulo ou as línguas indígenas prevalecem largamente. Lopes, por exemplo, refere o nível muito baixo de domínio do português dos alunos que terminam o liceu, incapazes "de redigir duas páginas expressando claramente as suas ideias sobre um assunto tão simples como o da tradicional redacção sobre as 'férias da Páscoa'". É que, acrescenta Lopes, "os professores não sabem a língua de Camões para fazer o mesmo e, portanto, apenas tentam adaptar Gil Vicente ao que usam e conhecem no dia-a-dia: o crioulo"[18].

Quadro 6.3: Domínio do português falado pelos imigrantes guineenses – avaliação pelo entrevistador (%)

	Conjunto dos imigrantes guineenses	Guineenses operários da construção civil	Guineenses muçulmanos
fala com facilidade	67,1	54,3	42,4
fala com alguma dificuldade	20,9	26,9	25,9
fala com muita dificuldade	10,1	15,2	25,9
não fala	2,0	3,6	5,9

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

Para além de alguma crueza nesta observação, e de ela poder ser relativizada pelo facto, bem conhecido, de as capacidades de redacção em português de muitos alunos que terminam o secundário em Portugal também não serem famosas, não deixa de se chamar a atenção para um ponto importante. Dado o registo linguístico particular dos guineenses, nove ou doze anos de escolarização, mesmo quando parte deles é feita em Portugal, não asseguram o grau de domínio de português escrito que se poderia esperar à partida. Com efeito, quando se faz variar as dificuldades auto-reconhecidas na escrita do português com os níveis de escolaridade, só mesmo os inquiridos que frequentaram e/ou completaram o ensino superior afirmam não ter dificuldades em escrever a língua portuguesa.

[18] Cf. Carlos Lopes, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau.*

Voltando ainda aos dados do Quadro 6.2 merece destaque a relação substancialmente diferente das três categorias com a língua portuguesa. Os operários já se afastam do padrão representado pelos valores médios do conjunto da comunidade, dizendo terem comparativamente mais dificuldades tanto para compreender, como para falar ou escrever o português; mas é no caso dos muçulmanos que os valores, nesses três planos, são consideravelmente mais altos. Neste subconjunto, 35% afirmam ter dificuldade em falar português e 40% em escrevê-lo.

A diferenciação destas categorias no domínio da língua portuguesa é confirmada plenamente pela avaliação directa dos entrevistadores que aplicaram os questionários (Quadro 6.3). A discrepância entre auto-avaliação e avaliação externa, ao nível da locução do português (único plano em que foi possível fazer a comparação directa) é patente em todas as três categorias. Mas é justamente no caso dos fulas e dos mandingas que essa discrepância é maior. Do ponto de vista dos entrevistadores só cerca de 40% deles falam português com facilidade.

As diferenças no domínio da língua portuguesa são, afinal, expressão da própria diferenciação interna da comunidade guineense em termos sociais e culturais. Enquanto os operários da construção civil e os muçulmanos configuram categorias que estão acima da média das dificuldades no uso do português, facilmente encontraríamos valores abaixo dessa média, quer nos guineenses que acumulam a nacionalidade portuguesa, com um estatuto social alto ou médio e um tempo de residência mais longo, quer no subconjunto dos que completaram o ensino superior.

Também encontraríamos dificuldades elevadas, maiores até do que as dos guineenses muçulmanos, se isolássemos o grupo dos que não têm mais do que o ensino primário como habilitações escolares. Diga-se, aliás, que o inquérito à população guineense encontra correlações sistemáticas entre níveis de escolaridade e indicadores indirectos de literacia. Isso acontece não só ao nível do domínio da língua portuguesa, como também na frequência de leitura de livros, revistas e jornais, esta última em convergência, de resto, com os dados do Estudo Nacional da Literacia.

6.5. Práticas quotidianas e literacia

Analisados brevemente a situação e os contornos sociais, culturais e linguísticos das minorias étnicas em Portugal e, de forma mais desenvolvida, o

caso da comunidade oriunda da Guiné-Bissau, vejamos agora como se coloca a questão da literacia no contexto da vida quotidiana dos imigrantes guineenses. Seguindo a operacionalização do conceito estabelecida pelo Estudo Nacional de Literacia retêm-se aqui dimensões da vida quotidiana que permitem compreender como se processa a utilização de competências de leitura, escrita e cálculo em três planos distintos mas articulados: vida profissional, vida social e vida pessoal.

Não se trata de medir extensivamente essas competências, chegar a níveis de literacia e localizar a população imigrante nesses níveis. Pretende-se, isso sim, identificar processos e factores associados à utilização ou não utilização no dia-a-dia das competências de escrita, leitura e cálculo disponíveis.

Para identificar e analisar esses processos e factores tomaram-se como observáveis o contexto profissional da construção civil e, secundariamente, o dos serviços domésticos e pessoais, sectores onde se concentra a larga maioria dos imigrantes; a relação com instituições e documentos escritos, desde os departamentos oficiais até aos documentos implicados numa série de relações contratuais privadas relativas à habitação, consumo e aquisição de serviços; a leitura de jornais, livros e revistas, a propósito da qual se poderão fazer algumas comparações com os dados nacionais disponíveis; e, finalmente, a comunicação com familiares e amigos no país de origem, aspecto central na vida de qualquer comunidade imigrante, tratando-se, sobretudo, de uma imigração de fresca data como é o caso da guineense em Portugal.

Complementarmente, serão analisados dois processos específicos também reveladores do modo como se coloca a problemática da literacia no contexto da imigração: por um lado, os trajectos de desqualificação social vividos por um número significativo de imigrantes guineenses com elevadas qualificações escolares a trabalhar na construção civil e nos serviços pessoais e domésticos, trajectos que configuram uma regressão virtual das competências disponíveis; por outro lado, a problemática da escolarização dos filhos dos imigrantes e a sua relação com a literacia.

Contextos profissionais: o trabalho na construção civil

A actividade profissional tem um peso enorme no quotidiano da grande maioria dos imigrantes. Os seus projectos de acumulação e os compromissos assumidos a partir do momento em que passam a enviar regularmente dinheiro para a família, a qual tem quase sempre nessas remessas a principal fonte de

rendimento, ajustam-se plenamente às estratégias prevalecentes em subsectores económicos amplamente desregulamentados, onde os vínculos, as condições e os direitos são precários, mas onde, para quem aceite submeter-se a estes parâmetros, o trabalho não falta. O ramo da construção civil e das obras públicas é o paradigma desta modalidade de emprego.

Para se ter uma ideia do tempo ocupado pelo trabalho numa semana ou mês-tipo da vida de um imigrante que trabalhe na construção civil, basta pensar em jornadas diárias de 10 a 12 horas, seis dias por semana. A este tem de juntar o tempo de transporte, geralmente longo, para locais de trabalho que podem distar 40 ou mais quilómetros do ponto de residência e que, pela própria natureza do sector, vão mudando de tanto em tanto tempo, ao ritmo da dimensão e da duração das obras. Sendo esta a norma geral de orçamento-tempo semanal ou mensal do imigrante na construção civil, há ainda, com certa frequência, períodos em que a pressão dos prazos para entrega das obras acabadas leva ao prolongamento do trabalho pela noite e aos domingos.

Do ponto de vista da literacia, a situação destes imigrantes pode resumir-se da seguinte forma: a actividade que, de longe, consome a maior parte do seu tempo e energia é justamente aquela em que as exigências de literacia são das mais baixas e onde é rara a utilização da escrita e da leitura, embora o mesmo já não aconteça no que respeita ao cálculo.

Desde logo, para a maioria dos imigrantes, a entrada ou a saída do mercado de trabalho da construção civil não implica a elaboração ou manipulação de documentos escritos ou outros impressos. O início de actividade é praticamente instantâneo, sem mediações formais a esse nível. Muitos imigrantes começaram e começam a trabalhar no dia seguinte ou uns dias depois da sua chegada, através do contacto de um familiar ou conhecido que já cá residia há mais tempo ou indo procurar trabalho directamente nas obras. Não há, portanto, as mediações de leitura e escrita que regulam o acesso ao mercado de trabalho de outras categorias profissionais – consulta de jornais para procurar colocação, preenchimento de impressos num centro de emprego ou entrega do currículo e realização de testes junto de potenciais empregadores.

Uma vez dentro do circuito da construção civil, cada trabalhador imigrante tem uma elevada probabilidade de vir a ser recrutado por uma sucessão de diferentes empregadores, porque acaba a obra e o empreiteiro não tem mais trabalho para dar, porque não lhe pagam e vem embora ou porque

encontra melhor situação. Mas todas essas mudanças e a procura de novas colocações processam-se, quase sempre, através dessas redes de interconhecimento, que, nesta altura, podem incluir, para além de familiares, amigos e conhecidos, também antigos patrões.

O próprio documento escrito que, noutros sectores de actividade, consagra o vínculo laboral – o contrato de trabalho – está muito longe de ser a norma na construção civil. Essa ausência afecta trabalhadores imigrantes e não imigrantes, embora mais os primeiros do que os últimos. No caso dos guineenses a trabalhar no sector, 63% não tem contrato de trabalho. Diga-se a propósito que, em termos globais, a taxa de não declaração de trabalhadores na construção civil é elevadíssima, muito mais alta, por exemplo, do que na indústria transformadora. Em 1991, estimava-se essa taxa em 45,4%[19].

Como veremos no ponto seguinte, a informalidade generalizada da relação laboral, que se traduz na inexistência de documentos que comprovem a própria efectividade dessa relação, tem como consequência situações homólogas de informalidade noutros domínios do quotidiano, onde, por isso mesmo, se torna igualmente raro lidar com documentos ou impressos. Veja-se, por exemplo, que mais de metade dos imigrantes guineenses deste sector não fazem quaisquer descontos para a segurança social.

A raridade dos contactos com materiais escritos prolonga-se, depois, no próprio exercício das tarefas profissionais. Como se mostra em vários momentos do Estudo Nacional de Literacia, a utilização da escrita e da leitura no conjunto dos contextos profissionais operários é pouco frequente. No sector da construção essa frequência será ainda menor. Aí o comum dos trabalhadores manuais raramente utiliza, no curso da sua rotina diária, materiais escritos ou documentos impressos de qualquer tipo, como sejam indicações ou planos de trabalho, plantas, notas ou relatórios. Um dos entrevistados para este estudo, em cinco anos de trabalho na construção em Portugal, só uma vez usou um documento escrito, no caso uma planta, no desempenho de tarefas profissionais. Outros nunca usaram.

As indicações sobre o que fazer e como fazer são estritamente orais, dadas pelos encarregados e pelos chefes de equipa. Se se trata, por exemplo,

[19] Valor referido por José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, em «Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil», Cadernos de Ciências Sociais, n.º 15/16, 1996.

de levantar uma parede, muitas vezes são os próprios encarregados que fazem as marcações no terreno, especificando o número de metros que deve ser feito em determinado período de tempo e verificando depois o andamento do trabalho, deixando para os pedreiros e serventes as funções estritamente de execução manual.

A leitura e a escrita são residuais. Só alguns trabalhadores mais especializados fazem uso delas, pontualmente. É o caso do ferramenteiro que regista por escrito os instrumentos de trabalho que determinado operário requisitou e faz a recolha e a verificação ao fim do dia. Ainda assim, neste caso particular, o que se espera muitas vezes é que sejam os próprios trabalhadores a levar para a obra o seu estojo pessoal de ferramentas básicas. Outras situações são aquelas em que operários especializados, por exemplo os ladrilhadores, apontam num papel o material que vão pedir ao armazém para cobrirem uma determinada superfície de chão. Em todo o caso, esta especialização de funções e "departamentos" dentro de um estaleiro de construção civil só existe nas obras de maior dimensão, que envolvem grande número de trabalhadores e implicam, por isso, alguns circuitos administrativos a este nível. Para a generalidade das posições profissionais – pedreiros, armadores de ferro, condutores de máquinas e gruas, serventes – mesmo estas utilizações marginais da escrita e da leitura estão ausentes.

O único momento em que o uso da escrita parece ser relativamente generalizado é a anotação diária do número de horas que cada um trabalha num cartão previamente fornecido pelos encarregados ou pelos subempreiteiros. Mas esta é uma utilização pontual e extremamente limitada, onde as competências de cálculo acabam até por ser mais relevantes do que as de escrita, já que se trata apenas de escrever números num espaço à frente de cada dia da semana de trabalho.

Dos três tipos de competências cobertos pelo conceito de literacia o cálculo é, com efeito, aquela cuja utilização profissional neste meio é mais frequente, como, aliás, também mostra o Estudo Nacional de Literacia para a generalidade dos meios operários. De qualquer modo, ele é utilizado sob formas bastante simples. Exemplo localizado disso é a operação de soma das horas efectuadas e multiplicação desse número pelo valor da hora de trabalho para determinar o salário a receber mensalmente.

Onde o cálculo é, sem dúvida, mais corrente é nas tarefas que envolvem medições. A utilização de fitas métricas é comum a todas as profissões mais

especializadas dentro do sector – ladrilhadores, carpinteiros, electricistas, canalizadores. Mesmo no caso dos pedreiros se impõe a necessidade de calcular. Apesar da proeminência da figura do encarregado e da sua extrema centralização das operações, que leva, como disse, a que mesmo a marcação de uma parede a levantar seja feita por ele e não pelo pedreiro, este tem sempre de saber calcular. Fá-lo para confirmar o número de metros de parede levantados num determinado período de tempo, para determinar o espaço a ocupar por uma janela ou noutras operações deste género.

Num quadro geral de muito baixas exigências de literacia, é a capacidade de executar operações tão básicas como estas que ajuda a estabelecer a linha divisória entre operários especializados e serventes. O caso de um cabo-verdiano que no seu país de origem era pedreiro e em Portugal é servente, por não saber ler nem utilizar fitas métricas, ilustra bem o que acabo de dizer. Lá, quando era preciso medir alguma coisa, era um filho que o ajudava. Aqui não tem esse recurso.

Este padrão tão pobre de solicitações de leitura, escrita e cálculo pode compreender-se à luz das características estruturais do sector da construção civil, nomeadamente da sua falta de modernização. Como referem Madureira Pinto e Cidália Queiroz, é muitíssimo vasto, neste sector, "o conjunto de processos e unidades produtivas informais e clandestinas, eminentemente refractárias a esforços metódicos de racionalização da produção e qualificação dos trabalhadores"[20].

Não é de estranhar, assim, que se encontrem na construção civil dos níveis mais baixos de habilitações escolares dentro do universo da população que trabalha. Enquanto a taxa média de analfabetismo da população activa era, em 1991, de 4,1% e havia, nessa data, 10,2% de activos com ensino médio ou superior, no caso da construção civil e das obras públicas os analfabetos eram 9,7% e os detentores de ensino médio/superior eram 2,6%. Mesmo fazendo comparações apenas com a indústria transformadora, vemos que os encarregados, contramestres e chefes de equipa na construção civil têm sempre níveis de escolaridade mais baixos do que os seus homólogos daquele sector.

Por outro lado, é escasso o número dos que participam em acções de formação profissional. Numa altura em que se assistiu à grande difusão de cursos

[20] José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, *op. cit.*, p. 55.

de formação por todo o país, o índice de horas de aprendizagem por activo na construção civil permaneceu muito baixo. No período 1986-1988, enquanto na indústria transformadora houve 14,8 horas de formação por activo, na construção essa taxa atingiu apenas 2,7 horas. Em 1989/91, a situação mantém-se aproximadamente igual, já que apenas 12,6 milhares de trabalhadores da construção participaram em cursos de formação, contra 295,4 milhares no conjunto das indústrias transformadoras[21].

Entre os que receberam estas acções de formação específica encontram-se também imigrantes guineenses e de outros países africanos. Mas o processo principal através do qual eles e a generalidade dos trabalhadores do sector adquirem os saberes necessários à sua actividade profissional não é este, como os dados citados demonstram.

É preciso ter presente que a maioria esmagadora dos imigrantes a trabalhar neste sector nunca nele trabalhou antes, nem obteve formação específica de partida para o fazer e poucos a obtiveram já depois de terem entrado no mercado de trabalho. Logo, é nos primeiros meses ou ano de trabalho que eles fazem a sua formação "em exercício", tanto pela via das instruções orais directas dos encarregados e chefes de equipa, como pela observação e repetição dos gestos que outros fazem, mas passando toda ela, nos dois casos, ao lado de quaisquer procedimentos e suportes de leitura, escrita ou mesmo cálculo.

Compreende-se, assim, que este sector integre imediatamente, no próprio momento em que chegam, mesmo aqueles imigrantes (guineenses ou cabo-verdianos, zairenses ou senegaleses) simultaneamente destituídos de recursos escolares e incapazes, nesse momento, de compreender, falar ou escrever o português. É nesse subconjunto que se encontram os que, apesar do baixo nível de exigências de literacia envolvidas nessas operações, não conseguem usar uma fita métrica, têm dificuldade em preencher o cartão de registo das horas ou então, mesmo conseguindo-o, não sabem depois calcular bem o que têm a receber.

Alguns imigrantes, apesar dos níveis baixos de literacia e da dificuldade de lidar com a língua portuguesa, conseguem percursos posteriores de mobilidade profissional ascendente dentro do circuito da construção civil. É o caso de

- *um guineense de etnia mandinga, muçulmano, que veio para Portugal no início da década de 80. Apesar de não saber ler nem escrever português conseguiu, desde há alguns anos, atingir a posição de subempreiteiro. Contrata mais guineenses, mas também portugueses, estes sobretudo para tarefas mais especializadas, como canalizadores ou electricistas. Para as questões fiscais, contabilísticas e congéneres recorre aos serviços de um guarda-livros, também português. Pontualmente, quando é preciso, pede a um dos seus trabalhadores mais permanentes para lhe preencher facturas ou outros documentos. Mas não deixa de controlar a sua actividade no aspecto mais importante, as "contas", anotando tudo em árabe.*

[21] Dados referidos por José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, *op. cit.*

Este tipo de trajecto não é propriamente uma singularidade. Embora não existam dados disponíveis que permitam perceber os padrões de mobilidade profissional dos imigrantes na construção civil, pode dizer-se que trajectos destes têm já alguma expressão quantitativa. Não tanto entre os guineenses, mas mais entre os cabo-verdianos, os quais dispõem de posições mais favoráveis neste segmento do mercado de trabalho, por virtude de um tempo de residência em média mais longo e, consequentemente, pela maior experiência profissional adquirida.

Mas o que, do ponto de vista da literacia, é mais relevante neste e noutros casos semelhantes é a ocorrência de trajectórias sociais ascendentes ainda que de curto ou médio alcance, sem progresso significativo das competências de leitura e escrita dos seus protagonistas. Pode mesmo dizer-se, tendo em conta que a construção civil é um contexto que propicia mais facilmente a perda do que a aquisição de competências de literacia, nomeadamente para os que nele entram com um certo de nível de qualificações escolares, que esses trajectos de mobilidade ascensional continuam a ser possíveis mesmo quando regridam as capacidades de ler e escrever daqueles que os percorrem.

Independentemente agora da relevância maior ou menor destas trajectórias ascendentes, é importante sublinhar o facto de o trabalho na construção civil ser não só pobre em exigências de literacia, mas também virtualmente empobrecedor das competências de escrita, leitura e cálculo de que disponham à partida os que aí exercem profissão.

Dito de outra forma, a construção civil pode considerar-se, em face da já assinalada prevalência de pequenas unidades produtivas informais e clandestinas refractárias a esforços de racionalização da produção e de qualificação dos trabalhadores, um contexto de produção de iliteracia, como acontece, aliás, noutros segmentos desqualificados do mercado de trabalho.

Se, em face deste estado de coisas, a generalidade dos operários do sector pode conhecer processos de regressão virtual de competências de leitura e escrita adquiridas fora e antes do início da vida activa, isso é ainda mais provável para os muitos imigrantes que, devido à sua diferenciação linguística, têm um duplo obstáculo a afastá-los do domínio do português lido e escrito.

Os já mencionados "enclaves linguísticos" na construção civil, fruto da grande concentração nesse sector de indivíduos cuja língua materna não é o português, como acontece, nomeadamente, com cabo-verdianos e guineenses mas não só com eles, têm, no plano da literacia, justamente esse efeito. Mas eles desempenham ainda uma função de socialização linguística daqueles imigrantes que, como disse atrás, só vêm a aprender a falar crioulo em Portugal, embora essa aprendizagem, como é óbvio, não ocorra só na esfera profissional.

Comunicando entre si nas suas línguas maternas e utilizando, de forma comparativamente mais restrita, o português, seja porque não sabem falá-lo seja porque, mesmo sabendo-o, optam naturalmente por exprimirem-se na sua própria língua, os imigrantes cuja língua materna não é o português não têm aí, nem a possibilidade de conservar ou adquirir literacia, nem o meio de integração sociolinguística que têm outros imigrantes em contextos profissionais diferentes.

O quadro geral traçado sobre a situação da literacia dos imigrantes africanos na construção civil encontra um forte paralelismo na situação das mulheres imigrantes que trabalham nos serviços pessoais e domésticos e na indústria transformadora. Tal como ocorre com a construção para o sector masculino, é nesses ramos de actividade que o segmento feminino da população imigrante africana regista maior concentração. Incluem-se aí trabalhadoras de empresas de limpeza e empregadas domésticas, copeiras, cozinheiras e outras trabalhadoras do sector dos restaurantes e hotéis, operárias têxteis e das indústrias eléctricas.

O nível de exigências de literacia nestes segmentos do mercado de trabalho não difere, regra geral, do que se encontra no sector da construção. A utilização da leitura e da escrita é rara e o cálculo um pouco mais frequente, embora menos do que no caso dos operários especializados da construção que executam com frequência operações de medição.

O que é diferente é o contexto relacional e linguístico em que se desenrolam as actividades profissionais destas mulheres. Em nenhuma das profissões referidas se verificam concentrações de trabalhadores imigrantes das mesmas origens nacionais idênticas às que se observam na construção civil. São contextos de trabalho em que os colegas de profissão são maioritariamente portugueses ou em que não há sequer colegas de trabalho, como é o caso das empregadas domésticas.

Não só não se formam aqui os referidos enclaves linguísticos observáveis na construção civil como, pela própria natureza de algumas dessas profissões, a conversação é mais frequente, e necessariamente em português, não só com colegas como, sobretudo, com os clientes, os patrões e o público. Não admira, portanto, que as trabalhadoras imigrantes destes segmentos do mercado de trabalho digam ter menos dificuldades no português falado, lido e escrito do que os operários da construção civil, o que é plenamente confirmado pela avaliação externa dos entrevistadores.

Do ponto de vista da literacia, o uso indispensável da língua portuguesa num quadro quotidiano de interacção permanente com falantes só de português tende a ter, ainda que indirectamente, efeitos positivos. Ou seja, mesmo que as exigências de escrita e de leitura que se coloquem nos contextos profissionais sejam mínimas, a capacidade geral de ler e escrever em português é favorecida, facilitando o seu exercício fora da esfera laboral.

Relação com instituições e documentos

Vimos, no ponto anterior, os usos e, sobretudo, os não-usos da literacia nos segmentos do mercado de trabalho onde se concentra a larga maioria dos imigrantes africanos, em geral, e dos guineenses em particular.

Outro domínio privilegiado para observar a literacia desses imigrantes é o das suas relações formais com a rede de instituições oficiais e não oficiais, bem como com empresas e particulares, que envolvem o funcionamento diário do cidadão médio no quadro de uma sociedade complexa. Trata-se de um observável privilegiado na medida em que, justamente por serem formais, todas essas relações são necessariamente mediadas pela manipulação frequente de documentos impressos, através da leitura, da escrita e do cálculo.

É, aliás, por referência a essa esfera de relacionamentos formais, quer com instituições no sentido lato, quer no plano interpessoal, mais até do que por referência à esfera profissional, que emergem as preocupações com os níveis de literacia patenteados pelas sociedades contemporâneas.

É por esse lado que se torna mais visível que literacia e cidadania são duas faces da mesma moeda. A plena participação na vida social moderna implica a capacidade de descodificação e movimentação nessa vasta esfera de relações formais e é através dela que se podem processar as escolhas que a condição de membro de uma sociedade põe ao alcance de cada um. Por isso, pode dizer-se que o exercício da cidadania passa pela capacidade de enfrentar com êxito exigências elaboradas e moventes de literacia e que essa capacidade, por sua vez, potencia a melhor concretização possível dos direitos que o estatuto de cidadão consagra num determinado quadro político e jurídico.

Para perceber os processos e factores associados ao uso de literacia pelos imigrantes neste domínio é preciso, primeiro, localizá-los brevemente por referência ao sistema de cidadania da sociedade portuguesa.

Relembrando o que atrás ficou dito sobre os contornos e a situação social das minorias étnicas em geral e da população guineense em particular, é fácil concluir que, se exceptuarmos os sectores de elite e de classe média que em cada minoria se podem encontrar, os quais se distinguem também, em parte, pela posse, bem relevante neste caso, de nacionalidade portuguesa, o comum dos imigrantes tem, actualmente, um estatuto social precário.

Se, no plano profissional, a precaridade de estatuto é exemplarmente representada pelo quadro de obrigações fortes e direitos fracos em que se movimenta a larga maioria dos que trabalham na construção civil, no plano social e, mais genericamente, da cidadania, é-o pela exagerada proeminência assumida por uma só instituição, no caso o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, no contexto do relacionamento dos imigrantes com as instituições portuguesas em geral.

Tal centralidade deve-se não só à acção própria desse departamento do Estado, que é normal que acompanhe e controle, dentro de certos parâmetros, a presença estrangeira no território do país, mas também ao facto de, em contrapartida, os imigrantes terem, como veremos, um relacionamento muito rarefeito com toda a rede de instituições oficiais e não oficiais, públicas e privadas, com as quais o comum dos cidadãos portugueses tem contacto regular.

Sendo certo que o contacto formal com todas essas instituições passa necessariamente pela leitura e escrita de documentos de vários tipos, podemos dizer que, na esfera social, a larga maioria dos imigrantes se encontra

numa situação em que só pontualmente é confrontada com exigências de literacia, tal como acontece nos contextos de trabalho. Se na esfera profissional isso se deve às características próprias dos sectores de actividade onde os imigrantes se concentram, na esfera socioinstitucional isso é resultado da precaridade e informalidade que envolvem praticamente todas as dimensões da vida pública dos imigrantes africanos em Portugal ou, dito de outra forma, a sua vida de cidadãos.

Vejamos, então, o caso do relacionamento com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A relação dos imigrantes africanos com este serviço e as implicações daí decorrentes ao nível da literacia tiveram como momento colectivo mais relevante o período de legalização extraordinária dos imigrantes clandestinos decretado pelo Governo, em 1993. Tinha-se em vista a regularização da situação de residência de dezenas de milhar de pessoas que tinham entrado no país ao longo dos anos. Entre eles estava um número elevado de guineenses, cuja imigração foi, como já mencionei, particularmente intensa na segunda metade dos anos oitenta.

Para esse vasto contingente de imigrantes esse foi o primeiro momento de contacto directo e substancial com instituições oficiais e respectivos procedimentos burocráticos. Foi também, consequentemente, um momento original de confronto súbito com exigências elevadas de leitura e escrita de documentos, que não eram nem são, como veremos, nada habituais na sua vida de todos os dias.

As dificuldades encontradas foram inúmeras. A informação prévia sobre os procedimentos a seguir era muito limitada; havia que obter documentos vários junto de diferentes entidades, nomeadamente os que comprovassem meios próprios de subsistência e situação habitacional; as informações prestadas aos balcões dos postos de legalização eram, por vezes, confusas e, finalmente, tinha de se preencher formulários com alguma complexidade, coisa que muitos imigrantes faziam pela primeira vez em Portugal.

Só por si, a obtenção de um documento que comprovasse a condição de activo com profissão foi, para muitos, uma dificuldade. Ficaram a conhecer-se as pressões, as resistências e mesmo as recusas de muitos empreiteiros e subempreiteiros da construção civil ao processo de legalização. Essa oposição teve a ver, fundamentalmente, com o facto de a passagem ao trabalhador imi-

grante de um documento escrito ser uma forma de denunciar o seu próprio estatuto de empregadores clandestinos. Alguns trabalhadores foram despedidos quando pediram aos empregadores directos essa declaração, outros obtiveram-na mas o patrão descontou no ordenado, outros ainda permaneceram ilegais para não serem despedidos.

Por outro lado, o receio fortemente interiorizado de exposição às autoridades, associado a manifestas dificuldades em enfrentar o complexo processo burocrático da legalização, incluindo os actos de leitura e escrita a ele indispensáveis, levaram muitos desses imigrantes a caírem nas mãos de "profissionais", alguns alegadamente advogados, que, a troco de 100 ou 150 contos, prometeram tratar directamente de tudo, depressa e bem. Alguns trataram, mas outros simplesmente desapareceram sem deixar rasto.

Mas a melhor prova de que esta operação administrativa suscitou grandes dificuldades, muitas das quais passaram pela questão da literacia dos imigrantes, foi a necessidade de prorrogação, embora a contragosto, do prazo inicialmente previsto para o seu fim. Raros foram os que conseguiram tratar da entrega do seu processo à primeira. Ou os impressos estavam mal preenchidos, ou faltavam documentos, ou em vez da fotocópia de uma declaração era preciso o original.

A visão do SEF e a sua atitude "pedagógica" face aos enormes problemas desses muitos milhares de imigrantes no seu primeiro grande enfrentamento com a burocracia portuguesa, imigrantes reconhecidamente deixados, durante anos a fio, à margem das instituições oficiais e seus procedimentos, está bem patente nas palavras de um dos responsáveis máximos da operação, a propósito do atraso nas respostas aos pedidos de legalização:

- *"Embora os documentos tenham sido simplificados para minimizar confusões, estão a chegar-me centenas de pedidos de segundas vias pelas mais variadas razões, o que atrasa tudo ainda mais. E agora são centenas de averbamentos, porque se 'esqueceram' de que tinham filhos e estão a ter problemas com a burocracia escolar".*[22]

Apesar da "simplificação", dois meses após o fim do prazo para entrada dos pedidos de legalização havia já, afixados em editais, mais de dez mil

[22] Declarações prestadas ao jornal *Público* de 7 de Novembro de 1993.

nomes de pessoas a quem faltava um qualquer documento nos respectivos processos, pessoas antes notificadas por cartas com aviso de recepção que nunca chegaram aos destinatários. Do ponto de vista da literacia, esses editais tinham uma particularidade notável: os nomes não estavam listados por ordem alfabética, mas por datas de devolução das cartas, com o país de origem dos falhados destinatários à frente, o que tornava quase impossível aos interessados, mesmo sendo bons leitores de português, saberem se o seu nome constava ou não dessas listas.

Findo o período de legalização extraordinária, foi unânime a convicção de que muitos imigrantes tinham ficado por se legalizar. Embora as razões para isso tenham a ver com factores de natureza diversa, alguns dos quais já foram focados, o problema da relação com documentos escritos é, sem dúvida, uma dessas razões.

Legalizada a residência, a relação com os serviços da Administração Interna e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em particular, segue uma rotina anual. O passo posterior é solicitar nos arquivos de identificação o bilhete de identidade de cidadão estrangeiro, conhecido na gíria por "bilhete azul", devido à cor do documento. Relativamente ao SEF propriamente dito são passadas autorizações de residência temporária que devem ser renovadas todos os anos. Mas aqui há ainda dois patamares.

Após a inscrição inicial nesses serviços, o que se obtém é um documento ainda provisório, só mais tarde sendo atribuído o chamado cartão de residência. Para passar de uma situação a outra é preciso apresentar documentos vários e nem sempre as indicações dadas pelos serviços, em momentos diferentes, coincidem. Uma vez na posse do tal cartão de residência, a renovação anual, finalmente, só implica o preenchimento de formulários.

Apesar de o prolongamento do tempo de residência trazer progressivamente a simplificação de procedimentos e da aprendizagem que, paralelamente, cada imigrante vai fazendo ao longo de vários anos de relacionamento com o SEF, as dificuldades de leitura e escrita de muitos são observáveis directamente no local. É frequente ver-se pessoas a solicitar ajuda de terceiros para o preenchimento de impressos, recorrendo quer a imigrantes mais letrados, quer, como é de longa tradição junto ao Arquivo de Identificação de Lisboa, mesmo antes de a imigração ser um facto, aos "profissionais" de preenchimento de documentos que por ali rondam e cobram 200 ou 300 escudos pelo serviço.

Como se disse atrás, só pontualmente a larga maioria dos imigrantes africanos é confrontada, na sua vida pública, com a necessidade de lidar com documentos. Nesse quadro, a relação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é mais a excepção do que a regra. Com efeito, como foi também dito, o estatuto de cidadania diminuído dessa larga maioria significa que, na sua vida diária, ela passa à margem de um relacionamento formalizado, através da escrita e da leitura, com as instituições em geral e mesmo com os particulares, no que toca ao estabelecimento de certas relações contratuais.

Uma das principais razões, se não mesmo a principal, para que assim aconteça está na seu estatuto profissional. A informalidade das relações laborais arrasta consigo a informalização de outras relações, noutros domínios da vida social. O caso dos empreiteiros e subempreiteiros que se recusaram ou resistiram fortemente a passarem declarações escritas para a legalização da residência dos que para eles trabalhavam é "apenas" um bom exemplo disso mesmo.

A extensão da informalidade no mercado de trabalho já foi assinalada. No caso dos guineenses, os resultados do inquérito nacional revelam que mais de sessenta por cento dos que trabalham na construção civil não têm contrato de trabalho e mais de metade não faz descontos para a segurança social. Embora não existam resultados actuais para outros grupos imigrantes, é de admitir taxas idênticas para o conjunto dos africanos a trabalhar nesse sector.

Da inexistência de vínculo formal ao mercado de trabalho decorre, directamente, uma generalizada situação de omissão fiscal. Uma vez que legalmente não trabalham, esses milhares de trabalhadores não pagam impostos e não mantêm qualquer relação permanente com as repartições de finanças. Um ou outro patrão pode exigir, no momento da contratação, a exibição do cartão de contribuinte, mas a relação com documentos fiscais não passa daí.

Do ponto de vista da leitura, da escrita e do cálculo, isto significa que esses imigrantes não participam no verdadeiro exercício nacional de literacia que é, em cada ano, o preenchimento das declarações de rendimentos, exercício em que os que se classificam melhor tendem a ser, justamente, os que dispõem de maiores competências escolares vivas. Ou seja, significa que não detêm o complexo saber-fazer, que consiste, por um lado, na descodificação de leis, regulamentos, tabelas, formulários e instruções de preenchimento e, por outro, na prévia e constante solicitação e colecção de todo o tipo de documentos comprovativos das despesas elegíveis efectuadas, de modo a conseguir atingir as máximas deduções possíveis nos montantes a pagar ao fisco.

Algo de semelhante se passa na relação com a segurança social. Os milhares de imigrantes que não fazem descontos, nem através da entidade patronal, nem por iniciativa própria, não lidam, por isso mesmo, com quaisquer documentos neste domínio.

O facto de não se poder apresentar documentos comprovativos da condição de trabalhador permanente, por exemplo um recibo de ordenado ou uma declaração da entidade patronal, tem ainda como consequência a exclusão e auto-exclusão de outros relacionamentos de natureza contratual, necessariamente mediados pela escrita e pela leitura. A compra de equipamentos a prestações ou a contracção de empréstimos bancários são dois exemplos disso.

A aquisição de equipamentos domésticos, de lazer ou outros nos grandes hipermercados e nas cadeias de lojas da especialidade é mediada por uma sequência de procedimentos que implicam a leitura e a escrita de diferentes materiais impressos – contratos, cheques pré-datados, ordens de transferência bancária, entre outros. Como não possuem os documentos que estão obrigatoriamente no princípio de todos os outros, aqueles que comprovam rendimentos, muitos imigrantes, quando querem comprar a prestações uma aparelhagem de som ou um televisor para uso próprio, ou então uma arca congeladora para enviar para a Guiné-Bissau, entram num outro circuito de mercado, onde as relações contratuais se estabelecem à margem de todos ou quase todos esses suportes impressos. São pequenas lojas, às vezes lojas de bairro, onde, através de conhecimentos directos ou de terceiros e com base num contrato estritamente oral, se pode adquirir esses equipamentos e ir pagando à medida das possibilidades.

No que respeita aos bancos, o facto já referido de não se ter acesso a empréstimos, visto não poder comprovar-se que se trabalha, é mais um exemplo em que a precariedade e informalidade na esfera profissional ditam a impossibilidade de estabelecimento de relações contratuais formais com outras instituições e mais uma situação em que a escrita e a leitura não têm qualquer função útil.

Mais genericamente, pode dizer-se que, mesmo no caso das pessoas que têm conta aberta, a utilização dos serviços bancários é bastante restrita. Note-se,

contudo, antes disso, que os imigrantes sem residência legalizada não podiam e não podem, regra geral, abrir conta numa agência bancária, já que essa abertura exige a apresentação de documentos, nomeadamente o bilhete de identidade de cidadão estrangeiro. Em alguns casos, essa dificuldade foi contornada mediante a apresentação do passaporte, mais tarde substituído pelo chamado "bilhete azul". No caso dos ilegais, a relação com as instituições bancárias é, portanto, muito ténue ou mesmo inexistente.

Com a legalização e o prolongamento do tempo de residência, muitos imigrantes abrem conta bancária. Mas os bancos são mais utilizados para depositar algum dinheiro e não tanto para movimentar correntemente. Levanta-se o cheque do ordenado, deposita-se uma parte na conta e fica-se com o resto para as despesas. A passagem de cheques é pouco frequente e ainda o é menos a emissão de ordens de transferência bancária. A utilização do cartão multibanco também é relativamente restrita.

No que respeita ao envio de dinheiro para a família, aspecto central na economia das populações migrantes, ele é feito quase exclusivamente através de canais interpessoais. Os guineenses, regra geral, recorrem a portadores de confiança, familiares e amigos, ou então a conhecidos, por exemplo funcionários de companhias aéreas, que entregam as remessas em mão, o que esvazia as instituições bancárias da função de intermediação que podiam ter neste capítulo.

Um outro plano em que o manuseamento de documentos escritos é muito limitado é o que corresponde à situação habitacional e ao relacionamento com instituições daí decorrente. Os imigrantes guineenses e, presume-se, a generalidade dos outros imigrantes africanos, ocupam predominantemente tipos de alojamento onde não há lugar ao estabelecimento de contratos de arrendamento escritos nem ao manuseamento de outros impressos, como sejam facturas de água, electricidade, gás e telefone e outros. A maioria desses imigrantes aluga quartos, anexos, partes de casa, casas abarracadas, ou então vive em pensões ou em camaratas nos próprios estaleiros de construção civil, não lidando directamente com quaisquer impressos relativos ao fornecimento daqueles serviços, o que fica, regra geral, a cargo dos senhorios que incluem esses custos no valor da renda.

Note-se que, nos casos de habitat mais degradado, como acontece nos "bairros de lata", a questão só parcialmente se coloca, uma vez que aí muitas

vezes não há lugar ao fornecimento, pelo menos legal, de uma parte ou da totalidade desses serviços.

Como mostram os resultados do Estudo Nacional de Literacia, a maioria dos portugueses tem manifestas dificuldades em lidar com documentos escritos, incluindo os implicados no relacionamento com instituições, públicas ou não. Algumas das provas inseridas nos testes retiveram justamente documentos desse tipo.

No caso dos imigrantes, os vários exemplos dados, a que se poderia juntar ainda outros, evidenciam uma relação muito restrita com todos os tipos de documentos institucionais. Ou se passa largamente ao lado de relações formais com as instituições em geral ou, então, estabelecem-se relações informais que não passam pela mediação da leitura e da escrita. Ficam, assim, confinadas ao mínimo as situações do quotidiano em que se exige a aplicação de competências de escrita, leitura e cálculo para finalidades que decorrem da vida pública de cada indivíduo.

Não é improvável que em alguns segmentos precarizados das classes populares portuguesas se encontrem situações semelhantes às que acabei de caracterizar. O forte insucesso dos indivíduos das classes populares no manuseamento de documentos de que o Estudo Nacional de Literacia deu conta leva a pensar que também é limitada, no seu quotidiano, a relação com materiais impressos de natureza pública.

Em todo o caso, a situação dos imigrantes africanos é, sem dúvida, ainda mais preocupante. Entre eles essa situação não é marginal, mas modal, se exceptuarmos, como já disse, e não é de mais repetir, os segmentos de classe média e classe alta das diferentes minorias. O seu ténue relacionamento com instituições e documentos formais constitui-se como um poderoso factor de produção de iliteracia, se considerarmos adicionalmente a diferenciação linguística de muitos desses imigrantes e as consequentes limitações no uso da língua portuguesa.

A leitura e a escrita na esfera pessoal

Como vimos nos pontos anteriores, a maioria dos imigrantes guineenses não se confronta com significativas exigências de leitura, escrita, e mesmo de cálculo, nem na esfera profissional nem ao nível da relação com documentos de natureza pública. Neste ponto, analisa-se o lugar que a utilização dessas competências tem na esfera pessoal, tomando como referência, por um lado,

a leitura de livros, jornais e revistas e, por outro lado, o modo como se processa a comunicação com os familiares próximos que ficaram na Guiné-Bissau.

Para a avaliação das práticas de leitura dos imigrantes guineenses utilizam-se aqui dois tipos de indicadores: as declarações dos inquiridos quanto à compra de revistas e de jornais, desportivos e não desportivos, e quanto à leitura de livros; o registo directo pelos entrevistadores da existência desses materiais impressos nos locais de residência.

Já se sublinhou várias vezes, ao longo deste texto, a não homogeneidade de composição social e cultural das minorias, em geral, e da minoria guineense, em particular. Por isso mesmo, optou-se por apresentar as taxas de leitura e posse de livros, jornais e revistas, não só para o conjunto dos inquiridos, o que restitui o valor médio destas práticas na comunidade guineense como um todo, mas também para algumas categorias particulares, que representam as principais linhas de diferenciação interna dessa comunidade – operários da construção civil, empregadas dos serviços pessoais e domésticos e indivíduos pertencentes a etnias muçulmanas.

Em termos genéricos, pode dizer-se que a diferenciação interna da comunidade se reflecte plenamente na significativa variação dos valores registados pelos vários indicadores de leitura, de uma categoria para outra.

Vejamos, em primeiro lugar, de acordo com o Quadro 6.4, os dados relativos à existência, em casa, de livros, jornais e revistas.

Se tomarmos como padrão de referência os valores encontrados para o conjunto dos imigrantes guineenses, concluímos que as outras três categorias apresentam desvios sistemáticos para baixo, isto é, no sentido de menor presença de qualquer desses materiais impressos no espaço de habitação.

Com efeito, cerca de metade do total dos entrevistados não tem livros em casa, o que em si mesmo é um indicador importante quanto à relação com a cultura letrada. Mas o que é mais significativo é que esse valor é consideravelmente mais alto para os operários da construção civil (65,6%), para as empregadas dos serviços pessoais e domésticos (63,4%) e para os guineenses muçulmanos (60,7%). Algo de semelhante ocorre no respeitante à ausência de jornais e revistas: enquanto para o conjunto da comunidade isso acontece em 41% dos casos, qualquer das restantes categorias apresenta valores mais altos, nomeadamente os guineenses muçulmanos, 56% dos quais não tem em casa nem jornais nem revistas.

Quadro 6.4: Leitura e posse de livros, jornais e revistas (%)

	Conjunto dos imigrantes guineenses	Guineenses operários da construção civil	Guineenses empregadas dos serviços pessoais	Guineenses muçulmanos
Não têm livros em casa	49,6	65,6	63,4	60,7
Não têm jornais e revistas em casa	41,1	51,1	45,2	56,4
Lêem frequentemente livros	34,0	29,8	19,2	32,9
Compram frequentemente jornais não desportivos	29,3	24,7	19,2	20,0
Compram frequentemente jornais desportivos	25,3	37,9	5,8	28,2
Compram frequentemente revistas	28,1	13,2	71,2	18,8

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

O que reflectem, concretamente, os desvios sistemáticos destas três categorias relativamente aos valores médios da comunidade?

Esses desvios resultam, fundamentalmente, do facto de, no conjunto da população guineense, estarem incluídos os já referenciados sectores de classe média e alta, compostos por quadros, técnicos e profissões liberais, os quais, por registarem taxas de posse e de leitura muito mais altas, introduzem um efeito de sentido contrário na distribuição geral dos valores destes itens. De salientar, a título de confirmação, que os desvios observados, a este nível, coincidem largamente com os registados a propósito do domínio da língua portuguesa, lida, escrita e falada. Também aí, como vimos, tanto os operários da construção civil como os guineenses muçulmanos manifestaram dificuldades acima da média.

Se observarmos agora os indicadores de leitura propriamente ditos, tal como são obtidos a partir de perguntas sobre compra de jornais e revistas e sobre leitura de livros, poderemos ver que, apesar de se manter a tendência assinalada, neste caso traduzida em valores mais altos para o todo do que para qualquer daquelas três partes, essa tendência é quebrada no que respeita à leitura de certos produtos por parte de cada uma das três categorias sectoriais.

Isso acontece, especificamente, com a leitura de revista pelas empregadas dos serviços pessoais e domésticos, com a leitura de jornais desportivos pelos operários da construção civil e, em menor medida, com a leitura de livros pelos guineenses muçulmanos.

Começando pela última situação, vemos então que, enquanto 34% dos inquiridos dizem ler frequentemente livros, e tanto os operários da construção civil, como, sobretudo, as empregadas dos serviços pessoais e domésticos o fazem menos do que isso, os guineenses das etnias muçulmanas, pelo contrário, estão muito próximos desse valor médio. Este dado é surpreendente, tendo em conta, sobretudo, as dificuldades expressas pelos próprios quanto ao domínio da língua portuguesa e também o facto de a leitura autodeclarada de jornais e revistas ser significativamente mais baixa.

Como interpretar, então, este resultado?

Embora careça de confirmação mais sistemática, parece correcta a pista surgida no decurso da aplicação do inquérito à população guineense e de outras observações. Da rotina semanal ou até diária destes guineenses, como dos muçulmanos em geral, faz parte a leitura recorrente, em árabe, do Alcorão, tanto nas idas à mesquita, como no espaço privado. Isso é assim, nomeadamente, para os muitos que frequentaram escolas corânicas na Guiné-Bissau, já que também é certo que nem todos os que se definem a si mesmos como muçulmanos sabem ler árabe. A apoiar esta interpretação está o facto de alguns destes inquiridos ao responderem à pergunta sobre a frequência com que lêem livros terem acrescentado, mesmo sem isso ter sido pedido, ser essa leitura o Alcorão. Note-se, a propósito, que também houve um ou outro guineense católico que, perante a mesma pergunta, afirmou ler frequentemente a Bíblia.

Do ponto de vista da literacia, este é um caso particular. Tratando-se da leitura recorrente de um mesmo livro, e na suposição de que não se lê com idêntica regularidade outros materiais impressos, as competências de leitura acabam por ser aqui utilizadas de forma muito restrita.

De qualquer modo, fica traçada uma pista para investigação posterior, onde se avalie, com maior profundidade, a dimensão e o significado sociocultural da utilização quotidiana de outras línguas, que não o português, não só ao nível da leitura, como da escrita. No caso dos muçulmanos, guineenses e não só, interessaria saber, por exemplo, se as escolas e o ensino corânico têm alguma expressão em Portugal.

Ainda quanto à leitura de livros, e retomando os valores globais, vale a pena deixar aqui uma breve nota comparativa com os resultados obtidos pelo Estudo Nacional de Literacia relativamente a este mesmo indicador. Embora as escalas utilizadas num e noutro caso não coincidam, a comparação directa parece consistente para aqueles que responderam "nunca" lerem livros, ponto comum e bastante inequívoco nas duas escalas. Enquanto para o conjunto dos imigrantes guineenses essa modalidade de resposta engloba cerca de 10% dos inquiridos, para a população portuguesa ela atinge valores bastante mais altos, acima dos trinta por cento.

Para fazer esta comparação em termos mais rigorosos, era necessário conhecer melhor o significado das taxas de leitura declaradas pelos imigrantes guineenses, inclusivamente ao nível do tipo de livros em questão. Mas mesmo descontando situações particulares de leitura, como as que acabei de referir para os guineenses muçulmanos, a diferença encontrada não pode deixar de se relacionar com o perfil escolar e demográfico das duas populações.

Como disse atrás, os níveis de escolaridade médios entre os imigrantes guineenses são não só esmagadoramente mais elevados do que os do seu país de origem, como são mais altos do que os observados para a população portuguesa no seu conjunto. Essa diferença é notória no caso daqueles que não completaram qualquer grau de ensino, tendo ou não chegado a frequentar a escola – eles são 18% na amostra do Estudo Nacional de Literacia e 5% na amostra dos imigrantes guineenses. E são justamente estes os inquiridos que mais verosimilmente nunca lêem livros.

Além disso, há, entre os imigrantes guineenses, um número significativo de indivíduos que, antes de terem começado a trabalhar na construção civil ou em empresas de limpeza e restaurantes em Portugal, desempenhavam profissões intelectuais na Guiné-Bissau, com particular destaque para aqueles que eram professores.

Um terceiro factor que pode ajudar a explicar as taxas de leitura mais altas dos imigrantes guineenses é a própria composição etária das duas populações. Enquanto na população portuguesa há uma percentagem elevada de idosos, boa parte dos quais ou não frequentou a escola ou se foi afastando, ao longo da vida, da cultura letrada e do código escrito, os imigrantes guineenses concentram-se fortemente em escalões etários jovens. Este facto, associado a níveis de escolaridade médios mais elevados, significa que a dis-

tância do código escrito, apesar das especificidades linguísticas já apontadas, tenderá a ser menor, justamente porque é muito mais recente a vivência escolar.

Vejamos, agora, os casos da leitura de jornais desportivos por parte dos operários da construção civil e de revistas pelas empregadas dos serviços pessoais e domésticos.

Enquanto 25% do total dos inquiridos lêem frequentemente jornais desportivos, entre os operários da construção civil essa proporção é consideravelmente maior: 38%. Para os muçulmanos essa prática está ainda acima da média, embora pouco, ao passo que para as empregadas dos serviços pessoais e domésticos é uma leitura residual.

É preciso dizer, a este propósito, que muitos guineenses das camadas urbanas e mais jovens, justamente aquelas de que são oriundos os que cá trabalham na construção civil, antes mesmo de pensarem sequer em vir para Portugal, já acompanhavam regularmente o desporto português, muito em particular o futebol, tendo inclusive as suas filiações clubísticas bem definidas.

Esse acompanhamento, que tem como aliciante especial a possibilidade de seguir a carreira de um ou outro jogador guineense a actuar em clubes portugueses, era tradicionalmente feito através de notícias e relatos radiofónicos de desafios de futebol e, mais recentemente, pela transmissão directa desses jogos, quer pela televisão da Guiné-Bissau quer pela RTP internacional[23].

Com a vinda para Portugal, e porque esses objectos de referência ficam mais perto, dá-se o prolongamento de uma socialização que já estava bem estabelecida antes, incluindo, naturalmente, o seguimento muito mais próximo da evolução dos acontecimentos futebolísticos através dos *media* em geral, incluindo os jornais desportivos.

Mesmo sem evidências sistemáticas quanto às modalidades concretas de leitura destes jornais, parece razoável afirmar que ela não se cingirá aos grandes títulos, legendas e a uma outra notícia, mas que é uma leitura com alguma profundidade.

[23] Um pequeno episódio, neste caso passado em Cabo Verde, ajuda a ilustrar a intensidade com que é acompanhodo nos PALOP em geral o futebol português: por acordo dos cinco partidos concorrentes, o início efectivo da campanha para as eleições de 1995 foi adiado um dia devido à transmissão televisiva de um jogo internacional de um dos principais clubes portugueses.

Na compra de jornais em geral e de jornais desportivos em particular, há, para os que acompanham de perto e por outros meios de comunicação os temas que aí são objecto de notícia e reportagem, um fenómeno de redundância de informação. Quem lê jornais desportivos à segunda-feira, por exemplo, já sabe os resultados do futebol e de outras competições, porque há grande probabilidade de ter assistido, durante o fim-de-semana, à transmissão de jogos e/ou de programas especializados na televisão ou na rádio. A leitura, nestes casos, não será, portanto, para saber o mesmo, mas para saber mais, para conhecer pormenores e desenvolvimentos.

Num contexto de literacia geralmente pobre, tanto no plano profissional como na relação com documentos de vária ordem, importa, por isso, sublinhar a importância da leitura recorrente, em muitos casos quase diária, destes jornais. Tal como acontece com muitos segmentos das classes populares portuguesas, os jornais desportivos parecem ser um dos poucos vínculos permanentes dos imigrantes africanos com o código escrito português e, por essa via, com a cultura letrada, garantindo uma base de competências que permite ler ou vir a ler outras coisas.

No caso dos imigrantes cuja língua materna não é o português, como acontece com a maioria dos guineenses e cabo-verdianos, não deixará de ser mesmo uma das vias pelas quais a própria aprendizagem de base da língua portuguesa se faz no dia-a-dia. Este raciocínio poderá também valer para perceber os casos de um ou outro inquirido que afirmou comprar jornais desportivos "para ver as fotografias".

A leitura de revistas pelas empregadas de serviços pessoais e domésticos, por seu lado, apresenta várias homologias com a leitura de jornais desportivos pelos operários da construção civil.

Também aqui estamos perante uma modalidade de leitura parcelar, e não cumulativa, uma vez que não é acompanhada por igual frequência de leitura de livros ou jornais[24]. Além disso, há, igualmente, um fenómeno de redundância, já que as revistas em causa são, principalmente, revistas que funcionam como prolongamento de consumos televisivos e cuja compra é, em boa parte, suscitada por eles, de forma a poder conhecer-se, por exemplo,

[24] Sobre os conceitos de leitura parcelar e cumulativa e, em geral, para uma análise das práticas de leitura em Portugal, ver Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, «Inquérito aos hábitos de leitura», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10, 1991.

desenvolvimentos do enredo de uma telenovela em exibição ou aspectos da vida privada de figuras televisivas ou do espectáculo. É, ainda como os jornais desportivos, um veículo privilegiado de acesso ao português escrito. E, finalmente, é um consumo que aproxima as imigrantes africanas destas camadas sociais do sector feminino das classes populares portuguesas.

Note-se, contudo, a frequência especialmente elevada da leitura destas revistas, muito maior do que a leitura de jornais desportivos entre os operários da construção civil. Mais de 70% das inquiridas afirmaram ler frequentemente revistas e apenas 5,7% declararam nunca ou raramente as lerem, valores sem paralelo em qualquer dos outros tipos de leitura dos imigrantes guineenses.

Estes valores são, aliás, consideravelmente mais altos do que os encontrados pela análise extensiva do Estudo Nacional de Literacia para a leitura de revistas pelas mulheres portuguesas. A explicação para esta diferença parece decorrer, em grande parte, como atrás já foi dito a respeito da leitura de livros, da própria composição sociodemográfica da imigração guineense. A componente feminina desta imigração é composta, de forma esmagadora, por mulheres jovens e com alguma escolaridade, o público-alvo por excelência das revistas em análise. Já os resultados da referida análise extensiva nacional reflectem as práticas de leitura de um universo feminino global onde pesam consideravelmente segmentos idosos e não escolarizados.

Por fim, uma nota sobre a leitura de jornais não desportivos. Tal como ocorre com a leitura de livros, este indicador parece ser socialmente mais discriminante, no sentido em que qualquer das categorias sectoriais, neste caso as empregadas dos serviços pessoais e domésticos e os guineenses muçulmanos, apresentam níveis de leitura bastante abaixo da média, indiciando assim que eles são relativamente elevados nos sectores mais letrados da comunidade guineense.

Em todo o caso, pode dizer-se que a leitura desses jornais tem um leque diversificado de finalidades, desde o conhecimento das notícias de âmbito mais geral, passando pela consulta de ofertas de alojamento ou emprego, embora estas, como já disse, passem principalmente pelos contactos interpessoais até ao acompanhamento de acontecimentos que suscitem a atenção excepcional dos guineenses, como foram as reportagens publicadas pela imprensa portuguesa aquando das primeiras eleições multipartidárias da Guiné-Bissau, realizadas em 1994.

Como foi referido atrás, o reagrupamento familiar na comunidade guineense é, por enquanto, bastante limitado. Trata-se de uma imigração predominantemente masculina – cerca de 70% dos guineenses fixados em Portugal são homens –, o que significa muitas famílias divididas, com os homens em Portugal e as mulheres e filhos na Guiné-Bissau.

Por outro lado, é certo que muitos guineenses mantêm, mesmo após a emigração, contacto regular com uma rede mais alargada de familiares e amigos e que o próprio facto de se estar emigrado pode suscitar a intensificação desses contactos, pelo menos nos casos em que novos potenciais emigrantes desejam receber informações que os ajudem a decidir-se.

Neste contexto, torna-se pertinente observar o lugar da escrita e da leitura na comunicação regular dos imigrantes guineenses com o país de origem e ver até que ponto elas coexistem ou são preteridas em favor de modalidades de comunicação não-escritas.

Os resultados do inquérito nacional aos imigrantes guineenses que tem vindo a ser usado como fonte mostram que um pouco mais de 30% dos inquiridos dizem escrever frequentemente para familiares e amigos, tantos quantos os que afirmam fazê-lo só às vezes. Os restantes cerca de 35% declaram raramente ou nunca o fazerem.

Mesmo sem termos comparativos, pode-se dizer que a prática de escrita de cartas não é tão comum como seria de esperar, se tivermos em conta não só a situação generalizada de separação das famílias como o facto de muitos imigrantes passarem vários anos consecutivos sem voltarem à Guiné. Nestas circunstâncias, não surpreenderia que muitas mais pessoas escrevessem com frequência. Porque não escrevem, então?

Embora não exclusiva, a dificuldade de domínio da língua portuguesa escrita, e também lida, parece ser a principal razão para que a troca de correspondência não seja mais habitual. Recorde-se que é, justamente, ao nível da escrita que os imigrantes guineenses declaram ter mais problemas para utilizar o português. Se considerarmos, por outro lado, que o uso do crioulo escrito ainda tem apenas estatuto experimental, no domínio literário, e se exceptuarmos aqueles que eventualmente escrevem em árabe, muitos dos que escrevem ou desejariam escrever cartas defrontam-se com essas limitações.

Além do mais, as dificuldades de domínio do português não se cingem a quem escreve ou eventualmente deseja escrever cartas. Elas são ainda maiores

para a generalidade dos destinatários dessas cartas. Como disse antes, os níveis de escolaridade e o conhecimento da língua portuguesa dos imigrantes guineenses são muito mais altos do que os da população guineense em geral, o que significa que, mesmo tendo capacidade para comunicar por escrito em português, uma parte dos imigrantes não o fará devido à incapacidade dos destinatários para decifrar as suas mensagens. Mais até do que as limitações dos próprios imigrantes, a impossibilidade ou dificuldade dos seus familiares em lerem as cartas que eles possam escrever parece ser aqui o principal obstáculo ao uso mais frequente deste meio de comunicação.

Houve, de resto, vários inquiridos que afirmaram recorrer, por vezes, a terceiros para escreverem cartas por eles, o que, por maioria de razão, não deixará de ser um expediente também utilizado no destino. Note-se aqui a proximidade com a situação clássica das comunidades imigrantes, onde a figura do intermediário escrevedor e/ou leitor das cartas alheias desempenhava uma função social muito importante, entretanto caída em desuso, não só pela maior facilidade em viajar e pela generalização do telefone, mas principalmente devido ao aumento global dos níveis de escolaridade.

As dificuldades de utilização do português escrito, num quadro de relações sociais e familiares em que a língua materna é outra, levam a que o telefone acabe por ter uma utilização mais corrente do que a correspondência. A prática da comunicação telefónica já era comum há alguns anos atrás e generalizou-se a partir do momento em que as ligações com a Guiné-Bissau se tornaram automáticas e passou a ser possível fazê-las de qualquer cabina de rua. Apesar de isso representar custos ainda significativos, para muitos imigrantes tornou-se rotina, logo após receberem o pagamento mensal, comprarem um ou dois cartões do tipo "credifone" e gastarem-nos até ao fim numa conversação longa com os familiares.

Além de superar as dificuldades da comunicação escrita, o telefone tem ainda a vantagem da rapidez, quando é necessário, por exemplo, pedir um documento urgente, e responde também a razões de natureza afectiva, bem expressas nas palavras de um inquirido que diz "telefonar quando quer ouvir a voz da irmã".

Para além do telefone, outra modalidade de comunicação não escrita é o envio de cassetes gravadas. É também uma forma de contornar os obstáculos da iliteracia e é, por outro lado, uma maneira de chegar a destinatários que não podem ser contactados por telefone, o qual, sublinhe-se, só é um bem relativamente acessível na região de Bissau. Além disso, as cassetes permitem "dizer tudo o que se sente", sendo especialmente preferidas quando os assuntos de que se quer falar "são segredo", que é exactamente o que as cartas podem não permitir guardar, na medida em que estejam envolvidos na relação não apenas o emissor e o receptor, mas outros intervenientes que lêem e/ou escrevem essas cartas por eles.

Apesar de se tratar de práticas com alguma expressão quotidiana, as dificuldades de processamento de informação escrita de muitos imigrantes guineenses não deixam de se fazer sentir, tanto no consumo de livros, jornais e revistas, como no respeitante à comunicação com os familiares no país de origem. Os níveis de leitura mais altos confinam-se a um só tipo de suporte e, mesmo nesses casos, se exceptuarmos a leitura de revistas por parte do sector feminino, a maioria clara das respostas distribui-se pelos pontos da escala correspondentes a baixas ou nulas frequências, isto é, a grande maioria é formada pelos que disseram ler só "às vezes", "raramente" ou "nunca".

Pelo seu lado, no plano dos contactos com a Guiné-Bissau, o papel preponderante do telefone, embora se possa atribuir a um leque mais amplo de factores, põe em evidência que o principal deles é a dificuldade em lidar com o português, agora não só ao nível da leitura, com no plano mais exigente da escrita.

Importa salientar, em todo o caso, o facto de, comparativamente com o que se passa no domínio profissional ou na relação com documentos de natureza pública, acabar por ser na esfera pessoal que a grande maioria dos imigrantes guineenses encontra contextos de literacia menos pobres.

Isto leva a pensar, e é esse o objecto do ponto seguinte, nos processos em que, por baixas solicitações e exigências externas de literacia, tanto na esfera profissional como na esfera pública, as competências de leitura, escrita e cálculo disponíveis, e de que os usos voluntários privados dão justamente conta, podem acabar por regredir a pouco e pouco.

Trajectos de desqualificação social e literacia: professores na construção civil

Vimos atrás que a emigração da Guiné-Bissau para Portugal recruta largamente nos sectores jovens, urbanos e escolarizados, incluindo muitas pessoas que desempenhavam profissões científicas e técnicas, em diferentes departamentos do Estado guineense. Entre eles, há um número elevado de

indivíduos com escolaridade média ou superior e destaca-se, especialmente, o grupo dos que eram professores, grande parte do ensino secundário e uns quantos do primário. A saída de tantos professores pode compreender-se tendo em conta que, no quadro mais geral da crise económica guineense e de degradação do poder salarial dos funcionários públicos, o sector da educação tem sido particularmente atingido.

Esses antigos professores representam cerca de 14% da amostra do inquérito à comunidade guineense. Mas o que é mais surpreendente é que dessa meia centena de professores, cerca de três quartos ocupam hoje profissões de execução manual desqualificada: 60% são operários da construção civil e 15% são empregadas dos serviços pessoais e domésticos e operárias industriais.

Assim se compreende que entre os guineenses operários da construção civil se encontrem, como foi dito, dez indivíduos em cada cem que frequentaram e/ou completaram o ensino superior. Estes universitários, que, em face das características do sector da construção, se podem considerar largamente sobrequalificados para o trabalho que fazem, conhecem, com a vinda para Portugal, verdadeiros trajectos de despromoção social, no sentido forte da palavra.

Mas antes mesmo de analisarmos os factores associados ao processo de desqualificação social desse segmento da população imigrante, vejamos alguns indicadores que dão conta, embora de forma indirecta, dos seus níveis de literacia.

Se observarmos a sua relação com a língua portuguesa e as suas práticas ao nível da posse e leitura de livros, jornais e revistas (Quadro 6.5), concluímos que se trata, com efeito, de pessoas com competências muita acima da média dos trabalhadores do sector e da comunidade guineense em geral e também, no que diz respeito à leitura, com valores acima dos que o Estudo Nacional de Literacia encontrou para o conjunto da população portuguesa.

Assim, nenhum desses ex-professores declarou ter dificuldade em compreender, falar ou escrever português, o que, no respeitante à oralidade, é corroborado pela observação directa dos entrevistadores. Estes atestam que mais de oitenta por cento desses inquiridos falam português com facilidade, contra apenas 54,3% do conjunto dos operários guineenses desse sector e 67,1% do total dos imigrantes guineenses. Claro que pode haver aqui algum optimismo na auto-avaliação, sobretudo no plano da escrita, mas como a tendência para uma auto-avaliação ligeiramente por cima será de todos os inquiridos, as distâncias são na mesma significativas.

Quadro 6.5: Indicadores de literacia dos guineenses universitários na construção civil (%)

	Conjunto dos imigrantes guineenses	Conjunto dos guineenses operários da construção civil	Guineenses universitários na construção civil
Dificuldade auto-declarada em compreender português	9,5	14,2	0,0
Dificuldade auto-declarada em falar português	16,3	21,3	0,0
Dificuldade auto-declarada em escrever português	20,7	26,4	0,0
Facilidade em falar português (segundo o entrevistador)	67,1	54,3	83,3
Não têm livros em casa	49,6	65,6	23,1
Não têm jornais e revistas em casa	41,1	51,1	15,4
Lêem frequentemente livros	34,0	29,8	38,9
Lêem frequentemente jornais desportivos	25,3	37,9	55,6
Lêem frequentemente jornais não-desportivos	29,3	24,7	72,2

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

Todos os restantes indicadores apontam no mesmo sentido. É menos frequente esses ex-professores não terem livros, jornais e revistas em casa e, por outro lado, lêem-nos com mais frequência do que os seus conterrâneos em geral e do que os seus colegas de trabalho em particular. Este subconjunto dos imigrantes guineenses é também aquele que mais fala português no espaço doméstico.

O perfil cultural singular destes imigrantes pode mesmo suscitar episódios curiosos de choque cultural "ao contrário", no curso das interacções quotidianas no espaço de trabalho. Um deles, deslocado por alguns meses para uma obra grande na região de Pombal, contou como os seus colegas de camarata – jovens portugueses oriundos do interior centro – ficavam espan-

tados por ele ter o hábito de ler antes de dormir. Aliás, o choque era mais global, uma vez que, além de ler, tinha ainda o hábito de tomar banho todos os dias e pedir leite na cantina.

Mas voltando à questão atrás enunciada, que factores podem estar associados a estes trajectos de desqualificação social? E que efeitos pode ter a permanência duradoura neste segmento do mercado de trabalho sobre as competências de leitura, escrita e cálculo de que dispõem os protagonistas desses trajectos?

Para esboçar uma resposta à primeira questão convém ter presente ainda um outro facto. É que, se a grande maioria desses ex-professores e universitários em geral foi socialmente desclassificada com a vinda para Portugal, há também alguns, embora em número bastante menor, que mantiveram as suas posições sociais e ocupam hoje lugares profissionais (quadros, professores) ajustados às suas competências escolares. Há mesmo, entre eles, um ou outro caso de indivíduos que chegaram a passar pelo mercado da construção civil, mas que acederam, passado algum tempo, a posições profissionalmente mais qualificadas.

O que fez divergir esses trajectos, até certo momento comuns? O que é que determinou nuns casos a ruptura e noutros a continuidade das trajectórias profissionais depois da vinda para Portugal?

Embora a resposta a estes perguntas careça de investigação mais aprofundada, que ainda está por realizar, e de o tempo de imigração da comunidade guineense não ser ainda suficientemente longo para comprovar tendências pesadas nos trajectos modais dos seus membros, podem apontar-se alguns factores cuja interferência é inequívoca.

A nacionalidade e a data de chegada/tempo de residência em Portugal são factores com influência directa. Como disse atrás, a linha que divide os guineenses com e sem nacionalidade portuguesa corresponde em boa parte a uma divisão de classe. Tal como acontece nas outras comunidades africanas, os segmentos de classe média e classe alta na comunidade guineense são constituídos maioritariamente por pessoas com a nacionalidade portuguesa. O efeito conjugado da nacionalidade portuguesa e da condição de classe garante, nestes casos, a manutenção do estatuto social depois da vinda para Portugal.

Por outro lado, aqueles que vieram ainda nos finais dos anos 70, ou no princípio dos anos 80, conseguiram mais facilmente manter o seu estatuto.

Em grande parte, são as mesmas pessoas, mas a data de chegada, só por si, não deixa de ter um efeito próprio. Embora os dados disponíveis não permitam saber se há ou não idênticos trajectos de despromoção social noutras comunidades africanas, parece seguro afirmar que o facto de ser uma imigração mais recente não é alheio ao número considerável desses trajectos entre os guineenses. Os indivíduos que, como acontece com os guineenses, chegam a Portugal no fim da década de 80 ou início da década de 90, com diplomas universitários ou de ensino médio, vêm encontrar um mercado de trabalho onde há grandes dificuldades de colocação para licenciados em geral e para licenciados estrangeiros em particular, conjuntura que não conheceram aqueles que chegaram dez ou quinze anos antes.

O ter-se feito os estudos universitários já em Portugal parece ter também alguma importância. Embora a maioria dos casos aqui em análise seja de pessoas que obtiveram os seus diplomas em países terceiros e depois, ou passaram pela Guiné antes de emigrarem para Portugal ou vieram para cá directamente, há um outro tipo de trajecto que é o dos indivíduos que se fixaram cá depois de terem frequentado universidades portuguesas e que antes de virem já trabalhavam como professores ou noutros lugares técnicos.

Nestes casos, parece ter sido comparativamente mais fácil o acesso a lugares compatíveis no mercado de trabalho, a que não serão alheias as redes de interconhecimento estabelecidas ao longo dos anos. De qualquer modo, são também de assinalar aqui trajectos mal sucedidos, na sequência dos quais, tendo ou não havido interrupção do percurso universitário, por problemas de insucesso escolar ou de perda de bolsas de estudo, a construção civil ou os serviços pessoais e domésticos acabaram por ser o destino profissional imediato.

Não pode deixar de se considerar ainda como variável importante as próprias estratégias individuais destes imigrantes. Perante um mercado de trabalho com muitos bloqueamentos, nomeadamente o subemprego de licenciados, e tendo em conta os obstáculos adicionais decorrentes da sua condição de estrangeiros, é na construção civil que muitos podem, mais facilmente, concretizar dois objectivos centrais dos seus projectos migratórios. A saber, o emprego imediato e a possibilidade de ganhar algum dinheiro rapidamente, permitindo-lhes, passados alguns anos, regressar à Guiné-Bissau. Será por isso que alguns destes imigrantes não chegam sequer a pedir a equi-

valência dos seus diplomas estrangeiros nas universidades portuguesas, o que lhes poderia eventualmente abrir outras alternativas de vida.

Seja como for, o que a situação actual destes universitários e ex-professores mostra bem é que a literacia não é uma variável independente no que à plena participação no jogo social diz respeito. Se a ausência de competências de leitura, de escrita e de cálculo limita fortemente as opções individuais num determinado quadro de alternativas socialmente estruturadas, a posse dessas competências, mesmo em grau elevado, não garante, só por si, um leque de escolhas mais amplo.

Não é por falta de competências de escrita, leitura e cálculo que esses imigrantes "caem" no mercado de trabalho da construção civil e, uma vez dentro dos circuitos de precariedade e informalidade que o caracterizam, muitos dificilmente conseguem de lá sair. O que está em jogo aqui são processos de natureza mais global, nomeadamente os que têm a ver com a segmentação do mercado de trabalho e a exclusão social, que, como se sabe, atingem vastos sectores da população portuguesa e, de forma particular, a maior parte da população imigrante.

Além disso, projectam-se também aqui os efeitos do desajustamento estrutural entre as qualificações conferidas por sistemas de ensino sempre em expansão, que vão progressivamente elevando os níveis médios de escolaridade nas sociedades modernas, e a permanência, ao nível do mercado de trabalho, de vastos segmentos desqualificados e desqualificantes, que pouco ou nenhum apelo fazem aos saberes escolares, mesmo os mais básicos.

O exemplo dos imigrantes universitários na construção civil é uma concretização extrema de um fenómeno mais geral de desvalorização dos diplomas, que tem, nesse mesmo e noutros sectores do mercado de trabalho, variadas manifestações. No estudo já citado, onde esta questão é largamente analisada, José Madureira Pinto e Cidália Queiroz chamam justamente a atenção para "o enorme abismo" que, na construção civil, separa os perfis de escolarização de aprendizes e encarregados, "opondo subalternos razoavelmente instruídos a chefias desprovidas de títulos e saberes escolares"[25].

Neste quadro, pode-se perguntar se a permanência duradoura neste sector do mercado de trabalho não terá mesmo efeitos regressivos sobre as

[25] José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, *op. cit.*, p. 74.

competências de leitura, escrita e cálculo de que aqueles imigrantes dispõem à chegada a Portugal. Como foi dito anteriormente, o trabalho na construção civil é não só pobre em exigências de literacia, mas também virtualmente empobrecedor dos níveis de literacia de que dispõem, à partida, os que aí exercem profissão.

Assumindo-se que esse e outros universos profissionais se constituem como verdadeiros contextos de produção de iliteracia, e admitindo ainda que muitos desses imigrantes com qualificações universitárias tenderão a não encontrar alternativas de emprego viáveis, poder-se-á assistir a um processo de progressiva desactivação das suas competências escolares, de morte lenta de literacia, por falta de solicitações e condições para o seu exercício.

Claro que não se pode perder de vista que, regra geral, no curso de trajectos escolares longos, como foram os desses imigrantes, não só se obtêm qualificações escolares elevadas como se adquirem disposições para a leitura, de que os indicadores de literacia extraprofissional patentes no Quadro 6.5 dão testemunho. Mas, como estamos perante uma situação em que não se pode garantir que quem sabe nunca esquece, é mais certo afirmar que a ocorrência ou não desses processos de regressão de literacia dependerá, finalmente, das oportunidades futuras de que venham a dispor, principalmente no plano profissional.

A escolarização dos filhos dos imigrantes: perspectivas futuras de literacia

Num trabalho em que se discutem factores e processos associados à relação entre minorias e literacia, não pode deixar de se equacionar, a partir das evidências hoje disponíveis, tendências de evolução futura.

Para muitos dos adultos jovens que formam o grosso das comunidades imigrantes há indicações de que essa evolução pode ser negativa. Isso acontece através de processos particulares de eventual regressão de literacia como os que acabámos de referir, mas, mais genericamente, pelo facto de a maioria dos imigrantes não só ter dificuldades, inclusivamente por razões linguísticas, em lidar com a escrita e a leitura, como ter um quotidiano de fracas exigências de literacia, tanto na esfera profissional como na esfera pública.

Mas a evolução futura passa, mais ainda, pelo que venham a ser os níveis de literacia dos descendentes dos actuais imigrantes. Estes descendentes, muitas vezes designados por "imigrantes de segunda geração", mas que na

verdade, por nascerem e crescerem em Portugal, são mais luso-africanos[26] do que imigrantes propriamente ditos, representam já uma proporção significativa da população imigrante.

Apesar de em comunidades como a guineense o reagrupamento familiar ser ainda bastante limitado, hoje é já bem visível, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, a reprodução de gerações.

Na falta de estatísticas globais e sistemáticas que permitam avaliar o peso numérico dessas gerações mais jovens, alguns indicadores parcelares são bastante reveladores. No ano lectivo de 1991/92 estavam inscritas, só no 1º ciclo do ensino básico, mais de 13 000 crianças das comunidades originárias dos PALOP, com destaque para as de origem cabo-verdiana, que representavam mais de metade desse universo[27]. Nos outros graus de ensino havia, certamente, mais alguns milhares. Em certas áreas da região de Lisboa com forte concentração de imigrantes africanos, podem mesmo encontrar-se escolas do 1º ciclo do ensino básico onde a maioria dos alunos é negra.

Hoje é já claro que a relação dessas crianças com a escola não é, globalmente, uma história de sucesso, particularmente no que diz respeito às crianças africanas. As taxas de insucesso escolar entre crianças de minorias são, na maior parte dos casos, mais elevadas do que a média nacional, já de si muito alta.

Dados de 1991, relativos ao 1º ciclo do ensino básico, mostram que as crianças macaenses, timorenses e indianas, por esta ordem, estavam ligeiramente abaixo das taxas nacionais de insucesso escolar (cerca de 25%), mas que as crianças de todas as comunidades africanas e ainda as ciganas estavam bem acima desses valores médios. O insucesso atingia, em primeiro lugar, os alunos ciganos, seguindo-se cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses, angolanos e moçambicanos[28].

Também um estudo feito na área da Grande Lisboa, e publicado nesse mesmo ano, sobre os sectores mais desfavorecidos das diversas minorias

[26] Sobre este conceito ver Fernando Luís Machado, «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», *op. cit.*

[27] Dados do Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação.

[28] Idem.

étnicas, revela que, entre os jovens até aos 24 anos que já tinham deixado de estudar, 64% não completaram a escolaridade obrigatória, 25% não completaram mais do que esse grau de ensino e só 11% o ultrapassaram[29].

Apesar das iniciativas que visam especificamente inverter estes números, dinamizadas em muitas escolas de todo o país, desde há alguns anos, pelo Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, pode perguntar-se se não terá já começado a cristalizar-se uma tendência que aponta seriamente para a constituição de novos segmentos de população com baixos níveis de literacia, a curto ou médio prazo.

Hoje não há elementos suficientes para dar uma resposta directa e cabal a esta pergunta. Dentro da carência mais geral de trabalhos sobre a situação social dos imigrantes e das minorias étnicas em Portugal, faltam particularmente estudos sobre os trajectos e a composição social dos jovens luso-africanos descendentes de imigrantes. Por exemplo, sobre as modalidades de entrada no mercado de trabalho daqueles que já deixaram, precocemente ou não, o sistema de ensino, aspecto decisivo para perceber a configuração dessa tendência, sabe-se muito pouco.

Em termos aproximativos e algo impressionistas, pode de qualquer modo dizer-se que, nestas novas gerações, se desenham dois feixes principais e bem distintos de trajectórias sociais, reais ou virtuais.

Por um lado, parece certo que os jovens oriundos dos sectores letrados de classe média e alta das várias minorias africanas seguem ou virão a seguir os trajectos modais dos jovens dessa origem de classe em geral, frequentando as universidades e tendo acesso a sectores qualificados do mercado de trabalho. Não há razão para pensar que os mecanismos de reprodução social que actuam para a generalidade das classes médias de elevada escolaridade não actuem também aqui. Logo, não será para estes jovens que se coloca ou irá colocar o problema da iliteracia.

Mas estes são evidentemente sectores minoritários dentro das próprias minorias. No caso dos filhos dos imigrantes desfavorecidos, a questão que se coloca é saber se também ocorre uma reprodução em larga escala das condições

[29] Cf. Alfredo Bruto da Costa e Manuel Pimenta (coord.), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã, 1991.

de classe de partida ou se as oportunidades dos filhos são e serão mais amplas do que as dos pais.

Evidências localizadas e não generalizáveis sugerem que a integração dos jovens luso-africanos de baixa origem social no mercado de trabalho estará a fazer-se em moldes não muito diferentes da dos seus progenitores. Uma pesquisa recente sobre a juventude no concelho de Loures, um dos concelhos do país onde a presença de minorias é mais significativa, mostra que os jovens não europeus apresentam perfis profissionais comparativamente menos favorecidos do que os jovens europeus[30]. Embora a proporção de operários seja idêntica nas duas categorias, os não europeus são muitíssimo menos nas profissões intelectuais e científicas e nas profissões técnicas e de enquadramento, concentrando-se antes em lugares de empregados executantes do comércio e dos serviços. Além disso, metade deles não tem contrato de trabalho nem faz descontos para a segurança social, situações muito menos frequentes entre os europeus.

Em todo o caso, dado o tempo de residência relativamente curto das comunidades imigrantes, é preciso dizer que a grande maioria dos seus descendentes está ainda hoje a frequentar o sistema de ensino, e que é aí que se joga no imediato o seu futuro.

Neste quadro, uma variável importante a considerar são as estratégias das famílias imigrantes face à escolarização dos seus filhos. A maioria dessas famílias percebe claramente a centralidade da escola na estruturação das suas oportunidades futuras.

Relativamente às famílias guineenses, por exemplo, a valorização da escola está bem patente no nível de aspirações manifestado para os filhos. Quando se pergunta até onde gostariam que eles chegassem na escola, a maioria esmagadora das respostas indica como meta a obtenção de um curso universitário.

A aposta na escola passa, em primeiro lugar, pelas preocupações expressas relativamente ao domínio da língua portuguesa pelas crianças. Estudos exploratórios mostram, no caso cabo-verdiano, que os pais procuram restringir

[30] Pesquisa realizada no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da responsabilidade de uma equipa constituída por João Ferreira de Almeida, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira e João Sedas Nunes. Dados retirados de Fernando Luís Machado, *A Juventude do Conselho de Loures – Diversidade de Condições Sociais* (2.º volume do relatório final), 1994.

a utilização do crioulo pelos filhos, sendo elevada a percentagem dos que comunicam com eles apenas em português[31]. Dados do inquérito à população guineense confirmam essa tendência. Perto de 90% dos inquiridos que têm filhos em Portugal afirmam que estes falam com eles apenas em português.

À primeira vista estes dados são surpreendentes, em face do que foi dito sobre o peso cultural do crioulo, tanto na comunidade guineense como na cabo-verdiana. Mas a contradição é só aparente. Se para os adultos dessas duas comunidades o uso do crioulo é hegemónico, também é notória a diferença de experiências linguísticas dos mais novos. Embora faltem pesquisas de observação directa que permitam avaliar se, de facto, essas crianças usam generalizadamente a língua portuguesa nos espaços extra-escolares, não só na família, mas também no grupo de pares, não há dúvida de que, comparativamente com os seus pais, a socialização linguística em português dessas crianças é muito forte.

Isso deve-se, desde logo, ao efeito da própria integração escolar. Mas é também resultado do ambiente linguístico mais geral, da acção dos *media* e das interacções quotidianas com outras crianças. Tanto na convivialidade escolar como extra-escolar essas crianças usam necessariamente o português para comunicar com colegas, amigos ou vizinhos, não só portugueses, mas também das minorias não falantes de crioulo. O incentivo dos pais no sentido de as crianças falarem português é, então, um factor adicional de socialização linguística.

Em muitas famílias cabo-verdianas e guineenses o quadro linguístico quotidiano é um em que os pais falam muito mais crioulo do que português e os filhos muito mais português do que crioulo, incluindo situações em que os pais se dirigem aos filhos em crioulo e estes respondem em português. São portanto os filhos, na maior parte dos casos, quem melhor fala, lê e escreve o português, até por estarem a frequentar a escola, compreendendo-se assim que façam observações do género "o pai não sabe falar português".

De qualquer forma, é preciso não perder de vista que o crioulo não deixa de ser uma faceta importante, ainda que mediata, da identidade cultural das crianças cabo-verdianas e guineenses. Apesar dos múltiplos factores de

[31] Ver Alfredo Bruto da Costa e Manuel Pimenta (coord.), *op. cit.*

socialização linguística em português, incluindo, como disse, o incentivo dos próprios pais, não se pode pensar simplesmente que, só por terem nascido e/ou crescido em Portugal, a língua materna dessas crianças é o português. Elas estão mais provavelmente numa situação de bilinguismo, onde o peso de uma e outra língua dependerá da sua valorização respectiva, não só na família de origem como nos contextos de interacção imediatos.

E aqui é preciso sublinhar que a atitude da escola e dos professores face ao bilinguismo dessas crianças é um factor que interfere no desenvolvimento do próprio processo de escolarização. Não está em causa para ninguém, a começar pelas famílias, a ideia de que a aprendizagem do português é um factor indispensável para a integração bem sucedida dessas crianças na sociedade portuguesa. No entanto, os preconceitos face às crianças que chegam à escola com dificuldades no português e a usar mais o crioulo, preconceitos ainda bastante difundidos no corpo docente, bem como a desvalorização do crioulo enquanto veículo de comunicação extra-escolar, só prejudicam o primeiro embate desses alunos com a instituição escolar e não contribuem nada para o prosseguimento bem sucedido do seu trajecto futuro.

A questão linguística, as dificuldades na relação com instituições e documentos e até o estatuto de clandestinidade de uma parte das famílias imigrantes concorrem para o estabelecimento de uma relação de distância com a escola. A tradicional dificuldade de relacionamento da instituição escolar com os meios sociais desfavorecidos tende a ser ainda maior no caso dos imigrantes, acabando por não se fazer sentir, muitas vezes, os efeitos práticos que poderiam resultar do facto de essas famílias valorizarem altamente a escolarização dos seus filhos.

É que, para além de esbarrar nas dificuldades da escola em se relacionar com os meios imigrantes, a aposta escolar destas famílias colide com constrangimentos vários da sua vida quotidiana. Factores como as privações materiais de vária ordem, a desarticulação das relações familiares resultante do processo migratório ou a transferência de responsabilidades domésticas pesadas para as crianças, entre outros, condicionam directamente o nível de desempenho escolar dos alunos destes meios[32].

[32] Para uma análise das condições de escolarização dos filhos de imigrantes africanos ver Isabel Sasseti Paes, «Crianças de imigrantes. Que oportunidades?», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.

No que respeita especificamente à socialização para a leitura e a escrita, os dados anteriormente analisados, embora mostrem ser ao nível do consumo de jornais e revistas que as capacidades de leitura acabam por se exercitar mais, não deixam também de revelar taxas de não-leitura ou de leitura ocasional muito elevadas, donde se pode depreender que os efeitos de exemplo e outros estímulos ao desenvolvimento de hábitos de leitura nas crianças só muito parcialmente funcionarão entre os sectores desfavorecidos da população imigrante.

De qualquer modo, não deixará de se consolidar uma diferença de fundo entre os imigrantes propriamente ditos e os seus descendentes, no que respeita especificamente aos níveis de literacia. Por efeito dos percursos escolares por tendência mais longos e feitos quase exclusivamente em Portugal, no caso dos segundos, e mais curtos e feitos sobretudo nos países de origem no caso dos primeiros, com excepção do tal segmento de universitários em processo de desqualificação social, e tendo ainda em conta o maior domínio da língua portuguesa por parte das novas gerações, os níveis médios de literacia dos jovens descendentes de imigrantes serão certamente mais altos do que entre os seus pais e mães.

Essa diferença ajuda, aliás, a perceber o próprio posicionamento das gerações mais velhas e mais novas em relação à sociedade e ao Estado receptores. Se não parece haver dúvida de que as atitudes de conformismo e de retraimento público e político da generalidade dos imigrantes se devem, entre outros factores, a insuficiências de literacia, a ruptura visível com essas atitudes por parte dos seus descendentes também não será alheia ao facto de essas insuficiências não serem já tão acentuadas.

Mas também é preciso salientar que as exigências de literacia que os descendentes das famílias imigrantes vão encontrar na vida adulta, tanto na esfera profissional como nas esferas social e pessoal, serão certamente mais altas do que as que os seus pais conhecem actualmente. Resta então saber como é que as competências que tenham à saída da escola irão condicionar as suas oportunidades de ida, comparativamente com as dos jovens portugueses em geral.

6.6. Notas finais

Para concluir este trabalho, vale a pena sintetizar alguns dos pontos fundamentais atrás analisados e deixar duas ou três notas complementares.

A situação de literacia mais comum entre os sectores socialmente desfavorecidos da população imigrante pode resumir-se, através de um "retrato-padrão", com os contornos que se seguem. O que se pretende não é reconstituir toda a "fisionomia" de uma categoria social internamente diferenciada, mas apenas sublinhar os seus traços mais marcantes, traços partilhados pela maioria das pessoas que a integram.

Jovem imigrante a trabalhar sem contrato na construção civil, cujo acesso a esse sector de actividade profissional se desenrolou sem quaisquer mediações formais que implicassem a utilização da escrita e da leitura. Vive, sem contrato de arrendamento ou apenas com contrato oral, numa casa abarracada, num anexo, quarto ou parte de casa. Não lida com facturas de água ou electricidade, porque não tem ou não paga, nos casos em que a habitação é clandestina, ou isso está incluído no aluguer nas outras situações. O mesmo se passa quanto ao telefone, quando existe, mas o seu uso também só é autorizado para receber chamadas. De qualquer modo, para comunicar com os familiares e amigos na Guiné-Bissau usa cada vez mais os cartões tipo "credifone" e só secundariamente a escrita, até porque, muitas vezes, os destinatários dessas cartas não saberiam lê-las.

Tem conta bancária, mas só a utiliza praticamente para fazer depósitos. Mesmo isso não é muito frequente, porque o dinheiro que sobra mensalmente (quando o patrão paga tudo e a horas) é enviado para a Guiné, por mão própria, para a mulher, a mãe ou um irmão mais velho. Como não tem nada que comprove, no papel, a sua condição de trabalhador com um salário (por exemplo, um recibo de ordenado) não pode pedir empréstimos bancários para comprar equipamentos domésticos, seja para uso próprio seja para mandar para a família. A mesma impossibilidade de comprovar formalmente os seus rendimentos mensais impede-o de adquirir esses equipamentos a crédito nas grandes superfícies comerciais e lojas especializadas. Vale-lhe a loja do bairro que vende os mesmos produtos, embora mais caros, mas onde, por conhecimento directo ou por mediação de terceiros, faz com o comerciante um acordo não-escrito para ir pagando todos os meses uma determinada quantia.

Passaram-se cinco anos desde que chegou a Portugal e já conheceu muitos patrões e locais de trabalho, sempre através de contactos informais. Durante todo esse tempo, apesar de ter ficado episodicamente sem trabalho na passagem de uma obra para outra, nunca contactou com um centro de emprego ou com os serviços da segurança social, para a qual nunca descontou. Nesses cinco anos nunca precisou de lidar com materiais impressos para fazer o que tinha a fazer no seu trabalho. Apenas tem de registar no pequeno cartão que lhe é entregue pelo encarregado ou pelo subempreiteiro as horas que faz em cada dia, para acertarem contas no fim de cada mês.

Continua sem contrato de trabalho. Como não existe oficialmente enquanto trabalhador nunca pagou impostos e, por isso, passa anualmente ao lado de uma das mais complexas exigências modernas em matéria de processamento de informação escrita. Hoje já tem a "residência", mas quando foi do processo de legalização extraordinária aberto pelo governo teve de ir mais de uma vez ao Serviço de Estrangeiros porque não percebeu nem lhe souberem explicar bem os documentos que tinha de apresentar. Alguns colegas pagaram a pessoas para lhes tratarem dos "papéis" e outros ainda estão clandestinos. Anualmente continua a deslocar-se àquele serviço para renovar a autorização de residência.

Aos domingos ou à segunda-feira gosta de comprar um jornal desportivo para acompanhar o futebol e às vezes também compra jornais diários, sobretudo quando algum traz notícias da Guiné. Às vezes tem dificuldade em compreender certas palavras e frases do português, como já tinha quando andava a estudar, mas o seu colega de quarto, que era professor em Bissau, ajuda-o.

Gostava de mandar vir a família, mas não sabe se tem condições para isso e para pagar os estudos das crianças. Os seus sobrinhos, que estão cá, têm tido dificuldades na escola, até já chumbaram uma vez, e tem medo que isso aconteça com os seus filhos.

A plena integração e participação individual nas sociedades modernas confronta os seus membros, no curso e em diferentes esferas da vida quotidiana, com tarefas complexas, cuja resolução faz apelo a competências de leitura, escrita e cálculo sempre progressivas e bastante superiores às de duas ou três décadas atrás.

Foi esta ideia que abriu caminho à problemática e aos estudos de literacia, ao mesmo tempo que questionava e mostrava as limitações de conceitos como alfabetismo, analfabetismo ou níveis de escolaridade. Estes últimos reportam-se e cristalizam determinados momentos de trajectórias individuais ou colectivas e podem dizer muito pouco sobre a evolução posterior das com-

petências disponíveis nesses momentos. Como mostrou com clareza a análise extensiva do Estudo Nacional de Literacia, há pessoas com licenciatura que têm dificuldades em resolver tarefas de Nível 3 ou 4, que outras, com níveis de escolarização muito mais baixos, resolvem.

O que a situação-tipo atrás descrita mostra é que a generalidade dos imigrantes desfavorecidos vive "noutra" sociedade. De facto, a sua vida quotidiana decorre em circuitos profissionais, sociais, culturais e políticos segmentados, com intercâmbios restritos com a sociedade mais ampla, onde as relações contratuais com instituições e particulares têm uma forte marca de informalidade ou omissão, e em que quase sempre se contorna a necessidade de processamento de informação escrita. Muitas vezes, não porque as pessoas não sejam capazes de ler ou escrever, mas porque são muito baixas as exigências de literacia inscritas nos quadros sociais em que se movimentam.

Pode falar-se mesmo, a este propósito, de círculos viciosos de iliteracia, em mais de um sentido. Pessoas com baixos níveis de literacia, movimentando-se em circuitos sociais e profissionais onde as exigências de processamento de informação escrita são mínimas ou nulas, verão as suas competências de escrita e leitura cada vez mais reduzidas e tenderão, portanto, a ficar confinadas a esses circuitos; mas também aquelas que têm, à partida, níveis de escolaridade mais altos podem conhecer percursos desse tipo se, à semelhança das primeiras, se movimentarem em contextos que, do ponto de vista da literacia, são desqualificados e desqualificantes.

No plano específico da relação com instituições e documentos oficiais e não oficiais, o círculo vicioso é particularmente nítido. Na medida em que muitos imigrantes passam ao lado dessas instituições ou têm com elas uma relação puramente informal, como acontece no mercado de trabalho, não lidam senão episodicamente com documentos escritos; e porque o contacto com esse tipo de materiais impressos é escasso, torna-se mais difícil estabelecer relações formais com essas instituições.

O que aqui está em causa, afinal, é a relação de dupla face entre cidadania e literacia. O estado da literacia nas comunidades imigrantes traduz o confinamento da maioria dos seus membros a circuitos sociais informais e auto-suficientes, marginalizados e marginalizadores, onde a coesão intragrupo pode ser intensa, mas que não asseguram integração social. O atrofiamento da cidadania, enquanto sistema de direitos e deveres, é exemplarmente representado pelas inúmeras situações de ausência simultânea de contrato de trabalho, declaração fiscal de rendimentos e descontos para a segurança social ou pela permanência de muitas situações de clandestinidade.

Num quadro como este tornam-se improváveis, se não impossíveis, as situações que, ao contrário do que acontece com os ex-professores a trabalhar na construção civil, prefiguram trajectos de progressão de literacia e de qualificação social. O exemplo de um guineense de 31 anos, que fez a quarta classe já em Portugal e que afirma ler frequentemente livros para apreender melhor a língua portuguesa é uma verdadeira singularidade, um caso de autodidactismo fortemente voluntarista, que vai em sentido contrário à corrente.

Certos autores referem haver nas comunidades imigrantes uma motivação particular para a educação de adultos, que decorre, basicamente, "da visão de um futuro que difere do passado"[33]. Com efeito, a vontade de aprender a língua da sociedade receptora pode levar à progressão de literacia numa idade em que muitas pessoas com o mesmo perfil social podem conhecer, pelo contrário, processos de perda de competências de escrita e de leitura. Mas para serem viáveis, essas estratégias de progressão precisam dos devidos suportes institucionais, nomeadamente esquemas de formação intensivos destinadas a ensinar a adultos imigrantes a língua da sociedade de acolhimento, prática generalizada em países como os E.U.A., mas que em Portugal têm expressão meramente pontual.

No panorama global da literacia em Portugal, pode dizer-se que a posição dos imigrantes é, em termos quantitativos, ainda um aspecto relativamente menor. O seu peso é diminuto não só por referência à população portuguesa no seu conjunto, como por referência ao enorme número de portugueses cujos níveis de literacia são baixos ou muito baixos. Além disso, a imigração é um fenómeno de dimensão regional e não nacional. Mas se em termos absolutos é assim, já no que respeita ao grau de incidência de situações de iliteracia certos segmentos da população imigrante são, sem dúvida, das categorias sociais em pior situação, em homologia com o que acontece, de resto, com o fenómeno mais amplo da exclusão social.

Por o processo imigratório ser uma realidade recente em Portugal, ainda não há tempo para identificar com segurança tendências sobre o trajecto

[33] Cf. David Harman, *Illiteracy: A National Dilemma*, New York, Toronto, Cambridge Book Company, 1987.

futuro das comunidades imigrantes. Não é de excluir um cenário de maior integração e participação dessas comunidades na sociedade portuguesa, seja através de políticas correctoras gerais e específicas, seja através de trajectos de promoção social dos seus membros. Mas parece ainda menos de excluir um processo de cristalização das condições sociais desfavorecidas que hoje afectam a larga maioria desses imigrantes.

Seja como for, o que é já nítido é a tendência para a fixação e reprodução dessas comunidades imigrantes, até porque a situação dos países de origem, por uma razão ou por outra, continua a não convidar ao regresso. Por isso mesmo e por se manterem actuantes os factores que atraíram essas comunidades para Portugal, nada indica que os fluxos imigratórios parem nos próximos anos, embora possam ter menor intensidade.

Dito isto, e se a situação social destas minorias permanecer como está hoje, não só teremos, num horizonte de quinze a vinte anos, novos adultos e idosos com baixos níveis de literacia, como uma geração de crianças e jovens adultos com dificuldades a esse nível, a avaliar pelas actuais taxas de insucesso e abandono escolar.

Capítulo 7

RELAÇÕES DOS JOVENS COM A LITERACIA: CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO EM MEIO OPERÁRIO

(Por João Sebastião)

7.1. Introdução

Objectivos da monografia

A constatação ainda recente de que os programas educativos nacionais possuem uma margem expressiva de insucesso, na tarefa de alfabetizar e manter uma parte significativa da população com uma capacidade mínima de utilização e processamento da informação escrita, levou a que o debate sobre o fenómeno do analfabetismo ganhasse novas dimensões. Investigadores e autoridades educativas debruçam-se agora não apenas sobre os níveis formais de educação escolar, mas procuram também analisar a influência de outras variáveis nas situações de ruptura entre as aprendizagens escolares e as capacidades reais para as utilizar quotidianamente. A esta tarefa depararam-se, contudo, obstáculos provenientes das informações bastante parcelares existentes nas estatísticas oficiais, que não permitem a percepção real da situação. Esse facto agrava-se ainda mais quando se procura informação sobre grupos específicos ou processos de aprendizagem não escolares, pois aí a pesquisa realizada é praticamente inexistente.

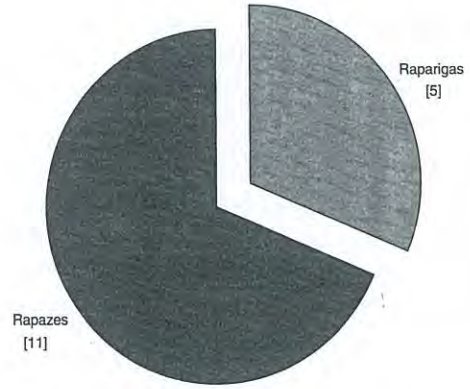
Esta monografia procura, dentro das suas limitações materiais e temporais, proporcionar uma primeira abordagem sobre o grau de difusão, circulação e utilização dos diferentes materiais escritos no interior de um grupo de jovens. Que experiências realizaram os jovens com os materiais escritos, que recordações guardam delas e que papel desempenham no seu quotidiano, são algumas das questões que procuraremos analisar. Tais objectivos colocaram-nos perante a necessidade de abordar algumas das dimensões da escolaridade obrigatória, da relação dos diferentes grupos socioculturais com a cultura escrita e os próprios processos da sua aprendizagem e utilização.

Notas metodológicas

Realizar esta pesquisa levantava à partida alguns problemas metodológicos que se impunha clarificar, dos quais o grupo a seleccionar era o mais

importante. Ao iniciarmos o trabalho de campo exploratório, cedo nos confrontámos com o fenómeno da "invisibilidade social". Ao estabelecermos contacto com um grupo de jovens escolarizados, muitos deles no ensino superior ou alimentando expectativas quanto à sua futura frequência, verificámos a incapacidade para conseguirem referir antigos colegas ou amigos que já tivessem abandonado a escolaridade. A escola, enquanto instrumento socializador, reorienta as sociabilidades dos jovens, contribuindo para que, aqueles que conseguem usufruir das oportunidades limitadas de mobilidade social ascendente que esta proporciona, adoptem novos valores e práticas e se integrem em redes de relações com referências semelhantes. Este facto comprovou-se ao contactarmos um jovem de origem operária que já abandonou a escola e se encontra a trabalhar, que rapidamente referiu um número significativo de casos do seu conhecimento. Sendo nosso objectivo estudar as utilizações da literacia no interior de um grupo, sem a preocupação de criar uma amostra representativa de todo o universo jovem, este fenómeno de mútua exclusão levou-nos a optar por abordar os jovens originários das classes sociais mais baixas, pois são estes que maiores dificuldades encontram em se relacionar com os materiais escritos.

Gráfico 7.1: Entrevistados segundo o sexo



Foi da reflexão sobre estes factos que aos poucos fomos estabelecendo os contornos do grupo a entrevistar. A opção por realizar o trabalho no seio de uma corporação de bombeiros da periferia de Lisboa, com um número significativo de jovens de origem operária de ambos os sexos, resultou de nela

encontrarmos, num espaço único, um conjunto de elementos que nos permitiam abordar os objectivos a que nos havíamos proposto.

Foram entrevistados onze rapazes e cinco raparigas (Gráfico 7.1) com idades situadas entre os dezasseis e os vinte anos (Gráfico 7.2).

As origens sociais destes jovens situam-se maioritariamente no operariado e na pequena burguesia de execução (Gráfico 7.3), grupos de recrutamento por excelência dos bombeiros. Quanto à futura posição social destes jovens apenas podemos falar de tendências, pois se pela sua participação no corpo de bombeiros demonstram partilhar alguns dos valores típicos das classes mais baixas (abnegação, partilha, solidariedade), a actuação do processo de escolarização deixa um conjunto de possibilidades em aberto. Dos entrevistados, sete tinham abandonado a escolaridade, exercendo cinco profissões pouco qualificadas e encontrando-se outros dois à procura de emprego (Gráfico 7.4).

Gráfico 7.2: Entrevistados segundo a idade

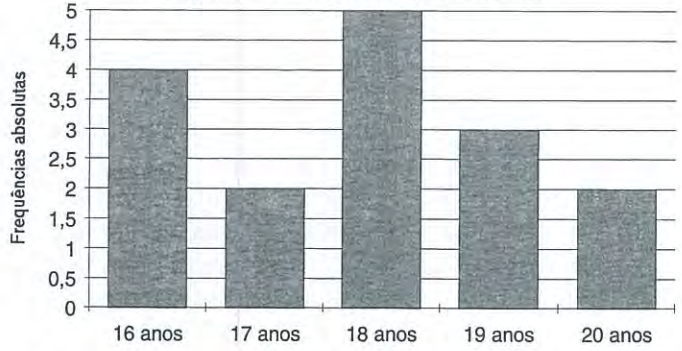


Gráfico 7.3: Lugar de classe do grupo doméstico dos entrevistados

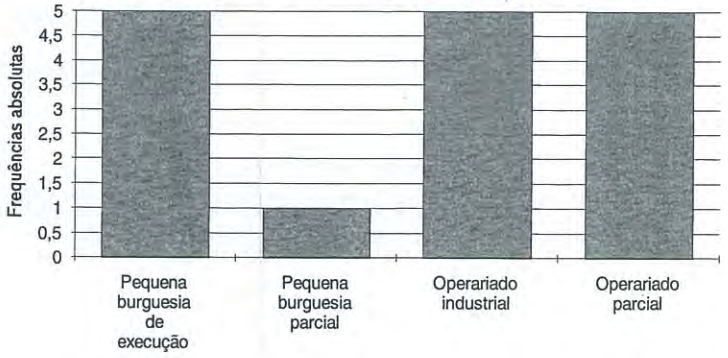


Gráfico 7.4: Condição perante o trabalho e profissões dos entrevistados

A maioria dos jovens encontrava-se ainda a estudar, embora tendo apenas como expectativa atingir o 12º ano. É de referir que todos atingiram a escolaridade mínima a que estavam obrigados (6º ano), tendo mesmo esta meta sido em geral ultrapassada (Gráfico 7.5). Há alguma melhoria do nível de escolarização relativamente à geração anterior (Quadro 7.1), embora nem sempre esse aumento venha a traduzir-se numa relação mais próxima com os materiais escritos, como veremos adiante.

Quadro 7.1: Nível de escolaridade atingido pelos pais dos entrevistados

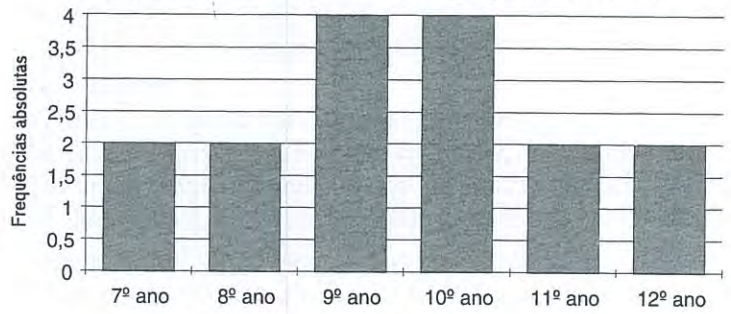
	MÃE ↓			
PAI ↓	4ª classe	9º ano	NS/NR	Total
4ª classe	9	1	—	10
7º ano	—	—	1	1
9º ano	1	—	—	1
Antigo 7º ano	1	—	—	1
NS/NR	1	2	—	3
Total	12	3	1	16

Contudo, se o nível educativo aumentou, este não se concretizou sem dificuldades, tendo 75% dos entrevistados reprovado pelo menos uma vez ao longo da escolaridade (Quadro 7.2). Estes números mostram claramente

que, para os jovens originários de meios sociais menos letrados, a escolarização representa um percurso recheado de barreiras que enfrentam com dificuldades e sem grandes perspectivas de futuro.

Caracterizado sumariamente o grupo de entrevistados, falta ainda referir o contexto de realização das entrevistas.

Gráfico 7.5: Nível de escolaridade atingido pelos entrevistados



Quadro 7.2: Sucesso escolar dos entrevistados

A frequentar		Abandonou	
Nunca reprovou	Reprovou	Nunca reprovou	Reprovou
4	6	—	6

Estudar as práticas de um grupo de jovens bombeiros significou abordar uma parte da chamada "cultura jovem", embora enquadrada por um contexto fortemente socializador e integrador não exclusivamente jovem. Este aspecto é significativo, pois trata-se de um espaço em que convivem e trocam continuamente experiências várias gerações de bombeiros e sócios da associação, num regime de relativa abertura, embora com uma estratificação facilmente visível baseada na idade, posto ocupado e prestígio pessoal.

No quartel cruzam-se os momentos de lazer (na sala de convívio, no bar, nos corredores e pátio), de trabalho (na zona do piquete de serviço) e de aprendizagem (a escola de bombeiros, de socorrismo e a fanfarra), dando origem a uma densa rede de interacções sociais. Conseguir um pouco de isolamento tornou-se muitas vezes difícil num espaço em que as interacções são tão densas, obrigando a interrupções para estabelecer diálogos com terceiros ou a retomar as entrevistas e testes após o regresso de uma saída de ambu-

lância ou de um incêndio. Sendo um grupo com um grau de fechamento significativo, a reconstrução da rede de relações dos jovens permitiu, apesar disso, estabelecer o papel que os materiais escritos possuem no quotidiano do grupo.

Simultaneamente com a realização das entrevistas foram aplicados os testes de aferição dos níveis de literacia. Foi talvez aqui que maiores dificuldades se levantaram. Devido às características do grupo, rapidamente se espalharam as dificuldades dos diferentes testes, obrigando a um exercício extra de argumentação para obter a sua realização, acabando mesmo nalguns casos por se tornar impossível aplicá-los de forma completa.

7.2. Escolaridade obrigatória e literacia

Entre os objectivos centrais da escolarização encontra-se a concretização sistemática da aquisição e desenvolvimento de competências ligadas à literacia. Apesar do largo espaço de tempo decorrido entre os tempos do "ir à escola para aprender a ler, escrever e contar" e a actualidade, em que se valoriza a capacidade para "ler" a realidade sociocultural que rodeia os jovens, continuam a ouvir-se vozes clamando contra o que consideram ser o contínuo decréscimo da eficácia da escola. Como prova dessa afirmação é apontado o facto de alunos de níveis avançados do sistema de ensino continuarem a dar frequentes erros ortográficos e de muitos adultos "regredirem" à situação de analfabetos. Abordar as capacidades dos jovens para lidar com materiais escritos levou-nos a procurar o sentido dessa relação. Se à partida, e apesar da sua proximidade do sistema educativo, não são de facto conhecidas as suas competências, não podemos afirmar que sejam totalmente desconhecidas algumas das variáveis que com elas interferem. Existem já na sociologia da educação alguns contributos que fornecem pistas para o início da pesquisa, particularmente os contributos clássicos de Bourdieu e Bernstein[1] ou os mais recentes de C. Camilleri, M. Subirats, R. Iturra e A. Benavente[2], entre outros.

[1] Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e Monique de Saint-Martin, «Linguagem e relação com a linguagem na situação pedagógica», in Sérgio Grácio e Stephen Stoer (org.), *Sociologia da Educação – II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981; Basil Bernstein, *Langage et Classes Sociales. Codes Sociolinguistiques et Contrôle Social*, Paris, Édition de Minuit, 1975.

[2] Carmel Camilleri, *Anthropologie Culturelle et Éducation*, Lausanne, Unesco-Delachaux & Niestlé, 1985; Marina Subirats, «Escuela y médio rural: una relación problemática», in C. Lerena, *Educacion y Sociologia en España*, Madrid, Akal, 1987; Ramón Flecha, *La Nueva Desigualdad Cultural*, Esplugues del Llobregat, El Roure, 1990; Raul Iturra, *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaios de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa, Escher, 1990; Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Manuela Castro Neves, *Do Outro lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987); Ana Benavente, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião, *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século Edições, 1994.

A ideia da escolarização universal deu origem a políticas educativas cada vez mais alargadas que, apesar dos normativos que as suportam, têm encontrado muitas dificuldades para serem implementadas, seja pela diversidade crescente dos públicos escolares e diferentes entendimentos da sua utilidade ou pela rigidez da própria instituição. Das várias pesquisas ressalta um traço comum: o processo de aprendizagem realiza-se com grandes disparidades, quer nos seus resultados quer na forma como os diferentes grupos sociais com ele se relacionam. O insucesso escolar é massivo, socialmente selectivo e cumulativo, como resultado de um complexo processo simbólico em que valores, práticas socioculturais e institucionais se cruzam de forma conflitual. É, como já pudemos verificar noutra ocasião[3], nas camadas sociais mais baixas, em que predomina a utilização da oralidade como meio por excelência de transmissão dos saberes, que as maiores dificuldades em terminar uma escolaridade bem sucedida se verificam. A este propósito, Baudelot e Establet salientam que um dos traços estruturais que caracterizam a actuação da instituição escolar moderna é, sem dúvida, o facto de esta nunca ter conseguido dotar toda uma geração dos conhecimentos considerados como elementares, embora a sua eficácia global tenha vindo a elevar-se progressivamente ao longo dos diferentes períodos históricos[4]. Sobre este aspecto, Ramón Flecha constata que os indivíduos com títulos escolares menos elevados, ou com menores capacidades de lidar com os materiais escritos, têm mais dificuldades em manter os seus empregos, sendo as percentagens de desempregados significativamente mais elevadas entre os analfabetos[5].

Numa sociedade em que cada vez mais a circulação do saber se realiza sob a forma escrita, os grupos e indivíduos que, pelas baixas competências possuídas na utilização de materiais escritos, se vêem afastados da possibilidade de a ele acederem, encontram-se no limiar de um processo de exclusão e marginalização.

Analisar as experiências de contacto com os materiais escritos realizadas na escola proporcionou um conjunto de elementos que fornecem uma visão da relação que os jovens possuem com esses materiais escritos durante a escolaridade, sendo a sua importância devida a dois aspectos:

– à centralidade que possui na sua vida quotidiana, estruturando e limitando muitas das suas práticas;

[3] Ana Benavente, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião, *ob. cit.*

[4] Christian Baudelot e Rogeoger Establet, *El Nivel Educativo Sube*, Madrid, Morata, 1990.

[5] Ramón Flecha, *op. cit.*

– ao facto de ser na escola que a grande maioria das crianças contacta pela primeira vez de forma regular com materiais escritos e realiza as aprendizagens básicas que possibilitam a sua utilização.

O tipo de experiências realizadas aquando da iniciação e posterior utilização escolar da leitura, escrita e cálculo possui uma importância central. Estas são marcadas pelo conflito entre a preocupação obsessiva pelo domínio abstracto das suas regras de funcionamento e as utilizações em que apenas contam os conteúdos, sem que exista a preocupação de as tentar conjugar. Esta situação é particularmente penalizante para crianças provenientes de grupos em que a comunicação tem um sentido essencialmente utilitário, obrigadas a "vogar" entre os dois registos, sem que nunca surja claro qual o objectivo da aquisição dessas competências e saberes.

O tipo de relação que se estabelece com os materiais escritos durante a escolaridade conjuga-se assim com as referências obtidas através das inserções socioculturais dos jovens, contribuindo para a estruturação de atitudes negativas face à sua utilização.

A juventude, enquanto categoria social, resulta de um processo em que se entrecruzam referências de classe e familiares com elementos da chamada "cultura jovem"[6]. As experiências de contacto e utilização dos materiais escritos não se esgotam nas realizadas na escola, sendo estas referências um contraponto na confirmação ou não da facilidade e apetência pelo seu uso regular. Famílias e grupos de pares em que os materiais escritos marcam uma presença pouco significativa no seu quotidiano, dificilmente contribuem para que os seus membros tenham a familiaridade e desejo necessários ao seu domínio.

A literacia no quotidiano escolar

Ultrapassado o período inicial de alfabetização segue-se, para aqueles que o concluíram com sucesso, uma fase de consolidação e expansão das competências na utilização dos materiais escritos.

Sobre este momento encontra-se largamente difundida na sociedade a concepção que considera ser a alfabetização o momento fulcral de todo o

[6] José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993; João Sebastião, «Modos de vida marginais: o caso das crianças da rua», in *Infância e Juventude*, n.º 2-95, Lisboa, DGSTM/MJ, 1995.

processo, sendo as más iniciações responsáveis pelos erros posteriores. Tal concepção oculta as dificuldades que crianças e jovens têm de defrontar ao longo da escolaridade, por considerar que a aquisição das competências se efectua de forma final durante esse período inicial. Torna-se assim, muitas vezes, sinónimo de desresponsabilização, delegando na criança o peso de uma "descoberta" para o qual não se encontra muitas vezes preparada.

A este propósito interrogámos os jovens acerca do apoio fornecido pelos docentes durante as aprendizagens escolares, tendo encontrado uma situação pouco motivadora. Os professores, com excepção de alguns da disciplina de Português, raramente ou nunca acompanhavam as produções escritas do quotidiano (apontamentos tirados na aula, escrita de sumários, fichas de leitura, etc.).

P – Os professores costumam ver o que os alunos escrevem?

R3 – Só o de Português. E é nos testes...

P – E os professores verificavam se vocês escreviam correctamente ou liam correctamente as palavras? Se percebiam aquilo que estavam a ler?

R10 – Alguns. Alguns dão importância a isso.

P – Mas a maioria dá ou não dá?

R10 – A maioria não dá, mas há professores que até assinalam. Quando uma palavra está mal escrita sublinham e tudo. Agora, há outros que dizem que, pronto, que não são professores de Português, dizem "não estamos na disciplina de Português, por isso... isso não me importa".

O processo de escolarização caracteriza-se por exigir o domínio de linguagens progressivamente mais abstractas. O contacto com novos saberes traduz-se num conjunto de novos vocábulos de que é preciso dominar a ortografia e o sentido, para poderem ser manipulados correctamente. A atitude de desresponsabilização dos docentes é claramente penalizadora dos alunos com menor familiaridade em lidar com os materiais escritos, pois deixa-os entregues a si próprios perante as dificuldades, na ausência de famílias escolarizadas ou de esquemas de apoio eficazes nas escolas.

R9 – Tive uma professora de Biologia que, pronto, ela falava com palavras caras, punha nos testes essas palavras, só que a gente às vezes fazia uma pergunta, que não percebia, e ela... a gente perguntava e ela não respondia.

Como lidam então os jovens com este manancial de novas informações? Perante as dificuldades existem atitudes diversas. Alguns optam por questionar os professores, outros colocam primeiro as dúvidas aos colegas ou tentam resolver o problema por si (geralmente através do dicionário), e, por último, existem aqueles que simplesmente se fecham no silêncio.

P – Mas explicavam até perceberes, ou não?

R13 – A maior parte deles, não. A maior parte deles explica uma vez, "não compreendes, azar o teu", correu mal.

P – Quando tu não compreendias o que os professores diziam, o que é que fazias?

R11 – Ao princípio ainda perguntava, mas depois deixei de perguntar.

P – Mas porquê, eles não explicavam?

R11 – Explicavam, só que como tinha negas... era sempre naquela de... pronto, este já está... tipo reprovado e não sei quê.

Se nem todas as situações serão tão fortemente negativas como as descritas, não deixa de ser uma realidade a falta de acompanhamento na resolução das grandes e pequenas dificuldades ao longo do percurso escolar, que parecem ser decisivas na futura facilidade de utilização dessas competências.

Outro indicador da forma como a escola se propõe desenvolver as capacidades de literacia dos jovens diz respeito ao tipo de utilização dos materiais escritos que aí se realiza. Ao analisarmos o quotidiano escolar destes jovens depara-se-nos uma relação com o saber que quase poderíamos caracterizar como semioral e copista. A utilização, pelo grupo, de manuais escolares para estudar ou consultar é diminuta, assentando as aprendizagens no registo sistemático das observações dos professores e no "ouvido" (Quadro 7.3).

Quadro 7.3: Fontes utilizadas para estudar

Estuda fundamentalmente pelos livros	Estuda pelos apontamentos tirados na aula	Estuda por ambos (livros e apontamentos)	Não estuda por nenhuns ("ouvido")
–	12	2	2

Qual a razão desta centração quase exclusiva nos apontamentos tirados na aula? As razões apontadas são várias, todas elas dando voz a um certo desconforto em lidar com os livros escolares. De salientar que este desconforto

é ainda avolumado pelas opiniões negativas dos docentes acerca da sua qualidade.

P – E tu estudavas mais – quando tinhas de fazer pontos – estudavas mais pelos livros ou por apontamentos que tiravas nas aulas?

R5 – Pelos apontamentos.

P – Porquê?

R5 – Conforme o professor vai dizendo, a gente aponta no caderno e torna-se mais fácil estudar do que 'tar a ler. É muito mais chato estar a ler dos livros do que dos nossos apontamentos.

P – O que é que achas dos livros que há na escola para estudar?

R2 – Alguns deles não me dizem nada, mesmo. Tanto que os 'stores se queixam que têm de escrever tudo no quadro, porque os livros não explicam nada.

P – Mas achas que são simples, ou complicados?

R2 – Alguns são simples, mas há outros que a gente lê e não percebe nada.

R12 – Nunca os levava. Ficavam em casa.

P – Mas estudaste alguma vez por eles?

R12 – Nunca.

P – Então porquê?

R12 – Porque eu não gosto de ler.

R3 – Às vezes há livros que complicam ainda mais. Para além daquilo que eles explicam nas aulas, às vezes há livros ainda mais complicados. Uma pessoa olha para aquilo, parece um burro a olhar para um palácio. Que é o caso, como ela diz, de Filosofia (...). Acho que deviam ser livros que explicassem melhor as matérias. Que fossem mais objectivos.

P – E tu estudas mais pelos livros da escola ou pelos apontamentos que tiras das aulas?

R3 – Pelos apontamentos (...). Porque é mais fácil. Porque ao menos eu, quando estou a ler os apontamentos, sei aquilo que escrevi e consigo compreender aquilo que escrevi e às vezes os livros não... não dá para compreender.

Esta relação difícil com os livros surge ainda mais clara quando abordamos a frequência de bibliotecas (escolares ou não) e o tipo de leituras efec-

tuadas durante o tempo de escola. Apesar de todos os dezasseis entrevistados terem conhecimento da existência de uma biblioteca nas escolas que frequentaram, esta não pareceu exercer grande atracção. A sua frequência é diminuta (Quadro 7.4) e as razões dos que lá foram nem sempre tiveram que ver com a consulta de livros (Quadro 7.5).

Quadro 7.4: Frequência da biblioteca da escola

Nunca	Uma vez por ano	Mais de uma vez
5	7	4

Quadro 7.5: Razões da frequência da biblioteca da escola

Tirar fotocópias	Usar a sala para estudar	Consultar livros para trabalhos	Ler livros que não de estudo
1	2	3	4

Ir à biblioteca pode ser visto como algo que se efectua uma vez por ano, sem grande motivação, geralmente "obrigado" por algum trabalho escolar. Esse sentimento de distanciação face aos livros e a outros materiais escritos foi claramente expresso por um dos entrevistados:

P – E na escola, havia alguma biblioteca?

R10 – Francamente, não sei. Acho que há, mas...

P – Se não sabes, é porque nunca lá foste...

R10 – Não, não. Há biblioteca, há, mas eu nunca lá fui, nunca necessitei.

Esta relação desmotivada e obrigada com os livros dentro da escola prolonga-se para fora dela, sendo raros os jovens que têm conhecimento da existência de bibliotecas públicas (apenas quatro casos) ou, menos ainda, os que as frequentaram (dois casos, mas apenas pontualmente). A baixa familiaridade com os materiais escritos leva mesmo a que as bibliotecas sejam confundidas, em dois casos, com livrarias.

Outro indicador da relação distanciada com os materiais escritos é a leitura em tempo de aulas de outro tipo de livros que não apenas os directamente escolares. Longe de considerar os benefícios indirectos de tal prática no rendimento escolar, são raros os jovens que lêem/liam outros livros

durante a época escolar. Dos seis que referiram essa prática, cinco liam o *Tio Patinhas* tendo inclusive dois deixado de o ler porque "*se chateavam*".

Saber e relação com o saber

Um elemento central desta relação negativa com os materiais escritos poderá estar relacionado com o tipo de saberes transmitidos na escola. A maior dificuldade nas aprendizagens referida pelos entrevistados é, de forma destacada, a Matemática, sendo seguida pela Filosofia e pelo Inglês. Os jovens atribuem as dificuldades nessas disciplinas, quer à má qualidade pedagógica do ensino, quer à própria dificuldade das matérias.

P – Porque é que tu achas que não percebes a Matemática?

R10 – Foi falta de bases, devido aos professores trabalharem em bancos, não estarem suficientemente preparados para dar uma aula, para tirar dúvidas, o tempo, acho que é um tempo mal aproveitado pelos professores e também por vezes os alunos abusam um bocado da confiança dos professores. Porque os professores às vezes não sabem já impor respeito.

Outro aspecto passa pela relação com os próprios saberes, cuja utilidade ou adequação é questionada, surgindo estes como um argumento para a má relação com a escolaridade.

R13 – Quando uma pessoa fala de Português começa logo a pensar em linguagem, fala, escrita. Mas o que a gente dá na escola não é nada disso. É interpretar poemas... Acho que isso não serve nada no dia-a-dia (...). Por exemplo, eu agora estou a falar consigo e não estou a falar de Florbela Espanca ou de Camões, ou uma coisa qualquer. Acho que não é preciso no dia-a-dia uma pessoa saber determinadas coisas que eles dão na escola que nunca... P'ra mim não me passa na cabeça falar nisso.

P – Achas que era possível dar alguma utilidade àquilo que se estuda na escola? O que é que tu mudavas na escola, por exemplo no Português?

R13 – O que é que eu mudava no Português? Para já tirava a matéria que eles dão. Prontos, é isso que eu estou a falar. Interpretar poemas e tal, acho que não interessa a ninguém e ... acho que metia outro tipo de matérias.

P – Mas o que é que a Filosofia tem assim de tão complicado?

R1 – Nem é bem complicado. Muitas das coisas que nós aprendemos em Filosofia, nós não concordamos com aquilo e... nós temos de concordar (...). Eu não concordo que nós tenhamos que estudar Filosofia, porque nós não temos nada a ver com as ideias dos outros. Estão-nos a impor as ideias que... em tempos uns tiveram, e temos de estudar aquilo, e temos de saber aquelas ideias. E, prontos, eu tenho as minhas ideias e não... às vezes não concordo com aquelas ideias que eles têm.

Estamos pois longe da proximidade e desenvoltura na manipulação da cultura erudita e científica, típica de classes sociais mais elevadas. Para estes jovens o possível prazer retirado da exploração intelectual soçobra perante o contacto com saberes altamente formalizados, como a Matemática ou a Filosofia, que se libertaram, na linguagem por eles utilizada, de qualquer relação com o vivido. Essa ruptura leva-os a refugiarem-se em saberes eminentemente empíricos e de utilização quotidiana, conduzindo ao afastamento e alienação relativamente à cultura escolar e ao conhecimento científico.

7.3. A literacia como prática quotidiana

Grupo doméstico e literacia

O grupo doméstico constituía, à partida, um contexto que considerávamos central para analisar a relação dos jovens com os materiais escritos. Alertados pela constatação realizada por algumas pesquisas[7] da existência de uma correlação positiva entre leitura e presença de livros durante a socialização primária – fosse a leitura realizada pelos pais para si próprios, para os filhos ou a simples presença de livros em casa durante a infância – e a existência por parte dos inquiridos de práticas regulares de leitura, procurámos avaliar da sua presença e relevância no quotidiano dos seus grupos domésticos.

Quando inquiridos acerca da existência de livros em casa, a esmagadora maioria dos entrevistados refere a sua presença (apenas um diz não existirem e dois não respondem). Contudo, ao analisarmos mais de perto esta "ampla" difusão dos livros pelos contextos familiares, verificamos que em muitos apenas existe um número reduzido de exemplares – por exemplo, uma História

[7] Ana Benavente, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião, *op. cit.*; Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Hábitos de Leitura em Portugal. Inquérito Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

de Portugal, num caso, um livro de receitas ou um dicionário noutros. É de salientar que as alusões à existência de livros em casa incluem as referências a situações em que bandas desenhadas e livros infantis são os únicos livros existentes (cinco entrevistados). Nestes últimos casos, os livros são entendidos como objectos típicos de uma determinada fase da vida que, quando ultrapassada, se abandonam por já não serem necessários.

P – E havia livros em tua casa?

R10 – Havia.

P – Livros de quê?

R10 – Sei lá. De... aqueles contos, sei lá.

R8 – Tinham, tinha lá um assim um de pequenino, O Principezinho.

P – Do Saint-Exupéry?

R8 – O Principezinho, não sei ... não sei dizer qual é ...

A leitura ou o recontar de histórias durante a infância constitui um indicador do tipo de relação existente nestas famílias com os materiais escritos. Raros são os pais que durante a infância contavam histórias aos seus filhos (Quadro 7.6), sendo que, daqueles que o faziam, nenhum utilizava qualquer suporte escrito como apoio (Quadro 7.7).

Quadro 7.6: Hábitos de recontar histórias

Os pais contavam histórias quando eram pequenos ?	
Sim	Não
4	12

Quadro 7.7: Origem das histórias

Dos que contavam histórias	
Liam	–
Orais	4

Nos casos em que os jovens referem terceiros como tendo contado histórias (a avó em três casos), também aqui a utilização da memória constituiu o suporte para essa actividade.

P – Quando eras pequeno os teus pais contavam-te ou liam-te histórias?

R4 – Não, os meus pais nunca tiveram tempo para mim. Porque trabalhavam muito.

P – Quando eras pequeno, os teus pais contavam-te histórias?

R16 – Não. A minha avó é que costumava contar.

P – Que histórias é que ela contava?

R16 – Algumas do tempo dela, quando ela era nova, histórias que se tinham passado com ela.

P – E nunca te leram livros, livros de histórias?

R16 – Não.

Procurámos ainda identificar outros tipos de utilizações de materiais escritos realizadas pelos membros do grupo doméstico, em particular a leitura de periódicos (jornais ou revistas) e o preenchimento de impressos correntes na vida quotidiana.

Quanto à leitura realizada pelos membros do grupo familiar, esta não pode ser caracterizada como muito frequente ou elaborada (Quadro 7.8). Limita-se a registar a leitura maioritária de um diário de características populares (o *Correio da Manhã*) e raramente de revistas, mesmo as mais populares como as ligadas à programação de televisão (*TV Guia*) ou as destinadas às camadas femininas das classes populares (*Maria*) (Quadro 7.9)[8].

Quadro 7.8: Hábitos de leitura de periódicos pelos pais dos inquiridos

Os pais liam jornais/revistas	
Sim	10
Não	6

Quadro 7.9: Tipos de periódicos lidos pelos pais dos inquiridos

Quais ?	
Correio da Manhã	8
Diário de Notícias	3
A Bola/Record	3
Maria	1
TV Guia	1

[8] O facto de o número de referências não coincidir com o número de respondentes resulta de existirem situações com referências duplas e triplas. A mesma situação surgirá, aliás, algumas vezes até ao final do texto.

No respeitante à utilização das competências de leitura, escrita e cálculo na resolução de situações da vida quotidiana, questionámos o grupo acerca do preenchimento de três tipos de formulários – os relativos ao Bilhete de Identidade, ao IRS e à matrícula na escola. Na generalidade dos casos estes são preenchidos pelos próprios (os pais no caso do BI e IRS, os jovens no respeitante à matrícula), não tendo sido possível apurar algo que seria importante – as dificuldades em o fazer. Se no caso dos jovens o preenchimento não suscita grandes problemas, é significativo o seu desconhecimento acerca das dificuldades de preenchimento por parte dos pais, para o qual nunca foram chamados a dar o seu contributo.

Apesar de estes dados não poderem ser tomados como generalizáveis acerca das práticas de leitura quotidianas das famílias originárias das classes populares urbanas, eles fornecem contudo um conjunto de indícios acerca do que poderá constituir o universo das suas relações com os materiais escritos. Estas são frágeis e raras, ultrapassando poucas vezes uma utilização com características utilitárias ou, em alguns casos, de tipo informativo/recreativo. A familiarização ou a iniciação à utilização de materiais escritos raramente se faz no seio da família, onde os livros constituem um bem utilizado parcimoniosamente.

Perante processos de contacto com os materiais escritos como os que até agora temos vindo a analisar na escola ou na família, que tipo de "leitores" e "escritores" serão estes jovens? Que atitudes desenvolverão face à utilização quotidiana desses materiais?

Literacia em contexto associativo intergeracional

Entre os contextos de inserção quotidiana destes jovens os bombeiros assumem uma importância significativa.

Contrariamente a muitas camadas de jovens cujas redes de sociabilidade se polarizam nos grupos de amigos e na família, para este grupo a corporação de bombeiros constitui um espaço misto com características pouco frequentes. O quotidiano do quartel de bombeiros é marcado por um ritmo irregular, em que os pedidos de auxílio, os acidentes, os fogos ou outros aspectos da vida do quartel constituem tema constante de conversa. O convívio dos jovens com várias gerações mais velhas de bombeiros e os processos de aprendizagem mais ou menos formais aí desenvolvidos (a escola de bombeiros, a fanfarra, etc.) dão origem a um intenso processo socializador e inte-

grador, com inculcação dos sistemas de valores éticos e morais considerados desejáveis para um bombeiro.

É nesta configuração particular que se desenvolve um leque de situações que implicam a utilização de materiais escritos e que lhe fornecem um carácter *específico, utilitário* e *quotidiano.*

Uma das actividades centrais do quotidiano dos voluntários é a prestação de um conjunto de serviços à comunidade na área da saúde, sendo confrontados com a resolução de situações mais ou menos graves (acidentes, deslocação de doentes, etc). Para serem considerados aptos a prestar esses serviços, os jovens bombeiros precisam de familiarizar-se com um conjunto de saberes relativos às diferentes situações com que se defrontam no dia-a-dia. A frequência, no próprio quartel, de cursos de socorrismo e de bombeiros, leccionados por bombeiros mais graduados, procura preencher essa necessidade. A aprendizagem e manipulação de saberes assume aqui características bastante diferentes das típicas de situações escolares formais, seja por serem claramente direccionadas para a prática, seja por apelarem à entreajuda constante.

P – Tinhas dificuldades porquê?

R6 – Porque uma pessoa não está habituada. Oh, há aqui nomes que eu nunca tinha ouvido, coluna cervical, crânio, tórax, abdómen, lombar, cintura pélvica, nunca tinha ouvido falar nisso!

P – Como é que resolveste esse problema?

R6 – Oh, é simples. Quando tirei o curso, cheguei ao pé do meu chefe na altura, "chefe, como é que é, tal, mas eu nunca ouvi falar disto", "ah, isto é mais ou menos isto, tal..."

P – Portanto, foi o comandante que foi explicando o significado das palavras.

R6 – Pois, é lógico. A gente faz um curso.

P – E qual é a diferença que tu achas que há entre os professores aqui dos bombeiros e os da escola?

R9 – Somos todos camaradas, amigos e companheiros (...). Não há diferença. Embora eles tenham um posto mais elevado que o nosso, nós somos como uma família.

P – E na escola?

R9 – Alguns têm aqueles... Alguns têm preferências... pronto. Mas cá dentro eu acho que é mais uma família. Na escola já não é assim. As pessoas todas não se conhecem, a maior parte não se conhece, e andamos assim vagamente, em grupinhos.

Esta proximidade entre instrutores e candidatos a bombeiros facilita então a apropriação de saberes novos, muitos deles provavelmente já abordados durante a passagem pela escola, mas rapidamente esquecidos. Contudo, a circunstância de as aprendizagens serem realizadas num contexto menos formal não parece ser a garantia de uma eficaz integração. O que parece ser decisivo é o acompanhamento que é realizado na sua aplicação prática. O facto de serem competências que não se destinam a ser avaliadas de forma abstracta, mas integradas numa actividade quotidiana, permite que ao longo do tempo esse processo possa ser rectificado e consolidado.

P – Depois as pessoas que lêem isto nunca vos dizem se está alguma coisa mal, por exemplo os médicos ou os bombeiros mais velhos?

R8 – O coordenador de serviço às vezes vê ... se está alguma coisa mal, às vezes critica, pode dizer "isto está mal, devias ter feito assim ou assim" ou "fizeste bem", às vezes também diz que fez bem.

R11 – Escrever é só as "partes de serviço" quando a gente vai para um fogo ou para o que houver (...). Em cada pasta há uma folha em que a primeira está sempre preenchida. E as outras, quem não sabe vai ver à outra (...). Apesar da recruta, com a prática é que se vai aprendendo a fazer as coisas.

P – Mas ficaste logo a saber, ou foi aos bocadinhos?

R12 – Foi aos bocadinhos.

P – E depois, quem é que te ajudou quando tinhas dificuldades?

R12 – Não fazia. Deixava a meio.

P – Deixavas em branco?

R12 – Sim. Mas carimbava no hospital e quando chegava cá, ensinavam-me o resto.

O carácter eminentemente utilitário e repetitivo de muitas das utilizações das competências ligadas à leitura, escrita e cálculo não impede que estas tenham frequentemente que ser utilizadas de forma não mecânica, como quando é necessário descrever o contexto das ocorrências, calcular áreas ardidas ou solicitar melhores informações.

P - Mas fazem registos do que recebem?

R7 - Registos de chamadas e depois passamos também para o computador...

P – Portanto, vocês têm uma série de trabalhos ali para fazer!

R7 – Sim, desde o registo de chamada, falar com as viaturas, temos um rádio..., é preciso também saber falar com as pessoas ao telefone, tentar arrancar informações das pessoas. É difícil uma pessoa que esteja em estado de pânico tentar pedir uma ambulância, tentar, prontos, tentar que uma pessoa diga as coisas como deve ser. Porque a pessoa geralmente só diz "venham depressa, venham depressa, está aqui alguém a morrer...". É preciso tentar manter a calma. Manter a calma à pessoa.

Existe ainda no quartel uma fanfarra que realiza a alfabetização musical dos seus membros, iniciando-os no domínio da leitura musical, o que constitui simultaneamente uma das principais portas de entrada para novos membros do corpo de bombeiros.

A utilização da literacia no quotidiano do quartel surge então como um processo marcado por constantes solicitações, que obrigam os jovens a colocar em actuação as competências e saberes adquiridos. Esta característica parece, aliás, possuir um papel determinante na manutenção e ampliação dessas competências, de par com o contínuo processo de interacção aquando do seu uso, que permite ultrapassar as dúvidas e fraquezas surgidas durante a aquisição inicial.

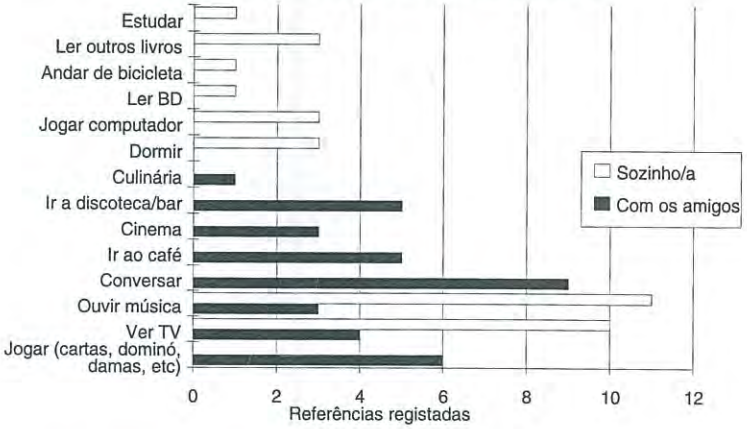
Hábitos e práticas juvenis de leitura e escrita

Falta agora abordar as utilizações de materiais escritos em situações de lazer. Durante o período em que contactámos com este grupo uma certeza foi possível observar quase de imediato – o quartel constitui o espaço central das suas relações de sociabilidade, local para onde convergem sempre que têm um momento livre. Esta situação provoca o frequente recobrimento entre as situações de trabalho, aprendizagem e lazer, dando origem a uma configuração muito particular. As amizades acabam por ser tendencialmente centradas nos bombeiros, enfraquecendo pouco a pouco a integração em outras redes de relações (de vizinhança ou mesmo as ligadas à escola). Esta centralidade surgia claramente quando inquiridos acerca dos modos de ocupação dos tempos livres, referindo muitos dos jovens que a sua forma de o fazer era "ir até aos bombeiros", embora nem sempre isso correspondesse totalmente à realidade. Para ultrapassar esta "cortina" foi necessário um esforço de desagregação do todo "bombeiros", o que veio a mostrar, apesar de tudo, alguma difusão e diversidade de utilização de materiais escritos.

Genericamente as formas de ocupação dos tempos livres neste grupo caracterizam-se por, quando sozinhos, se centrarem na TV e na audição de música; quando em grupo, na convivialidade (conversar, ir ao café, ir à discoteca/bar) ou então em jogos de mesa (cartas, dominó, damas, xadrez, pingue-pongue) (Gráfico 7.6).

É de referir a fraca influência neste grupo de elementos ligados aos mais recentes movimentos de juventude ou consumos propostos pela indústria de cultura juvenil – os desportos "radicais", a ida a locais da moda em Lisboa, etc. Vivendo na periferia da inovação social, seja por falta de recursos simbólicos para a entenderem, de recursos materiais, ou pela forte integração numa rede de relações em que circulam valores que privilegiam outras dimensões da actividade dos indivíduos (o desinteresse, a abnegação, o altruísmo), estes jovens reproduzem práticas que em outros grupos parecem estar em desaparecimento. Mas não é esta a única particularidade.

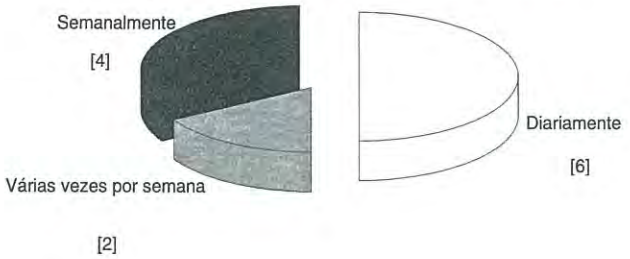
Gráfico 7.6: Formas de ocupação dos tempos livres



Ao analisarmos qual o peso relativo da literacia nos modos de ocupação dos tempos livres, verificamos que as práticas ligadas à utilização de materiais escritos possuem um duplo estatuto. Existe, de facto, uma utilização real e quotidiana das competências ligadas à literacia, seja através da leitura de periódicos (Gráfico 7.7) ou das legendas de televisão.

A compra pela direcção da corporação para a sala de convívio de um jornal diário e de um periódico das Associações de Bombeiros, conjugada com

Gráfico 7.7: Periodicidade de leitura de jornais/revistas



a prática de trazer de casa revistas já lidas, acaba por criar uma oferta razoável de materiais para leitura. Em particular nos momentos mais mortos eles constituem, a par da televisão, uma das formas mais importantes de passar o tempo entre serviços de assistência. A sua utilização é contudo variável, pois muitos dos presentes na sala limitam-se a ler os grandes títulos, utilizando-os depois como assunto de conversa. A leitura surge por vezes mais como pretexto para a interacção oral do que propriamente como uma actividade autónoma e regular, realizada com o objectivo de proporcionar um conhecimento mais aprofundado da realidade envolvente. Os hábitos de leitura de periódicos centram-se essencialmente em jornais e revistas de tipo popular ou desportivo, sendo quase inexistentes as referências à leitura de semanários (em geral mais caracterizados por artigos de fundo e de opinião) (Gráfico 7.8).

Existe ainda a outra face desta utilização de materiais escritos como prática de lazer. A leitura de livros (com algumas excepções para a banda desenhada) que não possua apenas objectivos funcionais é praticamente inexistente, deixando uma imagem empobrecida da utilização das competências ligadas à literacia (Gráfico 7.9).

Gráfico 7. 8: Tipo de periódicos lidos

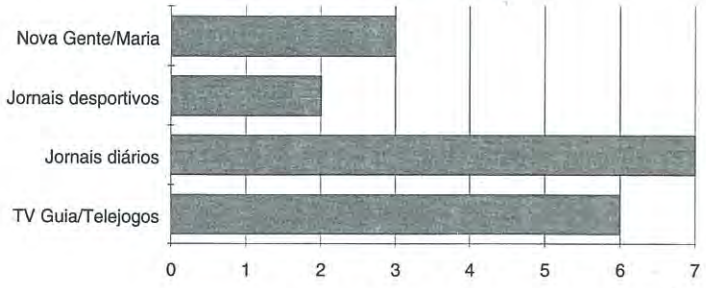
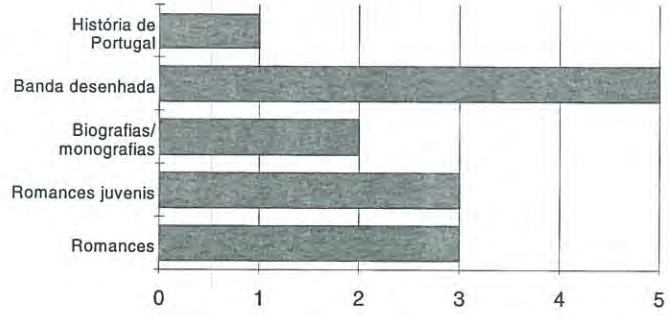


Gráfico 7.9: Periodicidade de leitura de livros

Gráfico 7.10: Tipo de leituras realizadas



A leitura de livros é rara dentro do grupo (apenas três jovens a indicam como forma de ocupar os tempos livres), sendo em geral restrita à banda desenhada ou a situações pontuais de aprendizagem (o Código de Bombeiros ou da Estrada na altura dos respectivos exames) (Gráfico 7.10). Ler não é uma actividade popular, pela dificuldade e isolamento que implica. A regularidade na leitura de livros é bastante baixa, tendo sido, na maioria dos casos, o último livro lido há vários meses.

P – Diz-me lá o último livro que tenhas lido?

R13 – Li um dos livros dos Sete ou dos Cinco... Uma coisa qualquer. Daqueles livros de bolso... apenas li um, mas não deu interesse nenhum.

P – Há quanto tempo foi?

R13 – Há uns quatro ou cinco meses atrás.

P – De lá para cá não leste mais livro nenhum?

R13 – Não. Só livros do Tio Patinhas, para adormecer.

P – Costumas ler livros?

R4 – Não! Não gosto de ler livros.

P – Porquê?

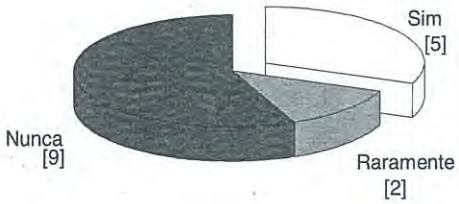
R4 – Porque sim! Não gosto, não tenho paciência! Não sei...

P – Lês o quê, normalmente?

R6 – Tenho lá agora um livro que saiu... Ayrton de Senna e saiu o livro... estou a ler aquilo com calma, que é para me aperceber da história toda. Comprei os dois livros também dele, tenho três cassetes também (...). Ah, leio, é claro, os quadradinhos, Billy the Kid, sei lá, Tio Patinhas, assim.

A inexistência de hábitos de trocar livros com amigos ou colegas (Gráfico 7.11) mostra que não representam um elemento com significado no seu quotidiano, pois, enquanto objectos materiais e simbólicos que não circulam dentro do grupo, não desempenham qualquer papel no desencadear ou cimentar de relações de interconhecimento e amizade.

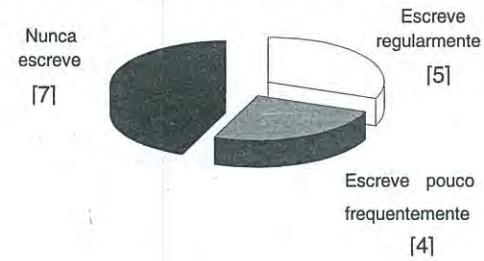
Gráfico 7.11: Hábitos de troca de livros



A relação ténue com os livros revela-se de novo quando abordamos a utilização de uma pequena biblioteca existente na sala de bombeiros. Pudemos verificar a utilização praticamente nula que dela é feita, havendo mesmo alguns dos jovens que, apesar da sua visibilidade, nem tinham reparado na sua existência.

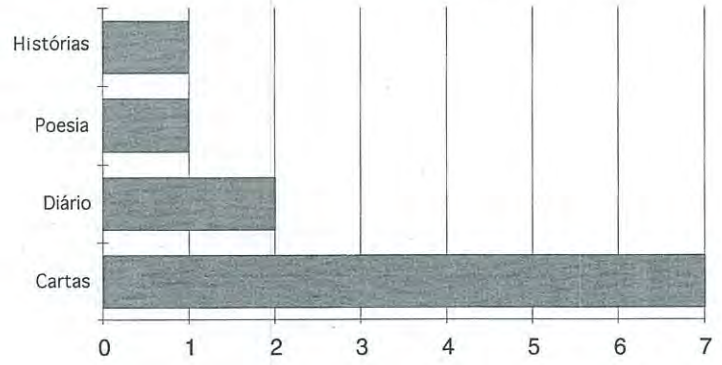
Já a utilização da escrita parece ter características um pouco diferentes. A escrita faz parte integrante do quotidiano (no emprego, na escola, no quartel), o que parece ter algum efeito positivo na sua utilização como instrumento de comunicação (Gráfico 7.12).

Gráfico 7.12: Hábitos de utilização da escrita no quotidiano



A escrita é utilizada em situações de comunicação (cartas a amigos e familiares), ou como forma de expressão dos sentimentos (diários, poesia) ou da criatividade (histórias) (Gráfico 7.13). São predominantemente os rapazes que escrevem, seja diários ou poesia, em geral com o sentido de registo de emoções ou de situações durante um período alargado de tempo. Esta prática, embora algo difundida, acaba geralmente por ser abandonada à medida que o tempo passa e se vão alargando as suas relações sociais. Existem ainda referências à utilização da escrita nas situações de trabalho, embora com características meramente funcionais – registo de pedidos, de serviços prestados, etc.

Gráfico 7.13: Tipos de utilização da escrita



7.4. Conclusão

A análise realizada permite retirar algumas conclusões acerca da relação deste grupo de jovens com os materiais escritos.

Ao longo da pesquisa foi-se tornando evidente a importância dos contextos de integração destes jovens para o desenvolvimento de competências e práticas de utilização dos materiais escritos. Pudemos verificar que os contextos que produzem solicitações quotidianas, de tipo não abstracto, conseguem promover a sua utilização e mesmo o alargamento das competências de literacia. Os bombeiros, por oposição à escola e à família (embora por razões diversas), levam os jovens, de maneira mais ou menos formal, a progredir nesse sentido. Mais do que produzir processos selectivos na utilização desses materiais, como é típico na escola massificada, estruturam situações de aprendizagem tendo como pressuposto o intercâmbio de saberes e a entreajuda entre os diferentes intervenientes. A "democratização" dos saberes e a sua discussão no próprio momento da utilização contribuem para uma elevada eficácia nas aprendizagens. De facto, não verificámos a existência de algum caso de insucesso nos vários processos de aprendizagem neste contexto.

Apesar do papel positivo desempenhado pela corporação de bombeiros, parece-nos existir uma fraca transferência de experiências entre os diferentes contextos. A dependência do grupo face ao contexto escolar para realizar a aquisição das competências básicas é aqui fundamental, ante a fraca escolarização das famílias e à reduzida existência de processos de familiarização com os materiais escritos. Esta contradição entre contextos familiares e escolares traduz-se numa situação com efeitos claramente negativos. Originários de grupos sociais em que a oralidade constitui o meio por excelência de transmissão de saberes e experiências às gerações mais novas (logo, contextos que promovem o desenvolvimento de capacidades que a escola aprecia mas apenas utiliza marginalmente, como a capacidade de memorizar e dar respostas a situações essencialmente a partir de registos orais), os jovens confrontam-se com aprendizagens baseadas quase exclusivamente em suportes escritos. As elevadas taxas de insucesso escolar que registam ou as raras idas às bibliotecas são indicadores deste desfasamento, para mais quando a própria instituição se descompromete da verificação efectiva das aprendizagens e da criação de mecanismos compensatórios que possibilitem, a grupos com estas características, reduzir a situação de desvantagem relativa em que se encontram. Mais do que a promoção efectiva de saberes e competências, o que a escola parece assumir face a este grupo de jovens é o papel confirmador das desigualdades sociais através da sua retradução escolar.

O papel desempenhado pelos materiais escritos no quotidiano é ambíguo e dependente das solicitações existentes. Apesar de a escola ser um contexto de inserção juvenil em que os livros possuem um papel central, este parece ser reduzido a uma utilização forçada e de características repetitivas. Os livros surgem como uma caixa que é preciso abrir, mas para a qual não se encontra a chave. Mais do que a mera descodificação de símbolos, o que está em causa é a relação com saberes estranhos, que utilizam linguagens e concepções da realidade ainda mais distantes. Verifica-se, contudo, que nem sempre assim tem de acontecer, como sucede nas aprendizagens realizadas nos cursos de socorrismo ou na Escola de Bombeiros.

A elevação significativa dos níveis de escolarização relativamente à geração anterior não parece ter efeitos muito relevantes, particularmente no que diz respeito à criação de hábitos de leitura. Originários de famílias em que os incentivos à utilização de materiais escritos são reduzidos, seja pela inexistência física de livros ou pela fraca qualidade das experiências que proporcionam aos membros mais novos, os materiais escritos acabam por ocupar um lugar pouco importante no seu quotidiano. As situações em que tal não acontece são devidas ao aparecimento de estímulos do exterior que, pelo menos numa primeira aproximação, parecem ter alguns efeitos positivos na alteração dessas práticas. A posse de livros reduz-se muitas vezes a livros de banda desenhada pouco elaborada, ou a um número muito reduzido de exemplares de títulos literários, sendo quase inexistentes os hábitos da sua troca. Este panorama altera-se quando incluímos as publicações periódicas, que constituem um elemento central na utilização quotidiana das competências ligadas à literacia.

Estamos então perante um grupo com uma relação "fraca" com a cultura escrita e sem grandes motivações para a sua utilização, tendência que reproduz características dominantes nos seus contextos familiares. A frequência mais alongada da escolaridade não parece fornecer contributos que alterem muito este panorama, para o qual partes significativas da sociedade portuguesa parecem indiferentes.

Capítulo 8

A LITERACIA NA VIDA QUOTIDIANA DOS IDOSOS: DUAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO DE LISBOA

(*Por Leonor Teixeira e Miguel Fontes*)

8.1. Introdução

Esta monografia suscita, a abrir, dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, a sua concretização constitui um dos elementos da estratégia metodológica desenvolvida pelo Estudo Nacional de Literacia. Assim, pretende-se aqui concretizar uma perspectiva de abordagem qualitativa que tem como objectivo genérico a análise das competências transversais da literacia contemporânea em contextos socioculturais particulares. Em segundo lugar, no prosseguimento deste objectivo genérico, esta monografia surge com a pretensão de ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações do quotidiano e o lugar da cultura letrada na vida de um estrato da população – os idosos – que não são abrangidos pelo inquérito nacional aplicado pelo projecto. Escolheu-se, para isso, o contexto particular de duas freguesias do centro histórico da cidade de Lisboa, Santa Catarina e Mercês. Trata-se, se quisermos, de apreender e reflectir as dinâmicas locais da relação com a literacia neste grupo etário e numa zona da cidade onde, como é sabido, se acha concentrada uma faixa considerável da população idosa lisboeta.

No que respeita à forma como este trabalho se apresenta estruturado, após algumas considerações introdutórias acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a realização deste estudo de caso, procura-se concretizar um esforço de contextualização da situação e de enquadramento social do idoso, desdobrando-o em dois momentos.

Assim, num primeiro momento, faz-se uma breve abordagem dos principais aspectos demográficos e sociais que contornam a problemática da velhice e do envelhecimento urbano: essencialmente, trata-se de uma reflexão, por um lado, sobre as transformações originadas pela dinâmica demográfica no quadro social envolvente e, por outro, sobre as respostas organizadas, formais, dos agentes em presença na cidade. Mas para abordar este problema da velhice surge como inevitável, para uma análise que se pretende sociológica, procurar perceber a lógica da construção social da categoria

"idoso" neste contexto social. E por isso, num segundo momento, tentou-se desmontar as representações e os discursos em torno da população em questão e dos problemas que lhe surgem associados.

Seguidamente, procura-se enunciar e problematizar a questão central que motiva esta pesquisa, isto é, o significado de que a relação com a literacia se reveste neste mesmo universo social: trata-se de equacionar os problemas que a relação com a literacia coloca à integração e participação no mundo moderno, em particular no que respeita à população idosa.

O que se pretende, na continuação, é focalizar qualitativamente o lugar que a literacia ocupa no contexto particular dos idosos de Santa Catarina e das Mercês. Depois de um breve apontamento sobre as transformações sociodemográficas nessas freguesias, procura-se retraduzir – leia-se: interpretar descritivamente – as questões levantadas a partir da relação quotidiana com a literacia, ou, se quisermos, de modo mais concreto, a partir das situações que regularmente convocam o uso das competências de literacia. Pretende-se, ainda, perceber de que forma o idoso se posiciona perante o confronto com as necessidades e exigências definidas por essas mesmas situações: por um lado, pela forma como resolve os problemas levantados; por outro lado, através da forma como se auto-avalia, quer em termos das dificuldades sentidas, quer em termos do lugar que ocupa na comunidade envolvente; por outro lado, ainda, em função dos discursos, das representações e da avaliação que aqueles que lidam de modo regular com o idoso e que o enquadram institucionalmente reproduzem.

Por fim, procura-se reflectir e problematizar as implicações decorrentes da abordagem construída ao longo da pesquisa, numa tentativa de identificar e sistematizar as perspectivas pertinentes ao entendimento do significado dos contornos que assume a dimensão da literacia no quotidiano e no universo social do idoso.

Importa agora explicitar algumas opções metodológicas tomadas a partir da assunção dos objectivos e do objecto de estudo em questão. Após uma primeira abordagem ao terreno, foi possível desde logo definir quais iriam ser os locais centrais para o processo de observação: um centro social de Santa Catarina e um das Mercês, o centro de saúde, a junta de freguesia de Santa Catarina, as respectivas igrejas paroquiais, os correios e o banco.

Dois critérios óbvios orientaram essa escolha: teriam de ser lugares regularmente frequentados pelos idosos ou que desempenham um papel importante no seu quotidiano, e onde se proporcionem situações que façam apelo às competências de literacia. De entre estes, os centros sociais acabaram por constituir o espaço privilegiado para o acesso directo ao idoso e à sua vida diária, sobretudo porque é neles que passam a maior parte do dia. Por isso mesmo, a entrada nas suas residências tornou-se desnecessária: por um lado, quase só se encontram nelas ao fim do dia e, por outro, aquilo que nos interessava – os hábitos quotidianos na relação com os materiais escritos – passa-se essencialmente nos centros de dia; podemos mesmo dizer que aqui encontrámos a dimensão da relação com a literacia no espaço doméstico. Todos os outros locais serviram sobretudo para perceber o tipo de situações que implicam materiais escritos com que o idoso se confronta, e para entrevistar aqueles que nos pareceram ser informantes privilegiados nesses mesmos espaços: os funcionários dos correios e do banco, os médicos do centro de saúde, a presidente e a advogada da junta de freguesia e os padres das duas paróquias.

No seguimento da definição daqueles que foram os principais locais e sujeitos abordados, importa também esclarecer as lógicas de observação que pretendemos operacionalizar durante o processo de pesquisa.

Assim, por um lado, sistematizámos uma grelha de observação e de registo, um instrumento que foi flexibilizado ao longo da pesquisa e onde surgem os tópicos conceptuais com que abordámos o conceito de literacia. Esta grelha não é mais do que a tradução operacional de uma perspectiva multidimensional que reconhece a multiplicidade de competências e de contextos. E, por isto mesmo, ela abrange três dimensões fundamentais da literacia – a literacia em prosa, documental e quantitativa – ao mesmo tempo que situa as competências mobilizadas em três dimensões da vida quotidiana: a vida profissional, a vida pessoal e a vida cívica. Mas, uma vez que a esquematização desta grelha pretendia o enquadramento do objecto do nosso estudo (o idoso e a sua relação com a literacia), importa ressalvar que nesta tridimensionalidade, uma vez que se trata de uma população reformada ou "inactiva", a dimensão profissional surge retraduzida em termos do significado do percurso profissional passado.

Por outro lado, durante o processo de observação, estabelecemos longas conversas com os idosos, informalmente proporcionadas mas formalmente

preparadas, do mesmo modo que estruturámos um conjunto de entrevistas semidirectivas destinadas aos informantes privilegiados.

8.2. O envelhecimento: breve abordagem sociodemográfica

Antes de mais, importa esclarecer que, em termos metodológicos, assumimos uma postura que prossegue um esforço interpretativo de contextualização, assente na ideia de que as competências e os usos que delas se fazem na relação com os materiais escritos só podem ser qualificados a partir dos campos de posições e relações sociais, e em função dos critérios aí prevalecentes.

Esta perspectiva de focalização sociológica do fenómeno da literacia no universo social do idoso define então, em termos de enquadramento teórico e empírico, as implicações do tipo de abordagem que pretendemos desenvolver. Como não podia deixar de ser, a expressão das relações com a literacia está carregada de significados, de sentidos, que remetem para a ordem social mais geral, onde são, na linguagem sociológica, simultaneamente estruturadas e estruturantes. Trata-se, assim, num primeiro momento, não só da necessidade de localizar o idoso por relação às tendências estruturais sociais e demográficas que contornam o problema do envelhecimento, e em particular do envelhecimento no espaço urbano, mas também da pertinência de reflectir os principais aspectos da construção social da categoria "idoso".

O peso crescente dos idosos nas estruturas populacionais tem vindo a ser, nas últimas décadas, um dos traços mais fortes da evolução demográfica da generalidade dos países industrializados; Portugal acompanhou rapidamente essa tendência com um duplo envelhecimento no topo e na base da pirâmide etária. Tal como o comprovam alguns estudos, este fenómeno constitui um dos registos de maior relevo de entre as grandes tendências actuais da demografia portuguesa, e é acompanhado por um crescimento da população quase nulo, por um aumento da concentração urbana em torno de grandes pólos, e por uma considerável mutação das estruturas familiares.

Em primeiro lugar, a análise e reflexão científica sobre a especificidade da tendência para o aumento da proporção de pessoas idosas no caso de Portugal revela que, no nosso país, mais do que do aumento da esperança de vida, o envelhecimento da população decorre essencialmente dos efeitos combinados do declínio da fecundidade e da forte emigração dos anos 60 e 70. Este fenómeno do envelhecimento demográfico tem, então, implícitos

dois aspectos principais: uma conjuntura demográfica orientada no sentido de um duplo envelhecimento da estrutura da população, e um aumento da proporção das pessoas muito idosas.

Em segundo lugar, a concentração urbana em torno de grandes pólos tem assumido contornos que apontam alguns elementos importantes, sobretudo no caso de Lisboa.

Numa abordagem ao Plano Estratégico de Lisboa, Fernando José Ribeiro Pinto[1] verifica que por um lado, a cidade tem vindo a expulsar uma parte considerável da sua população mais jovem e em idade activa para a coroa dos municípios periféricos, existindo freguesias no centro histórico onde se está a atingir os limites críticos do abandono. Por outro lado, a par deste decréscimo da população residente no concelho, simultaneamente, a cidade tem sofrido um processo de envelhecimento, o qual é, de resto, confirmado no Censos de 91, cujos dados revelam que a proporção de idosos no total de habitantes da cidade não tem parado de crescer.

De facto, conforme descreve o autor referido, segundo o Recenseamento de 1991, "(...) a proporção do grupo etário com 65 e mais anos no total da população do Concelho é muito superior à mesma proporção relativamente à aglomeração de Lisboa, muito embora com uma ligeira diferença entre a aglomeração sul e a aglomeração norte, mostrando-se a primeira mais jovem que a segunda. Pelo seu significado a médio e longo prazo, deve observar-se ainda que, sendo a população do Concelho de Lisboa apenas 28,8% da população total da aglomeração de Lisboa (...), residem hoje na cidade 41,1% das pessoas idosas residentes em toda a aglomeração, ou seja, por outras palavras, vivem na cidade de Lisboa quase metade dos idosos de toda a área metropolitana"[2].

Alguns estudos realizados revelam, ainda, que é notório o facto de que as freguesias onde a predominância das pessoas idosas é maior são, também, aquelas onde o parque habitacional está mais envelhecido. Um outro autor, Paulo Machado, na abordagem que preconiza das transformações da dinâmica demográfica no quadro ecológico social da cidade de Lisboa, refere

---

[1] Fernando José Ribeiro Pinto, «O social e o sociológico do envelhecimento em Lisboa», in *Dinâmicas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

[2] Idem, p. 245.

mesmo: "torna-se clara a existência de duas 'cidades' com processos distintos de transformação e composição demográficas e com um tecido habitacional igualmente diferenciado"[3]. Partindo desta observação, este autor denuncia a forte correlação entre índice de envelhecimento e carências do edificado e, portanto, a inevitabilidade de analisar as tendências registadas enquanto fenómenos indissociáveis de segregação sócio-habitacional e demográfica.

Fernando José Ribeiro Pinto ilustra bem esta reflexão acerca da questão do alojamento na análise do fenómeno do envelhecimento enquanto problema social de segregação: "em Lisboa, os idosos são particularmente afectados pelas deficiências a este nível, não só implicitamente por um contexto marcado pelo difícil acesso à habitação de construção recente e por um envelhecimento do edificado mais antigo, como, explicitamente, pelas estratégias de especulação fundiária e imobiliária que levam não só à degradação deliberada de muitos edifícios que ocupam os terrenos mais caros do chamado 'casco urbano' como também às fortes pressões de que são alvo para abandonarem as casas onde vivem de modo a não estorvar a exequibilidade do mercado"[4].

Se entendermos a "velhice" enquanto forma pela qual cada sociedade conceptualiza um período determinado (terminal) do ciclo de vida dos indivíduos, percebemos o significado implícito a este sistema de segregação: de um ponto de vista sociológico, qualquer que seja a caracterização de uma situação de alojamento, esta tem de ser entendida, em certa medida, como expressão da significação que cada sociedade atribui aos grupos sociais em presença.

Paralelamente a esta perspectiva que problematiza a questão do alojamento, no que respeita ao particular do quotidiano de grande parte das pessoas idosas, torna-se inevitável interrogar também a forma como se têm articulado os serviços operantes em matéria de protecção social face à situação socioeconómica deste grupo etário.

Actualmente, apesar da generalização da cobertura em termos de protecção às pessoas idosas e que implicou um evidente atenuar das desigualdades perante o sistema de protecção social, é também verdade que o montante

[3] Paulo Machado, «A (c)idade maior – para uma sociologia da velhice», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 16, 1994.

[4] Fernando José Ribeiro Pinto, *op. cit.*, p. 246.

das pensões é bastante baixo, deixando esta população numa situação de forte dependência em relação a outrem, nomeadamente em relação aos familiares.

Neste quadro, segundo os estudiosos, face a esta questão da dependência dos idosos, a reflexão sobre as solidariedades familiares, a entreajuda, os suportes sociais e o apoio comunitário têm vindo a afirmar-se como componente importante dos debates sobre o futuro da protecção social e dos Estados-Providência, sobretudo quando confrontados com a crise que os sistemas de segurança social e de assistência atravessam devido às transformações que as sociedades conhecem, nomeadamente no que se refere ao emprego, à evolução demográfica e à inserção social de alguns estratos da população.

Em Portugal, a tese da sociedade providência evoluiu no sentido de definir que, face ao estado de desenvolvimento das funções estatais neste âmbito, são os grupos intermédios e as famílias quem garante a satisfação de uma grande parte das necessidades individuais de consumo. Conforme refere Maria José Ferros Hespanha, num estudo sobre a saúde e a velhice na sociedade providência, citando Boaventura de Sousa Santos, "(...) a sociedade é concebida como uma "rede de relações de interconhecimento, reconhecimento mútuo e entreajuda baseada em laços de parentesco e de comunidade através da qual os pequenos grupos sociais trocam entre si bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade""[5]. Resumindo, ao exercerem uma função de protecção e de manutenção da estabilidade emocional e do bem-estar físico, estas relações de comunidade reforçam a integração social, particularmente em certos momentos da vida como seja o da velhice.

No entanto, a recomposição demográfica da cidade de Lisboa registada nas últimas décadas, que se traduziu na diminuição do peso relativo dos grupos de jovens e activos e no aumento da população idosa, vem questionar esta mediação enunciada em termos de sociedade providência.

Na medida em que as possibilidades objectivas de um suporte efectivo de uma pessoa idosa e da solidariedade intergeracional estão fortemente dependentes das condições de vida que a sociedade oferece à família, no caso

[5] Maria José Ferros Hespanha, «Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade providência», in Boaventura de Sousa (org.), *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 315.

concreto do meio urbano, essas condições objectivas estão fortemente relacionadas com o fenómeno generalizado da mobilidade das gerações mais jovens que se deslocam para outras zonas de residência.

Assim, o facto de em termos de distribuição populacional se assistir a um afastamento geracional (que tem um significado concreto no que respeita ao afastamento geracional familiar) tem vindo a demarcar o registo da evolução recente: isto é, o reforço de duas estruturas-tipo de agregado doméstico das gerações idosas residentes em Lisboa – o isolamento e a coabitação com outro idoso –, o que deixa uma percentagem relativamente baixa de idosos vivendo em famílias multigeracionais (com filhos e netos).

É por isso que, face a esta situação, a hipótese de uma minimização tendencial da situação de isolamento social dos idosos, apoiada nas características do habitat urbano e nas práticas de interacção geracional, encontra no espaço da cidade de Lisboa este forte obstáculo: a existência de uma segregação demográfica acentuada dentro da cidade e entre a cidade e a sua periferia interurbana.

É partindo desta realidade social que se impõe a focalização da estrutura das relações intergeracionais familiares e institucionais.

No que respeita à mediação familiar na gestão das necessidades sociais dos idosos, importa reter, da abordagem que temos vindo a concretizar, um aspecto essencial. Num contexto marcado pela recessão económica e por um processo de terciarização do espaço urbano e das suas actividades económicas, a importância da vida familiar como elemento estruturador da dinâmica local vem sendo substituída pela importância da actividade económica aí sediada. Assim sendo, o despovoamento familiar a que se assiste nos centros urbanos e que deixa um grupo de população, com mais idade e menos mobilidade, progressivamente isolado, afectou seriamente o apoio proporcionado pelas famílias, tornando-o mesmo insuficiente. Como consequência, a participação das instituições de solidariedade formal, com os seus respectivos meios técnicos, constitui, para grande parte dos idosos, a referência de apoio essencial.

Vejamos, então, como é que, no contexto da cidade de Lisboa, se têm vindo a edificar as estruturas formais de apoio aos idosos. Em termos gerais, a análise proporcionada por Fernando José Ribeiro Pinto define sinteticamente os contornos da situação a este nível: "nesse âmbito Lisboa apresenta

uma oferta ao nível de serviços e equipamentos considerada muito deficiente, tanto na perspectiva quantitativa da razão número de idosos/capacidade de equipamentos, como no que respeita à qualidade destes últimos, apesar de um esforço relativamente grande por desenvolver novas formas de resposta às necessidades específicas da população idosa, nomeadamente através dos centros de convívio, dos centros de dia e dos serviços de apoio domiciliário"[6].

Esta escassez de oferta de serviços e de equipamentos vocacionados para responderem às necessidades da população idosa é também a realidade que caracteriza as freguesias das Mercês e de Santa Catarina. Para uma população, com mais de 65 anos, de 1529 e de 12 657 pessoas, estas duas freguesias têm, actualmente, uma capacidade de resposta claramente insuficiente para a cobertura das necessidades. Assim, Santa Catarina é abrangida por apenas dois centros de dia, sendo que um deles, compreendendo outras três freguesias, suporta no total 500 idosos e o outro, restringindo-se a Santa Catarina, permite o apoio somente a 68 idosos. Na freguesia das Mercês, a par de um único centro de dia, o qual serve diariamente 100 idosos, apenas existe mais um centro de convívio a funcionar na junta de freguesia, um pequeno lar privado e um albergue (que abrange outras faixas etárias). Perante o panorama da oferta disponível, verificamos efectivamente o quão diminuta e insuficiente é a capacidade de resposta.

Aliás, a própria assistente social do centro paroquial das Mercês confirma esta ideia, dizendo que tem permanentemente, na lista de espera, imensas pessoas necessitadas e ansiosas de poderem usufruir deste serviço de apoio. O mesmo nos foi testemunhado, nomeadamente em relação ao apoio domiciliário, pela assistente social do centro de Santa Catarina.

Para além das carências sentidas em termos do volume quantitativo da oferta de equipamentos sociais destinados ao enquadramento do idoso, foi-nos possível conprovar, a partir dos diferentes discursos, quer dos responsáveis pelos centros de dia, quer de todos aqueles que lidam diariamente com os idosos na prestação de outro tipo de serviços, a preocupação com o aprofundamento qualitativo desse mesmo enquadramento. Em particular não pudemos deixar de considerar relevante a unanimidade com que pratica-

[6] Fernando José Ribeiro Pinto, *op. cit.*, pp. 246-247.

mente todos abordam a necessidade de uma acção conjunta e coordenada entre todos esses mesmos intervenientes na realidade do idoso.

Dizem-nos as assistentes sociais: "Não há nenhum esquema formal de coordenação; basicamente temos a freguesia e o bairro; nós funcionamos em termos de freguesia, com o Centro de Saúde, a Junta de Freguesia, a Biblioteca Camões; dentro do Bairro Alto este núcleo de contactos é mais alargado, mas tudo isto se passa em termos informais. Em termos formais, existe dentro do Projecto Integrado da Bica e Bairro Alto um subgrupo a trabalhar com os idosos", acrescentando ainda: "cada um trabalha um bocado isoladamente, se bem que se tenha que mudar isso rapidamente, pelo menos do meu ponto de vista, porque no fundo estamos todos a trabalhar sobre o mesmo. A tendência é para mudar, sobretudo agora com a concretização do programa PIBBA. Acho extremamente importante a existência de mecanismos de coordenação de acção".

Assim, se é verdade que informalmente todos reconhecem a eventual vantagem que decorreria de estratégias de articulação, em concreto ninguém ainda dinamizou de um modo consequente essa possibilidade. Em termos formais só recentemente surgiu o Projecto Integrado da Bica e Bairro Alto, no qual estão envolvidas as juntas de freguesia, a Santa Casa da Misericórdia, o Centro de Formação Profissional e os centros de dia. No entanto, todos parecem reconhecer que este projecto assume ainda uma importância limitada e aquém do que seria necessário.

Por outro lado, em termos de perspectivação da intervenção entendida como necessária para a melhoria do apoio destinado ao idoso, as palavras da presidente da junta de freguesia das Mercês resumem o que todos reivindicam: "equipamentos para a terceira idade; ter as conhecidas 'oficinas do idoso' que já existem em algumas juntas; mais centros de dia; quantificar e qualificar as necessidades da população e dar-lhes resposta envolvendo as pessoas; sensibilizar as pessoas para a situação dos idosos e para a necessidade de solucionar-lhes problemas, reenquadrá-los e envolvê-los; colónias de férias para idosos, por exemplo através de trocas com outras zonas do país; maior investimento nos centros de dia, na animação e dinamização de formas de enquadramento".

Fernando José Ribeiro Pinto adianta ainda, na sua análise, a descrição de alguns aspectos gerais que definem e caracterizam o apoio destinado aos idosos e que é protagonizado por três conjuntos principais de estruturas – os

lares privados, os centros de dia e/ou de convívio e os serviços de apoio domiciliário – que coexistem com este mesmo objectivo de suporte social das necessidades deste grupo etário, ainda que concretizado segundo diferentes meios e estratégias de gestão.

No que respeita aos lares privados, com fins lucrativos, estes têm conhecido, nos últimos anos, um grande incremento na área de Lisboa, fazendo assim face à ausência de resposta por parte das instituições públicas e das instituições privadas de solidariedade social (IPSS's). Apesar de viverem de mensalidades elevadas, apresentam, geralmente, condições de conforto e qualidade aquém dos mínimos exigidos pela lei.

Os centros de dia e/ou de convívio, por sua vez, no serviço prestado à população idosa favorecem a sua permanência no meio familiar e social. Na sua maioria são geridos por instituições de solidariedade social, existindo no entando ainda uma proporção relativamente significativa de carácter oficial, normalmente enquadrados pela Misericórdia de Lisboa, que no caso específico deste concelho é o interlocutor do Estado perante os serviços para idosos.

Por fim, as redes organizadas de apoio ao domicílio destinam-se, essencialmente, a minimizar as consequências da dependência física e do isolamento. Efectuando, porém, uma cobertura reduzida, este tipo de apoio abrange fundamentalmente a população idosa que é em parte "auto-suficiente" mas que revela carências ao nível da doença ou invalidez, da ausência de familiares, da necessidade de ajuda para os cuidados de higiene ou para as actividades domésticas quotidianas.

Sobre este cenário da disponibilidade de equipamentos sociais para idosos existentes na cidade de Lisboa, Paulo Machado, um outro autor já citado, conclui: "Uma leitura global permite concluir sobre a predominância ainda existente de equipamentos monovalentes, mal-grado a tendência verificada nos últimos anos para a polivalência dos equipamentos de apoio à designada Terceira Idade, designadamente em termos de prestação de serviços de vocação intergeracional. A predominância de equipamentos considerados 'leves', tais como Centros de Convívio e Centros de Dia, define a maioria do apoio a pessoas idosas como auxiliar de uma quotidianidade que, como vimos, é marcada pelo viver só ou acompanhada por outro idoso em habitat antigo"[7].

[7] Paulo Machado, *op. cit.*, p. 46.

Este autor alerta, ainda, para a generalização de uma certa clandestinidade, a este nível, referindo-se à existência de uma quantidade significativa de lares e residências que prestam serviços aos idosos, totalmente clandestinos – e por isso de difícil contabilização –, sendo apenas do conhecimento de um número restrito de pessoas.

Depois desta breve abordagem de alguns aspectos demográficos e sociais que contextualizam o problema do envelhecimento, seguindo a sugestão de Paulo Machado, se de um ponto de vista sociológico, partimos do princípio analítico de que "o produto da dinâmica social geradora do modo de vida da velhice não se pode dissociar da estrutura social, e das posições que cada grupo ocupa nessa estrutura"[8], poderemos então "equacionar o modo de vida da população idosa, interpretando-o como a expressão do significado que cada sociedade atribui, em cada momento da sua trajectória, aos elementos estruturadores desse modo de vida"[9].

Dito de outro modo, o que aqui está, essencialmente, em causa é o estatuto do idoso e as representações sociais construídas em torno do que se designa como a terceira idade. Esta é uma questão que, ainda que aparentemente, pode parecer, apenas e tão-só, uma discussão académica, bem ao gosto das abordagens desconstrutivistas das Ciências Sociais, assume uma importância pragmática na forma de pensar e actuar sobre a dita terceira idade. São estas representações sociais sobre o idoso que acabam por moldar os discursos e as acções que sobre ele incidem.

8.3. A construção social da categoria "idoso" e o discurso sobre a velhice: a realidade de Santa Catarina e Mercês.

Para a construção social do que se entende habitualmente por idoso, uma primeira questão que se coloca é a de saber que critérios concorrem para a sua definição. No discurso do senso comum a resposta a esta interrogação é construída a partir de um único critério: o biológico. Ou seja, considera-se idoso aquele que *já* entrou na fase final do seu ciclo de vida. Porém, o problema persiste com a delimitação desse *já*. Se forçarmos a resposta para um valor quantitativo, facilmente a idade de 65 anos é afirmada como fronteira. No entanto, mais do que cálculos processados a partir da média da esperança

[8] Paulo Machado, *op. cit.*, p. 26.

[9] Idem.

de vida, o que assume importância decisiva para a indicação da idade dos 65 anos é a associação que de imediato se estabelece com a idade definida legalmente (logo, arbitrária, mutável, isto é, socialmente construída) para que alguém se possa reformar.

Naturaliza-se deste modo um processo eminentemente social. Isto é, ao tomar-se os 65 anos como a idade limite a partir da qual alguém é considerado idoso, mais do que um critério etário, biológico, o que está em causa é o lugar ocupado por esse alguém no processo produtivo. Daí que, por consequência, num cenário em que se alterasse a idade de passagem à reforma, o que, por certo, se passaria é que mudaria também a atribuição do estatuto de idoso.

De facto, é da atribuição de um estatuto que estamos a falar. E, como já dissemos, este é um processo que está longe de ser indiferente. Porque, um processo classificatório, *estatutário*, não é socialmente neutro. Implica sempre a atribuição de significações, ou seja, implica uma valoração da realidade.

Apreender os discursos e as representações sociais construídas sobre os idosos, isto é, por um lado, dar conta da própria construção do "conceito" de idoso, e, por outro, procurar explicitar o modo como aqueles são apresentados pelos diferentes actores sociais e/ou institucionais, ainda que se trate de um esforço necessário, envolve, no entanto, uma limitação que importa, desde já, assumir. Trata-se de ter a consciência de que da pluralidade de actores decorre uma pluralidade de discursos, difíceis de identificar com precisão. Apelidá-los de senso comum, ainda que se trate de um reducionismo, não deixa de ser, no entanto, metodologicamente útil e epistemologicamente legítimo, para a exequibilidade desta pretensão que sabemos arriscada, mas também necessária.

Uma das representações sociais que mais frequentemente se podem testemunhar é a que tende a ver as pessoas idosas como um problema social. Por detrás desta associação encontra-se, por certo, a certeza de que existe no seio dos idosos um grande número de pessoas que são material e socialmente desvalorizadas. Mas, e ainda que essa seja uma realidade inegável, por detrás do entendimento dos idosos como um problema social está, também, uma outra convicção subjacente: a de que os idosos, porque de fora da esfera produtiva, fora do grupo dos activos, já não são cidadãos em toda a sua plenitude.

Herdada directamente da sociedade industrial, esta representação (ainda que hoje tenha tendência a esbater-se progressivamente, como mais adiante

daremos conta), associa de modo muito vincado a entrada na velhice à assunção de a incapacidade do indivíduo participar na vida social e de assumir as responsabilidades inerentes. Ou seja, não se trata apenas de deixar de desempenhar um papel no processo produtivo. O estatuto de reformado rapidamente invade todos os outros domínios da vida social e colectiva.

De facto, o trabalho, nas sociedades industriais, não se limita a ser o fundamento da vida material; ele dota o indivíduo de uma identidade psicossocial que não só lhe permite deter um determinado estatuto, como ser, também, o elo primordial de ligação entre o indivíduo e a sociedade. Dito de outro modo, envelhece-se à medida que enfraquece a força de trabalho.

E isto num tempo em que, por efeito das alterações estruturais que têm vindo a verificar-se no mercado de trabalho, a tendência é para que os cidadãos se reformem cada vez mais precocemente. Assim, não só os idosos têm vindo a deter um peso crescente na estrutura demográfica da sociedade portuguesa, como se atribui cada vez mais cedo, em termos cronológicos, o estatuto de idoso a alguém.

Para lá da ideia de "inutilidade" que se encontra mais ou menos subentendida nos discursos veiculados sobre a população idosa, uma outra que se lhe encontra associada é a de que esta se trata de uma população com determinadas características decorrentes da própria idade. É assim que, por exemplo, o pároco das Mercês afirma "(...) depois têm também os problemas característicos da idade. Têm um feitio difícil, são desconfiados...". A mesma ideia é também defendida por uma das assistentes sociais quando se refere ao modo como os idosos lidam com o dinheiro: "controlam tudo e são muito desconfiados; é aliás uma característica de todos, sobretudo em questões de dinheiro. Nos pagamentos estão sempre a controlar os trocos, contam sempre os tostões".

As representações sociais construídas e veiculadas sobre o idoso, para além de serem, como anteriormente afirmámos, elemento estruturante no modo de encarar a terceira idade e de sobre ela intervir (nomeadamente por parte dos actores institucionais) desempenham, também, um papel preponderante no modo como os idosos se vêem a si próprios.

Para lá da diversidade de situações, a maioria da população idosa sente-se claramente discriminada e socialmente excluída: "Quando se chega a velho já ninguém se importa connosco". Ou num outro exemplo ainda mais elucidativo: "Agora já ninguém quer saber de nós; acham que já não servimos para nada; que só damos maçada e trabalhos".

Mas, apesar deste forte sentimento de que são uma população socialmente excluída, não deixam também de manifestar, nas suas práticas e no modo como verbalizam a sua situação, uma certa resignação, quando não mesmo uma significativa tendência para auto-exclusão, para a automarginalização: "Agora já estou velho, já não há nada para fazer: é esperar que o tempo passe". Ou, quando interrogados sobre se gostariam de participar num conjunto de actividades lúdicas e culturais, muitos não hesitam em responder: "Ah, isso agora já não é para mim; quando era novo bem que gostava de ir ao cinema, de ir ver uma revista ao Parque Mayer, e ao domingo à tarde nada me fazia perder o meu pezinho de dança".

Deste modo, e ainda que num primeiro momento os idosos se queixem e se lamentem do estatuto social que lhes é conferido, posteriormente são os próprios que, no discurso que sobre si elaboram e nas sua práticas sociais, acabam por integrar e, de algum modo, reproduzir essas mesmas representações.

Todos os que lidam com os idosos confirmam que estes se sentem, de facto, um grupo social marginalizado e excluído. Como referia uma das médicas do Centro de Saúde: "Ainda que dentro do seu contexto encarem as suas carências como algo normal têm, no entanto, consciência de que enquanto velhos constituem um grupo desvalorizado socialmente". Quando procurámos indagar junto dos nossos "informantes privilegiados" do porquê deste sentimento expresso pela população idosa, é ainda uma outra médica que esclarece: "Sentem-se excluídos, porque ganham muito pouco e não são quase nada apoiados; a partir do momento em que já não são activos são pura e simplesmente ignorados".

Relativamente às assistentes sociais, estas, ainda que conscientes das realidades que objectivamente estão na base dos processos da marginalização e da desqualificação social desta população e partilhem igualmente da opinião de que os idosos se sentem excluídos, reforçam a ideia de que são os próprios idosos que, muitas vezes, se desqualificam a si mesmos e por consequência se automarginalizam: "Alguns [idosos] vão-se excluindo cada vez mais; vivem num mundo à parte, e estão pouco receptivos a desafios que impliquem mudar algumas das rotinas que já construíram", afirma uma técnica de serviço social do Centro de Santa Catarina, no que é secundada pela sua colega das Mercês: "Muitos demitem-se; acham que já fizeram tudo o que tinham

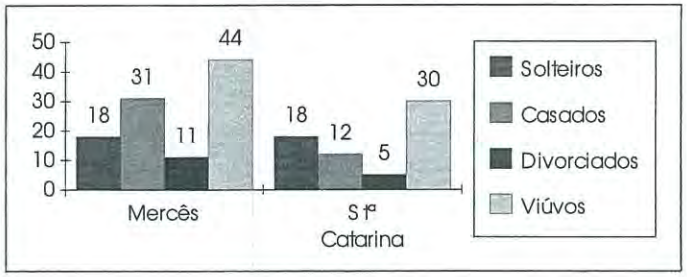
a fazer, já trabalharam o que tinham a trabalhar, e agora querem é que os deixem descansados".

Se hoje existe já um consenso em torno do direito do idoso ao usufruto de uma solidariedade concreta, que se traduza na possibilidade de o idoso aceder a uma vida digna, não só existe ainda uma significativa discrepância entre a consagração desses direitos e a real capacidade da sociedade portuguesa em os assegurar minimamente, como esse entendimento não significa, por si só, que não persistam fortes limitações ao exercício de uma plena cidadania por parte da população idosa. De facto, a sua esmagadora maioria encontra-se numa situação de grande vulnerabilidade, isto é, vive, parcial ou totalmente, realidades nitidamente tipificadas como de exclusão social.

Todos os que, directa ou indirectamente, se relacionam com a população idosa entendem-na e referem-na como uma população vítima de inúmeros problemas, dos quais destacam, desde logo, a solidão.

Por exemplo, para os clínicos gerais que trabalham no centro de saúde que serve estas populações, a solidão é mesmo apontada como uma das principais causas de muitas das patologias que habitualmente estão associadas à velhice ou que nesta se fazem sentir com muita frequência. Referem, nomeadamente, o elevado número de idosos que têm depressões: "São pessoas sós; afastadas da família; pessoas com enormes carências afectivas, com tudo o que daí decorre: sentem-se frágeis, abandonadas, tristes, etc.,". Também as assistentes sociais destacam a solidão como um dos principais problemas com que muitos dos idosos se confrontam: "Muitos são idosos isolados, vivem sozinhos, a família mais chegada ou não existe, ou, se existe, raramente dá o apoio que seria necessário; para aqueles que estão acamados a situação então é dramática". A este propósito, e ainda que não tenhamos dados quantitativos relativamente ao número de idosos que residem sós nestas freguesias, dispomos, no entanto, de alguns dados quantitativos que nos permitem alguma aproximação (ver Gráfico 8.1). Se atendermos ao estado civil dos idosos que frequentam os Centros Sociais com que trabalhámos, verificamos que o total dos não casados assume uma expressão muitíssimo considerável. Ainda que nem todos os que estão na categoria "não casados" vivam necessariamente sós, é, no entanto, legítimo pensar-se que essa será a situação em que se inscreve a grande maioria.

Gráfico 8.1: Estado civil dos idosos (que frequentam os centros sociais): distribuição pelas freguesias de Sta.Catarina e Mercês.



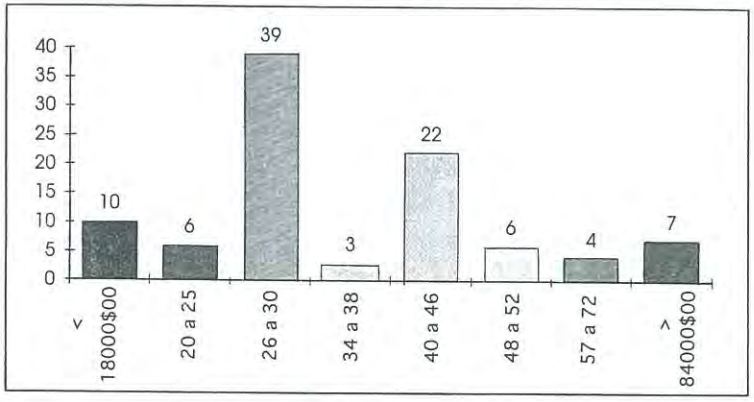
A par da solidão, outra situação muitas vezes referida como problemática é a das condições de habitação. A maior parte vive em casas muito antigas e degradadas, sem condições mínimas de higiene. Para além disso, para aqueles que habitam num terceiro, num quarto, ou mesmo num quinto andar, tal significa um enorme obstáculo à sua mobilidade. Sem elevadores, muitas das casas têm ainda a agravante de terem escadas mal iluminadas, altas, e até sem corrimão de apoio.

Em termos socioeconómicos, a grande maioria da população idosa residente nestas freguesias caracteriza-se por uma situação bastante precária, ou, se preferirmos, encontra-se no que a literatura da exclusão social designa por "situação de vulnerabilidade". Conforme referem todos os que lidam quotidianamente com os idosos, por exemplo as assistentes sociais, estes auferem rendimentos muito reduzidos e claramente insuficientes para a satisfação das suas necessidades: "Isto é quase tudo gente pobre; é uma população bastante carente, com fracos meios económicos: uma parte tem 17 500$00 de pensão e a grande maioria recebe à volta de 27 500$00; por isso recorrem à Misericórdia para terem cartão de utente para a compra de medicamentos; a sua situação socioeconómica é realmente bastante desfavorecida", afirma a assistente social do centro de dia de Santa Catarina. O mesmo é também testemunhado pela outra assistente social: "Do ponto de vista económico e social há de tudo um pouco; alguns com reformas relativamente boas, outros não tão boas, mas, de facto, a grande percentagem, a maioria, recebe a chamada pensão social, à volta dos 27 500$00" (ver Gráfico 8.2).

Se, para alguns, a entrada na terceira idade pode significar um relativo movimento descendente em termos da posição ocupada na estratificação social, já que a passagem à condição de pensionista pode ter implicado uma

sensível quebra dos meios de vida de que dispunham antes, para a maior parte, que sempre teve poucos rendimentos e sempre viveu uma vida marcada por várias privações, essa nova condição significou, apenas, uma continuidade, um prolongamento de uma situação anterior.

Gráfico 8.2: Montante das reformas e pensões



Ainda que não disponhamos de dados quantitativos relativamente aos percursos profissionais anteriores, podemos, no entanto, afirmar que esta é uma população constituída na sua esmagadora maioria por pessoas que, quando activas, desempenharam actividades profissionais pouco ou nada qualificadas, mal remuneradas e, regra geral, fisicamente desgastantes.

Nas mulheres, o mais comum é terem sido costureiras, modistas, vendedeiras ou empregadas domésticas; nos homens, muitos foram operários, carpinteiros, marceneiros ou trabalharam na construção civil.

Relativamente à escolaridade, as fracas ou mesmo inexistentes competências em matéria de escrita e de leitura são, por todos, referidas como uma das situações que mais acentuam o grau de dependência destas pessoas, bem como todos sublinham a dificuldade que esta ausência representa na comunicação que com os idosos têm de estabelecer.

Em suma, a grande maioria dos idosos vive exclusivamente do que recebe da Segurança Social – pensões de reforma, invalidez ou de sobrevivência –, sendo que os montantes das pensões auferidas são inferiores ao ordenado mínimo nacional. Trata-se de uma população que, regra geral, vive em habitações muito antigas e degradadas. Possuem baixas qualificações escolares e

profissionais. Por último, muitos encontram-se num estado de saúde bastante fragilizado.

Serve esta caracterização para relembrar algumas das situações que muito contribuem para o referido desfasamento entre aquilo que é hoje a consagração legal de determinados direitos e a realidade vivida e experimentada pela larga maioria da população idosa. Por outro lado, ainda mesmo quando as situações de maior vulnerabilidade não se fazem sentir com tanta intensidade, não deixam de persistir vários problemas ao nível do exercício da cidadania.

O desafio que hoje se coloca já não é apenas o de proporcionar outras e melhores condições de vida a esta população; o desafio está também num outro entendimento que urge ter (e saber enquadrar institucionalmente) sobre a chamada terceira idade: o deixar de olhar para esta fase da vida como um tempo de espera, um "tempo de repouso final", e passar a entendê-la como um novo modo de vida. Conforme descreve Christian Lalive D'Epinay: "Antigamente, o reformado sabia que estava perto do termo da sua vida; hoje em dia, enriquecido com a sua experiência de vida, está no limiar de uma nova vida. De uma vida a inventar"[10].

8.4. O significado da literacia no universo social do idoso

Como temos vindo a reflectir, a construção social da categoria "idoso" tem-se "resignado", num certo sentido, a identificar e realçar a equivalência entre este período da vida, a inactividade, a dependência e o agravamento das condições de vida.

Desde logo, a transição da fase de vida activa para a fase inactiva (entenda-se aposentação ou reforma) acarreta, em princípio, uma perda mais ou menos significativa de rendimento e, neste sentido, pode-se mesmo falar num aumento de vulnerabilidade à diminuição da qualidade de vida que, geralmente, se traduz numa forte dependência na satisfação das respectivas necessidades sociais, e cujo suporte se encontra entregue à limitação das possibilidades familiares e à debilidade do apoio formal e institucional.

No caso da sociedade portuguesa, alguma investigação sociológica tem evidenciado mesmo "a privação relativa e absoluta dos mais velhos na nossa

[10] Christian Lalive D'Epinay, *Vieillir ou la Vie a Inventer*, Paris, L'Harmattan, 1991, pp. 9-10.

sociedade, o acúmulo de condições de vulnerabilidade e persistência da pobreza que caracteriza a sua condição social, constituindo-se como uma das categorias sociais mais desfavorecidas"[11], adiantando ainda que se, por um lado, "as condições e domínios de vulnerabilidade não são atributos específicos da idade, dado que alguns deles, na generalidade dos casos, preexistem à etapa idosa da vida, quando não a aceleram", por outro lado, "expressam-se, no caso português, com veemência"[12].

No entanto, num outro sentido, a par desta ideia de que a entrada na velhice se *fecha* num círculo de privações, vulnerabilidades e dependências, as representações acerca deste período da vida têm-se debatido com todo um questionamento em torno das possibilidades de reorientação do tempo e de recolocação no espaço que o finalizar do ciclo da "vida activa" (entendida enquanto trabalho e emprego) veio *abrir*.

A partir do esforço de enquadramento da problemática do envelhecimento, da construção social da velhice e da exclusão social, parece-nos então ser possível problematizar um paradoxo.

Por um lado, as representações sobre a velhice tendem para aquele entendimento que associa a entrada nesta idade à inactividade, à dependência e a um agravamento das condições de vida.

Por outro lado, a velhice representa um estatuto único, que tem a ver com o saber e a experiência que em si encerra. Isto é, em primeiro lugar, ela representa a memória do tempo passado, num período em que a interrogação sobre a origem e a identidade do homem tem reencontrado um vigor existencial; em segundo lugar, os mais velhos detêm o monopólio de um outro saber, a vivência de uma fase da vida que está no horizonte de todos mas que nos é perfeitamente desconhecida.

Resumindo, nos contornos das representações sobre a velhice, a identificação desta fase da vida com a idade da reforma revela a desconexão entre o reconhecimento da importância do idoso e o enquadramento que lhe é dado social e institucionalmente, definindo-a como uma das categorias sociais mais desfavorecidas: fora do mercado de trabalho, constrangida na satisfação das suas necessidades sociais pelos limites físicos, económicos e culturais do seu percurso.

[11] Paulo Machado, *op. cit.*, p. 24.

[12] Idem.

A partir, precisamente, da constatação do significado desta mesma desconexão, uma série de problemas se colocam no que respeita à mobilização das competências da literacia por parte de uma larga categoria da população, cujos direitos de participação social são reconhecidos, num sentido muito restrito, através da garantia de uma reforma mínima.

A conjuntura de recessão no quadro da economia mundial tem promovido o surgimento de novos factores de empobrecimento de alguns estratos da população: "a degradação das condições de trabalho no interior do sistema de emprego; o abrandamento das políticas de protecção social em consequência da crise financeira dos Estados-Providência; a crescente dissolução dos laços sociais e das solidariedades tradicionais"[13].

Entre outras tendências, estes factores apontam para um atenuamento dos mecanismos institucionais e informais de apoio a situações de crise e precariedade económica e para o crescente isolamento social daqueles que estão mais directamente dependentes da Segurança Social, onde se incluem os reformados e pensionistas.

Este tipo de situações determina a exclusão do acesso aos recursos disponíveis na sociedade e à capacidade de participar plenamente nas actividades sociais e afecta "todos aqueles que, por factores variados, não têm capacidade, de por si só, aceder aos recursos, ficando assim em situação de privação material e, por consequência, em situação de dependência face aos auxílios prestados por terceiros, sejam os organismos estatais ou formas privadas de assistência e solidariedade social"[14].

Como ilustra Claudino Ferreira, "o que está em jogo é, sobretudo, o modo como esses indivíduos, pela posição que ocupam no sistema de estratificação e pelo acesso restrito que têm aos recursos materiais e simbólicos, são excluídos da sua participação plena no estatuto de cidadania, isto é, colocados nas margens do sistema social"[15].

É neste sentido que a participação social dos idosos está, desde logo, dependente do reconhecimento, por parte da sociedade que os envolve, da sua necessidade de assistência e do seu direito a essa assistência.

[13] Claudino Cristóvão Ferreira, *Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social. Uma Abordagem Sociológica da Exclusão Social em Portugal*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1994, p. 10.

[14] Idem, p. 30.

[15] Ibidem, p. 31.

Usufruindo assim daquilo que os estudiosos dos fenómenos da pobreza e exclusão denominam de "cidadania subsidiária", este estrato da população sofre um processo de desqualificação social que o converte num estatuto social inferiorizado a partir de uma atitude colectiva que define a sua cidadania efectivamente como subsidiária, isto é, designada a partir da necessidade de auxílio.

Estamos então perante um fenómeno de exclusão que a evolução política das sociedades modernas reproduziu, apesar da emergência e expansão dos direitos de cidadania e do desenvolvimento de organismos estatais que a promovem: o acesso limitado e condicionado aos direitos e benefícios incluídos no conceito de cidadania.

O iletrismo é apontado hoje como uma das dimensões mais importantes deste fenómeno de exclusão social, na medida em que se foi prefigurando, como se refere no capítulo introdutório ao Estudo Nacional de Literacia, um novo tipo de analfabetismo afectando a população adulta que, apesar do aumento dos anos de escolarização, evidencia incapacidades de domínio da leitura e da escrita, vendo, por isso, diminuída a sua capacidade de participação na vida social. E estas dificuldades e insuficiências formativas revelam, antes de mais, a incapacidade de adaptação a um estado de incerteza permanente e à rapidez da mutação económica e social própria das sociedades actuais: todo um conjunto de mudanças estruturais que caracterizam e atravessam o processo de desenvolvimento económico e social.

Alguns fenómenos têm vindo, de facto, de uma forma muito concreta, a alterar o funcionamento das sociedades em geral, atribuindo-lhes uma nova configuração, na medida em que reflectem os principais desafios que as transformações operadas no mundo produtivo vieram colocar aos novos perfis de qualificações requeridas e as novas exigências que a movimentação no espaço social e a participação cívica definiram na transformação da rede de relações sociais e na construção de um novo conceito de cidadão e de cidadania.

Nesta perspectiva, podemos perceber que as mutações estruturais que atravessam as sociedades actuais, implicando uma transformação da vida social, proporcionaram uma mudança na concepção do indivíduo e da sua participação social. Intrinsecamente, a emergência do iletrismo, enquanto fenómeno social, político e cultural, é uma questão que aponta para o problema dos direitos humanos, dos direitos de participar e usufruir duma sociedade que, agora diferente, não está a saber devolver ao indivíduo a capacidade de se recolocar nessa nova ordem social. Porque a formação do indivíduo não está a acompanhar a formação do cidadão e porque, hoje em dia, se aponta claramente para uma sociedade em que a garantia da cidadania, e dos direitos e deveres que lhe são inerentes, é muito provavelmente a garantia de um desenvolvimento fundamentado e equilibrado: "Para permitir aos homens e às mulheres o exercício pleno da sua cidadania é preciso dar-lhes os meios concretos: fornecer-lhes os instrumentos conceptuais necessários para observar os factos, analisá-los e julgá-los. Nestas condições, poderão adaptar-se às mudanças rápidas que afectam as sociedades no seu conjunto. É este um dos objectivos da educação. Se ela é uma consequência da democracia, é também indissociável do seu exercício"[16].

Estamos, então, perante a concepção de um modelo de "socialização participativa" que reconhece que as consequências das acções dos cidadãos podem ter repercussões sobre o conjunto da sociedade: por um lado, o actual conceito de "tempo livre" proporciona novas possibilidades materiais para fomentar a participação dos cidadãos na comunidade; e, por outro lado, com os novos avanços técnicos e desenvolvimentos sociais, é reconhecida a capacidade de influência sobre áreas sociais amplas e importantes.

Porém, este modelo tende também, claramente, para a superação, no processo de socialização dos indivíduos, do papel limitado dos agentes tradicionais (sobretudo a família e a escola) que têm visto ser bastante reduzida a sua área de influência sobre os cidadãos.

Neste contexto, vai-se impondo como necessária e urgente a perspectiva de contribuição das instituições de acção cultural e da educação de adultos, com um papel que poderá ser determinante no processo de desenvolvimento comunitário. Sobretudo, esta é uma tendência que constitui uma reacção à crise da concepção assistencial do "Welfare State" e às necessidades de desenvolvimento das comunidades de cidadãos situadas nos níveis inferiores da hierarquia social.

No novo modelo de desenvolvimento, do ponto de vista social, as dificuldades e insuficiências formativas revelam a incapacidade de adaptação a um estado de incerteza permanente e à rapidez da mutação económica e social que caracteriza as sociedades actuais. Daí que se avance no sentido de

[16] Corine Ibram, «Pour lutter contre l'exclusion», *Éducation des Adultes*, 1993.

reconhecer que, dado o ritmo e dinâmica dos processos sociais, a formação dos indivíduos tem de se assumir como processo de construção, cuja prossecução ultrapassa, necessariamente, os limites dos sistemas formais de ensino.

A preparação que até a um passado recente era adequada a um estádio da vida relativamente estático, já não é suficiente para uma participação sustentada no mundo moderno, onde o adulto se confronta com uma necessidade de aprendizagem constante subjacente às múltiplas mutações inerentes às sociedades actuais.

Torna-se agora, a partir da reflexão que temos vindo a desenvolver, mais clara a importância que progressivamente se dá ao conceito de literacia na relação entre mudança, educação e cidadania, no sentido de as pessoas adquirirem um conjunto de capacidades, de competências, que lhes permitam realizar-se nos diferentes aspectos da sua vida, preparando-as para desempenhar uma função social, cívica e profissional nas comunidades de que fazem parte.

E um dos universos sociais em que esta importância se tem feito sentir com uma intensidade e um significado particulares, e cuja amplitude e conteúdo específico temos vindo a reflectir, é o universo deste grupo concreto da população adulta: os idosos.

Chegado ao final da "vida activa", com toda a ambiguidade de que se reveste essa situação, ao idoso que encara este duplo desafio da reocupação de um tempo que já não é canalizado para o mercado de trabalho e da recolocação numa estrutura de relações sociais em mudança depara-se esta quase-condição de sobrevivência social: a necessidade de mobilizar no seu quotidiano um conjunto de competências e conhecimentos que ultrapassam os limites da formação escolar e das qualificações profissionais.

A verdade é que é imensa a variedade de situações quotidianas que exigem capacidade de compreensão e discriminação, e o que alguns autores têm denunciado é, precisamente, o facto concreto de que os níveis básicos destas capacidades, perante a abundância de mensagens recebidas, têm tendência a evoluir mais acentuadamente do que os níveis de escolaridade obrigatória, o que poderá significar que os que se encontram desprovidos de determinados conhecimentos "básicos" se vejam excluídos da sua aquisição na vida adulta.

Basta estarmos atentos à informação de alguns estudos realizados, que mostram que a par do problema do iletrismo existem outros tipos de carências e dificuldades, nomeadamente escolares, que constituem uma experiência com características particulares: aqueles que são normalmente definidos como analfabetos literais ou funcionais foram já, na maioria dos casos, vítimas de uma pré-exclusão no sistema escolar.

Neste sentido, um documento do Conselho Europeu da Cooperação Cultural[17] aponta alguns aspectos elucidativos baseados num estudo realizado em Inglaterra sobre a educação e a formação para adultos com mais de 50 anos. Assim, revela-se, por um lado, o nível bastante fraco de acesso às possibilidades de formação para as pessoas idosas, com uma correlação directa entre idade e acesso; por outro lado, a participação crescente dos idosos na formação contínua, mas num contexto de grande incerteza quanto ao futuro de tal disposição; e, por outro lado ainda, a confirmação de que as desigualdades entre gerações, que reflectem a maior educação de base de que beneficiam os jovens, são acompanhadas de desigualdades no seio de uma mesma geração, ou seja, as pessoas idosas mais qualificadas têm um acesso mais volumoso do que as menos qualificadas.

Perante a denúncia deste processo de progressiva dualização social, e no contexto de um crescente ritmo de evolução da sociedade que torna cada vez mais necessária uma maior formação cultural que permita ao idoso desenvolver com competência o desempenho em todos os aspectos da vida social, quer os estudiosos atentos à evolução do conceito funcional de alfabetização, quer a reflexão produzida em torno da população idosa, têm vindo a defender precisamente a necessidade de "desacademizar" o conceito de educação básica e de repensar e reformular os contornos de uma efectiva educação para adultos.

Em particular, os limites da categorização social de que o idoso é alvo e o ilimitado conjunto de possibilidades e necessidades inerentes ao período de vida que atravessa tornam este desafio algo incontornável.

8.5. Envelhecimento e despovoamento: transformações sociodemográficas das freguesias de Santa Catarina e das Mercês

Situadas na zona antiga da cidade de Lisboa, Santa Catarina e Mercês são duas freguesias relativamente semelhantes quanto à sua caracterização.

[17] Tom Schuller, «Réflexions sur la citoyenneté, les droits et l'éducation», Conseil de la Coopération Culturelle – Conference Finale, Strasbourg, 1995.

Para lá da proximidade geográfica (os seus limites territoriais são parcialmente fronteiriços), Santa Catarina e Mercês apresentam um conjunto de indicadores de caracterização muito parecidos. As suas histórias recentes podem facilmente ser narradas em paralelo. Vítimas de uma constante e progressiva desertificação, estas duas freguesias ilustram bem o processo de envelhecimento e de degradação urbana que se fez sentir um pouco por toda a Lisboa antiga nos últimos trinta anos. A uma população, em 1960, de 13558 habitantes na freguesia das Mercês e de 11 715 em Santa Catarina contrapõe-se hoje, segundo os dados do Censos de 91, uma população residente de pouco mais de seis mil e de cinco mil pessoas respectivamente. De facto, nas últimas três décadas tanto a freguesia das Mercês como a freguesia de Santa Catarina viram as suas populações diminuir a um ritmo bastante acelerado, o que resulta ainda mais evidente quando as comparamos com o mesmo tipo de processo ocorrido no conjunto da cidade de Lisboa. Enquanto esta, na sua globalidade, sofreu um decréscimo na sua população na ordem dos 18%, ao longo dos últimos trinta anos, Mercês e Santa Catarina viram os seus residentes diminuir, no mesmo período, cerca de 56% (Quadro 8.1).

Quadro 8.1: Evolução da população das freguesias de Santa Catarina e Mercês

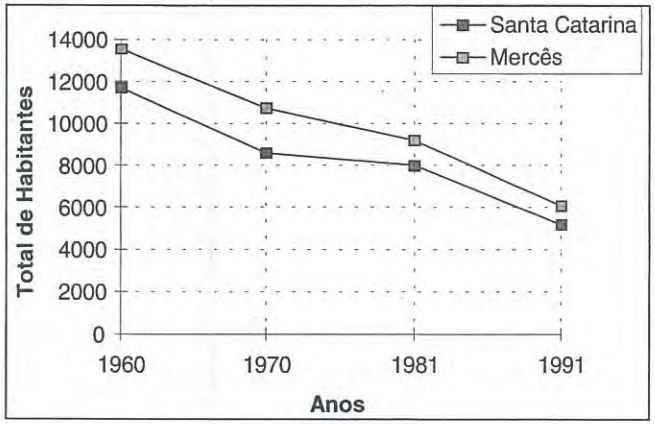
	Santa Catarina		Mercês		Lisboa	
Anos	Total	Taxa de crescimento	Total	Taxa de crescimento	Total	Taxa de crescimento
1960	11715	-	13558	-	802230	-
1970	8600	-26,6%	10735	-30,8%	760150	-5,2%
1981	7969	-7,3%	9201	-14,3%	807937	+6,3%
1991	5153	-23,5%	6039	-34,4%	663394	-17,9%

Não deixa de ser curioso verificar como a evolução demográfica que se fez sentir nas últimas décadas nestas duas freguesias é muito semelhante, o que é facilmente visível quando olhamos para o gráfico que ilustra essa mesma dinâmica demográfica (Gráfico 8.3).

Esta proximidade de indicadores entre as duas freguesias é também comprovada pela distribuição etária das suas populações (Gráfico 8.4). Uma e outra apresentam uma população bastante envelhecida, sendo a percentagem de pessoas com mais de 65 anos cerca de 25% em ambas as freguesias, o que é nitidamente superior à média nacional (13,6%) ou mesmo à percentagem do concelho de Lisboa (18,8%), valor já de si bastante elevado e

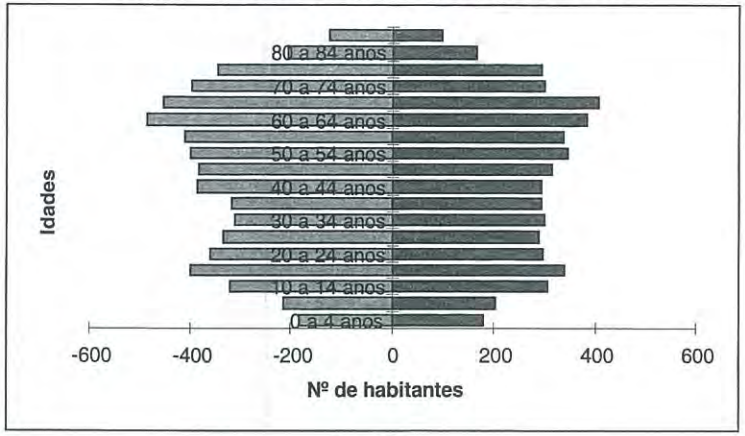
que não tem parado de crescer nos últimos trinta anos: 9,3% em 1960, 11,4% em 1970, 14,3% em 1981.

Gráfico 8.3: Evolução da população residente entre 1960 e 1991



Fonte: INE

Gráfico 8.4: Distribuição etária da população residente

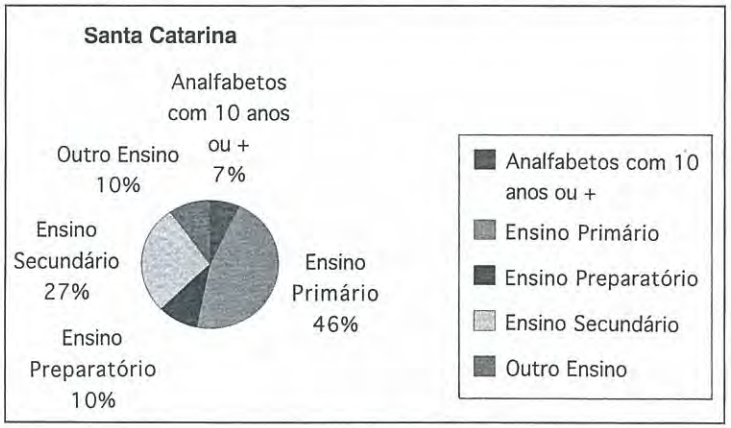


Fonte: INE

Relativamente a uma caracterização da escolaridade destas duas freguesias, uma vez mais, encontramos uma realidade em tudo semelhante. Ambas apresentam uma taxa de analfabetismo de 7% (valor não muito elevado quando comparado com os 11% nacionais, ainda que ligeiramente superior à taxa de analfabetismo no concelho de Lisboa: 5,7%). Quanto aos restantes

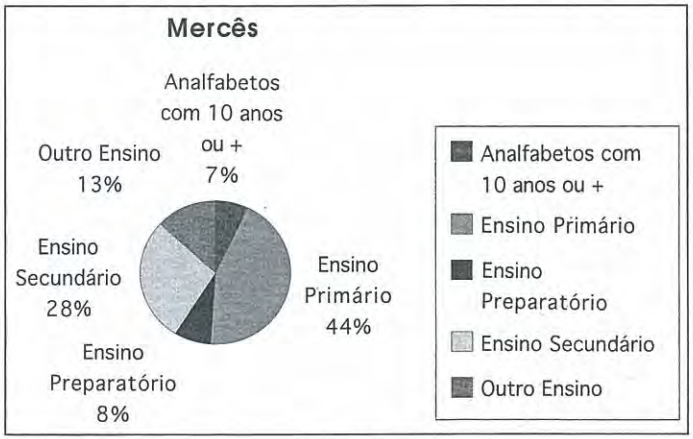
valores a proximidade também se confirma (Gráficos 8.5 e 8.6). De salientar, como aspecto mais relevante, o facto de as duas freguesias apresentarem quase valores idênticos aos do concelho de Lisboa no que diz respeito ao ensino preparatório e ao ensino secundário, o mesmo não sucedendo, porém, quando consideramos o ensino pós-secundário. Enquanto no concelho de Lisboa a média dos que prosseguiram os estudos após o ensino secundário é de 16,5%, em Santa Catarina e nas Mercês esses valores são apenas da ordem dos 10% e dos 13%, respectivamente.

Gráfico 8.5: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia de Santa Catarina



Fonte: INE

Gráfico 8.6: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia das Mercês



Fonte: INE

8.6. A relação dos idosos com a literacia: usos quotidianos e representações sociais

Espaços relacionais

Quer seja a partir dos dados apresentados, quer seja a partir da caracterização que os nossos interlocutores fazem desta população, parece ficar claro que, de facto, estamos perante uma população extremamente fragilizada. Fragilizada, conforme concluem aqueles que lidam todos os dias com os idosos, "não só pela idade, mas também pela situação económica de pobreza, o isolamento, o abandono e o analfabetismo".

Inevitavelmente, os contornos desta caracterização reflectem-se na forma como pode ser qualificado o uso das competências de literacia. Desde logo, na medida em que estamos perante uma população com fracos recursos escolares, sendo mesmo muitos destes idosos analfabetos, não é de estranhar que os hábitos de escrita e leitura sejam realidades pouco presentes, conforme ilustram os interlocutores que lidam diariamente com esta população: "não têm hábitos de leitura, são muito poucos os que lêem jornais todos os dias ou mesmo as legendas da TV"; "a escrita e a leitura são realidades ausentes do seu quotidiano".

Se bem que recusemos a variável escolaridade como indicador auto-suficiente para a medição das capacidades e competências inerentes à relação com a literacia, ela não deixa de constituir um elemento importante para a qualificação dessa mesma relação. Isto porque, como tem sido aliás argumentado pela reflexão teórica em torno das problemáticas educativas, existe uma inevitável correlação entre as capacidades e disposições para a leitura e a escrita, a experiência vivida no contacto com os saberes que a escola transmite e o fundo cultural dos indivíduos. Por isso mesmo, à forma que assume a relação do idoso com a literacia não será de todo indiferente o seu percurso escolar e as representações que transporta acerca da escola, do mesmo modo que, uma vez que o conceito de educação e aprendizagem não se esgota no espaço da escolaridade formal, poderá ter alguma relevância a frequência de cursos de formação profissional ou da denominada "escola de adultos".

A este nível de abordagem a análise dos diversos discursos e os dados de que dispusemos apontam, de uma forma geral, para fracos recursos escolares (baixa escolaridade), um certo índice de analfabetismo e um passado profissional cujo perfil exigia poucos ou mesmo nenhuns requisitos escolares, sendo

ainda que nenhum dos idosos com quem falámos teve alguma vez acesso a qualquer tipo de acção formativa durante o seu percurso profissional.

A este propósito importa também referir que a junta de freguesia das Mercês estabeleceu um protocolo de alfabetização para adultos com uma escola, verificando-se que apenas catorze idosos frequentam as respectivas aulas. A ideia que foi possível reter é a de que o serviço prestado a este nível apresenta-se, pelo menos pela abordagem que fizemos acerca do aspecto organizativo, de alguma forma desadequado em relação às necessidades da população idosa.

Por um lado, o acesso a este tipo de aprendizagem acha-se bastante condicionado pela forma como está estruturado em termos de horários. Isto significa que uma vez que estas aulas funcionam ao fim do dia, a afluência é reduzida, na medida em que a maioria dos idosos a essa hora já está em casa e por questões de segurança ou de comodidade não sai. Por outro lado, a divulgação, que é feita pela própria alfabetizadora em coordenação com os centros sociais e com os alunos que frequentam a escola, apresenta algumas insuficiências. Nomeadamente porque nas conversas que tivemos poucos eram os que sabiam da sua existência e que tivessem alguma vez pensado em tal possibilidade.

Estas fragilidades e carências de competências de literacia fazem-se então sentir com um significado particular no contexto da satisfação das suas necessidades sociais, sendo geradoras de um conjunto de dificuldades e constrangimentos que bloqueiam a sua autonomia e provocam o desenvolvimento de estratégias alternativas por forma a contornar a situação de dependência em que se encontram.

De facto, tanto ao nível da gestão da sua vida financeira, como da resolução dos problemas de saúde, ou ainda da forma como se enquadram nos sistemas de apoio social que lhes são destinados, os idosos revelam um conjunto de carências e vivenciam dificuldades bem identificáveis.

A nossa opção em termos de critério para a estruturação e apresentação de uma análise que procura retraduzir – isto é, descrever e interpretar – estes contornos da relação que o idoso experimenta com a literacia, foi a de organizar e sistematizar a informação em função, por um lado, daqueles que constituem os espaços centrais do dia-a-dia do idoso, e por outro, dos sujeitos que nesses mesmos locais presenciam e participam no seu quotidiano e na sua relação com os materiais escritos.

Comecemos pelo banco, uma instituição que nos pareceu ser um dos focos essenciais para obter dados importantes para a qualificação da relação com a literacia a partir da forma como acedem aos seus serviços, à informação aí veiculada e aos produtos que lhes são destinados.

Desde logo, quando procuram os serviços do banco, os idosos, de uma maneira geral, preferem aceder à informação pelo contacto directo e oral com os funcionários do banco do que através das formas escritas de informação que aí circulam. Assim, por exemplo, apesar de existir um painel que expõe quadros com os produtos oferecidos, os idosos acedem preferencialmente ao aconselhamento directo. "Os idosos procuram mais esta opção, depositam confiança no banco. Já vinham cá receber no activo e mantêm um elo de ligação com o banco através dos funcionários com quem lidam e que atendem os seus pedidos: 'olhe, queria falar com o sr. fulano tal', e se ele não está esperam que chegue, confiam nos conselhos do funcionário para aplicar os seus rendimentos, 'o que acha que devo fazer, o que é que acha que é melhor?', perguntam-nos".

Um dos principais motivos por que recorrem ao banco é para receber a sua pensão ou reforma. De facto, a maior parte dos idosos de Santa Catarina e das Mercês recebem a pensão através de uma conta aberta no banco. A forma como este vencimento se processa já está mais ou menos mecanizada: "o banco tem um Calendário de Créditos das Pensões e as pessoas antes de o ano começar perguntam por este instrumento, um cartão com o qual lidam facilmente após uma breve explicação".

No entanto, as dificuldades só vão sendo ultrapassadas, por um lado, com o acompanhamento dos funcionários e com a "força do hábito" e, por outro, com a cumplicidade de familiares, da assistente social, do médico ou de conhecidos que estejam na mesma situação. Diz-nos uma das assistentes sociais: "Têm muita dificuldade em lidar com a 'papelada", para eles é extremamente confuso; normalmente nunca vão sozinhos levantar a pensão, ou pagar a luz e a água, juntam-se e vão em grupos, não só por questões de segurança, mas também pelas dificuldades que sentem. Muitas vezes pedem-me apoio para resolver situações deste género".

Esta é uma realidade que ganha mesmo traços de algum dramatismo no caso daqueles que estão mais isolados pelas circunstâncias da sua vida: "É o caso das viúvas, aquelas pessoas que, pela primeira vez, têm que aprender a

lidar com algo completamente novo; gera-se alguma aflição, o funcionário tem que acalmá-las, e passam a recorrer a este como intermediário, adaptando-se gradualmente, umas com mais dificuldades, outras com menos".

No banco, segundo as palavras de um dos seus gerentes, "quem trata dos assuntos dos idosos são os próprios ou os familiares; a gestão corrente são os próprios que a fazem; quando se trata de um pormenor mais importante ou complicado vem o familiar, mas este normalmente não tem tempo para isso". "Ao longo da vida tiveram sempre a ideia de amealhar o mais possível e, como sempre foram carenciados, têm que controlar muito bem o dinheiro" – é por isto mesmo que os idosos usam sobretudo a caderneta, uma vez que este instrumento tem tudo pormenorizado e faculta-lhes uma permanente organização das suas contas. "Muito poucos utilizam cheques, a maior parte recorre à caderneta, se bem que nem todos a saibam ler, já vão há muito tempo ao mesmo banco e lidam sempre com o mesmo funcionário, o que ajuda bastante; mas controlam tudo e são muito desconfiados, é aliás uma característica de todos, sobretudo em questões de dinheiro."

Deste modo, os idosos revelam dificuldades notórias de adaptação aos mecanismos modernos. São poucos os que utilizam o multibanco ou o cartão de crédito, normalmente os menos idosos ou os que já tinham esse hábito no passado. Recorrem sobretudo ao depósito a prazo por ser mais tradicional: "os esquemas mais modernos de poupança, por exemplo, evitam ao máximo, porque têm medo que lhes mexam no dinheiro, que venham a perder algum. O banco é para ter o dinheiro ali bem contadinho, não querem saber de transferências ou outras formas mais complicadas de manipular os seus rendimentos". Assim, de uma forma geral, todos usam e lidam facilmente com a caderneta: "sentem-se à vontade, até podem ser analfabetos mas não são parvos, ao nível dos números controlam tudo, têm ali tudo apontado, se um dia falha alguma coisa chamam logo a atenção, não deixam isso por mãos alheias". Percebe-se assim que a relação com o elemento escrito quantitativo é fortemente marcada por esta necessidade do concreto e do controlo numérico pormenorizado que lhes permita o acesso ao cálculo que dominam sem grandes problemas.

Os Centros Sociais de apoio ao idoso constituem um espaço privilegiado, se não o mais privilegiado, para a percepção da dimensão da literacia no quotidiano de vida dos idosos. Em primeiro lugar, porque constitui o

espaço onde o idoso passa grande parte do seu tempo; em segundo lugar porque, enquanto instituição destinada ao enquadramento desta população, constitui um importante elemento mediador na satisfação de um determinado conjunto de necessidades sociais; e, por último, porque através da sua dimensão de animação cultural se desenvolvem algumas actividades lúdicas que implicam competências de literacia.

No que respeita ao quotidiano nos Centros Sociais, foi possível perceber, pelo que observámos e acompanhámos no terreno, que, de uma forma geral, os idosos não lêem qualquer tipo de publicação periódica, nem mesmo acompanham as legendas da TV, ideia que já referimos, aliás, no início desta caracterização da relação com a literacia. Por outro lado, percebemos ainda que, porque vivem relativamente afastados da família ou mesmo isolados, raramente ou nunca lidam com recados, mensagens ou cartas. Por isso, o volume de informação escrita com que lidam respeita sobretudo a correspondência documental e a questões de carácter mais burocrático.

E, neste caso, como temos vindo a descrever, de resto, revelam e assumem as suas incapacidades e socorrem-se do auxílio oportuno de alguém, muitas vezes das assistentes sociais que se encarregam, por seu lado, também, de assumir o tratamento dos processos burocráticos relativos à veiculação do idoso ao centro de dia.

Deste modo, o esquema de enquadramento destes Centros Sociais, onde surgem situações que impõem directamente o confronto com o recurso a competências de literacia, respeita essencialmente às actividades de animação cultural que aí são desenvolvidas.

No Centro Social de Santa Catarina, de entre as actividades organizadas regularmente, aquela que remete para o uso de competências de literacia é a assistência à passagem de filmes na Biblioteca Camões. Aquilo que pudemos perceber é que a preferência dos idosos vai para os filmes do "período áureo" do cinema português, ao que não será estranha a dificuldade ou mesmo total incapacidade em acompanhar as legendas quando se trata de filmes estrangeiros. Quanto ao acesso aos livros aí arquivados, os responsáveis pela Biblioteca, apesar de não terem um tratamento estatístico actualizado dos consumos, são da opinião de que é bastante restrito o número de idosos que a frequentam regularmente.

De resto, apesar de ainda dinamizar outro tipo de actividades – como passeios, idas ao teatro (quando a Câmara oferece bilhetes) ou miniférias –, e de ter contado com a dinamização feita através de um período curto de estágio de duas monitoras de um curso de animação cultural, a assistente social assume as insuficiências desta dimensão mais recreativa. Evoca, desde logo, dois problemas: um tem a ver com a necessidade de um investimento mais sério na dinamização de actividades através do recurso a técnicos especializados; outro tem a ver com as dificuldades em ultrapassar a resistência dos idosos em participar neste género de iniciativas: "há alguma resistência, sobretudo quando as actividades obrigam a sair da rotina; ficam logo incomodados e muito indecisos". A justificação para este tipo de comportamento surge com alguma prontidão no seu discurso, quando avalia o trabalho realizado pelo centro neste âmbito: "a forma como reagem, a pouca receptividade, tem muito a ver com o seu passado; muito trabalho e praticamente inexistência de tempo de lazer. Por isso, acabando o trabalho, acaba praticamente tudo na vida deles".

De facto, para muitos, tempo livre, lazer, etc., foram quase sempre realidades desconhecidas e com as quais, só agora, se vêem confrontados, o que faz com que na maior parte das vezes mostrem alguma relutância e resistência quando desafiados a novos projectos.

O Centro Social das Mercês, por seu lado, organiza um conjunto mais diversificado de iniciativas culturais, nomeadamente daquelas que implicam leitura ou escrita. Parece-nos óbvio que às razões desta maior dinamização, por comparação com o centro de Santa Catarina, não será de todo indiferente o facto de o Centro envolver no serviço prestado, para além da assistente social, uma monitora de animação cultural e dois animadores responsáveis pela dinamização de um grupo coral e de um grupo de teatro. Trata-se, de um ponto de vista avaliativo, de um importante esforço qualitativo no envolvimento do idoso. Em particular, a existência daqueles dois grupos recreativos tem vindo a revelar-se como uma experiência muito positiva e, apesar da resistência de muitos em participar, tem para todos um significado importante, sendo reconhecida como um dos motivos de orgulho dos idosos e da direcção do Centro. Tivemos, de facto, oportunamente, possibilidade de testemunhar esse mesmo reconhecimento quando fomos convidados para assistir a um dos momentos festivos que o Centro organiza periodicamente, e que foi animado por um conjunto de actuações de grande qualidade.

No que respeita à análise que nos interessava fazer do funcionamento destas actividades, seja no caso do teatro, seja no caso do coro, pudemos reter algumas conclusões, a partir quer da observação dos ensaios e da conversa com os protagonistas, quer das impressões que trocámos com os animadores.

Assim, tal como no outro centro, a resistência à participação neste tipo de iniciativas é notória, sendo que o esforço de mobilização desenvolvido pelos seus responsáveis dificilmente encontra respostas positivas por parte dos idosos. Formou-se um grupo inicial, que entretanto sofreu algumas alterações, mas que nunca viu o número de elementos aumentar significativamente. Mais ainda, a maior parte dos que estão envolvidos no grupo de teatro são os mesmos que encontrámos no grupo coral.

Se já tínhamos percebido com alguma clareza o porquê de ser reduzido o número de participantes, inevitavelmente surgiu-nos uma questão: porquê estes? Que motivos e motivações explicam a forma positiva como encaram a sua participação?

Os registos dos interlocutores com quem conversámos permitiram-nos algum esclarecimento. Também aqui, como noutros domínios já referidos, o aspecto mais determinante diz respeito à história de vida destes idosos, aos seus perfis, aos seus percursos anteriores. Se em algumas situações a entrada na terceira idade significou alterações e rupturas com os modos de vida passados, noutras situações, como esta, o que sobressai é uma continuidade entre hábitos, motivações e apetências para determinadas actividades. Ou seja, são aqueles que de algum modo no seu passado já haviam tido alguma relação com determinadas práticas e hábitos culturais, que, também agora, se envolvem "naturalmente" neste tipo de actividades.

O tipo de dificuldades sentidas ou de estratégias alternativas mobilizadas sucedem, então, em todos os espaços onde têm que aceder à informação ou à resolução de situações em que sejam confrontados com materiais escritos, tendo por isso fortes implicações na forma como se processa o atendimento por parte dos diferentes serviços que enquadram esta população.

Assim, também ao nível da Junta de Freguesia de Santa Catarina, instituição com a qual tivemos oportunidade de contactar, foi possível percepcionar esta realidade. De facto, quando recorrem à junta, normalmente para solicitar pequenas obras, arranjos de passeios ou gradeamentos, procuram o

auxílio das funcionárias para ultrapassar as dificuldades de escrita ou de leitura, sendo aquelas que acabam por resolver as situações.

No que respeita aos materiais escritos de carácter mais informativo, e de acordo com a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, acabam por aceder ao seu conteúdo sobretudo através das relações de vizinhança e da oralidade: "Tentamos fazer uma grande interacção com os sítios que mais frequentam – a igreja, o Centro de Saúde, os centros sociais, o pequeno comércio, etc. – onde procuramos permitir o acesso às nossas publicações e iniciativas. Apesar de muitos não saberem ler, basta um saber para chegar a todos".

Por outro lado, em termos dos seus direitos também recorrem por iniciativa própria à junta, sobretudo no que respeita a questões sobre contratos de habitação. Muitas vezes, porém, não têm a mínima noção dos seus direitos e é aqui que são esclarecidos, através do apoio social e jurídico proporcionado.

Segundo a advogada responsável pelo gabinete de aconselhamento, estes idosos não têm efectivamente noção dos seus direitos e tudo o que está associado à resolução destas questões é algo que ignoram ou que lhes está deveras distante; os tribunais, por exemplo, constituem um mundo à parte que associam à necessidade de fazer grandes gastos. No entanto, a tendência aponta no sentido de estarem progressivamente mais consciencializados sobre as possibilidades de exercerem os seus direitos, sobretudo devido ao papel central da TV enquanto fonte de informação: "A mediatização deste tipo de problemas jurídicos foi como que uma alavanca para provocar e alertar as pessoas para a resolução dos seus problemas. É uma consciência de direito que apareceu no enquadramento do seu quotidiano. Discutem em conversa uns com os outros, ficam angustiados, e querem logo esclarecer-se, tirar todas as dúvidas. Nisto são muito expeditos. Aparecem muito aqui e batem o pé pelos seus direitos".

No entanto, na forma como depois se processa o esclarecimento e a resolução dos diferentes problemas, novamente se fazem sentir dificuldades que só são ultrapassadas pela estratégia desenvolvida pela advogada no sentido de aproximá-los do seu discurso: "Na explicação procuro, sobretudo em termos de linguagem, ser clara e próxima do seu discurso, por forma a encaminhá-los o melhor possível. Quando já são muito idosos faço-lhes uma cábula porque as pessoas muitas vezes ficam baralhadas. Quando dizem que

não sabem ler digo-lhes para perguntarem a alguém, na mercearia ou na padaria, no sentido de os ajudar a interpretar a minha cábula".

Assim, perante este contexto, a advogada conclui: "Tiveram sempre uma vida de trabalho e nunca estiveram habituados a resolver este tipo de situações. A autonomia é muito pequena e têm que recorrer regularmente a terceiros, daí que venham normalmente acompanhados por familiares ou vizinhos".

Finalmente, ao nível do Centro de Saúde podemos identificar à partida três domínios principais a partir dos quais é possível apreender informação relevante para a qualificação da forma como estes idosos lidam com as competências de literacia: a marcação de consultas, a compreensão das terapêuticas e a aquisição de medicamentos.

No que respeita à marcação das consultas, o esquema organizativo do centro não exige o preenchimento de qualquer tipo de formulários, ou seja, dispensa a convocação das competências de escrita ou leitura. Se bem que geralmente seja cumprido com normalidade, muitas vezes os idosos tentam passar por cima dele, procurando desde logo a comunicação directa com o médico, em particular para a marcação de consultas "urgentes".

Geram-se normalmente dois tipos de situações problemáticas distintas ao médico que acompanha o idoso: uma tem a ver com o aspecto clínico da explicação das patologias e respectiva medicação e terapêutica, outra tem a ver com algo que extravasa o domínio estritamente clínico, e que respeita à partilha de desabafos ou ao aconselhamento sobre questões que não dominam (relativas, por exemplo, ao banco, ao dinheiro, a problemas jurídicos ou familiares, ao preenchimento de documentos, etc.).

Em relação ao primeiro problema, os médicos são unânimes em afirmar que os idosos não obedecem às indicações médicas, e isto por vários motivos. Desde logo apontam o facto de se tratar, em termos socioeconómicos, de uma população pobre, que vive de uma reforma mínima, o que gera, por um lado, limitações financeiras na compra de medicamentos e, por outro, a necessidade de sujeição à alimentação do Centro de Dia. A este tipo de situação há que acrescentar ainda uma outra, bastante problemática, que respeita aos idosos que têm que gerir em casa a sua própria alimentação, e que, ou por falta de conhecimentos ou pelas debilidades físicas próprias da idade, sofrem

as consequências de uma alimentação insuficiente, do ponto de vista da qualidade da confecção e dos cuidados higiénicos essenciais. De resto, as características da sua alimentação são um importante factor explicativo do facto de, em termos de saúde, apresentarem sobretudo problemas em que o regime alimentar pode ser importante (hipertensão e diabetes).

Os próprios médicos são elucidativos: "A ausência de competências de leitura e escrita conduz, muitas vezes, a erros na dosagem dos medicamentos; trata-se de uma situação relativamente frequente. Há bastantes casos de automedicação ou de erros nas dosagens apesar de eu lhes dar sempre um guia de medicamentação. É um bocado difícil o cumprimento dessas dosagens, alguns pela falta de escolaridade e de conhecimentos, outros devido às patologias de que sofrem pela idade que têm, e outros ainda devido ao isolamento em que vivem".

Os médicos vêem-se, assim, perante a necessidade de operacionalizarem uma estratégia que permita desbloquear as limitações reveladas pelos pacientes: "Os que sabem ler, faço a prescrição, levam o papel para se orientarem; os que não sabem ler, faço à mesma prescrição e digo-lhes para irem à farmácia e pedirem ao farmacêutico para, com os remédios à frente, lhes explicar as dosagens. Partindo da noção do seu grau de formação, há um certo cuidado na explicação das patologias e terapêuticas. A adesão à terapia está um pouco dependente da condição económica, por isso eu evito as terapias muito pesadas em termos de medicamentos, procuro não sobrecarregar os seus recursos económicos".

Quanto ao segundo problema que atrás enunciámos, os médicos justificam a necessidade de assumirem esse papel de ouvinte paciente ou de conselheiro sobretudo devido às carências de eficácia do serviço de assistência social que o centro proporciona, não em termos qualitativos, mas essencialmente quantitativos, pela falta de um número suficiente de técnicos nesse domínio.

Por isso, admitem os médicos, muitas vezes o seu papel é muito mais o de um "confessionário" ou assistente social. Para além das questões de saúde e do convívio que se proporciona na sala de espera, é isto que os idosos procuram no centro de saúde. O médico tem para eles um estatuto muito especial, que não abrange meramente os assuntos patológicos da sua saúde, mas

que lhes proporciona também o desabafo de assuntos pessoais que muitas vezes não podem nem querem abordar em casa ou nos centros de dia por inibição e vergonha.

Auto-avaliações e exclusão social

Se, pela reflexão descritiva que temos vindo a concretizar, é possível concluir que, no caso concreto dos idosos das freguesias de Santa Catarina e Mercês, se trata de uma população onde a carência ou ausência de competências de literacia é notória, nos diversos domínios e espaços do quotidiano que experimentam, põe-se então a questão de saber como é que essa situação é sentida e vivida pelos próprios, e como é que aqueles que lidam regularmente com os idosos a avaliam.

Do ponto de vista dos próprios sujeitos idosos, o facto de a sua relação com materiais escritos revelar um conjunto concreto de carências e fragilidades não parece ser encarado de uma forma problemática.

Na realidade, confrontados com questões muito claras sobre o que sentiam a este nível, a maioria revelou um conformismo interiorizado e algo descomplexado. Assim, quando directamente lhes perguntámos se não se sentiam envergonhados ou inibidos quando, para preencher um qualquer formulário, têm que pedir auxílio ou mesmo revelar que não sabem ler ou escrever, a resposta foi: "não, então se eu quase não pus os pés na escola, não aprendi... tive que ajudar os meus pais, fui trabalhar e depois tinha lá tempo para isso...".

Os interlocutores que acompanham rotineiramente o quotidiano destes sujeitos foram unânimes na forma como, a este propósito, enunciaram os seus discursos, descrevendo a auto-avaliação dos próprios como algo interiorizado e naturalmente aceite. Se não, vejamos os seus discursos: "Aceitam e vivem com isso. Não expressam tristeza nem vergonha, é raro. A maior parte lida com isso como algo que faz parte do seu dia-a-dia"; "As pessoas não se sentem diminuídas porque sempre viveram com isso e estão rodeadas por pessoas igualmente carenciadas, só os jovens são mais formados. E, depois, resolvem de qualquer forma as dificuldades que sentem recorrendo a outrem" – confirmavam-nos os médicos o que as assistentes sociais já nos tinham referido: "Encaram normalmente, são poucos os que se sentem encolhidos ou envergonhados".

No entanto, por outro lado, uns e outros interpretam esta situação como factor importante de exclusão social reconhecendo que, apesar de não o expressarem, a maioria dos idosos está consciente de que essas incapacidades os diminuem aos olhos da sociedade. "É algo que está interiorizado mas que os diminui; apesar do processo de naturalização dessa incapacidade têm pena e vergonha" – adiantava um dos médicos esta ideia que outros interlocutores desenvolveram: "a ausência dessas competências é um factor primordial de exclusão; são constantemente assaltados, enganados, burlados; vivem situações diabólicas"; "foram conseguindo encontrar outros mecanismos de compensação, mas estiveram sempre dependentes, e esta dependência com a velhice, obviamente, tem tendência a aumentar"; "trata-se de uma pobreza muito grande". E, por isso mesmo, o raciocínio de alguns aponta no sentido de alertar para a importância do investimento na alfabetização de adultos: "Seria óptima a possibilidade de serem sensibilizados e acederem à escola de adultos, seria essencial investir nesse processo de alfabetização orientado para a população adulta, nomeadamente a idosa".

Assim, se a percepção das carências sentidas é algo naturalizado e aceite, não deixa de ser interiorizado como uma incapacidade e como um atributo desvalorizador e desqualificador e que, por isso mesmo, revela uma dimensão importante de exclusão social.

8.7. Breve conclusão

Quando se decidiu incluir no projecto de pesquisa a realização de uma monografia que abordasse a relação com a literacia num contexto particular de uma população idosa, o objectivo central era conseguir retratar em termos qualitativos a forma como sujeitos com mais de 65 anos enfrentam e resolvem diariamente as situações que convocam a mobilização de competências de leitura, escrita e cálculo.

Obviamente, o reconhecimento de alguns aspectos que envolvem esta categoria social suscita, logo à partida, a curiosidade sociológica no sentido de equacionar a dimensão que assume a relação com a literacia num grupo social que, não sendo abrangido pelo inquérito nacional, constituía um "objecto-alvo" em relação ao qual o dispositivo metodológico montado pelo projecto não podia ficar indiferente.

Deste modo, o grande contributo que se pretendia retirar da realização desta monografia era, precisamente, a concretização de uma abordagem descritiva dos aspectos centrais que qualificam as situações quotidianas do uso da literacia, e simultaneamente, problematizadora das questões reveladas por esta dimensão da vida do idoso.

Chegados ao fim deste estudo de caso parece-nos ser possível equacionar o seu conteúdo sob duas perspectivas.

Em primeiro lugar, a abordagem aqui exposta permite ilustrar algo que já tem vindo a ser reflectido no debate sociológico produzido em torno da problemática da velhice. Isto é, permite reafirmar que, de facto, face às transformações sociodemográficas – e que tiveram como consequência o reforço da segregação demográfica urbana, fazendo aumentar o número absoluto e a densidade de grupos domésticos idosos (nomeadamente em Lisboa) – há que perceber o significado da emergência de uma nova construção social da dependência da população idosa que já não é exclusivamente alimentada pela equivalência entre velhice e pobreza, "mas faz intervir as necessidades de bem-estar e a respectiva satisfação técnica como elementos com um peso específico independente da condição socioeconómica do idoso; com uma lógica própria"[18]. Os fenómenos de segregação sociodemográfica que as cidades conhecem têm uma dimensão particularmente complexa no que respeita à faixa idosa das suas populações, e que se revela na inadaptação do espaço e dos serviços urbanos relativamente às necessidades deste grupo social. Assim, a reflexão sobre as transformações da dinâmica demográfica no quadro social em que essa dinâmica ocorre e a análise das respostas por parte dos agentes sociais em presença na cidade têm revelado que, efectivamente, existem situações de disfuncionamento em diferentes domínios, quer seja no plano habitacional, quer no que respeita aos equipamentos colectivos.

Em segundo lugar, o esforço produzido nesta monografia no sentido de equacionar as questões levantadas a partir do lugar que a literacia ocupa no quotidiano do idoso permite caracterizar uma dimensão particular desta dependência: a ausência ou fragilidade de competências de literacia. De facto, torna-se evidente, no caso dos idosos de Santa Catarina e das Mercês, a associação entre estas carências e todo um conjunto de situações de dependência e exclusão. Sendo assim, se pelo enquadramento social e institucional a categoria social do idoso é construída nos contornos de uma real dependência

[18] Paulo Machado, *op. cit.*, pp. 21-54.

face à satisfação de um conjunto diversificado de necessidades sociais, esta dimensão da relação com a literacia vem alimentar e reforçar a lógica dessa mesma dependência. E isto porque, no seu quotidiano, na gestão da sua vida social e cívica, são múltiplos os processos que convocam a mobilização de competências de literacia.

Neste quadro, e perante a extrema dificuldade ou mesmo total incapacidade, ao idoso só lhe resta recorrer a estratégias que contornem as suas manifestas limitações. E estas passam, claramente, pela capacidade de fazer valer um conjunto de recursos alternativos que possuem e dominam: as relações sociais, as relações de vizinhança, ou seja, os mecanismos de entreajuda construídos ao longo de toda uma vida na comunidade de pertença.

Um dos traços mais visíveis que resulta desta monografia prende-se, precisamente, com a ideia de que uma forte continuidade atravessa o percurso dos idosos na sua relação com a literacia. Ou seja, quem ao longo da sua vida desenvolveu práticas e consumos que implicassem a convocação do escrito, prolongou essa relação no presente. Do mesmo modo, para aqueles, a maioria, que sempre se confrontaram com enormes dificuldades na relação com o material escrito, a velhice significou apenas a continuidade dessa situação. Sendo assim, o importante é perceber que, em ambos os casos, a entrada na velhice não assume o sentido de uma qualquer ruptura com o passado, mas tão-só uma continuidade com os universos culturais e comunicacionais conhecidos e experimentados. Por tudo isto, ainda que as suas práticas sejam suportadas por uma significativa dependência face a outrem, esta não é vivida nem percepcionada pelos próprios idosos como um forte constrangimento.

Deste modo, os contornos que a literacia assume no quotidiano do idoso carecem de ser lidos à luz deste duplo significado. Por um lado, torna-se evidente que das fracas competências em matéria de literacia decorre uma nítida dinâmica de exclusão em termos de participação social, pela forma como condicionam e limitam o acesso a direitos e benefícios incluídos no conceito de cidadania. Os estudiosos da literacia têm, aliás, vindo a esclarecer os aspectos desta dinâmica. A este propósito as palavras de Claire Fondet surgem-nos com toda a oportunidade: "Se o não acesso às aprendizagens fundamentais e o iletrismo constituem atentados intoleráveis aos Direitos do Homem, não é apenas por privarem uma parte dos cidadãos dos instrumentos da leitura e da escrita hoje em dia indispensáveis mas, também, porque

reduzem ao silêncio, à não comunicação, à inutilidade e, portanto, a uma não cidadania de facto"[19].

Mas, por outro lado, importa ter igualmente presente que da exclusão e da desqualificação social não decorre automaticamente uma incapacidade do idoso em saber fazer face às situações com que se tem de defrontar no seu quotidiano.

Deste modo, se quando se aborda a situação destes idosos, relativamente ao primeiro aspecto desse duplo significado, se identifica uma indiscutível realidade de exclusão social, quer pelos processos de desqualificação social implícitos à "entrada" na terceira idade, quer pelo posicionamento face à forma como a sociedade define e enquadra os mecanismos formais e informais de suporte social, parece-nos fundamental reter e problematizar as consequências que decorrem do outro plano de análise a que nos referimos anteriormente.

Isto é, as pistas lançadas por esta monografia apontam de facto para um retrato preocupante da realidade vivida pelo idoso. Mas, a partir da leitura desse retrato, importa evitar dramatismos excessivos ou catalogações estigmatizantes. O idoso vive limitado por um conjunto de carências de leitura e escrita que o condicionam, colocando-o numa situação evidente de desfavorecimento social; aceita e naturaliza o significado dessas mesmas fragilidades, está conformado. Mas também é verdade que não é uma vítima inconsciente do iletrismo. Na sua auto-avaliação é bem afirmada a noção de que tais limitações o desqualificam aos olhos da comunidade e o constrangem nas suas expectativas.

Esta chamada de atenção surge, essencialmente, no sentido de relembrar e reafirmar que a definição dos conceitos de literacia/iliteracia não condena irreversivelmente os sujeitos desprovidos de tais competências à incapacidade de se recolocarem e adaptarem às exigências da sociedade actual. Pelo contrário, o aprofundamento conceptual aqui implícito faz precisamente a apologia da necessidade de explorar os potenciais de experiência de vida e de aprendizagem pertinentes em cada situação social. Quer isto dizer que a análise e denúncia do problema do iletrismo, enfim, a investigação

[19] Claire Fondet, *Vaincre l'Illetrisme*, Paris, Édition Science et Service Quart Monde, 1990.

desenvolvida em torno deste fenómeno, ao identificar e concretizar situações e formas de desadequação, ao apontar e explicitar possíveis causas e lógicas sociais subjacentes, permite ainda aprofundar a *qualidade* das carências sentidas e evidenciadas, indicando, assim, importantes pistas para o entendimento e sistematização das necessidades de intervenção.

Capítulo 9

LITERACIA NUMA VILA DO INTERIOR: TRABALHADORES FABRIS E DO PEQUENO COMÉRCIO

(Por Leonor Teixeira e Miguel Fontes)

9.1. Introdução: construção da problemática

O objectivo central desta pesquisa foi o de proceder a uma análise das competências transversais da literacia contemporânea, num contexto sociocultural particular – Unhais da Serra – com o intuito de, por um lado, percepcionar a situação de literacia/iliteracia da população local e, por outro lado, compreender, a partir do desenvolvimento de um estudo de natureza qualitativa e de observação, a par da aplicação de um inquérito, as razões, causas e lógicas sociais desta situação[1].

Interessa explicitar de alguma forma o "centro de gravidade" desta pesquisa, apontando para a delimitação do seu objecto de estudo, e que procuraremos desmontar em três esclarecimentos fundamentais. Em primeiro lugar, afirmando um pressuposto essencial de que partimos e que se concretiza na assunção de que estamos a abordar apenas um tipo de manifestação da literacia: a sua expressão na relação com o material escrito. Em segundo lugar, especificando o nosso objecto de estudo: pretende-se analisar a capacidade de lidar com material impresso de três tipos – prosa, documentos e quantitativo –, entendendo-se essa mesma capacidade como condição básica da autonomia de qualquer cidadão na sociedade actual. Em terceiro e último lugar, apresentar, algo esquematicamente, a questão central da pesquisa: trata-se de apreender as relações e usos das competências (de escrita, leitura e cálculo) mobilizadas nessa relação com o material escrito, nos domínios que compõem uma comunidade, os quais constituem os denominados "contextos de uso" e que se referem aos espaços da vida profissional, social/cívica e privada.

---

[1] Uma versão mais desenvolvida deste trabalho encontra-se em Leonor Teixeira e Miguel Fontes, *As Competências de Literacia na Vida Quotidiana. Relações e Usos de Materiais Escritos no Quotidiano Pessoal, Profissional e Cívico de Dois Grupos Sócio-Profissionais (Operários Têxteis e Empregados ou Pequenos Proprietários de Cafés), num Contexto Particular: Unhais da Serra*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências de Trabalho e de Empresa, 1994.

Face ao princípio analítico de que todos os processos sociais podem ser considerados como "factos sociais totais", aos quais está implícita uma pluralidade de dimensões, temos de assumir que são múltiplas as formas possíveis de focalizar e de empreender uma leitura sociológica dos mesmos. Se, pelo esclarecimento do objecto e objectivos deste estudo, já delimitámos a dimensão que privilegiaremos – a relação com a escrita – importa enquadrá-la nos limites teóricos da abordagem que desenvolveremos, no sentido de reconverter e recobrir as questões apresentadas num problema de investigação, envolvendo-o nos contornos de uma perspectiva sociologicamente definida.

Com essa intenção, pretende-se explicitar, a partir de interrogações precisas em torno do nosso objecto, os eixos teóricos de análise, mediante os quais procuraremos discernir o sentido e os sentidos, as dinâmicas e as lógicas, que preenchem as relações com materiais escritos no contexto particular da vila de Unhais da Serra.

Conscientes da multiplicidade de contextos e de competências que envolve a expressão das relações com a literacia, surge-nos como fundamental uma interrogação: até que ponto não se trata de um problema de literacia/iliteracia comunitário? Isto é, dado o cruzamento de vectores culturais diferenciados nessa mesma relação, que explicação podemos associar aos processos que envolvem estruturas e práticas culturais numa mesma comunidade? Em que medida a especificidade cultural de uma comunidade torna inteligíveis as relações e usos de material escrito? Que sentido lhes atribui, e que sentidos lhes são atribuídos? E, tendo em atenção o facto de a nossa pesquisa visar uma população na qual se reconhecem traços da denominada "cultura popular", que particularidades as características da sua vivência reservam à estruturação das práticas e relações com a literacia? Que relação desenvolve com a "cultura letrada"?

Princípio primeiro e central, orientador da construção teórica: à pretensão de procurar compreender qualitativamente as relações que são estabelecidas, nos domínios da vida quotidiana, com materiais escritos, subjaz claramente a hipótese de que as práticas de apropriação aí desenvolvidas se desenrolam de modo distinto, em diferentes contextos sociais: sendo que a "variável" considerada, nesta perspectiva, será o domínio e o grau de familiaridade e interiorização das práticas de comunicação escrita.

De facto, parece-nos, à partida, face às pistas já lançadas na abordagem que temos vindo a desenvolver, coerente a ideia de que o domínio da escrita,

o hábito e frequência quotidianos das práticas a ela associadas, o grau de socialização escrita familiar, escolar e profissional, preenchem diversamente as relações que os grupos sociais mantêm com a escrita e, por conseguinte, modelam diferentes apreensões da realidade. Como não podia deixar de ser, a expressão dessas relações com a literacia está carregada de significados, de sentidos, que remetem para a ordem social mais geral, onde são, na linguagem sociológica, simultaneamente estruturadas e estruturantes.

A afirmação desta hipótese encontra um esclarecido suporte argumentativo na obra de Jack Goody sobre as consequências da introdução da escrita nos modos de comunicação e de produção do conhecimento[2]. Avançando que os modos de comunicação utilizados na transmissão do conhecimento têm efeitos não apenas no conteúdo do que é transmitido mas também nas operações cognitivas que conduzem à formulação desse conhecimento, este autor esclarece que, por esta perspectiva, o domínio da escrita possibilitará a acumulação e a sistematização do conhecimento, favorecendo as capacidades de generalizar e abstrair, permitindo a construção e transmissão de uma "cultura letrada": "uma forma erudita de entender a realidade, cultura teorizada, secular e científica, feita de um saber independente dos contextos e experiências vivenciais, e com carácter uno e universal"[3]. Inversamente, nos grupos sociais onde se denota a ausência ou menor domínio da escrita, estabelece-se um conjunto de vias alternativas orais, como meio de construção e transmissão de um saber local.

Considerando esta ideia de que o conjunto das práticas sociais se organiza através das práticas de escrita – e da forma como se expressa a sua presença – Bernard Lahire[4] debruça-se sobre os contornos que esta generalização – que denomina de "processo de escrituralização das formas sociais" – assume enquanto constitutiva de uma organização particular das relações de dominação cultural.

Efectivamente, como argumentava Jack Goody, a escrita não é um mero fixador, um simples registador da "palavra": as práticas de escrita, pelas trans-

---

[2] Jack Goody, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (ed. orig. 1977).

[3] Amélia Frazão-Moreira, «A construção doméstica do saber local», *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, p. 59.

[4] Bernard Lahire, *Culture Écrite et Inégalités Scolaires. Sociologie de «L'Échec Scolaire» a L'École Primaire*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1991.

formações revolucionárias que a introdução da escrita proporcionou no domínio do armazenamento e comunicação do pensamento, e pelas mudanças qualitativas daí decorrentes, participam de uma conversão da relação com a língua e o mundo. Isto é, qualquer que seja a relação que as comunidades mantêm com as diferentes formas de práticas de escrita, qualquer que seja o grau de apropriação da escrita e, mais precisamente, dos diversos saberes escritos, todos nos encontramos rodeados e envolvidos, quer queiramos quer não queiramos, por práticas de escrita e, a partir da generalização das múltiplas formas que estas assumem, as relações sociais ganham novos sentidos, novas oposições tornaram-se significantes.

A produção social do discurso sobre o "popular" e o "oral", cimentando o princípio de distinção entre "cultos" e "ignorantes", é bem representativa da constituição de novas relações de dominação cultural e política, fundadas nas diferenças, como formula Lahire, entre "formas sociais orais" e "formas sociais escriturais". Esta denominação é utilizada no sentido de demarcar uma série de diferenças de conteúdo conceptual relativamente aos pressupostos clássicos sobre o "oral" e o "escrito": permite acentuar a ideia de que constituem práticas com particularidades próprias e, portanto, constitutivas de formas específicas de relações sociais. Isto não significa, no entanto, que correspondam a dois domínios fechados. Como esclarece Lahire "(...) coisas ditas podem muito bem ser produto de formas sociais escriturais – nos objectos que constroem, nos modos de raciocínio que põem em prática, no tipo de enunciados que implicam, na relação com a linguagem e, mais genericamente, na relação com o mundo e com os outros que as caracterizam"[5].

É, então, no seio deste prisma das relações de dominação que são construídas socialmente as "culturas populares", as "tradições populares" ou os "saberes populares", e que se produzem os discursos pedagógicos sobre a necessidade de educar a "ignorância" do "povo". E é neste sentido, no sentido pedagógico da escolarização das relações sociais e, portanto, da escrituralização dos saberes e das práticas, que se produzem diferenças sociais.

Interessa, por isso, compreender o significado e os contornos deste processo de construção social de diferenças e desigualdades sociais. Mais concretamente: a generalização das formas sociais escriturais nos múltiplos campos

[5] Bernard Lahire, *op. cit.*, pp. 14-15.

de práticas implica encarar a forma escolar como uma forma social escritural marcada, precisamente, por práticas de escrita e supondo a constituição de saberes escriturais a diferentes níveis. Assumindo esta realidade, torna-se importante reflectir o problema da relação dos grupos sociais com a socialização escritural escolar. Aqui reconhece-se a pertinência de focalizar, de alguma forma, esta problemática nos contornos da análise sociológica que aponta e interpreta os condicionalismos firmados na escola e nos processos reprodutivos de desigualdades sociais: condicionalismos concretos que acompanham os processos relacionais implícitos no fenómeno da literacia e que, de alguma forma, marcam o ritmo da sua expressão e evolução.

É reconhecido o papel central da cultura escrita na produção das diferenças escolares. A análise sociológica da desigualdade social na escola, apoiada não só em resultados estatísticos mas também na observação das práticas e produções escolares, assim como nos processos efectivos do insucesso escolar, tem denunciado algumas questões centrais, apontando pistas para a compreensão, por um lado, do significado do insucesso e sucesso escolar, por outro lado, das causas e explicações da existência de diferenças, a este nível, entre alunos oriundos de classes sociais diferentes, e, ainda, do significado das dificuldades dos alunos oriundos das classes populares nas práticas escolares da linguagem. E, neste sentido, interroga-se um aspecto central da escola: as suas ligações múltiplas e complexas com as culturas escritas, expressas, nomeadamente, na natureza escrita dos saberes que transmite e nos processos de codificação escrita de que participa. Sendo que é a partir daqui que se torna possível estender essa interrogação da relação existente entre as dificuldades escolares e as configurações das culturas escritas, procurando-se reflectir sobre a relação que os alunos provenientes de diferentes grupos sociais estabelecem com as formas escolares de aprendizagem.

Desta reflexão sociológica emerge uma constatação fundamental: se o modo de socialização escolar é, como vimos, indissociável da natureza escritural dos saberes que transmite, isto é, se a formalidade dos saberes e as formas de relações sociais no seio das quais eles são transmitidos estão profundamente ligadas, então, a forma escolar de aprendizagem opõe-se, desde logo, à aprendizagem no seio das formas sociais orais onde, na prática, não se recorre à escrita e à sistematização e formalização que lhe são inerentes.

De facto, como ilustra Amélia Frazão-Moreira, num estudo sobre a construção doméstica do saber local, a aprendizagem pela oralidade, onde se

transmitem procedimentos técnicos necessários, normas e princípios morais, e através da qual se acumulam e preservam conhecimentos, realiza-se "de uma forma contextualizada e em estreita ligação com a acção, ocorrendo em situações precisas"; "trata-se de um processo pragmático, coincidente com uma utilidade prática", onde "a imitação e a repetição são mecanismos essenciais"[6].

A partir daqui, na medida em que, como nos elucidou Lahire, as disposições constituídas no seio das formas sociais escriturais são reconhecidas enquanto condição fundamental, numa pluralidade de situações e universos sociais que compõem a realidade social, podemos perceber como os diferentes grupos sociais se distinguem pelos contornos da respectiva socialização dessas formas sociais escriturais. E, por isso, a escola como instituição na qual se jogam formas de relações sociais escrituralizadas, marcadas por um enorme trabalho de objectivação e codificação é, ao mesmo tempo, lugar de aprendizagem das formas de exercício do poder: nesta modalidade de distinção contemporânea, feita na base do grau de "objectivação" da cultura de uns e de outros, o sucesso da passagem pelo modo de socialização escolar é uma condição de acesso a posições dominantes nos variados universos sociais.

A clara dessintonia entre a "cultura letrada" que a escola postula e a cultura oral faz emergir duas questões fundamentais sobre a relação com a escola, no que respeita à penalização a que as classes populares aí estão sujeitas. Em primeiro lugar, a relação que estabelecem com a escola é deveras problemática. Porque vários factores se conjugam para que numa grande parte dos casos seja uma relação falhada, na medida em que a escola emerge como um contexto estrutural de acção e socialização contrastante com os contextos populares, tendendo a produzir um processo de selecção precoce e cumulativa, de desvalorização e desajustamento de cultural, de abandono e marginalização. Em segundo lugar, e por consequência, o investimento que estes grupos sociais mobilizam para a escola é marcado, acima de tudo, por uma lógica constrangedoramente contraditória: se, por um lado, apercebem a pressão social que faz do "diploma" uma condição de acesso a múltiplos universos, ainda que não constitua uma garantia, por outro lado confrontam-se com o dilema de investir num processo de aprendizagem penalizador dos padrões locais populares de conduta e socialização, que os supera e que não dominam.

[6] Amélia Frazão-Moreira, *op. cit.*, p. 62.

Em função destes dois grandes problemas – insucesso massivo de alunos oriundos de meios populares e contradições relativamente à posse de títulos –, a escola tem vindo a sofrer, no espaço das culturas populares orais, um processo de quebra da sua legitimação, que traduz, segundo Augusto Santos Silva, os contrastes e desigualdades da relação dos padrões de conduta populares com a cultura letrada: "As reservas à escola actual, traçadas por adultos que passaram, décadas atrás, por níveis mais baixos de escolarização e certificação, em nome da depreciação do valor do ensino e das habilitações, comparativamente com o que eles próprios antes conheceram, estendem-se com frequência aos modelos culturais a que associam a escola"[7].

Este distanciamento, profundamente enraizado na cultura oral, é provocado, por um lado, pelo desencontro com a natureza letrada e urbana dos padrões para que remetem os currículos escolares e, por outro lado, pela inacessibilidade de uma cultura cuja legitimidade assenta muito mais, conforme tem vindo a reflectir Bourdieu, na socialização informal familiar nos padrões de cultura erudita, do que propriamente na sua transmissão através da escola. Por isso, nesta lógica, se acentua a distância das culturas populares face à cultura letrada. Nas palavras de Augusto Santos Silva, "trata-se, sobretudo, de uma diferença social, no sentido global da palavra. Uma diferença absoluta, tendencialmente infinita, não entre quantidades desiguais do mesmo tipo de recursos mas entre qualidades incomunicáveis de disposições e competências, às menos valorizadas das quais é negada, hetero e autonegada, qualquer qualidade – ao passo que as outras parecem indefiníveis, tão eficientes quanto imprecisas, 'gratuitas' e inapreensíveis"[8].

Torna-se, então, incontornável a necessidade de dispensarmos alguma atenção ao modo como as culturas populares têm sido vistas e abordadas na produção sociológica e antropológica.

A este propósito surge como fundamental o contributo de dois autores: Claude Grignon e Jean-Claude Passeron. Numa obra fundamental sobre o tema[9], travam um diálogo onde, para lá de fazerem um balanço e um ponto da situação da literatura das ciências sociais relativamente às culturas popu-

[7] Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 428.

[8] Idem, p. 427.

[9] Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, *Le Savant et le Populaire*, Paris, Éditions du Seuil, 1989.

lares, procuram apresentar um conjunto de propostas de orientação teórica que, tanto quanto possível, superem as tradicionais limitações que se colocam às investigações e às reflexões sobre este enorme universo social, que constitui as denominadas culturas populares.

Num esforço de resposta aos problemas enunciados na reflexão e análise em torno das culturas populares, Grignon e Passeron procuram formular uma proposta que, segundo os próprios, sem ter a pretensão de se assumir enquanto nova teoria, capaz de responder globalmente às interrogações formuladas, seja, porém, capaz de inventariar algumas pistas que desbloqueiem impasses anteriores. Assim, introduzem dois conceitos que se lhes afiguram como centrais: o de *alternância* e o de *ambivalência.*

Trata-se de uma proposta que não esconde o objectivo de um certo compromisso ecléctico entre a tradição do relativismo e a tradição do legitimismo. O que está em causa é a capacidade de, "descomplexadamente", convocar uma ou outra orientação em função do que, no concreto do trabalho empírico, se apresente como mais frutuoso: "Fazer da hipótese da alternância o princípio regulador da descrição das práticas populares conduz de forma bastante fácil a protocolos de inquérito. Basta distinguir e multiplicar as ocasiões de estabelecer distinções: aqui (em tal domínio da prática, em tal subgrupo, em tal momento, em tal situação de interacção), é deste modo (autonomia simbólica); ali, é daquele outro (heteronomia simbólica). Há 'terrenos', 'interacções', 'estratos' das classes populares em que a prática se revela sensível aos indicadores de interiorização da legitimidade cultural: autodepreciação, vergonha cultural, denegação, imitação, compensação, etc. Há outros em que esses indicadores ficam perfeitamente mudos, em que os contadores do reconhecimento da legitimidade ficam a zero e em que, inversamente, é possível reconstruir com facilidade a coerência das práticas como se se tratasse de uma cultura autónoma, de uma cultura longínqua"[10].

Conscientes, porém, de que não raras vezes se encontram práticas, discursos, simbolismos, que podem ser apreendidos e retraduzidos, indiferenciadamente, como elementos de autonomia ou de heteronomia, entendem ser fundamental acrescentar à alternância o princípio da ambivalência. Ou seja, sempre que se confrontam dois tipos de leitura da realidade, a "análise

[10] Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, *op. cit.*, pp. 70-71.

cultural" (que interpreta os elementos culturais a partir de uma lógica sistémica, isto é, a partir da coerência interna e autónoma do sistema) e a "análise ideológica" (análise funcionalista a partir do lugar, da função, que assumem os elementos simbólicos nas relações de dominação), estamos na presença não de partes diferentes da realidade mas de uma mesma realidade lida a partir de perspectivas diferentes. A hipótese da ambivalência significativa das realidades simbólicas obriga, pelo contrário, a admitir plenamente na análise e na interpretação esta exigência de "dupla leitura".

Ainda que aceitando os pressupostos subjacentes ao princípio da ambivalência, tal como este é entendido e formulado por Passeron e Grignon, Augusto Santos Silva leva ainda mais longe as consequências decorrentes deste princípio. Trata-se de aceitar a ambivalência não só enquanto princípio gerador e potenciador de uma "dupla leitura" das realidades, mas também enquanto princípio de interpretação relacional: "O que é autonomia, para nós, só se define por relação com a heteronomia, a inovação por relação com a rotina, a criação face à reprodução, o interior face ao exterior, o poder face à resistência, o valor face à privação – e as frases poderiam ser agora reescritas mudando o lugar relativo dos termos, a heteronomia só se definindo face à autonomia, a rotina face à inovação, e assim sucessivamente. Sendo termos relacionais, é a relação que os define"[11].

Trata-se de um enunciado aparentemente muito simples mas do qual decorrem importantes implicações para o processo interpretativo. É o assumir e o explicitar que é do confronto dialéctico que os elementos ganham a sua real importância analítica.

A proposta de Passeron e de Grignon de tomar a articulação e a ambivalência como princípios reguladores das descrições e das intrepretações das culturas populares, se ajudam a ultrapassar alguns dos bloqueios anteriormente referidos, não deixam, porém, de apresentar algumas fragilidades sempre difíceis, se não mesmo impossíveis, de superar totalmente.

Para Santos Silva o que está em causa é o desafio de empreender uma interpretação substantiva da cultura popular. Está, porém, consciente das dificuldades. Nas suas palavras trata-se de proceder a uma "descrição-interpretação *substantiva*, a partir do seu *interior*, dos seus próprios *termos* – mas

[11] Augusto Santos Silva, *op. cit.*, pp. 124-125.

sem enfeudar-se a eles, nem com eles manter uma atitude puramente mimética – dos padrões de conduta observados. (...) Análise relacional, estruturada segundo três vectores combinados: a lógica da construção social das realidades simbólicas; a lógica da distribuição desigual de recursos e poderes (...); a lógica da valoração dos recursos e da focalização das condições e modos de transformação de recursos em poderes"[12].

9.2. A pesquisa no terreno: linhas de rumo

Antes de mais, interessa esclarecer o que se queria do trabalho de campo, no âmbito dos pressupostos que conduziram à concretização desta pesquisa: tratava-se de, no quadro de uma análise qualitativa e intensiva, realizar uma monografia local, que pretendia apreender as dinâmicas sociais locais da literacia, no caso particular de operários da indústria têxtil e de pessoal dos cafés, sempre numa perspectiva focalizada nas relações com o material escrito.

A partir daqui, na elaboração do projecto de trabalho de campo, foram previamente definidos alguns objectivos: por um lado, estabelecer um contacto, tão espontâneo quanto possível, com a vivência quotidiana profissional, social e cívica de três ou quatro sujeitos pertencentes aos grupos-alvo, que permitisse uma entrada minimamente discreta nessa complexa teia de aspectos que envolve as relações com a literacia; por outro lado, efectuar uma abordagem a algumas instituições que tivessem, eventualmente, um papel importante no contexto da vila em geral, e no contexto das relações com a literacia em particular; por outro lado ainda, aplicar alguns pré-testes do inquérito nacional (na altura ainda não em versão final), procurando captar fragilidades e aspectos a alterar. Definimos, ainda, *a posteriori*, um outro objectivo: construir a partir deste contacto qualitativo um conjunto coerente de pistas e hipóteses de análise e reflexão.

Os próprios indivíduos foram considerados veículos de observação e, assim, a escolha dos locais de observação decorreu do quotidiano desses indivíduos, ou seja, o fio condutor constituiu-se a partir das próprias pessoas. Por isso mesmo considerámos fundamental ter sempre presente a ideia de não limitar espacialmente o objecto de estudo. Foi, no entanto, desde logo, possível prever que alguns desses locais seriam a fábrica, os cafés, a casa e os

[12] Augusto Santos Silva, *op. cit.*, pp. 122-123.

locais de encontro diário, não esquecendo também a necessidade de fazer um percurso por algumas instituições locais.

No seguimento da definição e esclarecimento daqueles que seriam os pontos de observação, definimos o tipo de abordagem que pretendíamos efectuar na relação com os sujeitos, o modo como nos iríamos apresentar e inserir no contexto local. Assim sendo, tendo optado por escolher apenas um pequeno número de sujeitos privilegiados de observação, na medida em que a nossa preocupação estava direccionada para a profundidade e não para a representatividade, resolvemos apresentar-nos explicando o tema do estudo de uma forma tão simples quanto possível, colocando algumas questões sobre o próprio, sobre outras pessoas e sobre as suas relações com os materiais escritos. A ideia fundamental nesta apresentação era a de criar uma certa cumplicidade que, ao mesmo tempo, permitisse proporcionar, a partir destes primeiros sujeitos de observação, outros contactos e conhecimentos.

Definimos, também, as lógicas de observação que pretendíamos operacionalizar durante o processo de pesquisa: sistematizar uma grelha de observação e de registo; estabelecer longas conversas informalmente proporcionadas mas formalmente preparadas; e fazer um registo escrito permanente a propósito dessas conversas, de impressões ou percepções particulares, e de outros dados considerados importantes.

Quanto à grelha de observação, este instrumento metodológico, apesar de ter sido previamente construído, foi pensado não como algo acabado mas antes flexível e, portanto, passível de alterações, inovações e todo o tipo de adaptações ao percurso da pesquisa. A intenção analítica foi, claramente, a de organizar uma abordagem que abarcasse as dimensões profissional, privada e cívica das relações com a literacia. Não obedeceu a nenhuma ordem precisa, uma vez que, como já foi referido, os próprios sujeitos estabeleceriam o fio condutor dessa abordagem; os tópicos que essa grelha envolveu serviram apenas de elemento orientador e organizador para nosso uso.

Nesta grelha surgem, assim, sistematizados os tópicos conceptuais com que abordamos o conceito de literacia: uma definição que vai para além da mera compreensão e descodificação de textos, para incluir um conjunto de capacidades de processamento de informação que os adultos usam na resolução do conjunto de tarefas associadas com o trabalho, a vida pessoal e os contextos sociais.

No fundo, esta grelha não é mais do que a tradução operacional de uma perspectiva multidimensional que reconhece a pluralidade de competências e de contextos. E, por isto mesmo, por um lado, ela abrange três dimensões fundamentais da literacia – a literacia em prosa, a literacia documental e a literacia quantitativa; por outro lado, ela situa as competências mobilizadas em três dimensões da vida quotidiana – a vida profissional, a vida pessoal e a vida cívica – no sentido de perceber e distinguir rotinas funcionalizadas de capacidades de utilizar informação escrita necessária nas diferentes dimensões da vida adulta.

O nosso processo de observação e de pesquisa procurou, deste modo, a partir desta grelha, apreender as relações estabelecidas com diferentes tipos de tarefas ou situações – leitura em prosa (jornais, revistas e livros); uso de informação localizada em documentos (impressos, quadros, gráficos); e uso de operações numéricas a partir de informação contida em material impresso (uso de cheques, contas bancárias) – em cada uma daquelas dimensões da vida de todos os dias.

A observação directa, ainda que metodologicamente sistematizada, não permitiu acompanhar senão um pequeno número de situações reais e quotidianas das relações com a literacia. As poucas situações em que pudemos observar comportamentos, reacções e atitudes sucederam nos cafés e referem-se, sobretudo, ao uso dos jornais aí presentes. Por um lado, os dois grupos em questão não desenvolvem com grande intensidade relações quotidianas regulares e visíveis com o material escrito. Por outro lado, é sempre difícil, no que respeita às relações com o material escrito, entrar nos diversos espaços ao ponto de testemunhar a forma como se processam essas relações. Foi possível, porém, observar os comportamentos, as reacções, as interacções verbais, as "maneiras de fazer, de estar e de dizer", quer nos espaços doméstico, profissional e de lazer, quer na conversa informal e na aplicação do questionário.

Assim, o que preencheu o nosso processo de pesquisa foi, sobretudo, a conversa informal, o ouvir opiniões, ideias, impressões, sobre o quotidiano da vila em geral, e em particular dos operários e empregados de café, na sua relação com o material escrito. A "matéria-prima" recolhida, sentida e apreendida abrange, deste modo, um conjunto de representações, avaliações, de si e dos outros, que operários e empregados de café protagonizam na forma como vivem e encaram a sua relação com o material escrito.

Conjuntamente com esta opção metodológica aplicámos, como era nosso objectivo *a priori*, o pré-teste do inquérito nacional. Essa aplicação originou alguns resultados importantes: por um lado, veio completar e enriquecer o estudo qualitativo que pretendíamos concretizar – ainda que sem representatividade estatística; por outro lado, permitiu testar algumas das tarefas do pré-teste e tornar perceptível a necessidade de algumas correcções; por outro lado ainda, no decorrer da sua aplicação, deparou-se-nos um conjunto de reacções, comentários, atitudes e comportamentos que constituem dados importantes para a pesquisa; por fim, o pretexto desta aplicação permitiu criar algumas situações espontâneas de troca de impressões em contextos familiares – foi uma das poucas formas de entrarmos em concreto no espaço doméstico.

É óbvio que, como sabemos, o inesperado é um factor sempre relevante neste tipo de pesquisa. Por isso mesmo, dados os contornos da análise que pretendíamos efectuar, não partimos de grandes pressupostos, nem tínhamos ideias acabadas sobre o faseamento do processo do trabalho de campo. Tínhamos, apenas, alguns objectivos genéricos.

A nossa postura procurou identificar-se com um princípio metodológico que alguns autores denominam de "gestão da flexibilidade", e subentende que, em estudos de carácter qualitativo, intensivo, é no próprio trabalho de campo que se vão construindo as hipóteses e as afinações do procedimento metodológico. O próprio trabalho de campo, de observação e indagação, interpela esse processo de construção, fundamentando, por esta forma, um dos objectivos de um estudo de carácter mais intensivo: o lançamento de pistas e hipóteses para análises mais extensivas. Daí que, neste procedimento, o principal instrumento de pesquisa seja o investigador, através da sua capacidade de, ao longo do processo de pesquisa no terreno, ir procedendo a interpelações, reflexões, reformulações e opções pelas quais vai construindo e reconstruindo um conjunto coerente de hipóteses e afinando o seu percurso metodológico.

Assim, pensamos ter conseguido, de facto, perceber como é o quotidiano dos nossos sujeitos, quais são os ritmos regulares da sua vivência, da sua relação com o material escrito. Não foi possível acompanhar exaustivamente esse quotidiano, mas conseguimos percepcioná-lo, não só pelas conversas informais que fomos tendo, mas também pelo que observámos no espaço profissional e de lazer, e pelo que captámos mais formalmente.

Procurámos registar diária e sistematicamente observações, reflexões metodológicas, impressões e percepções. Fomos elaborando aquilo a que a terminologia da pesquisa sociológica usualmente designa por "diário de campo", onde anotámos toda a informação passível de alimentar a nossa sensibilidade sociológica. Deste modo, registámos da forma mais exaustiva que conseguimos, observações, informações, reflexões metodológicas, impressões e percepções; registámos, ainda, observações pessoalmente realizadas, informações prestadas por outras pessoas e discursos verbalizados pelos actores sociais em estudo, procurando transcrever estes últimos tão à letra quanto possível.

9.3. Breve contextualização da vila de Unhais da Serra

Unhais da Serra é uma vila situada na base da vertente sudoeste da Serra da Estrela, encontrando-se sensivelmente, por estrada, a 23 km da sede do Concelho – a Covilhã.

Relativamente às origens da vila de Unhais da Serra são poucos os dados de que dispomos, alguns nem sempre concordantes entre si, mas, mesmo assim, suficientes para afirmarmos que a sua história, enquanto lugar com algum significado, não terá muito mais de trezentos anos.

Unhais era nos séculos XV ou XVI um pequeno lugar pertencente à freguesia de Santa Maria do Paul[13]. A Corografia de Portugal do Padre Carvalho, de 1708, sobre Unhais da Serra[14], e que enumera as freguesias da Covilhã, não contém qualquer referência à de Unhais da Serra. No entanto, em 1758, em inquérito mandado fazer por D. José I, e enviado a todas as paróquias do reino, inquérito relativo não só ao presente mas também ao passado das populações em múltiplos aspectos das suas culturas, Unhais era já então sede de freguesia, ainda que o seu pároco fosse da apresentação do prior do Paul. Este inquérito é a primeira certidão de idade rigorosa que se conhece de Unhais. Pelas respostas contidas no questionário, se Unhais já existia nos séculos XV ou XVI seria, por certo, lugar pouco importante. A tradição quanto às origens de Unhais vai no sentido de a atribuir a pastores do

[13] *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXII, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda., pp. 380-381.

[14] Citada por M. Viegas Guerreiro e outros, *Unhais da Serra. Notas Geográficas, Históricas e Etnográficas*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1982.

Paul que teriam dado início à povoação, construindo casa e abrigos para si e para o gado[15].

Desde 1860 até aos nossos dias, Unhais da Serra conheceu fases distintas na sua evolução demográfica que traduzem de forma muito clara os principais factos ocorridos na sua história mais recente. Assim, no período que vai de 1860 a 1890, Unhais da Serra conheceu uma fase de grande crescimento populacional devido ao que se julga ter sido um forte movimento de imigração para a freguesia. De 1890 até quase finais da década de 20 houve uma certa estagnação no seu crescimento demográfico, registando-se apenas pequenas oscilações. É a partir de 1930 que Unhais da Serra vai conhecer de novo uma fase de forte crescimento populacional que se faz sentir até 1960. A esta fase de crescimento populacional não é por certo alheio o facto de ser exactamente em 1930 que é inaugurada em Unhais da Serra a Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, que vai marcar decisivamente o início da "industrialização" de Unhais da Serra, e consequentemente contribuir para a fixação da população local, bem como para a captação de outras pessoas da região. Basta dizer que em 1940 e segundo o Inquérito de Geografia Regional de Orlando Ribeiro[16], trabalhavam já nas fábricas existentes aproximadamente 600 operários. A partir da década de 60 e até 1970 Unhais da Serra vai conhecer um forte decréscimo populacional passando em dez anos de 2506 habitantes para 1675. Este forte êxodo da freguesia (quase 40% na população) ficou a dever-se a razões não muito diferentes das que explicam os fortes movimentos migratórios (emigração e migração interna) em todo o país por essa altura. Entre 1970 e 1981 há uma ligeira recuperação no crescimento da população de Unhais, voltando depois a verificar-se um significativo decréscimo populacional, contando Unhais, à data do último censo, 1539 pessoas, sendo a tendência para continuar a decrescer. Relativamente à distribuição por sexos esta é quase simétrica, sendo o número de indíviduos do sexo masculino de 745 e o do sexo feminino de 794.

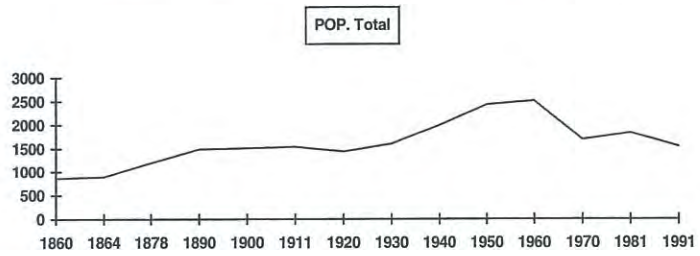
Relativamente à distribuição da população por grupos etários refira-se como aspecto mais interessante o facto de 60% da população ter menos do 45 anos, o que, se atendermos à situação de interioridade em que se encon-

[15] Citado em M. Viegas Guerreiro e outros, *op. cit.*

[16] Idem.

tra Unhais da Serra, não pode deixar de ser realçado numa altura em que a desertificação e o envelhecimento no interior se fazem sentir tão acentuadamente (Ver Quadro 9.1).

Gráfico 9.1: Evolução da população de Unhais da Serra



Se compararmos os valores de Unhais da Serra em matéria de habilitações com os valores referentes aos do concelho em que se inscreve – a Covilhã – verificamos que Unhais não se afasta significativamente da realidade do conjunto do concelho. No entanto, e tendo em atenção o nosso objecto de estudo, diga-se que a taxa de analfabetismo em Unhais da Serra (12,4%) é relativamente baixa quando comparada com a da região da Cova da Beira (18,8%) e mesmo com a da totalidade do concelho (15,6%).

Quadro 9.1: Estrutura etária da população de Unhais da Serra

Grupo etário	Nº	%
0-14	267	17,3
15-24	224	14,6
25-34	199	12,9
35-44	227	14,7
45-54	161	10,5
55-64	208	13,5
> 65	253	16,4

Fonte: Censos 91/INE

Quadro 9.2: Graus de escolaridade da população de Unhais da Serra

	Analfab. com mais de 10 anos	Ensino Primário	Ensino Preparatório	Ensino Secundário	Ensino Médio / Superior	Taxa de Analfabetismo
Homens	64	360	119	118	18	-
Mulheres	106	475	96	133	24	-
Total	171 (11,1%)	735 (47,8%)	215 (14,0%)	251 (16,3%)	42 (2,7%)	12,4%

Fonte: Censos 91/INE

Com uma taxa total de desemprego de 6,3% e uma taxa de actividade de 41,1%, em Unhais da Serra é, claramente, o sector secundário que absorve a esmagadora maioria da população activa (72,1%), apresentando o sector primário um valor profundamente residual (5%) e o sector terciário um pouco mais de 22%. Note-se, no entanto, que estes dados, ao indicarem o estatuto formal da população face ao trabalho, podem ser enganosos no que diz respeito ao número de pessoas que, ainda que reformadas ou a exercer uma outra profissão principal, desenvolvem alguma actividade agrícola.

Quadro 9.3: Condição perante o trabalho da população de Unhais da Serra

	Empregada	Procura de 1º emprego	Procura de novo emprego	Taxa de Actividade	Taxa de Desemprego
Homens	326	19	10	46,3%	5,5%
Mulheres	266	21	14	36,1%	7,3%
Total	592	40	24	41,1%	6,3%

Fonte: Censos 91/INE

Quadro 9.4: Sectores de actividade da população de Unhais da Serra

	Primário	Secundário	Terciário de tipo social	Terciário de tipo económico	Terciário Total
Homens	24	230	31	41	72
Mulheres	6	197	28	35	63
Total	30	427	59	76	135

Fonte: Censos 91/INE

A Penteadora – Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, S.A – é uma empresa têxtil fundada em 25 de Abril de 1930, assumindo o estatuto jurídico de sociedade por quotas, tendo passado em 1964 a sociedade anónima.

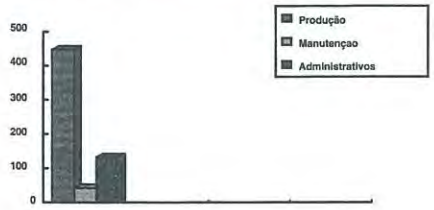
A iniciativa da constituição da Sociedade Industrial partiu do pároco de Unhais da Serra, proprietário já de duas outras fábricas, com o objectivo de dinamizar e modernizar a indústria têxtil na terra. O que vem a suceder, de facto, em 1940, por efeito de uma enorme "vantagem competitiva" decorrente da sua localização: a água. Com efeito, por um decreto de 4 de Julho de 1940, em que se regulamenta o aproveitamento hidroeléctrico das águas da bacia onde está instalada a Penteadora, esta pode dar início à construção de barragens, passando a usufruir de energia eléctrica a preço de custo.

A partir deste momento a Pentedadora passa, de facto, a ter uma importância central em todos os domínios da vida de Unhais. Como já tivemos oportunidade de referir atrás, ela foi, nomeadamente, um pólo de atracção sobre as povoações vizinhas, o que se traduziu num aumento populacional da vila de Unhais. É também, por exemplo, da sua responsabilidade a construção de um bairro operário, o bairro de São José.

Em suma, a história da Penteadora cruza-se de forma indissociável com a história das últimas décadas de Unhais da Serra. Vamo-la encontrar directa ou indirectamente ligada a todas as dimensões da realidade de Unhais. Ainda hoje é ela quem emprega 40% da população activa de Unhais, percentagem mesmo assim inferior à de outros tempos.

O lugar ocupado pela Penteadora na vila de Unhais está, porém, muito para lá dos efeitos materiais e objectivos que a sua criação e desenvolvimento geraram. Ela foi, e é, a referência primeira em todos os aspectos da realidade social de Unhais.

Gráfico 9.2: Trabalhadores da Penteadora



O Gráfico 9.2 e os Quadros 9.5, 9.6 e 9.7 mostram, sucintamente, a composição dos trabalhadores da Penteadora, 39% dos quais residem em Unhais da Serra.

Quadro 9.5: Distribuição por idades e sexo dos trabalhadores da Penteadora

IDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
até 25 anos	17	8	25	(4%)
25 - 30	44	55	99	(16%)
30 - 35	52	63	115	(19%)
35 - 45	131	111	142	(39%)
45 - 55	49	50	99	(16%)
55 - 60	19	5	24	(4%)
> 60	13	4	17	(3%)
TOTAL	322	296	617	(100%)

Quadro 9.6: Antiguidade dos trabalhadores da Penteadora

ANTIGUIDADE	nº	%
2 anos ou -	7	1
3 a 5 anos	65	11
6 -10 anos	133	22
10 - 15 anos	176	29
15 - 20 anos	50	8
20 - 25 anos	98	16
mais de 25 anos	88	14

Quadro 9.7: Habilitações dos trabalhadores da Penteadora

HABILITAÇÕES	nº	%
até ao 6º ano	382	62
até ao 9º ano	132	21
até ao 11º ano	40	6
12º ano	45	7
licenciados	18	3

9.4. A literacia no quotidiano de operários e pessoal dos cafés: uma leitura interpretativa

Ainda que correndo o risco de sermos repetitivos, relembremos, no entanto, os nossos objectivos, de forma a que o leitor não perca de vista aquilo a que nos propusemos: perceber como é que operários e pessoal dos cafés (empregados ou pequenos proprietários) se relacionam com os materiais impressos, no seu quotidiano pessoal, profissional e cívico, que usos fazem deles e que competências mobilizam, constituía o objecto central do processo de observação. Estas interrogações sobre o objecto de estudo, porque nele se cruzam comportamentos, representações e percursos de vida, levavam-nos à intenção analítica de apreender as causas e lógicas sociais subjacentes à manifestação daquela relação.

A nossa postura foi, então, a de cruzar na prática metodológica um conjunto de procedimentos que nos permitissem perceber a complexidade do fenómeno da literacia, precisamente porque aí se revelam vectores múltiplos. Esta era uma opção inevitável de um ponto de vista sociológico: assumir a pluridimensionalidade do objecto em estudo. Por isso, para além da observação concreta das práticas e comportamentos, contextualizada na história e vivência da vila, que completámos pelo contacto com alguma informação documental, recolhemos, através da conversa informal, os discursos que os próprios desenvolvem e as representações que a um nível mais institucional ali são construídas.

Como dissemos atrás, foi assim que procurámos discernir o sentido e os sentidos implícitos nos usos de materiais escritos no seio daqueles grupos e que interessava depois reflectir, de modo a podermos sugerir uma interpretação sociológica dos mesmos. É este o esforço que aqui desenvolvemos.

O privado

Comecemos pela vivência pessoal e doméstica desse quotidiano. "Não têm hábitos de leitura"; "não sobra tempo para leituras": estas foram afirmações com que fomos confrontados e que ilustram uma representação acerca dos hábitos de leitura generalizados em Unhais da Serra e comuns quer aos operários quer aos empregados de café. Se começamos por esta dimensão da leitura não é porque a queiramos privilegiar, mas apenas porque nos interessa reflectir um pouco sobre o significado que poderá deter na apreensão das relações com a escrita.

Se nos debruçarmos sobre o conteúdo do discurso produzido, compreenderemos melhor o significado daquela ideia de uma ausência de hábitos de leitura. A reflexão sociológica tem demonstrado que, quando se alude à prática da leitura, o imaginário social reconhece na leitura de livros, muito mais do que na de jornais, revistas ou outras publicações, os sinais da tradição que consigna o livro como objecto de leitura por excelência. Além disso, tem-se demonstrado, também, que esta tradição do livro tem um sentido nobilitante, pois aparece como manifestação da cultura erudita dos grupos socialmente dominantes.

Assim, é possível distinguir, nesta avaliação produzida no discurso dos nossos interlocutores, uma tentativa de se reconhecerem dentro dos padrões socialmente valorizados, fazendo sobressair a importância da leitura de livros no quadro dos hábitos de leitura em geral, menosprezando, pelo contrário, um outro conjunto de práticas que, apesar de identificarem como efectivas, consideram abaixo do que supõem ser exigido pelos padrões dominantes.

O caso do Presidente da Junta de Freguesia, ao associar à leitura dos jornais regionais motivos pouco nobres, como seja "para estarem em cima do acontecimento" e poderem comentar, é bem ilustrativo desta postura. Mesmo o padre, que acaba por reconhecer que as pessoas lêem jornais por terem necessidade de estar a par da informação, começa por minorar esse hábito: "há uma outra pessoa...mas são excepções".

Será esta ausência de hábitos de leitura uma realidade do quotidiano pessoal dos operários e pessoal dos cafés? Ou será que, apesar do peso diminuto dos livros, a leitura é um hábito presente na relação com outro tipo de objectos? Podemos identificar alguma distinção entre as práticas de leitura de uns e de outros? E que significado terá a resposta a estas interrogações na dimensão mais ampla, que privilegiámos, dos usos de materiais escritos? Estas foram questões que procurámos aprofundar nos discursos e práticas concretas dos nossos sujeitos de observação.

As declarações que estes fazem acerca dos seus hábitos quotidianos de leitura remetem essencialmente para os jornais regionais – de forma destacada o *Correio de Unhais* e o *Jornal do Fundão*, mas também o *Notícias da Covilhã* e a *Gazeta do Interior* –, para alguma, mas pouca, correspondência, e para o pequeno recado familiar. Esta é uma realidade que se tornou ainda mais clara naquilo que pudemos observar. Nos cafés, em cima das mesas, encontram-se quase sempre, pelo menos, o *Jornal do Fundão* e o *Correio de*

Unhais (que, como nós próprios pudemos comprovar, estão entre os poucos vendidos na papelaria local), sendo a sua leitura um pretexto para a frequência dos mesmos. A biblioteca da igreja, de pequena dimensão, raramente é utilizada. Há ainda a leitura que muitos fazem das *Selecções*, o que pudemos confirmar nos Correios, onde percebemos também que os hábitos de correspondência mostram uma tendência para decrescer.

Aquelas declarações deixam expressa a importância dos jornais regionais: a par da TV e das conversas informais, este é um meio que consideram privilegiado para o acompanhamento da informação mais importante. Sobre isto todos são explícitos: "Sem dúvida. Nos cafés, por vezes, as pessoas chegam a esperar umas pelas outras para lerem o *Jornal do Fundão*". E se isto não significa que todos os leiam – muitos, de facto, não o fazem, como nos apercebemos – todos afirmam, de uma forma ou de outra, a sua importância e acedem à informação por eles veiculada que "passa de boca em boca": "se o que vem no jornal tem a ver com o que se passa em Unhais é natural que as pessoas comentem". Comentem e leiam, acrescentamos nós. De facto, esta informação assume particular importância já que deixa antever uma significativa cambiante relativamente à prática da leitura de jornais. A questão não se coloca, apenas, entre a existência ou a ausência desta prática; ela apela, também, a uma atenção particular sobre o que preferencialmente se lê, ou se deixa de ler. E se são os jornais regionais que parecem despertar as maiores preferências, tal deve-se não só à maior acessibilidade deste tipo de publicações, mas também, e fundamentalmente, à familiaridade com os conteúdos escritos que aí encontram. Ou seja, a questão não pode ser equacionada apenas em função da relação de maior ou menor proximidade que desenvolvem com a leitura de jornais; tem também de considerar a maior ou menor distância com o universo social para que remetem os conteúdos lidos.

Para já, o que nos parece ter ficado claro no processo de observação é que, de uma forma geral, ao nível do espaço pessoal e social se associam à diminuta leitura um conjunto de factores: a indisponibilidade em termos intelectuais e de tempo (depois de um dia de intenso trabalho "não sobra tempo para leituras"); o domínio da TV como veículo de informação privilegiado; a preponderância do telefone como meio de comunicação interpessoal, que veio substituir o papel da carta; e, ainda, a pouca oferta existente em termos de objectos de leitura. Para além dos jornais regionais referidos, de uma ou outra revista, ou da assinatura de outro tipo de publicações como as Selecções, não existe uma oferta consistente.

Que causas e significados é, então, possível identificar nos contornos destes hábitos de leitura?

Num inquérito produzido sobre esta questão[17] associa-se à leitura, fundamentalmente, duas razões: a existência de uma herança cultural, que passa pelo contacto com a leitura desde cedo, e a disponibilidade, quer em termos de tempo, quer em termos intelectuais. Sublinha-se, no mesmo estudo, a importância do processo de socialização ocorrido com a leitura desde a infância, onde a família, e depois a escola, têm um papel fundamental na consolidação de tais hábitos. Percebe-se que é possível reconhecer um importante impacto das heranças na configuração dos hábitos de leitura: "Sendo a leitura, hoje em dia, uma das práticas culturais mais banalizadas, obrigatoriamente difundida durante a escolaridade dos indivíduos, nem por isso ela deixa de funcionar como hábito fortemente distintivo, reproduzindo hierarquias de legitimidade sociocultural"[18].

Assim sendo, retenhamos esta ideia de que se configuram de forma distinta perfis de leitores que revelam diferentes graus de apetência para a leitura e diferentes modos de a realizar, sobressaindo a distância entre a capacidade de ler e os hábitos de leitura enquanto prática cultural. E retemos esta ideia porque é nela que poderemos procurar o significado da relação com a leitura na dimensão mais ampla das relações com materiais escritos.

Pelo que pudemos percepcionar, ao nível da sua vida pessoal, os grupos em causa recorrem, sobretudo, ao registo memorial: a utilização do registo escrito limita-se praticamente ao pequeno recado, às listas de compras em alguns casos, ao uso de agendas pessoais noutros e, ainda, a alguma (pouca) correspondência. No que respeita ao uso de materiais escritos de tipo documental – impressos ou formulários – a imagem dada é a de uma relação difícil, sobretudo caracterizada por uma ausência de autonomia, que encontra justificação na simples incapacidade ou dificuldade, na preguiça ou no medo, e que se transforma em relação de dependência pela necessidade de recorrer a terceiros.

Quanto à relação com o elemento quantitativo em materiais escritos, o significado dado pode ser identificado como o de uma utilidade funcional.

---

[17] Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, «Inquérito aos hábitos de leitura», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10, Lisboa, 1991.

[18] Idem.

Reconhecendo as dificuldades ou o desinteresse por operações mais complexas, é evidente o desenvolvimento de estratégias de cálculo nas situações rotineiras com que se confrontam. No entanto, se bem que na gestão diária do dinheiro "toda a gente faz contas à vida" e ninguém gosta de ser enganado, quando se trata de calcular e definir estratégias de aplicação do dinheiro ou de operacionalizar, por exemplo, o valor do IVA na aquisição de um produto, novamente se descreve a importância do auxílio de outrem.

O facto é que, de uma maneira ou de outra, resolvem essas situações. Nuns casos, resolvem os próprios porque, como dizem, já estão habituados; noutros recorrem aos Correios, à Junta de Freguesia ou a alguém da sua confiança.

Aqui, surge-nos uma questão que obriga a alguma reflexão: se por um lado, no discurso produzido do exterior dos grupos em causa, lhes é apontada a ausência de autonomia e a existência de uma grande dependência a este nível – ideia, aliás, patente nos discursos do Presidente da Junta, do padre ou da funcionária dos Correios – por outro lado, na auto-avaliação que os sujeitos fazem não se revela que, nesse efeito de dependência, interiorizem um qualquer sentido de fragilidade.

A nossa interpretação é a de que, se é verdade que identificar essa situação como relação de dependência é algo que, face à evidência da realidade, se torna inevitável, perceber o seu significado implica assumir que se trata do desenvolvimento de estratégias de apropriação dessas formas do escrito.

Que causas e lógicas sociais estarão, então, por detrás destas estratégias de uso de materiais escritos?

Na medida em que, como nos elucida Bernard Lahire, as disposições contidas nas "formas sociais escriturais" são reconhecidas enquanto condição fundamental numa pluralidade de situações sociais[19], para percebermos como os nossos grupos em observação se distinguem nestas estratégias de apropriação do escrito, é fundamental reflectir sobre os contornos da socialização das formas escriturais que sofreram. E aqui, como problematizámos anteriormente, a escola surge com um papel fundamental.

No processo de observação, alguns aspectos da relação com a escola parecem revelar-se comuns a operários e pessoal dos cafés. Por um lado, no

[19] Bernard Lahire, *op. cit.*

que respeita ao percurso escolar, a maioria experimentou um abandono precoce provocado, regra geral, por dificuldades financeiras; por outro lado, em termos do investimento no processo de aprendizagem escolar dos filhos, a tendência é para prolongar este o mais possível.

É fácil identificar, por isso, a este nível, uma alteração nas estratégias familiares no investimento escolar, onde se reconhecem, relativamente ao passado, diferenças significativas nas representações acerca da importância da escola nos percursos de vida: "Agora as pessoas dão uma grande importância a que os filhos estudem; querem que eles vão à escola o mais cedo possível e que estudem o máximo possível".

Mas como explicar esta evolução na importância dada à escola?

Numa perspectiva sociológica importa ter presente que o que orienta as acções das pessoas e as suas expectativas são, simultaneamente, as configurações culturais que partilham – onde se incluem os modelos de representações e de apreciações – e os interesses e estratégias de vida que desenvolvem face às condições objectivas que as rodeiam.

Assim, em primeiro lugar, este rumo dado ao investimento escolar pode ser explicado por um conjunto de representações culturalmente contextualizáveis. Também em Unhais da Serra a escola se tornou uma realidade mais acessível por efeito, decorrente do próprio processo geral da dinâmica da democratização do acesso à escola e da legislação laboral no que respeita ao trabalho infantil. Depois, dados os contornos da evolução económica e social, a complexificação das exigências em termos socioprofissionais e a emergência de novas qualificações deram lugar a novos perfis de competências e saberes. Terá sido, assim, a interiorização desta ideia de acessibilidade à escola, enquanto possibilidade ao seu alcance e, paralelamente, o posicionamento face a um novo quadro de qualificações que levaram estes grupos a valorizarem a escola e os recursos educativos que veicula, no sentido de serem reconhecidos como apetrechos fundamentais para o futuro.

Em segundo lugar, aquela tendência de investimento escolar está profundamente ligada ao desenvolvimento de estratégias que apontam para um "futuro melhor" e que são produto da apreciação das suas próprias experiências de vida. Isto é sobretudo relevante no caso dos operários – "isso nota-se muito na Penteadora: por serem tão sacrificados querem um futuro melhor para os filhos". Mas também nos proprietários e empregados de café sente-se,

de facto, um sentimento de autodesvalorização relativamente às condições de vida que experimentam em Unhais da Serra e que muitos consideram limitadoras. Numa das conversas que tivemos, um pai referindo-se com orgulho ao facto de o filho estar na Covilhã a estudar, argumentava que isso lhe proporcionaria um conjunto de possibilidades que ele próprio nunca tinha tido.

Assim, se em relação a si próprios se pode identificar algum desinteresse ou desmotivação face ao seu próprio percurso de aprendizagem (ainda que muitos digam que gostariam de melhorar a sua formação), isso é reflexo das representações que construíram na relação que desenvolveram com a escola, onde sentiram a distância de um código que não dominam, e, por isso, da autodesvalorização pela dificuldade de mobilização de uma série de recursos.

Este constragimento pode identificar-se a dois níveis: um que respeita à desmotivação e que se revela em particular na pouca adesão à Escola de Adultos; e um outro que respeita às dificuldades e distanciamento perante os códigos escritos, que é bem ilustrado no caso dos operários na forma como qualificam a experiência dos cursos de formação ministrados na Penteadora. A estes dois níveis podemos associar, ainda, um terceiro – a ausência de tempo –, justificação que todos dão para não investirem na sua formação.

Mas relativamente à Escola de Adultos, há que realçar um outro aspecto que ilustra a relação entre a comunidade e a escola: a pouca visibilidade da sua existência e, portanto, a incapacidade de desenvolver formas de sensibilização acessíveis e próximas da realidade que as pessoas experimentam.

A investigação sociológica que problematiza as questões educativas relativas à relação entre os meios populares e a escola tem fundamentado a ideia de que a distância entre ambos depende muito do grau de centralidade que aquela possa ter nas suas estratégias de vida e de que, por isso mesmo, muitas vezes se trata de um problema de inadequação. "No plano das culturas, consiste numa incapacidade demonstrada pela escola e pela prática pedagógica em encontrarem vias de comunicação e formas de entendimento entre as culturas populares e a cultura escolar. No plano dos interesses, essa inadequação traduz-se numa incapacidade da escola e da prática pedagógica em associarem aos processos de aprendizagem a clara demonstração da sua utilidade para a vida das pessoas, para a resposta às suas necessidades, problemas e aspirações"[20].

Ao lermos estas palavras não podemos deixar de nos lembrar do que presenciámos numa aula da Escola de Adultos: uma prática pedagógica pouco criativa e desarticulada dos alunos em questão, associada a um divórcio evidente entre os conteúdos ensinados e o universo social em que se movem.

Nesta reflexão que temos vindo a desenvolver parece-nos, assim, ter ficado claro o significado da transversalidade da literacia nas estratégias de apropriação do escrito: a consciência da importância da aquisição e manipulação de um conjunto de saberes e competências reconhecidos como funcionalmente necessários ao desenvolvimento pessoal. Operários e pessoal dos cafés experimentaram e experimentam no seu quotidiano o sentido dessa importância, o que se revela quer no investimento que operários e pessoal dos cafés fazem na aprendizagem dos filhos, quer na desmotivação ou autodesvalorização que desenvolvem em relação a si próprios.

De facto, como nos mostraram contributos analíticos como o de Pierre Bourdieu[21], o desenvolvimento de estratégias de apropriação das diversas formas do escrito está profundamente inscrito nas estruturas sociais.

Isto significa que, para percebermos a dimensão que o fenómeno da literacia aqui revela, temos que analisá-la enquanto expressão de uma cultura, de um conjunto de valores e expectativas que marcam a experiência social destes grupos. Trata-se, se quisermos, de procurar identificar os traços sociológicos mais distintivos que tornam possível o seu reconhecimento.

Pode-se destacar dois aspectos que parecem atravessar a experiência de vida pessoal destes grupos em Unhais da Serra: um refere-se à ideia da importância da oralidade na comunicação e circulação de informação, o outro chama a atenção para o papel central que a fábrica – a Penteadora – tem nesse mesmo processo.

Detenhamo-nos, para já, sobre o primeiro. Encontramos nele um elemento distintivo da vida cultural dos grupos em questão. Aqui a comunicação

---

[20] Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987), p. 114.

[21] Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

e circulação de informação processa-se, sobretudo, pela oralidade, sendo mediada de uma forma muito pessoalizada. No entanto, como acrescentaram os nossos interlocutores, quer os jornais regionais, quer, por exemplo, os editais afixados pela Junta de Freguesia, são lidos por alguns. Apesar de capazes de ler ou de perceber a importância da informação que é processada formalmente de forma escrita, os sujeitos em questão acedem a ela, elaboram interpretações e tomam resoluções acerca dos respectivos conteúdos, sobretudo pela informalidade da comunicação oral. A questão que se põe agora é a de explicitar as lógicas sociais subjacentes a este predomínio da oralidade nos processos comunicativos.

Como percebemos no enquadramento teórico que fizemos das questões problematizadas neste nosso estudo, particularmente quando abordámos os contornos do desenvolvimento dos processos comunicativos, partimos do pressuposto enunciado por Jack Goody de que "os modos de comunicação utilizados na transmissão do conhecimento têm consequências não apenas no conteúdo do que é transmitido mas também nas operações cognitivas que conduzem à formulação desse conhecimento[22]".

Assim, como tem revelado a reflexão das ciências sociais, o predomínio da oralidade caracteriza a construção do saber local, constituindo vias específicas de transmissão de conhecimento, que se afirmam como recurso de grupos sociais que não dominam a técnica de comunicação escrita.

No seguimento do que tem sido esta reflexão percebe-se, então, que esta oralidade, enquanto modo de transmissão e construção de saber, não se restringe à comunicação verbal, estando antes envolvida num vasto conjunto de procedimentos de tratamento dos diversos elementos desse conhecimento que, situando-se fora do recurso à escrita, fazem parte da vida de todos os dias, sendo construídos nas próprias redes de relações sociais. Trata-se de um conjunto de práticas de apropriação do real que distingue estes grupos, e às quais corresponde uma forma de entender a realidade, dando lugar à construção de um saber que, como vimos, é localmente produzido. Por isso, nestes processos comunicativos, a transmissão de conhecimento e informação faz-se de uma forma muito contextualizada, no próprio quotidiano das diversas dimensões da vida social.

[22] Citado em Amélia Frazão-Moreira, *op. cit.*, p. 58.

É este o significado que podemos reconhecer na observação que desenvolvemos: os habitantes de Unhais da Serra em geral, e os operários e pessoal dos cafés em particular, estão a par da informação que circula, mesmo aquela que circula de modo impresso. Como? Citando as palavras de alguns sujeitos com quem conversámos: "a informação passa de boca em boca"... "numa relação bastante pessoalizada"... "onde o contacto é quase todo estabelecido via oral".

Mas como dissemos no início deste comentário analítico, um outro aspecto sobressai da descrição produzida, e que vem ao encontro da ideia de que este processo de utilização de informação escrita se constrói na própria rede de relações sociais e se desenvolve de uma forma localmente contextualizada: a importância do papel atribuído à fábrica Penteadora.

A fábrica, como percebemos na contextualização sociográfica da vila e nos traços sociológicos mais emergentes da sua história, é um elemento central na vida de Unhais. A experiência de vida dos seus habitantes e a própria história da vila são marcadas pela sua existência. Desde logo, e como já vimos, pela importância que a Penteadora assumiu no desenvolvimento económico e até populacional da vila de Unhais. Ela está indissociavelmente ligada a todos os principais marcos da história recente de Unhais da Serra. Por outro lado, essa centralidade resulta de, ainda hoje, empregar 40% da população activa de Unhais. Ou seja, é aí que uma parte significativa da população de Unhais está concentrada durante oito horas diárias. A Penteadora assume-se, assim, como palco privilegiado por onde ecoa toda a vida social de Unhais da Serra, funcionando simultaneamente como principal "animador" da vida social da vila. É no local de trabalho, é no tempo de almoço, é no café em que se pára no regresso a casa, etc., etc., que a informação circula, a opinião se constrói, as relações sociais se desenvolvem e actualizam, ou, também, os silêncios se impõem, as desconfianças se criam, as rivalidades se exercem.

De facto, na lógica subjacente àquela construção do saber local, a fábrica surge com um papel central. E só a partir deste esforço de contextualização numa tradição que é a do oral e do local se torna possível compreender o significado dos contornos que assume a relação com materiais impressos, enquanto estratégia implícita a redes de sociabilidade e solidariedade interpessoal que lhe são próprias.

O profissional

Uma das hipóteses centrais avançada neste trabalho é a de que o desenvolvimento das competências de literacia mobilizadas na relação com os materiais impressos está intimamente ligado ao uso que delas se faz. E, a este nível de reflexão, interessava, particularmente, perceber que significado os "rituais" profissionais aí detêm, de modo a ser possível analisar, também, as distinções que os quotidianos profissionais de operários e pessoal dos cafés inscrevem na mobilização dessas mesmas competências.

Comecemos pelos operários. Estes enfrentam diariamente um ou mais turnos, normalmente de oito horas, onde em geral desenvolvem uma função já mecanizada que operacionalizam de uma forma imediata. A fábrica encontra-se dividida por sectores, todos eles preenchidos com tipos diferentes de máquinas. Depois, é como uma engrenagem onde cada um desempenha uma função específica que, ainda que vá sofrendo algumas evoluções tecnológicas, é essencialmente repetitiva. Os mais velhos ou antigos já "sabem de cor" o que têm a fazer; os mais inexperientes vão aprendendo, mais do que pelas instruções que muitos nem compreendem, através dos conselhos dos outros, da imitação ou repetição gestual.

Toca a sirene e os que saem cruzam-se com os que entram, devidamente fardados de bata azul, dirigem-se para as máquinas, tomam a sua posição e recomeça novo turno. É praticamente sempre igual, de vez em quando "dois dedos de conversa" com o parceiro do lado, mas é na hora do intervalo que se encontram e reúnem em pequenos grupos, na cantina ou no exterior da fábrica, comendo o seu farnel ou fumando um cigarro.

Alguns, habituados, já se conformaram; outros estão saturados; muitos, quase todos, sofrem no corpo as marcas de um trabalho duro e desgastante em todos os aspectos.

Materiais escritos? No aspecto específico do exercício da sua função produtiva são poucos os que lidam com eles, o que depende da tarefa que desempenham. É o caso dos chefes de secção ou dos controladores de produção, que lidam diariamente com o escrito em termos numéricos e quantitativos ou no que se refere ao preenchimento de formulários de produção.

Ainda que, como percebemos, o esforço de modernização da empresa tenha introduzido alguns elementos, como instruções ou folhas de produção, recorrem apenas a eles para o estritamente necessário ao seu desempenho.

No seu discurso fica ausente a importância para si mesmos, por exemplo, dos gráficos de produtividade. Aspecto curioso e relevante a este propósito: como estratégia de produtividade a empresa operacionalizou um esquema simples em que a tendência, positiva ou negativa, do rendimento de cada sector é expressa através de um símbolo, um boneco, que esboça um sorriso ou uma "carranca" consoante os casos; este sim, não passa despercebido!

Detenhamo-nos um pouco sobre esta dimensão das estratégias de modernização e competitividade da empresa por relação à situação dos operários.

Um dos objectivos principais desta estratégia de modernização foi a promoção de acções de formação profissional que procuravam conciliar a variável qualificação dos trabalhadores com a fraca escolaridade da maioria dos operários. Como vimos, 62% tinham no máximo como habilitação o antigo 2º ano do Ciclo Preparatório. A Directora do Departamento de Recursos Humanos da Penteadora refere que estes cursos de formação profissional foram "estruturados exclusivamente a partir da vida da empresa e, obviamente, das suas necessidades", sendo que através deles se pretendia treinar algumas competências muito específicas e quotidianas. Em suma, como afirma ainda, "o objectivo primordial foi o de habilitar os trabalhadores com um conjunto de conhecimentos indispensáveis a que conseguissem obter o Certificado de Qualidade".

No entanto, e algo paradoxalmente, a validade destes cursos, sobretudo no que respeita à pretensão de colmatar as lacunas escolares, é de alguma forma relativizada. Isto é algo que se revela na forma como descreve as dificuldades sentidas pelos operários: "até lhe posso dizer que houve pessoas com a antiga 4ª classe que tiveram melhores resultados do que indivíduos com o 12º ano", e mais à frente esclarece: "evidentemente que um indivíduo que sempre trabalhou com uma determinada máquina e a conhece como as suas próprias mãos, não é por agora as instruções estarem escritas que as vai passar a consultar".

Mas os discursos que presenciámos, por parte dos operários, relativamente a estas mesmas estratégias de modernização, afirmam-se por oposição a este posicionamento: em primeiro lugar, como dissemos atrás, é pouco o uso que dizem fazer de materiais escritos; em segundo lugar, contestam, de um modo geral, a importância ou sucesso das acções de formação, afirmando que as pessoas que já não percebiam certas coisas ficaram na mesma sem as

perceber: "o curso era igual para toda a gente; os cursos não são feitos a pensar nas pessoas para que são destinados".

Entre o posicionamento da Directora de Recursos Humanos e o posicionamento dos operários, parece-nos que se traduz um desencontro entre tensões e dificuldades de ajustamento não ultrapassadas. Ou seja, o problema põe-se a partir do fosso que se verifica existir entre qualificações que incidem sobretudo sobre saberes e competências "intelectuais" e aquilo que está no centro da realidade dos operários, do que estes fazem e sabem, por aí assentar o essencial da sua vida quotidiana.

A interpretação sociológica tem vindo a revelar que por detrás deste problema estão representações acerca do trabalho operário, formadas pela interiorização de valores dominantes e que, numa separação grosseira entre "trabalho manual" e "não-manual", valorizam as "actividades intelectuais". Deste modo, distinguem-se hierarquias de ocupação profissional, sendo que certas características de algum tipo de trabalho – tais como produção de bens materiais, grande esforço físico e duração do dia de trabalho, risco para a saúde e desconforto do ambiente de trabalho (o caso dos operários da Penteadora) – "são instituídas socialmente em critério de diferenciação negativa em comparação com outras profissões"[23].

O reflexo daqueles valores incute, então, nos operários em questão, um sentimento desmoralizador de resignação face a qualquer tipo de aspirações profissionais: ou se mostram conformados ou, então, mesmo aqueles que dizem estar saturados, afirmam a ausência de possibilidades de mudança. De facto, por um lado, as limitações impostas pelas condições sociais de existência que os rodeiam e, por outro, a interiorização dessa ideia de uma impossibilidade de trajectórias ascendentes, neste contexto de valorização da cultura letrada, leva a que as aspirações se limitem à manutenção do seu lugar profissional. E é a partir daqui que se reconhece a partilha de uma identidade colectiva que se entende a si mesma como distinguida e desvalorizada na hierarquia profissional.

Por isso, emerge do discurso deste grupo o distanciamento quer em relação às estratégias do patronato da empresa que, dizem, são desadequadas

[23] Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *op. cit.*, p. 130.

e com um forte carácter de homogeneidade, como se se tratatasse de uma massa de gente indiferenciável, quer em relação aos grupos colocados em níveis superiores dessa hierarquia profissional, como sejam os quadros técnicos, com quem desenvolvem uma certa conflitualidade de interesses. A descrição que fazem destes é bem ilustrativa: "indivíduos com poder"... "são todos doutores mas sem experiência nenhuma"... "acham que são mais que a gente... e depois quando há despedimentos é a nós que nos mandam embora", "enquanto os operários almoçam em casa ou na fábrica, os doutores vão à 'Primavera' (pastelaria-restaurante da vila)".

É este posicionamento que – conforme avança o estudo desenvolvido pelos autores de *Do Outro Lado da Escola*, numa passagem em que se abordam as relações das classes populares com o trabalho manual – conduz "(...) à valorização do trabalho e dos saberes de cada um, traduzidos mesmo, em certos casos, numa 'sabedoria popular' que associa ao trabalho manual virtudes de utilidade social e solidariedade colectiva, de espírito prático, coragem física, integridade moral e força de carácter"[24]. Tal postura é particularmente bem traduzida nas palavras do Presidente da Junta de Freguesia, alguém que já experimentou a vida de operário e que, portanto, conhece bem os seus "meandros": "Um tipo está lá há dez anos, só tem a 4ª classe, mas domina a máquina melhor do que o que tem o 9º ano, mas não tem a mesma experiência. Este percebe melhor o texto, a informação, mas o da 4ª classe tem a experiência, sabe o objectivo, tem a visão do que é preciso fazer".

O que nos parece ficar claro é que aquele distanciamento é elemento condicionador da relação que os operários mantêm com materiais escritos; isso é também notório no uso que fazem do boletim informativo que circula regularmente na fábrica e recentemente baptizado "Penteado". Assim, se a Directora de Recursos Humanos realça a crescente adesão que este tem vindo a despertar, em contraste, os operários, de uma forma geral, não valorizam a importância deste jornal, ao qual associam algum constragimento institucional, algo que é evidenciado nos hábitos relativos à sua leitura e na pouca participação na sua elaboração: "Ao jornal da fábrica adere-se pouco, não tem grande interesse. A gente sabe que o que ali vem muitas vezes não é verdade... As pessoas escrevem pouco para lá porque têm receio; não ficam anónimas, é preciso ir lá entregar".

[24] Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *op. cit.*, p. 134.

Em suma, este é o panorama da utilização do escrito no espaço profissional, também ele palco da oralidade presente nas estratégias de apropriação, visíveis não só no caso do jornal da empresa, pouco lido mas muito comentado, mas também no caso dos avisos afixados: "Basta um ler e perceber para que praticamente todos saibam". É pela oralidade que, mais uma vez, quase tudo se passa, que os operários se põem "a par de tudo", que se contam rivalidades, que se pedem conselhos, ou que, inclusivamente, se processam as relações hierárquicas profissionais, como argumentam uns e outros.

Muito concretamente, reafirma-se, nos contornos desta dimensão profissional do quotidiano da utilização do escrito, todo um envolvimento cultural, construído a partir da conflitualidade entre representações, valores e expectativas, onde se inscreve um sentido forte de desajustamento e constragimento. Mais ainda, reafirma-se a ideia de que, de facto, a literacia só pode ser entendida enquanto fenómeno transversal à realidade social.

O cívico

Já o dissemos mas vale a pena relembrar: a estadia em Unhais da Serra, se suficiente para nos determos em alguns aspectos directamente relacionados com o nosso objecto de estudo, foi, no entanto, escassa para explorarmos e desenvolvermos outras dimensões de análise que, eventualmente, se poderiam mostrar relevantes para completarem a nossa abordagem sobre esta vila. Está clara nesta segunda situação a aproximação ao terreno cívico-político. Pouco mais nos foi possível que uma aproximação grosseira e extremamente genérica a esta dimensão.

Feitas estas ressalvas, vejamos agora o que nos foi possível reter a este nível.

Muitas são as associações em actividade na vila de Unhais da Serra. Estas, vão desde as associações culturais ou recreativas (a Filarmónica; os ranchos folclóricos; um zabumba típico), passando pelas associações religiosas (Liga Operária Católica; Juventude Operária Católica; grupos de casais das Equipas de Nossa Senhora; Corpo Nacional de Escutas), por uma associação desportiva (Futebol Clube Estrela) e, ainda, por um conjunto de associações difíceis de catalogar, como o jornal (*Correio de Unhais*), ou a cooperativa de habitação (em formação), sem esquecer a associação dos bombeiros e o núcleo de Unhais da Serra de apoio aos doentes da paramiloidose.

Segundo opinião generalizada nos nossos diferentes interlocutores, o número de associações existentes não tem correspondência, ao contrário do que seria lógico supor, numa forte participação da comunidade. Ainda que não nos tenha sido possível testemunhar o trabalho desenvolvido por estas associações, várias questões se nos colocaram. Até que ponto essa ausência de participação é efectiva? Se as associações existem e funcionam, não terá de haver, necessariamente, alguma participação? Será que tudo se resume à justificação de que "são sempre os mesmos"? Porquê este sentimento de vazio?

Face a estas interrogações, algumas hipóteses nos surgiram como pertinentes e a merecerem reflexão.

Por detrás destes discursos sobre a pouca participação, não se esconderá, essencialmente, um sentimento de desconforto perante uma rotina instalada? Ou seja, não será que o que está em causa é, fundamentalmente, uma enorme distância entre as expectativas geradas pelo número de associações existentes e o seu impacto na vida quotidiana de Unhais? A legitimidade desta interrogação surge reforçada quando nos apercebemos da pouca criatividade destas associações na presença que assumem na vila de Unhais da Serra. Na generalidade, o seu papel nas estratégias de desenvolvimento local é diminuto e pouco visível. E esta é uma questão que se nos apresenta fundamental quando reflectimos em torno do papel que as associações poderiam desenvolver em termos da educação de adultos, ajudando a desacademizá-la e, deste modo, a devolvê-la à realidade social.

Se atendermos ao tipo de associativismo em presença, vemos que uma parte significativa deste ou é de tipo recreativo (grupos folclóricos, etc.), ou, então, tem um forte pendor "doméstico", isto é, serve essencialmente os que nela participam (grupos de casais das equipas de Nossa Senhora; núcleo da paramiloidose, etc.). Por outro lado, importa não esquecer que muitas das associações têm já um longo historial, não se assumindo, assim, como elementos capazes de protagonizarem alterações significativas na dinâmica social da vila, mas, pelo contrário, sendo identificadas com o próprio "statu quo". A este propósito são extremamente elucidativas as palavras de um unhaense com que falámos que, para ilustrar a situação de acomodamento em que, segundo ele, se vive em Unhais, afirmou "é sempre igual; dança o rancho, toca a banda!".

De igual modo, este discurso sobre a pouca participação dos unhaenses parece resultar do tipo ou dos níveis de participação que se afigura estarem a

ser considerados quando desta se fala: quando afirmam "são sempre os mesmos que participam", o que se subentende é uma concepção da participação a partir dos que lideram o tecido associativo. O que parece estar em questão é a exclusividade da liderança e das capacidades de empreendimento num pequeno grupo, que surge como um autêntico "núcleo duro" omnipresente em todas as esferas da vida de Unhais.

Que relação existe, então, entre essas capacidades de empreendimento e o domínio das competências associadas à literacia? Esta é, sem dúvida, uma questão particularmente pertinente no quadro desta pesquisa, mas à qual apenas podemos responder parcialmente. Ainda que não tenhamos tido a possibilidade de verificar quem é que, de facto, protagoniza cada uma destas associações, o que é exteriorizado nos vários discursos, sugere, fortemente, a existência de pequenas elites locais, com áreas de influência próprias consubstanciadas nas diferentes associações em presença[25]. "Elites" porque na posse de um domínio de um conjunto de recursos e de competências, entre as quais as da literacia. Veja-se a esse propósito o Jornal de Unhais que, para lá de funcionar como elo de ligação entre os unhaenses espalhados pelo país e pelo estrangeiro, é hoje, indiscutivelmente, referência primeira na construção das intervenções cívico-políticas locais. Ou seja, o mesmo é dizer que a escrita e a leitura constituem competências fundamentais para a participação e a intervenção cívicas.

A importância destas competências encontrámo-la, igualmente, bem testemunhada na relação estabelecida com a Junta de Freguesia. Esta, pela sua centralidade nos destinos da vila, revelou-se um excelente indicador dos usos e das competências da literacia ao nível da dimensão cívica: por um lado, é visível a sua importância enquanto difusor de informação útil para a vida dos unhaenses; por outro, são várias, como vimos, as situações quotidianas que exigem a sua mediação. A relação com a Junta, ainda que se faça de modo bastante personalizado, isto é, por via de um registo essencialmente oral, não dispensa, porém, a mobilização de um conjunto de competências de escrita, de leitura e de interpretação. Estas são a todo o momento necessárias de convocar sempre que a formalização se impõe. Ou seja, se é possível fazer um pedido, ou solicitar uma informação, através do contacto

[25] Por isso a queixa da politização das associações, que surgem, deste modo, como espaços importantes na construção de projectos de intervenção política.

directo oral, tal passa, porém, a ser insuficiente a partir do momento em que se torna necessário formalizar, por escrito, um pedido de atestado de residência, por exemplo. O que nestes casos sucede é aquilo que a propósito de outras situações tivemos já oportunidade de afirmar: a dependência face a terceiros. É a mesma ausência de autonomia que encontrámos testemunhada nos Correios sempre que, por exemplo, incapazes de processarem a informação relativa aos instrumentos financeiros de poupança disponíveis, as pessoas se vêem na necessidade de recorrem ao auxílio de um funcionário. Ou seja, ainda que a ausência de determinadas competências possa ser real, isso não impede que os sujeitos deixem de "resolver" eficazmente tarefas que lhes surgem como estranhas ou que não dominam. Mais do que o resultado final, o que parece estar aqui em causa é o processo; se por si só não conseguem resolver as situações, de imediato accionam estratégias alternativas.

Dito isto, não pretendemos, no entanto, afirmar, ou sequer sugerir, que tudo são campos de possibilidades ilimitadas. Obviamente que a ausência ou a fragilidade das competências associadas à literacia significam privações. Se a dependência é, desde logo, uma primeira limitação (pense-se a título meramente exemplificativo no que ela significa em termos de perda de privacidade), outras poderiam, igualmente, ser referidas. Mais, no entanto, do que enumerar as várias exclusões decorrentes de uma ausência de competências fortes em matéria de literacia (o que, aliás, se encontra feito ao longo de toda a abordagem empírica), o que se nos tem afigurado como fundamental é proceder a uma reflexão sistematizada em torno desta tensão que tem vindo a atravessar toda esta pesquisa: que significado tem a mobilização de recursos alternativos por relação a uma situação de ausência ou fragilidade de competências de literacia? O que entender por carências ou exclusões?

9.5. Breve reflexão conclusiva: reinterpretar o problema da literacia

Foi esta realidade, cruzada por dimensões, discursos, modos e lógicas subjacentes às relações com a literacia, que se nos deparou no contexto particular de Unhais da Serra. O que nos propusemos foi, num esforço de contextualização, apreender o sentido e os sentidos do uso de materiais escritos, no seio de dois grupos particulares: operários e pessoal dos cafés.

Partindo do pressuposto teórico de que a sociedade se configura como um espaço multidimensional, procurámos localizar as práticas accionadas pelos sujeitos na sua relação com o elemento escrito, no sentido de as perce-

ber e lhes restituir o seu significado próprio. Abordámos, por isso, relacionamentos sociais, interdependências, contrastes e condicionalismos, inscritos, por um lado, na posição social em que essas práticas são accionadas nas diferentes dimensões do espaço social, e, por outro, nas trajectórias pessoais delineadas por expectativas, intenções e representações. Analisámos, assim, todo um conjunto de mediações estruturais que se cruzam nas relações entre socialização, acção, identidades e formas de dominação. Em suma, procurámos discernir esta dimensão cultural das relações com a literacia.

É no momento da conclusão de um trabalho que, normalmente, se espera que se dêem as respostas às interrogações e aos problemas que foram sendo equacionados ao longo do seu desenvolvimento. Para além de haver sempre, em todas as pesquisas, um conjunto significativo de problemas irresolúveis, aos quais pouco mais é possível de responder do que aquilo que está desde logo inscrito na génese da sua formulação, muitas das respostas foram já sendo dadas ao longo deste trabalho. Não dispensam, porém, estas considerações que, num momento em que se pretende estar a concluir uma reflexão, se proceda a uma leitura mais sistematizada e globalizante da problemática construída e desenvolvida ao longo desta pesquisa: a relação que operários e pessoal dos cafés estabelecem em Unhais da Serra com o universo da literacia.

Ao enunciarmos deste modo o nosso objecto de estudo fizemos, intencionalmente, da *relação* a dimensão central desta pesquisa. Ou seja, e como fomos explicitando ao longo do trabalho, a perspectiva que adoptámos foi, desde o primeiro momento, a de que só faz sentido definir a literacia quando situada num contexto e num enquadramento particulares. Recusámos assim um entendimento da literacia que fosse construído a partir da eleição de um conjunto de categorias estandardizáveis e supostamente universais, dispensando qualquer relativização decorrente da diversidade de contextos em questão. A pertinência desta perspectiva é, talvez, mais facilmente compreensível e defensável se formularmos a questão pela negativa. Afinal, quando, e como, é que se pode falar em iletrismo? Que critérios adoptar para dizer de alguém que é iletrado?

Quando estamos na presença de alguém que, de todo, não sabe ler nem escrever definimos facilmente essa pessoa como analfabeta. Analfabeta por relação a uma ausência completa de domínio da escrita e da leitura. Face, porém, à verificação das dificuldades de um grande número de pessoas em

mobilizar satisfatoriamente as competências da leitura e da escrita na resolução e na resposta a um conjunto de situações do domínio profissional, cívico ou doméstico, deu-se conta da pouca operacionalidade do conceito de alfabetização. Houve assim necessidade, como se explicou desenvolvidamente no início deste trabalho, em passar do conceito de alfabetização para o conceito de literacia. Ou seja, na literacia não está já só em causa a aquisição das competências de leitura e escrita, mas, fundamentalmente, a atenção passa a centrar-se no modo como estas são exercidas. E exercidas face às necessidades de uma realidade vivida e experimentada. Ao introduzir-se a exigência de entender e avaliar as competências por relação a contextos concretos, passa a ser incontornável o estudo desses mesmos contextos.

Para a construção da problemática do iletrismo concorreu também a convicção de que as sociedades modernas actuais são marcadas por uma transversalidade de situações que, com maior ou menor intensidade, se impõem a todos os indivíduos. Transversalidade decorrente da universalização da escrita como sistema primeiro de processamento da informação. Daí que o iletrismo seja apontado hoje como uma das dimensões mais importantes da exclusão social: o que está em causa são as possibilidades de participação na vida social daqueles que hoje evidenciam incapacidades de domínio da leitura e da escrita quando confrontados com as exigências da vida quotidiana.

Ainda que se afigure aqui uma contradição entre uma definição de iletrismo construída a partir dos contextos específicos de uso das competências da literacia e o afirmar a existência de um conjunto de exigências transversais que as sociedades modernas hoje formulam, só aparentemente essa contradição existe. Afirmar a abordagem da literacia por relação a contextos concretos (consideração, aliás, já inscrita na própria génese do conceito de literacia) não invalida tomar, por exemplo, a globalidade da sociedade portuguesa como um contexto concreto. Daí que o Estudo Nacional de Literacia, em que esta monografia está inserida, tenha decidido montar um dispositivo metodológico plural e diversificado nos seus instrumentos de avaliação das competências de literacia da população adulta portuguesa. A par da construção de testes de aplicação generalizada à população portuguesa, entendeu-se ser necessário realizar um conjunto de monografias que incidissem em grupos e contextos mais particulares, como, por exemplo, os operários têxteis e o pessoal dos cafés de uma vila do interior de Portugal.

Mas esta não foi apenas uma necessidade ditada por razões de ordem metodológica. Foi, antes de mais, o assumir, nas suas consequências práticas, a orientação teórica que desde o início presidiu a este projecto: a necessidade de observar no terreno, na realidade em que os indivíduos estão inseridos, os modos de relação com a literacia nas situações da vida quotidiana e o lugar que a cultura letrada ocupa nestes contextos socioculturais precisos.

Aqui chegados, entramos noutra dimensão desta problemática: o reconhecer que as competências da literacia, ainda que assumindo carácter de transversalidade, não deixam de se inscrever num determinado universo cultural, o universo da cultura letrada. E, como acontece com qualquer matriz cultural, esta tem uma história, uma construção social por trás de si. Ainda que se trate de uma dimensão que escapa ao objecto de estudo desta pesquisa, importa não ignorar esta realidade. Tanto mais quanto o nosso trabalho incidiu em dois grupos socioprofissionais inscritos no que habitualmente se designa por culturas populares; culturas populares às quais se faz tradicionalmente corresponder a oralidade como dimensão privilegiada nos processos comunicacionais, ou, mesmo, na construção e transmissão dos saberes; oralidade afirmada, aliás, enquanto traço distintivo das culturas populares e em contraposição à cultura erudita, à cultura letrada.

De facto, e como explicitámos atrás, também em Unhais da Serra nos foi possível testemunhar essa predominância da oralidade, como registo primeiro nas relações sociais que operários e empregados de café desenvolvem. Ainda que os usos e as competências da literacia não estejam completamente ausentes do quotidiano destes dois grupos sociais (lêem-se jornais, por vezes escrevem-se cartas, os filmes não deixam de ser vistos por causa das legendas, etc.), na generalidade, estas são efectivamente competências que se revelam frágeis num conjunto de situações diárias (lembre-se, por exemplo, a dificuldade em processar a informação escrita de tipo documental), perante as quais, no entanto, os indivíduos não ficam impossibilitados de agir, desenvolvendo, como vimos, estratégias alternativas, localmente produzidas, mas também, por isso, localmente limitadas.

Se nos contextos sociais em que se movem se torna possível transformar os recursos em poderes, mais difícil, porém, se afigura que esses mesmos recursos funcionem como poderes fora desses contextos. E, aqui, eis-nos de novo mergulhados na problemática da transversalidade das competências da literacia. É na tensão entre saberes e recursos localmente construídos e exercidos, por um lado, e a fragilidade de saberes e competências exteriormente impostos, por outro, que ganha pertinência a interrogação que atravessa toda esta pesquisa: que significado atribuir à mobilização de recursos alternativos por relação a uma situação de ausência ou fragilidade de competências de literacia?

O facto é que no decorrer do processo de pesquisa se tornou incontornável a associação visível entre uma ausência ou fragilidade de competências de literacia e todo um conjunto de dependências, carências e exclusões.

A resposta a esta questão prossegue os pressupostos orientadores da nossa postura analítica: isto significa ter presente que considerámos, em primeiro lugar, um princípio fundamental, que é o do reconhecimento do valor das culturas, e em segundo, a ideia de que as competências e os usos que delas se fazem na relação com os materiais escritos só podem ser qualificados a partir dos campos de posições e relações sociais e em função dos critérios aí prevalecentes.

Assim sendo, antes de mais, assumimos que, do ponto de vista do reconhecimento do valor das culturas, todos os sujeitos e grupos sociais dispõem de recursos próprios. Depois, assumimos, ainda, que na medida em que estão inscritos num espaço social diferenciado, todos esses recursos são socialmente condicionados. E, neste sentido, os recursos são entendidos enquanto "trunfos" culturais que se jogam, conforme ilustra Santos Silva, em "espaços que se organizam segundo hierarquias que estão elas próprias na origem da distribuição ao longo dos espaços das propriedades construídas e reconhecidas como recursos necessários ou favoráveis para tr(i)unfar nelas, numa circularidade que assegura, em situações de rotina, a reprodução social, mas nunca assegura em absoluto, precisamente porque os actores dispõem de níveis mínimos de recursos para propor outras regras e hierarquias de jogo"[26].

Perante tudo isto, em resumo e para concluir, trata-se de "transportar" para esta nossa análise particular a reflexão desenvolvida por Jack Goody, a propósito das consequências da introdução da escrita para os modos de comunicação e de produção do pensamento: "Qualquer sociedade, começando pelas iletradas, conhece actividades intelectuais criativas e elabora culturas complexas dinâmicas e abertas"[27].

---

[26] Augusto Santos Silva, *op. cit.*, pp. 62-63.

[27] Jack Goody, *op. cit.*, p. 90.

Como argumentámos, considerando o reconhecimento do papel central do escrito, assume-se que é a partir das práticas de leitura e escrita que as relações sociais se organizam e reorganizam, num espaço de relações de dominação construído a partir da afirmação de competências culturais legitimadas e socialmente valorizadas. É, precisamente, nesta polarização construída a partir da centralidade da codificação, armazenamento e distribuição de recursos através da escrita que temos de "localizar" a tensão que questionávamos. Ou seja, é nela que a mobilização de recursos alternativos por relação à ausência ou fragilidade de competências de literacia ganha um significado de exclusão ou dependência. Desmontar esse sentido é reconhecer aqueles mesmos recursos enquanto "trunfo criativo" resultado de uma dinâmica inerente à construção de relações de força e de dominação cultural.

É a partir de uma interpretação que problematiza este contexto de construção cultural que temos vindo a prosseguir o objectivo principal definido para a concretização das monografias pelo Estudo Nacional de Literacia: ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações da vida quotidiana de operários e trabalhadores dos cafés e o lugar que aí detém a cultura letrada.

Ao longo do processo interpretativo foi-nos parecendo evidente que, de facto, os contornos que assume a relação com os materiais escritos, nos operários e pessoal dos cafés, são atravessados por aquela tensão, que podemos retraduzir da seguinte forma: se, por um lado, fica evidente que as competências de literacia atravessam as dimensões da vida quotidiana destes grupos, fica também claro que, no que respeita a esta relação com materiais escritos, os usos que os sujeitos accionam limitam-se, praticamente, ao estritamente necessário, face às exigências com que se confrontam. Por outras palavras, se quisermos, lêem pouco, escrevem o essencial e calculam o necessário. Assim, se é verdade que, de uma forma geral, são capazes de ler ou de perceber a importância do que é processado formalmente de forma escrita, elaborando interpretações e tomando resoluções acerca dos respectivos conteúdos, também é verdade que nessa apropriação se revelam fragilidades, carências e dificuldades diversas, na manipulação das técnicas de comunicação escrita.

Perante esta realidade, e face à ideia de que a capacidade de processamento de informação para usar materiais escritos constitui condição fundamental para o desempenho nas diferentes dimensões da vida quotidiana, a que conclusão podemos chegar, relativamente à situação de operários e pessoal dos cafés?

A abordagem produzida em torno do problema do iletrismo tem vindo a demonstrar que este se revela enquanto manifestação complexa de múltiplas causas, profundamente enraizado na dinâmica social e cultural; assim, tem sido entendido enquanto problema complexo cuja definição deriva de diferentes condições, de acordo com os diferentes grupos e comunidades.

Deste modo, avança-se que qualquer definição de literacia precisa de ser especificada situacionalmente, isto é, deriva das condições pertinentes a uma realidade particular, não podendo, por isso mesmo, ser generalizada. Em suma, trata-se de definir uma determinada situação de iletrismo por relação a contextos específicos. Contextos específicos, porque cruzados por vectores culturais diferenciados, por processos e práticas culturais distintos, por construções culturais próprias.

Sendo assim, se queremos examinar o problema da literacia que aqui se revela, no contexto particular de Unhais da Serra, temos de examiná-lo enquanto dimensão de uma cultura. E se esta dimensão revela o "desprezo" ou desinteresse pelo uso do escrito, então, tem de ser entendida enquanto fenómeno de iletrismo cultural. Em relação à situação que aqui tratamos, temos de proceder, ainda, a um outro esclarecimento: face ao que se nos depara, não é tanto a incapacidade de mobilizar as competências da literacia num nível determinado como necessário no seu meio que está em causa, mas antes o modo como se percebe que, no envolvimento comunitário, o uso do escrito se revela pouco presente ou importante; o que está em causa é uma situação em que a literacia não é esperada.

Parece-nos estar, agora, mais claro o significado da mobilização que estes grupos fazem de recursos alternativos, por relação a uma situação de fragilidade de competências de literacia: estamos num contexto em que a literacia não é valorizada, não é encarada como necessária; não desempenha um papel importante nas experiências de vida passada e nas aspirações em relação ao futuro.

Senão vejamos: meios familiares claramente marcados por situações de dificuldades financeiras, em que o investimento na aprendizagem e na escola revela um duplo constragimento, pelas dificuldades financeiras com que se confrontam e pela desvalorização que apercebem do seu currículo escolar na vida activa; relações contraditórias e conflituais com o ambiente escolar onde se debatem constantemente com os princípios de uma cultura que veicula conhecimentos por meios e formas que lhes estão distantes; vida profissional

onde, para além do estritamente necessário à mecânica diária do seu desempenho, pouco lhes é exigido no que às competências de literacia se refere, e onde se revela a ausência de um qualquer processo motivador de desenvolvimento dessas mesmas competências; informação, comunicação, pela oralidade, sobretudo, porque são os traços de uma cultura vincadamente oral e popular que é o pano de fundo das suas experiências de vida: um cenário em que se verifica, sobretudo, como elucida Richard Hoggart, não os efeitos da imprensa de grande difusão, da televisão ou da rádio, mas antes, "(...) a influência praticamente nula desses fenómenos sobre a linguagem do dia-a-dia (...)"[28], que se inspira continuamente na tradição oral e local. Aqui o que salta à vista, o elemento essencial, é esse sentido do concreto, do local, do pessoal. É esta tradição profundamente enraizada que atravessa as relações que operários e pessoal dos cafés desenvolvem com a literacia, e é nela que ganha sentido a ausência ou desvalorização da importância da literacia... Literacia? Algo que não é esperado... competências transversais aos desempenhos sociais na pluridimensionalidade de um espaço mas fragilizadas porque contextualizadas na construção de uma cultura oralmente e localmente produzida.

Mas se o objectivo desta monografia era, sobretudo, ilustrar os modos de relação com materiais escritos, para, assim, pela apreensão dos contornos que, nos contextos e grupos sociais analisados, assume o fenómeno da literacia, explicitar as causas e lógicas sociais que lhe são subjacentes, não podemos deixar, ainda, de reflectir sobre as implicações mais profundas de uma situação como a que descrevemos.

De facto, surge-nos uma interrogação: que consequências se identificam numa situação em que a literacia não é esperada ou valorizada? Enfim, porque é que a literacia e o a mobilização das suas competências é tão importante e mesmo fundamental ao funcionamento das sociedades modernas?

David Harman responde concretamente a este problema, rejeitando, desde logo, a visão simplista de que a literacia constitui apenas como que um conjunto de "pré-requisitos" úteis ao desempenho no espaço económico e social. Para este autor, a importância da literacia revela-se no acesso a uma autonomia mais profunda, que é a da liberdade e dos valores democráticos, a da preservação da memória e história humanas, a da capacidade de indagar

[28] Richard Hoggart, *The Uses of Litteracy*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (ed. orig. 1957).

e aprofundar o conhecimento, a da invenção e inovação, a da troca de pensamentos e ideias através do espaço e do tempo. Em suma, algo que constitui uma força vital no desenvolvimento humano: guiando-se pela acumulação e sistematização do conhecimento passado, permite avançar em direcção ao futuro[29].

Afirmar tal postura não será, tal como nós a percebemos, afirmar uma qualquer distinção valorativa do escrito por relação ao oral; será apenas reconhecer e assumir as possibilidades desbravadas por todo um conjunto de caminhos que o domínio das competências de literacia permite percorrer. Assumir tal convicção é denunciar que, paralelamente a todas as exclusões, dependências e desigualdades firmadas na hierarquia sociocultural, se constrói esta exclusão fundamental: a do desenvolvimento das sociedades humanas!

[29] David Harman, *Illiteracy: a National Dilema*, New York, Cambridge Books, 1987.

Capítulo 10

AGRICULTORES E LITERACIA: RELAÇÃO COM A INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL E VIDA QUOTIDIANA NO CENTRO LITORAL

(*Por Helena Caninhas Dias*)

10.1. Introdução

A realização de monografias em contextos socioculturais diversificados vem responder à opção metodológica, definida no Estudo Nacional de Literacia, de ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações de vida quotidiana e o lugar da cultura letrada na vida dos grupos em estudo. Procura-se, desta forma, desenvolver uma perspectiva de análise intensiva e qualitativa que tem por objectivo a análise das competências transversais à literacia contemporânea em contextos socioculturais particulares.

Este estudo incidirá, assim, na abordagem das competências transversais da literacia num contexto sociocultural particular – o Oeste (e, mais especificamente, na freguesia de Azueira), procurando percepcionar a situação de literacia/iliteracia de um grupo particular da população – os agricultores. A elaboração de um trabalho prévio sobre a aplicação de medidas agro-ambientais em Portugal[1], centrado na população agrícola, viria a possibilitar este desenvovimento posterior, traduzido na realização de uma monografia sobre as dinâmicas da relação com a literacia no grupo dos agricultores.

O nosso objectivo inicial era descortinar os condicionalismos da implementação das medidas agro-ambientais, nomeadamente no que toca às disposições dos agricultores para a implementação das mesmas, analisando os factores que podem favorecer ou bloquear a sua adopção. Ao partirmos do pressuposto de que o nível de informação utilizado na divulgação das medidas e a capacidade de os agricultores terem acesso e descodificarem as mesmas poderiam condicionar a adesão ou não às medidas, acabámos por centrar a nossa análise no estudo das competências de literacia dos agricultores.

---

[1] Helena Caninhas Dias, *A Aplicação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal. O Caso dos Agricultores do Oeste*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995.

De facto, é provável que os canais de informação mobilizados na apresentação das medidas se revelem fracos veículos de transmissão, quer por não atingirem e não informarem convenientemente o agricultor, quer por se revelarem de difícil descodificação. A informação continua a ser, nos meios agrícolas, um dos principais problemas a superar, pois, para além de os agricultores permanecerem uma das classes menos formadas, são simultaneamente uma das menos informadas. Trata-se de uma situação problemática, já que, sem conhecer o funcionamento dos ecossistemas e o papel que é imposto ao agricultor na gestão e manutenção do ambiente, este é incapaz de tomar consciência das consequências das técnicas que utiliza. O que faz com que os problemas agro-ambientais sejam desprezados, considerados externos à actividade agrícola e, logo, da exclusiva responsabilidade da sociedade global.

Assim, procurámos determinar quais os canais de informação utilizados na divulgação das medidas, que efeitos práticos suscitaram, se os agricultores foram efectivamente informados, bem como detectar qual a percepção que os agricultores têm das medidas, de modo a avaliar a capacidade de descodificação do que foi transmitido.

Por outro lado, para além das estratégias e práticas de comunicação institucional, existe o problema da literacia da população agrícola. Reconhecendo-se, hoje, que a alfabetização das populações não significa linearmente o seu domínio da leitura e da escrita, é proposto o conceito de literacia como capacidade de processamento de informação escrita no trabalho, nas actividades domésticas e na comunidade. O que está, deste modo, em causa não é somente a aquisição das competências da leitura e escrita, mas o modo como estas são exercidas, face às necessidades vividas e experimentadas no dia-a-dia. Por conseguinte, é necessário avaliar as competências de literacia por relação a contextos concretos. Trata-se, assim, de todo um conjunto de capacidades, contextualizadas, definidas, individual e socialmente, pelas necessidades sentidas pelos indivíduos e pelas representações que os grupos sociais desenvolvem acerca da literacia.

Pressupõe-se que o uso de materiais escritos constitui a base de transmissão da informação necessária à resolução de determinadas tarefas para as quais será essencial convocar competências de leitura, de escrita e de cálculo.

Ora, é provável que a população agrícola, além de pouco escolarizada[2], revele simultaneamente uma situação de forte iletracia, daí que tenha dificuldades adicionais na descodificação e avaliação das medidas agro-ambientais. A análise dos factores de adesão a práticas agrícolas mais sustentáveis passa, assim, pelo estudo das competências de literacia dos agricultores envolvidos, pois estas podem ter funcionado como um condicionante à adesão ou rejeição das medidas agro-ambientais. Pretende-se analisar a capacidade de o agricultor lidar com o material impresso, escrito, entendendo-se essa mesma capacidade como condição básica de autonomia de qualquer cidadão na sociedade actual.

Em suma, com este trabalho, pretendemos abordar as competências de literacia na vida quotidiana dos agricultores, ilustrando, com o exemplo concreto da relação destes com as medidas agro-ambientais, como a iliteracia deste grupo social se pode, ou não, traduzir numa diminuição da capacidade de participação na vida social, dificultando, neste caso, que os agricultores possam beneficiar do programa agrícola referido.

Segundo este objectivo, o presente estudo, que começa por referir a estratégia metodológica empreendida, estrutura-se em duas componentes principais. Numa primeira parte, procura-se analisar os contornos que assume a literacia dos agricultores na relação com as medidas agro-ambientais. Assim, começa-se por caracterizar os agricultores inquiridos, bem como as respectivas explorações, retendo-se, posteriormente, os principais problemas na informação e descodificação das medidas. Numa segunda parte, procede-se à realização de um estudo local, com vista a abordar as competências de literacia no dia-a-dia dos agricultores da freguesia da Azueira. Deste modo, após termos definido os objectivos e o percurso metodológico desta componente da análise, procede-se a uma breve caracterização da freguesia em estudo e, finalmente, elabora-se uma descrição qualitativa, a partir da observação no terreno, da relação com a literacia nas situações da vida quotidiana dos agricultores da freguesia de Azueira.

---

[2] O nível de instrução da maioria dos agricultores é muito baixo: 61,4% do total não têm qualquer grau de instrução (não sabem ler, nem escrever, ou sabem ler e escrever sem instrução); 34,1% apenas possuem o ensino básico elementar. Ver Aida Valadas de Lima, «Velhos e novos agricultores em Portugal», *Análise Social*, n.º 111, 1991.

A escolha da técnica do inquérito por questionário procurou responder à necessidade de obter uma caracterização sociográfica dos agricultores, tanto dos candidatos, como dos não candidatos, bem como uma caracterização das respectivas explorações agrícolas, e das práticas agrícolas privilegiadas por esses chefes de exploração. Procurámos, também, obter opiniões e declarações de comportamentos face a várias questões que consideramos elucidativas das representações e da identidade dos agricultores em estudo. O questionário incidiu ainda sobre a análise dos meios de difusão das medidas, bem como sobre a descodificação das medidas agro-ambientais. Na aplicação do questionário, tivemos o cuidado de esclarecer em pormenor todas as questões que suscitassem dúvida ao inquirido. Para além disso, registámos todos os comentários feitos ao longo da aplicação do inquérito.

Para a concretização dos objectivos definidos para a análise das competências de literacia dos agricultores na vida quotidiana desenvolvemos um estudo de caso local, centrado numa freguesia rural. Com o intuito de contextualizar o trabalho, limitámos a análise à sub-região Oeste, da região agrária do Ribatejo Oeste. O Oeste corresponde às zonas agrárias de Torres Vedras e Caldas da Rainha, que equivalem a áreas com uma relativa homogeneidade dos sistemas produtivos agrícolas, considerando estes na sua dimensão económica e social.

O motivo desta escolha foi também condicionado pela estratégia do estudo que assenta em definir o universo a inquirir a partir da população que se candidatou às medidas agro-ambientais em 1994. O contexto expecífico do trabalho foi, deste modo, a população agrícola das zonas agrárias de Caldas da Rainha e da zona agrária de Torres Vedras. A selecção dos agricultores inquiridos foi determinada por amostragem. Dados os objectivos do nosso trabalho, pretendíamos obter uma amostra de agricultores composta por duas subamostras, uma de agricultores candidatos e outra de não candidatos.

A primeira subamostra foi construída a partir da listagem dos candidatos às medidas agro-ambientais de 1994, fornecida pela Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo Oeste (DRARO), restringindo-a apenas a uma medida agro-ambiental – a das fruteiras de variedades regionais. Tomando os concelhos como unidades primárias de amostragem, contabilizámos os candidatos de cada concelho, definindo a partir daqui uma amostra proporcionalmente estratificada em função das valores registados em cada concelho (na base de um para três) e, por fim, procedemos à selecção probabilística das

unidades a inquirir. Obtivemos, assim, uma amostra estratificada de 23 agricultores candidatos.

Quanto à segunda subamostra, fixámos a sua dimensão também em 23 agricultores, neste caso não candidatos, impondo o critério de que estes deveriam pertencer à mesma região agrária, sendo, por isso, também potenciais candidatos à mesma medida das fruteiras, e mais especificamente a um concelho onde não se tivesse registado nenhuma candidatura. Restringimos, então, a amostra ao concelho de Mafra e, seguindo as informações de um informante privilegiado, escolhemos a freguesia da Azueira, dado que a quase totalidade da população se dedica à actividade agrícola, essencialmente à fruticultura, e daí serem os agricultores desta freguesia potenciais candidatos à medida agro-ambiental das fruteiras de variedade regional.

Na freguesia da Azueira aplicámos de forma aleatória 23 questionários, os mesmos que aplicámos aos agricultores candidatos, obtendo, assim, uma amostra de 46 agricultores. Para além disso, a Azueira foi, simultaneamente, a freguesia onde desenvolvemos o estudo de caso local, por observação directa e entrevista, que visa a análise da literacia dos agricultores.

Para determinar o processo de difusão das medidas agro-ambientais, analisámos o percurso seguido nessa divulgação, desde as instâncias mais gerais (IEADR, Direcção Regional Agrária, Zona Agrária, associações de agricultores) até chegarmos aos agricultores. Contactámos, deste modo, o representante do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR) que preside à unidade que assegura a gestão nacional das medidas, partindo depois para as unidades de gestão regionais, as Zonas Agrárias e para as associações locais de agricultores.

Quanto ao estudo de caso local, recorremos à observação directa e sistemática das situações sociais pertinentes face à problemática definida, às entrevistas e conversas informais, privilegiando o contacto com os actores sociais e as situações sociais relevantes para o nosso estudo.

10.2. As competências de literacia dos agricultores na relação com as medidas agro-ambientais

Caracterização social dos agricultores e das suas explorações agrícolas

Os agricultores inquiridos são indivíduos com idade superior a 50 anos (61%), registando-se um número importante com idade superior a 65 anos

(28%), do sexo masculino (93%) e casados (87%), na sua maioria com um ou dois filhos (74%).

Estes agricultores são, também, indivíduos que se encontram na qualidade de chefe de exploração há já largos anos, 48% há mais de vinte anos e 26% há mais de trinta anos. Como seria de esperar, são os agricultores com idades mais avançadas que se instalaram como chefes de exploração há mais tempo. Mas é curioso verificar que os anos de permanência como chefe de exploração não se afastam muito das idades dos inquiridos, o que revela que estes iniciaram a actividade agrícola desde muito jovens.

Os agricultores em estudo são quase todos (78%) naturais do próprio local de residência, ou de concelhos muito próximos, existindo apenas três agricultores que nasceram em Lisboa. É no mesmo concelho de residência que, na quase totalidade, instalaram a sua exploração agrícola (98% dos inquiridos).

Com primeira profissão fora da actividade agrícola, apenas registámos 15% dos casos. Todos os outros tiveram por primeira profissão a agricultura. Esta primeira actividade, por sua vez, foi desenvolvida quase sempre na qualidade de trabalhador familiar sem remuneração (74% dos agricultores que trabalham desde o início na agricultura), seguindo-se a situação de trabalhador por conta de outrem, com 20%. Isto explica-se pelo facto de os agricultores em causa serem oriundos de famílias agrícolas. Tanto os pais como as mães dos agricultores inquiridos trabalham ou trabalharam na agricultura (91% dos pais e 80% das mães), exercendo essa actividade na qualidade de trabalhador por conta própria (83% dos pais, 76% das mães).

Estamos, deste modo, perante actores sociais que poderemos incluir, na sua quase globalidade, na população rural tradicional, caracterizada por um passado ligado ao meio rural, com pais, na sua totalidade, agricultores, e trajectórias profissionais ligadas à actividade agrícola. De facto, até mesmo os agricultores que não tiveram como primeira profissão a agricultura nasceram em famílias de agricultores.

Os agricultores inquiridos apresentam um fraco nível de escolaridade: 78% têm no máximo o ensino primário, destacando-se, nestes, 20% de indivíduos sem qualquer escolaridade. Estes valores são, contudo, mais significativos no grupo dos agricultores não candidatos às medidas agro-ambientais, 26% contra 13%. Regista-se, todavia, quatro indivíduos (todos candidatos às medidas agro-ambientais) com escolaridade ao nível superior, nomeadamente cursos de engenharia agrónoma.

Quadro 10.1: Escolaridade dos agricultores inquiridos

Níveis de escolaridade	Candidatos		Não candidatos		Total	
	n	%	n	%	% total	% acum.
Não sabe ler/escrever	3	13	2	9	11	11
Sabe ler/escrever	0	0	4	17	9	20
Ensino primário	15	65	12	52	58	78
Ensino preparatório	1	4	4	17	11	89
Ensino secundário	0	0	1	4	2	91
Ensino superior	4	17	0	0	9	100

A situação agrava-se no caso dos cônjuges destes agricultores, pois 88% têm no máximo o ensino primário, sendo que, destes, 27% não possui qualquer escolaridade. Os agricultores são simultaneamente oriundos de famílias pouco escolarizadas: 93% dos pais dos inquiridos possuem no máximo o ensino primário (sendo que 67% não tem qualquer grau de escolaridade) e 96% das mães estão na mesma situação (76% destas sem escolaridade).

Salienta-se, também, que 76% dos chefes de exploração não têm qualquer formação profissional agrícola. Os 24% de agricultores que afirmam possuir formação profissional são os mais jovens (sendo que 55% dos agricultores com formação têm menos de 35 anos), o que se justifica se tivermos em conta que estes provavelmente estiveram envolvidos em programas de instalação de jovens agricultores, em que para se candidatarem ao subsídio têm de frequentar cursos de formação profissional agrícola.

No que toca à filiação numa associação agrícola, a situação é um pouco diferente, pois já encontramos 57% dos agricultores que se dizem membros de uma associação. Os mesmos privilegiam as associações dos concelhos de residência, ou dos concelhos mais próximos, onde, como vimos, instalaram a sua exploração.

Quadro 10.2: Formação profissional e pertença a explorações agrícolas

	N	%
FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA		
Sim	11	24
Não	35	76
FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRICOLA SEGUNDO AS CLASSES ETÁRIAS		
< 35	6	55
35-50	1	9
51-65	4	36
> 65	0	0
PERTENÇA A ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS		
Sim	26	57
Não	20	43
ASSOCIAÇÕES DE PERTENÇA		
Associações Locais	22	85
Outras Associações	4	15

A quase totalidade das explorações agrícolas são explorações de tipo singular embora cinco explorações sejam associações familiares, constituídas, maioritariamente, pelo responsável pela exploração e o respectivo cônjuge.

Tendo em conta a totalidade das 46 explorações, 58% dos agricultores teve acesso à sua propriedade por herança ou dote; 20% dos agricultores por atribuição; e 22% dos inquiridos comprou a sua terra.

Na tentativa de proceder à distribuição das explorações em função das grandes classes de áreas, verifica-se que a classe de área mais representada, em número de explorações, é a classe de 4 a 50 ha, com 69 %, correspondendo a explorações médias. Quanto às explorações muito pequenas (menos de 1 ha) e pequenas (1 a 4 ha) aparecem representadas apenas com 7% e 20% respectivamente. A classe das grandes explorações, com áreas superiores a 50 ha, está minoritariamente representada com apenas duas explorações.

Quadro 10.3: Distribuição dos agricultores por classes de superfície agrícola útil

	CLASSES DE ÁREA	N	%
Muito Pequenas	Até 1 ha	3	7
Pequenas	1 - 4	9	20
Médias	4 - 50	33	72
Grandes	+ 50 ha	1	2

A distribuição das explorações por classes de superfície agrícola útil (s.a.u.) revela-se muito semelhante à situação anterior, como se vê no Quadro 10.3. A importância da superfície agrícola útil na superfície total da exploração é muito acentuada, pois em 85% dos casos coincidem. Quando tal não acontece, a produção florestal ocupa o resto da exploração.

No que toca às formas de exploração, observa-se que cerca de 67% dos produtores exploram áreas agrícolas por conta própria; as terras por cedência contabilizam, por sua vez, 9%, ficando o arrendamento representado apenas em 2% da totalidade das explorações. As formas mistas têm alguma expressão, articulando tanto a conta própria com o arrendamento (cinco explorações), como a conta própria com as terras cedidas (cinco explorações).

Recorrendo a outros critérios para analisar a estratificação económica das explorações agrícolas, procurámos estruturar as formas de produção presentes em função do tipo de força de trabalho utilizada. Pretendia-se, assim, determinar que tipo de agricultura caracterizava a nossa população, isto é, se se tratava de agricultura familiar ou patronal. Recorde-se que, segundo Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes, enquanto a agricultura familiar funciona com recurso exclusivo ou principal ao trabalho da família dos chefes de exploração, a agricultura patronal recorre ao trabalho exclusivamente ou principalmente assalariado[3].

Observa-se que a maioria das explorações agrícolas organiza-se de modo familiar, recorrendo quase exclusivamente ao trabalho familiar. Apesar de metade dos agricultores (vinte e três) estarem na situação de patrões, apenas sete explorações recorrem a trabalhadores assalariados permanentes. Por sua vez, vinte e duas explorações recorrem ao trabalho assalariado eventual, sem carácter de continuidade, empregando uma média de dois ou três trabalhadores por exploração, que possivelmente o fazem em épocas de maior trabalho, quando as tarefas agrícolas o exigem. Quanto às explorações com recurso ao trabalho familiar, trinta e sete das quarenta e seis explorações utilizam essencialmente trabalho familiar não remunerado, efectuado sobretudo pelos cônjuges e secundariamente pelos filhos.

[3] Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes, «Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa», *Análise Social*, n.º 75, 1983.

Quadro 10.4: Formas de produção

EXPLORAÇÃO TIPO	N	%
FAMILIAR	23	50
SEMI-FAMILIAR	16	35
PATRONAL	7	15

Temos, assim, um conjunto de 50% de explorações de tipo familiar, 15% das explorações de tipo patronal e 35% das explorações numa situação, intermédia, de agricultura semifamiliar, correspondendo estas a explorações que têm por base o trabalho familiar mas que recorrem também a trabalhadores assalariados.

Tomando agora como referência a participação do agricultor no trabalho agrícola, procurou-se distribuir os inquiridos segundo um conjunto de perfis-tipo de agricultores: os que trabalham exclusivamente na exploração agrícola e os duplo-activos, que têm simultaneamente outra profissão. Temos, assim, 85% do total de agricultores que trabalham apenas na exploração, ao passo que 15% dos agricultores são duplo-activos. Não obstante, a quase totalidade dos inquiridos, 96%, tem o trabalho agrícola por actividade principal, incluindo 71% dos duplo-activos.

Para além de analisar a conciliação, por parte do chefe de exploração, da actividade agrícola com outras actividades, interessa observar a diversificação das fontes de rendimento dos titulares das explorações. Daí que passemos à analise das fontes do rendimento dos agricultores, para ver se estamos, ou não, perante situações de plurirrendimento. Verifica-se que 93% do total das explorações agrícolas pertencem a produtores cujo principal meio de vida é a actividade na exploração. Os restantes 7% dividem-se entre outras actividades remuneradas (dois casos) e outros rendimentos. Considerando outras fontes de rendimento, nomeadamente o trabalho assalariado dos cônjuges dos inquiridos, e a posse de pensões ou subsídios, observamos que o rendimento se confina quase globalmente à exploração agrícola, já que apenas quatro cônjuges de agricultores têm outra profissão fora da agricultura.

Analisando, agora, o tipo de produção das explorações em estudo, destaca-se, como seria de esperar, dada a região agrária a que pertencem, o predomínio da fruticultura, com 96% das explorações a dedicarem-se a este tipo

de cultura. De facto, vinte e três agricultores ocupam a totalidade da sua s.a.u. com esta produção, onze ocupam entre 75% a 100%, e sete de 50% a 75%, sendo a produção resultante totalmente destinada ao mercado.

O segundo tipo de produção mais significativa, na nossa amostra, é a vinha, produção, também ela, consagrada ao mercado. Assim, em dezassete das vinte explorações, a proporção da superfície vinícola dedicada à vinha atinge 75% da superfície agrícola útil.

Por sua vez, os inquiridos dedicam-se muito pouco à produção animal, já que apenas dois agricultores têm gado bovino, dois gado ovino, seis gado suíno, sete têm aves e seis têm coelhos. Como não é de estranhar, a maioria desta produção destina-se ao autoconsumo.

Para a abordagem da organização económica das explorações privilegiaremos a análise do material das mesmas – equipamento e maquinaria – bem como da respectiva organização da contabilidade.

No que toca à maquinaria das explorações, 78% dos agricultores possui pelo menos um tractor, havendo casos de agricultores (cinco) com três tractores. Da mesma forma, 50% dos agricultores têm um motocultivador e 59% têm material de irrigação. Apenas dois agricultores declaram possuir ceifeiras debulhadoras, dois agricultores têm material de drenagem e nenhum inquirido afirma possuir cadeia de distribuição de alimentos para animais.

Quanto ao equipamento, 83% dos agricultores afirmam possuir armazéns, enquanto 26% dos agricultores têm adegas, 20% estábulos, 9% lagares e 7% estufas. Tanto a maquinaria existente como o equipamento justificam-se se tivermos em consideração os tipos de produção predominantes nas explorações em estudo (a fruticultura e, secundariamente, a vinha) e o peso pouco significativo da produção animal, da cultura de oliveira, da cultura cerealífera e da produção sob coberto.

Por último, 52% dos agricultores declaram possuir contabilidade organizada, situação contudo mais frequente no caso dos agricultores candidatos às medidas agro-ambientais (dezasseis candidatos, contra oito agricultores não candidatos).

Relativamente ao consumo de produtos de tipo industrial, a totalidade dos agricultores utiliza adubos químicos e 96% recorrem a produtos químicos (herbicidas e pesticidas). Não obstante, os agricultores em estudo não

deixam de utilizar adubos naturais, 83% do total. Em contrapartida, só três candidatos afirmam recorrer a técnicas de luta biológica ou a tecnologias alternativas, sendo que a quase totalidade dos inquiridos não tem conhecimento desta prática agrícola.

Quadro 10.5: Organização da contabilidade nas explorações

CONTABILIDADE ORGANIZADA	**Candidatos**		**Não candidatos**		Total	
	n	%	n	%	Total	%
Sim	16	70	8	35	24	52
Não	7	30	15	65	22	48

Os factores determinantes na escolha da produção que os inquiridos efectuam são principalmente dois: "os produtos que se dão na região/as produções que se adaptam ao terreno" e os preços do mercado. Numa segunda instância, três agricultores são, ainda, influenciados, secundariamente, pelas ajudas que o Estado dá para tal produção, e apenas um candidato tem em atenção, também, o estado dos solos. Os inquiridos não consideram, na escolha da produção que efectuam, os riscos para o meio natural, nem se preocupam em alternar as culturas que produzem.

Resulta claro que os agricultores inquiridos, tanto os candidatos como os não candidatos às medidas agro-ambientais, estão muito mais motivados para "a produção do que lhe garante rendimento", do que para "a produção que assegure a preservação do meio ambiente".

A difusão e a descodificação das medidas agro-ambientais: que problemas para o agricultor?

Numa primeira instância, procurámos determinar em que medida a difusão e/ou a descodificação das medidas agro-ambientais podem ter sido entraves a uma plena adesão/aceitação das medidas pela totalidade da população agrícola abrangida.

De facto, pretendíamos avaliar os contornos que assume a literacia da população agrícola, no caso concreto da relação com as medidas agro-ambientais.

Na nossa opinião, é provável que os meios de difusão utilizados não tenham sido adequados, quer por não atingirem todos os indivíduos a que se

referem, quer por não informarem convenientemente os agricultores sobre o que lhes era de facto proposto.

Sendo assim, pretendemos detectar como foram informados os agricultores, e como foi processada a divulgação das medidas, seguindo o seu percurso, isto é, partindo das instâncias mais gerais – Direcções e Zonas Agrárias, Associações de Agricultores – até aos próprios agricultores considerados individualmente.

Quadro 10.6: Meios de difusão das medidas agro-ambientais segundo a pertença a associações

Meios de difusão das Medidas Agro-ambientais	**Pertença a associações agrícolas**		Total linha
	Sim	Não	
Serviços Ministério Agricultura	2	2	4 17%
Associações de agricultores	11	2	13 57%
Outros agricultores	0	4	4 17%
Meios de comunicação social	0	1	1 4%
Diário da Républica	0	1	1 4%
Jornal oficial das comunidades	0	0	0 0%
Total em coluna	13 57%	10 44%	23 100%

Como nos foi informado pelo engenheiro responsável pela implementação das medidas agro-ambientais em Portugal, a divulgação das medidas foi feita por meio de Portarias, de panfletos enviados às Direcções Regionais Agrárias do país, de notícias na televisão e no Boletim Agrário do Ministério da Agricultura. Procedeu-se à publicação de anúncios em jornais regionais e à publicação de um livro detalhado sobre as medidas que foi enviado às

Direcções Regionais Agrárias, a todas as entidades envolvidas, bem como a alguns agricultores "mais modernos". Finalmente, a informação circulou, também, nalgumas feiras onde existem bancadas do Ministério da Agricultura e na Feira Anual da Agricultura.

Daqui, a transmissão das medidas passa para as Zonas Agrárias que, segundo a responsável das medidas agro-ambientais da Zona de Torres Vedras, são apenas um ponto de passagem, pois a divulgação dessas medidas passa a ser da responsabilidade das Associações de Agricultores. Assim, como nos foi informado, as candidaturas e a divulgação das medidas partem do Ministério, as Zonas Agrárias reúnem-se depois com as Associações de Agricultores e divulgam toda a legislação. Estas, por sua vez, encarregam-se das candidaturas: divulgam toda a informação, asseguram o preenchimento dos formulários necessários, recolhem-nos e reenviam-nos para a Zona Agrária que, por fim, os manda para a Direcção Agrária da respectiva região.

No caso concreto dos nossos inquiridos, como foi efectivamente processada a divulgação das medidas?

Foram de facto as Associações de Agricultores os principais veículos de informação para 57% dos agricultores candidatos, tratando-se na sua maioria de agricultores filiados numa associação agrícola, onze dos treze casos. Para os restantes dez candidatos, os canais de informação privilegiados dividem-se principalmente entre os serviços do Ministério da Agricultura e a informação dada por outros agricultores, quatro para cada caso. Apenas dois agricultores foram informados pela comunicação social ou pelo "Diário da Républica". Destes dez agricultores candidatos, apenas dois pertencem a associações agrícolas.

No entanto, é curioso verificar que nenhum agricultor não candidato teve conhecimento, ou "ouviu falar" das medidas agro-ambientais. Nem mesmo os treze agricultores filiados nas associações locais.

Até que ponto podemos então falar de agricultores não candidatos, se estamos perante agricultores que nunca ouviram falar das medidas e dos quais não podemos avaliar, à partida, a sua efectiva atitude para com as medidas agro-ambientais?

Ora, como nos foi dado saber, entrevistando elementos das duas associações de agricultores existentes na própria freguesia dos agricultores não candidatos, não houve, por parte dessas associações, qualquer divulgação das

medidas agro-ambientais. Foi-nos informado, nessas associações, que quando existem "programas de atribuição de subsídios", as zonas agrárias "às vezes comunicam" para estas associações de agricultores e as mesmas encarregam-se de divulgar esses programas na Assembleia Geral e afixando a informação nos placares. No caso concreto das medidas agro-ambientais, dizem-nos as entrevistadas que "não foi feita divulgação aos agricultores porque não se sabe de nada", "talvez se informassem nas zonas agrárias, ou só se ouviram na rádio". Concluem "como no arranque da vinha, na maior parte das vezes os agricultores já vêm informados, quem precisa vai à procura de quem lhe ensine", e "o mais esclarecido é sempre o que concorre aos subsídios".

O facto leva-nos a pensar na informação, neste caso insuficiente, como um obstáculo à candidatura destes agricultores e, logo, a pôr a hipótese de este ser um factor de bloqueamento de adesão às medidas agro-ambientais.

Outro problema na difusão destas medidas, que pudemos detectar, reside na descodificação do que é transmitido. Procedendo à analise da percepção e do significado que os agricultores tinham das medidas, bem como acerca dos objectivos preconizados pelas mesmas, pudemos avançar com as seguintes conclusões.

Interessa desde já deixar claro, que para todos os agricultores candidatos, as medidas agro-ambientais traduzem um programa sem ideias claras e definidas. Quanto aos objectivos pretendidos pela UE, com estas medidas, são para 78% a protecção e preservação do meio ambiente, logo seguido da produção de alimentos de melhor qualidade (70%). Simultaneamente, estas medidas têm por objectivo, para estes agricultores, reduzir a produção agrícola (61%), lutar contra a produção excessiva (57%), e diversificar a produção agrícola (43%). Por outro lado, 57% dos agricultores são de opinião que as medidas não visam aumentar os preços do mercado ou, para 52% dos agricultores, reduzir os custos de produção da agricultura.

Em suma, para 65% dos agricultores estas medidas não os pretendem ajudar.

Como entender, então, que estes agricultores afirmem ter aderido às medidas agro-ambientais, principalmente, para aumentar os seus rendimentos por meio de uma ajuda suplementar (83%), bem como para compensar a perda dos seus rendimentos (78%)? Apesar de a preservação da natureza e o combate aos exageros no uso de adubos e pesticidas químicos serem moti-

vos de adesão para 78% e 74%, respectivamente, dos candidatos, 65% fizeram-no para aumentar os seus rendimentos, 61% para aumentar a sua produção agrícola, 61% para evitar a diminuição da sua produção agrícola e os mesmos 61% para evitar o abandono das suas terras.

Estamos, assim, perante agricultores que dizem preocupar-se com o meio ambiente, daí que afirmem ter aderido a estas medidas para de facto pôr em prática uma actividade agrícola mais em conformidade com as suas convicções. Contudo, são esses mesmos agricultores que referem utilizar, nas suas explorações, adubos químicos, pesticidas e herbicidas, que afirmam agora, na sua quase totalidade (91%), que o contrato que celebraram, ao aderir às medidas agro-ambientais, não significou (ou significará) nenhuma modificação das suas práticas agrícolas.

Ora, recorde-se que estes agricultores afirmam determinar a escolha da sua produção pela produtividade e pelo rendimento que possam obter. Optam, pois, por dedicar-se a produtos que se dão na região, que se adaptem convenientemente aos terrenos, e guiam-se, também, essencialmente, pelos preços praticados no mercado.

Assim, ao candidatar-se às medidas, estes agricultores não podem deixar, como vimos, de se mostrar preocupados com o seu rendimento e, até mesmo, de revelar o interesse no aspecto financeiro das medidas, traduzido na obtenção do subsídio.

Como nos informou o responsável pela implementação das medidas agro-ambientais, "apesar de estas medidas se traduzirem num serviço prestado à colectividade, por isso se concedem subsídios, algumas associações não divulgaram correctamente esse objectivo, daí que os agricultores interpretassem as medidas agro-ambientais como mais uma medida, como outra qualquer, isto é, mais um subsídio".

Foi o que pudemos confirmar, se tivermos em conta que a informação recolhida ao aplicarmos os inquéritos nos levou a concluir que grande parte dos candidatos às medidas agro-ambientais não tinha qualquer conhecimento e consciência do programa em que estava envolvido. De facto, ao questionarmos os agricultores acerca do meio de informação que lhes tinha possibilitado o conhecimento das medidas, muitos deles respondiam não as conhecer. O que foi contrariado ao perguntarmos como tinham tido conhecimento do "tal programa que dava subsídios para as árvores de frutos" (como eles o denominavam).

Verificamos, deste modo, haver, até mesmo no caso dos agricultores candidatos, um problema de informação, tanto ao nível da própria existência das medidas, como ao nível do entendimento do seu significado.

Novamente está em causa o sentido e as implicações da distinção candidatos/não candidatos, pois se, como vimos, não tem sentido apelidarmos de não candidatos indivíduos que não conhecem as medidas, estamos agora a catalogar de candidatos agricultores que não conhecem, efectivamente, tanto quanto os não candidatos, o programa em que estão envolvidos.

Por outro lado, e apesar de termos tido o cuidado de formular as questões tendo em conta a população a inquirir, verficamos que os agricultores, quer os candidatos, quer os não candidatos, dificilmente descodificavam o que lhes era perguntado nos inquéritos. Palavras como poluição, monocultura, policultura, diversidade biológica, expressões como preservar a natureza, e até mesmo o termo *meio ambiente* (só conheciam a palavra *natureza*), são termos com os quais a maioria dos agricultores não está familiarizada.

Os agricultores têm ainda, justamente, representações muito específicas da relação agricultura/natureza, daí que não tenham assimilado ainda o próprio conceito de meio ambiente nem a consciência de que a actividade agrícola pode originar problemas ambientais. Assim, é como se percepcionassem os problemas agro-ambientais "do lado de fora", isto é, enquanto problemas a que são alheios, porque não são da sua responsabilidade.

Deste modo, podemos concluir que tanto os candidatos como os não candidatos às medidas agro-ambientais estiveram confrontados com um programa que, por um lado, não chegou a atingir muitos deles, e, por outro, não descodificaram ou do qual não entenderam os objectivos.

Também no que toca aos aspectos práticos das candidaturas, essencialmente os meios de informação mobilizados na divulgação das medidas, bem como o acesso às mesmas, traduzido num difícil processo burocrático, as posições são unânimes. Quase todos (91%) os inquiridos afirmam que as informações que tiveram sobre as medidas agro-ambientais são confusas e incompletas e 87% tiveram pouca informação sobre as candidaturas. Também para 87% dos inquiridos o processo burocrático das candidaturas é difícil e 74% sentiram dificuldades no acesso às candidaturas.

Na verdade, a população agrícola vê ainda hoje a sua participação na vida social muito limitada dado o fraco nível de escolarização e de formação que predomina no seu meio. Assim sendo, é provável que, apesar de a informação ter sido um factor condicionante à adesão/rejeição das medidas, o tipo de descodificação se tenha traduzido, também, num potencial obstáculo à adesão e efectiva implementação das medidas agro-ambientais.

10.3. A literacia no quotidiano dos agricultores: estudo de um caso

Observação das relações com os materiais escritos

Partindo do pressuposto de que a falta de domínio da leitura e da escrita diminui a capacidade de participação do agricultor na vida social, colocamos a hipótese de que esta "limitação" possa ter condicionado a não-adesão dos agricultores às medidas agro-ambientais. Daí que a análise do grau dessa capacidade de participação na sociedade, traduzida na avaliação da literacia dos agricultores não candidatos, seja essencial para o estudo dos factores inerentes à rejeição das medidas agro-ambientais.

Trata-se, deste modo, e de acordo com as concepções de literacia presentes neste estudo, de avaliar o uso de informação escrita e impressa que permita funcionar em sociedade, concretizar objectivos e desenvolver conhecimentos; isto é, de analisar as capacidades dos agricultores no processamento da informação necessária ao uso de materiais escritos usualmente utilizados nas actividades domésticas, no trabalho e na comunidade.

Daí que, segundo esta perspectiva, se pense que o agricultor, para além de não ter tido acesso à informação necessária para se candidatar às medidas, tenha tido dificuldade no entendimento do que lhe era proposto, bem como tenha sido incapaz de concretizar a sua candidatura pelas dificuldades da sua relação com material escrito.

O nosso objectivo, na realização do estudo monográfico local, foi o de apreender as dinâmicas sociais da literacia, no caso concreto dos agricultores, orientando o nosso trabalho para as relações estabelecidas com o material escrito. Em suma, pretendeu-se ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações da vida quotidiana e o lugar da cultura letrada no grupo dos agricultores.

De acordo com a perspectiva geral desenvolvida pelo Estudo Nacional de Literacia, esta deve ser encarada numa perspectiva multidimensional,

reconhecendo a multiplicidade de competências e de contextos. Daí que se abarquem três dimensões fundamentais: a literacia em prosa, a literacia documental e a literacia quantitativa. Além disso, para entender e distinguir as capacidades de utilizar informação escrita necessária em diferentes domínios da vida adulta, a análise incide sobre competências mobilizadas em três aspectos da vida quotidiana: a vida profissional, a vida pessoal e a vida cívica.

A pesquisa orientou-se para a apreensão das relações estabelecidas com diversos tipos de tarefas ou situações em cada uma das dimensões da vida de todos os dias, abrangendo, assim, a leitura em prosa (artigos de jornais, revistas e livros), uso de informação contida em documentos (etiquetas, formulários, gráficos, impressos) e uso de operações numéricas partindo da informação localizada em material impresso (contas bancárias, uso de cheques, anúncios com preçários).

Procurámos, por um lado, abordar algumas instituições com papel relevante no contexto da freguesia em geral e das relações com a literacia em particular e, por outro, estabelecer contacto com a vivência quotidiana, profissional, social e cívica de alguns agricultores, com o intuito de penetrar na rede de relações estabelecidas com a literacia.

Daí que os locais de observação privilegiados se centrassem nos locais de encontro quotidiano dos agricultores: o campo, a casa, o café, as principais instituições da freguesia.

A pesquisa desenvolveu-se, deste modo, por um lado, através da conversa informal, o ouvir opiniões, ideias sobre o dia-o-dia da aldeia e dos agricultores, na sua relação com o material escrito; por outro lado, através da observação de comportamentos, reacções, modos de fazer, de dizer, nos domínios do doméstico, do profissional e do lazer. Tendo em vista este objectivo sistematizou-se uma grelha de observação e de registo, segundo a qual se conduziram conversas que, apesar de informais, eram preparadas antecipadamente; e onde se registaram os dados essenciais das conversas e percepções efectuadas.

Privilegiou-se a estadia e observação do lugar do Livramento, dado ser o local da Azueira onde se concentram as principais instituições da freguesia.

Obtivemos, deste modo, um conjunto de representações dos agricultores sobre eles próprios e sobre os que os rodeiam, representações essas que os mesmos protagonizam no seu modo de vida e na sua relação com a escrita.

Tivemos, contudo, dificuldade em observar directamente as situações concretas e quotidianas das relações com a literacia, dado o fraco relacionamento dos actores sociais em estudo com o material escrito no seu dia-a-dia, tanto no trabalho como no lazer.

Assim, as situações em que pudemos observar a relação do agricultor com a escrita resumiram-se à frequência dos cafés e das associações locais existentes, traduzida na consulta de jornais disponíveis nesses locais. Essa observação restringiu-se, principalmente, ao período do almoço, após o qual alguns agricultores vêm beber café e ler o jornal. A abordagem era limitada ainda pelo facto de os agricultores terem muito pouca disponibilidade. Os agricultores que trabalham e vivem só da agricultura têm hórarios muito tardios e raramente frequentam cafés ou as associações locais, daí que, quando não estão na exploração, vão vender ao mercado.

Tivemos, contudo, o privilégio de poder permanecer numa loja de material agrícola – onde alguns agricultores costumam encontrar-se e conversar entre si e com a responsável pela loja – observando as conversas que aí se mantinham e as atitudes dos agricultores perante a compra de produtos agrícolas.

Também pudemos contactar com bastantes agricultores – mais idosos, e reformados, que exploram apenas pequenas parcelas – no jardim público da freguesia, onde estes se costumam encontrar e conversar.

Na pretensão de entrar numa relação directa com os agricultores, habitantes da aldeia, não poderíamos deixar de ter para com eles certas obrigações. Assim, impusemo-nos por norma revelar, sempre que fosse solicitado, a nossa identidade e os propósitos da nossa presença na aldeia. Foi esse o traço dominante dos primeiros dias de permanência na aldeia, que se prolongou todavia ao longo do tempo, em que fomos constantemente abordados e sujeitos à curiosidade das pessoas.

O contacto com um informante privilegiado, na pessoa do antigo presidente da junta de freguesia, possibilitou-nos a introdução na aldeia por alguém conhecido e respeitado. Esse contacto permitiu-nos o conhecimento das principais instituições da freguesia, bem como informações detalhadas sobre toda a população agrícola da freguesia e sobre a localização das respectivas explorações agrícolas, que o próprio nos levou a visitar.

A identificação, bem como o acompanhamento inicial, proporcionaram-nos rapidamente, e de modo indirecto, conhecer os residentes e obter toda uma série de pistas necessárias ao trabalho de campo.

Toda esta informação foi crucial, não só para nos adaptarmos e integrarmos no meio, mas também para a condução da nossa observação. Passámos a dispor da possibilidade de observar as pessoas nas suas actividades quotidianas, ouvir as suas conversas rotineiras, conhecer, desta forma, o modo como se relacionam com o material escrito.

Elaborámos um diário de campo onde procurámos registar diariamente observações, reflexões metodológicas e todo o tipo de informação recolhida, como informações prestadas por outras pessoas e discursos dos agricultores em estudo.

A participação na sociedade da Azueira permitiu confrontar as palavras, atitudes, opiniões e valores com os comportamentos manifestados pelos indivíduos. Pudemos não só observar os comportamentos dos actores sociais mas ainda o próprio contexto em que eles se produzem.

Aplicámos, também, o inquérito por questionário, referente às medidas agro-ambientais, que nos possibilitou a recolha de um conjunto de reacções, comentários, atitudes e comportamentos, bem como troca de impressões em vários contextos.

Dado o papel importante que mantêm no contexto da aldeia em geral e das relações com a literacia em particular, as instituições privilegiadas na nossa análise foram: a junta de freguesia, os correios, as associações culturais e desportivas, os cafés, a casa paroquial, a casa do povo, a caixa de crédito agrícola mútuo, as cooperativas e associações agrícolas com que a maioria dos agricultores da freguesia lida, bem como as lojas de venda de material agrícola, a papelaria e o quiosque.

A freguesia da Azueira

A Azueira é uma freguesia situada na zona noroeste do concelho de Mafra, distrito de Lisboa, encontrando-se a 16,7 km da sede do concelho e 12 km da estrada da Malveira. Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a Azueira foi vila e pertenceu ao antigo concelho da Azueira, extinto em 1855. Actualmente, a freguesia divide-se em Azueira de baixo, do meio e de cima (denominada Livramento), considerado este último lugar o centro

da freguesia. Para além disso, a Azueira é composta, segundo dados recenseados pelo INE, por um total de 25 lugares e casais.

Nesses locais encontramos, essencialmente, quintas e casas de habitação. É no Livramento que se localizam os principais serviços públicos que servem a totalidade da freguesia. Na verdade, o Livramento destaca-se, pelas funções que pode integrar, como um dos núcleos urbanos de maior potencial, complementando o sistema urbano principal composto pela Malveira e por Mafra.

A Azueira situa-se, assim, no limiar dos sistemas urbanos, entendidos como lugares de vida, habitação, lazer e trabalho, possuindo já uma oferta diversificada a nível de emprego, serviços e equipamentos.

Desde 1911 até aos nossos dias a Azueira registou uma população em aumento constante até 1950, passando de 2155 a 2776 habitantes, subindo na década de 80 para os 2819 habitantes, mas registando no último censo da população, de 1991, um valor inferior, 2535 habitantes.

Relativamente à distribuição da população por sexos, esta é quase simétrica, sendo o número de indivíduos do sexo masculino de 1230 e o de sexo feminino de 1305, segundo o Censo de 1991.

Como se pode avaliar a partir do Quadro 10.7, referente à distribuição da população por grupos etários, 60% da população da Azueira tem menos de 45 anos, enquanto apenas 15% da mesma tem idades superiores a 65 anos, situação que se assemelha à média nacional (14%). Assim, a distribuição etária da população da freguesia da Azueira acompanha a do concelho onde se insere, o concelho de Mafra.

No que toca à escolaridade da população desta freguesia, salienta-se uma taxa de analfabetismo de 10%, valor inferior ao do concelho, 12%, e simultaneamente, um pouco mais baixo que a média nacional, 11%. No conjunto, comparando as habilitações da população da Azueira com as do concelho de Mafra, verificamos que, mais uma vez, os valores da freguesia não se afastam significativamente dos registados para o concelho. Deste modo, a maioria da população da Azueira tem, no máximo, o ensino primário, 64%, ao passo que apenas 2% dos habitantes prosseguiram os estudos após o ensino secundário.

Quadro 10.7: População da Azueira e de Mafra por grupos etários

Grupo etário	Azueira		Mafra	
	N	%	N	%
0 - 14	445	18	8210	19
15 - 24	404	16	6521	15
25 - 34	331	13	6221	14
35 - 44	335	13	5820	13
45 - 54	316	12	5490	13
55 - 64	323	13	5187	12
+ 65	381	15	6282	14
Total	2535	100	43731	100

Quadro 10.8: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por graus de ensino

Graus de ensino	Azueira		Mafra	
	N	%	N	%
Analf. com 10 ou + anos	229	9	4592	11
Ensino Primário	1397	55	21197	48
Ensino Preparatório	321	13	5789	13
Ensino Secundário	351	14	7382	17
Ensino Médio / Superior	54	2	1432	3
Taxa de Analfab.	10.2	-	11.9	-

Quanto à actividade económica, a Azueira pertence ao conjunto das freguesias do concelho de Mafra ainda fortemente dependentes da agricultura. Justamente, o sector primário regista os mesmos 30% (contra os 14% do concelho de Mafra) que o sector secundário. Não obstante, é o sector terciário que apresenta o valor mais elevado, 40% (inferior ao do concelho, 50%), apesar de não se afastar muito do peso dos anteriores.

A distribuição dos equipamentos e serviços, de acordo com o modelo disperso de povoamento, traduz uma certa rarefacção destas estruturas na

generalidade do concelho, com excepção das concentrações urbanas mais importantes. No que toca aos serviços de educação, observando as instalações escolares, a freguesia possuía, no ano lectivo de 1990/1991, apenas um jardim-de-infância que servia um conjunto de 23 utentes. O ensino primário traduzia-se em seis escolas que no mesmo ano lectivo, serviam 173 dos 2779 alunos do concelho. Neste grupo, destacam-se os lugares do Livramento, com 69 alunos (40% do total), seguindo-se a Tourinha com 25 alunos. Quanto ao ensino secundário, a Azueira não é servida por nenhuma das escolas do concelho, nem dispõe de posto de telescola, recorrendo, essencialmente, ao equipamento do concelho limítrofe de Torres Vedras. O mesmo acontece, no caso do ensino secundário complementar, pois a escola secundária de Mafra, única escola do concelho neste grau de ensino, frequentada no ano lectivo de 1990/91 por 1329 alunos, apenas contava com 14 da freguesia da Azueira.

Quadro 10.9: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por sectores de actividade

Sectores de actividade	Azueira		Mafra	
	N	%	N	%
Primário	302	30	2 412	14
Secundário	304	30	6 462	36
Terciário	404	40	8 974	50
- tipo social	82	8	2 395	13
- tipo económico	322	32	6 579	37
Total	1 010	100	17 848	100

Ao nível do equipamento de saúde, a Azueira é abrangida por uma extensão do centro de saúde de Mafra, que funciona na casa do povo, por uma clínica dentária, existindo também uma farmácia.

Quanto à assistência social que serve a freguesia, a sua actuação concretiza-se na casa do povo, no centro da terceira idade e no centro paroquial, dependendo os equipamentos instalados da administração do Centro Regional de Segurança Social de Torres Vedras.

Outro facto a apontar é que a maior concentração de equipamentos e actividades desportivas, culturais e recreativas situa-se na freguesia de Azueira,

principalmente no Livramento, tornando-o uma das freguesias mais dinâmicas do concelho de Mafra. Encontramos, assim, uma associação desportiva, uma associação musical e um rancho. A rede de serviços públicos é centralizada na sede do concelho, onde se concentra a maior parte dos equipamentos: tribunal, Polícia de Segurança Pública, serviços técnicos, Câmara Municipal, bombeiros, Guarda Nacional Republicana.

Contudo, na Azueira podemos encontrar, para além da junta de freguesia, uma estação de correios, uma "extensão" da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e um posto da Guarda Nacional Republicana. Finalmente, destaca-se que a Azueira dispõe de uma papelaria, de um quiosque e apenas de uma pequena biblioteca instalada na casa paroquial.

A (i)literacia dos agricultores

Recordando, procurámos determinar como é que os agricultores se relacionam com os materiais impressos, que usos fazem deles e que competências mobilizam no seu quotidiano pessoal, profissional e cívico. Privilegiámos, por conseguinte, a observação concreta das práticas e comportamentos, contextualizada na vivência da aldeia da Azueira, bem como a conversa informal, que nos possibilitou presenciar os discursos que os próprios habitantes, nomeadamente os agricultores, desenvolvem e as representações construídas ao nível institucional.

Um dos objectivos subjacentes era analisar até que ponto as competências de literacia dos agricultores podem ter-se traduzido em condicionante à adesão ou rejeição das medidas agro-ambientais.

Tomemos, então, a vivência pessoal quotidiana destes agricultores, analisando a sua relação com a escrita no espaço doméstico e pessoal, procurando deste modo avaliar a dimensão pessoal da literacia.

É opinião generalizada que os habitantes da Azueira, nomeadamente os agricultores, não têm hábitos de leitura e, do pouco que lêem, privilegiam os jornais locais e desportivos. "As pessoas, aqui, não se interessam pela leitura". Como pudemos observar, e ouvir do que os agricultores dizem dos seus hábitos, a leitura limita-se "a ver, às vezes" os jornais regionais que se encontram nos cafés, tornando-se um pretexto para a frequência dos mesmos. Esses jornais são os artigos mais vendidos na papelaria: "os jornais vendidos são quase todos para cafés, e as pessoas vão ao café ler".

A leitura de livros é rara, reflectida na fraca adesão que tem a única biblioteca da freguesia, que pertence à casa paroquial, e a inexistente venda de livros tanto na papelaria, como no quiosque.

Os argumentos apontados para a ausência de hábitos de leitura centram-se, essencialmente, no analfabetismo dos agricultores e nos poucos meios económicos que possuem. Como refere a empregada da papelaria: "as pessoas mais antigas daqui estão quase todas na agricultura; devido ao não saber ler, não aderem à leitura; as posses também têm a ver, a agricultura também não dá". Para além disso, os agricultores acusam a falta de tempo livre, e até mesmo a preferência manifestada pela televisão, como razões devido às quais não têm hábitos de leitura.

Estes factos sublinham a importância dos jornais regionais que, juntamente com a TV e as conversas informais, são o meio que os agricultores consideram privilegiado para o acompanhamento da informação mais importante. Se são, de facto, os jornais regionais que preferencialmente despertam os interesses dos agricultores, é porque não só são um tipo de publicação mais acessível, como os conteúdos escritos sobre os quais versam são familiares a quem os lê. Trata-se, deste modo, de equacionar a questão da maior ou menor distância do agricultor em relação ao universo social dos conteúdos lidos. Isto é, o agricultor sente-se mais capaz de ler o que estes jornais lhe transmitem.

Procurando o sentido das relações com os materiais escritos, retenhamos os aspectos percepcionados ao nível da vida pessoal dos agricultores. Os agricultores referem não ler nem comprar qualquer tipo de jornal. "Ali no quiosque vendem muitos jornais, mas não são os agricultores de certeza que os compram", "andamos tão obcecados pelo trabalho que não há tempo". Mas acrescentam: "quando vou ao café às vezes vejo o jornal". Isto confirma o que anteriormente mencionámos, que a leitura de jornais não traduz um hábito de leitura adquirido e interiorizado pelo agricultor.

Quando querem obter qualquer informação, ou quando vão comprar alguns produtos agrícolas, os agricultores recorrem à memorização, já que não têm por hábito apontar o que precisam, nem quaisquer informações. Como refere uma agricultora, "todas as compras são sempre feitas de cabeça, aliás, tudo é feito de cabeça".

Para além disso, os agricultores não usam agendas e raramente recorrem a recados escritos: "só o meu filho é que deixa recados, mas se der tempo avisa-se sempre, só se for de repente deixo papel".

Os hábitos de escrita são, deste modo, raros, como concluímos da informação recolhida nos correios. "Recebemos pouca correspondência, são só mais cartas das finanças, das empresas. Poucas cartas pessoais. Pelos selos comprados, vê-se que as pessoas escrevem pouco, talvez devido ao telefone".

No que concerne ao uso de materiais escritos de tipo documental, as informações recolhidas na junta de freguesia, na casa do povo, nos correios, são concordantes em como o agricultor tem muita dificuldade em lidar com formulários e impressos, o que se traduz numa falta de autonomia no preenchimento dos mesmos. Como salientou a funcionária dos correios, "as pessoas não sabem onde pôr remetente e destinatário".

Assim, é usual nas várias instituições da freguesia serem as funcionárias a preencher os formulários. "Eles até já vêm assinados, nós é só preencher o papel". Chegam mesmo ao ponto, como observámos, quando a funcionária está muito ocupada e não os pode atender, de ir embora e remeter o que têm de resolver para o dia seguinte, só para não terem de preencher sozinhos os papéis. Esta relação com o material escrito, traduzida em documentos é, assim, uma relação de dependência pela necessidade de recorrer a terceiros.

Por sua vez, no que toca à relação com o elemento quantitativo em materiais escritos, ela limita-se a aspectos de utilidade funcional estrita. Perante as dificuldades ou o desinteresse por operações mais complicadas, o agricultor adopta estratégias de cálculo específicas nas situações quotidianas com que se confronta. Como fomos informados, os agricultores não se preocupam muito com os cálculos conducentes à determinação do preço das coisas que adquirem ou têm de pagar. "Não estão interessados em calcular o valor do que compram, só perguntam quanto é que custa". Por outro lado, não sabem calcular impostos, pagando consoante o que lhes é informado. Para efectuar pagamentos, nomeadamente da água e da luz, recorrem aos correios, pagando sempre em numerário e raramente em cheque. Lidam razoavelmente com os depósitos de dinheiro, "pois já trazem alguns papéis preenchidos e copiam; quando não sabem perguntam". Quando se trata de calcular aplicações de dinheiro, ou contabilizar o valor do IVA, novamente recorrem ao auxílio de outrem.

Na verdade, de um modo ou de outro, os agricultores resolvem as situações, por vezes eles próprios "quando já estão habituados", ou com o recurso a outras pessoas, nomeadamente funcionários das instituições (correios, bancos, junta, casa do povo) ou pessoas conhecidas.

Outro aspecto que é importante salientar é a importância da oralidade na comunicação e circulação da informação na vida pessoal deste grupo. Como nos referiu a funcionária da casa do povo, as pessoas estão informadas, "ouvem muita TV, é aí que sabem das informações, do que podem usufruir; para além disso, afixo material, informações, mas é mais por meio verbal, não ligam a papéis, gostam mais de ouvir, por isso ouvem a TV ou a rádio, ouvem falar das coisas principalmente através das outras pessoas".

Esta oralidade, enquanto veículo de transmissão e construção de saber, não se limita à comunicação verbal, mas faz parte da vida quotidiana dos agricultores. Este grupo social desenvolve, assim, um conjunto de práticas de apropriação do real que traduzem uma forma de o entender, gerando um saber localmente produzido.

Mas estão os agricultores de facto a par da informação que circula, essencialmente da que circula de forma escrita?

Como nos disseram os agricultores, a comunicação oral é a única forma de saberem das coisas: "na terra, a comunicação é a falar uns com os outros". Em vários planos da vida quotidiana, nomeadamente no trabalho e na vida cívica, este é para os agricultores o único modo, em detrimento do institucional, de se manterem informados e saberem do que podem usufruir. O que é visível nas palavras de uma agricultora que se refere às cooperativas: "lá não nos ensinam nada, só dizem como estão as coisas; se houver algum subsídio para concorrer nunca sabemos de nada, somos sempre os últimos a saber", "só uns com os outros é que ficamos a saber".

No que toca à dimensão cívica, e como salientámos, existem muitas associações na freguesia da Azueira, desde associações de solidariedade social e associações religiosas, a associações recreativas e culturais.

As opiniões acerca das associações dividem-se. Para alguns habitantes as associações têm bastante adesão, para outros as pessoas "espalham-se" pelas várias associações, sem qualquer relacionamento entre elas. Como refere uma funcionária do Sporting Clube do Livramento: "depois há outras associações e os habitantes estão todos divididos, é a música, o rancho, o desporto, e a terceira idade, e só se juntam todos nos festejos". Como todos os habitantes da Azueira, "os agricultores também participam bastante nas associações".

Em suma, existe uma boa aceitação de todas as associações por parte da população, principalmente a casa paroquial e a associação desportiva, que exploram bares, muito frequentados pela povoação da Azueira. É geralmente nestes bares que os habitantes da freguesia, nomeadamente os agricultores, costumam beber "a bica" após o almoço, tendo por hábito ler os vários jornais de que as associações dispõem diariamente, jornais esses, como referimos, de tipo regional ou desportivo.

As informações recolhidas permitiram-nos concluir que, também nestas associações, toda a comunicação é por via oral, existindo uma ou outra informação que é afixada. Como elucidam as palavras da funcionária do clube desportivo, "a comunicação com sócios é feita, principalmente, por meio de Assembleias Gerais, é aí que se informam os sócios. Também são enviados comunicados por carta e editais e as datas das reuniões são afixadas no placar. As pessoas costumam perguntar quando querem ser informadas".

Da mesma forma, o relacionamento com a junta de freguesia reafirma o predomínio da oralidade, também na vida cívica do agricultor. A divulgação da informação concretiza-se, essencialmente, em cartazes afixados no exterior do edifício e em anúncios lidos pelo pároco na missa. Porém, como nos informou a funcionária da junta, "as pessoas queixam-se de que não têm conhecimento das coisas, pois só lêem às vezes o que pomos no placar. Ouvem falar das coisas principalmente através das outras pessoas".

Como nos foi informado nas instituições abordadas, e à semelhança do que já foi afirmado ao nível da dimensão pessoal da literacia, todo e qualquer preeenchimento de formulários, que se revele de difícil compreensão, é feito pelos funcionários das respectivas instituições. É o caso da associação desportiva em que "quando se fazem sócios, eles é que geralmente preenchem os formulários, pois são fichas simples de entender e preencher, quando não sabem escrever alguém os preenche, eles não têm dificuldades em pedir". Até mesmo nos assuntos da casa paroquial, concretamente nos registos de casamento e baptismo, a responsabilidade é da igreja: "tratamos de tudo, eles só preenchem o nome dos filhos. Todo o papel burocrático é a igreja que trata".

Para a análise da dimensão profissional da literacia, partimos do princípio de que o desenvolvimento das competências envolvidas, nomeadamente

a relação com impressos, depende do uso que delas se faz. Justamente, os agricultores são de opinião que o recurso aos materiais escritos, no seu quotidiano profissional, é quase inexistente e até mesmo desnecessário. Para além disso, é dado adquirido pelos agricultores que a sua profissão não requer muitos conhecimentos escolares, nem grandes capacidades de processamento da informação escrita: "tenho a quarta classe, não é preciso mais que isso para a actividade do campo; se se tiver mais estudos, sabe-se melhor falar; dentro do campo, para apanhar a fruta não é preciso". O saber que lhes é exigido é essencialmente um saber criado pela experiência do próprio trabalho na actividade agrícola. As palavras de uma agricultora traduzem este facto: "os cursos ajudam as pessoas que possam tirá-los, pelo menos aqueles que não sabem nada do campo... e quando não sabem é importante aprender; mas a gente aprendeu com o tempo e com a experiência e nós é que sabemos".

Mas quando se trata de recorrer a cálculos, à contabilidade e a burocracias, reconhecem a sua limitação, e mais uma vez recorrem à ajuda de terceiros, ou "a uma pessoa para lhe fazer a escrita".

Na verdade, apesar de a maioria dos agricultores com quem conversámos referir não ter contabilidade organizada, os mesmos afirmaram recorrer às instituições (caso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo) ou às associações e cooperativas agrícolas para tratar das suas "papeladas" e "contas". Como refere uma agricultora: "quando é preciso coisas mais complicadas não há problemas, pois na Caixa facilitam bastante".

A Caixa de Crédito Agrícola é, de facto, uma instituição importante na vida profissional do agricultor, dado ser aí que ele tem acesso à maioria das informações sobre o que pode usufruir. É também na Caixa que resolvem as suas dificuldades em lidar com impostos e cálculos, através da ajuda do "funcionário da informática que preenche tudo, eles depois só assinam".

Como não poderia deixar de ser, a forma de comunicação predominante é a oralidade, apesar de os funcionários terem o cuidado de afixar "toda a publicidade". Muitos dos agricultores chegam mesmo "a receber papéis em casa e vêm aqui sem saber o que vêm fazer, nós é que temos de explicar tudo".

Por outro lado, também detectámos a pouca informação no que toca às próprias práticas agrícolas, nomeadamente os produtos mais adequados a aplicar, as quantidades a utilizar, a leitura e entendimento dos rótulos. De facto, como nos foi dado saber nas duas lojas de material agrícola existentes

na Azueira, os agricultores recorrem imprescindivelmente à ajuda dos vendedores. Assim, são eles que informam acerca dos produtos a utilizar segundo a produção ou os problemas agrícolas em causa: " as pessoas pouco sabem, dizem mais ou menos o que querem, eu é que tenho de as informar, só perguntam: quero veneno para as árvores, o que é de pôr?".

Depois, são também os vendedores que têm de explicar a utilização do produto, dado que os agricultores têm dificuldades em ler os rótulos: "perguntam como se aplica, quantos gramas, quantos decilitros, tenho de explicar bem como devem aplicar".

Quanto à indicação dada, os agricultores raramente apontam, já que memorizam o que lhes foi dito: "eu depois ponho, por exemplo, à parte num saco o que é para as árvores, e noutro o que é para as cepas, para não se enganarem". Ou até mesmo: "escreve-se no exterior das embalagens os números, que eles sabem ler melhor, para eles entenderem as doses recomendadas".

Ora, podemos acrescentar que esta solução alternativa não é, necessariamente, eficaz, pois, como sabemos, ao não lerem e entenderem convenientemente os rótulos dos produtos agrícolas (nomeadamente dos pesticidas ou herbicidas), os agricultores não respeitam as normas da sua aplicação, originando problemas tanto para a sua saúde e para a dos que os rodeiam, como para a própria natureza.

Quanto aos pagamentos, a maioria dos agricultores recorre ao numerário, ou então "mandam apontar". Raramente recorrem ao cheque e, quando o fazem, é por meio de cheques que receberam como forma de pagamento da venda dos seus produtos.

Acerca das informações respeitantes à agricultura, contactámos as associações agrícolas da região quanto ao papel que têm na divulgação da informação e dos programas agrícolas, bem como quanto à receptividade dos agricultores aos mesmos. Como nos disseram na associação de agricultores, a informação limita-se ao envio de panfletos aos sócios e à afixação de noticiários. Porém, a opinião da funcionária da associação é de que "alguns agricultores deitam para o lixo, sem ler, pois grande número não sabe ler. Os mais jovens é que procuram informação".

No caso da adega cooperativa, existem sócios da mesma que são simultaneamente membros da Associação de Agricultores de Mafra, onde recebem avisos com novidades que depois divulgam na cooperativa. Esta encarrega-se,

então, de fotocopiar os avisos referidos e distribuí-los aos sócios que frequentam a cooperativa e assistem às reuniões. "São os que vêm às assembleias que ficam mais esclarecidos, pois não fazemos circular nada e não há publicidade na imprensa". Outras informações são afixadas nas portas ou nos painéis dos armazéns mas, segundo a funcionária da cooperativa, "só alguns agricultores têm interesse em ver, os outros preferem perguntar aqui no balcão".

Perante todos estes dados, ficou um pouco mais esclarecida a especificidade da relação do agricultor com os materais escritos. As competências de literacia na vida quotidiana destes agricultores, no âmbito do relacionamento com materiais escritos, restringe-se ao estritamente necessário. De facto, estamos perante um grupo que revela "desinteresse" pelo uso do escrito, no seio do qual a literacia não é valorizada, nem considerada essencial. Daí que, face a uma situação de frágeis competências de literacia, os agricultores mobilizem recursos alternativos.

Até que ponto, então, esta iliteracia dos agricultores, traduzida nas dificuldades em lidar com material escrito, terá condicionado a adesão às medidas agro-ambientais?

Foi possível encontrar resposta a esta questão nas opiniões dos nossos entrevistados. A ideia de que a limitação dos agricultores perante o relacionamento com o material documental se traduz em condicionalismos de participação dos agricultores em programas agrícolas, surgiu nas palavras de uma funcionária da cooperativa agrícola da freguesia: "os agricultores têm dificuldades em lidar com papéis, há muita burocracia, daí que percam muitas oportunidades de subsídios".

Ora, como vimos, os agricultores candidatos revelaram a insatisfação face aos aspectos burocráticos exigidos na candidatura às medidas agro-ambientais, traduzindo-se no elevado peso burocrático e na dificuldade do acesso às medidas.

Pode agora acrescentar-se que, apesar de não ter "impedido" a decisão dos agricultores candidatos de aderirem às medidas, os fracos níveis de literacia, traduzidos em desinteresse pelo uso do escrito, aliados à falta de informação, funcionaram como factor de desmotivação de outros agricultores, que a elas não aderiram. Agricultores que, recorde-se, já à partida revelam representações negativas acerca das políticas agrícolas.

Tanto o engenheiro responsável pela implementação das medidas em Portugal, como a funcionária que se encarrega das mesmas na zona agrária de Torres Vedras (zona que serve os agricultores não candidatos do nosso trabalho), estão convictos de que as burocracias ("apesar de poucas") são suficientes para desmotivar os agricultores. Acrescentamos nós, é como se, independentemente do real peso da burocracia, os agricultores tivessem interiorizado um tipo de relação com papéis muito específico, que determina que, sempre que se tenha de recorrer a essa relação, o agricultor prefira manter-se afastado. É, precisamente, na nossa opinião, o que pode ter acontecido no caso das medidas agro-ambientais, em que, para além de agricultores "desinformados" estamos perante agricultores "desmotivados".

Este facto sai reforçado se tivermos em conta, como nos foi informado pelos próprios agricultores candidatos – e confirmado pela Direcção Regional Agrária, pelas Zonas Agrárias e pelo Engenheiro do IAEDR – que, mesmo eles, não tiveram, na sua maioria, grandes preocupações com a efectivação das candidaturas. Nem, acrescentamos nós, grandes preocupações em entender para que eram as candidaturas. O que nos confirma a funcionária da Zona Agrária, "todos os papéis de candidatura foram preenchidos pelas nossas funcionárias, os agricultores só tinham de assinar"; ou as palavras de um agricultor: "eu não preenchi nada, levei as cadernetas e lá na Zona Agrária puseram-me no tal subsídio, para me darem o subsídio das frutas".

Em suma, não queremos aqui afirmar que estivemos perante dois grupos de agricultores com graus diferentes de literacia (pois, como vimos, estaríamos provavelmente errados), mas apenas assinalar que a (i)literacia dos agricultores não candidatos, aliada à falta de informação a que estiveram sujeitos, lhes negou o acesso às medidas agro-ambientais.

10.4. A título conclusivo

Esta é, pois, a realidade com a qual nos deparámos ao abordar as competências de literacia na vida quotidiana dos agricultores do Oeste. Ao tomarmos o exemplo concreto da relação destes com as medidas agro-ambientais, pudemos observar que a iliteracia dos agricultores funcionou como um obstáculo à sua participação no programa agrícola referido.

Ao analisarmos o nível de informação utilizado na divulgação das medidas, assim como a capacidade de os agricultores descodificarem as mesmas, concluímos que os canais de informação mobilizados na apresentação das

medidas revelaram-se fracos veículos de transmissão. Se, por um lado, não informaram convenientemente os agricultores, por outro, revelaram-se de difícil descodificação.

Na verdade, se os agricultores não candidatos não tinham conhecimento das medidas, o mesmo sucedia com os próprios candidatos que, para além de desconhecerem o programa agro-ambiental em que estavam envolvidos, não entendiam o seu significado. Daí que as medidas agro-ambientais tenham acabado por se traduzir num programa que não chegou a atingir os agricultores inquiridos, tanto ao nível da informação como da descodificação e entendimento dos seus objectivos.

A abordagem dos contornos assumidos pela literacia dos agricultores, na sua relação com o programa agrícola referido, revelou as fracas competências dos agricultores, quer ao nível do acesso à informação, quer ao nível do entendimento do que lhes era proposto.

Só a posse, justamente, por parte do indivíduo, de capacidades adequadas de processamento de informação para usar materiais escritos lhe possibilitam a aquisição e tratamento deste tipo de informação, traduzindo-se na sua efectiva participação na vida cultural, social e económica da comunidade, tirando proveito das possibilidades que se lhe apresentam e de que pode usufruir.

A análise da literacia dos agricultores no seu quotidiano pessoal, cívico e profissional, reafirmou a ausência ou fragilidade de competências de literacia, o que veio confirmar as limitações já assinaladas.

Na verdade, tanto ao nível da sua vida pessoal e profissional, como ao nível cívico, o agricultor é constantemente colocado perante situações que lhe exigem mobilização de competências de literacia. Quer se trate de ler rótulos de produtos químicos, preencher documentos para as finanças, concorrer a subsídios e fundos comunitários, etc., o agricultor tem de apelar às suas capacidades de lidar com material escrito. Ora, como pudemos observar, quando é indispensável escrever, ler ou calcular, e perante dificuldades ou incapacidades a este respeito, os agricultores têm necessariamente de recorrer a diversos expedientes ou fazer apelo aos "alfabetizados" da freguesia. De um modo ou de outro, os agricultores mobilizam recursos alternativos, o que, muitas vezes, se traduz na sua dependência face a terceiros.

Até que ponto esta dependência é vivida e percepcionada pelos próprios agricultores como um constrangimento?

Para os próprios agricultores, a fraca escolaridade que possuem não é, segundo eles, uma limitação muito grave, já que não é uma condição indispensável ao desenvolvimento das suas actividades essenciais. De facto, a comunicação oral e o contacto face a face, que prevalece na comunidade agrícola em estudo, é, na opinião dos agricultores, suficiente nas múltiplas situações das suas vidas quotidianas, e é simultaneamente a principal fonte de informação com a qual podem contar. Como quase todos os habitantes da freguesia se conhecem, é fácil o predomínio da comunicação verbal das informações e também a rapidez da sua propagação. Deste modo, os agricultores não sentem a necessidade de saber ler e escrever, porque as suas vidas quotidianas, os seus assuntos pessoais e profissionais, segundo eles, não o exigem.

Em suma, o agricultor não dá uma importância particular ao saber ler e escrever pois o quadro de condições de existência, de valores culturais, de relações e práticas sociais do grupo a que pertence inculcou nele a ideia da pouca relevância do escrito na sua vida quotidiana.

Estamos, por conseguinte, perante um grupo social que mostra "desinteresse" pelo uso do escrito, no seio do qual se desvaloriza a literacia, o que desencadeia o recurso a estratégias alternativas em diversas situações, nas quais as frágeis competências de literacia possuídas não permitem uma relação mais autónoma, esclarecida e eficaz com a informação escrita e, por conseguinte, com recursos e oportunidades que passam, de algum modo, pela sua mediação.

É por este motivo, como vimos, que os agricultores se mantiveram "afastados" das medidas agro-ambientais, e, quanto a eles, de todo o difícil processo burocrático que o acesso às candidaturas implica.

Por outro lado, como constatámos, os agricultores não estão, de facto, ao corrente de toda a informação que circula, nomeadamente da que circula de modo escrito. De facto, a totalidade dos agricultores não candidatos às medidas agro-ambientais que abordámos deixou de participar no programa agrícola sobretudo por desconhecer a sua existência.

Assim, a (i)literacia dos agricultores concidionou duplamente a atitude dos agricultores para com o programa agrícola referido, nomeadamente ao

traduzir-se em "desinteresse pelo escrito" e "desinformação" face à informação que circula de modo impresso.

Para além dos constrangimentos que a iliteracia dos agricultores suscita, nomeadamente a situação de dependência face a terceiros, conducente à falta de autonomia, este exemplo da relação do agricultor com as medidas agro-ambientais vem confirmar uma nítida dinâmica de exclusão do agricultor em termos de participação social, na medida em que limita o acesso a um direito e benefício. Na verdade, o agricultor vive limitado e condicionado pelas carências que manifesta em lidar com material escrito, o que o posiciona numa situação de claro desfavorecimento social.

Parte D

CONCLUSÃO

Capítulo 11

IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA LITERACIA

11.1. Problemática

A distinção entre população alfabetizada e população analfabeta – entre os que possuem a capacidade, mesmo que formal, de ler, escrever e contar e os que a não possuem – foi, durante muito tempo, a forma utilizada para distinguir dois grandes sectores da população. Os analfabetos literais representam ainda hoje, em Portugal, 11,0% da população com dez ou mais anos, segundo os dados do Censo de 1991.

Foi em grande parte a preocupação em proporcionar competências básicas, nos domínios da leitura, da escrita e do cálculo, a um número cada vez maior de pessoas, que motivou políticas de escolaridade obrigatória, quer através de medidas orientadas para garantir a todos o acesso à escola na infância (e, mais tarde, na juventude), quer por meio do desenvolvimento de planos de alfabetização visando uma escolarização de segunda oportunidade para aqueles que a ela antes não tinham acedido.

A complexificação crescente das sociedades contemporâneas conduziu, por seu lado, à necessidade de alargamento progressivo do próprio conceito de escolaridade básica, ou escolaridade mínima. Não vão muito longe os tempos em que, em Portugal, se dava por concluída a escolaridade básica com a terceira classe e, depois, com a quarta classe. O ensino obrigatório de seis anos não tem mais de um quarto de século e só muito recentemente foi fixado em nove anos.

Com os significativos aumentos de escolarização verificados, de uma forma mais ou menos generalizada, nas sociedades industrializadas ou pós-industriais da modernidade avançada, difundiu-se a ideia de que os problemas do analfabetismo tinham passado a ser, fundamentalmente, problemas do chamado terceiro mundo ou que, no interior dos países desenvolvidos, não afectariam senão pequenas bolsas da população, com especial incidência nos grupos etários mais envelhecidos e no seio de certas minorias raciais ou étnicas.

Porém, sobretudo desde os anos 80, os países mais desenvolvidos renderam-se a uma nova evidência: muitos adultos, apesar de vários anos de escolarização, não dominam a leitura, a escrita e o cálculo, demonstrando sérias dificuldades em utilizar na vida quotidiana materiais impressos ou outros suportes de informação escrita. Esses indivíduos, e os sectores da população em que eles predominam, vêem deste modo diminuídas as respectivas capacidades de participação na vida social, em planos como os do exercício da cidadania, das possibilidades profissionais e do acesso à cultura.

Impôs-se, assim, uma nova problemática. O que interessa já não é só que as populações tenham um mínimo de anos de escolarização. Importa também – e sobretudo – que as pessoas sejam efectivamente capazes, no decurso da sua vida adulta, de processar informação escrita, nas diversas situações em que tal tende cada vez mais a ser solicitado pelas formas de existência social contemporânea.

Num mundo em que a informação e o conhecimento estão a constituir-se em factores decisivamente estruturantes da vida social, a todos os níveis, e em que variadíssimos problemas e inter-relacionamentos humanos tendem a estabelecer-se, de modos muito concretos e imediatos, à escala planetária, a capacidade de usar informação escrita, de forma generalizada, tornou-se – passe o paradoxo aparente da expressão – banalmente vital.

É hoje incontornável o facto de que capacidades reduzidas neste domínio geram, para os indivíduos e os grupos, riscos sérios de exclusão social e, para os países, riscos não menores de subalternização económica, cultural e política.

11.2. Competências

A avaliação directa da literacia – isto é, das capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana – surgiu, assim, de uma mudança de ênfase analítica que não decorre meramente de uma evolução interna ao campo científico, quanto aos conceitos e aos métodos, mas de uma alteração da própria realidade social.

A literacia já não é um luxo de minorias privilegiadas, ou um estatuto social distintivo, ou um resíduo periférico aos domínios nucleares de organização da vida social. As competências de literacia já não se limitam a constituir, sobretudo, uma base para uns poucos progredirem nos estudos. Os requisitos de literacia socialmente mais alargados já não se reduzem à simples necessidade de assinar o nome ou de apresentar um certificado do ensino primário para poder tirar a carta de condução ou aceder a um emprego público.

As solicitações e as expectativas sociais de literacia incidem agora, de maneira muito mais vasta, sobre a generalidade da população e, de maneira muito mais prática do que estatutária, sobre as capacidades de uso efectivo de informação escrita, nas dimensões profissionais e culturais, cívicas e pessoais da vida quotidiana.

As relações entre aprendizagem escolar e uso diário das competências de literacia não são simples nem lineares. Não basta ver que grau de ensino foi atingido por uma pessoa para dar conta das capacidades que ela efectivamente tem de usar informação escrita na vida social. É possível adquirir competências de leitura, escrita e cálculo por vias não escolares e há também a possibilidade, muito mais frequente, de os percursos de vida e os seus contextos – profissionais, domésticos e outros – não proporcionarem a manutenção e o desenvolvimento dessas competências, mas sim a sua regressão e perda. Além disso, o sucesso das aprendizagens escolares tem sido também muito variável e, frequentemente, bastante fraco.

A preocupação com a literacia, isto é, com as capacidades de uso da informação escrita socialmente existentes, é, assim, convergente com a de combate ao insucesso escolar, a de desenvolvimento do ensino de adultos e da formação permanente, a de qualificação das actividades e dos contextos profissionais, a de promoção das condições culturais de exercício da cidadania, a de enriquecimento cultural dos modos de vida.

A tradução deste conceito de literacia em termos de pesquisa conduziu a uma estratégia metodológica múltipla. No centro da análise esteve a procura de avaliação directa das competências de literacia, realizada através da observação de práticas de relacionamento com os materiais escritos. As práticas de literacia remetem sempre para os contextos socioculturais específicos em que ocorrem; mas remetem também, ao mesmo tempo, para a transversalidade de competências e de utilizações que a sua forma letrada confere e que os modos de relação social contemporâneos requerem.

Deste modo, a observação das práticas de literacia desdobrou-se numa abordagem extensiva e numa abordagem intensiva.

A primeira foi desenvolvida visando fundamentalmente a análise das competências subjacentes a essas práticas e da sua distribuição social no con-

junto da população adulta portuguesa. Foi realizada através de um teste, aplicado a uma amostra representativa da população dos 15 aos 64 anos, contendo um conjunto de tarefas simulando situações de utilização, na vida corrente, de materiais impressos. Conseguiu-se, assim, chegar a um conjunto de níveis de literacia, relacionáveis, por um lado, com características estruturais da sociedade portuguesa e, por outro, examináveis em termos do tipo e complexidade dos modos de processamento de informação envolvidos e do tipo e complexidade dos suportes impressos utilizados.

A segunda procurou, sobretudo, captar a contextualidade da literacia em quadros socioculturais específicos. Os estudos monográficos, realizados por observação directa e entrevista, incidiram sobre categorias sociais tendencialmente desprivilegiadas: minorias étnicas de imigrantes, jovens com origem em meio operário, idosos de zonas antigas da cidade, trabalhadores fabris e do pequeno comércio do interior do país, pequenos agricultores.

Os dois ângulos de abordagem permitiram análises complementares, articuláveis entre si, bem como com um levantamento extensivo, realizado através de inquérito por questionário aos mesmos entrevistados que responderam ao teste, sobre práticas quotidianas de leitura, escrita e cálculo por eles declaradas e, ainda, sobre as suas próprias auto-avaliações de competências neste domínio.

11.3. Situação

Os resultados da pesquisa evidenciam dois aspectos principais: a) que o perfil geral de literacia do país é bastante fraco; b) que as competências de literacia se distribuem desigualmente pela população portuguesa adulta.

A literacia não é algo que uns têm e outros não, de forma redutoramente dicotómica. Muitas pessoas demonstram algumas capacidades de leitura, escrita e cálculo, mas em graus diferentes. Algumas não conseguiram resolver nenhuma tarefa da prova de avaliação directa (Nível 0: 10,3%). Outras, em grande número, situaram-se em níveis de literacia que correspondem a competências muito limitadas (Nível 1: 37,0%) ou bastante simples (Nível 2: 32,1%). Num grau intermédio de proficiência, resolvendo tarefas de complexidade um pouco maior, já só se encontrou um número restrito de entrevistados (Nível 3: 12,7%). Por fim, um domínio razoavelmente seguro de competências de leitura, escrita e cálculo que em geral se supõe deverem estar adquiridas com a escolaridade obrigatória, só foi demonstrado por uma fracção muito reduzida da população analisada (Nível 4: 7,9%).

Quanto maior é a escolaridade, mais elevado tende a ser o nível de literacia. Mas, nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico. Num dos extremos, os indivíduos sem qualquer grau de ensino dividem-se basicamente entre os que se situam no Nível 0 de literacia e os que se localizam no Nível 1. Há também um pequeno subconjunto que demonstra possuir competências de Nível 2. No outro extremo, cerca de metade dos possuidores de um diploma do ensino superior situa-se no Nível 4; mas já a outra metade se distribui pelo Nível 3 e pelo Nível 2. Nos graus de ensino intermédios encontra-se grande dispersão de níveis de literacia, embora os perfis globais vão sendo progressivamente melhores com o aumento da escolaridade.

Os níveis de literacia dos mais jovens são mais elevados do que os do resto da população, tendendo a piorar à medida que a idade vai aumentando. Entre homens e mulheres as diferenças não são grandes. O perfil de literacia da população inquirida é mais favorável na região de Lisboa e Vale do Tejo, contrapondo-se ao Centro e ao Alentejo, com posições intermédias do Norte e do Algarve. São os indivíduos que vivem nas aldeias e nos lugares isolados aqueles que têm os mais fracos perfis de literacia, enquanto que nas vilas e, sobretudo, nas cidades, surgem em maior proporção os indivíduos com níveis de literacia mais elevados.

A inserção socioprofissional está fortemente relacionada com os níveis de literacia. É nas classes sociais ligadas à agricultura que se verificam níveis mais baixos, seguindo-se os operários industriais e os trabalhadores independentes. Um pouco mais alto é o perfil de literacia dos empresários e dirigentes e dos empregados executantes que, embora correspondendo a situações sociais fortemente diferenciadas, apresentam distribuições de competências de literacia muito semelhantes. Os profissionais técnicos e de enquadramento têm um perfil de literacia claramente mais elevado que os das outras categorias sociais. Os desempregados, as domésticas e, sobretudo, os reformados constituem segmentos da população com níveis de literacia mais baixos do que os da população que exerce uma actividade profissional.

As práticas de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana variam muito, de diversas maneiras. A escrita é menos praticada do que a leitura e o cálculo. A leitura de livros é ainda menor que a de jornais e revistas, embora todas tenham frequências baixas. As mulheres lêem sobretudo revistas e os homens jornais.

Na vida quotidiana extraprofissional as maiores taxas de leitura são de legendas de televisão. Seguem-se as que se relacionam com compras de diversos tipos de produtos e serviços. No domínio da escrita, as práticas mais frequentes são os recados e o preenchimento de documentos. Surgem igualmente em primeiro plano as práticas de cálculo nas compras correntes e na gestão do orçamento doméstico.

Tanto nas leituras de livros, revistas e jornais, como nas outras práticas de leitura, escrita e cálculo de carácter mais informal – mas amplamente solicitadas na vida social contemporânea – assiste-se a um crescimento regular das frequências respectivas com o aumento do nível de literacia.

Na vida profissional verifica-se uma reduzidíssima utilização genérica de materiais escritos, a par de uma variação ainda mais acentuada dessas práticas com o nível de literacia. O contraste é muito elevado entre a minoria de quadros e técnicos, a qual recorre regularmente, com razoável intensidade, a práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional, e a generalidade das situações de trabalho, em que essas práticas surgem quase sem qualquer expressão, indiciando uma ausência de solicitação das competências de literacia pelo tecido económico nacional actualmente existente.

Talvez por isso, apesar dos baixos níveis de literacia encontrados na população portuguesa, a maior parte dos inquiridos declare, em termos de auto-avaliação, que considera as suas próprias capacidades de leitura, escrita e cálculo plenamente suficientes para a actividade profissional que desempenha.

Já quando as auto-avaliações não se reportam ao domínio específico da vida profissional, mas sim ao modo como as pessoas julgam as suas capacidades gerais de literacia face às possibilidades virtuais de leitura, escrita e cálculo tidas como, em princípio, hoje em dia socialmente disponíveis e desejáveis, os resultados são claramente estratificados e significativamente correlacionados com as distribuições dos níveis de literacia.

Contudo, tanto no primeiro caso como no segundo, os padrões tomados como referência implícita da auto-avaliação parecem ser demasiado baixos, nomeadamente face às exigências crescentes que as dinâmicas da vida social contemporânea tendem a colocar.

Saliente-se, em todo o caso, que cerca de metade dos inquiridos revelou desejo de melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo. No entanto, essa predisposição para obter um acréscimo de competências é menor precisamente entre aqueles que, em princípio, mais precisariam: os de níveis de literacia mais baixos. O que confirma que a ausência de competências de literacia contribui tanto para diminuir a própria capacidade de percepção do problema como para inculcar sentimentos de impotência a tal respeito.

Os estudos de casos monográficos corroboram este panorama geral e permitem aprofundar situações e processos de relacionamento com a informação escrita, interpretar o significado social da literacia em contextos sociais e configurações culturais particulares e, ainda, detectar mecanismos sociais específicos relativos tanto à aquisição e reforço, como à não aquisição e perda de competências de literacia.

11.4. Factores

Serão os resultados obtidos surpreendentes?

Relembre-se que para cima de metade da população inquirida não tem mais do que o primeiro ciclo do ensino básico (quatro anos de escolaridade), ou que cerca de 50% dos respectivos pais e 60% das mães não tinha qualquer grau de ensino. Acrescente-se que, segundo dados da OCDE[1], a fracção da população escolarizada entre os 25 e os 64 anos que atingiu um grau de ensino ao nível dos actuais secundário ou superior no início dos anos 90 é, em Portugal, de apenas 7%, quando em Espanha é de 13%, na Bélgica 20%, na Alemanha 22%, na Suécia 24%, nos Estados Unidos da América 31% e no Canadá 41%.

Perante dados como estes, e sabendo que países como os Estados Unidos da América e o Canadá estão entre os pioneiros dos estudos de avaliação directa da literacia, preocupados com os problemas que actualmente neles se detectam de baixas capacidades de utilização de materiais escritos na vida quotidiana, profissional e extraprofissional, por parte de segmentos significativos das suas populações, a surpresa com os resultados na sociedade portuguesa não poderia ser grande.

Historicamente, em Portugal, como noutros países da Europa do Sul, a difusão social da alfabetização foi muito tardia comparativamente com as

[1] *Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Organisation de Coopération et de Développment Économiques, 1995.

sociedades da reforma protestante, da primeira industrialização e do desenvolvimento da economia capitalista. A intervenção estatal visando a recuperação do atraso neste domínio fez-se sentir, no século XIX e no século XX, de forma bastante menos intensa do que noutras regiões da Europa mediterrânica, nos regimes socialistas do Leste europeu, no Japão ou, mais recentemente, nos países asiáticos em acelerado crescimento económico. Os antecedentes históricos, não impondo nenhum fatalismo, não podem deixar de constituir um pano de fundo a ter decisivamente em conta na compreensão dos actuais níveis de literacia da população portuguesa.

De maneira mais imediata e directa, os antecedentes familiares da população actual são um factor importantíssimo a considerar. A enorme escassez de recursos escolares imperante nos quadros de socialização familiar da esmagadora maioria da população actual pesou, certamente, no perfil de literacia observado. Não é só a ausência de certificados escolares. São também os contextos domésticos empobrecidos em livros e outros materiais escritos, a vida quotidiana rarefeita em práticas de literacia ou, muito trivialmente, as dificuldades em prestar ajudas concretas às crianças nas aprendizagens da leitura, escrita e cálculo.

Os estímulos familiares, quando existentes, tiveram ou têm, muitas vezes, uma feição mais indirecta, de procura estatutária de mobilidade social, do que directamente interligada à instrumentalidade operatória da literacia na vida quotidiana. Em todo o caso, estes aspectos não deixaram de estar presentes, a par daqueles outros, no alastramento social das estratégias de escolarização verificado na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas.

Está-se, pois, perante uma realidade com duas faces. Por um lado, apesar das limitações das famílias no domínio da literacia, as aspirações familiares de competências escolares para os seus filhos têm vindo provavelmente, pelo menos nas últimas gerações, a desenvolver-se mais acentuadamente do que a resposta institucional do sistema de ensino. Por outro lado, apesar das responsabilidades deste no panorama desfavorável da literacia no país, terá sido muito mais a escola do que a família – dadas as limitações desta, na grande maioria dos casos, em competências e práticas de leitura, escrita e cálculo – a conseguir alguma melhoria gradual dos níveis de literacia da população portuguesa.

Os dados estatísticos e históricos aqui brevemente relembrados apontam para que a responsabilidade do sistema de ensino na situação da literacia em

Portugal tem a ver sobretudo, e antes de mais, com a falta de escola. Apesar da expansão gradual do sistema de ensino, a escolarização da sociedade portuguesa é ainda muito baixa comparativamente com os países mais desenvolvidos, ou mesmo com outros países de desenvolvimento intermédio, nomeadamente da Europa do Sul ou do Extremo Oriente. Grande parte das crianças não tem sido abrangida pelo ensino pré-escolar, o número de anos de escolaridade obrigatória só recentemente aumentou de forma significativa, a percentagem da população com ensino secundário ou superior, apesar das taxas de crescimento verificadas nos anos recentes, permanece bastante fraca comparativamente com países como os acima referidos.

Mas não é possível deixar de questionar também o funcionamento da escola. Como tem sido repetidamente observado por vários estudos, a escola muitas vezes não tem tido as condições, não tem adoptado as estratégias pedagógicas e não tem estabelecido as relações com os contextos sociais envolventes mais adequadas à aprendizagem efectiva das capacidades de leitura, escrita e cálculo por parte das crianças, em particular das provenientes dos meios sociais mais desmunidos de recursos económicos e culturais. O abandono e o insucesso escolar atingem fortemente as crianças e os jovens destes meios sociais. A incorporação duradoura e a transponibilidade para a vida quotidiana das aprendizagens escolares têm-se revelado, com excessiva frequência, bastante limitadas.

Além disso, as políticas e as acções dirigidas à alfabetização de adultos e à educação permanente têm sido, apesar de um conjunto de experiências e intervenções interessantes, extremamente limitadas na sua amplitude. Pelo seu lado, na formação profissional, para onde convergiram, recentemente, recursos financeiros significativos, descurou-se em geral uma articulação cuidadosa entre a aquisição de competências técnicas e a aquisição de competências de literacia. Uma articulação desse tipo é não só potencialmente favorável à melhoria genérica das capacidades de leitura, escrita e cálculo das pessoas abrangidas, mas também indispensável à própria eficácia da formação profissional de uma população adulta com perfis de literacia tão deficitários.

A ineficácia da formação profissional não é alheia, aliás, ao tipo de actividades produtivas que predominam no país e à fraquíssima solicitação que fazem de competências de literacia. O tecido económico nacional assenta ainda, de forma largamente hegemónica, em lugares profissionais de baixa qualificação. Os contextos de trabalho são, muito frequentemente, desquali-

ficados e desqualificantes. Uma vida de trabalho, nas condições correntes da grande maioria dos empregos existentes, não só não estimula novas aprendizagens de leitura, escrita e cálculo, como nem sequer permite exercitar competências previamente adquiridas, podendo mesmo conduzir, com o passar do tempo, a casos de regressão no nível de literacia.

Pode apontar-se, assim, um conjunto de factores históricos e estruturais que concorrem para o fraco perfil de literacia do país. Meios familiares de origem extremamente carenciados de habilitações literárias e modos de vida quotidiana pobres em práticas de literacia, tecido económico profissionalmente muito pouco qualificado e mesmo desqualificante quanto a competências de leitura, escrita e cálculo, insuficiente expansão do sistema de ensino e deficiências materiais, pedagógicas e relacionais das escolas – são factores que convergem na produção dos fracos níveis de literacia encontrados entre a população portuguesa adulta.

11.5. Incidências

Atendendo ao conjunto de aspectos históricos e estruturais da sociedade portuguesa acima inventariados, os resultados obtidos na caracterização dos níveis de literacia da população adulta do país não se podem considerar surpreendentes. Mas isto não quer dizer que não sejam preocupantes.

A cultura letrada tornou-se componente estruturante central das configurações socioculturais contemporâneas. A produção, circulação, aprendizagem e utilização de conhecimento formalmente organizado, assente em linguagens escritas, constitui actualmente um vector decisivo das dinâmicas económicas. Os sistemas institucionalizados incorporaram profundamente, na sua organização e no seu funcionamento, a lógica do escrito e as práticas a ele associadas. As mensagens escritas e os materiais impressos surgem, de modo crescente, no quotidiano das pessoas. A capacidade de processar informação escrita é algo que se coloca, cada vez mais, como condição de participação na vida social corrente, nos mais diversos domínios.

Para as pessoas e para os grupos, a ausência de competências de literacia ou a sua posse em níveis bastante limitados não podem ser ignoradas, hoje em dia, enquanto ameaças efectivas de exclusão social. Para os países, perfis globais de literacia baixos também não podem deixar de ser tomados em conta enquanto sério obstáculo ao desenvolvimento.

No plano pessoal, uma das questões básicas que hoje se relaciona de maneira muito forte com a literacia é a do emprego. Os requisitos solicitados, no acesso ao mercado de trabalho, em capacidades de leitura, escrita e cálculo, são progressivamente maiores. As possibilidades de carreira profissional também cada vez menos dispensam este tipo de competências. As necessidades de aprendizagem permanente e de reciclagem, de actualização e de mudança, presentes com crescente intensidade nos percursos de vida profissional, requerem competências de literacia generalizadas.

Outro aspecto crucial é o que tem a ver com a acesso à cultura e à informação. A possibilidade de um relacionamento suficientemente intenso e informado – isto é, ao mesmo tempo, capaz de fruição e de sentido crítico – com a comunicação social, com as múltiplas formas de lazer propostas aos modos de vida contemporâneos, com as diversas modalidades de oferta cultural, passa, em grande medida, pela detenção de competências básicas de literacia. O mesmo se pode dizer do acesso à criação cultural, em muitas das suas modalidades, e da capacidade de prosseguir, com sucesso, estudos posteriores à escolaridade obrigatória, com todas as implicações que daí decorrem.

As relações entre literacia e cidadania surgem como incontornáveis na vida social do mundo de hoje. A participação cívica e política nos espaços de relacionamento social actuais, a escalas mais circunscritas ou mais amplas, em intervenções de carácter local ou associativo, na acção política regional ou nacional, nas redes ou fóruns internacionais requer, como condição crescentemente indispensável, níveis suficientes de literacia. Estes aspectos e os anteriores – isto é, a capacidade de emprego, o acesso à cultura e a participação cívico-política – são, pois, domínios em que, nas sociedades contemporâneas, a posse de competências de literacia pode fazer a diferença entre situações de exclusão social ou, pelo menos, de vulnerabilidade tendencial a essa exclusão, e situações de cidadania efectiva, com possibilidades do respectivo exercício em tudo o que ao processamento de informação escrita diz respeito.

Do mesmo modo, no plano societal, a literacia tem implicações em diversos domínios interligados.

No domínio económico, a vitalidade da estrutura produtiva, a qualificação do sistema de emprego e a capacidade de cooperar e competir a nível internacional, num sistema económico em mutação tecnológica e em globa-

lização aceleradas, não se compadecem com a manutenção de perfis de literacia como o que caracteriza actualmente a população do país. Na situação que tem vindo a ser predominante, na sociedade portuguesa, o que se assiste é a uma espécie de ajustamento perverso entre uma baixa oferta de literacia por parte da escola e uma baixa procura de literacia por parte das empresas. A subalternização económica e a especialização regressiva das actividades produtivas, a perda de posição relativa quanto à composição socioprofissional da população activa, o aumento das taxas de desemprego – são riscos reais, a manter-se um desfasamento tão acentuado entre as competências de literacia da população portuguesa e a das sociedades mais desenvolvidas.

Um estudo comparativo internacional, realizado recentemente[2], utilizou uma metodologia do mesmo tipo da aplicada pelo Estudo Nacional de Literacia, na sua vertente extensiva. Embora não se possam estabelecer com ele comparações directas, em sentido descritivo estrito, é viável, no entanto, atribuir significado semelhante aos resultados obtidos.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a distribuição da população adulta por níveis de literacia é a seguinte[3]: Nível 1: 21-24%; Nível 2: 25--26%; Nível 3: 31-32%; Nível 4/5: 19-23%. Outro dos países englobados nesse estudo, o Canadá, tem distribuições de literacia com estrutura semelhante mas um pouco melhores: Nível 1: 17-18%; Nível 2: 25-26%; Nível 3: 32-35%; Nível 4/5: 22-25%.

Países europeus como a Holanda, a Alemanha ou a Suíça apresentam perfis de literacia não muito diferentes, embora algo menos polarizados. Por exemplo, na Holanda, a distribuição é: Nível 1: 10-11%; Nível 2: 26-30%; Nível 3: 44%; Nível 4/5: 15-20%. Dos países analisados, foi a Suécia o que apresentou resultados mais favoráveis: Nível 1: 6-8%; Nível 2: 19-20%; Nível 3: 39-40%; Nível 4/5: 32-36%.

---

[2] Albert Tuijnman, Irwin S. Kirsch, Stan Jones e T. Scott Murray, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Study*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.

[3] Os valores são indicados em termos de intervalos porque, no estudo internacional, não se usou uma escala unificada mas sim três escalas de literacia, referentes ao processamento de informação escrita em prosa, documentos e quantitativo. Os resultados não variam muito de escala, tendo-se optado aqui por apresentar os valores máximo e mínimo. Além disso, não há no estudo internacional um Nível 0; para efeitos comparativos, o Nível 1 do estudo internacional corresponde, aproximadamente, ao somatório dos Níveis 0 e 1 do Estudo Nacional de Literacia. Do mesmo modo, o conjunto dos Níveis 4 e 5 do estudo internacional recobre uma gama de competências análoga à do Nível 4 do estudo nacional.

A Polónia, por seu lado, foi a que revelou perfil mais desfavorecido: Nível 1: 39-45%; Nível 2: 30-35%; Nível 3: 18-24%; Nível 4/5: 3-7%. Só este último país se aproxima da distribuição da literacia em Portugal: Nível 0/1: 47%; Nível 2: 32%; Nível 3: 13%; Nível 4: 8%.

Quanto à sociedade no seu conjunto, esta situação comparativa não tem apenas incidências nos aspectos económicos, mas também noutros, de carácter cultural e político. O desenvolvimento das potencialidades de criação e fruição cultural na sociedade portuguesa e a afirmação internacional da identidade cultural do país, através das suas obras artísticas e científicas e da qualidade dos seus profissionais intelectuais e dos seus agentes culturais, não pode deixar de estar relacionado com o perfil de literacia da população. O mesmo acontece quanto ao enraizamento social e cultural das instituições democráticas, à quantidade e à qualidade da participação cívica e política, às capacidades nacionais de interlocução no quadro das relações internacionais.

Todos estes aspectos estão interligados. O aumento da literacia das populações não é, evidentemente, nenhuma panaceia universal para os problemas sociais nem nenhuma fórmula mágica para o desenvolvimento. Não é, sequer, uma condição necessária à sobrevivência quotidiana de muita gente, que vai encontrando, sem competências de leitura, escrita e cálculo, soluções de vida mais rotineiras ou mais criativas nos quadros sociais diversificados a que pertence. Mas constitui, sem dúvida, uma condição cada vez mais indispensável de cidadania, de acesso pessoal ao emprego, à cultura e à participação cívica, bem como, para o país, uma condição fundamental de desenvolvimento económico, potenciação cultural, qualidade democrática e afirmação internacional.

11.6. Perspectivas

Com esta pesquisa pretendeu-se conhecer melhor a situação da população adulta portuguesa a respeito das suas capacidades de processar informação escrita na vida quotidiana. Os diversos tipos de análises da literacia desenvolvidos – análises extensivas e monográficas, análises de práticas e de representações, análises directas e indirectas de competências, análises de relações estruturais gerais e de enquadramentos socioculturais específicos – valem por si, cada um deles separadamente e, sobretudo, em articulação uns com os

outros, enquanto contributos para o conhecimento deste aspecto da realidade social do país.

Mas, quer os resultados globais, quer as variadíssimas análises parcelares mais minuciosas aqui apresentadas poderão, também, fornecer bases para o equacionamento de políticas, para informar a acção de técnicos, professores e outros agentes sociais, em campos diversificados.

Para que domínios principais de actuação apontam os resultados deste estudo?

Apontam, em primeiro lugar, de forma muito directa, para a escola, desde a necessidade de ensino pré-escolar e de expansão dos níveis gerais de escolaridade da população, até à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, com vista à aquisição de competências de literacia mais efectivamente sedimentadas e transponíveis para a sua utilização nos contextos de vida pessoal, profissional e cívica. Potenciação dos relacionamentos das escolas com as comunidades locais, condições de ensino e estratégias pedagógicas mais atentas à diversidade dos meios sociais, práticas de ensino assentes numa compreensão mais profunda dos processos de aquisição e utilização corrente de competências de literacia – são alguns dos vectores de acção que poderão encontrar referências úteis no presente trabalho.

O estudo aponta também para a importância decisiva do ensino de adultos e da educação permanente. Perante o panorama da literacia encontrado, dirigir esforços apenas à formação das crianças e dos jovens significaria deixar grande parte da população adulta portuguesa, a maioria com um longo percurso de vida ainda pela frente, com baixíssimas capacidades de resposta às crescentes exigências de literacia, e ao crescente leque de oportunidades com ela relacionadas, que as transformações das sociedades contemporâneas transportam consigo. Aliás, um dos resultados significativos deste estudo é, precisamente, que, mesmo sem qualquer acção específica de sensibilização, metade da população inquirida declara desejar melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo. A vantagem em interligar mais adequadamente formação profissional e aquisição de competências de literacia é outra das conclusões susceptíveis de se retirar do estudo, podendo encontrar-se nele um conjunto de indicações trabalháveis nesse sentido.

Um terceiro domínio de actuação tem a ver com a produção de mensagens e documentos impressos. No Estudo Nacional de Literacia houve a

oportunidade de ir verificando como a grande maioria das mensagens escritas de utilização quotidiana, nomeadamente em textos impressos, formulários, embalagens, folhetos informativos e outros documentos, são construídas de maneira muito pouco cuidadosa quanto à eficácia da comunicação, tendo insuficientemente em conta as operações de processamento de informação que implicam e os baixos níveis de literacia das populações a que supostamente se destinam. A vida das pessoas torna-se assim mais difícil e a disposição para tentar o processamento autónomo da informação escrita é mais desmotivada do que incentivada. É uma área em que está muito por fazer e em que as repercussões poderão ser bastante alargadas.

Mas, uma maior e melhor oferta de literacia por parte da escola e dos sistemas de educação permanente ou de formação profissional, interligada com uma circulação de mensagens mais estimuladoras do processamento corrente e autónomo de informação escrita, sendo certamente condições necessárias à progressão dos níveis de literacia da população portuguesa, dificilmente poderá, por si só, ser condição suficiente. Num plano mais geral, o que está em causa são os processos de desenvolvimento.

Em particular, no domínio económico e socioprofissional, com o que se poderia caracterizar como o vigente ajustamento perverso nacional entre os fracos níveis de oferta de literacia por parte da população e os fracos níveis de procura de literacia por parte das empresas, corre-se o risco de eternização de um círculo vicioso em que os progressos culturais e económicos do país tendem a ser lentos e limitados. Os círculos viciosos sociais não podem romper-se, em geral, apenas por um dos lados. Estratégias económicas voltadas para a qualificação do sistema produtivo, do tecido empresarial e da estrutura socioprofissional da população activa portuguesa surgem como vector de actuação igualmente indispensável, sem o qual os contextos de trabalho continuarão, predominantemente, a induzir regressão nas competências de literacia ou, pelo menos, a não as aproveitar de modo produtivo nem a estimular a sua aquisição e reforço.

Para mais, além das dinâmicas endógenas, vive-se hoje em dia uma situação de crescente interligação e interdependência a nível mundial, em que as capacidades de cooperação e competição internacionais dependem de modo cada vez mais decisivo das potencialidades cognitivas, tecnológicas e culturais das populações, dos seus trabalhadores, técnicos, quadros, dirigentes e outros profissionais. As competências de processamento de informação

escrita são uma base decisiva para, nas sociedades contemporâneas, essas potencialidades se poderem construir e desenvolver. Sendo competências de base, não são, porém, estáticas. Não só se reconfiguram em alguma medida com o próprio desenvolvimento cognitivo, tecnológico e relacional das sociedades, como os níveis de literacia requeridos para a participação corrente na vida económica, cultural e política tendem a elevar-se. Contextos de uso e contextos de aprendizagem vêem-se, assim, colocados perante uma dinâmica de solicitação de competências de literacia cada vez mais exigente.

Por fim, importa assinalar que a investigação sobre a literacia está apenas nos seus primeiros passos. O presente estudo teve a possibilidade de explorar algumas vias, obter um conjunto de resultados e deixar colocadas algumas hipóteses. Mas há muito para fazer, em termos de actualização, de comparação e de aprofundamento. Futuros desenvolvimentos, orientados sobretudo para o exame das competências de processamento da informação escrita, para a análise das relações entre níveis de literacia e estruturas sociais, para a compreensão das práticas de literacia nos quadros socioculturais do quotidiano – ou para as articulações entre estes diversos aspectos, como de algum modo aqui se procurou fazer – correspondem também a um vector a não descurar.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

A Nation at Risk, The National Commission on Excellence in Education, USA, Cambridge (Mass.), 1984.

Adult Performance Level Project, *Final Report: The Adult Performance Level Study*, Washington, D.C., U.S., Office of Education, 1977.

Almeida, João Ferreira de, Costa, António Firmino da e Machado, Fernando Luís, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (cord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Araújo, Helena Carvalho e Stoer, Stephen, *Genealogias nas Escolas: A Capacidade de nos Surpreender*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

Ávila, Patrícia e Alves, Mariana, "Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 16.

Baudelot, Christian e Establet, Roger, El Nível Educativo Sube, Madrid, Morata, 1990.

Barros, Afonso de e Mendes, Fernando Ribeiro, "Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa", *Análise Social*, nº 75, 1983.

Benavente, Ana, *Escola, Professores e Processos de Mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Benavente, Ana, Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís e Neves, Manuela Castro, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987).

Benavente, Ana, Campiche, Jean, Seabra, Teresa e Sebastião, João, *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século Edições, 1994.

Bernstein, Basil, *Langage et Classes Sociales. Codes Sociolinguistiques et Contrôle Social*, Paris, Édition de Minuit, 1975.

Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

Bourdieu, Pierre, Passeron, Jean-Claude e Saint-Martin, Monique de, "Linguagem e relação com a linguagem na situação pedagógica", in Sérgio Grácio e Stephen Stoer (org.), *Sociologia da Educação - II, Lisboa*, Livros Horizonte, 1981.

Brown, J., Collins, A. e Duguid, P., "Situated cognition and the culture of learning", *Educational Researcher*, vol. 18, nº 1, 1989.

Bull, Benjamim Pinto, *O Crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e Sabedoria*. Lisboa e Bissau, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau), 1989.

Calamai, P., *Broken Words: Why Five Million Canadians are Illiterate*, Ottawa, Southam Press, 1987.

Camilleri, Carmel, *Anthropologie Culturelle et Éducation*, Lausanne, Unesco-Delachaux & Niestlé, 1985.

Carraher, Terezinha *et al.*, *Na Vida Dez, na Escola Zero*, S. Paulo, Ed. Cortez, 1993.

Cipolla, Carlo M., *Literacy and Development in the West*, Harmonsworth, Penguin Books, 1969.

Costa, Alfredo Bruto da e Pimenta, Manuel (coord.), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã, 1991.

Dias, Helena Caninhas, *A Aplicação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal. O Caso dos Agricultores do Oeste*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995.

Djaló, Ibrahim, "Contribuições para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 3, 1987.

D'Epinay, Christian Lalive, *Vieillir ou la Vie a Inventer*, Paris, L'Harmattan, 1991.

Esteves, Maria do Céu (org.), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991.

Ferreira, Claudino Cristóvão, *Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social. Uma Abordagem Sociológica da Exclusão Social em Portugal*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1994.

Ferreira, Manuel, *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?*, Lisboa, Edições A Preto e Branco, 1988.

Flecha, Ramón, *La Nueva Desigualdad Cultural*, Esplugues del Llobregat, El Roure, 1990.

Fondet, Claire, *Vaincre l'Illetrisme*, Paris, Édition Science et Service Quart Monde, 1990.

Freitas, Eduardo de e Santos, Maria Lourdes Lima dos, "Inquérito aos hábitos de leitura", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, 1991; "Leituras e leitores II. Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 11, 1992.

Freitas, Eduardo de e Santos, Maria Lourdes Lima dos, *Hábitos de Leitura em Portugal. Inquérito Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

Furtado, José Afonso, *O Livro* (Colecção "O que é"), Lisboa, Difusão Cultural, 1995.

Giddens, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (ed. orig. 1990).

Goody, Jack, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987 (ed. orig. 1986).

Goody, Jack, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (ed. orig. 1977).

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. XXXII, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda., p. 380-381.

Grignon, Claude e Passeron, Jean-Claude, *Le Savant et le Populaire*, Paris, Éditions du Seuil, 1989.

Guerreiro, M. Viegas e outros, *Unhais da Serra. Notas Geográficas, Históricas e Etnográficas*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1982.

Guterres, António, Grilo, Eduardo Marçal, Lamas, Luís e Carneiro, Roberto, *A Educação na República da Guiné-Bissau. Análise Sectorial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

Hambleton, Ronald K., Swaminathan, H. e Rogers, Jane, *Fundamentals of Item Response Theory*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1991.

Harman, David, *Illiteracy. A National Dilemma*, New York, Toronto, Cambridge Book Company, 1987.

Harris, L. e Associates, *The 1971 National Reading Difficulty Index*, Washington, D. C., National Reading Center, 1971.

Hautecouer, Jean-Paul (edit.), *Literacy and Cultural Development Strategies in Rural Areas*, Toronto, Culture Concepts / Unesco Institute for Education, 1994.

Headland, Thomas N., Pike, Kenneth L. e Harris, Marvin (edit.), *Emics and Etics. The Insider / Outsider Debate*, Newbury Park, Sage Publications, 1990.

Hespanha, Maria José Ferros, "Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade providência", in Boaventura Sousa Santos (org.), *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

Hoggart, Richard, *The Uses of Literacy*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (ed. orig. 1957).

Ibram, Corinne, "Pour lutter contre l'exclusion", *Éducation des Adultes*, 1993.

Iturra, Raul, *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaios de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa, Escher, 1990.

Kirsch, Irwin S. e Jungeblut, Ann, *Literacy: Profiles of America's Young Adults*, Princeton (N.J.), The National Assessment of Educational Progress, 1986.

Kirsch, Irwin S. e Jungeblut, Ann, *Profiling the Literacy Proficiencies of JTPA and ES/UI Populations*, U.S. Department of Labor, 1992.

Kirsch, Irwin S. e Mosenthal, Peter B., "Interpreting the IEA Reading Literacy Scales", in M. Binkley, K. Rust e M. Winglee (edit.), *Methodological Issues in Comparative Educational Studies: The Case of IEA Reading Literacy Study*, Washington, D. C., U.S. Department of Education, 1993.

Kirsch, Irwin S., Jungeblut, Ann, Jenkins, Lynn e Kolstad, Andrew, *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey*, Washington, D. C., National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education, 1993.

Lahire, Bernard, *Culture Écrite et Inégalités Scolaires. Sociologie de "L'Échec Scolaire" a L'École Primaire*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1991.

Lepri, Jean Pierre, "Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 1, 1986.

Lesh, Richard, "Computer-based assessment of higher order understanding and processes in elementary mathematics", in G. Kulm (ed.), *Assessing Higher Order Thinking in Mathematics*, Washington DC, American Association for the Advancement of Science, 1990.

Lima, Aida Valadas de, "Velhos e novos agricultores em Portugal", *Análise Social*, nº 111, 1991.

Lopes, Carlos, *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.

Lopes, Carlos, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

Machado, Fernando Luís, "Etnicidade em Portugal - contrastes e politização", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 12, 1992.

Machado, Fernando Luís, *A Juventude do Concelho de Loures - Diversidade de Condições Sociais* (2º volume do relatório final), 1994.

Machado, Fernando Luís, "Guineenses em Portugal - etnicidade e integração", Relatório de Progresso apresentado à JNICT (projecto PCSH/C/SOC/748/93), 1995.

Machado, Paulo, "A (c)idade maior - para uma sociologia da velhice", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº16, 1994.

Matos, Lisete de, *Alfabetização Funcional em Portugal: Alguns Indícios de Existência e Reconhecimento*, Lisboa, ENL / documento de trabalho, 1994.

Montigny, Gilles, Kelly, Karen e Jones, Stan, *Adult Literacy in Canada: Results of a National Study*, Ottawa, Statistics Canada, 1991.

Moreira, Amélia Frazão, "A construção doméstica do saber local", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.

Neice, David e Adsett, Margaret, "Direct versus proxy measures of adult functional literacy: a preliminary re-examination", in *Functional Literacy in Eastern and Western Europe*, Hamburg, UIE-UNESCO/CE/OECD-CERI Seminar, 1990.

Normas para o Currículo e Avaliação em Matemática Escolar do NCTM (National Council of Teachers of Mathematics) dos Estados Unidos da América, ed. APM/IIE, 1991.

Paes, Isabel Sasseti, "Crianças de imigrantes. Que oportunidades?", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.

Pais, José Machado, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.

Pinto, José Madureira , "Escolarização, relação com o trabalho e práticas sociais", in Stephen R. Stoer (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa. Uma Abordagem Pluridisciplinar*, Porto, Edições Afrontamento, 1991.

Pinto, José Madureira e Queiroz, Maria Cidália, "Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 15/16, 1996.

Pinto, Fernando José Ribeiro, "O social e o sociológico do envelhecimento em Lisboa", in *Dinâmicas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

Ramalho, Glória, *As Nossas Crianças e a Matemática. Caracterização da Participação dos Alunos Portugueses no Second International Assessment of Educational Progress*, Lisboa, DEPGEF/ Ministério da Educação, 1994.

Ramos, Rui , "Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, nº 103-104, 1988.

Reis, Jaime, "O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação", in *O Atraso Económico Português (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

Regards sur l'Éducation. Les Indicateurs de l'OCDE, Paris, Organisation de Coopération et de Développment Économiques, 1995.

Resnickem, Lauren, *Education and Learning to Think*, Washington DC, National Academy Press, 1987.

Ribeiro, Carlos Rui, *A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)*, Lisboa, ISCTE, 1986.

Santos, Mário, "Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 4, 1987.

Salgado, Lucília, *A Educação e o Desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995.

Salgado, Lucília, *Literacia e Aprendizagem da Leitura e Escrita*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1995.

Saint-Maurice, Ana de, *Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração - A População Cabo-verdiana Residente em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, 1994.

Schuller, Tom, "Réflexions sur la citoyenneté, les droits et l'éducation", Conseil de la Coopération Culturelle - Conference Finale, Strasbourg, 1995.

Sebastião, João, "Modos de vida marginais: o caso das crianças da rua", in *Infância e Juventude*, nº 2-95, Lisboa, DGSTM/MJ, 1995.

Silva, Augusto Santos, *Educação de Adultos: Educação para o Desenvolvimento*, Rio Tinto, Edições Asa, 1990.

Silva, Augusto Santos, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

Sim-Sim, Inês e Ramalho, Glória, *Como Lêem as Nossas Crianças? Caracterização do Nível de Literacia da População Escolar Portuguesa*, Lisboa, GEP / Ministério da Educação, 1993.

Subirats, Marina, "Escuela y médio rural: una relación problemática", in C. Lerena, *Educatión y Sociologia en España*, Madrid, Akal, 1987.

Teixeira, Leonor e Fontes, Miguel, *As Competências de Literacia na Vida Quotidiana. Relações e Uso de Materiais Escritos no Quotidiano Pessoal, Profissional e Cívico de Dois Grupos Socioprofissionais (Operários Têxteis e Empregados ou Pequenos Proprietários de Cafés), num Contexto Particular: Unhais da Serra*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1994.

Tuijnman, Albert, Kirsch, Irwin S., Jones, Stan e Murray, T. Scott, *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, Organization for Economic Co-operation and Development / Statistics Canada, 1995.

Wagner, Daniel A., "Adult literacy assessment in comparative context: some cultural limitations and opportunities", comunicação a *Adult Basic Skills: Innovations in Measurement and Policy Analysis* (NCAL / OECD Roundtable), Philadelphia, 1994.

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

Plano da Obra VII

Preâmbulo IX

Apresentação XI

Parte A: INTRODUÇÃO

Capítulo 1. Estudo Nacional de Literacia: enquadramento teórico-metodológico 3

1.1. Alfabetização e literacia. Novos tempos, novos conceitos 3

1.2. Metodologias de avaliação. Novos conceitos, novas exigências 5

1.3. Estudos internacionais: uma breve revisão 8

1.4. O Estudo Nacional de Literacia: objectivos e opções metodológicas 11

Síntese 22

Parte B: ANÁLISE EXTENSIVA

Capítulo 2. A população, as práticas e as auto-avaliações de literacia 27

2.1. Perfis de escolaridade, composição socioprofissional e mobilidade social 28

2.2. Práticas de leitura, escrita e cálculo 41

2.3. Auto-avaliação de literacia 54

Síntese 61

Capítulo 3. Construção dos níveis de literacia 65

3.1. A escala de dificuldade das tarefas 65

3.2. A escala de aptidão dos indivíduos 70

3.3. Determinação dos níveis de literacia 73

3.4. Exemplos de tarefas de cada nível 77

3.5. Interpretação dos níveis de literacia: prosa e documentos 87

3.6. Interpretação dos níveis de literacia: o domínio quantitativo (*por Paulo Abrantes*) 94

3.7. Problemas de análise da literacia 102

Síntese 118

Capítulo 4. Níveis de literacia da população adulta 121
4.1. Resultados globais 121
4.2. Resultados por grau de escolaridade 128
4.3. Resultados por idade 130
4.4. Resultados por sexo 133
4.5. Resultados por classe social 134
4.6. Resultados por condição perante o trabalho 135
4.7. Resultados por região 137
4.8. Resultados por habitat 138
Síntese 139
Capítulo 5. Análise relacional da literacia: níveis, práticas e auto-avaliação 141
5.1. Níveis de literacia e antecedentes escolares 141
5.2. Níveis de literacia e práticas de leitura, escrita e cálculo 147
5.3. Níveis de literacia e auto-avaliações de competências 157
Síntese 167

Parte C: ANÁLISES MONOGRÁFICAS

Capítulo 6. Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal
(*por Fernando Luís Machado*) 171
6.1. Introdução 171
6.2. Contornos e situação das minorias étnicas em Portugal 173
6.3. Contornos e situação social da comunidade guineense 177
Perfil migratório e composição social 177
Trajectos e perfis de escolaridade 183
6.4. Diversidade etno-linguística dos guineenses e literacia 185
6.5. Práticas quotidianas e literacia 194
Contextos profissionais: o trabalho na construção civil 195
Relação com instituições e documentos 203
A leitura e a escrita na esfera pessoal 211
Trajectos de desqualificação social e literacia: professores na construção civil 221
A escolarização dos filhos dos imigrantes: perspectivas futuras de literacia 227
6.6. Notas finais 233

Capítulo 7. Relações dos jovens com a literacia: contextos de socialização em meio operário
(*por João Sebastião*) 239
7.1. Introdução 239
Objectivos da monografia 239
Notas metodológicas 239
7.2. Escolaridade obrigatória e literacia 244
A literacia no quotidiano escolar 246
Saber e relação com o saber 251
7.3. A literacia como prática quotidiana 252
Grupo doméstico e literacia 252
Literacia em contexto associativo intergeracional 255
Hábitos e práticas juvenis de leitura e escrita 258
7.4. Conclusão 263
Capítulo 8. A literacia na vida quotidiana dos idosos: duas freguesias do centro histórico de Lisboa
(*por Leonor Teixeira e Miguel Fontes*) 267
8.1. Introdução 267
8.2. O envelhecimento: breve abordagem sociodemográfica 270
8.3. A construção social da categoria "idoso" e o discurso sobre a velhice: a realidade de Santa Catarina e das Mercês 278
8.4. O significado da literacia no universo social do idoso 285
8.5. Envelhecimento e despovoamento: transformações sociodemográficas das freguesias de Santa Catarina e das Mercês 291
8.6. A relação dos idosos com a literacia: usos quotidianos e representações sociais 295
Espaços relacionais 295
Auto-avaliações e exclusão social 305
8.7. Breve conclusão 306
Capítulo 9. Literacia numa vila do interior: trabalhadores fabris e do pequeno comércio
(*por Leonor Teixeira e Miguel Fontes*) 311
9.1. Introdução: construção da problemática 311
9.2. A pesquisa no terreno: linhas de rumo 320
9.3. Breve contextualização da vila de Unhais da Serra 324

9.4. A literacia no quotidiano de operários e pessoal dos cafés: uma leitura interpretativa 330
O privado 330
O profissional 340
O cívico 344
9.5. Breve reflexão conclusiva: reinterpretar o problema da literacia 347

Capítulo 10. Agricultores e literacia: relação com a informação institucional e vida quotidiana no Centro Litoral (*por Helena Caninhas Dias*) 357
10.1. Introdução 357
10.2. As competências de literacia dos agricultores na relação com as medidas agro-ambientais 361
Caracterização social dos agricultores e das suas explorações agrícolas . 361
A difusão e a descodificação das medidas agro-ambientais: que problemas para o agricultor? 368
10.3. A literacia no quotidiano dos agricultores: estudo de um caso 374
Observação das relações com os materiais escritos 374
A freguesia da Azueira 377
A (i)literacia dos agricultores 381
10.4. A título conclusivo 389

Parte D: CONCLUSÃO

Capítulo 11. Implicações sociais da literacia 395
11.1. Problemática 395
11.2. Competências 396
11.3. Situação 398
11.4. Factores 401
11.5. Incidências 404
11.6. Perspectivas 407

Bibliografia 411/413

Índice Geral 421

Índice de quadros 425

Índice de gráficos 427

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1: Níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos 12
Quadro 1.2: População e Amostra 16
Quadro 2.1: Graus de ensino do pai por graus de ensino do inquirido 31
Quadro 2.2: Graus de ensino da mãe por graus de ensino do inquirido 32
Quadro 2.3: Mobilidade social 39
Quadro 3.1: Descrição sumária dos níveis de literacia 69
Quadro 3.2: Análise da complexidade de um texto 93
Quadro 3.3: Tarefas do domínio quantitativo (I) 100
Quadro 3.4: Tarefas do domínio quantitativo (II) 101
Quadro 4.1: Nível médio de literacia por idade e grau de escolaridade 132
Quadro 6.1: Língua falada em casa pelos imigrantes guineenses 190
Quadro 6.2: Auto-avaliação do domínio do português pelos imigrantes guineenses 192
Quadro 6.3: Domínio do português falado pelos imigrantes guineenses 193
Quadro 6.4: Leitura e posse de livros, jornais e revistas 213
Quadro 6.5: Indicadores de literacia dos guineenses universitários na construção civil 223
Quadro 7.1: Nível de escolaridade atingido pelos pais dos entrevistados 242
Quadro 7.2: Sucesso escolar dos entrevistados 243
Quadro 7.3: Fontes utilizadas para estudar 248
Quadro 7.4: Frequência da biblioteca da escola 250
Quadro 7.5: Razões da frequência da biblioteca da escola 250
Quadro 7.6: Hábitos de recontar histórias 253
Quadro 7.7: Origem das histórias 253
Quadro 7.8: Hábitos de leitura de periódicos pelos pais dos inquiridos 254
Quadro 7.9: Tipos de periódicos lidos pelos pais dos inquiridos 254

Quadro 8.1: Evolução da população das freguesias de Santa Catarina e Mercês ... 292
Quadro 9.1: Estrutura etária da população de Unhais da Serra 326
Quadro 9.2: Graus de escolaridade da população de Unhais da Serra 327
Quadro 9.3: Condição perante o trabalho da população de Unhais da Serra 327
Quadro 9.4: Sectores de actividade da população de Unhais da Serra 327
Quadro 9.5: Distribuição por idades e sexo dos trabalhadores da Penteadora 329
Quadro 9.6: Antiguidade dos trabalhadores da Penteadora 329
Quadro 9.7: Habilitações dos trabalhadores da Penteadora 329
Quadro 10.1: Escolaridade dos agricultores inquiridos 363
Quadro 10.2: Formação profissional e pertença a explorações agrícolas 364
Quadro 10.3: Distribuição dos agricultores por classes de superfície agrícola útil .. 364
Quadro 10.4: Formas de população 366
Quadro 10.5: Organização da contabilidade nas explorações 368
Quadro 10.6: Meios de difusão das medidas agro-ambientais segundo a pertença a associações 369
Quadro 10.7: População da Azueira e de Mafra por grupos etários 379
Quadro 10.8: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por graus de ensino 379
Quadro 10.9: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por sectores de actividade 380

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Graus de ensino 29
Gráfico 2.2: Grau de ensino dos pais 30
Gráfico 2.3: Razões de saída da escola 33
Gráfico 2.4: Razões de saída da escola por graus de ensino, classes sociais, idade e sexo 34
Gráfico 2.5: Condição perante o trabalho 36
Gráfico 2.6: Classes sociais 37
Gráfico 2.7: Graus de ensino por classes sociais 38
Gráfico 2.8: Leitura de livros, de revistas e de jornais 42
Gráfico 2.9: Leitura de livros, revistas e jornais por graus de ensino e sexo 44
Gráfico 2.10: TV - Número de horas diárias (médias) por frequência de leitura de livros 45
Gráfico 2.11: Práticas de leitura na vida quotidiana 47
Gráfico 2.12: Práticas de escrita na vida quotidiana 48
Gráfico 2.13: Práticas de cálculo na vida quotidiana 49
Gráfico 2.14: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional 50
Gráfico 2.15: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por graus de ensino 52
Gráfico 2.16: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por classes sociais 53
Gráfico 2.17: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional 54
Gráfico 2.18: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo 57
Gráfico 2.19: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino 59
Gráfico 2.20: Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino 61
Gráfico 3.1: Percentagem de indivíduos com respostas certas a cada uma das tarefas 67

Gráfico 3.2: Percentagem de indivíduos por número de respostas certas 71
Gráfico 3.3: Probabilidade média de respostas certas dos indivíduos dos diferentes níveis de literacia segundo o nível de dificuldade das tarefas 76
Gráfico 4.1: Resultados globais da distribuição da população por níveis de literacia 121
Gráfico 4.2: Graus de escolaridade por níveis de literacia 122
Gráfico 4.3: Grupos de idade por níveis de literacia 123
Gráfico 4.4: Níveis de literacia segundo o grau de escolaridade 129
Gráfico 4.5: Níveis de literacia segundo o grupo de idade 131
Gráfico 4.6: Níveis de literacia segundo o sexo 133
Gráfico 4.7: Níveis de literacia segundo a classe social 134
Gráfico 4.8: Níveis de literacia segundo a condição perante o trabalho 136
Gráfico 4.9: Níveis de literacia segundo a região 138
Gráfico 4.10: Níveis de literacia segundo o tipo "habitat" 139
Gráfico 5.1: Grau de ensino dos pais por níveis de literacia 143
Gráfico 5.2: Classe do grupo doméstico de origem por níveis de literacia 145
Gráfico 5.3: Frequência do ensino pré-escolar por classe do grupo doméstico de origem 146
Gráfico 5.4: Primeira escola frequentada por níveis de literacia 147
Gráfico 5.5: Leitura de livros, revistas e jornais por níveis de literacia 149
Gráfico 5.6: Práticas de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana por níveis de literacia 152
Gráfico 5.7: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia 155
Gráfico 5.8: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia 158
Gráfico 5.9: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por níveis de literacia 161
Gráfico 5.10: Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por níveis de literacia 164
Gráfico 7.1: Entrevistados segundo o sexo 240
Gráfico 7.2: Entrevistados segundo a idade 241
Gráfico 7.3: Lugar de classe do grupo doméstico dos entrevistados 241
Gráfico 7.4: Condição perante o trabalho e profissões dos entrevistados 242

Gráfico 7.5: Nível de escolaridade atingido pelos entrevistados 243
Gráfico 7.6: Formas de ocupação dos tempos livres 259
Gráfico 7.7: Periodicidade de leitura de jornais/revistas 260
Gráfico 7.8: Tipo de periódicos lidos 261
Gráfico 7.9: Periodicidade de leitura de livros 261
Gráfico 7.10: Tipo de leituras realizadas 261
Gráfico 7.11: Hábitos de troca de livros 262
Gráfico 7.12: Hábitos de utilização da escrita no quotidiano 263
Gráfico 7.13: Tipos de utilização da escrita 263
Gráfico 8.1: Estado civil dos idosos (que frequentam os centros sociais): distribuição pelas freguesias de Sta. Catarina e Mercês 283
Gráfico 8.2: Montante das reformas e pensões 284
Gráfico 8.3: Evolução da população residente entre 1960 e 1991 293
Gráfico 8.4: Distribuição etária da população residente 293
Gráfico 8.5: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia de Sta. Catarina 294
Gráfico 8.6: Grau de escolaridade dos residentes na freguesia das Mercês 294
Gráfico 9.1: Evolução da população de Unhais da Serra 326
Gráfico 9.2: Trabalhadores da Penteadora 328